Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica

Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão

Maria Ferreira
e Thiago S.Reis
(Org.)

JVIPC
5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica
Porto | Portugal
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Editora Cravo

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão

Editora Cravo

Comité Científico

Jorge Chinea
(Wayne State University - EUA)

Keila Grinberg
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Leonardo Rosa Ramos
(Università Pontificia Salesiana - Itália)

Marcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

Márcia Maria Menendes Motta
(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosoficas - Argentina)

Maria Ferreira
Thiago S. Reis
(Org)

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão

Editora Cravo
Porto, 2023

Copyright © 2023 **Editora Cravo**

Título: **Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão**

Direção Editorial: Lou Calainho

Edição e Diagramação: Equipa Editora Cravo

Projeto gráfico e capa: Cida Santos

Grafismo: Sofia Ferreira

ISBN 978-989-9037-42-7

Conselho Editorial
Lou Calainho
Magno F. Borges
Maria Auxiliadora B. dos Santos

Dados para Catalogação da Obra

Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica
(2022 : Porto, Portugal).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão [recurso eletrónico] / Maria Ferreira, Thiago S. Reis (org.). – Porto : Editora Cravo, 2023.

E-book (pdf): 8Mb

ISBN 978-989-9037-42-7

1. Educação - Congressos. 2. Ensino Superior. 3. Investigação Científica. 4. Encontro Científico. I. Ferreira, Maria. II. Reis, Thiago S.. III. Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura. IV. Título.

CDD: 370

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.

Editora Cravo
Somos livros, somos livres
Porto, Portugal

www.editoracravo.pt
contacto@editoracravo.pt
+351 960 221 473

5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão

Organização:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Apoio:

Editora Cravo

Comissão de Organização

Maria Ferreira
(Universidade do Minho – Portugal)

Paula Calainho Teixeira
(Universidade do Porto – Portugal)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso – Centro de Investigaciones Filosoficas – Argentina)

Comité Científico

Adalberto Paz
(Universidade Federal do Amapá – Brasil)

Armindo Armando
(Universidade Zambeze – Moçambique)

Carla Sendon Ameijeiras Veloso
(Universidade Veiga de Almeida – Brasil)

José Navarro Cendejas
(Universidad de Guadalajara – México)

Márcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso-Brasileiro – Portugal)

Maria Azucena Feregrino Basurto
(Universidad Nacional Autónoma de México – México)

María Esperanza Rock Núñez
(OTEC Cultura y Territorio – Chile)

Marluce Rodrigues Godinho
(Universidade Federal de Juiz de Fora – Brasil)

Micaela Altamirano
(PUC-SP – Brasil)

Simone Webe de Lima
(Instituto Federal de Brasília – Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(UVA/UNESA/UFRRJ – Brasil)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....13

ET 01
HISTÓRIA PÚBLICA E MEMÓRIA DO TRABALHO, TRABALHADORES E SUAS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES

ENTRE O PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA: O CASO-REFERÊNCIA DO BAIRRO DE BANGU (RIO DE JANEIRO - BRASIL)
Aline Cristina Fortunato Cruvinel.....15

SOBREVIVENDO AOS "EMPREITEIROS DA MORTE": TRABALHADORES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA (PORTO VELHO, SÉCULO XX)
Ana Carolina Monteiro Paiva.....23

UMA PROPOSTA PARA A GESTÃO DO PASSADO: ESTUDO DE CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE CAROLINA
Mateus Kên Donehogawa de Menezes de Carvalho.....36

DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL E REFORMA BRASILEIRA DO ENSINO MÉDIO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS TÉCNICOS
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro | Vinicius Iuri de Menezes | Vera Lucia Messias Fialho Capellini.....49

ET 02
GREVES, REVOLTAS E OUTRAS FORMAS DE RESISTÊNCIA

"PERTURBADORES DA ORDEM E FORAS DA LEI?": GREVES E DEMOCRACIA NA CONSTITUINTE DE 1946
Cintya Chaves.....63

A "EMPATIA SELETIVA" NA DISCUSSÃO SOBRE A RETIRADA DE PERSONAGENS HISTÓRICOS POLÊMICOS DO ESPAÇO PÚBLICO EM 2020
Thabata Dias Haynal.....75

ET 06
CULTURA, TRAJETÓRIAS E BIOGRAFIAS DOS TRABALHADORES E DOS SEUS GRUPOS E ASSOCIAÇÕES

DEPOIS DA REZA, O SAMBA. O COTIDIANO CANTADO NAS CHULAS DO RECÔNCAVO BAIANO
Eliany Cristina Ortiz Funari.....89

PRÁTICAS MUSICAIS E TRABALHO EM ENTIDADES PROFISSIONAIS E INSTITUIÇÕES PIAS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS ALAGOAS DO ENTRESSÉCULOS: ESTUDO EXPLORATÓRIO A PARTIR DE FONTES DOCUMENTAIS E HEMEROGRÁFICAS
Fernando Lacerda Simões Duarte.....99

FORTES E VILAS, CAPITÃES-MORES E DIRETORES: ORGANIZAÇÃO MILITAR E CONTROLE ECONÔMICO NO BAIXO AMAZONAS (1760 – 1763)
Gabriel da Silva Reis.....109

A ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL NO CEARÁ COMO POTENCIAL DE MEMÓRIAS
Jaciara Azevedo Rodrigues.....117

TAREFAS SOCIAIS E TRABALHO DAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS: ESTIGMAS, DIFICULDADES E NÃO RECONHECIMENTO SOCIAL
Manuela Chagas Manhães | Kaio Lucas Ritter Mota | Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira | Victor Muniz Thomas.....125

EXERCÍCIO DOCENTE: CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM
Marli dos Reis dos Santos.....138

SOBRE O QUE RITUALIZAM OS MEMBROS DO HEAVY METAL NO NORDESTE DO BRASIL
Muryel Moura dos Santos.....147

ET 07
EDUCAÇÃO, ESCOLAS, UNIVERSIDADES E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS ESPECIALIZAÇÕES ACADÊMICAS EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL
Andresa Barbosa da Silva Gouveia | Thales Monteiro Ferro.....154

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA: ENTRE A PRÁXIS HISTORIADORA E O EXCLUSIVISMO DA PEDAGOGIA
Martinho Guedes dos Santos Neto | Cláudia Cristina do Lago Borges.....167

O NOVO ENSINO MÉDIO E AS QUESTÕES DOS CORPOS NEGROS
Claudinei Caetano dos Santos.....180

O ESTÍMULO À TECNOLOGIA SOCIAL NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRA
Denis dos Santos Alves | Guilherme Atanazildo Leme | Thais Aparecida Dibbern | Milena Pavan Serafim.....190

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL QUE ATUAM EM CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
Luciana Garrido Silva Borges Canuto | Kátia Barbosa Macêdo.....196

"EDUCAÇÃO? EU NEM SEI SE VOU ESTAR VIVO AMANHÃ": TENSIONAMENTOS EMOCIONAIS ENTRE JUVENTUDE E ESCOLA A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO "NUNCA ME SONHARAM (2017)"
Matheus Henrique da Silva | Breno Gabriel dos Santos.....198

ESTUDO SOBRE O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ABC PAULISTA
Maria do Carmo Pereira Servidoni | Rebeca Moreira Martins.....203

ASTRONOMIA OBSERVACIONAL: UM CATÁLOGO DO CÉU DA CIDADE DE PARNAÍBA
Edmilson Ferreira Lima Junior | Samara Regina da Conceição Santos.....216

A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL NA AVALIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: CONCEPÇÕES E ANÁLISE DO DISCURSO DA PROVA DO ENADE
Virgínia Sene Fernandes.....239

ET 08
ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE A DIÁSPORA AFRICANA E ESCRAVIDÃO MODERNA

UM OLHAR SOBRE A ESCRAVIDÃO: JOSÉ DE ALENCAR E OS DEBATES ACERCA DO SISTEMA ESCRAVISTA BRASILEIRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX
Lara de Sousa Lutife.....250

A POPULAÇÃO NEGRA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO - UMA RELAÇÃO DE DIREITO E RACISMO QUE SE PERPETUA ATÉ HOJE – DA COLONIA, DO IMPÉRIO À LEI DAS COTAS
Henrique Cunha Junior | Luzia Fernanda dos Santos Moraes.....257

MESTIÇAGEM E ESCRAVIDÃO: APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE FRANCISCO TAVEIRA DA CONCEIÇÃO
Maiara Silva Araújo.....275

A RADICALIDADE DOS FLUXOS DIASPÓRICOS: UM ABRAÇO INEXTRICÁVEL ENTRE A ÁFRICA E CUBA
Maria do Carmo Luiz Caldas Leite.....289

PERSPECTIVAS REPUBLICANAS SOBRE A ESCRAVIDÃO E A ABOLIÇÃO NA IMPRENSA DE OPOSIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS 1870
Mariana Nunes de Carvalho.....301

DEFESA TERRITORIAL, ESCRAVIDÃO E HIERARQUIAS: AS MILÍCIAS DE HOMENS PRETOS FORROS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Michel Mendes Marta.....313

A DESCRIÇÃO DOS ANIMAIS NA *ETIÓPIA ORIENTAL* DE FREI JOÃO DOS SANTOS (1608): AGÊNCIA E CIRCULAÇÃO DE SABERES
Moreno Brender Stedile.....332

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CULTURA NEGRA E AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DAS LUTAS SOCIAIS E SEUS ENQUADRAMENTOS NA ESCRAVIDÃO MODERNA
Thiago Medeiros Fernandes.....345

ET 10
GÉNERO, INTERSECCIONALIDADE E SEXUALIDADES

A HISTÓRIA DE TRABALHO DE MULHERES NOS SERINGAIS AMAZÔNICOS (1940-1950)
Agda Lima Brito.....358

NO JOGO DAS EMOÇÕES: ENTRE O VERBAL E A IMAGEM
Breno Gabriel dos Santos | Matheus Henrique da Silva.....370

TESTEMUNHOS FEMININOS DE ABUSO E ASSÉDIO SEXUAL NAS REDES SOCIAIS: O CASO DA CAMPANHA #PRIMEIROASSEDIO
Carolina Hilal.....380

MAJUR TRAYTOWU: "O" PRIMEIRO CACIQUE TRANSEXUAL DO MUNDO
Claudinei Caetano dos Santos.....390

A CAVERNA E SEU FLUXO MIGRATÓRIO EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19
Simone Aparecida Quiezi.....401

A MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR – UMA QUESTÃO SOCIOCULTURAL NA MESORREGIÃO DE IVAIPORÃ
Vânia Inácio Costa Gomes.....408

ET 11
HISTÓRIA PÚBLICA E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE

FORMAS DE LIBERDADE: OS REGISTROS NOTARIAIS DAS MANUMISSÕES E AS TIPOLOGIAS DE CONCESSÃO – SÃO JOÃO DEL-REI, MINAS GERAIS, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX
Bruno Martins de Castro.....416

AS DINÂMICAS DO TRÁFICO INTERNO SOB A PERSPECTIVA DAS COMPANHIAS MERCADORAS DE ESCRAVIZADOS: O CASO DE JUIZ DE FORA (MG) DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX
Dayana de Oliveira da Silva.....430

A POPULAÇÃO NEGRA NA HISTÓRIA JURÍDICA: UMA COMPILAÇÃO DAS ORDENS LEGAIS - ORDENAÇÕES, LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E AS CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO
Luzia Fernanda dos Santos Moraes.....444

OS BRAÇOS NACIONAIS: INSERÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS NO SURTO INDUSTRIAL PAULISTANO (1872 – 1890)
Leonardo de Sá Miranda.....473

ESCRAVIDÃO E LITERATURA NO BRASIL, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, SOB O OLHAR DE MACHADO DE ASSIS
Paulo Sérgio de Proença.....482

ET 13
TECNOLOGIA, GESTÃO E PROCESSOS DE TRABALHO

O DISCURSO DO NEOLIBERAL NO JOGO *GRAND THEFT AUTO*
Giuseppe Rafael Caron.....494

O MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
Raqueline Pereira das Neves.....504

ET 14
EMPREGO, DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA: REFLEXÕES CRÍTICAS
Flavia Maia Cerqueira Rodrigues.....517

A SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO HUMANO PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A NECESSIDADE DE REGULAÇÃO
Patrícia Adriani Hoch.....530

A RECOMPOSIÇÃO DA HIERARQUIA RACIAL BRASILEIRA DO TRABALHO (2002-2015)
Rafael da Silva Costa.....542

ET 15
NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO TRABALHO E "UBERIZAÇÃO" DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

"DESDE MARÇO EU MORO NO COMPUTADOR": PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE
Franciele Brito Barbosa | Elis Cristina Fiamengue.....560

ET 17
ESTADO, REFORMAS, POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO E PARA O TRABALHO

LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ODS 16: UM PANORAMA DO CASO BRASILEIRO
Guilherme Atanazildo Leme | Denis dos Santos Alves | Milena Pavan Serafim | Thais Aparecida Dibbern.....568

ET 18
SAÚDE E TRABALHO

NAS ENCRUZILHADAS TRANSATLÂNTICAS ENTRE ÁFRICA E BRASIL: O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS E SUAS HISTÓRIAS MARCADAS PELO BANZO NOS ESTUDOS DE ANA ODA
Larissa Beserra dos Santos.....580

A CAPILARIZAÇÃO DO FALSO DILEMA ECONOMIA X SAÚDE NO MUNDO DO TRABALHO
Ricardo Meneses Miguel.....586

ADOECIMENTO MENTAL E TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DE "SOBREVIVÊNCIA" NA CONTEMPORANEIDADE
Thais Aparecida Santos.....592

APRESENTAÇÃO

Os mundos do trabalho e dos(as) trabalhadores(as) são sempre um tema que está em ato. Indivíduos, independentemente do género, idade, capacidades e lugares sociais que ocupam, estão imersos em relações que também se expressam na produção de trabalho ou exploração do trabalho alheio. A vida em sociedade prevê, desde seus primórdios, constantes processos de definição, divisão ou regulação do trabalho e dos(as) trabalhores(as).

Essa miríade de processos e relações é terreno fértil para investigações de diversas matizes. A **5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Trabalho e Escravidão**, realizada a partir da cidade do Porto entre 15 e 19 de Agosto de 2022, pretendeu estimular investigadores e investigadoras a se debruçarem sobre a temática e, a partir de suas áreas particulares, desenvolverem comunicações orais para o franco debate científico com os pares.

É seguro que nossa tarefa não é das menos complexas. Portanto, recebemos propostas de comunicação oral e textos de investigadores e investigadoras de Portugal e do estrangeiro que buscaram diálogos interdisciplinares, pois a Sociologia, a História, a Antropologia, a Filosofia, o Direito, a Economia, a Arquitetura, a Educação e outras tantas áreas do conhecimento já reconheceram a importância das investigações sobre o trabalho e os(as) trabalhadores(as), os meios de sua exploração (liberal ou compulsório), as formas de organização do processo produtivo, as organizações de trabalhadores e trabalhadoras, os espaços de resistência à exploração e dominação, a produção e reprodução das identidades e ideologias, as biografias e trajetórias individuais e conjuntas. São muitas as possibilidades a enfrentarmos.

As actas aqui reunidas são resultado da ampla reflexão sobre a temática que ora apresentamos ao público sob a forma do presente livro eletrónico. Fazemos votos de boa leitura!

ENTRE O PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA: O CASO-REFERÊNCIA DO BAIRRO DE BANGU (RIO DE JANEIRO - BRASIL)

Aline Cristina Fortunato Cruvinel[1]

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro, tradicionalmente marcada pelo papel que exerceu ao longo do século XIX como sede da Coroa Portuguesa, a partir da chegada da Corte em 1808, e como capital da República do Brasil, a partir da Proclamação da República em 1889, no decorrer das primeiras décadas do século XX expressou, por meio de seu processo de formação urbana, as especificidades e contradições de uma cidade que então mesclava aspectos de um período colonial não superado e, ao mesmo tempo, de uma modernidade que ensaiava despontar. É nesse mesmo período que se inicia o processo de urbanização de uma área distante do núcleo urbano da cidade e que daria origem ao bairro de Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro, carregando em si algumas das contradições próprias da produção do espaço urbano em um país periférico e caracterizando um modo particular de ocupação, frente às mudanças que o sistema de produção capitalista apresentava.

Em termos gerais, pode-se dizer que o bairro de Bangu, formado essencialmente através da atividade industrial exercida pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, fundada em 1889, indica que o domínio estabelecido pelos proprietários da fábrica extrapolava os limites físicos do complexo industrial, bem como as relações de poder entre patrão e operário. Um olhar mais atento ao processo de formação do bairro permite identificar os desdobramentos desse domínio na urbanização do bairro e na trajetória de vida de seus moradores, sejam eles operários diretamente ligados à atividade fabril, sejam familiares destes ou trabalhadores não vinculados à fábrica.

É pelas particularidades desse processo que Bangu foi escolhido como objeto de análise para o debate a respeito da relação entre patrimônio cultural e classe trabalhadora, tendo em vista não somente o papel essencial da fábrica para a sua formação tal como se deu, mas também o processo de transformação da classe até os dias de hoje. Assim, tomando o bairro de Bangu como caso-referência, é possível, por exemplo, refletir sobre como a classe trabalhadora é costumeiramente representada a partir da figura do operário fabril (e, consequentemente, como determinados tipos de trabalho são invisibilizados), bem como pensar o patrimônio cultural e a memória urbana a partir de um recorte de classe, diante dos desafios enfrentados pelos trabalhadores atualmente, tais como: perda de direitos trabalhistas; precarização do trabalho; crescente plataformização; fragilização dos espaços de organização, luta e convívio; dentre outros exemplos.

A formação do bairro de Bangu e seu patrimônio cultural tombado

[1] Doutoranda em Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ), mestre em Urbanismo pelo mesmo programa e arquiteta e urbanista formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). E-mail: aline.cruvinel@fau.ufrj.br.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

O bairro de Bangu se localiza a 40 quilômetros do centro da cidade do Rio de Janeiro, conta com 243.125 habitantes, conforme indica o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e é circundado por bairros como Padre Miguel, Realengo e Senador Camará. De forma geral, sua urbanização se dá de modo atrelado à instalação da Fábrica de Tecidos Bangu pela Companhia Progresso Industrial do Brasil em 1889, e acontece paralelamente à urbanização do restante da cidade, uma vez que o parcelamento das terras da região, a instalação de infraestrutura urbana básica e a gestão fundiária e urbana estiveram por décadas sob responsabilidade dos donos e gestores da fábrica. Logo após a instalação da fábrica, por exemplo, se deu a construção da estação ferroviária de Bangu, que fazia parte de um dos ramais da Estrada de Ferro Central do Brasil, que, por sua vez, conectava diferentes bairros e cidades ao centro do Rio de Janeiro.

Assim, o setor privado representado pela Companhia foi responsável por direcionar, segundo seus interesses, os rumos da urbanização da região, estabelecendo uma relação marcadamente paternalista com a população que ali passava a residir sobretudo para atender às demandas de mão de obra da fábrica. Dessa relação, se desdobrou também a formação de um mercado consumidor de serviços urbanos geridos pela Companhia, que, desse modo, expandia suas possibilidades de lucro e seu domínio territorial através do fornecimento de infraestrutura básica, como sistemas de água e saneamento, redes de energia elétrica e telefone, bem como por meio do aluguel de casas operárias e da compra e venda de imóveis e lotes.

Em seus primeiros anos de atividade, por exemplo, a Companhia construiu residências operárias de modo alinhado ao incentivo fiscal municipal de concessão de moradia para a classe trabalhadora, atendendo também às exigências higiênicas então estabelecidas no período, ainda que suas primeiras casas tenham sido direcionadas apenas para mestres e contramestres (FREITAS, 2005, p. 53). Já na primeira década do século XX, além de construir novas casas operárias, a Companhia passou a permitir que os trabalhadores construíssem residências em seus terrenos, sendo condicionados a pagar aluguel pela concessão e exigida a aprovação da planta pela diretoria, conforme indica Freitas (2005, p. 55). A história urbana do bairro permite perceber, nesse cenário, que o controle do espaço urbano exercido pela Companhia não se limitou ao período inicial de formação do bairro, mas persistiu pelo menos até a década de 80, ainda que durante esse tempo ela tenha negociado grande parte de seus terrenos com o Estado.

Como é possível visualizar na Figura 1, a urbanização de Bangu se deu a partir de uma divisão fundiária que teve como base um parcelamento pragmático do solo, com a adoção de um desenho urbano geométrico que se caracteriza por lotes em sua maioria ortogonais, ao redor da grande gleba onde até hoje se encontra parte das edificações da antiga Fábrica Bangu, desativada no início do século XXI e transformada no *Shopping Bangu*, que, por sua vez, foi inaugurado em 2007.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Figura 1 - Vista do bairro de Bangu em 18-12-1940

Fonte: Escola de Aeronáutica do Exército, disponível no Acervo Digital da Brasiliana Fotográfica. Acesso em 13-04-2020: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/7463>

Diante dessa lógica paternalista estabelecida entre patrão e operário, a história urbana do bairro também se vê permeada por figuras públicas entendidas como "benfeitoras" até os dias de hoje e que viabilizaram a construção das edificações tombadas como patrimônio cultural e que fazem parte da memória coletiva do bairro. O primeiro "benfeitor" a despontar no ideário de Bangu é João Ferrer, diretor-chefe da fábrica entre 1903 e 1919, e responsável pelas primeiras redes de infraestrutura, pela construção de novas moradias, por doar a Escola Rodrigues Alves para os operários e seus filhos e por fundar em 1904 o Bangu Atlético Clube (FREITAS, 2005, pp. 58-60). É também nessa época que é construída a Igreja de São Sebastião e Santa Cecília, tombada com a fábrica e o Casino Bangu pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). O Casino, por sua vez, foi fundado em 1907 como sede da Sociedade Musical Progresso de Bangu, e ao longo do século XX foi palco de reuniões, shows e manifestações culturais da classe, abrigando atualmente um clube recreativo.

Além de Ferrer, quem também ganha destaque é Guilherme da Silveira Filho, ou Silveirinha, proprietário que presidiu a fábrica de 1971 a 1986, e cuja família comandou a empresa desde a década de 1920. O Estádio Proletário Guilherme da Silveira – ou Estádio Moça Bonita – que integra o conjunto de bens tombados em Bangu, foi inaugurado em 1947 por Silveirinha, que presidiu o Bangu Atlético Clube de 1937 a 1949.

Assim, de modo geral, pode-se dizer que o bairro de Bangu apresenta um patrimônio cultural tombado que está intimamente vinculado à memória coletiva dos trabalhadores da fábrica, uma vez que grande parte dos bens tombados são edificações construídas originalmente para atender a população operária que ali trabalhava. Mas, se olharmos de modo atento aos desdobramentos dessa urbanização e aos conflitos urbanos e sociais que se estabeleciam para além da dinâmica intra-bairro, é possível perceber o processo de complexificação desta última, sobretudo através das remoções e deslocamentos que passam a ocorrer mais intensamente nas décadas de 1960 e 1970 no Rio de Janeiro.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A memória urbana do bairro de Bangu passa, nesse sentido, a indicar não somente a sua relação mais evidente com os operários da fábrica, mas também sua relação com trabalhadores que chegaram ao bairro por meio das remoções da zona sul e no centro da cidade, bem como da produção habitacional que se estabeleceu sobretudo entre as décadas de 40 e 80. Mais recentemente, ainda, é possível notar que a memória da classe trabalhadora traz consigo também as marcas do trabalho informal, do crescimento do setor de serviços (o Shopping Bangu como polo de empregos é um exemplo disso) e da precarização do trabalho.

Remoções de favelas e o deslocamento da classe trabalhadora para áreas periféricas da cidade

Ao longo do século XX, o surgimento e o aumento expressivo do número de favelas na cidade do Rio de Janeiro foram o motivo para a elaboração de diferentes iniciativas que visavam o controle e, mais frequentemente, a erradicação desse fenômeno urbano que, por sua vez, se mostrava como uma expressão comum do processo de produção do espaço urbano periférico no contexto do capitalismo dependente, apresentando-se como solução habitacional adotada pela classe trabalhadora frente às possibilidades e limites de sua condição de superexplorada. Desde as primeiras décadas do século XX sendo alvo de políticas higienistas que utilizam o discurso sanitária para a frequente demolição dos barracos que constituíam as favelas localizadas nas áreas centrais da cidade, tais políticas ainda se mostravam presentes nas décadas de 1960 e 1970, notadamente no governo do Estado da Guanabara sob as figuras de Carlos Lacerda (1960-1965) e de Negrão de Lima (1965-1971). Nesse período, as remoções de favelas nas áreas centrais e na zona sul da cidade se intensificaram e se manifestaram como parte de uma política local que, posteriormente, transformou-se em uma política federal comandada pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) e financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), criado no período do governo militar (VALLADARES, 2005, p. 17-18), e seguindo uma "tendência de destruição dos bairros ilegais, também verificada em outros países da América Latina" (VALLADARES, 2005, p. 130).

Assim, bairros constituídos por trabalhadores passaram a ser afetados por intervenções diversas, como o da Gávea, que até as décadas de 1950 e 1960 estava marcado pelo cotidiano operário e não raro era conhecido como Gávea Vermelha (em alusão à posição política dos trabalhadores ali residentes) – cenário estabelecido notadamente devido à existência de complexos fabris na região. Da mesma forma, temos o bairro do Catumbi, que apresentava um cotidiano operário que foi destacado por Carlos N. F. Dos Santos e Arno Vogel em estudo publicado na década de 1980, e que ao longo da década de 1970 sofreu uma série de demolições por conta da construção do Túnel Santa Bárbara que conectaria o centro e a zona sul da cidade.

Como parte dessas políticas, a remoção se transformou em uma medida corriqueira e o deslocamento da população favelada e de moradores de áreas afetadas por intervenções viárias passou a acontecer em direção às áreas periféricas da cidade, tendo o bairro de Bangu absorvido grande parte dessa população, através dos conjuntos habitacionais que passaram a ser construídos nesse período nos terrenos vendidos pela Fábrica Bangu ao Estado da Guanabara.

Vale destacar que Bangu já na primeira metade do século XX, e ainda sob a predominante influência imobiliária da Companhia, passou a receber progressivamente o investimento estatal por meio da construção de conjuntos habitacionais dos Institutos de Pensões e Aposentadoria. Segundo Floriano Oliveira, das 12.238 unidades habitacionais construídas pelo Institutos de Pensões e Aposentadoria dos Industriários (IAPI) no Rio de Janeiro entre 1937 e 1964 – número que seria inexpressivo para a demanda habitacional da cidade, como ressalta o autor – 45% foram em Bangu, representando a chegada de 30 mil novos moradores ao bairro através do Conjunto Bangu e do Conjunto Moça Bonita (OLIVEIRA, 1993, p. 104). Outros conjuntos seriam construídos nesse mesmo período, como é o caso da Vila Aliança, construída em 1962, e da Vila Kennedy, em 1964. Na década de 70, também foram inaugurados o Conjunto Dom Jaime Câmara e o IAPI Padre Miguel, conhecido como Caixa D'Água.

O exemplo da Vila Aliança, sub-bairro de Bangu, evidencia, seja através do pouco registro de sua história, seja pelo descaso recorrente do Estado em relação a seus moradores – perceptível na remoção e na pouca infraestrutura oferecida após a mudança, dentre outros fatores –, como o apagamento de uma memória operária ali se consolidou. Em uma busca inicial sobre o local, as notícias e publicações encontradas o retratam como um cenário marcado pela violência e pelo tráfico, sendo alvo frequente de operações policiais. Para além desses retratos mais correntes, ainda é possível encontrar descrições trazidas por moradores que apresentam o sub-bairro – ou "bairro", na percepção de alguns, ainda que não definido legalmente – como um local que carrega a memória da classe trabalhadora. No site da Agência de Notícias das Favelas, é assim que Felipe Araújo, um dos moradores da Vila Aliança, a apresenta:

> Todo o bairro de Vila Aliança é a história viva da luta dos trabalhadores. Por isso é tão simbólico para nós moradores o fato de que as ruas centrais possuem nomes de profissões, como as ruas do Farmacêutico, do Alfaiate, do Florista, do Granjeiro, do Eletricista, do Mensageiro, entre outras.
> Hoje, a comunidade se encontra abandonada pelos governantes, como a maioria dos bairros operários e favelas do Rio de Janeiro. É muito importante resgatar as histórias de luta dessa gente guerreira, aprender com o passo e nos organizarmos para construir uma vida mais digna para esse povo tão forte, alegre e trabalhador. (ARAUJO, 2018)

Vale ressaltar que a Vila Aliança e a Vila Kennedy são resultado da *Aliança para o Progresso*, programa desenvolvido pelo governo dos Estados Unidos durante a presidência de John Kennedy que oferecia assistência direcionada à América Latina e que teve como uma de suas bases a Operação Pan-Americana (OPA), lançada por Juscelino Kubitschek em 1958. Assim, em termos gerais, ambas são desdobramentos de um projeto que se estabeleceu em escala global e que foi incorporado, dentre outros aspectos, como política habitacional durante o governo militar.

Além disso, é importante destacar que a construção de tais conjuntos habitacionais e a realocação da população favelada para áreas periféricas não foram acompanhadas pelo incremento da infraestrutura urbana necessária para atender essa população.

A origem da Vila Aliança já aponta o caráter classista e o processo de luta presentes em sua história e como, dessa maneira, a experiência do trabalhador no bairro de Bangu não se

resume à experiência do operário da fábrica nem se mostra tão pacífica quanto a relação paternalista pode fazer parecer. Tais aspectos podem ser percebidos quando se investiga mais profundamente como se deu a transferência de parte de seus moradores, como ocorreu no final de 1964, por exemplo, quando a Vila Aliança, já ocupada havia dois anos, passou a receber, assim como a Vila Kennedy, trabalhadores advindos de uma favela de Brás de Pina. Um conjunto de recortes de jornais consultado no Arquivo Nacional (1964-1969), e que reúne certa disparidade de opiniões a respeito da transferência, a expõe como um episódio marcado pelo conflito de interesses entre favelados, estes contando com o apoio de vigários de Brás de Pina, e o Estado, representado sobretudo na ação de assistentes sociais da COHAB. Do total das 333 famílias que seriam realocadas (OS FAVELADOS, 1964) e que teriam logo em seguida seus barracos derrubados, 176 já tinham sido transferidas para Bangu (MORADORES, 1964) até o último dia de 1964, ainda que sob ameaças de assistentes sociais, que invadiam barracos, forçavam moradores a aceitar cartões de transferência (CASAS, 1964), mencionavam possível fuzilamento e demolição de barracos com gente dentro, bem como visitavam seus locais de trabalho, "fábricas da vizinhança", como meio de, através da interferência dos patrões, coagi-los a se mudar (FAVELADOS, 1964). Ainda assim, os recortes também apresentavam uma divisão entre os moradores, alguns já instalados em Bangu e satisfeitos com a casa nova, outros que diziam terem se mudado contra a própria vontade. Na figura 2, é possível ver a chegada de alguns desses moradores na década de 1960 à Vila Aliança.

Figura 2 - Chegada à Vila Aliança

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, década de 60.

Com o exemplo da Vila Aliança, é possível notar que é preciso incorporar cada vez mais grupos invisibilizados no debate acerca de um patrimônio e de uma memória que sejam relativos à classe, mesmo diante das especificidades de cada grupo de trabalhadores. No caso do patrimônio cultural, se torna cada vez mais necessário pensar a memória urbana a partir

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

da luta de classes e dos conflitos urbanos, bem como revisitar as representações que restringem o ideário do trabalhador à figura do operário industrial, sobretudo em um momento de surgimento de novas categorias de trabalho, bem como de discussão acerca de trabalhos historicamente invisibilizados, como são o trabalho informal e o trabalho doméstico.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo trazer um debate acerca do patrimônio cultural e da memória da classe trabalhadora a partir de alguns aspectos da história urbana do bairro de Bangu, de modo a evidenciar como o processo de formação da classe trabalhadora e também de formação do espaço urbano, notadamente no contexto do capitalismo dependente, se estabelecem de modo complexo. Dessa forma, o trabalho indica que pensar um patrimônio cultural que possa ser relativo à classe trabalhadora exige necessariamente considerar a multiplicidade desta, sua transformação constante enquanto categoria dialética e, sobretudo, o conflito inerente à sua existência, que se expressa também a partir dos conflitos urbanos diante da luta por condições dignas de vida.
O caso-referência de Bangu permite, assim, permear por um cenário marcado por relações paternalistas e amistosas entre patrão e empregado a partir de uma categoria já reconhecida como integrante da classe trabalhadora, que é a do operário industrial, e a de grupos de trabalhadores sem vínculo evidente com alguma categoria de trabalho, mas que expressam sua condição de vulnerabilidade social a partir dos conflitos espaciais aos quais se mostram submetidos. Pode-se dizer, dessa maneira, que o patrimônio cultural e a memória urbana, para contemplar de modo satisfatório as demandas de representação histórica e espacial da classe precisam considerar a multiplicidade, a transformação e o conflito inerente a ela.

Referências

ARAÚJO, Felipe. Vila Aliança: lugar de história e luta. **Agência de Notícias das Favelas**. Disponível em: http://www.anf.org.br/vila-alianca-lugar-de-historia-e-luta/. Acesso em: 24 mai. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL**). Recortes de jornais sobre a transferência de moradores da favela de Brás de Pina para Vila Aliança em Bangu, destacando-se o aumento e a urbanização das favelas e a distribuição de sapatos nas favelas do Rio de Janeiro pela CAMDE**. BR RJANRIO PE.0.0.85. Rio de Janeiro, nov. 1964 – nov. 1969.

CASAS invadidas na favela pela COHAB. **Correio da Manhã**. 27 dez. 64.
FREITAS, Adriana Oliveira de. **Abalou Bangu!** A Fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914). 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

MORADORES de Brás de Pina resistem à mudança, sob o olhar do padre José Artola. **Jornal do Brasil**. 31 dez. 64.

OLIVEIRA, Floriano J. G. de. **Bangu – o singular e o plural na organização do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. 225 p.

OS FAVELADOS de Brás de Pina vendem alegria na Vila Aliança. **O Globo**. 26 dez. 64.

OS ÚLTIMOS dias da vida quieta em casas de vila. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1º jul. 1973, 1º Caderno, p. 20.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

SOBREVIVENDO AOS "EMPREITEIROS DA MORTE": TRABALHADORES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA (PORTO VELHO, SÉCULO XX)

Ana Carolina Monteiro Paiva[1]

O serralheiro português José Fidalgo trabalhava na oficina de caldeireiro durante a construção da ferrovia Madeira-Mamoré quando adoeceu. Durante um acesso de febre alucinante se viu na seguinte cena: "ficou como louco como andasse nú pelo acampamento e se dirigisse á casa dos engenheiros eles lhe dispararam vários tiros de rifle" (JORNAL DO COMMERCIO, 1909). Em 1909, o caso ocorrido na floresta amazônica brasileira foi noticiado na imprensa regional com o título *Os empreiteiros da morte*.

Na historiografia sobre o período (1907-1912), estima-se que um fluxo de 25.000 a 30.000 trabalhadores circularam nas terras rondonienses durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (HARDMAN, 2005; FERREIRA, 2005). Entre estes milhares de migrantes estava José Fidalgo, que emigrou de Portugal para a região amazônica em Porto Velho, no século XX.

A partir da leitura e análise de jornais e processos judiciais, o objetivo deste artigo consiste em discutir, ainda que brevemente, a presença dos portugueses durante a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1907 e 1912, e a formação da cidade de Porto Velho, a partir de 1912 até aproximadamente 1920. Para isso, articulo elementos da vida cotidiana - como organização do trabalho, datas comemorativas, atividades sociais e conflitos - compreendidos através dos estudos de Agnes Heller (2011), tendo em mente as relações instituídas nas sociedades capitalistas estabelecidas entre aqueles que possuem os meios de produção e os que vendem a força de trabalho (MARX, 2013). Pontuo que se trata de uma discussão introdutória sobre a presença portuguesa na região amazônica, especificamente em Rondônia[2] no início do século XX, com o intuito de destacar a importância e potencial do tema para que sejam aprofundadas futuras pesquisas científicas.

Imigração portuguesa no Brasil, região amazônica e Porto Velho

No período compreendido entre metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, o continente americano e, mais especificamente, o Brasil, foi palco de uma entrada maciça

[1] Historiadora com mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho (GEPEHTO-CNPq), vinculado à Universidade Federal da Paraíba e o Laboratório de Estudos da História Social do Trabalho na Amazônia (Lehstam-CNPq), vinculado à Universidade Federal do Amapá. Atualmente é contratada da Universidade Estadual da Paraíba, atuando na Biblioteca Central. Contato: anacarolinamonteirop@gmail.com

[2] Rondônia é um estado da federação brasileira, localizado na região Norte, com 52 municípios. Ocupa uma área de 237.765,293 km² e tem como limites os estados do Mato Grosso, Amazonas, Acre e Bolívia. O estado recebeu o nome de Rondônia em homenagem ao marechal Cândido Rondon, explorador da região. Sua capital, Porto Velho, possui uma população estimada de 519.531 pessoas e ocupa uma área de 34.090,962 km². Adaptado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/historico> Acesso em: 14 de ago. 2022

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

de imigrantes estrangeiros, como italianos, alemães, espanhóis, japoneses e portugueses (SCOTT, 2001, p. 2).[3]

De acordo com Joaquim Costa Leite (1987), no caso de Portugal, os dados estatísticos sobre a emigração para o Brasil apontam um intenso crescimento demográfico e mobilidade geográfica. A esses dados soma-se um percentual da emigração clandestina que o autor separa por "clandestinos indocumentados", ou seja, aqueles que escapavam dos registros portugueses, e os "clandestinos documentados", aqueles registrados com dados pessoais diferentes.[4] Vejamos as informações utilizadas pelo autor:

Tabela 1. Números da emigração portuguesa entre 1906 e 1914. Fonte: LEITE, 1987.

ANO	BRASIL	TOTAL*
1906	26.139	34.083
1907	31.474	40.140
1908	36.353	40.034
1909	30.574	37.285
1910	31.274	39.349
1911	48.196	59.141
1912	74.853	88.375
1913	64.402	77.004
1914	19.341	25.570

*O total corresponde aos emigrados para o Brasil, América do Norte, América do Sul e outros (não especificado).

O que estes números expressam é um reflexo da conjuntura de cada período e se ligam ao momento histórico específico da sociedade de origem, com suas políticas de restrição ou incentivo à emigração, como afirma Ana Silvia Volppi Scott (2001). Segundo Cristina Cancela e João Santos Cosme (2016, p. 234), em Portugal o crescimento populacional, a formação de relações capitalistas na agricultura, a não absorção da mão-de-obra pelo mercado e a indústria e o limite de terra das famílias foram fatores que contribuíram para a miséria, o desemprego e/ou subemprego, potencializando a migração dos portugueses de várias partes do país.

Por outro lado, no Brasil, desde os momentos finais da abolição da escravatura (1888) e principalmente com a implantação da República (1889) tem início a imigração subsidiada pelo Estado brasileiro, que procurava repor a mão-de-obra necessária à expansão da lavoura de café através de trabalhadores livres estrangeiros: entre 1880 e 1900, de 1.700.000 mil imigrantes oficialmente registrados, 59% eram italianos, 20% portugueses e 12% espanhóis (KLEIN, 1994 *apud* SCOTT, 2001, p. 5). Esse fluxo migratório é justificado pela preferência dos portugueses pela política imigratória brasileira somada às dificuldades socioeconômicas e políticas que os forçava a emigrar.

É possível observar na *Tabela 1* que, no século XX, o maior fluxo de entrada portuguesa diretamente para o território brasileiro se deu entre 1911 e 1913, alcançando o ápice em 1912, com a entrada de 74.853 emigrantes. Os principais centros acolhedores destes imigrantes

[3] É importante que se lembre que os deslocamentos migratórios portugueses para o Brasil são anteriores a este período e, pelo menos ao longo do século XVIII, esta imigração já se apresentava, conforme pontua Scott (2001). Mas neste estudo me limito a tratar do recorte temporal do início dos anos 1900 até 1920.

[4] Existe uma discussão levantada pelo autor sobre quem eram os clandestinos: do ponto de vista do Brasil ou Portugal, poderiam ser aqueles que viajavam de 2ª ou 3ª classe.

portugueses foram São Paulo e Rio de Janeiro, perceptível nos anos de 1910-1914 que marcam a vinda da maior entrada de portugueses em São Paulo para as lavouras de café; e no Rio de Janeiro, com um número tão alto que os imigrantes se viram em uma situação precária compondo um "proletariado miserável" (MENEZES, 1997 *apud* SCOTT, 2001, p. 22).

Além de São Paulo e Rio de Janeiro, muitos portugueses se engajaram nos demais centros urbanos do Brasil no setor de transportes e energia elétrica. Através de uma correspondência de 16 de março de 1875 podemos observar o destino de alguns portugueses recém-chegados a São Paulo que optaram por este caminho: "(...) Os Alemães contrataram-se para a lavoura... os Franceses, Portugueses e de outras nacionalidades recusaram-se na maior parte a assignarem contractos indo buscar nas estradas de ferro em construção e outras industrias emprego à sua actividade." (DAESP, Ref. 5528 *apud* SCOTT, 2001, p. 10). E ainda, conforme identificou Maria Izilda Matos (2019, p. 72), os portugueses também exerceram funções de motorneiros, cobradores, carpinteiros, serralheiros, marceneiros, acendedores de lampião, condutores, e eram preferidos para trabalhos nas ferrovias e obras do porto de Santos.

Na região amazônica brasileira, o fluxo imigratório foi estimulado pela economia da borracha, entre os anos de 1850 e 1920, quando a maior liquidez econômica, a implantação e ampliação dos equipamentos e serviços urbanos, somados à navegação a vapor, atraíram levas de migrantes de diversos países, entre eles, em número expressivo os imigrantes portugueses. O comércio da borracha, iniciado a partir da década de 1850 atingiu seu ápice em 1860 e se consolidou ao longo do século XIX e início do XX, entrando em crise a partir de 1911 (CANCELA & COSME, 2016, p. 234).

Nesse contexto, a presença portuguesa se fazia principalmente no comércio, como caixeiros viajantes, mercadores e proprietários de armazéns estabelecidos ao longo dos rios e riachos nas zonas extrativistas. Nas memórias do empresário norte-americano Percival Farquhar, responsável por construções no Pará, Amazonas e pelo empreendimento da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, escritas pelo biógrafo Charles Gauld (2006, p. 187), é descrito o cenário: na foz de cada riacho da zona extrativista havia sempre um comércio de algum mercador ganancioso, geralmente um imigrante levantino ou português, que mantinha seus fregueses seringueiros em permanente débito com ele.

Na historiografia tem-se ampliado os trabalhos sobre essa presença portuguesa compreendendo outras regiões e estados, como na região amazônica nos estados do Amazonas e Pará (Emmi, 2010; Cancela & Cosme, 2016), que possuem um número de imigrantes portugueses elevado, conforme demonstra o censo de 1920 que detectou a presença de 24.007 pessoas oriundas de aldeias portuguesas vivendo nas cidades de Manaus e Belém (CANCELA & COSME, 2016, p. 235; BENCHIMOL, 1999 *apud* MENEZES, 2003, p. 3).

Em Rondônia no alvorecer do século XX, especificamente na capital Porto Velho, o fluxo migratório de trabalhadores portugueses foi catalisado pela implementação da ferrovia Madeira-Mamoré. A construção de uma via de acesso na região era estudada desde o final do século XVIII e culminou na construção de uma ferrovia como forma de fortalecer as fronteiras territoriais brasileiras e promover um desenvolvimento da região. Assim, em 1903 o Brasil e Bolívia assinaram um novo tratado sobre suas regiões fronteiriças, o Tratado de Petrópolis, no qual o Brasil assumia o compromisso de construir em território brasileiro uma ferrovia que acompanharia os rios Madeira (Brasil) e Mamoré (Bolívia).

Trata-se de um período na Amazônia em que o capital visava apropriação e controle de novos mercados de produtores, consumidores e de trabalho. Portanto, a Companhia responsável pela implementação da ferrovia buscava estabelecer também outras obras de serviço/infraestruturas para facilitar o escoamento da produção (borracha, castanhas entre outros produtos) para o Atlântico Norte, sobretudo que utilizassem interpostos comerciais importantes, como em Manaus e Belém. E para concretizar estas obras fazia-se necessário mobilizar um contingente de trabalhadores.

O período de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1907 e 1912, foi o mais intenso de fluxos migratórios para a região considerando as primeiras décadas do século. Em alguns momentos com maior expressão de imigrantes, em outros, de migrantes das regiões Norte e Nordeste. Isto porque foi o processo de exploração, locação e construção da ferrovia que necessitava de um número maior de força de trabalho, tanto pela quantidade de serviços como pelos altos índices de mortalidade.[5]

Os portugueses em sua terra natal ou em Manaus e Pará eram abordados por agentes ou engajadores para se juntarem à força de trabalho da ferrovia. Com o aumento da emigração e o alargamento da rede de correspondentes e agentes das companhias de navegação, estes agentes e engajadores ajudaram a organizar a rede de emigração, rede que podia ser usada tanto para a emigração legal, como para a ilegal: a primeira dava cobertura à segunda e os contatos e subornos que serviam uma podiam servir a outra. (LEITE, 1987, p. 469)

Esses viajantes chegavam por embarcações provenientes da América Central e Europa geralmente navegavam até Itacoatiara, entreposto criado pela Companhia para fazer a baldeação dos trabalhadores e materiais destinados à construção. Chegando ao canteiro de obras da Madeira-Mamoré, a organização dos trabalhos era supervisionada pelos engenheiros empreiteiros responsáveis May, Jekyll e Randolph[6] em que podemos distinguir dois grupos divididos por critérios de nacionalidade e função: os empregados e operários.

Aos empregados cabiam os cargos superiores que não exigiam exclusivamente força física e sim habilidades de administração e saber técnico-científico, com salário mensal e direito a férias, como engenheiros e escriturários, ocupados principalmente por norte-americanos. Quanto aos operários, eram todos aqueles que desempenhavam alguma função de trabalho que exigia esforço físico, eram pagos por serviço prestado e pertenciam a qualquer outra nacionalidade, sendo principalmente brasileiros, espanhóis e portugueses. Fontes não reveladas pelo *Jornal do Commercio*, em desabafo sobre as condições de trabalho, descreveram a organização:

> Os cargos superiores, como sejam: engenheiros, ajudantes, conductores, feitores, escripturarios, fleis, mechanicos e chefes de officinas, são todos exercidos por norteamericanos, em numero de 400 aproximadamente. O resto do pessoal, cerca

[5] É possível identificar cerca de quarenta diferentes nacionalidades que ocuparam funções na ferrovia, entre elas: brasileiros, espanhóis, antilhanos, portugueses, alemães, italianos, colombianos, americanos, bolivianos, venezuelanos, franceses, russos, cubanos, chineses, gregos, ingleses, porto-riquenhos, austríacos, mexicanos, turcos, árabes, peruanos, suecos, belgas, canadenses, chilenos, japoneses, dinamarqueses, escoceses, húngaros, irlandeses, noruegueses, panamenses, granadianos, argentinos, equatorianos e hindus (PAIVA, 2020, p. 71). Essas informações foram obtidas na lista de óbitos por nacionalidade, de junho de 1907 a dezembro de 1912 nos relatórios da Brazil Railway Company.

[6] A empreiteira construtora May, Jekyll & Randolph era composta pelos engenheiros norte-americanos Robert H. May, Arthur B. Jekyll e John Randolph, que haviam trabalhado na construção do Canal do Panamá.

> de dois mil e seiscentos, pertence a diversas nacionalidades, na seguinte ordem: brasileiros, hespanhoes e portugueses. Aquelles estão acobertados pela bandeira do paiz que pertencem, pois que é a mesma de seus patrões, ao passo que estes, por falta de proteção dos países a que pertencem, jazem em completo abandono. Só estão acobertados pela bandeira negra da morte." (JORNAL DO COMMERCIO, 1909, p. 2)

Diante do exposto, percebe-se que mesmo funções básicas/simples são mencionadas como cargos superiores (400 empregados) pela relação direta com a nacionalidade, como é o caso dos ajudantes provavelmente norte-americanos, "acobertados pela bandeira do paiz que pertencem, pois que é a mesma de seus patrões". Os demais trabalhadores, maioria no canteiro de obras (2.600 operários), não são citados pelas funções que exercem, mas pelos países de origem, o que evidencia também a relação direta entre nacionalidade e função. Para corroborar, seu conterrâneo, Manoel de Almeida também alegou que o tratamento com os trabalhadores era ruim nos trabalhos, declarando que os barbadianos e americanos são os que melhores empregos exercem e são os mais bem tratados.
Portanto, estes elementos configuram uma organização e divisão do trabalho desigual e hierárquica pautada por critérios de nacionalidade e saber técnico-científico que congregava cerca de 40 nacionalidades diferentes de trabalhadores em plena floresta amazônica.[7]

O caso do trabalhador José Fidalgo

Um desses trabalhadores da ferrovia teve sua experiência relatada pela imprensa brasileira: o português José Corrêa Fidalgo. Vejamos a narração do episódio pelo jornal:

> Nos últimos dias de julho, estando em sua barraca, o serralheiro José Correia, foi pela meia noite accommettido de um forte accesso de febre, ficando como que alucinado. Abriu a porta e sahiu, para o campo, correndo em todas as direcções. O pobre homem, gesticulava, como quem andava fazendo cálculos e medições. Depois de visitar as varandas de algumas casas, dirigiu-se á residência dos engenheiros. Estes ficaram amedrontados por vêr na sua frente um homem nú, (...) Armaram-se de rifles e dispararam diversos tiros sobre José Correia, que foi attingido por cinco projectis, que o derrubaram. Os guardas nocturnos, ouvindo as detonações, correram para o local e foram encontrar o serralheiro cahido por terra, chegando ainda a tempo de obstar que um americano acabasse de matar a victima com um cacete de que se munira. (...) O subdelegado chegou, mas apenas se limitou a enviar o ferido para o hospital, onde o medico fez a extracção dos cinco projectis. (JORNAL DO COMMERCIO, 1909, p. 2.)

Depois da noite em que alucinou, José Corrêa procurou o consul de Portugal o dr. J.A. de Magalhães, que lhe fez um minucioso exame médico, encontrando no corpo do serralheiro as cicatrizes das cinco balas, sendo encaminhado de volta a Manaus aonde chegou por embarcação com outro conterrâneo chamado Manoel de Almeida.
Natural de Portugal, da freguesia de Pombeiro, conselho de Arganil, José Correia Fidalgo tinha 32 anos de idade e era solteiro. Sua entrada no Brasil não é registrada, mas é

[7] Isto sem considerar as questões de gênero e raça na organização dos trabalhadores da ferrovia, temas necessários de se discutir na história do trabalho da Madeira-Mamoré, mas que requer um maior aprofundamento que não atende aos objetivos deste artigo no momento.

mencionado que esteve algum tempo em Manaus trabalhando na montagem da armação de ferro do prédio da Leitaria Amazonas. Em 1909, seguiu para o canteiro de obras da ferrovia Madeira-Mamoré, onde trabalhou por 35 dias na oficina de caldeireiro recebendo diariamente 8.000 réis. O depoimento de José Corrêa Fidalgo na polícia foi confirmado pelo conterrâneo Manoel de Almeida. Manoel era da freguesia de Cativellos, conselho de Gouveia, jornaleiro, casado, com 28 anos de idade. Declarou que foi contratado ainda em Portugal para o serviço da estrada, com promessa de pagamento da passagem para regressar à pátria depois de seis meses de serviço efetivo. Mas que, ao cumprir o contrato retornou a Manaus se dirigindo ao escritório da empresa e lhe foi negado o pagamento da passagem prometida.

José Fidalgo adoeceu e foi acometido por fortes febres, mas continuou trabalhando conforme era exigido pelo superior imediato e empreiteiros responsáveis pela construção. Tempos atrás outro trabalhador português dirigiu-se ao chefe do acampamento, um engenheiro norte-americano, solicitando pagamento dos dias trabalhados e uma guia para afastamento do trabalho e internação no hospital, uma vez que se sentia doente e sem forças para trabalhar. No entanto,

> (...) o pedido foi negado e como o trabalhador insistisse alegando não poder trabalhar devido ao estado de fraqueza, foi esbofeteado pelo engenheiro; que o trabalhador não reagiu, porque se o fizesse, caro lhe custaria, pois os americanos andam armados dos pés à cabeça, e que aos trabalhadores é expressadamente prohibido usar qualquer arma. (JORNAL DO COMMERCIO, 1909, p. 2)

Havia uma produtividade exigida principalmente para com os operários, que trabalhavam por metro (no caso da escavação), jornada e/ou empreitada. As distinções entre operários e empregados vão além do uso de palavras diferentes, representando moradias, funções de trabalho, condições de trabalho e nacionalidades diferentes. Operários, como os portugueses, trabalhavam ao longo do assentamento dos trilhos e galpões das oficinas, na floresta amazônica de clima tropical, portanto, expostos a altas temperaturas (com queda de temperatura ao entardecer), chuva e demais intempéries, à picadas de inseto, doenças, ataque de animais.

As doenças que acometiam estes trabalhadores eram pneumonia, sarampo, desinteria, febre hemoglobinúria, sífilis, beribéri, febre amarela e malária, sendo a malária a principal enfermidade que ceifou vidas durante a construção da ferrovia.[8] Inclusive, este alto índice de mortalidade foi o motivo que fez intensificar os empreiteiros a recrutar cada vez mais trabalhadores para repor a força de trabalho perdida ou inválida.

Nos primeiros anos de construção, os casos graves de adoecimento eram encaminhados para um "hospital primitivo" e depois para o hospital da Candelária, estrutura implantada em 1909

[8] Nos registros oficiais, entre 1907-1912 foram contabilizados 1.552 óbitos. No entanto, Ferreira (2005) e Hardman (2005) discutem que esse número se refere apenas aos óbitos no hospital da Candelária, sem contar com aqueles que morreram durante as viagens de ida ou volta, os que fugiram em direção à floresta na tentativa de retornar para casa, os que sumiram misteriosamente e os não-empregados pela empresa. De modo que, é provável que o número de mortos durante a construção seja quatro vezes maior do que o registrado pela Companhia, sendo aproximadamente de 6.208 óbitos (PAIVA, 2020, p. 246).

pela Companhia para dar suporte aos trabalhadores da ferrovia.[9] Um dos problemas enfrentados por José Fidalgo foi o não recebimento do saldo que tinha na empresa, que era superior a 100.000, pois segundo lhe declararam, ele o gastara durante os 43 dias que esteve no hospital (JORNAL DO COMMERCIO, 1909, p. 2). De fato, uma vez que o trabalhador fosse internado no hospital, não receberia seu pagamento que era feito por tempo de serviço prestado. Isto fez com que trabalhadores, especialmente operários, não procurassem por ajuda hospitalar, *optando* por trabalhar doente, se esconder ou fugir.

Quanto à hostilidade dos americanos no caso, estudos como o de Ferreira (2005) destacam a relação harmônica entre norte-americanos e demais trabalhadores argumentando que "os norte-americanos que dirigiam a construção eram também assalariados, tanto como os trabalhadores de todos os países que lá se achavam" (FERREIRA, 2005, p. 260). No entanto, a distinção está marcada pelos termos, funções, espaços de trabalho e moradia - como o contraste na citação entre "estando na sua barraca" e "residência dos engenheiros" - sem mencionar as sociabilidades e espaço de lazer. Isto nos faz entender que as condições de trabalho e, consequentemente, as relações de trabalho não podiam ser igualitárias entre norte-americanos e "trabalhadores de todos os países". Havia relações harmônicas como também tensões, conflitos, desentendimentos como consequência a desigualdade das relações de trabalho e contínua tentativa de controle da Companhia e empreiteiros sob a força de trabalho empregada.

Notícias assim tiveram uma grande repercussão promovida pela imprensa nacional e internacional durante o período de construção da ferrovia. O *Jornal do Commercio* a respeito do caso de José e Manoel redigiu sua crítica e cobrou uma investigação imparcial que não atendesse aos interesses da empresa:

> (...) nem ao menos fingiu que tinha providenciado, abrindo inquérito a respeito. (...) por serem todas pessôas empregadas nos trabalhos da empreza. E, portanto, teem que obedecer ás ordens de seus patrões. A subdelegacia de Porto Velho, foi há pouco creada, a pedido dos empreiteiros; hoje podemos dizer que não foi com o fim de utilidade publica que elles a pediram, mas unicamente com o intuito de ter policia sua (JORNAL DO COMMERCIO, 1909, p. 2).

Juntamente com a polícia esteve o cônsul de Portugal, para lidar com o caso e os trabalhadores portugueses: "poderes públicos do Estado, aos cônsules de Portugal e Hespanha, que estão na dura contingencia de ir ou mandar áquellas paragens, syndicar dos factos e lançar a benéfica proteção sobre aquelles infelizes que alli estão sob o jugo dos empreiteiros da morte." (JORNAL DO COMMERCIO, 1909, p. 2). Essa situação com os trabalhadores portugueses José Corrêa e Manoel de Almeida não foi um caso isolado.[10] A recorrência de maus tratos, hostilidades, doenças e mortes que acometiam os trabalhadores levaram outros países a decretarem a restrição temporária de imigrantes para a região

[9] O Complexo da Candelária ou Vila Candelária era composto, além do hospital e cemitério, por mais 15 edificações: residência dos médicos, residência dos enfermeiros, enfermarias de 1ª e 2ª classe, farmácia, depósito de alimentos, cozinha, sala de operações (PAIVA, 2020).

[10] Casos como do trabalhador espanhol, chegado dos trabalhos no Madeira, que "morreu em completo abandono nas proximidades do mercado publico" (JORNAL DO COMMERCIO, 1909).

amazônica, especificamente para o trabalho na ferrovia Madeira-Mamoré devido às condições exploratórias e desumanas no canteiro de obras.[11]

Portugueses em Porto Velho pós 1912

A ferrovia foi responsável pela formação de pequenos agrupamentos que se desenvolveram e expandiram, como Porto Velho. Concluída a obra, em 1912, como se configurou a permanência ou migração dos inúmeros trabalhadores que ali estavam, mais especificamente, os trabalhadores portugueses?

Podemos ter uma noção do período pós-1912 a partir das informações coletadas pelo recenseamento de 1917 em Porto Velho: entre os estrangeiros, os portugueses, espanhóis e provenientes das possessões inglesas – Barbados e Antilhas – continuam como os maiores grupos, enquanto os norte-americanos, que formavam a maioria dos empregados da seção de engenharia e contadoria, decrescem ao longo dos anos, à medida que os trabalhos de construção passam a ser gradativamente substituídos pelos serviços de manutenção (PAIVA, 2020, p. 78). Em contraposição a estabilidade e até diminuição do cenário amazônico, em Porto Velho e proximidades, a tendência nacional de imigrantes portugueses entre 1919 e 1920 é de um aumento (17.068 mil em 1919 e 33.883 mil em 1920) após anos de estabilidade em 1917-1918 (LOBO, 1994 *apud* SCOTT, 2001, p. 7).

Desde 1907, com o início da construção da ferrovia e chegada dos trabalhadores, aos poucos foi surgindo juntamente com a cidade-empresa (que era o território da ferrovia) uma outra cidade menos moderna e admirável porque foi crescendo sem planejamento ou organização. Dessa forma espontânea e de exclusão ao território particular da ferrovia foram abrindo ruas e chegando moradores ávidos em trabalhar e ganhar algo em torno do ponto econômico ferroviário. As casas e estabelecimentos comerciais eram construídos de forma desordenada e amontoada, resultando no surgimento do centro comercial, em cuja rua principal foram instaladas as casas de maior representatividade.

Há de se considerar uma "rede informal de solidariedade e amizade" que funcionava como mecanismo de inserção dos portugueses ao chegarem na região, conforme discute Paula de Souza Rosa (2020) sobre trajetórias, perfis e redes sociais de portugueses no rio Madeira. Esses conterrâneos já integrados na sociedade podiam ajudar no acolhimento durante a acomodação na cidade, orientando no estabelecimento de um negócio e facilitando a inserção nos trabalhos da ferrovia Madeira-Mamoré.

Os conterrâneos que já estavam integrados na sociedade de acolhimento mantinham contatos com aqueles que se dirigiam à nova terra e que, com isso, poderiam dispor do auxílio dos compatriotas na busca das primeiras acomodações e da primeira oportunidade de trabalho. Foi no comércio que a presença dos portugueses mais se destacou, como no ramo de gêneros alimentícios e bares, alavancando o setor econômico juntamente com os serviços da ferrovia, setores que são considerados responsáveis por elevar o núcleo populacional de Porto Velho a termo da Comarca de Humaitá até alcançar o reconhecimento como cidade

[11] Por Decreto Real a Espanha convocou o Conselho Superior de Emigração para conscientizar os emigrantes (principalmente os que se destinavam à região sem contrato de trabalho ou colocação prévia) sobre "el peligro que corren en las obras del ferrocarril de Madeira-Mamore, por causa de insalubridad en esa zona" (DIARIO DE LA TARDE, 1912, p. 1).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

(MENEZES, 2003). Essa presença expressiva dos portugueses levou ao surgimento de uma das primeiras ruas em Porto Velho, conhecida como a rua dos Portugueses, em alusão ao número de lusitanos que abriram estabelecimentos comerciais ou residenciais.

Nos anos de 1915 e 1916, durante o período de superintendência de Fernando Guapindaia de Souza Brejense, passou a existir de forma mais ativa o policiamento municipal em Porto Velho, porém, era uma atuação de acordo com o poder do superintende que utilizava de métodos violentos a margem da lei. Um episódio comentado na historiografia sobre este período ocorreu em 1915, quando portugueses comerciantes se revoltaram e desafiaram o superintendente.

Este caso conhecido como "A revolta dos portugueses", foi causado por discordâncias econômicas em face dos altos impostos cobrados pela superintendência do município. Os portugueses, que compunham o quadro de comerciantes, alegaram não ser habituados ao pagamento de impostos e se sentiram prejudicados pela fiscalização exercida pelas autoridades. Insatisfeitos, protestaram e tomaram providências mais incisivas durante a cobrança de impostos na sede da vila, ocasionando uma revolta, sendo punidos pelo superintendente Guapindaia, que utilizou "prodigamente o poder de polícia que naquele tempo variava entre acorrentamento e exposição ao sol até o espancamento com o chamado 'umbigo de boi'" (MENEZES, 1980 *apud* PAIVA, 2020, p. 190).

Para além do setor de comércio, também podemos identificar os trabalhadores portugueses em suas sociabilidades, como em datas comemorativas e associações. No 1º de Maio, Dia do Trabalho, os comerciantes portugueses irmãos Rosas organizavam sessões de cinema para congregar trabalhadores independentes, comerciantes, funcionários e alguns trabalhadores ligados à ferrovia que se identificavam como o "operariado", conforme citado no convite publicado em jornal (ALTO MADEIRA, 1918, p. 5).[12]

Havia uma colônia portuguesa, composta por trabalhadores de diferentes setores, que juntamente com o vice-cônsul português promoveu a angariação de donativos para a Cruz Vermelha Portuguesa, destinado aos filhos dos soldados portugueses mortos durante a Primeira Guerra Mundial (ALTO MADEIRA, 1917, p. 3).

De fato, portugueses (e, principalmente os trabalhadores) em Porto Velho, participavam de atividades de benemerência a assistencialismo que tradicionalmente caracterizaram a imigração portuguesa para o Brasil. Historicamente isto é compreendido pela autora Ana Silvia Volpi Scott de verso e reverso do fenômeno imigratório português:

> (...) praticavam atos de benemerência e assistência aos que representavam o avesso da imigração bem conseguida, trazendo à luz o lado mais sombrio e triste daqueles que tiveram seus sonhos de riqueza frustrados, e que muitas vezes por vergonha, tentavam esconder esta situação de fracasso e miséria de familiares, amigos e conterrâneos. (SCOTT, 2001, p. 21)

[12] Os portugueses irmãos Rosas também organizavam outras celebrações, como o festejo do dia de Santo Amaro "enthusiasticamente celebrado, em casa de sua familia" em Portugal: "offerecem aos seus amigos profuso copo de chopp." (ALTO MADEIRA, 1917, p. 5); o aniversário da República Portuguesa, "Terminou o festival com uma apotheose ás nações alliadas sendo entoado nessa occasião os hymnos portuguez e brazileiro, por um côro de gracis meninas" (ALTO MADEIRA, 1917, p. 1)

Diante da situação econômica instável, desamparo e vida de privações de um número alto de imigrantes é que surgem instituições de auxílio e associação de beneficência e assistência, como as Sociedades Portuguesas de Beneficência, para abranger portugueses que constituíam os menos afortunados, o reverso da emigração (SCOTT, 2001, p. 21).
A instabilidade financeira e o desamparo também moviam protestos e luta por direitos. Em 1919, organizou-se em Porto Velho uma greve exigindo a redução da jornada de trabalho, movimento que congregou trabalhadores de diversas funções de trabalho, "sem distincção de classe ou nacionalidade", compreendendo trabalhadores da ferrovia, marceneiros, comerciantes e carroceiros (ALTO MADEIRA, 1919, p. 6). Os demais vinculados à ferrovia que participaram do movimento eram artistas marceneiros, operários das oficinas (principalmente a mecânica) e maquinistas, de modo que dos trabalhadores o grupo maior era formado pelos operários, ou seja, compartilhavam uma experiência de "viver pobre".[13]
Entre outros nomes, o comitê de organização da greve era composto por portugueses como João Veiga, artista e contribuinte da Commissão Portugueza Pró-Pátria em Porto Velho; Manoel Domingos Maia, que havia exercido o cargo de capataz dos serviços de carpintaria da Madeira Mamoré; e Amadeu Maia. O comitê era uma representação das diversas categorias e tinha a responsabilidade de liderar o movimento, agindo na organização dos encontros que surtiram efeito.[14]
No mesmo período, a atuação portuguesa em lutas por direitos também pode ser identificada na capital paulista, onde as experiências de trabalho dos portugueses eram permeadas de dificuldades, com "longas jornadas, salários baixos, ameaças constantes de demissão, desemprego e pauperismo". Vivenciando esse quadro, os portugueses agiam como uma "força de resistência" nas reivindicações por melhoria de salários, redução da jornada de trabalho e exigindo um melhor tratamento por parte dos mestres e contramestres para com os operários (MATOS, 2019, p. 74).

Considerações e apontamentos sobre o estudo

Por fim, a presença de trabalhadores portugueses – predominantemente homens – em Porto Velho nas primeiras décadas de 1900, não passa despercebida. Estavam presentes por toda a região, não só como trabalhadores da ferrovia, mas principalmente exercendo funções de comerciantes, comerciários, padeiros, proprietários, jornaleiros e trabalhadores braçais nas vilas ao longo dos rios.
Pautei o estudo optando pelo caso de José Corrêa Fidalgo exposto na imprensa local, mas quero destacar aqui a potencial investigação que pode ser feita sobre os imigrantes portugueses na região amazônica, e especificamente em Porto Velho, através dos processos

[13] A expressão "viver pobre" é utilizada por Maria Auxiliadora Decca (1983), que entende como um elemento do cotidiano comum a alguns trabalhadores. Algo experienciado pelo grupo de maior instabilidade das funções de trabalho; de moradia mais precária (como os barracões); do exercício de serviços mais árduos, de força física, em um espaço de trabalho mais desconfortável (na linha férrea, na mata, nos galpões); e funções em que os trabalhadores tinham maior suscetibilidade para doenças e mortes.
[14] Quanto aos resultados da greve, após o superintendente municipal conceder a redução da jornada para os trabalhadores em geral, em suas variadas funções de trabalho, o movimento dissipou-se com a retomada gradativa dos trabalhos. No entanto, essa concessão do poder local não abrangia os operários da ferrovia, que respondiam ao poder da Companhia (PAIVA, 2020).

judiciais. Nessa fonte, tem-se o acesso a informações sobre suas trajetórias (origem, idade, vínculo empregatício, estado civil e endereço de morada) e a diversidade de situações em que se envolveram.

A *Tabela 2* a seguir permite visualizar o quadro de possibilidades para pesquisa a partir da identificação de 49 processos entre 1912 e 1968 movidos pelo Poder Público, Justiça Pública e por iniciativa própria envolvendo portugueses:

Tabela 2. Panorama das fontes judiciais envolvendo portugueses.

Período	Local	Classe	Tema/palavras-chave
1912 a 1968	Santo Antônio, Guajará Mirim, Porto Velho	Processo criminal, inquérito, justificação, habeas corpus, sumário de culpa, homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal, ordinária, tutela, arrolamento, despejo, acidente de trabalho, licença, inventário, bruxaria, justificação de óbito, cobrança, possessoria, alvará, execução	Espanhóis, americanos, Estrada de Ferro, trabalhadores, árabes, Vila Murtinho, Cia Regional, Presidente Marques, nordestinos, Revolta dos Portugueses, mulheres, Fortaleza, bolivianos, comércio, economia, Rua da Palha, Madeira-Mamoré, fofocas, Mutum Paraná, Abunã, seringueiros, sírios, menores, política da cidade, jornal A Gazeta, bruxaria, feitiçaria, Café Central, mercadorias, OAB, advogados, justiça, gregos, imóveis, Banco do Crédito da Amazônia, terras, judeus, acidente aéreo, aviões, firma comercial, ferroviários

Fonte: Informações do CEDOCH-TJ/RO coletadas pela autora

Migrar é um processo de deslocamento que pressupõe uma transferência do sujeito para um outro local, causando ruptura com o local de origem, mas também uma recriação da sua experiência com a terra natal a partir da construção de redes familiares, de amizade, de conterraneidade e que podem ser vistas na criação de Sociedades, Associações, estabelecimento em uma área/setor (rua dos Portugueses e o comércio), mobilizações (greve) e protestos (caso José Corrêa Fidalgo).

Do comerciante ao trabalhador da ferrovia, eram trabalhadores de várias categorias e provenientes de diversas regiões de Portugal que conviveram com outras nacionalidades e se integraram em uma cidade em crescimento na floresta amazônica, seja por um curto prazo, durante a construção da ferrovia, ou de modo definitivo se estabelecendo na cidade principalmente por meio do comércio. Alcançando a prosperidade ou empurrados como "sobras do arranjo social" fazem parte da história e configuração de Porto Velho como cidade.[15]

Ainda, é importante que se tenha em mente a necessidade de investigação e aprofundamento dos conteúdos publicados na imprensa, ou seja, que se faça uma crítica à fonte: os jornais não são reflexos da vida cotidiana, mas uma construção liderada por grupos editoriais com uma pauta, que conscientemente escolhem o título da manchete, as palavras, o espaço que a

[15] O termo é utilizado por Scott (2001, p. 22), que remonta ao conceito utilizado pelos chefes de polícia. Consiste em sujeitos que se transformaram em alvos da ação disciplinar, que flutuam entre a fronteira do trabalho e não-trabalho, e viveram uma trajetória sórdida "encoberta pela névoa do esquecimento e do anonimato".

notícia ocupará no impresso e o teor do conteúdo (LUCA, 2010). O caso de José Corrêa e Manoel de Almeida foi identificado apenas no Jornal do Commercio, no Amazonas, e a série de publicações jornalísticas sobre as más condições de trabalho foi um instrumento de intervenção na vida social a partir de um empreendimento coletivo (Jornal do Commercio) formado por sujeitos com projetos políticos e valores em comum, com o mínimo de preocupação com a questão social enfrentada pelos trabalhadores na Madeira-Mamoré e resistência à estrutura da Companhia e empresa empreiteira.
Acredito que as investigações sobre a experiência dos trabalhadores portugueses em Porto Velho estimulam uma produção conjunta do conhecimento histórico entre Brasil e Portugal que muito pode contribuir para a história dos dois países, para o entendimento dos fluxos imigratórios para a Amazônia e para a história social do trabalho. Principalmente para que a gente investigue além dos êxitos dos grandes proprietários ricos que voltaram a sua terra natal ou se fixaram na região, mas também dando visibilidade à pobreza dos bastidores da imigração, àqueles que sobreviveram aos empreiteiros da morte como José Corrêa Fidalgo.[16]

Referências

CANCELA, Cristina Donza. COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre. Vol. 42. N. 1. Jan-abr, 2016.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo – 1927-1934. (Dissertação). UNICAMP, 1983.

EMMI, Marilia Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses. Trabalho apresentado no **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambú-MG, Brasil, 2010.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

GAULD, Charles. **Farquhar, último Titã**. Tradução de Eliana Nogueira do Vale. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma:** a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HELLER, Agnes. **Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho & Leandro Konder. 8. ed. 1ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1970].

LAGOS, Nilza Menezes; VEIGANT, Marcos Rodrigo; SOUZA, Miguel Inácio de.

[16] Esse artigo é um tema transversal à dissertação **Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919),** disponível para acesso e leitura no site da Universidade Federal da Paraíba e em breve será publicada como livro.

Catálogo de acervo de 1911 a 1969. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Centro de Documentação Histórica. Porto Velho, 2017.

LEITE, Joaquim Costa. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). **Análise Social**. Vol. XXIII (97). 1987.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura:** história, cidade e trabalho. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

MENEZES, Nilza. Do Porto Cale ao Porto Velho. **Revista Primeira Versão**. Ano II. N. 127. Volume III. Dezembro. Porto Velho: Editora Universidade Federal de Rondônia, 2003.

PAIVA, Ana Carolina Monteiro. **Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)**. Dissertação (mestrado) - UFPB, CCHLA. João Pessoa, 2020.

ROSA, Paula de Souza. A imigração portuguesa para o rio Madeira: trajetória, perfil e redes sociais (1840-1918). Diálogos transatlânticos: relações e dinâmicas entre Portugal, África e América (séculos XVII-XIX). **Faces de Clio**. Vol. 6. N. 11. Jan/jun de 2020.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). **Congreso de Historia Económica de Zaragoza**, 2001.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

UMA PROPOSTA PARA A GESTÃO DO PASSADO: ESTUDO DE CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE CAROLINA

Mateus Kên Donehogawa de Menezes de Carvalho[1]

Introdução

Os espaços dedicados à memória em geral estão associados aos museus, aos artefatos representativos de época e, por vezes, até aos próprios elementos discursivos presentes na oralidade e na gestualidade das relações entre diferentes gerações. Nesse sentido, este trabalho investiga o relacionamento entre o poder público e a sociedade civil na criação do Museu Histórico de Carolina (MHC), no interior do Estado do Maranhão, no Brasil. Esse fenômeno ocorre a partir da ausência de políticas públicas e de instrumentos de preservação do patrimônio, resultando na mobilização de grupos sociais que passam a reivindicar um espaço de memória.

Assumir que a memória é um campo politicamente condicionado pelo presente faz com que o tema da preservação promova impactos políticos e sociais nas escolhas que fazemos como profissionais e também nas atuações das instituições museais. São pessoas que determinam qual passado deve ou não ser preservado em detrimento de outros. Portanto, neste trabalho, entende-se que a relevância da preservação e de suas manifestações institucionais, tais como: políticas públicas de patrimônio, museus e centros de memória, estão distantes da imparcialidade.

Destaca-se que a criação desse espaço de preservação constrói um discurso oficial sobre a história da cidade dos grupos sociais que o concebem. Sobre o contexto selecionado, temos o Museu Histórico de Carolina (MHC) que possui uma série de singularidades. Esse Museu exemplifica a identidade de sua comunidade, onde, por um lado, temos uma comunidade organizada que reivindica o registro e a gestão de seu passado, e de outro, a necessidade da valorização do território, das referências culturais e da natureza, causada a partir da omissão do poder público local e reorganização da sociedade civil.

Nesse sentido, lembra-se que Carolina passou por grandes mudanças nas últimas décadas. Houve, por exemplo, falta de proteção ao patrimônio natural, arqueológico e arquitetônico, que desencadearam essa necessidade de preservação. De forma geral, isso provocou um movimento de mobilização social em prol da cultura. Esse contexto social peculiar justifica o interesse por esse processo que envolve a criação de um museu pela organização civil.

Portanto, a questão inicial foi entender como essa mobilização popular desencadeou a criação de um museu. De forma quase antropológica, busca-se, neste estudo, entender as motivações que levaram à criação de um museu local, e, posteriormente, de que forma as ações do MHC impactam a comunidade carolinense.

Para tanto, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: a pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e observação participante. A pesquisa documental,

[1] Graduado em Museologia (Universidade de Brasília). Como pesquisador já desenvolveu projetos na área de Patrimônio e Memória. Profissionalmente atua na área de gestão museológica, como museólogo responsável pelo Museu Histórico do Senado Federal. Contato: mateus.carvalho@senado.leg.br ou menezesmateus15@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

segundo Gil (2008), é a verificação de arquivos, documentos e demais fontes oficiais relacionadas ao tema. A pesquisa bibliográfica foi realizada em materiais como artigos científicos, livros e demais fontes científicas acerca do tema e do objeto de estudo, o MHC. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas como moradores e figuras relevantes na história da criação do MHC. A observação foi realizada entre 21 a 29 de julho de 2019, totalizando 80 horas.
Este estudo foi dividido em três seções. Na primeira, faz-se uma retoma teórica. Na segunda, contextualiza-se o MHC, caracterizando-o, bem como a cidade onde está localizado. Na terceira, apresentam-se os principais achados decorrentes das entrevistas, da observação e das pesquisas documentais sobre MHC. Com base nesses dados, são discutidos de forma específica os conceitos teóricos de memória e gestão do passado neste artigo.

Sobre os conceitos de memória e gestão do passado

No intuito de proporcionar melhor definição do problema de pesquisa, e, com a finalidade de elucidar o tema relacionado a este trabalho, promoveu-se uma busca por autores que pudessem auxiliar na reflexão sobre o assunto, com base em pesquisas relacionadas e temas semelhantes. Neste tópico, apresentamos os principais resultados dessa pesquisa bibliográfica.
A historiadora Marlise Giovanaz (1999) identifica, a seu modo, a relação entre coleção, colecionismo e formação de museus. De uma forma geral, a estudiosa situa o leitor dentro de um problema de pesquisa semelhante. Vale salientar que o presente trabalho não pretende discutir a conceituação desses termos. O que pretendemos evidenciar é como o colecionismo e o exercício do poder, por meio da musealização de coleções influenciam a criação de museus no interior do Brasil - foi nesse sentido que buscamos material para este estudo.
Em seu artigo, Giovanaz (1999) inicia sua abordagem conceituando coleção. Formada pela lógica do acúmulo, a coleção está diretamente relacionada ao desejo de imortalidade de determinado grupo ou indivíduo. Por isso, essa noção torna sua preservação e exibição sinônimos de distinção social, intelectualidade, poder e generosidade.
A autora também apresenta o grande número de coleções particulares que se tornaram objetos de museu. Com efeito, sua contribuição se torna importante, uma vez que se pode identificar pontos em comum com o estudo de caso proposto por ela: como o particular torna-se representação oficial do coletivo.
Em seguida, a estudiosa se dedica ao conceito de museu e o identifica como espaço de durabilidade. Ainda hoje, os museus se comportam como espaços de "homenagem e reverência, produção do conhecimento e do saber, exercício e ostentação de poder" (GIOVANAZ, 1999, p. 165). Esse conceito não se dedica às mesmas generalizações da concepção de museu tão difundidas na área, mas atende à definição necessária para o desenvolvimento deste trabalho. Isso decorre, uma vez que se assume o papel do museu na formação simbólica do passado por meio da memória de um determinado indivíduo ou grupo.
Giovanaz (1999) evidencia, ainda, que a atribuição de significado aos objetos em meio museal é, em outras palavras, o valor da musealidade. Trata-se de uma soma entre a influência de personalidades importantes e o ato de classificar. Assim, nas palavras da autora, o museu

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

atende à necessidade de afirmação de uma identidade, atribuindo ao acervo um discurso histórico único e oficial.

Outra autora que trata da relação entre coleções particulares e formação de museus históricos é Regina Abreu. Em seu livro A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil, retrata-se o processo de eternização de memórias, por meio de coleções particulares de indivíduos ou grupos politicamente destacados. No estudo de caso do Museu Histórico Nacional (MHN), o recebimento de determinada coleção modifica a narrativa expográfica, fazendo com que objetos e memórias particulares em versões sejam ressignificados em provas materiais oficiais da História.

Utilizando essas definições, pode-se dizer que a formação do MHC se assemelha ao caso da doação da coleção de Miguel Calmon ao MHN. Assim como no estudo de caso de Regina Abreu, famílias da elite carolinense doaram suas coleções para a criação do Museu. Desse modo, foram estabelecidos novos parâmetros para a gestão do passado da cidade.

Adicionado aos estudos anteriormente citados, Santos (2002) evidencia a disputa de indivíduos e grupos na construção de significados do passado por meio de suas coleções nos museus históricos nacionais. A estudiosa também trabalha a generalização desses significados na construção do discurso. Em outras palavras, aquilo que era particular e privado, ao ser posto no museu, resulta em símbolos do nacional e/ou de determinadas coletividades, no caso do MHC o que era de algumas famílias passa a representar a todas, ora mais, ora menos. Santos (2002) também defende que são indivíduos que atribuem significado a determinado objeto, uma escolha segundo critérios particulares. E é a partir dessa lógica que a gestão do passado pretende ser tratada. Consequentemente, museus passam a ser eleitos como estratégia primeira da escrita do passado. Essa operação só é possível por meio do deslocamento do objeto de sua função original para o contexto museal, atribuindo a ele o valor de musealidade para atender à necessidade de pertencimento.

Nas palavras de Santos (2002, p.117) os museus atuam na construção de novas narrativas, oferecendo a ilusão de uma continuidade histórica estabelecendo a unidade cultural de determinado povo ou nação. A autora também estabelece um panorama da criação dos museus na Europa e, posteriormente, no Brasil. Essa é uma cronologia útil para a contextualização histórica do entendimento da instituição museu que se pretende abordar, pois demonstra o modo como essas instituições funcionam no cenário brasileiro do passado e no atual.

Outro destaque da proposta teórica de Santos (2002) é que a autora identifica os museus como lugares de disciplina. Em outras palavras, os museus também são instituições que se propõem a ensinar e disciplinar por meio de um discurso civilizatório. Essa abordagem pode ser verificada nas motivações da criação do MHC, uma vez que seus idealizadores reforçam em seus relatos que um dos motivos da criação de um museu em Carolina é a falta de preocupação e a desvalorização do passado da cidade.

Essa sucinta retomada dos pressupostos teóricos auxilia o entendimento de como um museu pode representar um discurso que impacta socioculturalmente toda uma comunidade. Não é apenas o espaço físico do museu, mas tudo o que ele simbolicamente representa e institui. No próximo tópico, aborda-se aspectos que caracterizam Carolina e seu respectivo museu.

Sobre Carolina e seu museu

Assim como Carolina, muitos outros municípios brasileiros do interior do país dependem de suas prefeituras, escolas, bibliotecas e de sua sociedade organizada para gerir aspectos ligados à cultura e à memória locais. Nesse caso, o interessante é que em um determinado momento a forma escolhida para esse fim pode ser a criação de um museu. Esse foi o caso de Carolina. Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa documental realizada.

Como dito, o município vem sofrendo modificações nos últimos anos, como a construção de um complexo hidroelétrico, gerando inúmeras alterações na geografia e no modo de vida de seus habitantes. Além disso, a formalização do ecoturismo proporcionado pela Chapada das Mesas aumentou de forma considerável os fluxos comerciais na região. Com essas mudanças, a comunidade passou a sentir a necessidade de gerenciar seu passado, uma vez que antigas referências passaram a ser gradativamente modificadas.

O grande envolvimento da comunidade carolinense na criação de um Museu e nas atividades que ele passou a desempenhar permite averiguar um processo de gestão de uma memória oficial da cidade. Essa memória é chamada, aqui, de gestão do passado, objeto teórico central deste trabalho. Dessa forma, o estudo de caso do MHC possibilita entender de que forma a gestão do passado ocorre quando não existem iniciativas concretas do poder público federal e estadual para a preservação da memória e de seus espaços e objetos históricos.

De forma geral, o museu funciona como uma solução para o problema da preservação ambiental e da memória realizada pelo grupo de carolinenses estudado, que vinha, aos poucos, sofrendo silenciamentos[2]. Além disso, o museu representa um potencial de desenvolvimento regional, atuando junto aos visitantes na conscientização ambiental, ajudando, ainda, a estabelecer parcerias com escolas e com a comunidade local na valorização da memória e de referências culturais. Se analisada do ponto de vista da Constituição Federal, de 1988, a criação de um museu em Carolina é uma solução legítima para a corporificação de um passado – e, neste caso, especificamente, só aconteceu devido a uma estreita relação entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade organizada no protagonismo da gestão do passado da cidade.

Vale lembrar que segundo os números apresentados pelo Cadastro Nacional de Museus, na publicação Museus em Números (IBRAM, 2011, p.63), 41% dos museus brasileiros são de natureza administrativa municipal, fenômeno ainda pouco estudado. O entendimento desse caso aumenta de forma significativa as prospecções profissionais e científicas para a área, uma vez que elucida sobre a pluralidade de iniciativas comunitárias na criação de instituições dedicadas às memórias em nosso país.

O município de Carolina está localizado no Estado do Maranhão, em uma região de divisa com o Estado do Tocantins, à beira do Rio Tocantins.

De acordo com a exposição de longa duração do MHC e com dados obtidos pelo IBGE (2021), a cidade de Carolina possui atualmente cerca de 24 mil habitantes e está localizada na região sul maranhense. Sua ocupação originou-se da expansão da atividade pecuária na região, mais especificamente nas férteis margens do Rio Tocantins, entre o final do século

[2] Carolina sofreu nas últimas décadas grandes modificações na paisagem urbana devido a inundação do Rio Tocantins (Consórcio CESTE), com grandes prejuízos para o patrimônio natural e sociedade local.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

XVIII e meados do século XIX. Acredita-se que a expansão pecuária foi iniciada por vaqueiros do leste da Bahia, constituindo uma série de povoados.
A região de Pastos Bons, como era conhecida, deu origem a diversos povoados. Dentre eles, destacam-se São Pedro de Alcântara, que décadas mais tarde foi renomeado em homenagem à Princesa Leopoldina Teresa Francisca Carolina Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon. Antes da ocupação, a região de Pastos Bons foi habitada por indígenas. Salienta-se que a tensão e o derramamento de sangue ocasionados pela expansão pecuária obrigaram esses povos originários a migrar para outras regiões.
Salienta-se também que todo o material produzido pelo Museu é resultado de um resgate, iniciado por uma série de entrevistas gravadas em vídeo, realizadas por Antônio Carlos Ayres Maranhão (Tom Maranhão), intitulada "Memórias da Princesa". Junto a essas gravações, foram compiladas bibliografias de autores nacionais e regionais que tratam da cidade e da região, documentos históricos e periódicos. Esse acervo originou o discurso oficial da cidade presente no MHC. Todo o material consultado se insere em um recorte temporal específico, base narrativa do Museu e de suas iniciativas de transmissão do conhecimento.
Voltando à historicidade do município, sublinha-se que, durante seus primeiros anos, Carolina tinha outro nome, a saber: São Pedro de Alcântara. Vale lembrar que antes de se tornar município, o povoado também possuía outra localização, todavia, mantinha proximidade com o Rio Tocantins. A cidade chegou inclusive a ser motivo de disputa entre os estados de Goiás e do Maranhão devido à sua localização estratégica e sua importância comercial. Após a vitória do Maranhão, teve suas divisas demarcadas e a região foi renomeada, sendo elevada à categoria de cidade em 8 de julho de 1859.
Sobre alguns pontos de destaque da cidade, é preciso salientar que Carolina possuía os mais importantes centros de ensino regular e técnico-profissionalizante, conhecidos como Ginásios. O Ginásio Sertão Maranhense era um deles e chegou a receber jovens de toda a região sul do Estado. No comércio, o porto fluvial da cidade era relevante, com elevada frota de barcos, inclusive. Outro fato relevante foi o aeroporto. Foi uma das primeiras cidades do norte do país a construí-lo, recebendo, no início da década de 1960, até sete companhias aéreas, sendo parada obrigatória para abastecimento.
Todos esses fatores fizeram da cidade um lugar importante, estabelecendo vínculos regionais, desde o sul do Piauí, passando pelo leste do Pará e pelo norte de Goiás (atual Tocantins). Por isso, o município tinha uma população que era mais culta, bastante organizada e com poder aquisitivo relativamente alto se comparado com as outras cidades da região. Eis um panorama de Carolina e suas principais características.

Sobre o MHC, o que os moradores e especialistas da região têm a dizer?

As entrevistas realizadas permitiram entender que o tempo tem um papel fundamental. Um tempo específico, que remete a um recorte a que se dá o nome de "Período Áureo de Carolina", o qual aconteceu entre 1920-1970. Esse é inclusive o tema principal do museu da cidade. O MHC representa e retoma esse passado. Parte substancial da memória daqueles que foram embora e daqueles que ficaram são ressignificadas a partir desse marco temporal. Nessa seção, são apresentados os principais resultados depreendidos da observação e das entrevistas semiestruturadas realizadas.

A criação de um espaço destinado à memória da cidade manifesta uma instituição dedicada à manutenção da história oficial e das referências culturais, por meio de uma ampla pesquisa com base nas memórias da comunidade local. No cenário apresentado, há um museu que se dedica a um passado específico. É essa articulação, essa mobilização social em prol da memória, nosso maior interesse. O passado corporificado no museu. Os meios pelos quais esse passado é revisitado.

Para que a gestão do passado ocorra, elegeu-se o museu como equipamento, como forma. E, por isso, busca-se esclarecer quais os agentes responsáveis. Nesse sentido, deve-se esclarecer quem são as pessoas de que estamos falando. O levantamento bibliográfico realizado permite situá-los conceitualmente, por meio da definição de Mannheim, que introduz uma forma diferente de entendimento do termo geração. Mannheim (apud WELLER, 2010) delimita grupo geracional é um agrupamento de pessoas que compartilha elementos em comum. Pessoas com as mesmas influências culturais e intelectuais, ou que partilham da mesma situação sociopolítica.

O conceito de geração, portanto, vai além do caráter cronológico, etário e linear. Isso acontece ainda que, em determinados momentos, esse entendimento possa ser aplicado. O foco da questão das gerações é, a priori, um grupo de pessoas que expressa um "sentimento genuíno" em relação à vida (MANNHEIM apud WELLER, 2010 p. 209). Um grupo que compartilha intimamente os mesmos objetivos.

Diante dessa concepção, como esse grupo se forma? E o que os mobiliza? Parte-se da descrição da cidade, pelos próprios carolinenses, para investigar o assunto. Inicialmente, os jovens foram convidados a responder: "O que é Carolina?". Muito se escutou a respeito de Carolina ser um lugar de ricas cachoeiras e belezas naturais. Eles diziam enfaticamente: "É o Paraíso das Águas". Isso demonstra um resultado cumulativo das políticas públicas locais e estaduais voltadas ao turismo nas últimas décadas. Quando a mesma pergunta foi feita a pessoas mais velhas, a resposta foi outra: "Carolina é muito mais do que isso".

É nessa falta de passado dos jovens que se identifica a primeira questão de mobilização social, voltada à criação de um espaço de memória necessário à transmissão de conhecimento e à manutenção da identidade local, segundo os entrevistados. Embora as campanhas protagonizadas pelo governo estadual evidenciem os atrativos naturais da região, percebe-se que pouco se realizou no campo cultural nas últimas décadas para se efetivar uma memória de grandeza cultural. Eis o déficit presente no discurso dos mais jovens, ao qual o discurso civilizatório do museu quer de certa forma sanar.

Há alguns anos, a cidade não possuía nenhuma iniciativa ou espaços de preservação da memória, como arquivos, bibliotecas e museus. Foi dito o seguinte: "[...] A Prefeitura local não possui Arquivo Público. O único arquivo que existe é o arquivo da Igreja Católica, os registros de batizados, casamentos e óbitos".

O trabalho de campo em Carolina ocorreu em julho de 2019, período de férias. Esse período foi escolhido, porque muitos carolinenses retornam à cidade nessa época do ano. Durante as visitas diárias ao Museu e o convívio com moradores, participando de inúmeras conversas e acompanhando os assuntos do dia a dia dos moradores da cidade, foi possível reconhecer o que eles queriam proteger, preservar e, sobretudo, difundir por meio de um museu.

Para isso, o exercício da escuta foi fundamental. Na intenção de entender melhor em qual situação o Museu foi criado, buscou-se compreender quais os fatores de sua criação e a maneira como se relaciona com Carolina hoje.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

As respostas para esses questionamentos foram encontradas nas inter-relações entre o museu e a publicidade do turismo. As considerações de Antônio Carlos Ayres Maranhão[3], curador do Museu, demonstram a sua preocupação em relação à educação e à cultura da cidade. Para ele, poderia ter prejudicado o desenvolvimento, até gerado estagnação da cidade, caso não houvesse esse equipamento cultural naquela região. A omissão pública também pode justificar a ausência de um número maior de museus e a falta de proatividade no campo da cultura, uma vez que não foram encontradas fontes de fomento ativas e consistentes para apoiar esse tipo de equipamento dentro das políticas públicas municipais daquele momento em que a pesquisa foi realizada.

Apesar do turismo possibilitar um fluxo maior de pessoas e de capital financeiro, pouco se investiu na preservação de bens tombados e na qualificação do empreendedorismo local. A realização de entrevistas expôs as causas da ausência de um museu, bem como o modo como a cidade se desenvolveu desde o deslocamento do eixo econômico na década de 1970.

Depreendida a falta de investimento (ou de preocupação) do poder público local na área da cultura, verificou-se que isso fez com que instituições da área, como ONGs e fundações, se colocassem em ação para atuar nessa área. De um lado, a maior parte da população entrevistada, em um primeiro momento, entendia que eram as instituições públicas, como por exemplo a Prefeitura ou o Governo do Estado, que deveriam se preocupar com a preservação do "casario" ou incentivar projetos culturais locais, auxiliando a comunidade na gestão da memória e do patrimônio. Por outro lado, eles também diziam, em sua maioria, que isso não era realizado por esses órgãos públicos, mas por outras organizações.

Quando questionada a razão da inexistência de museus, até a criação do MHC, poucas pessoas souberam responder. Foi então que se percebeu nesse silenciamento, algo que merecia um pouco mais atenção. Diante da falta momentânea de respostas, decidiu-se retornar à análise da legislação e dos documentos oficiais da área de museus e do patrimônio, na busca de criar um cenário da situação da cidade. Pôde-se, então, identificar quais os órgãos responsáveis por essas questões em Carolina e no Maranhão.

Os documentos levantados e a análise da legislação estadual constataram a ausência de iniciativas no campo dos museus e patrimônio nas últimas duas décadas (ESTADO DO MARANHÃO, 1990; 1993). Em parte, os problemas enfrentados por Carolina são desdobramentos das políticas públicas do Estado.

A partir de uma função não desempenhada, abre-se a possibilidade de atuação para novos agentes. No caso do interior do Brasil, a ausência de iniciativas de preservação e reconhecimento cultural dão espaço às iniciativas comunitárias.

A falta de incentivo do Poder Público soma-se aos relatos de José Emídio Albuquerque e Antônio Carlos Maranhão[4] quanto ao processo de substituição das elites locais. Estas foram substituídas por novas famílias, o que gerou certa tensão social. Nesse processo, um grupo com uma visão diferente de progresso trouxe outros paradigmas culturais à cidade. Isso acarretou na forma como entendem e valorizam seu território e seu patrimônio edificado.

O descaso em relação ao casario demonstra a desvalorização da história da cidade, pois se está desconsiderando a importância da cultura, da indústria, e das instituições que participaram do passado da cidade. Nessa lógica, Maranhão (2019) afirma:

[3] Nome real do entrevistado, cuja entrevista e sua respectiva publicação foi autorizada.

[4] Nomes reais dos entrevistados, cuja as entrevistas e suas respectivas publicações foram autorizadas.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

> O Teatro São José é um exemplo. Nada resta do prédio. Orfeu Maranhão era o cenógrafo e criava cenários de todos os tipos e gostos, tanto para as temporadas de teatro quanto para espetáculos meramente musicais. O maior sucesso da época foi "Desprezo de Mãe". Não existe mais cópia da peça. O autor (Catão Maranhão) me disse em entrevista concedida em sua residência em Goiânia: "Não tenho mais cópia. Elas se perderam". Outro exemplo é a indústria de sabonetes, propriedade de Hélio Fonseca e dos irmãos Absalão e Celso Coelho. Não existem fotos nem documentos referentes aos refrescantes sabonetes Coelho, JK e Carolina. O mesmo aconteceu com o famosíssimo Guaraná Cacique, produzido e engarrafado por Antônio Moreira. Por que não tentar contar a história do Casarão do Benjamim Carvalho? Por que não o desapropriar?

Chama-se a atenção para outra questão: modificar o espaço urbano e a paisagem também é uma forma de suprimir a memória daqueles que ali viviam. Logo, pode-se entender, com isso, que o direito à memória é uma questão de poder ou até mesmo uma forma de controle. Impedir que antigas famílias exerçam poder ou influência também é uma maneira de redimensionar as forças de poder e controle social. Talvez a falta de investimento em cultura e de preservação também sejam atos completamente conscientes dessa reconfiguração – eis uma hipótese que este trabalho lança para estudos ulteriores.

Inicialmente acreditou-se que o Museu fizesse parte de uma mobilização social recente – era, inclusive, a primeira impressão. Só que, com as entrevistas e a observação in loco, descobriu-se que, anteriormente, já existiam outras formas de gestão do passado e outras pessoas preocupadas com a questão da memória. Os registros identificados demonstram em Carolina um considerável número de livros publicados cuja temática voltava-se às memórias pessoais. Além disso, desde a primeira metade do século XX, a fotografia já era presente na cidade. Antes disso, registros e recordações eram realizados em livros e cartas. O hábito de colecionar, de guardar lembranças, está presente nas publicações e álbuns de fotos, que atualmente encontram-se no acervo do Museu.

Ainda que isso não fique totalmente explícito nas entrevistas, o estudo da história da cidade por meio dos produtos de difusão do Museu nos leva a uma vasta produção literária. A existência e a conservação desses livros evidenciam a vocação da população local para as Letras. Eruditos que também se preocupavam em registrar a história da região, em demonstrar seu amor por Carolina. Talvez seja esse empenho em registrar e conservar a história da cidade que tenha sido o catalisador de todas as ações de gestão do passado. Por conseguinte, não é um fenômeno recente ou uma mobilização popular dos mais jovens. É, como constatado, uma resultante do trabalho que já vem sendo realizado há gerações.

Outro dado é que grande parte da literatura levantada se dedica às memórias pessoais. Fatos e casos que nos remetem à melhor compreensão do cotidiano da cidade, das famílias e de suas respectivas redes de sociabilidade. Além das publicações, a oralidade foi outro elemento de gestão do passado identificado. Constantemente, durante as entrevistas, as pessoas reuniam-se nas calçadas para compartilhar casos dos mais variados assuntos. Todos regados à muita risada ou suspense. Com isso, aponta-se que há uma gestão do passado associada a laços familiares que vão se intensificando pela memória, pelo registro e pela oralidade.

Apesar de muitos membros da comunidade estudada não residirem mais em Carolina, seus parentes próximos ainda residem. Isso cria uma espécie de rede de convivência. Essas redes tornam-se como se fossem embaixadas de Carolina em outras cidades. Momentos de

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

confraternização marcados por muita conversa e cordialidade são comuns entre esses grupos. Toda essa arquitetura que se encontra dentro e fora dos limites do município auxiliam na compreensão da identidade carolinense, como apontado por esta pesquisa.

Mesmo assim, por haver essa oralidade muito presente, para além da produção literária, nota-se que Carolina carecia de uma história oficial. Essa necessidade pode ser demonstrada por meio de tentativas anteriores de espaços de memória na cidade. Durante seus relatos, Antônio Carlos Ayres Maranhão e Alzira Fortes[5] afirmam que tentativas anteriores existiram. A primeira delas, segundo Fortes, ocorreu por iniciativa de um empresário local. Ele tentou fazer um Museu, mas não deu certo. As pessoas achavam que faríamos a mesma coisa. A iniciativa do Deraldo foi anterior ao ano 2000, antes de começar o burburinho da construção da Usina. Na época, o Deraldo reuniu um acervo no Clube Ideal. Fortes, inclusive, relata que essa iniciativa não contava com uma história consistente, mas, nela, existia um acervo até expressivo.

Maranhão conta outra tentativa protagonizada pela família do Professor José Queiroz. O professor foi personalidade emblemática da cidade, responsável pela criação do primeiro Ginásio do Sertão Maranhense. Existe também em sua homenagem um busto no centro da cidade. Tratava-se de um museu particular. Quando indagado, Maranhão afirma: "Sim, houve uma. A 'Casa do Professor José Queiroz". Se tivesse sido inaugurada, ela estaria corretíssima nos dias de hoje. Por quê? Porque de forma organizada mostrava toda a pesquisa dele. Todo o acervo".

Nenhuma dessas iniciativas de fato se consolidou como museu, indiferente do caráter geral ou particular de suas coleções. Com isso, não se pode ignorar a vocação de uma geração de carolinenses envolvidos com a preservação da memória da cidade, cada um à sua maneira. Cada tentativa correspondeu a uma manifestação, dentro das habilidades técnicas que possuíam.

Ainda que não sejam entendidos como museus pelos carolinenses, essas tentativas de construir ou montar espaços destinados à memória e ao colecionismo refletem uma necessidade de memória. De todo modo, a lógica de constituição desses espaços destinava-se à uma perspectiva tradicional de museu. Indica-se essas iniciativas para validar que o MHC não é um resultado de uma geração apenas, mas de um grupo geracional, como apontado por Mannheim (apud WELLER, 2010, p. 209).

Em uma visão geral da gestão do passado da cidade, por meio de livros, da oralidade ou da criação de espaços, demonstra que membros de um mesmo grupo geracional estiveram envolvidos e emocionalmente mobilizados para reforçar a identidade carolinense. O entendimento de sentimento genuíno ao pertencer, aplicado por Mannheim, está, por conseguinte, aplicado neste caso.

Ainda que aparentemente fossem os membros de elite intelectual local os responsáveis por tais iniciativas, o conceito de elite se aplica a um determinado grupo que formalizou essa mobilização. Foi esse grupo que se preocupou e ainda se preocupa com essas questões. E não poderia ser diferente, uma vez que somente essas pessoas possuíam esse tipo de entendimento. Somente essas pessoas, nascidas em Carolina poderiam traduzir o apreço que sentem pela cidade em ações como essas.

[5] Nomes reais dos entrevistados, cuja as entrevistas e suas respectivas publicações foram autorizadas.

O fato é que escolher gerir o passado da cidade, por meio de livros ou de museus traduz, em ambos os casos, a formação cultural e intelectual dos carolinenses. Lutar pela criação e gerir um aparelho cultural como esse são atividades que exigem certo preparo e conhecimento. A necessidade de se criar um museu surge quando as formas de gestão do passado anteriores deixaram de ser eficazes, frente às novas demandas que aquela comunidade vivia.

Em Carolina especificamente, essa ação não ocorre por iniciativa do poder público local que, em tese, deveria ser o detentor da versão oficial da história da cidade, o responsável pela manutenção social. Criar um museu é, assim, uma resposta às mudanças que a cidade sofreu desde a década de 1960. Mudanças geográficas, culturais e políticas que afastaram a comunidade de carolinenses em seus processos decisórios. Alterações que impactaram profundamente a paisagem natural e urbana, às quais todos estavam emocionalmente vinculados.

Um museu vem como uma interface para essa gestão, que outrora era trabalhada de outras formas. O museu se torna, com isso, um canal para potencializar o discurso da comunidade. Foi a alternativa encontrada por essa geração, resultado do entendimento e das referências que possuíam diante dos problemas e da negligência que enfrentavam.

A consolidação desse espaço voltado à memória, de um museu dedicado à cidade, acontece no contexto de transformação da região. Foi a partir do anúncio da construção da barragem que os carolinenses se mobilizaram para criar uma ONG chamada Associação Carolina Via Verde, inserida nas questões ambientais, mas que logo aglutinou outras demandas sociais.

Foi por meio da Via Verde que o debate da memória da cidade foi inserido. Com isso, surge um novo modelo de museu que começou a ser concebido no final dos anos 1990. Apesar de inicialmente as discussões da Via Verde se pautarem nos impactos da construção da barragem, era consenso do grupo a necessidade da criação de um museu.

A ONG foi desativada pouco tempo após sua criação, no início dos anos 2000, em virtude de problemas de gestão. Apesar de seu congelamento, anos mais tarde, a organização retorna com uma nova diretoria e, então, se retoma a ação primordial de criação de um museu, o que de fato se efetivou em 2015.

Único na região, o MHC levou bastante tempo entre sua elaboração até sua construção. Isso demonstra que os processos comunitários relacionados à gestão do passado demandam tempo e negociação. O resultado demonstra o comprometimento daquelas pessoas que decidiram assumir a Via Verde. Um comprometimento da comunidade, como nos relatam Fortes e Maranhão em seus relatos. Além do Sarau, com público crescente a cada ano, o MHC tem cerca de 3 mil visitantes/ano. Seus eventos mobilizam uma rede de carolinenses no Brasil inteiro. Pessoas envolvidas com a causa do museu e com sua gestão.

Desde sua criação, o Museu se tornou referência para a região, como nos relatam Alzira Fortes e Rodolfo Medeiros[6]. Isso reata as redes de sociabilidade e possibilita também o intercâmbio entre pessoas de diferentes idades. Ainda que apenas alguns membros atuem ativamente frente à sua gestão, o trabalho da Via Verde consegue desdobrar ações de integração e de melhoria no relacionamento dos cidadãos com a história de Carolina.

Isso tudo gerou representatividade frente à comunidade local. Sua gestão privada, nos moldes da particularidade desse fenômeno, implica na investigação das motivações desse grupo e dos resultados que esse museu apresenta. Por isso, este estudo se interessou por esse caso.

[6] Nomes reais dos entrevistados, cuja as entrevistas e suas respectivas publicações foram autorizadas.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Com base nos relatos de Rodolfo Medeiros, José Emídio Albuquerque e Ubiratan Jucá[7], a Via Verde foi a responsável pela construção do edifício que hoje abriga o Museu, sendo proprietária do edifício e única mantenedora da instituição. Sua concepção administrativa e conceitual demonstra a união de um grupo de pessoas, que, desde o primeiro momento, articulou-se em prol da preservação da memória da cidade. Para os entrevistados, não se trata apenas da criação de uma instituição voltada à exploração comercial da memória, como podemos ver nos recentes museus criados no Estado do Maranhão, voltados à atuação turística. Para o carolinense, ter um museu é ter zelo pelo passado. É demonstração de amor por Carolina.

No entendimento desses entrevistados, o grupo que constitui a Via Verde se sentiu em dívida com a cidade. Isso decorre, porque muitos já não moravam mais lá e estavam de mãos atadas diante das intervenções que a cidade sofreu e ainda sofre. É uma forma de demonstrar pertencimento à cidade natal. E também é uma forma de proteger sua história, ou melhor, um registro de uma parte da história da cidade.

Essa necessidade de memória foi bastante identificada por meio das entrevistas. Elas sutilmente evidenciam alguns processos de luto, na perspectiva da memória social abordada por Grisales (2016), vivenciados pela comunidade local. Após a gravação, transcrição e negociação com os entrevistados, os textos finais aprovados puderam nos trazer todos esses aspectos apontados. Ressalta-se, aqui, que grande parte dessa seção é fruto da experiência da observação participante. Diante da pesquisa empírica, destaca-se que as falas trazidas à luz são balizadas pela interpretação das experiências de campo e por meio das atividades realizadas no Museu durante dois anos (2018 e 2019).

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo investigar o relacionamento entre o poder público e a sociedade civil na criação do Museu Histórico de Carolina (MHC), no interior do Estado do Maranhão, no Brasil. Para tanto, este estudo empregou quatro técnicas de pesquisa: bibliográfica, documental, observação participante e entrevista semiestruturada. Os resultados da pesquisa bibliográfica foram apresentados na segunda seção deste trabalho. Na terceira seção, as contribuições da pesquisa documental foram trazidas à luz. Na quarta seção, os contributos da observação participante e das entrevistas semiestruturadas foram discutidos.

Aplicando essas técnicas, conseguimos compreender que a formação de espaços de memória no interior do Brasil pode ampliar o campo de pesquisa nas áreas da História Regional e da Museologia, uma vez que esse tipo de fenômeno ainda é pouco investigado. Isso decorre pela manutenção negociada de um discurso em favor da reinvenção de tradições e de laços de pertencimento, onde operam sociedade, memória e território, o que denominamos neste trabalho como gestão do passado. Além disso, foi possível construir um panorama dos fundamentos teóricos, das características do MHC e, por fim, das observações in loco sobre sua historicidade e processo de gestão do passado.

De forma geral, esse caso específico traz contribuições à Museologia porque evidencia a singularidade do processo de constituição dos museus locais/regionais no Brasil, de modo

[7] Nomes reais dos entrevistados, cuja as entrevistas e suas respectivas publicações foram autorizadas.

que essa tipologia de museu ainda é pouco explorada. Auxilia no entendimento dos agentes e agências que operam junto às comunidades, merecendo mais pesquisas e investigações. Um museu de cidade de interior, é nutrido por meio de uma teia de relações sociais, culturais e econômicas, onde principalmente as relações políticas e o afeto determinam a gestão do passado das famílias e dos trabalhadores de Carolina.

Referências

ABREU, Regina. A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. São Paulo: Rocco, 1996.

ESTADO DO MARANHÃO. Lei n° 5082, de 20 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a proteção cultural do Estado do Maranhão e dá outras providências. Disponível em:<t.ly/ny82gc>. Acesso em: 02 ago. 2022.

ESTADO DO MARANHÃO. Decreto nº 12.954, de 12 de fevereiro de 1993. Institui o tombamento do Centro Histórico de Carolina - MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, nº 35, 19 fev. 1993. p.1. São Luís. 1993.

FORTES, Alzira Maria Vasconcelos Rocha. [jul. 2019]. Entrevista D. Entrevistador: Mateus Kên Donehogawa de Menezes de Carvalho. Carolina, 2019. 8 p.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GIOVANAZ, Marlise. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. Anos 90, Porto Alegre, n.11, p. 162-171. 1999.

GRISALES, Sandra Patrícia Arenas. Fazer visíveis as perdas: Morte, memória e cultura material. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 1. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3nwyH4sPtPSKdMq5fTQPb7Q/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 10. jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. 2014.
JUCÁ, Ubiratan. [jul. 2019]. Entrevista A. Entrevistador: Mateus Kên Donehogawa de Menezes de Carvalho. Carolina, 2019. 18 p.

MARANHÃO, Antônio Carlos Ayres. [jul. 2019]. Entrevista B. Entrevistador: Mateus Kên Donehogawa de Menezes de Carvalho. Carolina, 2019. 13 p.

MEDEIROS, Rodolfo. [jul. 2019]. Entrevista C. Entrevistador: Mateus Kên Donehogawa de Menezes de Carvalho. Carolina, 2019. 35 p.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Políticas de memória na criação dos museus brasileiros. Cadernos de Sociomuseologia, v. 19, n. 19, 2002.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

WELLER, Viviam. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. Sociedade e Estado, v. 25, n. 2, p. 205-224, 2010.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL E REFORMA BRASILEIRA DO ENSINO MÉDIO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS TÉCNICOS

Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro[1]
Vinicius Iuri de Menezes[2]
Vera Lucia Messias Fialho Capellini[3]

Introdução

A Constituição Federal de 1988 [CF/88] incorporou regras em suas determinações para a efetivação do direito à educação integral, plena e globalizadora, com as determinações de que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando assim ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Neste sentido, há mais de 30 anos a legislação infraconstitucional e as políticas públicas voltadas para a efetivação do direito à educação tem como preceito, entregar um ensino que promova a formação de um cidadão apto a atuar no seio social no qual está inserido e pronto para sua inserção no mercado de trabalho e ou em instâncias superiores para sua formação. As reformas, sejam planejadas, sejam implementadas, ainda que superficialmente, demonstram vislumbrar tais objetivos. No entanto, observados dados estatísticos tanto acerca da educação quanto do mercado de trabalho, nota-se tímidos resultados positivos e ao contrário, ecoam números alarmantes, sobretudo do analfabetismo e dos índices de desemprego.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] referente ao ano de 2018, informam que o Brasil tinha 11,3 milhões de analfabetos, correspondendo à 6,8% da população e se analisados os brasileiros que se consideram como analfabetos funcionais, este índice sobe para 30% da população (IBGE, 2018). Ainda que a meta do atual Plano Nacional de Educação [PNE] seja erradicar o analfabetismo até o ano de 2024, mantendo a redução dos últimos anos, o desafio é grande considerando o número de milhões de brasileiros analfabetos (PNE, 2014).

Ainda, ao serem verificados os números do desemprego no Brasil, tem-se que em agosto de 2019, o país apresentou índice de 12,8 milhões de desempregados (IBGE, 2019).

Neste ínterim, considera-se pertinente um estudo que analise a legislação do direito à educação frente à proposta do itinerário formativo técnico trazido pela reforma do ensino médio e pela Base Nacional Comum Curricular [BNCC], identificando se os comandos

[1] Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/BAURU). Bauru/ São Paulo/Brasil. E-mail: fabiana.menegazzo@unesp.br.
[2] Mestre em Docência para a Educação Básica. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Bauru). Bauru/São Paulo/Brasil. E-mail: vinicius.menezes@unesp.br.
[3] Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem e do Programa de Mestrado Profissional em Docência para a Educação Básica, da FC/ UNESP- Bauru. Diretora da Faculdade de Ciências - FC/UNESP-Bauru. E-mail: vera.capellini@unesp.br.

gerais, as diretrizes norteadoras da sua criação e implantação coadunam com estratégias e ações que possam efetivamente, construir uma formação plena e integral dos escolares, bem como alterar os cenários dos números apresentados acima, sem tornar a educação refém da formação apenas tecnicista, de capacitação de mão de obra.

Solange Almeida Holanda Silvio (2016), sobre a educação e seu papel frente à sociedade moderna, explica que a modernidade se caracteriza por ter a sociedade subordinada à indústria e à cidade, sendo que as relações deixaram de ser puramente naturais, tornando-se predominantemente sociais, alertando para a necessidade da formação integral da pessoa para que esteja apta a participar da vida atual das cidades que está vinculada essencialmente às relações sociais, exigindo da pessoa habilidades e competências que vão muito além de conhecimentos técnicos acerca de um nicho de mercado ou trabalho.

Justifica-se desta forma, o enfoque de um ensino globalizador, defendido por Zabala (2002), que está intimamente alinhado à visão da integralidade social proposta por Dworkin (1999), que seja de forma abrangente, com o preparo para o desenvolvimento das habilidades e competências do indivíduo, ou seja, direcionando as finalidades do ensino à formação para responder às necessidades de compreensão e preparo para a intervenção na realidade, de forma positiva, na busca da evolução coletiva.

Objetiva-se assim, analisar os textos normativos constitucionais e infraconstitucionais, a fim de compreender como seus ditames normativos gerais têm influenciado os sistemas de ensino e seus escolares. Procura-se entender se a formação técnica integrada ao ensino médio tende a atender mais aos anseios do mercado do que para educação cidadã/plena/globalizadora.

Assim, este estudo aborda na primeira parte a educação integral e globalizadora proposta pela CF/88, demonstrando o ideário do Constituinte, bem como a teoria originária da consciência da necessidade de mudança no direito à educação ao longo da vigência do Texto Constitucional. Na sequência, trata-se sobre a análise das normas e diretrizes de organização e implementação dos itinerários técnicos para o ensino médio, buscando compreender o norteamento da BNCC para os itinerários técnicos do ensino médio e por fim, faz relações entre as normativas federais dispostas com as informações dos currículos implantados, visando identificar se está sendo concretizado o que idealizou o legislador constituinte.

Material e Métodos

O trabalho tem abordagem qualitativa, um método das ciências humanas que pesquisa, explicita, analisa fenômenos (visíveis ou ocultos), (Holanda, 2006). Tem abordagem teórica e dedutiva, método este que parte do geral e, a seguir, desce ao particular por partir de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e que possibilitam chegar a conclusões de maneira puramente formal, Gil (2008).

Com base em procedimento bibliográfico e na análise de leis, foi realizada a releitura das normativas constitucionais do direito à educação, da [LDBEN], do documento normativo da [BNCC] para o ensino médio e de outros textos normativos infraconstitucionais que norteiam o tema, para ao final, fazer relações entre as normativas de âmbito federal dispostas e os currículos em vigência, analisando se as modificações na carga horária, os arranjos e ajustes dos conteúdos têm condições para proporcionar a efetiva educação integral globalizadora.

Resultados e Discussão

Acercamentos legais e teóricos da educação integral e globalizadora

As regras maiores do Estado para o desenvolvimento da educação na democracia brasileira estão estampadas na [CF/88], no artigo 205, que abre o Capítulo II, da seção I e nos artigos que o seguem que determinam que o direito à educação deve ser constituinte de um conjunto de regras voltadas a assegurar a todas as crianças e adolescentes brasileiros, oportunidades, caminhos e proteção para o alcance do pleno desenvolvimento das capacidades múltiplas que compõe o ser humano (Brasil, 1988).

A [CF/88] faz menção expressa que a educação tem como objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo direito de todos (Brasil, 1988). Nota-se a intenção do legislador para a normatização dos direitos fundamentais e da dignidade humana, consolidando-os na cultura do país pela educação, sem, contudo, desalinhá-los dos preceitos da enculturação para o meio de produção do capitalismo e para o mercado de trabalho.

Assim, têm-se os princípios fundamentais a serem observados na prática da educação, que devem respaldar a atuação de todos os sujeitos envolvidos nos processos educacionais, além de balizar a interpretação dos conteúdos atinentes a este mesmo tema, diante de dúvidas sobre o seu sentido de aplicação. Complementam-se como pilastras legais, o compartilhamento das responsabilidades para a efetivação da educação entre família (matrícula, frequência e acompanhamento do desempenho), o Estado (educação básica comum, universal e de qualidade) e a sociedade (valores da comunidade) em uma visão de sociedade, com responsabilidade coletiva e comunitária (Sarlet, 2005).

Tal determinação, somada aos números negativos da educação brasileira que permearam os Poderes Executivo e Legislativo fomentou os trabalhos para a construção da [BNCC] e para a reforma do ensino médio, homologada em dezembro de 2017, pelo Ministério da Educação.

De fato, não só os poderes da República, mas a sociedade como um todo, ansiavam por reformas e medidas que revertessem o triste quadro da educação no Brasil. A proposta de padronização nacional de norteadores para o desenvolvimento regional e local de políticas para a educação, surgiu como uma medida essencial para a efetivação da educação para a equidade, além da atualização dos sistemas de ensino visando a qualidade e estancamento da judicialização do direito à educação tanto por vaga quanto por qualidade no ensino.

Sobre o pensar da educação no Brasil como política pública, Costin (2017) ressalta que esta deve ser encarada como um conjunto de ações e propostas da estrutura estatal para o atendimento da realidade, dos problemas e das demandas surgidas pela sociedade. Para tal finalidade, posiciona-se o Estado no domínio do serviço educacional para assegurar o direito de aprender do seu público, com relevância, qualidade no aprendizado individual de cada aluno que influencia em sua vida em sociedade.

Com a justificativa de buscar qualidade e otimização, a reforma da educação foi aprovada, tendo como marco a construção e a implantação da [BNCC] para todos os anos da educação básica no Brasil, sobretudo nos anos finais da educação básica, denominados ensino médio. Surge um paradoxo, pois ao mesmo que busca padronizar a educação a nível nacional pela

construção de uma [BNCC], promove um grande movimento de flexibilidade, descentralização e autonomia para os atores dos sistemas educacionais nas esferas estaduais e municipais.
Finalizada a etapa de construção da [BNCC] e sua vigência instalada pela União, com efeitos nacionais, o desafio vivido pelo país é o da implantação da reforma, o que exige a atuação do Pacto entre os entes federados que embasa os sistemas educacionais federais, estaduais e municipais, considerando o grau de liberdade alcançado por estes entes para a construção de estruturas e currículos subnacionais (estaduais, distritais e municipais).
Almejou-se desde então, que a autonomia existente pelas Unidades Federativas, colaborasse para que as desigualdades e as diversidades fossem consideradas na elaboração dos currículos educacionais, para promoção ao final de processos educacionais suficientes para promover o ensino com equidade.
A igualdade seria garantida pela construção de uma [BNCC] e a equidade seria alcançada com a efetivação e a implementação das decisões curriculares e didático-pedagógicas em âmbito regional e local, com o atendimento específico de suas necessidades e particularidades. Já a autonomia para as decisões regionalizadas daria condições para a efetivação das adequações à realidade local, ao contexto e as características dos alunos, da participação das famílias e da comunidade de cada Unidade Escolar (MEC, 2017).
O resultado da qualidade da aprendizagem é garantido pelo investimento e pela energia colocados a serviço do processo pedagógico, o que envolve a formação docente, as condições de trabalho, a infraestrutura organizacional, bem como o constante monitoramento e a avaliação tanto da aprendizagem dos alunos quanto do trabalho do professor e da equipe escolar (Costin, 2017).
Na prática, escolas mais estruturadas caminham na oferta dos itinerários, enquanto que uma grande parte das unidades que se encontram sucateadas, com inúmeras carências, ainda demorarão para alcançar as adequações necessárias, sobretudo porque os arranjos curriculares têm forte apelo tecnológico, ponto nefrálgico das Unidades Escolares e que exigirão investimentos de monta.

Base Nacional Comum Curricular e os norteadores gerais para a educação integral na etapa do ensino médio

A construção de uma base curricular comum, em âmbito nacional já estava prevista na CF quando dispôs que fossem fixados os conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais" (Brasil, 1988).
Assim, com intuito de regulamentar o disposto na [CF] tanto a [LDBEN] quanto o [PNE] vigente, também previram políticas de um currículo mínimo, balizador para a formulação dos currículos de toda a Educação Básica e essencial para a implementação da reforma da etapa final da educação básica, denominada ensino médio.
Também, a Lei 13.415/2017, altera o texto da [LDBEN] de 1996 que passa a determinar em seu bojo que a [BNCC] definirá direitos e objetivo de aprendizagem do ensino médio conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, com base em áreas do conhecimento, com as respectivas competências e habilidades que serão feitos por critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (Brasil, 2017).

De um modo geral, os diplomas legais determinam como norteadores das políticas educacionais presentes e futuras para as etapas da educação básica, tanto os saberes quanto as capacidades para manipulação e aplicação destes saberes mediante a realidade da sociedade da qual cada estudante faz parte.
A competência é a soma de conhecimentos ou de habilidades. É ainda a capacidade objetiva de um indivíduo para resolver problemas e realizar atos definidos e circunscritos (Houaiss, 2001).
Já a habilidade é a qualidade ou característica de quem é hábil, que tem aptidão, destreza, habilidade, disposição (Houaiss, 2001).
Neste sentido, a [BNCC] orienta as decisões pedagógicas para o objetivo do desenvolvimento de competências, como referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas por ela, estabelecendo os saberes (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, como devem saber fazer (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), (MEC, 2017).
A [BNCC] pretende representar o marco normativo para a gestão e para a operação dos processos educacionais quanto à necessidade da integração, do engajamento e da consciência das exigências atuais de uma formação completa do aluno, que integre os saberes e a utilização destes saberes na vida cotidiana, no exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Por ela, é declarado e formal o compromisso do Estado para com a promoção da educação integral e a conscientização para a necessidade da superação da fragmentação radical disciplinar do conhecimento compartimentada em diversas disciplinas.
Nesta vertente teórica o Brasil caminha para o desenvolvimento de processos pedagógicos que objetivam a formação global, integral e plena, almejada pela [CF/88] e adotada nas avaliações internacionais da Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco] instituidora do Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina [LLECE], na sigla em espanhol.

A BNCC, os norteadores gerais para a educação integral e o itinerário formativo técnico

No estudo dos norteadores para o itinerário formativo técnico, tem-se que a [BNCC] apresenta de um modo geral, os direitos, os objetivos e a composição curricular organizada para perseguir a efetivação de direitos e objetivos dos alunos. No entanto, quanto à proposta organizada para o ensino médio, não há detalhamento tão profundo da composição dos currículos, sobretudo do itinerário formativo técnico, que de forma integrada à base comum do ensino médio ou de forma pura, apresenta lacunas, acomodadas pelo princípio da flexibilidade instituído pela reforma, que podem ser utilizadas com bastante autonomia pelo sistema educacional.
A [BNCC] reforça a justificativa do repensar desta etapa escolar que representa hoje um gargalo na efetivação do direito à educação aos escolares. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as

aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras (BNCC, 2018).

De um modo geral, a [BNCC] inaugura a oferta dos variados itinerários formativos seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional, tendo na flexibilidade o princípio de organização curricular, para a construção de currículos e propostas pedagógicas visando atender de forma mais específica as particularidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, colaborando assim, para o aumento dos índices de permanência e para formações mais sólidas.

A [BNCC] enfatiza como finalidade a responsabilidade de que os currículos e estratégias escolares desta etapa se preocupem em consolidar os ensinos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento nos estudos. Destaca ainda, o aprimoramento do educando como pessoa humana, ética, autônoma e crítica, além de proporcionar conhecimentos que tornem o aluno capaz de compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Nesta análise, surge uma discrepância em relação ao itinerário formativo técnico, pois este tem por essência de formação, o direcionamento para o trabalho e formação profissional, rompendo assim o liame de dar aprofundamento e consolidar os ensinos adquiridos no ensino fundamental, tampouco de dar prosseguimento nestes estudos, não havendo margem portanto, para revisão e consolidação de ensino adquirido na etapa do ensino fundamental, ao contrário, a inserção dos componentes técnicos diminui a carga horária das disciplinas da base comum de forma irreversível, tornando o estudo de alguns componentes da base comum, bastante superficiais.

Daqui destaca a necessária compreensão de que a reforma denominada do ensino médio não se detém apenas a esta etapa, mas exige a mobilização dos saberes desde a educação infantil no sentido de preparar o aluno com os conhecimentos básicos essenciais para chegar ao ensino médio com a bagagem adequada de conhecimentos, competências e habilidades já adquiridas, demonstrando que o itinerário formativo técnico está vinculado à finalidade da [BNCC] que é a preparação básica para o trabalho, de modo que possa se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores, pois prevê que o aluno que opta por este itinerário já traz consigo toda a bagagem de conhecimento da base comum suficiente para lhe proporcionar as condições e o amadurecimento para mergulhar nos conhecimentos técnicos da área escolhida, bem como nela prosseguir, sendo do seu interesse.

Tal afirmação pode ser constatada no estudo do texto da [BNCC] quando discorre que os ensinamentos e experiências voltadas para a formação para o trabalho devem favorecer a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível (BNCC, 2018).

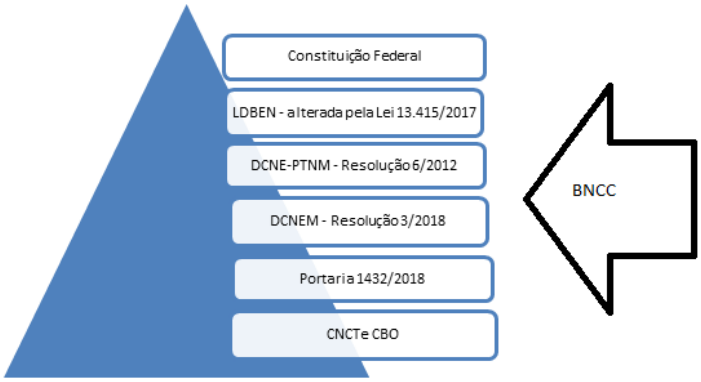
As ações das pessoas que as caracterizam com a condição de humanos subdividem-se em três formas de atividades: o labor, que corresponde à vida biológica do homem enquanto animal; a obra, que corresponde ao mundo artificial de objetos que os seres humanos erigem

sobre a terra e a sua própria ocupação e a ação que corresponde a nossa pluralidade enquanto indivíduos distintos e conviventes em sociedade (Arendt, 2001).
Neste sentido, o princípio da educação integral visa proporcionar à pessoa em idade escolar a oportunidade para a sua formação plena, tornando-a apta para o labor, para a obra, mas também para o agir, representar e ser representando, atuar nas relações do contexto social no qual está inserido.
À medida que os programas educacionais, seus atores e seus currículos desequilibram a formação deste tripé, tem-se que o processo educacional é falho e seus efeitos sociais também.
Outro destaque é que o novo ensino médio deve garantir aos estudantes a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática. Tal apelo para a formação tecnológica também é ponto controvertido, pois se entende que está relacionada à prática e ao contato direto do aluno com a tecnologia, demandando investimentos financeiros para a infraestrutura e para a formação/atualização dos professores, o que não vem ocorrendo até o momento, na mesma proporção da abertura dos arranjos curriculares que ofertam os cursos técnicos seja de forma integrada ou não.
Ainda, deve-se destacar outro ponto controvertido quanto ao texto da [BNCC], pois diante dos elenco dos 5 itinerários que prevê, traz as áreas do conhecimento que permeiam os quatro itinerários de saberes, porém para o itinerário formativo técnico e profissional, não há menção sobre as respectivas competências e as habilidades norteadoras para a construção deste itinerário, ficando esta tarefa a cargo de outros textos normativos, vinculando apenas as condições de funcionamento deste itinerário às regras da [LDBEN], como, por exemplo, quanto à determinação da carga horária, dando tratamento discriminado a esta trilha do conhecimento, em relação às demais previsões feitas aos outros itinerários formativos.
Desta forma, questiona se tal abertura não pode se sobrepor às competências e habilidades básicas para a formação integral, como são previstas nas dos demais itinerários do ensino médio, gerando insegurança jurídica pela ausência de normatização pela [BNCC], bem como, indaga-se se os sistemas educacionais organizados pelo pacto federativo anteriormente mencionado estão preparados para assumir seus papéis autônomos da elaboração e condução dos processos educacionais para este itinerário.

Demais referenciais legais de âmbito federal para os currículos do itinerário formativo técnico em vigência

Diante da ausência de norteadores claros pela [BNCC] para o itinerário formativo técnico, insta descrever quais os demais referenciais legais de âmbito nacional estão embasando e regulamentando o trabalho dos entes federativos e seus respectivos sistemas educacionais na implementação desta modalidade de ensino médio.
A figura 1 ilustra os normativos buscando conciliar a importância e a ordem cronológica de vigência destes documentos, sendo que a [BNCC] incide e tem reflexos ao mesmo tempo sobre as normativas elencadas.

Figura 1. Organograma das normativas federais acerca dos itinerários formativos técnicos



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Constituição Federal

A Constituição Federal é o documento fundante do Estado Democrático de Direito e de todas as políticas públicas de entrega dos direitos fundamentais. Seus direcionamentos normativos já foram bastante comentados no decorrer do trabalho, sendo importante destacar aqui que sua posição na pirâmide das normativas representa o dever de observância das demais legislações infraconstitucionais acerca do direito à educação.

Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN – Lei 9394/2006)

Seguindo a escala do ordenamento jurídico infraconstitucional tem-se que a [LDBEN] desde 1996 já estabelecia as etapas e os níveis de ensino, com as finalidades diversas para cada uma destas. A Lei 13.415/2017 trouxe expressivas alterações ao seu texto e especificamente a esta etapa da educação que se coroou com o término da construção de uma [BNCC] exclusiva para esta fase da vida escolar.

Pela [LDBEN] à União cabe estabelecer, em colaboração com seus entes federados, as competências e as diretrizes para as etapas da educação básica, de forma a nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, buscando assegurar a formação básica comum pelos direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme suas respectivas áreas do conhecimento anteriormente mencionadas (Brasil, 2017).

As organizações curriculares passam a ser divididas em áreas do conhecimento estabelecidas pela lei e devem ser seguidas como premissas para a composição dos novos currículos, que serão agrupados em itinerários formativos, que por sua vez, embasarão os arranjos curriculares (Brasil, 2017), ficando ainda estabelecida quanto à carga horária destes itinerários que os componentes da base comum dos currículos terão arranjos com carga horária de, no máximo, 1.800 horas, complementadas com os componentes dos itinerários formativos e no caso do itinerário técnico, com carga horária mínima de 1.200 horas, compondo assim um total de até 3.000 horas para este itinerário.

Destaca-se ainda que a versão atual desta lei estabelece plano de 10 anos para que o ensino médio no Brasil seja transformado em integral e o [PNE] vigente já determinava desde 2014, que até 2024 ao menos 25% do sistema já fosse neste formato, aumentando a carga horária

de 4 horas dias, entendida como sendo as horas ofertadas com os componentes da base comum.
Este ponto também tem sido de críticas por não ser majoritária a interpretação da lei de que é viável o estabelecimento de uma carga máxima das horas destinadas aos componentes da base comum, gerando animosidades entre o meio educacional, no sentido de sacrificar as horas da formação básica em prol de conteúdos de formação técnica, ensejando o entendimento de que com esta disposição, estaria sendo privilegiada a formação para o trabalho em face da formação da pessoa cidadã, distanciando-se, portanto do conceito de formação integral proposta pela normativa fundante.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Resolução nº 6/2012

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação, órgão aconselhador da Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação.
O documento define as regras para a organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação desta modalidade de ensino, tanto para as instituições escolares públicas quanto para as privadas. Ainda, regulamenta que a educação regular na etapa do ensino médio pode ser ofertada de forma articulada ou subsequente, sendo a articulada ofertada tanto na forma integrada quanto na concomitante.
Vale destacar que toda a discussão quanto aos prejuízos pedagógicos e de formação do alunado dos anos finais da educação básica gira em torno da oferta na forma articulada e suas ramificações, pois é nesta forma que atua a reforma do ensino médio, com a perda de carga horária e sobreposição curricular técnica sobre a carga horária dos componentes da base comum.
É considerada articulada integrada a oferta em que o aluno faz apenas uma matrícula numa única instituição e a habilitação técnica ocorre ao mesmo tempo em que conclui os últimos três anos da educação básica.
Já é considerada concomitante aquela oferta do curso técnico ao aluno que está cursando o ensino médio, seja ingressante ou já em curso com a educação profissional técnica de Nível Médio, sendo cargas horárias distintas.
Há ainda um segundo desdobramento da modalidade articulada concomitante que é a que vem sendo implementada com bastante intensidade, pois é a que viabiliza a soma de esforços e infraestruturas de instituições diversas para sobrepor as carências já existentes e falta de investimentos adequados à reforma. Denominada concomitante na forma, por esta modalidade, o aluno estuda simultaneamente em distintas escolas, porém com uma proposta curricular integrada no conteúdo, mediante convênios ou acordo de intercomplementariedade, novamente realizados sob a égide da flexibilidade e da autonomia dos sistemas educacionais.
Ademais, na análise da escrita e do conteúdo deste texto normativo, observa-se o intenso uso e disposição dos vocábulos técnico, profissional, trabalho, experiência, prática. Preza-se pela integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, no entanto, com fulcro no princípio da autonomia e da flexibilidade, fica a cargo dos sistemas e das instituições educacionais identificar e alocar estágios e oportunidades de emprego para seu alunado.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Nota-se planejamento incompleto que não fecha o ciclo da formação integral proposta ainda que seja a tendente a favorecer a formação para o trabalho, para a obra humana, advindo à dúvida quanto à correta leitura de cenário social e econômico quando da aprovação e de forma mais recente, da implementação dos itinerários formativos técnicos.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio [DCNEM] – Resolução nº 3/2018

Esta Resolução foi editada com a reforma do ensino médio já em vigência e tem a finalidade de atualizar as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio que agora contempla os itinerários formativos e dentre eles o itinerário técnico.
Assim, seu texto aborda de forma conjunta regras para a etapa do ensino médio tanto para a formação pela base comum quanto para a formação pelos itinerários formativos, trazendo e atualizando em seu texto, diversos pontos tratados na Resolução nº 6/2012.
Quanto à organização do ensino médio, a norma estende a aplicação dos itinerários formativos, os conjuntos de unidades curriculares que compõem a organização de um arranjo curricular (Brasil, 2018), para todos os alunos cursistas desta etapa, estabelecendo de uma forma mais abrangente, que os itinerários deverão ser organizados por eixos estruturantes que possibilitam a construção de itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo os interesses dos escolares, às necessidades das regiões e às condições de oferta das instituições de ensino.
Os itinerários formativos são organizados a partir de quatro eixos estruturantes sendo estes: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo.
Segundo a normativa, os eixos estruturantes por sua vez têm as finalidades de integrar os diferentes arranjos e criar oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas ligadas à realidade contemporânea e que promovam a sua formação pessoal, profissional e cidadã (Brasil, 2018), remetendo ao ideário da vinculação do itinerário técnico à formação profissional como premissa maior.
Quanto aos objetivos propostos para os itinerários formativos merece relevância destacar que ao mesmo em que a normativa menciona que o primeiro objetivo do itinerário formativo é aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, os itinerários são implementados com carga horária reduzida para os componentes curriculares que trabalham com as competências gerais.
Nussbaum (2015), alerta para a crise mundial da educação que no futuro influenciará diretamente a conformação estrutural das sociedades, principalmente na convivência de forma democrática e pontua que é a carência ou a ausência do ensino em humanidades dos currículos que tende a piorar o cenário social negativo já instalado.

Portaria 1432, de 28/12/2018

Diante da autonomia e da flexibilidade concedida aos sistemas de ensino pela reforma, esta Portaria, que é de titularidade do Ministério da Educação, estabelece os referenciais para os itinerários formativos, dando orientação aos sistemas de ensino nas construções.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

O documento normativo enfatiza a tratativa dos currículos por competências e habilidades, conforme já dispôs as DCNEM pela Resolução nº 3/2018 e ressalta a pretensão da construção dos itinerários para atualizar os currículos às exigências das transformações que marcam a sociedade contemporânea e a necessidade de preparo dos alunos para este novo cenário, bem como justifica a flexibilidade nos formatos e conteúdos destes itinerários, expressando a composição dos currículos do ensino médio em duas grandes partes: a formação geral básica e os itinerários formativos, com suas respectivas cargas horárias.

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos [CNCT]

O CNCT é um instrumento instituído pelo MEC por meio da Portaria nº 870/2008 e teve sua última atualização pela Resolução CNE/CEB nº 01/2014. Tem a finalidade de parametrizar a oferta dos cursos de educação profissional técnica de nível médio. Traz em seu bojo um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos pelos sistemas e instituições de ensino.
Apresenta um rol de cursos que são agrupados em eixos tecnológicos, com as características principais da descrição de cada curso, ou seja, os perfis dos cursos, normatizando por exemplo, a carga horária mínima, o perfil profissional do concluinte, a infra estrutura mínima da Instituição que deseja ofertar o curso, bem como o campo de atuação e as ocupações que são associadas àquela formação técnica. O documento atende aos anseios da formação profissional, para o mundo do trabalho, buscando parametrizá-la.

Cadastro Brasileiro de Ocupações [CBO]

Documento também denominado como Classificação Brasileira de Ocupações, foi editada pelo Ministério do Trabalho que hoje está integrado à pasta do Ministério da Economia do Governo Executivo Federal. Refere-se a um rol, uma lista oficial, composta hoje por 2.685 ocupações reconhecidas (Ministério do Trabalho, 2018).
Tem a finalidade de reconhecer e construir o perfil de uma ocupação, por meio da escuta dos trabalhadores da ocupação. É dinâmica, à medida que o mercado e a sociedade geram demandas que criam e extinguem ocupações.
Norteia o Ministério da Educação para a criação dos cursos de educação profissional técnica de nível médio para capacitar mão de obra qualificada para o exercício destas ocupações.
Nota-se que tal documento não possui vínculo de origem com o Ministério da Educação, nem tão pouco, vincula-se aos princípios norteadores da educação integral, sendo influenciado diretamente pelas demandas do mercado de trabalho e da economia.

Conclusão

Ao final do estudo, podem ser traçadas algumas considerações. Diante do cenário de analfabetismo, déficit e evasão escolar e desemprego, a mudança dos currículos e processos educacionais era consenso. A atualização dos sistemas educacionais ao público atual e as demandas de formação para a vida social e para o mercado de trabalho também são fatores que demandaram por mudanças. Verifica-se que a legislação que norteou a reforma do ensino médio e a implementação do itinerário formativo técnico tem forte apelo à flexibilidade,

considerando-a um dos seus princípios essenciais, em nome da promoção da equidade e da educação integral. Como consequência, surgem a autonomia na gestão dos processos e a elasticidade para a interpretação e operacionalização das normativas e das políticas educacionais que ao mesmo tempo, geram a insegurança jurídica pela não concretização da educação plena e formadora da pessoa como cidadã. A [BNCC] e as demais legislações federais ao mesmo tempo em que pretendem unificar e determinar vetores nacionais para a educação permite grande autonomia de conteúdo e de forma para a construção dos itinerários formativos, sobretudo as diretrizes para a formação técnica que tendem sobre diversos aspectos, mais ao atendimento do mercado e da economia do que em relação aos princípios formadores da cidadania e da educação integral. A implementação da reforma ocorreu de forma precoce, sem a devida publicização à sociedade de seu novo formato e de seus reais objetivos, além do que internamente, pouco se realizou de formação e estruturação para que se efetive uma educação que em curto prazo, atenda o mercado de trabalho com mão de obra qualificada e em longo prazo, gere a educação integral capaz de emancipar a sociedade e promover o desenvolvimento coletivo.

Referências

Arendt, H. 2001. A condição humana. 10ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Brasil. (s.d.) Cadastro brasileiro de ocupações. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessio>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Brasil. (s.d.) Instituto brasileiro de geografia e estatística. [IBGE]. Indicadores sociais – analfabetismo e desemprego 2018/2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indicadores. Acesso em: 17 jul. 2020.

Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29 jan. 2020.

Brasil. 1996. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020.

Brasil. 1996. Medida provisória 746. Dispõe sobre a reforma do ensino médio no Brasil. Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 19 nov.2019.

Brasil. 2016. Catálogo nacional de cursos técnicos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/fil>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Brasil. 2017. Base nacional comum curricular [BNCC]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 fev. 2020.

Brasil. 2017. Lei 13425, de 30 de março de 2017. Dispõe sobre a reforma do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020.

Costin, C. 2017. Educação como política pública. In: Mendes, G.; Paiva, P. (Org.) Políticas públicas no Brasil: uma abordagem institucional. Saraiva, São Paulo, SP, Brasil.

Dworkin, R. 1999. O império do direito. 1ed. Martins Fontes, São Paulo, SP, Brasil.

Gil, A.C. 2008. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Holanda, A. 2006. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. Análise Psicológica, 3 (XXXIV): 363-372.

Houaiss, A.; Villar, M.S. 2001. Grande dicionário houaiss da língua portuguesa. Objetiva, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [IBGE]. 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: desemprego agosto de 2019. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/>. Acesso em: 06 set. 2019.

Ministério da Educação [MEC]. 2014. Plano nacional de educação [PNE]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.phd?option=com_docman&view=dowload&alias=2730-pne-lei-10172-09-01-01&ltemid=30192>. Acesso em: 01 set. 2019.

Nussbaum, M. 2015. Sem fins lucrativos: porque a democracia precisa das humanidades. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, SP, Brasil.

São Paulo. 2019. Secretaria da educação de São Paulo [SEDUC-SP]. Resolução SE-74/2019. Dispõe sobre a parceria da SED com o CPS. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/74_19.HTM?Time=08/04/2020%2013:06:49>. Acesso em: 01 abr. 2020.

Sarlet, I.W. 2005. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988. 5ed. Livraria do Advogado. Porto Alegre, RS, Brasil.

Silvio, S.A.H. 2016. A importância da educação como direito subjetivo: o direito à Educação como Fundamento da República Federativa do Brasil. Lumen Juris, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Zabala, A. 2002. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta par ao currículo escolar. trad. Ernani Rosa. Artmed, Porto Alegre, RS, Brasil.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

"PERTURBADORES DA ORDEM E FORAS DA LEI?": GREVES E DEMOCRACIA NA CONSTITUINTE DE 1946

Cintya Chaves[1]

Apresentação

Um janeiro das greves, poderia assim ficar conhecido aquele primeiro mês de 1946. No Ceará, além da adesão à greve nacional dos bancários, operários da Companhia Nacional de Construções Cívicas e Hidráulicas de Fortaleza decretavam greve paralisando, portanto, "as obras do porto do Mucuripe, do "quebra-mar da praia de Iracema e da pedreira de Monguba"[2].

Além disso, diversos sindicatos (dos empregados no comércio, dos gráficos) e trabalhadores em geral, se manifestavam contra a alta dos preços. Se exercitava assim, uma vivência social que buscava compatibilizar democracia e greve (questão não tão bem resolvida, como veremos):

> [...] Nosso ponto de vista sobre as greves já de há muito está definido. Defendemos, intransigentemente, este sagrado direito dos trabalhadores, **reconhecido pelo o nosso governo quando permitiu que o seu representante assinasse a carta de Chapultepec e a Declaração de São Francisco, documentos em que esse direito se acha inscrito**. [...]. Não encontramos explicação justa para atitude das autoridades policiais, [...]. ao contrário do que afirma em telegrama o Senhor Delegado de Camocim, declarando não ter sido preso até agora nenhum grevista, mas apenas **"elementos perturbadores**", não representa a realidade uma vez **que já se encontram detidos vários grevistas**, entre os quais os trabalhadores Luiz Pereira do Vale, João Maia, Anastácio Bernadino de Souza, Francisco Assis Alves e Francisco Torres. [...] (SOUZA, 1946, s/p, grifos nossos).

Essas foram as declarações dadas por José Bento de Souza, secretário do Comitê Estadual do Partido Comunista, ao jornal o *Unitário* de 19 de janeiro de 1946. Dividindo o espaço das páginas do impresso, com a versão do Delegado de Camocim e com a própria forma que o editorial apresentava a notícia[3], José Bento questionava o caráter antidemocrático das prisões. Para isso, se muniu de lembrar os acordos assinados pelo Brasil.

José Bento, primeiramente, se defendeu das acusações que o movimento teria sido deflagrado sob "intervenção comunista". Ele afirmava que tal associação não passava de uma "tentativa reacionária de atribuir-nos o papel de promotores das desordens". Isso não queria dizer, segundo ele, que se condenava a greve dos trabalhadores, desde que fossem realizadas pacificamente e como último recurso dos mesmos na luta pelos direitos. O comunista, relatava ainda que não estava a par da situação, "minunciosamente". Mas, sabia que a ação

---

[1] Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. cintyachaves2@gmail.com

[2] Jornal *O Povo,* Fortaleza, 09 de janeiro de 1946.

[3] Em um canto a esquerda da página, O Unitário anunciava: "Presos em Sobral dois cabeças do movimento grevista de Camocim" – Francisco Moreira e Raimundo Nonato da Silva – os que foram aprisionados".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

dos trabalhadores era uma resposta a "atitudes intransigentes e medidas [...] tomadas pelos donos das salinas, as quais culminaram com a prisão do senhor Luiz Pereira do Vale, Vice - Presidente da Sociedade dos Trabalhadores em Salinas".
Ao mesmo tempo que José Bento deu a entender que a manifestação dos trabalhadores passou do tom da ordem, relatou não compreender o motivo de um movimento pacífico ter sido tratado em "caráter alarmista". Não obstante, deixava claro que apelaria para todos os recursos que lhe estivesse disponível:

> [...] Para **coroar as prisões que se estão cometendo**, e contra as quais recorreremos **a todas as providências legais**, **inclusive** junto ao **Presidente da República**, **Ministro da Justiça e do Trabalho**, a **polícia de Camocim**, de ontem para hoje, sob o **pretexto de defesa da ordem**, que jamais esteve ameaçada por nós comunistas, efetuou a prisão de vários companheiros, **todos estranhos a greve**. O Comitê Estadual lamenta profundamente a maneira **como vêm atuando as autoridades policiais**, assumindo **atitudes que de nenhuma maneira estão de acordo com o clima democrático** que, se procura **criar** em nossa pátria, e cujas medidas nos fazem **recuar** aos negros tempos da **Ditadura** quando no mundo o **fascismo**, estava em ascensão (SOUZA, 1946, s/p, grifos nossos).

É preciso destacar que as declarações de José Bento de Souza eram ainda uma resposta a publicação da notícia da greve pelo Jornal *O Povo*[4], do dia anterior. Naquela ocasião, o periódico de direção de Paulo Sarasate, informava que o Secretário de Polícia e Segurança Pública, "o dr. Raimundo Gomes de Matos" havia reunido à imprensa para comunicar a deflagração da greve das salinas na cidade de Camocim[5]. Por meio de um telegrama, que descrevia os trabalhadores como "elementos desordeiros, que estavam procurando levantar a classe operária"; o Major Cardoso (delegado especial) informava que "alguns deles que queriam trabalhar nas mesmas salinas sem o consentimento de seus proprietários, já se encontravam presos[6] [...].
Segundo ainda o Major Cardoso, Luiz Pereira Vale era o principal "elemento". Tendo aquela delegacia recebido várias queixas contra ele, "sobre sua má atuação no trabalho das salinas". O major ainda acrescentava que "os elementos comunistas estão procurando ampliar o movimento no seio de outras classes. O retorno de Gomes de Matos ao informe foi de total apoio às medidas locais que estavam sendo tomadas, solicitando a transferência escoltada de Luiz Pereira Vale, para Fortaleza.
A tentativa de associação dos grevistas a criminosos, tem no vocabulário "elemento" seu grande trunfo retórico no processo de convencimento da opinião pública. O "elemento" não tem nome, mãe ou fome. Objetifica-se a existência, como modo de executar atos de repressão que ficcionam os indivíduos como monstros, ou inimigos dos "homens de bem" (que aqui se traduz nos donos do capital, os empresários). A publicação do telegrama em nada tinha de transparente. Era sim, uma antecipação que visava angariar legitimação das prisões, por mais "ilegais" que elas fossem.

[4] Jornal *O Povo,* Fortaleza, 18 de janeiro de 1946.
[5] Camocim é uma cidade litorânea do interior do Ceará, situada a 525 km de Fortaleza, aproximadamente.
[6] Jornal *O Povo,* Fortaleza, 18 de janeiro de 1946.

É importante salientar que naquele momento não havia uma legislação clara em relação as greves. Havia uma disputa sobre como o novo regime lidaria com tais manifestações. Por isso, a legalidade se constituiria uma questão ambígua. Todavia, as declarações nas imprensas (de políticos e não políticos), o clima do processo de democratização, além dos vários acordos assinados pelo Brasil, tendenciavam para a livre manifestação dos trabalhadores.

No dia seguinte, o jornal *O Povo*[7] trazia uma entrevista com Alfredo Coelho, presidente da Associação Comercial de Camocim. Nela, o mesmo afirmava que 400 operários se encontravam em greve e que o motivo era "impor o ingresso de Luis Pereira do Vale, ora preso pela polícia, na Salina Parangaba do dr. Macilon Saboia de Albuquerque". Assim, segundo o telegrama, as obras do porto se encontravam paradas, devido ao pouco número de trabalhadores que não aderiram à greve. Contudo, ele informava que os estivadores, "abandonaram a greve", após a posse de Odilon Rocha na presidência do sindicato deles.

A ocorrência de greves por solidariedade, na abertura política, já havia sido mapeada por (MATTOS, 2003, p. 03). Além de questões salariais, que implicam também nas reinvindicações contra a carestia da vida, a adesão às greves era motivada também por perseguições políticas[8]. Há de se notar ainda que os trabalhadores resistiam a permanência da estrutura estadonovista nos sindicatos, tanto que se trocava a presidência sindical, como modo de tentar intervir de forma autoritária nos rumos das lutas.

Nesse sentido, o telegrama sobre as greves em Camocim, acusava a sede do partido comunista de reuniões "permanentes", durante o dia e a noite com "discursos e vivas". Enquanto que os sindicatos locais não haviam realizado reuniões em suas sedes, ocorrendo todas na sede do PCB, nos últimos dois dias[9]. Considerando que o telegrama afirmava que a polícia agia de forma pacífica, tal declaração (de que as reuniões aconteciam na sede comunista) pode não condizer com a trama, mas a manifestação de José Bento, indica o posicionamento comunista no estado do Ceará. Por isso, concorda-se com Marcelo Badaró Mattos (2003) quando este afirma:

> [...] Diversas greves da fase 1945-1947 permitem **questionar** as propostas de que a estrutura sindical criada no Estado Novo permitia **controle quase que absoluto sobre os sindicatos**, pois foram construídas pela base, [...] As greves do período da redemocratização permitem também **o questionamento das teses que identificam na proposta da direção comunista** - apertar os cintos e garantir a transição democrática, contendo greves e mobilizações mais radicais em nome de uma aliança política ampla que pusesse fim definitivo ao fascismo [...] Novas interpretações também carecem de sustentação empírica. Como aquelas que defendem a ideia de que o período 1945-1964 foi marcado pelo trabalhismo, [...]. **presença de tantas greves, muitas delas dirigidas contra o Estado e sua política de conciliação de interesses, já torna difícil falar em "relações" entre partes**, tomadas como parceiros em iguais condições de barganha [...]. Um dado muito mais constrangedor, para estas teses, é **a constância da presença policial, vigiando e reprimindo abertamente os movimentos grevistas e a ação sindical em geral** [...] (MATTOS, 2003, p. 3 – 5, grifos nossos).

[7] Jornal *O Povo,* Fortaleza, 19 de janeiro de 1946.

[8] Como foi o caso do Sr. Antonio Saraiva Lima, 38 anos, que relatou que, por motivos de perseguição não foi efetivado (enquanto todos os seus companheiros o foram) na Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas, responsável pelas obras do Porto do Mucuripe, em Fortaleza. Jornal *Unitário* 11/01/1946.

[9] Jornal O Povo, 19/01/1946.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Um direito urgente: A repercussão das Greves nas reuniões para a elaboração da Constituinte de 1946

Um mês depois, as ações tomadas pela polícia cearense repercutiam entre os Constituintes. João Amazonas (PCB – DF) aproveitava a hora do expediente para tratar, o que ele denominou, de "flagrante de abusos de autoridade" que violava "o regime democrático vigente, fundado no poder soberano do povo que esta Assembleia Constituinte representa":

> [...] Acontece Sr. Presidente – e é para isto que desejo chamar atenção da Casa – que em Camocim, no Estado do Ceará, a Polícia, que em todo país está infiltrada de nazista, e dos piores criminosos, maltratou e prendeu inúmeros operários que entraram em greve; e agora em São Paulo, na cidade de Santo André, a polícia usou da mais feroz violência contra os operários grevistas da Companhia Rhodia Brasileira, do Moinho Santista, e ajudou inclusive os patrões a fazerem *lock – out* na fábrica de Pneus Firestone. [...] (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, V.1, 11 fev. 1946, p. 116).

João Amazonas trazia a ocorrência do Ceará, como modo de fortalecer sua denúncia sobre como o Estado continuava, mês após outro, cometendo arbitrariedades no que diz respeito as greves. O comunista expunha a contradição, do que se esperava de um regime democrático e a vivência dos trabalhadores.

Em sintonia com os argumentos de José Bento de Souza, Amazonas fez uma fala geral sobre as greves no país, salientando o caráter ordeiro e econômico delas: "greves ordeiras, dirigidas contra as intransigências desumanas de alguns patrões, greves justas e dignas do respeito de todos nós". Também abordava o desprezo do governo Federal, apesar de ter assinado, o acordo de Chapultepec, "que garante esse direito sagrado aos trabalhadores, hoje só desconhecido pelos países onde predominam ainda os remanescentes do fascismo, [...]".

Apoiado em uma retórica que buscava frisar o ato de covardia do Estado, de cometer violência "contra modestos trabalhadores", e a "mística" do pão, Amazonas procurava sensibilizar seus pares:

> [...] O poder Executivo vem considerando **o direito de greve fora da lei**, pratica atos de violência contra [...] **chefes de família** que, no mais humano e legítimo dos direitos, lutam por melhores condições de vida, procuram assegurar um pouco mais **de pão para seus filhos**. [...] o proletariado não tem culpa da terrível situação econômica que atravessa o Brasil, [...] os salários de hoje nada representam em face o elevado custo da vida e, se o Governo não toma nenhuma medida prática para deter a inflação, o proletariado tem o dever de lutar contra a miséria. E é **patriótico** para que assim o faça, porque tanto mais dinheiro na mão do povo, tanto mais estímulo **da produção**, único meio de sair da crise inflacionária que nos encontramos. [...] (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, V.1, 11 fev. 1946, p. 116, grifos nossos).

Enquanto o Estado, através da polícia, produzia uma imagem de um trabalhador criminoso, ameaçador da "ordem" e, por conseguinte, da paz que há tão pouco tempo estava fragilizada; a bancada comunista reagia: primeiro, dissociando grevistas de comunistas. Depois, trazendo o discurso da negação a tudo o quanto perpassava a versão do Estado e, por último, tentando

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

visibilizar as pautas, argumentando os motivos econômicos e não políticos para o protagonismo dos trabalhadores.
Os comunistas, também recorreram a um forte componente moral para combater o discurso do governo. Não à toa, recorreram a estrutura patriarcal que se traduziu na expressão chefes de família, buscando causar comoção, ao sublinhar a tarefa de prover a vida dos filhos. Nota-se, que há uma preocupação de atribuir a ação dos trabalhadores um caráter ponderado. Deve-se deixar claro que não necessariamente esta era uma preocupação dos trabalhadores.
A atuação dos trabalhadores é um bom indicativo não só dos novos rumos que eles esperavam da democracia e do novo processo Constitucional, mas acima de tudo, de como eles a pensavam e a construíam. Como avaliou Negro e Silva (2003, p. 51):

> o período de redemocratização (1945- 1947) se abria para os trabalhadores com esperança de justiça e liberdade. Esperança de justiça não era o mesmo que esperar justiça. A volta a democracia implicava invenção de direitos, [...] exigência de seu cumprimento, que dependia da organização e participação dos trabalhadores.

João Amazonas, cumprindo todos os rituais formais de respeito ao Ministro do Trabalho, criticou a postura deste "de não querer reconhecer o direito de greve à classe operária". Ademais, ainda salientava a contradição do Ministro do Trabalho ser um "alto membro do Partido Trabalhista, partido que obteve na classe trabalhadora grande parte dos seus sufrágios".
A partir daí, alguns constituintes se manifestaram, não em defesa das greves, mas do Ministro. Gurgel Amaral (PTB – DF) afirmava que João Amazonas estava equivocado, já que o Ministro tinha demonstrado "simpatia" às greves, em declarações dadas à imprensa. Amaral aproveitava ainda para defender o próprio partido, deixando claro que no programa deste constava o direito a greve, o que demonstrava o comprometimento com as causas dos trabalhadores.
O "clima" esquentava na Assembleia. Mesmo João Amazonas parabenizando o aparte democrático respondia: "Entretanto, palavras o vento as leva. O que é importante são os fatos". Neste sentido, ele questionava como a Carta de 1937 poderia estar em vigor para a questão das greves, se já não vigorava sobre a questão dos partidos e eleições. O suposto argumento do Ministro do Trabalho, que o direito a greve dependeria da nova Constituinte era colocado por João Amazonas como uma afronta aos direitos democráticos, já conquistados.
João Amazonas continuava dizendo que o direito a greve era, sobretudo, o direito de lutar contra a miséria. Contestava o aparte de Gurgel Amaral, ao trazer um telegrama da Associação de Empregadores em que o Ministro do Trabalho sugeria ao Sindicato dos bancários que os operários retornassem as suas atividades, como previa o artigo 723 das Leis Trabalhistas[10]: "Este artigo não admite o direito a greve e prescreve a mais grave punição aos trabalhadores que assim procedam. (Palmas nas galerias)".

[10] Segundo o Art. 723, do Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943: "Os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades: a) suspensão do emprego até 6 meses, ou dispensa do mesmo; b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem; c) suspensão, pelo prazo de 2 anos a 5 anos, do direito de serem eleitos para cargo de representação profissional."

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Em virtude disso, o deputado comunista (do Distrito Federal) alertava que a posição do Executivo estava provocando indignação na população. Apontava que, mesmo em meio a homenagens e comemorações históricas, àquela Assembleia precisava tratar como prioridade os "problemas imediatos do povo". Desse modo, a bancada comunista submetia, em caráter de urgência, um requerimento para análise da Casa.

A introdução do requerimento aludia mais uma vez o reconhecimento do Brasil do direito a greve ao assinar a carta de Chapultepec, o momento econômico de alta inflação do país e o caráter pacífico das manifestações. Evidenciava ainda, a violência praticada por policiais através de espancamentos aos grevistas. Constatava que a "intransigência dos empregadores" e a insensibilidade do Ministro do Trabalho acarretava a longa duração das greves, o que estava "prejudicando a economia do país" e criticava o argumento do Ministro do Trabalho de se apoiar na Constituição de 1937, para se isentar de dialogar com os grevistas. Assim requeria com urgência 3 pontos principais:

> *a)* Que o Poder Executivo, de um **Estado democrático** como o nosso, informe à Assembleia Constituinte **se reconhece ou não o direito de greve**; *b)* Se já foi aberto inquérito para **apurar as responsabilidades das violências policiais** praticadas contra grevistas, principalmente em Santo André, S. Paulo e Camocim; *c)* Quais as razões por que até agora não foi assinado o anteprojeto resultante da Comissão Paritéria[11] criada pela portaria nº 35 do Ministério do Trabalho, de agosto do ano passado, que solucionaria o impasse grevista existente entre banqueiros e bancários. (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, V.1, 11 fev. 1946, p. 118, grifos nossos).

Dentre os pontos do requerimento destacamos o tom de advertência ao Executivo que se estava em um Estado democrático. Estabelece-se o artifício antitético para sublinhar que as posturas do governo Dutra se familiarizavam com o autoritarismo ditatorial e não com a abertura democrática. A incerteza dos trâmites legais de responsabilização dos policiais e por extensão da violência de Estado, é uma forma de trazer para o âmbito da experiência histórica as discussões teóricas que envolviam a democracia. Os comunistas eram claros: responsabilizavam o Estado e os empresários pelos problemas econômicos, indo na contramão de vários Constituintes que responsabilizavam as greves.

A discussão do requerimento comunista, em especial de seu caráter de urgência, teve como principal opositor o presidente da Comissão da Constituição, Nereu Ramos (PSD – SC). O pessedista utilizava o próprio discurso de Amazonas como uma forma de armadilha. Isso porque, para ele, se a Conferencia de Chapultepec já garantia o direito da greve, porque então, "indagar o Executivo"? E se a "revogação implícita da Constituição de 1937" não ocorreu, não estaria correto, portanto, o Ministro do Trabalho? Nereu Ramos então ressaltou se tratar de uma "questão meramente jurídica" e não ver nela caráter de urgência:

> [...] Eu mesmo fui procurado, nesta Casa, por uma comissão de bancários que me solicitou transmitisse – e eu o fiz – ao senhor Ministro do Trabalho o desejo de se acelerar uma solução conciliatória. [...]. O que o Govêrno, pois, reclama é o tempo suficiente para reexaminar o assunto. [...]. (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, V.1, 11 fev. 1946, p. 120, grifos nossos).

[11] No documento se encontra com essa grafia, mas acreditamos que se refira a palavra paritária.

Preocupado em defender o governo, Nereu Ramos articulou um suposto dilema em que esse se encontrava: entre a obediência normativa da lei, as reinvindicações dos bancários e os limites dos banqueiros. Afinal, foi a greve dos bancários que conquistou a atenção e certa simpatia do PSD. As outras, que eram inclusive a pauta principal de João Amazonas, foram simplesmente dadas pouca atenção pelos membros do partido, nestas reuniões. A insistência de Nereu Ramos que o requerimento não era urgente, fez João Amazonas retrucar: "os que exigem urgência são os operários espancados pela Polícia, em S. Paulo e Fortaleza – palmas nas galerias" (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, V.1, 11 fev. 1946, p. 121).
João Amazonas em sua resposta imediata queria despertar uma mistura de indignação e compaixão. Apelava para as possíveis consequências de suas palavras. Afinal, "as falas se cruzam e interagem. Nenhuma delas existe sem o horizonte de recepção que a rejeita" (FARGE, 2011, p. 17).
A violência praticada contra os grevistas era uma evidência, produto de certa vidência, do que restava da ditadura. Era uma política que investia no sofrer. Isto é, no sofrimento rebobinado, na dor banalizada, na indiferença com certas carnes consideradas descartáveis. Era a tentativa de legitimação da punição dos corpos que não fossem dóceis. As greves em si já "integram aquelas ocasiões de sofrimento socais, físicos e políticos" (FARGE, 2011, p. 14).
Em outras palavras, além de resistirem, de terem que lutar em prol da conquista de salários compatíveis com a inflação, os trabalhadores tinham que lidar com o derramamento de sangue dos seus colegas e sua dor física, como se sofrer em ocasiões como estas fossem um dado natural e inevitável (FARGE, 2011, p. 15). Entretanto, o tom do apelo comunista denunciava o contrário: o caráter social e nada fatalístico que os trabalhadores vinham vivenciando. Neste sentido, denunciavam a decepção de uma expectativa: o fim da guerra e do Estado Novo não deveria significar um triunfo sobre o sofrimento?[12]
Fora preciso inervar mais uma vez o relato, para que o pessedista se sensibilizasse e se apressasse em prol de uma solução. Nereu Ramos, então se comprometeu de ligar para o chefe de polícia, de São Paulo. Afirmava ele que, se a legislação não dava margem para a greve, também não dava para coação de qualquer grevista. Mas, o problema não era localizado. E Abílio Fernandes (PCB – RS) ao solicitar que o pessedista fosse a ponte entre Constituintes e Executivo frisava: "transmita ao governo da República o desejo de que as polícias, em todos os Estados do Brasil, respeitem a soberania das leis e terminem com esses espancamentos tenebrosos". Na defensiva, Nereu Ramos disse não haver necessidade daquele pedido, porque o governo eleito estava "comprometido com todas as liberdades".
Diante de certa apatia do pessedista ante a situação, Luiz Carlos Prestes ratificava que esteve em um comício com 5000 pessoas, em São Paulo, na tarde do dia 8 de fevereiro, uma quinta-feira. Nele, os "operários protestavam contra os espancamentos feitos pela Polícia, naquele mesmo dia, pela manhã". Prestes destacava que "[...] a polícia espancou operários nas portas das fábricas, no Moinho Santista e na Companhia Rhodia Brasileira [...]. Por isso, requeremos ao Governo que informe se já iniciou inquérito para apurar responsabilidades. [...]". Nereu Ramos pediu ao comunista que lhe passasse todos os dados da ocorrência para averiguar se

[12] Principalmente, para os menos abastados, já que o lugar que esse sofrimento ocupava no cotidiano dos diferentes segmentos sociais, variava de acordo com as condições materiais e simbólicas de cada um deles.

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

a responsabilidade de tais atos era do governo anterior ou do "governo eleito". Prestes, pedagogicamente, reafirmava que os espancamentos aconteceram na última semana, portanto, se deram sob o governo atual. Nereu Ramos parecia não compreender ou fingia o desentendimento.

Uma das grandes questões que estavam postas nesse embate, quanto ao tratamento das greves e grevistas, era admissibilidade ou a inadmissibilidade da violência de Estado em nome de preservar certa estabilidade da democracia. Para isso, tentava-se criminalizar a atuação dos movimentos sociais, que agiam de maneira pacífica. Essa era uma questão crucial que foi retomada pelos constituintes, como se em ocasiões contrárias, o Estado usufruísse de um aval para usar de violência como recurso. Em certo sentido, avaliava-se também até que ponto se aceitaria manifestações populares que utilizassem a violência. Mais uma vez, uma falsa equivalência estava sendo balizada: a contraditória associação que previa nos possíveis atos de violência dos trabalhadores uma ação antipolítica, mas que justificava as repressivas e violentas decisões do Estado em prol da restauração da política.

De todo modo, os trabalhadores, comunistas e alguns pessedistas denunciavam a forma como se estava regulando o conflito. As manifestações, os gritos e as aglomerações nas ruas deveriam ter prazo de validade, ficando restritas somente as eleições. Passadas estas, elas não combinavam com o perfil asséptico que se queria traçar para a democracia.

Se nos inspirarmos em Hananh Arendt (1970) nos perguntaremos: Ora, a democracia não deveria ser o regime que possibilitaria a chegada ao consenso sem recorrer a predominância da violência, mesmo sendo um *kratos*? Se tomarmos, entretanto, a concepção de Estado weberiana (1919), o problema se desloca. Perceberemos que os constituintes denunciavam a ilegitimidade daquela violência estatal, devido ao ato pacífico dos trabalhadores; já que o Estado pressupõe uma relação de dominação fundamentada por uma violência legítima. Merece atenção ainda, os mecanismos inventivos que tornaram a violência possível e legítima.

Desde a primeira sessão preparatória para a Constituinte, Carlos Marighella já pedia atenção para as declarações do Ministro do Trabalho que classificavam os grevistas como "apressados e impatriotas ou a serviço de inimigos dos trabalhadores". Na declaração oficial, o Ministro afirmava que avaliaria com "simpatia, as justas reinvindicações dos trabalhadores. Destacava ainda que a legislação social brasileira oferecia amplas possibilidades de entendimentos "entre as partes interessadas", sendo a greve um "recurso extremo", produtor de "dificuldades ao governo democrático que se inicia e perturbando a vida pacífica da nação" (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, V.1, 1 fev. 1946, p. 11).

O comunista deixava claro seu protesto e de sua bancada, em relação as declarações do ministro Octacílio Negrão de Lima. Lamentava que um "direito reconhecido em toda parte como conquista da liberdade e da democracia" fosse tratado daquele modo, pelo mesmo. O caráter injusto e antidemocrático do ministro era acentuado, devido à grande reivindicação dos grevistas, selecionada pelos constituintes, ser o tema da fome. A greve, como "recurso legal para conseguir mais um pouco de pão", foi articulada pelos próprios constituintes, sob a lógica da mística do pão, sendo uma tentativa de causar comoção dos colegas insensíveis a questão. Afinal, a simbologia cristã do pão deveria mobilizar uma ética de partilha e do repartir, misturando-se sentimentos de caridade e justiça social. Como recusar o acesso ao pão, se na mística cristã, este deve ser repartido até com os traidores?

A mística do pão foi um recurso simbólico, mobilizador, que compôs a própria luta dos trabalhadores e os simpatizantes de uma política de distribuição de renda ou que atendesse um mínimo de bem estar. Para aqueles que defendiam uma democracia cristã, poderiam ser enternecidos por se tocar no elo *caritas*. Já para os laicistas, apelava-se para uma ética da partilha. Ela foi um valor compartilhado por uma cultura que extrapolou aquele momento. Utilizando um legado cultural já existente, ressoou décadas depois como forma de sensibilizar a opinião pública, produzindo pressões nas instituições. Isso ajudava a compor uma melodia social que tornava mais injustificável as ações do Estado.

Por outro lado, as declarações do ministro ecoavam outro valor precioso, principalmente para aquele cenário, que estava sob o crepúsculo da Segunda Guerra Mundial. O Estado tentava legitimar sua violência e criminalização das greves em nome da ordem. Assim em nome de uma "estética da ordem" se organizou mecanismos plausíveis que permitiram "modos de produção da violência (FARGE, 2011, p. 23).

O recorrente apelo a uma estética[13] da ordem teve suas diversas variações nos usos. A percepção da ordem naquela conjuntura estava vinculada a pressupostos de paz, como uma resposta ao clima de insegurança que pairava devido ao contexto das guerras[14]. De tal modo que, para muitos daqueles sujeitos, passadas as eleições, o que se precisava para se estabelecer a democracia era abandonar o clima bélico. O bélico, naquela ocasião, implicava tudo aquilo que desestabilizasse ainda mais o corpo social.

A ordem é mais que uma "relação inteligível estabelecida entre uma pluralidade de elementos; organização, estrutura"[15]. Ela não é só o estabelecimento de um padrão, de um modelo, mas um controle sobre estes por quem os estabelece. Como paradigma político, ela é possibilitada por situações concretas, que sintoniza imagens a outras (imagens) permitindo que correlacionadas elas produzam estruturas de sentimentos mais amplas que demonstrem sua necessidade e aceitabilidade. Ela mesma (a ordem) se constitui em si uma palavra - imagem, mas nunca funciona sozinha, pois perscruta e mobiliza o que compõe as linhas simbólicas de uma sociedade. Assim, no cansaço da guerra, tudo o que se deseja é a paz, isto é, que a guerra chegue ao fim. No caso de 1945, havia uma funcionalidade bastante concreta e aceitável socialmente que justificava a tentativa de higienizar e domar a democracia.

Portanto, a democracia de 1945 no Brasil nascia sob uma tonalidade muito específica: o conflito e o confronto estavam sob signos que os associavam aos inimigos da mesma. Essa era a base de alguns segmentos para a retórica antigrevista. Isso favoreceu a utilização de uma compreensão de ordem, principalmente pelo Estado, extremamente autoritária: se os "eleitores" eram a base da democracia, ao mesmo tempo, eles (e também os não votantes) eram culpabilizados por causar a instabilidade e dificultar à transição.

Por mais que o governo não desprezasse os efeitos da guerra (a crise econômica, a alta inflação e a carestia da vida); na prática, responsabilizava o povo por sua fome, luta (emergência de greves) e por corromper a transição asseada que se pretendia tutelar.

[13] Retomamos aqui, o sentido grego do termo (*aisthetikê*), que se relaciona com a percepção. A dimensão estética da política tem sido discutida por Jacques Rancière: "Penso que a política tem sempre uma dimensão estética, o que é verdade também para o exercício das formas de poder. [...] A estética e a política são maneiras de organizar o sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos". (RANCIÈRRE, 2020, s/p).

[14] Não podemos esquecer da instabilidade daquele período que acarretaria a "Guerra Fria".

[15] Definição do verbete ordem do dicionário Oxford Languages [on-line].

Validava-se assim a repressão, possibilitando o fortalecimento do funcionamento do Estado de exceção com maior legitimidade. Junta-se a isso, os ares de conspiração e os sinais "apocalípticos" continuados pela "guerra fria". Deve-se notar ainda, que se desconfiava da democracia como próprio regime da desordem, um receio platônico que atormentava setores mais reacionários da sociedade.

Mas, essa noção de ordem asséptica foi contrabalanceada. Os autoritarismos, as vezes enrustidos, outras vezes explicitamente violentos, tiveram que lidar com outra proposição lógica para o estabelecimento da ordem. Na estreia oficial da Assembleia Constituinte, Luís Carlos Prestes concordava que aquele cenário propiciava um ambiente para os "desordeiros", para os que queriam "levar o Brasil a uma guerra civil" e pontuava:

> Lutar pela tranquilidade é, portanto, também lutar contra a miséria do povo, é igualmente lutar igualmente pela a elevação do nível de vida do nosso povo. Infelizmente, elementos reacionários, **indivíduos que ocupando postos de responsabilidade, ainda desejam maior desordem, negam-se a tomar medidas para a elevação rápida desse nível**. Lutar pela elevação do nível de vida é colocar dinheiro nas mãos do povo, é facilitar e estimular a produção (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, V.1, 5 fev. 1946, p. 38, grifos nossos).

Mudava-se aí o foco. Ao invés de culpabilizar o povo pela desordem, Prestes imputava ao novo governo, aos representantes, o protelamento de dar cabo ao que ele chamava de "bases econômicas fascistas". Deslocava-se a questão para o objeto da reivindicação, ao invés da insistente moralização das ações populares. Ele ainda acrescentava que os comunistas eram pela paz, pela ordem, mas sobretudo contra o fascismo. De modo direto, Prestes afirmava que mesmo tendo alertado o perigo de se eleger o general Dutra, eles (os comunistas) estavam dispostos a apoiar todos os atos democráticos do governo, por isso era necessário que este se posicionasse contra as ditaduras de Salazar e Franco. Um governo que não promovesse uma democratização de base econômica estava comprometido com a desordem e com o caos.

A política é um território que se utiliza muito bem da ficção e da *mise en scène,* como modo de administrar e provocar afetos que recorrem a figuras de imaginação que "vilanizam" ou heroicizam determinados segmentos sociais. A noção de ordem, naquele contexto, acionava figuras quiméricas, que evocava uma dimensão estética da rua asseada. Assim, as manifestações dos grevistas, eram vistas como uma (des)organização do corpo social.

Mas, não eram somente as matizes da ordem, a implantação da exceção no cotidiano e a mística do pão, que estavam em jogo nos debates que envolviam as greves. Foi possível ainda perceber a atuação dos grevistas, suas constantes negociações, além de suas compreensões sobre a democracia como regime de representação.

Mensagens dos grevistas aos Constituintes: Notas finais

Na sessão do dia 11 de fevereiro, os trabalhadores de bancos enviaram a Constituinte o seguinte o telegrama:

> Trata-se agora de aproveitar essas perspectivas e **assegurar um período de uma verdadeira construção progressista**. Os povos conquistaram na luta o **direito** a uma vida melhor. E este **direito** eles estão dispostos a defender intransigentemente. Os trabalhadores de São Paulo, falando pelo povo de nossa terra, [...] não recuarão e exigem hoje que se realize, efetivamente, no Brasil, as promessas contidas na **Carta do Atlântico** e nos documentos firmados nas históricas conferências de Teerã, de Ialta, de Potsdam, **Chapultepec** e **São Francisco**. Indiscutivelmente, as condições em que vive a maioria do povo brasileiro são indignas e insuficientes. [...]. [...] nesses últimos tempos tem se agravado. **Os trabalhadores do campo vivem espoliados nas terras do senhor sem direitos e sem amparo de qualquer natureza**. [...] Nas cidades, a situação dos trabalhadores é também de penúria e dificuldades. Pouco se diferencia da dos homens do campo. [...]. A quase totalidade dos trabalhadores, mesmo nos grandes centros industriais, como é São Paulo, sofre condições de vida inadmissíveis: salários baixos e insuficientes para atender ao mínimo de uma existência; condições de trabalho deficientes, locais impróprios e sem qualquer requisito de higiene e segurança, a ponto de, na maioria das fábricas, não haver um local, ainda que improvisado para que o trabalhador possa comer [...] as leis sociais não se cumprem e seus benefícios não alcançam a grande maioria da massa trabalhadora. As férias não são gozadas. [...] Os sindicatos continuam ainda sendo órgão controlados, onde os trabalhadores não podem resolver com liberdade e desassombro os seus problemas angustiosos (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, V.1, 11 fev. 1946, p. 113, grifos nossos).

Neste trecho é possível perceber que os trabalhadores defendiam um conceito de democracia paulatino, fugindo a lógica institucionalista. Eles atuaram e pressionaram o próprio processo de elaboração da Constituinte, em prol da luta por seus direitos. A breve expressão de confiança no mecanismo da representação democrática, veio associada ao lembrete que o poder ali atribuído partia da premissa de atender as demandas da população. Comumente, os constituintes abordavam nas reuniões, que os olhos do Brasil estavam sobre eles e que teriam de prestar contas de suas decisões ao povo que o elegeu. Nisso, parece que eles não estavam equivocados. Os trabalhadores fizeram questão de deixar claro que estavam atentos. Não deixa de ser uma tática interessante, a de provocar no eleito a sensação de vigilância. Isto permite perceber, a força dos discursos em voga e que disputavam um sentido de democracia e da representação.

Por último, há de se notar a tentativa de relembrar/estabelecer a greve como fundamento democrático. Relembrar os acordos assinados reforçavam o argumento dos trabalhadores e denunciava a falta de cumprimento das decisões negociadas. Assim, podemos perceber que as greves não se tratavam só de pautas locais, elas simbolizavam um projeto de nação mais amplo – uma luta contra letras mortas e pela enervação da democracia!

Fontes

BRASIL. **Anais da Assembleia Constituinte**. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 3- 346.

Jornal *O Povo*, Fortaleza, jan./fev. 1946. Disponível na Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Jornal *Unitário*, Fortaleza, jan./fev. 1946. Disponível no acervo digital do Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará.

Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Deputados Estaduais**: 13ª legislatura, 1951-1954. Fortaleza: Editora INESP, 1998, p. 48-51.

Referências

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução: André de Macedo Duarte. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 168 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.) **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora UnB, 2007, vol. 1. 1326 p.

DUNN, John. **A história da Democracia**. Um ensaio sobre a libertação do povo. 1 ed. Tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2016. 296 p.

FARGE. Arlette. ***Lugares para a História***. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 136 p.
Mattos, Marcelo Badarós. Greves e repressão aos sindicatos no Rio de Janeiro - 1945/1964. **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1ª edição. Editora Expressão Popular. 160 p.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945–1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Org.) **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-46.

SAFATLE, Vladimir. **Insurreição, soberania popular, violência revolucionária** [Curso]. Universidade de São Paulo Departamento de Filosofia.

RANCIÈRRE, Jacques. **A política tem sempre uma dimensão estética**. [Entrevista Concedida à] Gabriela Longman e Diego Viana. Revista Cult, 30 mar. 2020 [online]. Acesso em 20 jan. 2021.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas Vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A "EMPATIA SELETIVA" NA DISCUSSÃO SOBRE A RETIRADA DE PERSONAGENS HISTÓRICOS POLÊMICOS DO ESPAÇO PÚBLICO EM 2020

Thabata Dias Haynal[1]

Introdução

Por quem os sinos do nosso luto dobram? É com esse questionamento que Thiago Amparo, no dia 14 de junho de 2020, inicia seu artigo de opinião, publicado no jornal Folha de S. Paulo, a respeito da discussão sobre a permanência, ou não, de monumentos homenageando personagens históricos ligados ao racismo e ao colonialismo. Poucos dias depois, no dia 19, Hélio Menezes apresenta uma linha argumentativa bastante parecida questionando essa aparente "empatia seletiva" a respeito de monumentos públicos; o que está por detrás da comoção e da disputa pela permanência ou retirada de estátuas nas discussões de 2020?

A controvérsia sobre o que fazer com estátuas de figuras históricas infames iniciou-se durante as manifestações do Black Lives Matter após a Morte de George Floyd. Marcadas por protestos ao redor do mundo e disputas acaloradas, as manifestações variaram de acordo com os contextos e personagens locais de cada país, colocando em xeque fantasmas históricos, assim como marcas colonialistas e racistas que ainda perduram nas sociedades contemporâneas.

No caso brasileiro, reavivou-se a discussão sobre a presença de monumentos em homenagem às Bandeiras no espaço público, com defesas e denúncias sobre o passado de personagens ligados a esses movimentos e debates sobre o significado da manutenção desses símbolos de permanência fixa em um espaço que deveria ser comum e de convívio entre os indivíduos dessa sociedade.

Ao analisar reivindicações sobre as significações e possíveis ressignificações ou intervenções em estátuas, é preciso ter em conta justamente o caráter celebratório e de homenagem inerente a esses monumentos (MARSSHAL, 2020); socialmente, essas reivindicações não estão apenas no âmbito de depredação do espaço público ou como intolerância com outros pontos de vista, há, pelo contrário, um intenso confronto entre narrativas históricas (CANDAU, 2011), entre memórias oficiais e *memórias de subsolo* (JELÍN, 2002) ou ainda entre as diferentes representações desses monumentos para os indivíduos ao seu redor, seja como marco de orientação no espaço, seja como lembrança de exclusões sistemáticas, silenciamentos ou apagamentos de minorias. Estátuas são, por fim, *lugares de memória* (NORA, 1993), lugares que representam um constante estímulo do passado no presente, eles não contém a memória em si, mas levam os viventes a lembrar e entrar em contato com suas significações.

[1] Mestranda do programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo - USP, investiga o argumentário da polêmica a respeito da permanência ou retirada de monumentos homenageando personagens históricos ligados ao racismo e ao colonialismo no espaço público paulistano. Essa pesquisa recebeu o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo no 88887.583956/2020-00. E-mail: thabata.haynal@gmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

O que se quer lembrar ao defender a permanência de uma estátua no espaço coletivo? O que se quer esquecer ao pedir pela retirada de um monumento? Neste trabalho, será analisado como ambos os articulistas argumentam defendendo que existe uma empatia excludente por parte dos que defendem a permanência de estátuas de bandeirantes no espaço público brasileiro o que levou a identificação de um conjunto bastante coeso de argumentos que resultam em uma reivindicação em comum. De maneira a abarcar a multidisciplinaridade necessária para esta investigação, as análises são realizadas a partir de um diálogo entre a teoria da argumentação, com especial atenção aos conceitos de esquema argumentativo e argumentário (Walton, Reed e Macagno, 2008; Plantin, 2008; Walton e Macagno; 2015; Macagno e Walton; 2019; Gonçalves-Segundo, 2019, 2020, 2021; Goodwin, 2020), e, por outro, os estudos sobre as relações entre memória e história, além da questão bandeirante no Brasil (Jelín, 2002; Halbwachs, 1990; Levinson, 2018; Candau, 2011; Monteiro,1994).
Este trabalho está organizado da seguinte maneira: primeiro, breves considerações sobre o passado bandeirante serão apresentadas para contextualizar a discussão em solo brasileiro, depois, na seção considerações teóricas serão apresentados os embasamentos da pesquisa no que concerne à área de estudos da argumentação, em seguida o artigo apresenta as análises dos argumentos mobilizados a respeito da empatia seletiva sendo, por fim, apresentadas as considerações finais na seção específica.

Breves considerações sobre os Bandeirantes

Afinal, quem foram os bandeirantes?
Historicamente, os participantes das bandeiras são figuras construídas como heróis desbravadores, que, como ressalta Souza (2007), estão atrelados à construção da identidade do povo paulista.

> A mitologia bandeirante define o paulista, portanto, como o agente de construção da nacionalidade, e o bandeirante como o seu protótipo histórico, cuja herança atávica deve a qualquer custo sobreviver aos riscos da contemporaneidade. (SOUZA, 2007, p. 155)

De fato, houve na década de 30 um grande esforço para ressaltar essa relação entre bandeirantes e paulistas (GRAÇA-COSTA, 2017, p. 117), em um projeto que buscava tanto lidar com os resultados da crise econômica iniciada em 1929 com a quebra da bolsa de valores de Nova York, quanto com a perda da autonomia política de São Paulo, marcada por conflitos e que implicou no primeiro governo de Getúlio Vargas (ROIZ, 2018, p. 238). Esse processo foi cultivado através de diversas estratégias, sendo uma delas, justamente, a erição de monumentos em homenagem aos heróis paulistas, havendo inclusive um debate sobre como essa construção no imaginário coletivo é fruto de um projeto de revisionismo histórico com respaldo oficial.
De acordo com Monteiro (1994), as expedições paulistas das décadas de 1600 foram uma das principais condições de manutenção da economia da época, uma vez que os colonos precisavam da mão de obra local para garantir a produção agrícola e consequente subsistência no território. Isso fazia com que apreensões de indígenas fossem muito rentáveis, tomando proporções cada vez maiores, pois, com as doenças e a altíssima taxa de mortalidade dos

nativos, era preciso se aventurar cada vez mais no interior do país. Com uma economia altamente dependente desse sistema, participar de bandeiras era uma das poucas oportunidades de ascensão social, o que compensava os riscos envolvidos: "[...]os índios constituíam a verdadeira riqueza a ser extraída do interior — o 'ouro vermelho'" (MONTEIRO, 1994, p. 96). Essa relação estabelece uma relação direta entre os bandeirantes e o genocídio indígena iniciado no processo de colonização.

Os protestos de 2020, no entanto, estão mais relacionados ao passado da população negra no Brasil, o que incide em mais um capítulo da ação dos bandeirantes no país. As bandeiras de apresamento apresentavam cada vez mais dificuldades, era preciso cada vez ir mais longe no sertão[2] brasileiro em busca de indígenas, o que tornava as expedições cada vez menos atrativas economicamente, além dos perigos a serem enfrentados e a falta de garantia de um retorno. A solução mais econômica para sustentar as colônias brasileiras foi buscar mão de obra através do Atlântico, nas colônias portuguesas do continente africano, uma vez que a produção de açúcar e as minas de ouro descobertas no fim do século XVII mudaram a configuração econômica do país e demandaram ainda mais força de trabalho (MONTEIRO, 1994; SCHWARCZ; STARLING, 2018). Os bandeirantes passaram a atuar na recuperação de negros escravizados que fugiam, já que conheciam o território e estavam acostumados à violência.

Um marco da atuação bandeirante na violência contra a população negra foi a convocação para lutarem no evento que ficou conhecido como Guerra de Palmares (FUNARI, 1998; FUNARI, CARVALHO, 2005). Quase um século após o início das expedições holandesas e portuguesas contra o crescimento exponencial do complexo de Palmares, os bandeirantes paulistas foram decisivos no extermínio da principal resistência negra do país naquele momento.

Percebe-se uma atuação clara em defesa dos valores coloniais por parte desses personagens históricos em detrimento dos povos nativos e dos imigrantes africanos condenados a trabalhos forçados em regime de escravidão. Não surpreende, portanto, que haja um incômodo dessas populações com a presença de símbolos ligados a esse passado de violências estruturais que perduram até os dias atuais.

Considerações teóricas e metodologia de análise

O diálogo é parte fundamental do convívio social, é através dele que as coerções sócio-semióticas, ancoradas historicamente, às quais estamos sujeitos são emitidas através de posicionamentos. Entende-se, neste trabalho, que os argumentos são formados entre a tensão e a resistência às coerções que constituem os sujeitos o que implica em diferentes processos de identificação, aqueles indivíduos que entendem um personagem histórico como um agressor/opressor histórico irá se relacionar com representações dessa figura de maneira consideravelmente distinta daqueles que veem nelas heróis. O entendimento do momento atual pelos indivíduos, ou do **estado de coisas presente**, será interpretado de acordo com **valores** que existem na *memória coletiva* (HALBWACHS, 1990) e que integram o **interdiscurso**. Dessa maneira, é imprescindível entender como as dinâmicas implicadas coexistem no discurso manifesto através dos estudos argumentativos.

[2] Sertão nesse momento histórico se referia a todo o interior do país, o que não era costa, era sertão.

Este trabalho está apoiado principalmente na perspectiva **lógica** da argumentação através da reconstrução de esquemas argumentativos em argumentos preenchidos buscando compreender **pressupostos**, **premissas**, **garantias**, **conclusões** e **propostas de ação** estabelecidas pelos argumentadores. Apesar do destaque às relações lógicas, é imprescindível, e será realizado em consonância, o diálogo com elementos da **retórica**, em termos de **acordos** e **auditório**, e da **dialética**, em especial pelo contraste de posicionamentos no interdiscurso.

Os argumentos são entendidos como as **razões** que dão suporte a uma tese ou conclusão potencialmente controversa e menos aceitável/aceita do que suas premissas (WALTON, MACAGNO, 2015). Dessa maneira, os argumentos presentes no *corpus* em análise passam por um processo de compreensão e reconstrução do movimento argumentativo de cada artigo de opinião, seguida da identificação de padrões, ou **esquemas argumentativos**, que podem ser definidos como "estruturas abstratas" (MACAGNO, 2015, p. 183) que representam as relações entre as premissas e as conclusões.

O objetivo desse procedimento é a reconstrução dos argumentos como esquemas, tanto em sua dimensão procedural quanto material, para ser possível observar onde e como eles são mobilizados e a reincidência de um mesmo argumento, ainda que ele apareça com diferente sintaxe ou seleção lexical permitindo a composição do **argumentário**, o conjunto de argumentos que podem ser mobilizados nessa interação argumentativa específica.

Aqui a classificação aqui está de acordo com as noções de Walton e Macagno (2015), que dividem os esquemas em dois pares analíticos, ou seja, em termos de **argumentação prática** e **argumentação epistêmica**, e em termos de argumentação **interna** e **externa.**

Uma **argumentação prática** se volta à defesa de (ou ataque a) uma proposta de ação, ou tese prescritiva, por meio de **argumentos internos** que destacam sua **suficiência**, **necessidade** ou **desejabilidade**, e **argumentos externos**, a partir do **poder da fonte**. Os argumentos práticos são identificados a partir da sigla AP, seguida de I para interno ou E para externo. Assim sendo, um Argumento Prático Externo é indicado como APE seguido da nomeação baseada no conteúdo proposicional.

Na **argumentação epistêmica**, defendem-se ou atacam-se **descrições** ou **julgamentos** sobre a realidade, calcadas nas crenças e nos valores dos argumentadores, derivados, por sua vez, de suas filiações discursivas. Os **argumentos epistêmicos internos**, ou AEI, sustentam descrições e julgamentos sobre a realidade com base nas propriedades do assunto em questão, ao passo que os **argumentos epistêmicos externos**, ou AEE, aumentam a plausibilidade das teses por recorrer à posição de saber de uma fonte.

Na análise aparecem dois tipos de argumentos epistêmicos, um AEI por Sinal, também conhecido como falso *Modus Tollens* e um AEI por exemplo. O esquema argumentativo abstrato encontra-se no quadro a seguir.

Quadro 1 - Esquema Argumentativo por Sinal

PREMISSA 1	Se A é verdadeiro, então B também é verdadeiro.
PREMISSA 2	B é verdadeiro.
CONCLUSÃO	A (deve ser) verdadeiro.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Quadro 2 - Esquema Argumentativo por Exemplo

PREMISSA 1	Os indivíduos $@_1$, $@_2$, $@_n$ têm a propriedade P ou fizeram/fazem a ação A.
PREMISSA 2	(Presumivelmente) Ter a propriedade P ou fazer a ação A é sinal da propriedade P.
CONCLUSÃO	A propriedade R se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Encontraremos também dois tipos de argumentos práticos, um API Instrumental de Raciocínio Prático, que parte da similaridade de situações para a construção de uma tese analógica, e um API de Regra da Justiça, que estabelece a partir da similaridade analógica uma proposta de conduta justa, ou seja, que deveria ser aplicada a ambos os casos. Os esquemas abstratos encontram-se nos quadros a seguir.

Quadro 3 - Esquema Argumentativo Instrumental de Raciocínio Prático

PREMISSA CIRCUNSTANCIAL (problema)	Existe no presente uma situação P, considerada inaceitável, indesejável ou aprimorável, que não pode ou não deve ser mantida.
PREMISSA de OBJETIVO (fim)	A situação futura O consiste em um estado de mundo aceitável, desejável ou aprimorado.
PREMISSA MEIO-FIM (presunção)	(Presumivelmente) O agente @ fazer a ação A incidirá positivamente na situação presente P e levará à situação futura O.
CONCLUSÃO (meio/proposta de ação)	O agente @ deve/deveria/tem que fazer a ação A.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Quadro 4 - Esquema Argumentativo por Regra da Justiça

PREMISSA 1	Na situação X, A foi tratado de forma Y.
PREMISSA 2	B se encontra na situação X.
PREMISSA 3	A e B são seres da mesma categoria.
PREMISSA 4	Instâncias da mesma categoria devem receber tratamento similar.
CONCLUSÃO (proposta de ação)	B deve receber tratamento Y.

Fonte: elaboração da autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021d).

Uma vez reconstruídos os argumentos preenchidos textualmente de acordo com o contexto, eles se aproximam sintática e lexicalmente da maneira que foram instanciados. A partir disso

é possível analisar tanto o movimento argumentativo em sua dimensão lógica, como nas dimensões, retórica e dialética, além da análise discursiva.

O luto seletivo em foco: a argumentação de Thiago Amparo

Thiago Amparo e Hélio Menezes são os únicos articulistas negros a publicarem artigos sobre a polêmica das estátuas em junho de 2020. Thiago Amparo têm sua própria coluna no jornal, enquanto Hélio Menezes foi convidado para uma publicação específica da seção "Tendências e debates" que promove discussões acerca de questões polêmicas atuais e que normalmente envolvem dois articulistas defendendo posições opostas. É bastante significativo que os únicos negros presentes em no *corpus* exponham a suposta empatia seletiva de que sofrem alguns monumentos, tornando a investigação desse fenômeno bastante produtiva para a construção do argumentário. Intitulado "Borba Gato deve cair" o artigo de opinião de Thiago Amparo inicia seu texto levantando justamente a questão central aqui analisada, os primeiros parágrafos encontram-se no quadro a seguir.

Quadro 5 - Trecho 1 do artigo de opinião de Thiago Amparo

Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram, e por quais não? Foi sem choro que Hilter, na Alemanha, Franco, na Espanha, Hussein, no Iraque, foram arrancados dos panteões públicos. Ao ver que por aqui ainda choram a morte das figuras engessadas de Leopold II, na Bélgica, Colston, na Inglaterra, e Borba Gato, no Brasil, a ponto de compará-las a imagens religiosas destruídas em guerras entre católicos e protestantes no século 16, nos resta a dúvida àqueles que sofrem de luto. O que nelas ainda consideram sacrossanto, senão a supremacia colonial que, em vida, utilizaram para dizimar centenas e que, em morte, enaltecemos com vergonha insincera?

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir do artigo de AMPARO, 2020.

Ao iniciar seu texto com o questionamento "*Por quais estátuas os sinos do nosso luto dobram, e por quais não?*", Thiago Amparo cria uma intertextualidade com livro "*Por quem os sinos dobram*[3]" de Ernest Hemingway (1899-1961), que se passa durante a Guerra Civil Espanhola e trata principalmente do reconhecimento da humanidade do outro no campo de batalha. O título do livro, no entanto, por si só é uma intertextualidade, faz assim referência a outra obra, um poema de John Donne (1572-1631), poeta inglês que escreve também sobre uma guerra civil, e que apresenta a passagem "*Quando morre um homem, morremos todos, pois somos parte da humanidade*". Esse diálogo com as obras parece servir a dois propósitos, como veremos detalhadamente ao longo das análises: 1. gerar comoção, apelando para a dor humana universal na busca pela compreensão da dor de povos historicamente injustiçados; e 2. distanciar-se daqueles que, sofrendo de uma suposta comoção seletiva, podem não se compadecer pelas vítimas de injustiças históricas através da celebração de seus algozes.
Há aqui um questionamento moral invocando os valores do auditório e, como veremos, dos outros argumentadores, sobre a percepção de que algumas estátuas causam luto coletivo, enquanto outras não. É trabalhando sobre essa diferença entre o tratamento dado a estátuas

[3] No original: *For Whom the Bell Tolls*.

existentes no espaço coletivo que o autor construirá sua a analogia pautada pela **regra da justiça**, que se encontra no argumento preenchido a seguir.

Quadro 6 – API por regra da justiça para personagens históricos infames

PREMISSA 1	Hitler, Franco e Hussein são personagens históricos infames cujas estátuas foram derrubadas sem lamentações populares.
PREMISSA 2	As estátuas de Colston, Leopold II e Borba Gato estão sendo (ou podem ser) derrubadas.
PREMISSA 3	Figuras históricas ligadas à colonização, como Colston, Leopold II e Borba Gato, são tão infames quanto Hitler, Franco e Hussein.
PREMISSA 4	Estátuas de personagens históricos da mesma categoria (infames) devem ser tratadas da mesma maneira (sem lamentações populares) em circunstâncias similares (quando derrubadas).
PROPOSTA DE AÇÃO	Não se deve lamentar a derrubada de estátuas de figuras históricas ligadas à colonização, como Colston, Leopold II e Borba Gato.

Fonte: elaboração da autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021d).

A analogia entre os personagens históricos em questão se mantém sobre o julgamento de suas ações, consideradas infames. Tanto os ditadores do século XX (Hussein, Franco e Hitler) quanto às figuras ligadas à colonização (Leopold II, Colston e Borba Gato) tiveram envolvimento em processos de extermínio de povos. Parece haver um acordo coletivo sobre a infâmia dos primeiros, que chegaram inclusive a ser condenados pela história e foram retirados de seus panteões sem lamentos populares. O mesmo não parece acontecer com as figuras de colonizadores.

A regra da justiça é invocada justamente pelo descompasso entre o tratamento desses dois grupos: encarados como semelhantes para Thiago Amparo, essas figuras históricas são aproximadas nas premissas, e a garantia de que o tratamento dado a personagens da mesma categoria em situações semelhantes deve ser similar culmina na proposta de ação de que não se deve lamentar nem as estátuas derrubadas em junho de 2020, como a de Colston e Leopold II, nem a luta pela derrubada de outras, como a de Borba Gato.

Em sequência, Thiago Amparo realiza um diálogo refutando outro articulista de nosso *corpus*, João Pereira Coutinho. Por questões de espaço não nos deteremos na análise comparativa da refutação, mas é interessante observarmos o argumento em si como um questionamento dos valores daqueles que realizam o oposto do defendido pelo articulista, ou seja, daqueles que lamentam a derrubada de estátuas em homenagem ao que o autor chama de supremacia colonial, o que pode ser observado no Argumento Prático Instrumental desenvolvido no quadro 7.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Quadro 7 – API contra lamentações por estátuas colonialistas (refutação)

PREMISSA 1	Se alguém lamenta a derrubada de estátuas como as de Leopold II, Colston e Borba Gato, a ponto de compará-las a imagens religiosas destruídas em guerras entre católicos e protestantes no século 16, é porque considera sacrossanta a supremacia colonial.
PREMISSA 2	Considerar sacrossanta a supremacia colonial, defendendo a preservação de monumentos em homenagem a tal supremacia, mantém o apagamento da grupos historicamente marginalizados.
GARANTIA	(Presumivelmente) A manutenção do apagamento de grupos historicamente marginalizados é negativo.
PROPOSTA DE AÇÃO	Não se deve lamentar a derrubada de estátuas em homenagem à supremacia colonial.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Percebemos que as premissas mudam, mas há uma semelhança bastante significativa entre as propostas de ação que criam uma oposição moral entre os que lamentam e os que não lamentam a derrubada de estátuas. Essa oposição é evidência de que não há um acordo coletivo a respeito do colonialismo, o que intensifica a discussão e dificulta a chegada em um posicionamento social comum a respeito de símbolos ligados à colonização e ao racismo. É clara a posição de Amparo de entender essas marcas no espaço público como negativas e, no entanto, não é a única possibilidade; temas polêmicos são muitas vezes marcados por pouco ou nenhum ponto de contato entre as visões de mundo dos argumentadores, levando muitas vezes à *desacordos profundos* (FOGELIN, 2005). Esse desacordo se torna aparente a partir das sérias críticas e qualificações àqueles que sofrem de luto ou empatia seletiva.

O autor termina seu texto deixando claro por quem os sinos de seu próprio luto dobram, ou determinando que luto seria mais adequado, não em uma chave de argumentação prática, mas epistêmica, estabelecendo uma hierarquia às crenças e aos valores envolvidos na questão. No quadro 4 a seguir, encontra-se o último parágrafo de Thiago Amparo seguido da reconstrução do argumento por exemplo no quadro 5.

Quadro 8 - Trecho 1 do artigo de opinião de Thiago Amparo

Choro, ao invés, pelos monumentos que não erguemos. Não erguemos monumentos para os milhares de corpos escravizados encontrados no centro do Rio de Janeiro em 2018 durante obras de transporte público. Sob o cemitério de pretos novos se construiu uma linha de trem. Não erguemos monumentos para os Yanomani massacrados ontem em 1993 e hoje em 2020 pelo garimpo ilegal. Não erguemos os monumentos para quem a história relegou a condição de perdedores. É por estes e estas que o sino do meu luto dobra.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir do artigo de AMPARO, 2020.

Quadro 9 – AEI por exemplo injustiças históricas sem luto oficial

PREMISSA 1	Não erguemos monumentos para os milhares de corpos escravizados de pretos novos encontrados no centro do Rio de Janeiro em 2018, sob o qual se construiu uma linha de trem.
PREMISSA 2	Não erguemos monumentos para os Yanomani massacrados ontem em 1993 e hoje em 2020 pelo garimpo ilegal.
PREMISSA 3	Não erguemos os monumentos para quem a história relegou a condição de perdedores.
GARANTIA	(Presumivelmente) Os sinos do luto devem dobrar pelos monumentos que não foram erguidos em homenagem aos injustiçados pela história.
PROPOSTA DE AÇÃO	Os sinos do meu luto dobram pelos monumentos que não erguemos em homenagens a negros, indígenas e aqueles a quem a história relegou a condição de perdedores.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Em oposição aos monumentos levantados que estão sendo publicamente lamentados, Thiago estabelece uma outra categoria de homenagens, as não feitas, representadas pelos monumentos não erigidos, pelas histórias não contadas, pela falta de espaço público a lutos bastante significativos da história brasileira. A oposição não se dá no âmbito da estrutura de pedra e metal que concretamente existe e ocupa um lugar no espaço, mas sim no escopo epistêmico, na interpretação tanto dos símbolos erigidos como dos símbolos que nunca sequer existiram. Nessa perspectiva, a não existência implica em uma denúncia de silenciamento e apagamento que é corroborada por qualquer lamentação em torno do debate sobre as estátuas existentes. Aos grupos historicamente excluídos, que escapam pela tangente da história oficial, a presença parece estar sempre relegada à margem.

Esses três argumentos em conjunto estabelecem um posicionamento contra a empatia seletiva, primeiro estabelecendo uma regra da justiça entre figuras infames, suas estátuas e a lamentação; em seguida, estabelecendo que não se deve lamentar a retirada de figuras colonialistas e, por fim, entendendo que há muitas outras memórias a serem lamentadas, por não serem reconhecidas, por não terem espaço no espaço público, por continuarem sendo sistematicamente apagadas em contraponto com a existência de homenagem aos seus algozes históricos.

A empatia seletiva na argumentação de Hélio Menezes

Hélio Menezes condensa a argumentação sobre esse assunto a um único parágrafo, que encontra-se transcrito no quadro 10.

Quadro 10 - Trecho de Hélio Menezes

Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é sinal que esses espaços não são tão públicos assim; é indício forte de que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros. E qualquer transeunte sabe que os homenageados têm sido monotonamente escolhidos de um repertório de homens brancos, muitas vezes fardados, com o peso de biografias imorais em suas costas.

Fonte: transcrição realizada pela autora a partir do artigo de MENEZES, 2020.

Menezes instancia uma argumentação bastante similar a de Thiago Amparo, estabelecendo os significados da perpetuação das "imagens de colonizadores, escravistas e bandidos no espaço público": eles não são tão públicos assim. É pressuposto nessa argumentação um acordo a respeito do espaço público que, para ser efetivamente democrático e igualitário, não deveria privilegiar determinadas memórias, ou versões da história, em detrimento de outras. A partir de sinais que indicam que essa crença não se sustenta, o articulista argumenta no campo epistêmico sobre percepções da realidade consideradas verdades, como pode ser observado nos argumentos a seguir.

Quadro 11 - AEI por sinal de espaços não tão públicos

PREMISSA 1	Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é sinal que esses espaços não são tão públicos assim.
PREMISSA 2	É verdadeiro que toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias.
CONCLUSÃO	Portanto, é verdadeiro que os espaços (públicos brasileiros) não são tão públicos assim.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Quadro 12 - AEI por sinal de memórias privilegiadas

PREMISSA 1	Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é indício forte de que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros.
PREMISSA 2	É verdadeiro que toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias.
CONCLUSÃO	Portanto, é verdadeiro que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c).

Esses argumentos estabelecem um outro grupo, o grupo dos não homenageados e que não têm direito ao espaço público nem à memória. A negação desses direitos perpassa tanto pela erição das estátuas como homenagem quanto pelo desejo de manutenção dessas figuras, constituindo mais um elemento numa miríade de violências contra os povos marginalizados em nossa sociedade.

Os argumentos epistêmicos instanciados por Menezes estipulam o ponto de vista do argumentador como verdadeiro, o que se confirma a partir de elementos no mundo, no caso, sinais, que justificam/embasam a essa interpretação. É interessante notar que as premissas não mudam entre esses argumentos e mesmo assim eles levam a duas conclusões distintas, em um primeiro momento que o espaço não é tão público, por estar restrito a algumas memórias e interpretações, seguido da alegação de que algumas memórias são privilegiadas.
A semelhança dessa argumentação com o argumento de Amparo presente no quadro 9 indica que há aqui um argumentário coletivo que apresenta essa possibilidade interpretativa e que pode se repetir em outros âmbitos, o que enriqueceria as possibilidades analíticas de conjuntos argumentativos, um dos objetivos gerais desta pesquisa.
Hélio Menezes apresenta ainda um último argumento que é classificado como polifônico, ele se manifesta quando o autor traz outras vozes para sua argumentação de forma a respaldar sua posição discursiva, seja concordando, seja discordando dos dizeres relatados. A reconstrução desse argumento encontra-se a seguir.

Quadro 13 - Argumento polifônico sobre a escolha dos homenageados

PREMISSA 1	Qualquer transeunte sabe que os homenageados (em monumentos) têm sido monotonamente escolhidos de um repertório de homens brancos, muitas vezes fardados, com o peso de biografias imorais em suas costas.
GARANTIA	Se um grande contingente de pessoas consideradas razoáveis sabe que os homenageados (em monumentos) têm sido monotonamente escolhidos de um repertório de homens brancos, muitas vezes fardados, com o peso de biografias imorais em suas costas, então é plausível seja verdadeiro.
CONCLUSÃO	Os homenageados (em monumentos) têm sido monotonamente escolhidos de um repertório de homens brancos, muitas vezes fardados, com o peso de biografias imorais em suas costas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gonçalves-Segundo (2021c) e Isola-Lanzoni e Gonçalves-Segundo (2019- artigo da terra plana, gmail usp).

A seleção desses personagens históricos se apresenta como um fato de conhecimento geral: "qualquer transeunte" estabelece um acordo com o auditório ressoando algo que deve ser recuperado do senso comum. É posto em questão como são selecionado os homenageados em monumentos públicos, que o autor alega partirem de um repertório de "homens brancos, muitas vezes fardados, com o peso de biografias imorais em suas costas", uma vez que esses são os personagens históricos socialmente dignos de serem rememorados, sobra o espaço vazio em contraposição de todos aqueles que compõe o tecido social brasileiro e que não estão representados.
Esses três argumentos se somam aos argumentos de Amparo na discussão, criando um conglomerado coeso que critica a perpetuação de certas figuras no âmbito público, em detrimento de outras. Se estabelece uma oposição entre querer manter homenagens a personagens históricos infames representantes de um pequeno núcleo social, gerando comoção, e não existir espaço discursivo, interpretativo e mnemônico para outros grupos, considerados minorias pela falta de voz em decisões que deveriam ser coletivas e que são assim sub-representados.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Considerações finais

Ao longo deste trabalho fica evidente um entendimento dicotômico a respeito de quem foram os bandeirantes para a história nacional e, em especial, para São Paulo. Apesar dos dados, relatos e pesquisas sobre o movimento bandeirante, ainda perdura no imaginário coletivo um apego identitário aos heróis desbravadores, que encontraram ouro, pedras preciosas e as drogas do sertão. Esconde-se nessa narrativa o impacto desses mesmos personagens na narrativa dos povos indígenas e da população negra.

Thiago Amparo entende os bandeirantes como genocidas, tão infames quanto figuras mais recentes como Hitler e Sadam Hussein. Para o que cabe o exercício de uma regra da justiça, se a infâmia de ambos os grupos são igualmente atrozes, então a homenagem no espaço público aos bandeirantes deveria ser igualmente rechaçada. Epistemicamente, os heróis paulistas são entendidos aqui mais como vilões históricos, o que é corroborado pela definição que Hélio Menezes oferece a esses personagens "colonizadores, escravistas e bandidos em geral", características que aparentemente está em um lado oposto ao que se espera da figura de um herói.

Dessa maneira, os autores se colocam contra a manutenção histórica da doxa - manifestada na reivindicação da permanência dessas estátuas no espaço coletivo - argumentando, dessa maneira, em oposição ao senso comum a respeito do que deve/merece ser representado e de quem tem direito à memória.

A denúncia realizada pelos articulistas de que a comoção se aplica apenas à memória de grupos hegemônicos evidencia a negação à memória de grupos minoritários. Expõe também a seletividade da empatia, ela existe para com os grupos historicamente dominantes, e não é transferida para os grupos historicamente vulneráveis. A partir dessa argumentação, os autores constroem um espaço discursivo em que é o senso comum a respeito dos bandeirantes pode ser questionado e promovem a reflexão sobre o que se apaga ao manter essas estátuas como estão. A reivindicação da própria memória e o direito de não conviver com homenagens a um passado de injustiças se reflete nas lutas e injustiças presentes, o que torna urgente uma mudança de interpretação e representação do espaço público, para que ele seja, de fato, público.

Referências

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

FAIRCLOUGH, N.; FAIRCLOUGH, I. **Political discourse analysis**. New York: Routledge, 2012.

FOGELIN, R. The Logic of Deep Disagreements. **Informal Logic**, v. 25, n. 1, 1 jan. 2005.

GRÁCIO, R. **ArgumentárioVocabulário de argumentação**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.ruigracio.com/VCA/Argumentario.htm>.

GRAÇA-COSTA, M. M. **Lugares de memória do bairro de Santo Amaro: a estátua de Borba Gato. São Paulo**. São Paulo: UNISA, 2017.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A configuração funcional da argumentação epistêmica: uma releitura do layout de Toulmin em perspectiva multidisciplinar. **Bakhtiniana**, 3. v. 15, p. 236–266, set. 2020b.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Posicionamento epistêmico e argumentação: articulações entre evidencialidade, modalidade epistêmica e provas retóricas. In: PIRIS, E. L.; RODRIGUES, M. DAS G. S. (Orgs.). **Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos**. Natal: EDUFRN, 2020c.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. **Pesquisando argumentários: desafios e propostas**. Slides apresentado em IV Seminário de Pesquisa do ELAD & Seminário de Pesquisa do GPARA 2021. Virtual, 23 ago. 2021b. Disponível em: <http://www.uesc.br/cursos/graduacao/licenciatura/letras/cead/2021/iv-elad-2021-progr-resumos.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2022

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. **Os esquemas argumentativos segundo a Lógica Informal: a perspectiva de Douglas Walton**. Slides apresentado em Aula na disciplina Fundamentos de Análise Argumentativa: Toulmin, Walton e Perelman (UESC). Ilhéus, set. 2021c.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; ISOLA-LANZONI, G. Multimodal practical argumentation and behavioral change: an analysis of the "Remember, the Metro is for everyone" campaign. **Revista da ABRALIN**, 3. v. 20, p. 779–807, 7 dez. 2021d.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JELÍN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LEVINSON, S *et al*. **Written in Stone: Public Monuments in Changing Societies**. Durham: Duke University Press, 2018.

MACAGNO, F.; WALTON, D. Argumentos de raciocínio prático: uma abordagem modular. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 140–184, 31 ago. 2019.

MARSCHALL, S. Monuments in the Context of Migration: An Introduction. Em: MARSCHALL, S. (Ed.). . **Public Memory in the Context of Transnational Migration and Displacement: Migrants and Monuments**. Palgrave Macmillan Memory Studies. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 1–27.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, v. 10, p. 7–28, 1993.

ROIZ, D. DA S. A batalha pela "representação do passado" bandeirante: imagens e representações do bandeirantismo no Curso de Bandeirologia de 1946. In: ROIZ, D. DA S.; ARAKAKI, S.; ZIMMERMANN, T. R. (Eds.). **Os Bandeirantes e a Historiografia Brasileira: questões e debates contemporâneos**. Serra: Editora Milfontes, 2018. p. 195–266.

SOUZA, R. L. DE. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. **História Social**, 13. p. 151–171, 2007.

WALTON, D.; MACAGNO, F. Classifying the Patterns of Natural Arguments. **Philosophy; Rhetoric,** 48(1), p. 26-53, 2015.

WALTON, D.; REED, C.; MACAGNO, F. **Argumentation Schemes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

DEPOIS DA REZA, O SAMBA. O COTIDIANO CANTADO NAS CHULAS DO RECÔNCAVO BAIANO

Eliany Cristina Ortiz Funari[1]

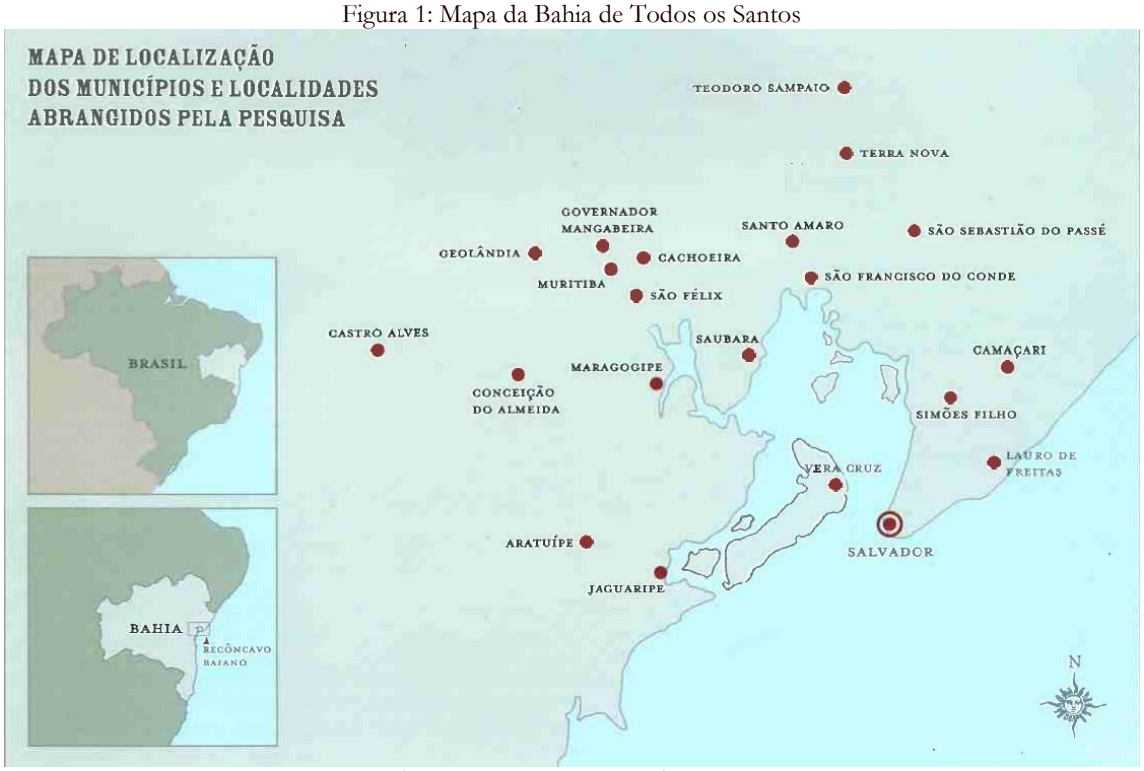
O samba chula, ou samba de roda, é apresentado neste texto como uma atividade festiva, musical e performática, que traduz comportamentos e formas de estar no mundo de seus agentes originários do Recôncavo Baiano, mobilizando coletivamente pessoas e grupos de diferentes localidades da região.

O Recôncavo Baiano é comumente descrito na literatura científica como a faixa de terra no estado da Bahia que circunda a Baía de Todos os Santos, no nordeste do Brasil. Trata-se de uma delineação territorial e conceitual fortemente relacionada à história econômica da região, que teve seus limites historicamente expandidos e reorganizados em função de suas atividades produtivas. Dela, destacamos o processo de colonização europeia e implantação do sistema escravista atlântico que introduziu um considerável contingente de africanos e africanas em condição de trabalho escravo. Dessa migração em massa forçada resulta uma população majoritariamente negra, cujas origens africanas estão manifestadas na vida cultural local. Terras interioranas envoltas por uma costa litorânea recortada pela reentrância física que lhe faz valer o nome de Recôncavo. Manguezais, praias, rios e ilhas, solos do tipo arenoso e o fértil massapê vão compondo sua caracterização geográfica. Sua rede fluvial que desemboca na Baía de Todos os Santos lhe possibilitou manter uma conexão facilitada com a capital Salvador por meio de embarcações, que circulavam pelos portos, locais de intensas trocas culturais, e abasteciam a capital de produtos agrícolas para consumo e exportação; nas palavras de Maria de Azevedo Brandão, o Recôncavo era "um variado canteiro de trabalho" (BRANDÃO, 1999, p. 9). Essa intensa relação com a cidade de Salvador, rendeu um conhecido termo para se referir às duas regiões: "a Cidade da Bahia e seu Recôncavo".

[1] Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. eliany.funari@usp.br

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Figura 1: Mapa da Bahia de Todos os Santos



Fonte: Dossiê Samba de Roda do Recôncavo Baiano, 2006.

Região ocupada por povos indígenas quando da chegada portuguesa, o Recôncavo Baiano foi solo de violentas disputas territoriais entre Tupinambás e colonizadores europeus, que resultou em massacres e expulsão dos indígenas. Com a dominação portuguesa, configura-se um novo tipo de povoamento regional que se forma a partir do estabelecimento de engenhos de cana de açúcar, favorecidos pelo propício solo de massapê, fazendo florescer povoados que se desenvolveram em freguezias e vilas, até chegarem à configuração dos municípios atuais. Assim como nas Antilhas, a empresa açucareira utilizou mão de obra africana escravizada em larga escala para sua produção, enriquecendo proprietários de engenhos. Nas últimas décadas do século XIX surgem as usinas de cana, que mesmo hoje desativadas, têm seus nomes usados como pontos de referência geográfica em certas localidades.

Além das extensas plantações de cana, atividade agrícola historicamente mais marcante da região, o Recôncavo também proveu fumo que, exportado, foi utilizado inclusive como mercadoria de troca no tráfico atlântico de pessoas para escravização entre a Bahia e a Costa da Mina, em África. A região do município de Cachoeira foi uma das que desenvolveu o cultivo fumageiro, além da cana de açúcar. São Félix e Maragogipe por sua vez receberam a instalação de fábricas de charutos, entre elas a Dannemmann e a Suerdieck, esta com filiais em Cachoeira e Cruz das Almas.

A pecuária também se desenvolveu nessa região, assim como uma diversificada produção agrícola de menor escala, inclusive de subsistência, dentre as quais a mandioca, cuja produção de farinha, importante item da cultura alimentar baiana, em parte provia a cidade de Salvador. A área do atual município de Nazaré se destacou na produção de farinha de mandioca, gênero

também largamente utilizado para suprir as necessidades alimentares dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados.
Assim o Recôncavo colonial e do império foi se configurando como um agrupamento de pequenas localidades com características naturais e produtivas próprias.

> Cada coisa em seu lugar, havia o Recôncavo da cana, do fumo, da subsistência e dos materiais de construção, da lenha e da pecuária que subia até Pojuca, Catu, Mata de São João e mesmo Alagoinhas. Primeira rede urbana a escala regional implantada nas Américas, formaram-se aí o mais extenso parque de arquitetura barroca do país, um importante núcleo de cultura lusa e a mais vigorosa comunidade afro-brasileira: um complexo histórico cultural que traduz e representa muito da própria formação histórica do país[2]

O declínio da produção de açúcar, a desativação de usinas e uma série de transformações econômicas e outras relativas ao escoamento de mercadorias acabou gradativamente criando um interstício nas relações entre a cidade de Salvador e algumas localidades do Recôncavo, gerando o desamparo de algumas de suas cidades históricas, como Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Maragogipe.
Novas atividades de cultivo e extração se instalaram, como por exemplo o plantio de bambus para a produção de celulose, além da destacada exploração de petróleo na segunda metade do século XX, que promoveu a implantação de postos de trabalho priorizando mão de obra masculina. Pesquisadores apontam que mesmo essas novas atividades econômicas não propiciaram um desenvolvimento econômico de modo a gerar um bem-estar social e distribuição de renda mais igualitária à população dos municípios do Recôncavo, principalmente para a grande maioria afro descendente.
Ao pensarmos as manifestações culturais pela perspectiva do mundo do trabalho, esta breve introdução da geografia do Recôncavo Baiano ligada a suas atividades econômicas nos servirá para buscarmos estimar em que medida cultivo e cultura podem caminhar próximos dentro do que hoje se conhece como Samba de Roda do Recôncavo Baiano.

Histórias vividas, narrativas criadas. As chulas cantadas.

O que hoje entendemos por Samba de Roda do Recôncavo Baiano é aqui apresentado como um arranjo intelectual complexo de memória corporal que se estrutura sensorialmente na música, no canto e na dança, preenchido de sentidos oriundos das histórias de vida de seus praticantes, que trazem na oralidade de seus corpos experiências pessoais, histórias de antepassados e ludicidade criativa.
O termo "Samba de Roda" ganha robustez com o processo de patrimonialização dessa prática cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na primeira década do século XXI, mas comporta uma série de variações de estilos, ritmos, melodias e normativas envolvendo o canto e a dança, que são nomeados das formas mais diversas, como samba corrido, samba amarrado, samba de parelha, samba de viola, samba duro, entre muitos outros, dos quais destacamos neste artigo o samba chula.

[2] BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade contra Recôncavo. **Revista da Bahia**, Salvador, v. 32, n.28, 1999, p. 10.

> A chula, enquanto terminologia e referência a um canto/dança anterior, de origem galego-portuguesa não 'nasceu' na região da cana, mas foi elaborado como gênero cênico-poético-musical: uma 'nova' qualidade de samba baiano em conjunto com a viola machete, criando uma sonoridade e entonação com forte influência negra-bantu que se encontra até nas margens do Recôncavo (DÖRING, 2016, p. 25)

A chula no samba de roda se refere aos versos cantados por uma dupla (parelha) de sambadores, com timbres de vozes pré-determinados, normalmente respondida em um esquema dialógico no chamado relativo. O relativo – resposta à chula – pode ser cantada por outra parelha ou pelo coro. O coro, pode ser composto por mulheres, que também entram para sambar o "miudinho", palavra que se refere ao movimento de arrastar dos pés no chão e que reverbera no voleio dos quadris. Quebradas abruptas, giros e gestos, ainda que característicos, dão vazão à expressividade subjetiva dessas mulheres na construção de seus textos corpóreos (DÖRING, 2016).

A diversidade do samba se reflete também nas possíveis ocasiões em que ele acontece. Em função da abordagem proposta neste texto de perceber o samba de roda em seus diálogos com a religiosidade, a festividade e o trabalho, selecionamos aqui alguns depoimentos dos mestres e mestras sambadores e sambadeiras sobre as situações e contextos em que o samba ocorria. Vale mencionar que esses mestres e mestras do samba de roda são normalmente nascidos na primeira metade do século XX.

> Eu aprendi com meu pai, porque meu pai era sambador, minha vó era rezadeira e sambadeira. Aí no lugar que meu pai ia cantar, tocar o samba a gente acompanhava. Desde menina que eu acompanho. O que motivava o samba de roda era as reza: São Cosme, Santo Antonio, São Roque. Aí fazia a reza, depois da reza, o povo fazia o samba. **Dona Chica do Pandeiro, de Feira de Santana.** [3]

> Sou de uma família de sambador. Comecei sambar desde menina, saía mais minhas tias, que naquela época era caruru de São Cosme, de Santa Bárbara, reza de Santo Antonio. Tudo tinha o samba. (...) O samba de Roda foi começado pelos negros, na África. Não tinha os escravos? Chegou até os escravos, e aí os escravos foram espalhando pra o povo. Eu tô contando uma história que a minhas tia, irmã do meu pai que foram mais velho, ela quem contava... minha vó. Que por sinal a minha bisavó morou em cativeiro.
> **Dona Fiita, de Teodoro Sampaio.**[4]

Nesses relatos, além da alusão à tradição oral do samba, passada de mais velho para mais novo(a), de pai para filha, de avó para neta, de tia para sobrinha, etc, vemos a menção bastante comum às rezas: de São Roque, de Cosme e Damião, de Santo Antonio, de Santa Bárbara. Embora a reza não seja um requisito para o samba acontecer, ela é bastante citada nos depoimentos dos sambadores e das sambadeiras, se apresentando como um evento recorrente na memória de seus praticantes mais antigos quando se trata de falar sobre o samba de roda. O oferecimento de comidas em ocasiões especiais, como as rezas de São

[3] Fonte: https://www.facebook.com/MulheresdoSambadeRoda Acesso em 08/08/2022
[4] Fonte: https://www.facebook.com/MulheresdoSambadeRoda Acesso em 08/08/2022

Cosme e São Damião, por exemplo, é ainda hoje comum, principalmente o caruru (iguaria feita com quiabo), a ponto do próprio evento ser conhecido como Caruru de Cosme. Nesses festejos vemos a presença de ingredientes e comidas que mantém relação com as comidas de axé, oferecidas em cultos religiosos de matrizes africanas no Brasil, além da formação espacial em círculos das pessoas presentes, como se pode ver na foto a seguir.

Figura 2: Caruru de Cosme e Damião

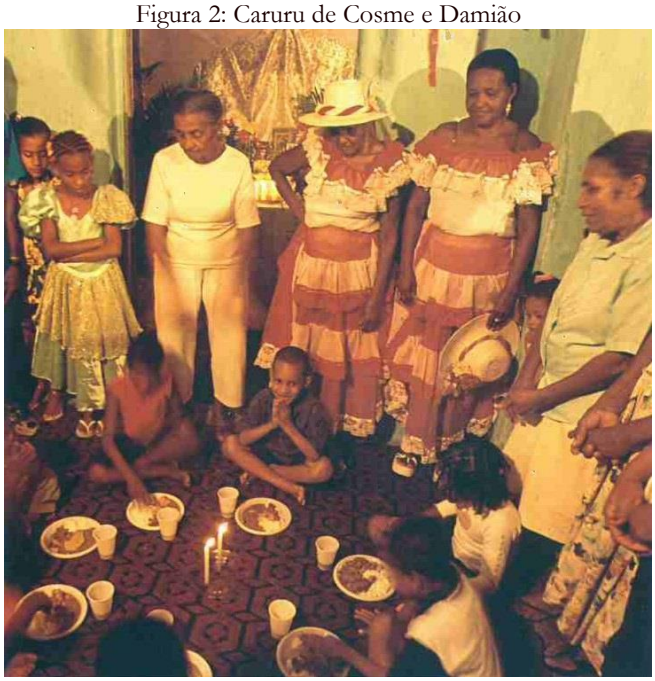


Foto: Luiz Santos. Fonte: Dossiê Samba de Roda do Recôncavo Baiano, 2006.

O empreendimento da escravidão atlântica colocou em contato uma gama de saberes e fazeres africanos tão diversa quanto as origens das pessoas que foram trazidas forçadamente para o trabalho escravo no Recôncavo Baiano. Nesse novo território das Américas, de contatos forjados e referências culturais católicas impostas, é que irá se desenvolver uma forma própria, uma forma enegrecida, negra, de devoção aos santos católicos, acompanhada de festejos, de samba, de batuques, de comidas e outros elementos de religiões de matrizes africanas.

Samba e trabalho também são aspectos conjugados nas falas de alguns mestres. Sobre experiências da infância, Mestre Nelito relata

> Ah sambando, certeza absoluta! Pra começar o menino com oito, nove anos, há cinquenta anos atrás trabalhavam pra comer, eles mesmo por si, se mantinham, hoje é diferente, com essa faixa de idade, plantava quiabo, plantava abóbora, plantava aipim e jiló e tudo. Tinha um navio, um saveiro, ali em baixo que pegava as compra nossa, pegava no porto e levava pra Salvador pra vender, os quiabo era quarta-feira e sexta, chegava lá sábado de manhã em Salvador. **Mestre Nelito, de Santiago do Iguape. (**DÖRING, 2016, p.39)

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A seguir algumas chulas e respectivos relativos que ilustram alguns dos temas cantados, que geralmente entoam lamentos, histórias de amor, de trabalho, paisagens, religiosidade, burlas, desafios.

> Papai me chama, minha mãe me dá um grito!
> Menino, sai da palha da cana
> Vai vender seu pirulito
> Enfiado no palito, é pirulito
> Enrolado no papel, pirulito é!
> Relativo:
> Conheço aquela voz, é minha io,io!
> Conheço aquela voz, é minha iá iá!
> Relativo:
> Adeus baiana, eu vou embora, eu contar a vida, você chora!
> Chula cantada por Mestre João do Boi, de São Braz (DÖRING, 2016, p.37)
>
> Eu vou, eu vou, eu vou me pronunciar
> Hoje vou apanhar meu peixe pra maré não carregar
> Sinhazinha do sobrado já mandou me procurar
> Katharina, oh meu peixe, pra maré não carregar, ia!
>
> Siri de mague, é irmão do guaiamum
> Antes grande que muído, hoje não me escapa um
> Relativo:
> Tereza, o meu amor já me chamou, Tereza...
> Chula cantada por Mestre João do Boi, de São Braz (DÖRING, 2016, p.37)
>
> Tenho meu dente falhado, não posso falar perfeito
> Sou filho de Santiago, e colega, me chamo Domingo Preto ah!
> Relativo:
> Vai na ladeira, vai escorregar, que tá fazendo moleque, que não vem sambar!
> Eh, iaiá, vou lá em cima, mas eu vou lá em cima, eu vou passear mais Idalina
> Relativo:
> Vou fazer bilu-bilu com seu queixinho... morena que gosta de carinho.
> Chula cantada por Mestre Domingos Preto, de Santiago do Iguape (DÖRING, 2016, p.49)

Vemos nas chulas acima, algumas paisagens comuns no Recôncavo Baiano serem evocadas nas imagens cantadas da maré, da palha da cana, do mangue, por vezes associadas a atividades laborais e de sustento próprio, como a venda, a pesca, a mariscagem[5]. Também aparecem os afagos e amores ("meu amor já me chamou"; "morena que gosta de carinho") e também os lamentos ("eu contar a minha vida, você chora"), além da própria referência ao samba.

[5] Um levantamento das profissões dos(as) integrantes de um dos grupos de samba de roda que constam em uma de suas atas de aprovação de estatuto indicou a participação de três lavradores e uma lavradora, duas professoras, um pescador, uma costureira, um auxiliar administrativo, um comerciante, uma marisqueira.

Samba de Roda do Recôncavo Baiano: Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Políticas públicas e reverberações.

Nos anos 2000, o Recôncavo Baiano vivenciou um processo de patrimonialização do samba de roda, oriundo da indicação do então ministro da Cultura, Gilberto Gil, sugerindo o samba de roda do Recôncavo Baiano para candidatura à III Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, reconhecimento concedido pela UNESCO em 2005. Essa manifestação cultural baiana foi primeiramente inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2004, ocasião em que foi elaborado um dossiê com levantamento e mapeamento das localidades e municípios onde foram identificados grupos de samba de roda do Estado da Bahia, em especial na região do Recôncavo Baiano, além de pesquisa e trabalho de campo sobre essa expressão cultural. Esse trabalho ajudou a fundamentar a candidatura do samba de roda à Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

Como desdobramento do registro do IPHAN em 2004, foi desenvolvido um plano de salvaguarda do samba de roda, em conjunto com alguns sambadores e sambadeiras. Como parte dessas ações de salvaguarda, foi criada em 2005 a Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia, a ASSEBA. Em 2006, a ASSEBA ganha sua sede, a Casa do Samba, localizada no município de Santo Amaro da Purificação. Em 2013, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional conferiu o título de Patrimônio Cultural do Brasil ao Samba de Roda do Recôncavo Baiano.

O advento dessa patrimonialização traz consigo uma força institucional que tendeu a convencionar o uso do nome "Samba de Roda do Recôncavo Baiano", apesar da diversidade de grupos e estilos previamente aqui mencionados e reconhecidos pelo próprio IPHAN. Os processos rapidamente elencados acima mobilizaram outros sentidos nos sambadores e sambadeiras. Semelhantemente ao que ocorreu com o turismo cultural na Bahia em meados do século XX, o samba de roda ganha maior visibilidade. Convites para eventos, realizações de documentários, participações na produção de materiais educativos, mobilização de grupos para criação de casas de samba próprias, interação com universidades e espaços culturais em todo o Brasil e fora dele. Diferentes grupos de samba agora reunidos debaixo de um associativismo institucional maior vindo de instâncias superiores que é a Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia, gerando novos contatos e também conflitos. Surgem eventos de modo independente, como o Encontro do Samba de Roda Raízes de Acupe, organizado pela mestra sambadeira Joanice Fernandes anualmente no mês de julho, que reúne diversos grupos convidados da região do Recôncavo Baiano e em 2019 estava em sua décima edição.

A criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com campus no município de Cachoeira, outra política pública federal que ressoa na região, reverberou, por exemplo na outorga do título de Doutora Honoris Causa para a mestra sambadeira e compositora Dona Dalva Damiana, por essa mesma Universidade, em reconhecimento de sua trajetória em prol do samba de roda na cidade. Dona Dalva Damiana (figura 3), foi criadora do Grupo Samba de Roda Suerdieck, que curiosamente leva o nome da fábrica de charutos na qual ela e outras companheiras trabalhavam como operárias quando o Grupo foi criado em 1961.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Figura 3: Dona Dalva Damiana.

Foto: Luiz Santos. Fonte: Dossiê Samba de Roda do Recôncavo Baiano, 2006.

Também envolvendo o ambiente universitário, o evento Encontros de Artes Afro-Brasileiras promovido pelo Núcleo de Extensão e Cultura em Artes Afro-Brasileiras da Universidade de São Paulo tem explicitado as relações mantidas com mestres e mestras do samba de roda do Recôncavo Baiano nas quatro edições do evento já realizadas, sendo que no ano de 2017, foi uma das sedes do lançamento da Cartilha do Samba Chula (figura 4), que exibiu a logomarca da ASSEBA como uma das entidades parceiras.

Figura 4: Lançamento da Cartilha do Samba Chula no Núcleo de Artes Afro-Brasileiras da USP

Foto: Juliana Faria. Fonte: acervo do Núcleo de Artes Afro-Brasileiras da USP

Considerações finais

Iniciamos o percurso deste texto com uma leitura panorâmica da formação e adaptação do conceito de Recôncavo Baiano a partir de seus aspectos naturais e da exploração econômica inicialmente ancorada na escravização de africanos, africanas e seus descendentes no estado da Bahia. Passamos ao contexto atual de mestres e mestras do samba de roda mais antigos, dentre os quais pudemos apreciar alguns relatos. Lampejos biográficos que nos instigam a tecer uma imagem do samba de roda, atual Patrimônio Cultural do Brasil.

O cotidiano de trabalho, devoção e afetividades permeiam as chulas, que são os sambas cantados. A partir dessas narrativas criativas dos sambadores e sambadeiras buscamos relacionar essa manifestação cultural com seus próprios modos de vida para compreender em que medida elas estão atravessadas pelas relações de trabalho e religiosidade que se estruturaram na região do Recôncavo Baiano desde o período colonial, mas que se reinventam no exercício criativo de seus praticantes a partir de suas realidades no tempo presente. Desse modo, buscamos evitar interpretações que cristalizam a produção artística e cultural do Recôncavo Baiano em seu passado colonial (LAMPARELLI, 2020).

Abordamos a congregação promovida pelo samba pela perspectiva das pessoas que o integram e suas histórias de vida, adentrando o universo de experiências cotidianas e imaginários criados, onde por meio da seleção de alguns relatos orais e chulas cantadas identificamos temas variados sendo narrados: afetos, natureza local, trabalho e sustento.

Por fim, elencamos algumas políticas públicas federais na área da cultura, envolvendo ações de patrimonialização e salvaguarda do samba de roda e buscamos verificar alguns desdobramentos. Apesar do risco de generalizar constatações devido à grande quantidade de grupos, sambadores e sambadeiras, algumas observações etnográficas nos indicam que a agitação cultural trazida pelo novo status do samba de roda após a criação da Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia não necessariamente se traduziu em mudanças significativas nas condições financeiras dos mestres e mestras do samba de roda.

Referências

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade contra Recôncavo. **Revista da Bahia**, Salvador, v. 32, n.28, p. 8-19, 1999.

DÖRING, Katarina. **A Cartilha do Samba Chula**. 2016.

DPI/IPHAN. **Samba de Roda do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: IPHAN, 2006. Dossiê 04.

FUNARI. E.C.O. Do Recôncavo Baiano ao barracão do Núcleo de Artes Afro-Brasileiras da Universidade de São Paulo. Os Encontros de Artes Afro-brasileiras: percorrendo políticas institucionais e vivências entre famílias. **Nós: Caderno do I Congresso Internacional Estudos da Paisagem**. Maceió: EDUFAL, 2021. v. 1. p. 139-148.

IPAC. **Mulheres do Samba de Roda** (Catálogo). Santo Amaro, 2015.

LAMPARELLI, Mário de C. Andrade. **Prosa nova de sambador antigo:** tradição oral, memória e geração no samba de Acupe. Dissertação de mestrado. Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2020.

OTT, Carlos. **Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos 1536-1888**. v. 1. Salvador: Bigraf, 1996.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.

SILVA, Ana Paula de Albuquerque. **Produção fumageira**: fazendas e lavradores no recôncavo da Bahia 1774-1830. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. **Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX**. Salvador : Fundação Pedro Calmon, 2011.

https://www.facebook.com/MulheresdoSambadeRoda Acesso em 08/08/2022

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

PRÁTICAS MUSICAIS E TRABALHO EM ENTIDADES PROFISSIONAIS E INSTITUIÇÕES PIAS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS ALAGOAS DO ENTRESSÉCULOS: ESTUDO EXPLORATÓRIO A PARTIR DE FONTES DOCUMENTAIS E HEMEROGRÁFICAS

Fernando Lacerda Simões Duarte[1]

Introdução

Atividades musicais ligadas a determinados grupos profissionais não foram incomuns no Brasil ao longo da história. O primeiro exemplo que pode figurar na memória daqueles que lidam com a história da música no país são os ternos ou bandas de barbeiros, no século XVIII, cujos integrantes, cirurgiões-barbeiros, eram africanos ou seus descendentes que haviam alcançado a liberdade e se dedicavam à animação de festas, representando, assim, uma das mais antigas expressões da música popular brasileira (TINHORÃO, 1972, p. 163). A manifestação ancestral – considerada por muitos o antecedente das bandas de música – encontrou seu ocaso no século XIX e os músicos migraram para outros grupos, tais como os do choro. "O barbeiro liberal, [sic] passaria a ser apenas funcionário de algum estabelecimento, sem condições de exercer a sua vocação criativa" (PEREIRA, 2016, p. 57). Muito antes, no entresséculos do XVI para o XVII, os indígenas músicos que acompanhavam os jesuítas – conhecidos como *nheengaraíbas* – poderiam ser citados como uma corporação musical que guardava uma relação étnica entre seus integrantes, mas não exatamente uma ligação no tocante ao exercício de outros ofícios. Já as corporações musicais dos militares poderiam ser citadas exatamente pelo compartilhamento de um ofício para além da atividade musical. Tais agremiações têm tido lugar de destaque na historiografia e, portanto, dispensam maior aprofundamento neste trabalho. Aqui, interessam as bandas de música atuantes entre fins do século XIX e a primeira metade do XX e que se associavam a ofícios civis e a instituições específicas: fábricas de tecidos, operários das ferrovias, escolas para o ensino de determinados ofícios profissionais, inclusive aquelas de caráter pio ou caritativo, destinadas aos cuidados de crianças órfãs.

Considerando a ampla extensão territorial do país, busca-se abordar a presença da música, tanto do associativismo de trabalhadores, quanto as formadoras de menores para o labor, no estado brasileiro de Alagoas, localizado na região Nordeste do mesmo. A fim de não perder de vista, contudo, que o fenômeno aqui descrito e analisado a partir de fontes documentais não era isolado, serão citadas outras bandas de música associadas ao trabalho em outras regiões brasileiras na primeira parte do desenvolvimento do trabalho.

O presente trabalho tem como objetivo analisar vestígios documentais da atividade musical ligadas às instituições no âmbito do associativismo profissional (Montepios) e as casas pias com formação profissional em Alagoas que se encontram recolhidos ao Arquivo Público de Alagoas e cuja face mais persistente de alguma memória permanece no patrimônio edificado

[1] Doutor em Música. Docente da Escola de Música da Universidade Federal do Pará, Brasil. Contato: lacerda.lacerda@yahoo.com.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

da capital Alagoana e da cidade de Penedo, no mesmo estado. São elas o Montepio dos Artistas do Penedo, o Montepio dos Artistas de Alagoas, o Liceu de Artes e Ofícios, o Orfanato São Domingos e o Asilo das Órfãs Desvalidas Nossa Senhora do Bom Conselho, estes quatro últimos sediados na capital do estado. O trabalho se origina nos seguintes problemas: na capital de Alagoas, Maceió, havia instituições profissionais ou para a formação profissional com bandas de música? Em quais instituições é possível observar alguma prática musical? Como se encontra hoje o patrimônio edificado dessas instituições? Há vinculação com seus usos originais? Suas práticas musicais permanecem? Se não, quais os vestígios delas é possível hoje acessar? A obtenção dos dados perpassou a pesquisa documental no Arquivo Público de Alagoas, bem como a pesquisa por periódicos de circulação neste estado entre fins do século XIX e a primeira metade do XX. A pesquisa de tais fontes hemerográficas foi facilitada pelo repositório Hemeroteca Digital Brasileira, criado e mantido pela Biblioteca Nacional, cujas consultas aos periódicos de circulação – jornais e revistas impressos de todo o país e de diferentes décadas, que foram digitalizados – são facilitadas por um sistema de reconhecimento de texto.

O ponto de partida para a construção deste trabalho foi a identificação pelo autor de uma imponente edificação pertencente ao Lar São Domingos, na região da praia de Cruz das Almas, em Maceió, que tem em sua fachada a inscrição "Orphanato S. Domingos". As águas de cor azul-piscina da praia – motivo central da viagem de férias – passaram a dividir espaço com a investigação do referido Lar, outrora, o Orfanato. Uma vez que, para levar a termo sua obtenção de dados para a realização de seu doutoramento, o autor já havia realizado pesquisa documental na cidade – e, além dela, outras sessenta e nove[2] –, foi possível conhecer previamente as instalações do Arquivo Público de Alagoas (APA) e saber da eficiência de seus funcionários, sempre colaborativos com os pesquisadores. Assim, teve início a pesquisa documental, inicialmente com a consulta ao catálogo dos itens documentais disponibilizados no sítio eletrônico do APA e, logo, fisicamente no arquivo, com a consulta aos documentos e a produção de imagens digitais dos mesmos com uso de uma câmera compacta.

Quanto à tipologia documental, foram consultados diversos Estatutos – não necessariamente a primeira versão, aprovada quando da fundação das instituições, mas aqueles disponíveis no APA –, ofícios, um relatório de atividades do então Orphanato São Domingos, regimentos e recibos.

Os referenciais teóricos consultados versam sobre a memória coletiva. O primeiro deles, Pierre Nora (1993), aponta que, na ausência de meios de memória que conectem presente e passado, determinados lugares se constituem depositários da memória, tais como os arquivos. Havendo ainda hoje parte razoável do patrimônio edificado referente às instituições pesquisadas, suas práticas se revelam, muitas vezes, distanciadas daquelas do entresséculos. Assim, a memória se preserva, sobretudo, nos documentos recolhidos ao Arquivo Público de Alagoas. O segundo autor é Joël Candau (2011). Para Candau, a memória coletiva está na fundação de identidades compartilhadas entre grupos humanos e tal memória será sempre um enquadramento de um passado mais conveniente. Assim sendo, toda tradição carrega em si algo de inventada.

[2] Após a realização de dois estágios pós-doutorais nos quais a pesquisa documental e o patrimônio musical – seja ele documental, organológico ou imaterial – tiveram lugar central, o quantitativo de cidades pesquisadas atualmente se encontra em cento e trinta e cinco.

O trabalho assume uma organização formal com o desenvolvimento apresentado em três partes. Inicialmente, busca-se traçar um breve panorama das bandas de música no Brasil em cenário laboral – fabril ou de determinado grupo de operários – a partir de pesquisa bibliográfica e em fontes hemerográficas. A segunda parte é dedicada às bandas de Maceió no entresséculos e a terceira, ao atual uso do patrimônio edificado das instituições que serão aqui analisadas.

Bandas de música e o operariado no Brasil: alguns casos

O primeiro aspecto a ser aclarado é que o Brasil é um país de proporções continentais e que os dados apresentados neste subitem são meramente exemplificativos. A concentração nas regiões Sudeste e Nordeste reflete, em parte, nossa busca pelos acontecimentos na então capital brasileira, o Rio de Janeiro, mas também, no âmbito dos trabalhos acadêmicos, a distribuição geográfica irregular dos programas de pós-graduação em Música no país, concentrados essencialmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Embora as populações dessas regiões sejam expressivamente maiores que as das outras – Norte e Centro-Oeste –, em termos territoriais, trata-se de menos de 40% do país. Feita tal ressalva, é possível passar aos dados obtidos.

Foram localizadas, na capital do estado do Rio de Janeiro, duas bandas ligadas a fábricas de tecidos, a Banda de Musica da Fabrica de Tecidos Confiança de Villa Isabel (DIAS, 2018) e a Banda da Fábrica de Tecidos Bangu (MUSICA BRASILIS, [2019]). Na cidade de São Fidélis, havia a Fábrica de Tecidos Aliança (MPB CIFRANTIGA, 2010). Já na cidade de Petrópolis, é possível destacar a Banda de Música da Fábrica da Companhia Petropolitana, também no ramo dos tecidos (SERRA SONG, 2010). Na cidade de São João da Barra, é possível destacar a Banda União dos Operários, fundada em 1892, cujos integrantes eram funcionários da Estação Ferroviária (MAPA DE CULTURA RJ, [2021]).

Ainda no Sudeste brasileiro, no estado de São Paulo, a Corporação Musical Operária da Lapa fora oficialmente fundada em 1914, mas suas origens remontavam a 1881 e muitos de seus integrantes eram empregados das linhas férreas Sorocabana e Santos-Jundiaí. Assim, dentre os diversos nomes que recebeu ao longo de sua história – Banda XV de Novembro, Lira da Lapa, Banda Sete de Setembro –, um deles mencionava diretamente tais integrantes: Banda dos Ferroviários. No estado de Minas Gerais, destaca-se a Corporação Musical Cachoeira Grande, na cidade de Pedro Leopoldo (MG), "inicialmente formada por operários e diretores de uma Fábrica de Tecidos, a primeira atividade econômica da então Vila - cujo nome era 'Cachoeira das Três Moças'" (PIETRA, 2016, p. 13). No mesmo estado, na cidade de Pitangui, havia a Fábrica de Tecidos Pitanguiense, também chamada de Cetepense (ARAÚJO, 2013). Ademais, nossas pesquisas de campo na cidade mineira de Divinópolis apontaram uma estreita ligação dessa com os operários das linhas férreas, o que implicara inclusive um deslocamento de documentos musicográficos entre as cidades atendidas pelos trens de carga, tais como a própria Divinópolis e São João Del Rei.

O fenômeno das bandas fabris certamente não esteve circunscrito ao sudeste brasileiro e, por mais que uma pesquisa mais detida em periódicos de circulação muito possivelmente viesse a revelar um fenômeno de abrangência nacional, escaparia ao escopo do presente trabalho. Isto posto, parte-se para o estado cuja capital é a delimitação geográfica do trabalho, Alagoas: na cidade de Delmiro Gouveia, havia a banda de música da Fábrica da Pedra,

unidade do setor têxtil (TAVARES, 2013). Já na cidade de Rio Largo houve uma banda feminina ligada à Companhia de Fiação de Tecidos, cuja atividade foi detidamente estudada pelo musicólogo Marcos Moreira (2017), em comparação com bandas portuguesas de semelhante perfil de integrantes.

As bandas em Maceió

Para o estudo das bandas de música em Maceió, parte-se das instituições voltadas ao ensino profissional, muitas das quais, com caráter pio ou caritativo. A este respeito, sabe-se que na primeira instituição voltada ao ensino profissional na Alagoas provincial havia ensino de música vocal, embora não se tenha acessado seus documentos no Arquivo Público:

> A *primeira instituição* alagoana voltada para a *educação profissional* de jovens foi criada em *7 de abril de 1854* pela *Lei nº 234*, durante o governo interino de *José Antônio Saraiva*. Entrou em funcionamento somente em 17 de setembro do mesmo ano, quando já era presidente da Província *Roberto Calheiros de Mello*.
> Era dirigida pelo tenente-coronel *João Belarmino dos Santos*, auxiliado pelo padre Getúlio Augusto *Vespasiano da Costa*. [...]
> A *Casa de Educandos Artífices das Alagoas* se instalou com 17 alunos, todos órfãos, como exigia o seu Regulamento aprovado em *26 de abril de 1854*. Segundo o relatório de *Roberto Calheiros*, começaram estudando as primeiras letras e música vocal, "reservando-se-lhes o ensino das *artes mecânicas* para quando estiverem um pouco *mais versados* naquelas matérias. [...]
> No relatório de março de 1857, *Sá e Albuquerque* informa que já existiam duas oficinas, de sapateiro e alfaiate, para os alunos mais velhos entre os 27 internos, e que os diretores *não eram remunerados*. [...] Foi *extinto* pela Lei nº 371 de 5 de julho de 1864 (TICIANELI, 2022, destaques do autor).

A primeira instituição à qual se adentrou através da pesquisa documental foi o Liceu de Artes e Ofícios. Sua criação remonta a 1884, contudo, o documento consultado, o regimento interno, data de 1900. No Regimento o "Quadro das cadeiras do Lyceu de Artes e Officios" e, dentre elas, uma de música (REGIMENTO INTERNO DO LYCEU DE ARTES E OFFICIOS, 1900, p. 7). O documento é, contudo, sucinto no que diz respeito à atividade musical. O historiador Edberto Ticianeli fornece, entretanto, mais detalhes sobre a atividade musical no Liceu:

> No dia *3 de fevereiro de 1884* aconteceu a aula inaugural do *Lyceu de Artes e Officios*. Em 25 de janeiro foram divulgadas em O Orbe as aulas providas e seus respectivos *professores*: [...]
> CURSO DE ARTES: *Desenho de flores e figura* – professor Euclides Ribeiro de Salles, *Desenho geométrico* – dr. Joaquim José de Araújo, *Desenho de máquinas* – dr. José Ripol, *Desenho de Arquitetura* – João de Vasconcellos Castro, *Desenho Topográfico* – dr. Manoel Candido Rocha de Andrade, *Trigonometria* – dr. Manoel Candido Rocha de Andrade, *Estereotomia* – dr. Manoel Candido Rocha de Andrade, *Mecânica* – dr. José Ripol, *Construções e Arquitetura* – dr. Innocencio Galvão de Queiroz, *Topografia e Agrimensura* – dr. Manoel Candido Rocha de Andrade, *Música* – professores Manoel Eustáquio da Silva e Pedro Adolpho Diniz Maceió, *Taquigrafia* – capitão Ildefonso de Paula Mesquita Cerqueira, *Caligrafia* – professor Ignácio da Cunha Costa, *Escrituração Mercantil* – José Antonio Pereira Diegues.

> Em *28 de outubro de 1886* reuniu-se a Assembleia Geral da *Sociedade Protetora da Instrução Popular* para eleger o *Conselho Diretor* e os membros da mesa para o ano seguinte. Foram criadas mais *duas aulas* para a formação de *tipógrafos* e *encadernadores*. [...]
> Em *1906*, quando o *Lyceu de Artes e Ofícios* era dirigido pelo *Coronel José Domingues Lordsleem*, dois grupos escolares passaram a funcionar no mesmo prédio. Nesse ano a frequência foi de 323 alunos. Destes, 135 nas primeiras letras.
> No ano seguinte oferecia as seguintes matérias: *Primeiras Letras*, Português, *Francês*, Inglês, *Aritmética*, Geometria, *Geografia e História*, Física e Química, *Escrituração Mercantil*, Desenho de Figuras e Caligrafia, *Desenho de Ornatos*, Piano, e *Música Vocal e Instrumental*. (TICIANELI, 2022, destaques do autor).

Ainda dentre as instituições pias que ofereciam alguma formação profissional, é possível citar o Orfanato São Domingos, fundado em 1919. Seus estatutos, de 1930, não detalham as atividades desenvolvidas, mas se detêm na organização administrativa. Chama a atenção o fato de que os Estatutos previam a existência de cursos especiais para a formação de crianças cegas, surdas e mudas (ESTATUTOS DO ORPHANATO SÃO DOMINGOS, 1930, p. 25). Será somente seu relatório, de 1955, que trará informações mais concretas sobre a música e uma prática de banda mais antiga na instituição, ao descrever nas atividades a restauração da "nossa tradicional Banda de Música" e conserto de seus instrumentos (ORFANATO SÃO DOMINGOS, 1956, p. 2-6). Ademais, o mesmo relatório explicitava o ensino profissional de Tipografia, Linotipia, Alfaiataria e Padaria para os internos. Tais atividades atendiam ao próprio Orfanato, ou seja, eram atividades-fim, além de servirem à formação profissional.

Se o Orfanato São Domingos era voltado a crianças e jovens do sexo masculino, o feminino era contemplado pelo Asilo de Órfãs Desvalidas Nossa Senhora do Bom Conselho, fundado em 1877, cujo regulamento de 1925 foi consultado. Nele se apreende a presença de aulas de música vocal duas vezes por semana e uma formação profissional e para os serviços domésticos voltada à costura, prendas domésticas, culinária, engomado e outros "misteres domésticos". Aos 14 anos, as internas recebiam as matérias complementares para o magistério público (REGULAMENTO DO AZILO DAS ORPHÃS DESVALIDAS, 1925).

Embora não seja o objetivo do trabalho lidar com o universo militar, cabe apenas pontuar que existiu na cidade de Maceió do entresséculos uma banda de música dos aprendizes marinheiros (MANIFESTAÇÃO, 1905).

As sociedades de mútua assistência parecem ter sido uma situação intermediária entre as antigas irmandades católicas e o atual sistema de previdência. Se as primeiras eram confessionais e, portanto, particulares, o último é universal e público. Os montepios eram sociedades de classe com mútua assistência com uma espécie de auxílio previdenciário e funeral. O Montepio dos Artistas de Alagoas foi fundado em 1883. O documento a ele relativo que foi pesquisado no APA foram seus Estatutos, de 1932. Neles se percebe que seus sócios eram artesãos (artistas) e operários. Ali não constam informações relativas a quaisquer práticas musicais. A pesquisa em fontes hemerográficas revela, contudo, a criação de sua banda de música em 1905 e a primeira apresentação em outubro de 1906 (BANDA DE MÚSICA, 1905; ENSAIO, 1905; MONTEPIO DOS ARTISTAS, 1905; 1906).

Para além do Montepio de Alagoas, sediado em Maceió, chamou-nos a atenção no acervo do APA a documentação referente à instituição homônima na cidade alagoana de Penedo

(ESTATUTOS DA SOCIEDADE MONTEPIO DOS ARTISTAS DE PENEDO). Embora seus Estatutos também não tenham menções à música, em pesquisa anterior, sobre o historiador e compositor alagoano Ernani Méro, descobrimos que este iniciou seus estudos em uma escola ligada ao Montepio de Penedo. Hoje, o instituto possui uma banda, mas ainda não restam claras as continuidades e rupturas nas atividades musicais (DUARTE, 2015). Como há na cidade o Centro Musicológico de Penedo (CEMUPE), ligado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), temos certeza de que as questões relativas às práticas musicais do Montepio ao longo do tempo certamente serão aclarada pelos estudos desta instituição.
Finalmente, fontes hemerográficas ainda de fins do século XIX apontam para uma banda da Sociedade Perseverança e Auxílio, dos Caixeiros Viajantes de Maceió, que formava profissionais para o comércio (MANIFESTAÇÃO, 1899).

Vestígios do passado: patrimônio edificado e as lacunas dos acervos musicais

Mais do que as funções sociais a que se destinaram as instituições aqui analisadas, permaneceram, em parte, até o presente, as edificações que as abrigaram, algumas com funções similares ou próximas, outras nem tanto.
O Orphanato São Domingos hoje é o Lar São Domingos, e funciona, sob direção confessional espírita, no mesmo edifício (fig. 1). Já o Asilo das Órfãs Desvalidas "Nossa Senhora do Bom Conselho" é hoje a Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho.

Fig. 1. Lar São Domingos em 2022. Fotografia nossa.

O edifício do Montepio dos Artistas, em Maceió, abriga atualmente o Instituto de Formação em Graduação Técnicas [sic], preservando-se, contudo, aspectos da fachada que permitem remeter à sua história (fig. 2). Já a sede do Montepio dos Artistas em Penedo, interior de Alagoas, abriga hoje um espaço cultural com atividades musicais.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

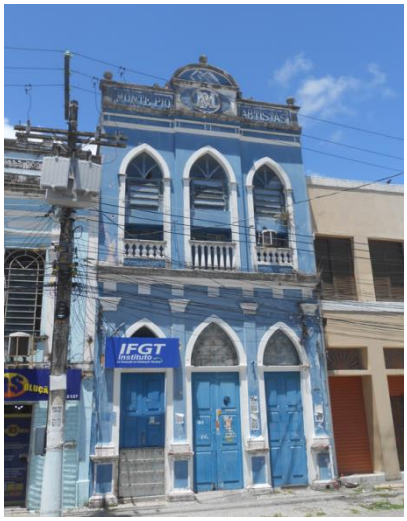


Fig. 2. Antiga sede do Montepio dos Artistas, em Maceió, em 2022. Fotografia nossa.

A sede da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros Viajantes de Maceió, visava melhores qualificações e desenvolvimento da classe dos caixeiros. Sua primeira sede localizava-se em uma casa na Rua do Comércio, no centro da cidade de Maceió e passou por processo de tombamento em 2009 (IPATRIMÔNIO, [2009]). Em 2009, o edifício abrigava o Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado de Alagoas, mas hoje este já se encontra em outro endereço. Hoje, após aquisição pelo Governo de Alagoas, o edifício da Sociedade Perseverança abriga o Instituto Histórico e. Geográfico de Alagoas (LESSA, 2022).

Talvez a situação de maior distanciamento entre as funções originais da edificação e os usos posteriores tenha se dado em relação ao Liceu de Artes e Ofícios: a primeira de suas sedes, ao tempo da fundação, em 1884, foi um quartel. Consta, contudo, que menos de dois anos depois, o mesmo já havia sido transferido para um espaço mais adequado, o "Colégio São Domingos, na Rua Boa Vista, onde atualmente está a Loja Gaivota" (TICIANELI, 2022). A transformação da paisagem urbana do centro da cidade, com muitas placas de lojas não nos permitiu sequer localizar a edificação. Igualmente, a sede do Senado Alagoano, a qual o Liceu viria a ocupar a partir de 1909 não foi localizada. O prédio teria passado por remodelação quase completa em 1922, mas por se encontrar em estado precário de uso no ano de 1920, as aulas sequer foram ali iniciadas, tendo sido abandonadas as atividades do mesmo definitivamente em 1924, pelo então governador de Alagoas.

Considerações finais

Ao final deste trabalho, é possível afirmar que os estatutos das instituições caritativas com formação profissional e aquelas voltadas à mútua assistência permitem que mais bem se compreenda as finalidades daquelas instituições. De posse de tais conhecimentos, é possível

aprofundar a investigação em outros documentos administrativos (relatórios, livros de contas etc.) e em fontes hemerográficas.
Os dados recolhidos sugerem ter havido em Maceió considerável atividade de bandas de música relacionadas à Sociedade Montepio dos Artistas, Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros Viajantes e Orfanato São Domingos, além de formação musical neste orfanato, no do Lyceu de Artes e Officios e no Asilo de Órfãs Desvalidas Quanto ao patrimônio edificado das instituições, este permanece no presente, embora com funções por vezes mais, por vezes menos próximas daquelas desempenhadas no período que foi aqui estudado.
As memórias acerca das práticas musicais nas instituições estudadas são ainda pontuais, mas se inscrevem em fontes diversas. Trata-se, neste caso, de um estudo exploratório, que demanda aprofundamento em novas pesquisas, inclusive confrontando os dados obtidos com documentos musicográficos recolhidos ao próprio Arquivo Público de Alagoas, bem como a outras instituições alagoanas voltadas às práticas musicais.

Referências

ARAÚJO, Igor. Maestro Juversino Mariano. **Daqui de Pitangui**. 14 dez. 2013. Disponível em: http://daquidepitangui.blogspot.com/2013/12/maestro-juversino-mariano.html. Acesso em: 23 abr. 2022.

BANDA DE MUSICA. **Gutenberg: Orgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos**, Maceió (AL), a. 24, n. 263, p. 1, 8 dez. 1905.

DIAS, Vera. A história do Parque Recanto dos Trovadores, o antigo Jardim Zoológico. **As histórias dos monumentos do Rio de Janeiro**. 08 mar. 2018. Disponível em: http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2018/03/. Acesso em: 23 abr. 2022.

ENSAIO. **Gutenberg: Orgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos**, Maceió (AL), a. 24, n. 263, p. 2, 8 dez. 1905.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE BENEFICENTE MONTEPIO DOS ARTISTAS ALAGOANOS (Fundada na Capital do Estado de Alagôas em 31 de outubro de 1883) | Reformados em sessão da Assembléa Geral... Maceió: Typo Papelaria Fernandes, 1932. Documento recolhido ao Arquivo Público de Alagoas. Localização: caixa 0140.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE MONTEPIO DOS ARTISTAS DE PENEDO (3ª Reforma) | Approvado em sessões... Maceió: Imprensa Official, 1931. Documento recolhido ao Arquivo Público de Alagoas. Localização: caixa 0140.

ESTATUTOS DO ORPHANATO SÃO DOMINGOS | Fundado em 3 de agosto de 1919. Mangabeiras – Maceió: Officinas Próprias [Orphanato S. Domingos], 1930. Documento recolhido ao Arquivo Público de Alagoas. Localização: caixa 0140.

IPATRIMÔNIO: Patrimônio cultural brasileiro. **Maceió – Antiga Sociedade Perseverança**. [2009]. Disponível em: http://www.ipatrimonio.org/maceio-antiga-sociedade-perseveranca. Acesso em: 23 abr. 2022.

LESSA, Fábio Lins. Você já visitou o mais antigo, maior e mais importante museu de Alagoas?. **Cultura e Viagem**. 07 jan. 2022. Disponível em: https://culturaeviagem.wordpress.com/2022/01/07/voce-ja-visitou-o-mais-antigo-maior-e-melhor-museu-de-alagoas/. Acesso em: 23 abr. 2022.

MANIFESTAÇÃO. **Gutenberg: Orgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos**, Maceió (AL), a. 18, n. 173, p. 1, 17 ago. 1899.

MANIFESTAÇÃO. **Gutenberg: Orgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos**, Maceió (AL), a. 24, n. 98, p. 2, 11 mai. 1905.

MAPA DE CULTURA RJ: uma realização da Secretaria de Estado de Cultura. **Banda União dos Operários**. [2021]. Disponível em: https://mapadecultura.com.br/manchete/banda-uniao-dos-operarios. Acesso em: 23 abr. 2022.

MONTE PIO DOS ARTISTAS. **Gutenberg: Orgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos**, Maceió (AL), a. 25, n. 239, p. 3, 30 out. 1906.

MONTE-PIO DOS ARTISTAS. **Gutenberg: Orgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos**, Maceió (AL), a. 24, n. 224, p. 2, 20 out. 1905.

MOREIRA, Marcos. **Mulheres nas Bandas de Música**: uma visão do nordeste do Brasil e norte de Portugal. Rio de Janeiro: Publit, 2017.

MPB CIFRANTIGA. **J. Resende**. 15 out. 2010. Disponível em: https://cifrantiga3.blogspot.com/2010/10/j-resende.html. Acesso em: 23 abr. 2022.

MUSICA BRASILIS. **Anacleto de Medeiros**. [2019]. Disponível em: https://musicabrasilis.org.br/compositores/anacleto-de-medeiros. Acesso em: 23 abr. 2022.

ORFANATO SÃO DOMINGOS | Deus, Cristo, Caridade. **Relatório apresentado pela diretoria do Orfanato São Domingos á Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 30 de janeiro de 1956 relativo ao exercício de 1955**. Mangabeiras – Maceió: Oficinas Próprias [Orfanato S. Domingos], 1956. Documento recolhido ao Arquivo Público de Alagoas. Localização: caixa 0179.

PEREIRA, Wagner Candian. **"Fraternidade Ubaense" e as paisagens sonoras de um interior mineiro**: a música e a trajetória do maestro João Ernesto. Viçosa-MG, 2016. 201 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa, 2016.

PIETRA, Ana Carolina Malaquias. **"Do apito da Fábrica aos sons da orquestra": percurso histórico-musical da Corporação Musical Cachoeira Grande**. Belo Horizonte, 2016. 166 f. Dissertação (Mestrado em Música). Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

REGIMENTO INTERNO DO LYCEU DE ARTES E OFFICIOS | Organisado segundo o art. 25 do Decreto n. 177 de 9 de fevereiro de 1900. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1900. Documento recolhido ao Arquivo Público de Alagoas. Localização: caixa 0140.

REGULAMENTO DO AZILO DAS ORPHÃS DESVALIDAS | Com a denominação de "N. S. do Bom Conselho" | Fundado no anno de 1877. Maceió – Bebedouro: Imprensa Official, 1925. Documento recolhido ao Arquivo Público de Alagoas. Localização: caixa 0140.

SECRETARIA DE POLICIA. **Gutenberg: Orgão da Associação Typographica Alagoana de Socorros Mutuos**, Maceió (AL), a. 15, n. 135, p. 4, 16 jun. 1896.

SERRA SONG o Som da Serra. **Centenário da Banda 1. de Setembro de Cascatinha (nossa homenagem)**. 03 set. 2010. Disponível em: http://serrasongs.blogspot.com/2010/09/centenario-da-banda-1-de-setembro-de.html. Acesso em: 23 abr. 2022.

SILVA, Leonardo Mello e. A centenária Corporação Musical Operária da Lapa. **RBA: Rede Brasil Atual**. 09 mai. 2020. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/05/corporacao-musical-operaria-lapa/. Acesso em: 23 abr. 2022.

TAVARES, César. Grandes Figuras Delmirenses (Nozinho Feitoza - o homem do clarinete). **Amigos de Delmiro Golveia**. 21 mai. 2013. Disponível em: http://amigosdedelmirogouveia.blogspot.com/2013/05/grandes-figuras-delmirenses-nozinho.html. Acesso em: 23 abr. 2022.

TICIANELI, Edberto. História do ensino público profissionalizante em Alagoas. **História de Alagoas**. 21 fev. 2022. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-ensino-publico-profissionalizante-em-alagoas.html. Acesso em: 20 mai. 2022.

TINHORÃO, José Ramos. **Música popular de índios, negros e mestiços**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1972.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

FORTES E VILAS, CAPITÃES-MORES E DIRETORES: ORGANIZAÇÃO MILITAR E CONTROLE ECONÔMICO NO BAIXO AMAZONAS (1760 – 1763)

Gabriel da Silva Reis[1]

Introdução

As fortalezas portuguesas no vale amazônico têm sua origem no processo de expansão iniciado a partir de 1580, com a formação da União Ibérica e a anulação dos limites territoriais definidos pelo Tratado de Tordesilhas, tornando necessária a formulação de planos para o controle e manutenção do poder militar e econômico na região. Destaca-se o projeto de construção das fortalezas de Santarém, de Óbidos, de São José do Rio Negro e de Almeirim, edificadas por ordens do Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para a formação de um corredor fortificado ao longo do rio Amazonas. No caso das fortalezas de Santarém e de Óbidos, sua funcionalidade econômica era voltada para a organização da produção e do comércio no Baixo Amazonas, região transformada na segunda metade do século XVIII, em uma zona de circulação de drogas do Sertão e metais preciosos entre as capitanias do Grão-Pará, do Mato Grosso e do Rio Negro.

Neste sentido, no presente trabalho discutimos o controle exercido por Santarém e Óbidos sobre a produção e circulação de produtos na região do Baixo Amazonas, vista tanto como uma zona sensível de navegação das canoas de comércio (copaíba, salsaparrilha, cravo, cacau) entre as cidades de Belém e São Luís e as bacias dos rios Madeira, Solimões e Negro, quanto como um corredor de escoamento dos carregamentos vindos das minas de ouro no Mato Grosso, formulando assim o controle sobre uma "fronteira-zona", isto é, um espaço de relações econômicas, jurídicas, culturais e militares entre as capitanias do Mato Grosso, do Rio Negro e do Grão-Pará, diante das modificações engendradas pelo Tratado de Madri (1750), pela fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e pela formação da capitania do Rio Negro (1755).

Para o desenvolvimento do trabalho, além do uso do conceito de "fronteira-zona", foi utilizada a documentação do Códice 73 do Arquivo Público do Estado do Pará para a interpretação dos relatórios de três capitães-mores e diretores: Ricardo Antônio da Silva Leitão, Domingos da Silva Pinheiro, Henrique José de Vasconcelos e Jerônimo Manoel de Carvalho. Tais documentos tratam da produção de gêneros (copaíba, salsaparrilha, cravo, cacau), das listagens de ferramentas para o trabalho agrícola, da circulação de canoas comerciais e da distribuição da mão de obra indígena entre 1760 e 1763. Também foi realizada a identificação geográfica das fortalezas (Santarém e Óbidos) e vilas (Santarém, Óbidos e Pinhel).

[1] Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará/Campus Belém – gabrielreis42@hotmail.com.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Fortalezas: de Gurupá a Santarém

As fortalezas na região amazônica funcionavam como marcos da consolidação do poder colonial sobre o território. Como tais, fortaleceram o controle da Coroa portuguesa, servindo de sistema de defesa contra a presença de rivais europeus (espanhóis, holandeses, franceses) e atuando como centros de coordenação das ações sobre as populações indígenas (BOMBARDI, 2015). Construídas de acordo com as condições de cada ambiente onde eram erguidas, as fortificações observavam as questões de relevo, o fluxo dos rios, a altitude das terras vizinhas e a disponibilidade de recursos, tendo em vista a capacidade de defesa do território. Sem levar em conta esses fatores, seria impossível imaginar a formação desses empreendimentos, assim como o seu papel no processo de colonização (COSTA, 2016). Seguindo o traçado geográfico da costa marítima e dos caminhos fluviais, as fortificações no Estado de Grão-Pará e Maranhão, tiveram seu início em novembro de 1615 com a expulsão dos franceses da ilha-cidade de São Luís e a edificação do Forte de Santo Antônio da Barra. Poucos meses depois, em 1616, foi fundada a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, juntamente com o Forte do Presépio. Por volta da segunda metade do século XVI, esse processo de edificação de fortalezas, interiorizou-se em direção ao oeste amazônico, seguindo a rota do rio Amazonas e de seus principais afluentes, visando organizar a defesa do território (BOMARDI, 2015).

O primeiro forte edificado nesta lógica de controle territorial do interior foi o forte de Gurupá, no ano de 1623. O objetivo foi regular a circulação de embarcações levando tropas destinadas a executarem resgates, descimentos ou guerras contra índios, assim como religiosos a caminho para suas missões e moradores em busca de drogas do sertão. Os controles em Gurupá visavam evitar a escravização ilegal de indígenas e o contrabando dos produtos florestais. Em fins do século XVII, foram relatados avanços de missionários espanhóis e a construção de fortificações na região dos Solimões e do Alto Amazonas. Este fato motivou o governador do Estado do Maranhão e Capitão do Pará, Antônio Albuquerque, a enviar tropas para a ocupação de territórios ao Oeste. Neste cenário que se iniciou o estudo e a fortificação das regiões dos rios Tapajós, Negro e Baixo Amazonas (COSTA, 2016). Em seguida, foram construídas as fortalezas de Santarém (Tapajós), Óbidos (Pauxis), Almeirim (Paru) e São José do Rio Negro.

O processo de exploração dos recursos naturais e de organização da vida social no espaço amazônico se deu, em grande parte, por meio das instituições e corporações militares, que coincidiram com a chegada de outros agentes sociais, como os religiosos e os comerciantes. Gurupá, estrategicamente situado entre o curso inferior e o delta do rio Amazonas, se tornou o primeiro lugar de ocupação militar na região, além da cidade de Belém (COSTA, 2016). Aprofundou-se o domínio territorial dos entornos e abriu-se, assim, o caminho para a exploração econômica, a implementação de ordens religiosas, como as carmelitas, mercedários, franciscanos e jesuítas, e a formação de entrepostos comerciais. Estas medidas defenderam os interesses portugueses frente à presença esporádica de rivais europeus, como franceses, ingleses, principalmente, holandeses, além de proteger os colonos lusos e os indígenas aliados dos ataques de nações nativas rivais.

Segundo Graciete Costa (2016), a fortaleza de Gurupá foi construída na mesma homônima, onde se encontrava anteriormente o forte holandês de Mariocay. Esse fora um ponto de coleta de recursos, administrativamente ligado ao Suriname. Os holandeses mantiveram uma

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

rede de feitorias na região sob a égide da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), mas praticaram também pirataria. A posição privilegiada da antiga fortificação holandesa entre os rios Amazonas e Gurupá – e o furo de Santa Maria – garantia o controle sobre a navegação e sobre os pequenos portos nas ilhas fluviais e planícies inundadas (várzea) adjacentes. Como destacam os estudiosos das fortalezas portuguesas na Amazônia, a existência de furos e o controle destes pelas fortalezas permitia a adaptação o ritmo anual de cheia e vazante dos rios e lagos em determinada região e possibilitava tanto a defesa quanto o ataque sobre eventuais posições inimigas, além do controle sobre o fluxo de canoas comerciais e militares (BOMBARDI, 2015; COSTA, 2016).

As fortalezas, erguidas na região do Baixo Amazonas, são a dos Pauxis (Óbidos) e a dos Tapajós (Santarém). Elas fazem parte de um conjunto de quatro fortes construídas na calha do grande rio acima de Gurupá. As outras são as fortalezas do Paru (Almeirim) e de São José do Rio Negro (Manaus). As obras foram executadas pelo capitão Francisco da Mota Falcão, desde 1669, por ordem do Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em troca do governo vitalício de um dos fortes do Baixo Amazonas. Entretanto, devido ao falecimento do capitão, seu filho, Manoel da Mota Siqueira, tornou-se o responsável para terminar as obras em 1694. Ele optou, em seguida, por assumir o comando da fortificação dos Pauxis (COSTA, 2016). O projeto de defesa foi lançado com a visitação realizada, em 1697, por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (o Jovem) aos entrepostos e casernas em São José do Rio Negro, Itaqui (Itaqui), Tapajós e Paru. Esses, devido à constatação das más condições estruturais dos fossos, baluartes e estacas e da falta de disciplina e conhecimento dos efetivos de guarnição, foram declarados incapazes de exercer sua função como baluartes de defesa do território (BOMBARDI, 2015) Nesse contexto, como a implementação sistemática de fortalezas estava ainda na sua fase inicial, foi decidido de modificar o plano inicial, substituindo Itaqui, um lugar perto da foz do rio Tapajós, por Óbidos, devido a sua posição mais favorável num estreito estratégico do rio Amazonas (CASTRO, 2009).

Na foz do rio Tapajós com o Amazonas, a Fortaleza dos Tapajós (mais Fortaleza de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Santarém) se localizava em um pequeno promontório na confluência dos dois grandes rios. A posição foi ideal para vigiar a circulação entre as terras adjacentes aos rios Solimões e Negro (na capitania de São José do Rio Negro), ao rio Madeira (perto da capitania do Mato Grosso) e aos rios Tapajós, Nhamundá e Trombetas (na capitania do Grão-Pará). Tratou-se, portanto, de um lugar central para garantir o domínio da Coroa de Portugal no principal eixo de transporte e locomoção da bacia amazônica. A importância do forte fica evidente por sua construção em pedra sólida e a presença de um fosso, estacas, prisões, sentinelas, um paiol de pólvora, uma capela, um quartel com ampla guarnição de soldados e oficiais. A fortaleza no Tapajós garantia, além disso, a proteção de várias vilas tributárias no Baixo Amazonas e funcionava como centro de organização econômica na região (COSTA, 2016). Quanto à aldeia vizinha, ela foi elevada à categoria de vila e renomeada em Santarém. Também o forte adotou esta nova designação em março de 1758.

A Fortaleza de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos, localizada em uma posição elevada à margem esquerda do rio Amazonas, permitia o controle sobre o porto natural adjacente. Devido à profundidade do rio que em frente ao forte atinge oitenta metros, a navegação e o ancoramento de grandes escunas e navios foi relativamente fácil neste lugar. Como se pode perceber na planta abaixo, o forte de Óbidos era significativamente menor do que a

edificação em Santarém. Ele teve seu florescimento tanto pela exploração do trabalho dos indígenas Pauxis, cujo aldeamento havia sido iniciado pelos frades franciscanos da Província da Piedade (COSTA, 2016), quanto pelo controle exercido sobre a navegação nas águas profundas à sua frente por onde transitavam as canoas das expedições comerciais e militares. No ano de 1758, por ordem do rei e de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, a aldeia vizinha à fortaleza foi elevada à condição de vila com o nome de Óbidos.

Capitães e Diretores

Durante o Período Pombalino, o Baixo Amazonas pode ser definido como espaço ocupado por fortalezas (Santarém e Óbidos), vilas de moradores (Santarém, Óbidos) e povoações de indígenas (Santarém, Alter do Chão, Vila Franca, Boim, Pinhel, Óbidos, Alenquer, Faro, Monte Alegre), dotadas de grande caráter estratégico para o projeto de reorganização da colônia na Amazônia portuguesa (SAMPAIO; SANTOS, 2008). Essa importância está no fato de que a região, como "sertão do meio" entre os territórios dos rios Solimões, Negro e Madeira e a cidade de Belém, era vital no controle sobre a circulação de canoas e fornecimento de pilotos (ROLLER, 2014), principalmente, através das fortalezas e de seus militares; além da questão da navegação, o vale do rio Tapajós formava um corredor de escoamento das minas de ouro de Cuiabá na capitania do Mato Grosso (DOMINGUES, 2019).

Entre os séculos XVI e XVII, com a morte de D. Sebastião e a queda da dinastia de Avis, seguida da ascensão da dinastia espanhola dos Habsburgos (ANDERSON, 2016), os limites do Tordesilhas foram anulados o que gerou uma consequente expansão das populações que viviam em território de domínio português no Maranhão e Grão-Pará avançaram sobre a região do vale amazônico no processo que resultou na fundação das bases de São Luís e Belém, Gurupá e, com o término do domínio espanhol, na idealização do projeto de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para construção das fortalezas de Almeirim a São José do Rio Negro ao longo da calha do rio Amazonas (COSTA, 2016). Fundadas com o objetivo de serem mantenedoras do domínio sobre uma região de alto valor estratégico, devido ao controle do fluxo de comércio e navegação.

Porém, a importância do Baixo Amazonas não estava apenas em sua posição geográfica, mas também, nas suas funções produtivas e formação de forças de trabalho para geração de receita. A imposição da lei de Liberdade dos Índios (1755), a criação do Diretório dos Índios (1757) e a expulsão das Ordens religiosas (1759), formaram um novo cenário de relações socioeconômicas entre indígenas e colonos voltado, principalmente, para ocupação material e defesa militar dos territórios conquistados da Espanha, em função do tratado de Madri, e para submissão da população indígena como mão de obra compulsória e preferencial para o trabalho na região amazônica, instituindo-os como vassalos do rei de Portugal (COELHO, 2005). Esses objetivos podem ser observados na frequência com que oficiais militares se tornavam representantes do Diretório dos Índios, conciliando disciplina militar e laboral em um projeto de desenvolvimento da Colônia (MELO, 2016), a exemplo dos capitães e Diretores: Domingos da Silva Pinheiro, Henrique José de Vasconcelos, Jerônimo Manoel de Carvalho.

Como podemos observar nos relatórios e ofícios escritos nos anos de 1762 e 1763 por Henrique José de Vasconcelos e Jerônimo Manoel de Carvalho, já dentro do Período Pombalino, e tendo Bernardo de Mello e Castro como Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão (SANTOS, 2009), indicam um grande crescimento nos rendimentos

de dízimos e na produção de gêneros alimentícios e medicinais, o que também pode ser observado pelo aumento da população de indígenas assentados no regime de trabalho do Diretório e empregados pelos oficiais e notáveis das vilas, além do grande profusão de ferramentas e utensílios registrados no Comum da Vila.

O desenvolvimento financeiro e econômico do Baixo Amazonas era dependente do comércio e consumo produtos locais como a farinha de mandioca, manteiga feita a partir de ovos de tartaruga, castanhas, copaíba, salsaparrilha, cravo (grosso e fino) e cacau. Em carta de agosto de 1762, a passagem da Canoa de Comércio da vila de Óbidos trazendo produtos oriundos da região do rio Tapajós destinados a redistribuição pela Tesouraria Geral dos Índios, indica os rendimentos de cacau e de manteiga de tartaruga em números de novecentas e quarenta arrobas e cento e sessenta arrobas, respectivamente, o que significa uma quantia considerável da comercialização de gêneros.

A produção e comércio nas vilas do Baixo Amazonas era uma importante fonte de receita apara administração colonial, que as tributavam através das fortalezas e de seus militares. Porém, outro aspecto relevante da produção local era o abastecimento fornecido aos trabalhadores indígenas, principalmente de paneiros de farinha de mandioca e potes de manteiga de tartaruga. No ofício de agosto de 1762, uma canoa parte de Óbidos rumo a vila de Serpa, levando um carregamento de farinha para suprir os moradores e trabalhadores do lugar, por se tratar de um espaço considerado remoto e afastado das outras vilas, para garantir a manutenção do regime de trabalho gestado pelos capitães-mores e Diretores. Esse sistema de trabalho compulsório se utilizava de indígenas não apenas como pilotos de canoa e nas fábricas de farinha, mas também, através do ensino de ofícios, como "officiaes mecanicos" empregados em serviços de carpinteiro, tecelão, pedreiro e oleiro, além de pescadores e caçadores a serviço de oficiais e moradores.

Entretanto, esse controle o exercício desse controle sobre a organização regional não estava isento de problemáticas ligadas ao mau estado das edificações e baluartes das fortalezas de Santarém e Óbidos e a ausência de ferramentas para trabalho e armas para defesa. No início da década de 1760, a fortaleza de Santarém se encontrava com suas estruturas (muros, torres, baluartes) danificadas, baixos efetivos e poucos equipamentos sendo necessária à sua reedificação para garantia de sua função de proteção militar a uma zona de alto valor econômico e estratégico para administração portuguesa. Quanto à necessidade, disponibilidade e manutenção das munições, armas e ferramentas, Henrique José de Vasconcelos apresenta uma relação por meio de dois inventários cujas informações estão sintetizadas abaixo. Os inventários de 1762 apresentam a relevância de instrumentos no cotidiano da vivência colonial, sendo essas ferramentas (machados, martelos, pregos, formão, serrotes, serras, foices) utilizadas em lavouras, oficinas, olarias e na construção de casas, canoas, armazéns e currais. As armas e munições, por outro lado, evocam a necessidade de proteção das povoações indígenas e das vilas, diante das ameaças de ataques indígenas.

Conclusão

A partir destes relatórios de Henrique José de Vasconcelos e Jerônimo Manoel de Carvalho, observa-se que as fortalezas atuavam, principalmente, como "casas de captação" das remessas de ouro que vinham do Mato Grosso e entreposto para fornecimento de Cabos de Canoa e Esquadra para as tropas que subiam o rio Amazonas e desciam o rio Tapajós. Até a

segunda metade do século XVIII, os investimentos militares na fronteira Oeste-Noroeste da Amazônia eram esporádicos, e estavam ligados ao combate as incursões francesas e holandesas no Baixo Amazonas; entretanto, com a firmação do Tratado de Madri (1750) e a formação da capitania de São José do Rio Negro (1755), os investimentos foram ampliados e se voltaram para a garantia da defesa e ocupação portuguesa no Baixo Amazonas, revelando o caráter dicotômico dos capitães como autoridades civis (MELO, 2016), visando a manutenção da produtividade econômica como forma consolidação de domínio territorial.
Diante disso, as fortalezas atuavam como pontos centrais dos investimentos militares através de reformas em suas estruturas físicas (estacas, torres, sentinelas), e estruturas organizacionais de atribuições de patentes (cabos, sargentos, tenentes) e compras de equipamentos. Este procedimento visava garantir a legitimidade do domínio português nas regiões do Alto Amazonas e Baixo Tapajós, como também ao longo do rio Negro como visto na fortaleza de São José do Rio Negro e do rio Paru como observado na fortaleza de Almeirim, diante das possiblidades de modificações na jurisdição territorial. Vale-se pontuar, diversas definições acerca dos limites fronteiriços definidas pelo Tratado de Madri, foram posteriormente modificadas por pactos posteriores, como os tratados de El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777).

Referências

Fontes primárias

Impressas

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Belém, sec. Correspondência de Diversos com o Governo, cód. 73

"LISTA de Ferramentas" do capitão-mor Henrique José de Vasconcelos ao governador Manuel Bernardo de Melo e Castro. Santarém, 13 de dezembro de1762. APEP, cód. 73, fl. 117.
"LISTA de Officiaes e Moradores que se achão nessa Villa de Óbidos este anno de 1762" do capitão-mor Henrique José de Vasconcelos ao governador Manuel Bernardo de Melo e Castro. Óbidos, 08 de agosto de 1762. APEP, cód. 73, fl. 129-131.

"RELAÇÃO das Ferramentas que se encontram nesta vila pertencentes à Fazenda Real" do capitão-mor Henrique José de Vasconcelos ao governador Manuel Bernardo de Melo e Castro. Santarém, 13 de dezembro de1762. APEP, cód. 73, fl. 102-103.

"RELAÇÃO de Negócios que fizeram os interessados da canoa desta Villa de Óbidos este anno de 1762" do capitão-mor Henrique José de Vasconcelos ao governador Manuel Bernardo de Melo e Castro. Óbidos, 08 de agosto de 1762. APEP, cód. 73, fl. 127.

"RELAÇÃO dos Indios que se assentarão nesta vila, para sua terra" do tenente Jerônimo Manoel de Carvalho ao governador Manuel Bernardo de Melo e Castro. Pinhel, 18 de setembro de 1762. APEP, cód. 73, fl. 153.

"RELAÇÃO dos Petreixos e mais Cousas pertencentes à Fortaleza desta vila de Santarém" do capitão-mor Henrique José de Vasconcelos ao governador Manuel Bernardo de Melo e Castro. Santarém, 13 de dezembro de1762. APEP, cód. 73, fl. 105-106.

"RELLAÇÃO do que renderão os dízimos dessa Villa de Óbidos no presente anno de 1762" do capitão-mor Henrique José de Vasconcelos ao governador Manuel Bernardo de Melo e Castro. Óbidos, 08 de agosto de 1762. APEP, cód. 73, fl. 139.

Fontes secundárias

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos impérios: projetos, circulação e experiência na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (1780 –1820)*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013.

BOMBARDI, Fernanda Aires. "Fortificações militares nas capitanias do Cabo do Norte e Pará: território, povoamento e comércio (1668-1706) " In: *História Militar: Novos caminhos e novas abordagens*; Org.: Fernando da Silva Rodrigues, Francisco Ferraz, Surama Conde Sá Pinto. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006. v. 2 – Regiões Norte e Nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes portugueses na Amazônia brasileira*. Tese de Pós-Doutorado – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2015.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.

MELO, Vinícius Zúniga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios (1757-1798)*. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

POMPEU, André José Santos. *Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2016.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. "Os tratados de limites". *História geral da civilização brasileira. I. Do descobrimento à expansão territorial*. 13° edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, tomo I, pp. 396-412.

ROLLER, Heather. *Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo; SANTOS, Francisco Jorge dos. *1755, o ano da virada na Amazônia portuguesa*. Somanlu, Manaus, vol. 8, n. 2, p. 79-98, jul. /dez. 2008.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Negros da Terra e/ou da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório*. Afro-Ásia, 2013 (48), 173 – 211.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL NO CEARÁ COMO POTENCIAL DE MEMÓRIAS

Jaciara Azevedo Rodrigues[1]

Introdução

A presente pesquisa é fruto do meu contato durante a graduação com o projeto de Iniciação científica que envolvia os trabalhadores ferroviários que prestaram serviço à Rede Ferroviária Federal (RFFSA) durante algumas décadas no Ceará. Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa é analisar a Associação dos Ferroviários Aposentados do Ceará (AFAC) como elemento constituinte da identidade de cada trabalhador que se insere no período histórico discutido que faz parte do funcionamento do trem de passageiros no Ceará.

Para tanto, faz-se fulcral compreender a história da referida associação, desde sua fundação em 1985, até os dias de hoje, compreendendo a importância que esta assume no reconhecimento da identidade ferroviária e no fortalecimento das memórias de cada ferroviário inserido no seu mundo de trabalho. A partir do contexto da fundação, alguns questionamentos podem ser levantados: qual o papel nos anos iniciais? Qual o papel da associação nos dias atuais? Será se incorporou outras demandas? Esses e outros questionamentos poderão ser levantadas ao longo da pesquisa.

Para concretização da referida pesquisa, há a utilização metodológica da História Oral, uma vez que alguns ferroviários aposentados, sobretudo aqueles mais assíduos na associação, serão entrevistados em busca de conhecermos mais sua relação com essa associação.

Ademais, a escrita do presente trabalho se apoia na análise de fotografias e no estatuto da referida associação em busca de conhecer sobre os direitos e deveres dos ferroviários aposentados e que estão necessariamente associados. No referencial teórico serão discutidos os conceitos de memória coletiva e identidade para tornar efetiva a compreensão da história que pretendemos trazer à tona.

Vale ressaltar que embora essa produção se trate de um artigo, onde já devemos trazer alguns resultados significativos, a presente pesquisa ainda está em andamento. Inclusive, essa abordagem possui muitas chances de que seja o primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado no qual busco analisar o cotidiano e memórias de trabalho dos ferroviários e que atualmente estão aposentados, e por consequência, faz parte atualmente da lista de sócios da referida associação. Nessa perspectiva, trazer a associação como objeto de estudo de um dos capítulos da dissertação fortalece mais a história dos ferroviários mencionando as instituições que também são capazes de contar suas histórias.

(Re) conhecendo a AFAC: marco inicial dessa instituição

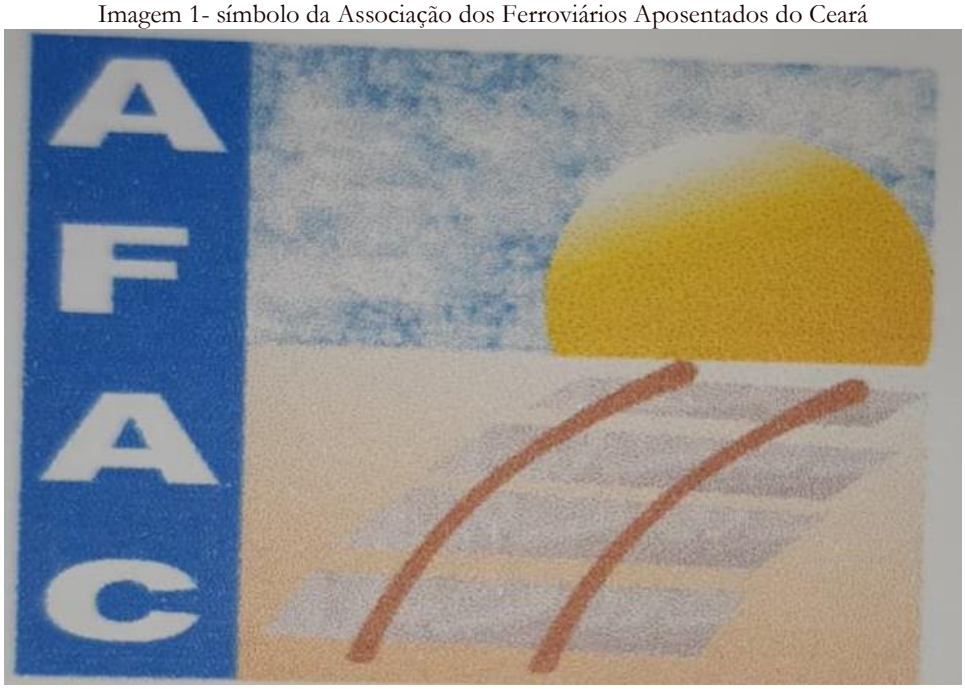
Como mencionado na introdução, uma das fontes para a referida pesquisa, é o estatuto da AFAC. Através desse documento, torna-se possível apontar alguns aspectos que formam o contexto histórico da referida instituição. Como conceitualiza o estatuto: "Entidade sócio

[1] Mestranda em História, Culturas e espacialidades pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: jaciara.azevedo@aluno.uece.br

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

classista, sem fins lucrativos, fundada em 25 de maio de 1985, com número ilimitado de sócios, com sede e foro em Fortaleza." Segue abaixo a logomarca da instituição.

Imagem 1- símbolo da Associação dos Ferroviários Aposentados do Ceará



Fonte: arquivo da AFAC, 2022.

Fundada em maio de 1985, a referida associação não sofreu interrupções em seu funcionamento, ou seja, desde sua fundação vem cumprindo com as demandas citadas em seu estatuto. Todavia, durante os dois anos da pandemia da COVID-19 se manteve fechada devido maior parcela do público que atende ser idoso. Todavia, nesse ano de 2022, aos poucos as atividades estão voltando ativamente.

Conforme o estatuto, a diretoria executiva é formada por diretor presidente, diretor vice-presidente, diretor secretário, diretor 2º secretário, diretor tesoureiro, diretor 2º tesoureiro, diretor de intercâmbio e de comunicação social, diretor de sede e patrimônio, diretor de atividades sociocultural e recreativas. Lembrando que todos esses cargos são ocupados pelos membros associados na forma de trabalho voluntário. O atual presidente da associação é o senhor Francisco Sobreira da Silva, de 87 anos, um ferroviário que participou ativamente das lutas ferroviárias, sendo representante do sindicato no seu tempo de trabalho.

Apesar da sede da associação se localizar em Fortaleza, capital do Ceará, no início do funcionamento da AFAC, havia representantes nas cidades do interior do Ceará. Estes, eram os sócios, realizando um trabalho voluntário e se responsabilizando eminentemente em fazer uma integração entre os sócios. Atualmente, não há mais esses representantes. Hoje essa categoria é formada por ferroviários muito idosos. Com isso, lamentavelmente, é notório que essa categoria ferroviária está "em extinção".

Vale enfatizar que a maior parte dos associados é formada pela classe ferroviária, que, por tantas décadas prestou serviço especificamente à RFFSA. Porém, é formada não somente

por ferroviários, ou seja, suas esposas também se associam na categoria de pensionistas. Às vezes, até os filhos procuram a associação para se envolver como membros colaboradores. Isso acontece quando falece o aposentado e a viúva, então, os filhos têm esse interesse.

Ademais, de acordo com o estatuto da AFAC, para que o ferroviário seja sócio, necessariamente há alguns requisitos que devem ser cumpridos. O mesmo precisa apresentar a carta de aposentadoria, ou seja, necessariamente precisa estar aposentado. Conforme o estatuto, há categorias dos sócios: sócio fundador, sócio efetivo, sócio benemérito e sócio colaborador. São sócios fundadores, os que idealizaram e contribuíram para a fundação e organização da Associação. São sócios efetivos aqueles que, de um modo geral, forem ferroviários aposentados, pensionistas e seus dependentes. São sócios beneméritos aqueles que prestarem relevantes serviços à entidade, tanto na condição de ferroviários aposentado ou não, bem como, pessoas alheias à categoria. E o sócio colaborador, já mencionado acima, são aqueles que se associam na busca de não perderem o vínculo do pai que um dia foi ferroviário, ou seja, os filhos passam a serem sócios colaboradores.

A associação se sustenta com a contribuição mensal de seus sócios. No início de suas aposentadorias, como ainda possuíam uma idade não tão avançada, os que residiam nas cidades do interior cearense, visitavam a associação frequentemente na capital.

Conforme previsto no estatuto da referida instituição, o principal objetivo da AFAC que em maio fez 37 anos, tem como objetivo institucional atender as demandas que tenham a ver com os aposentos, como também serviço médico. Todavia, o principal objetivo é fazer com que cada vez mais venha ser um ponto de encontro e resgate dos vínculos, uma vez que a maioria dos ferroviários associados dedicaram grande parte da sua vida, então criaram laços. Abaixo, temos um registro de uma das atividades que são promovidas entre eles, os jogos de baralho que instigam o fortalecimento desses vínculos que foram formados no seu tempo de serviço.

Imagem 2- ferroviários aposentados atualmente associados da AFAC na mesa de baralho

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2019.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Através dessa fotografia, é perceptível o registro de um dos momentos recreativos, conforme determina o estatuto em um de seus pontos, trazendo a importância de desenvolver atividades destinadas a prestar assistência sociocultural e recreativa desses trabalhadores aposentados. Além dos jogos, estavam entre essas atividades de lazer os encontros festivos dos aniversariantes em cada mês. Em contrapartida, devido ao avanço da idade, esses eventos festivos, passaram-se a ocorrer trimestralmente.

Como fica evidente, o estatuto estipula que um dos deveres da AFAC é promover meios para que a categoria não perca os vínculos e os estímulos que sempre orientaram a sua conduta profissional dentro da empresa onde serviram. Ademais, além das festas de aniversários, há comemorações ligadas ao dia das mães, festas juninas, o dia do ferroviário e confraternização de fim de ano. Um aspecto que vale a pena ressaltar é como os associados tinham alegria de se deslocar de suas cidades exclusivamente para se fazer presente nesses eventos na sede em Fortaleza. Abaixo um registro que demonstra uma sala de jogos livres, com a mesa de sinuca.

Imagem 3- Sala de sinuca da AFAC

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2019.

Tratando-se da quantidade de associados atualmente, a secretária não soube responder, argumentando que lamentavelmente todo mês há queda no número devido falecimentos. De acordo com informações repassadas, a associação já possuiu quase 5 mil sócios, hoje em dia deve possuir uns mil sócios aproximadamente.

A maioria dos desligados são por conta de falecimento, porém há outro motivo de desligamento. Alguns associados se desvinculam devido o caso de que muitos deles estão com tantos empréstimos, sendo necessário romper com sua contribuição mensal. De acordo com o estatuto, a contribuição mensal equivale a 1% da sua renda mensal. Nesse aspecto, podemos notar que apesar de ser um valor simbólico, já é cortado justamente por conta dos empréstimos. Vemos então que para ajudar a pagar os empréstimos alegam sair da associação.

O artigo 2º do estatuto da AFAC mostra que a instituição funcionará por tempo indeterminado, tendo como finalidade congregar os aposentados ferroviários em geral, isso pode acontecer através de cerimonias. Outro papel atribuído à AFAC é representar seus associados, aposentados e pensionistas, na defesa de seus direitos e interesses coletivos na conformidade da Constituição Federal e legislação vigente, judicial ou extra- judicial, podendo constituir advogados.

Da mesma forma como se faz imperioso desenvolver atividades destinadas a prestar-lhes assistência sociocultural e recreativa. Na aba das finalidades do estatuto, também se inclui conseguir, junto às repartições e entidades ligadas à classe, palestras, conferências, além de outras atividades, visando manter os associados sempre bem informados.

Logo no artigo 6º do estatuto são elencados os direitos dos sócios fundadores e efetivos, tais como de votar e ser votado, observando a carência: votar com dois meses de associado, e ser votado, com seis meses de associados; Participar das promoções sociocultural e recreativa, como até já foi desenvolvido sobre como acontece; Ademais, propor admissão de sócios, como também tem direito de reclamar dos seus direitos, redigindo recursos em termos respeitosos, de conformidade com o previsto nesse estatuto.

O estatuto não contém apenas direitos e deveres, tampouco somente finalidades, há um artigo que trata das penalidades. Bom, esse é o Artigo 7º , no qual se refere aos associados que infringirem os dispositivos do estatuto e do regime interno, serão aplicadas penalidades como repreensão por escrito, suspensão ou até mesmo eliminação. Será por escrito a repreensão cuja falta seja reincidência e já tenha sido motivo de advertência por parte da diretoria. Essa parte versa que estará suspenso, o associado que cometer falta grave, suscetível de responsabilidade contra patrimônio da associação, a seus membros diretores e participantes.

Já a eliminação do sócio, ou seja, para além da suspensão, o associado que cometer falta grave que exceda a capacidade de tolerância prevista nesse estatuto, como escândalos públicos, desrespeito às leis vigentes no país, conduta ou prática de ato que abale a moral e o conceito da classe e da entidade. Dessa forma, se incluem também nessa situação aqueles que deixarem de pagar, sem justa causa a sua contribuição mensal por 3 meses consecutivos. Com isso, sobre as penalidades, percebemos que houve ferroviários que passaram por essas situações, por muitas vezes constrangedoras. Então, não é possível tratar da AFAC isentando-a de conflitos internos. E são nas memórias que serão evidenciados discursos para além do saudosismo do tempo de trabalho, adentrando em problemáticas.

História e identidade ferroviária: AFAC como potencial de memórias

Há uma interação essencial entre a memória individual e a coletiva (HALBWACHS, 1990). Muitos podem achar que uma se contrapõe à outra. Logo, de maneira alguma há essa dissonância, pois, como afirma Halbwachs (1990) essas duas categorias de memórias se complementam na formação do imaginário social, demonstrando em seus estudos como ambas interagem. Valendo ressaltar que a memória individual é respaldada pela memória coletiva.

A memória auxilia na formação da identidade de grupos sociais, pois é um elemento vivo na consciência de cada um, pautada na continuidade, sendo passível de mutações, uma vez que vai ganhando diferentes contornos na medida em que é transmitida. Logo, a memória tem muito a ver com o despertar da consciência patrimonial, pois será na tentativa de rememorar o que foi vivido

nas estações que será possível o sujeito histórico adquirir alguma sensibilidade diante desse espaço, uma vez que fez parte do cotidiano em algum momento de sua vida.

Segundo Candau (2012, p. 118) "transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo." Esses espaços eram a forma na qual esses indivíduos tinham de perceberem com mais afinco a si e o outro. Podia-se considerar os locais das estações como os espaços mais democráticos das cidades, uma vez que passavam por ali inúmeras pessoas pertencentes a diferentes classes sociais.

Candau (2012, p. 126) aponta que a necessidade de recordar é imperiosa, mesmo que apenas para que não nos tornemos seres "pobres e vazios". Dessa forma, a cidade moderna é vislumbrada como espaço de formação de novas identidades sociais, em que as atividades urbanas se desenvolviam efetivamente, passando a ser pensada como sinônimo de progresso, lugar onde seus sujeitos eram capazes de construir suas próprias histórias.

Bosi (1987) já alertava para uma valorização da história e memória dos sujeitos mais velhos, adquirindo sensibilidade para analisar o que suas lembranças que são respaldadas por uma memória coletiva, têm a contribuir para a historiografia. Sendo assim, a autora justifica com argumentações convincentes a importância de que o ato de lembrar pode ser pensando para além de lembrar por lembrar. Dessa forma, sobre a memória de velhos,

> Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1987, p. 23)

Devido à vida corrida do adulto, o mesmo não vai se ocupando longamente a relembrar o passado, mas, quando o faz, é como tira um tempo para mergulhar nas memórias, faz isso de forma fugaz, como algo passageiro. Logo, a memória aparece como momento de fuga de uma realidade. Para os idosos, a forma de lembrar não é considerada válvula de escape. Ao lembrar o passado, Bosi nos afirma que os idosos não estão descansando, e sim estão se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, ou seja, da substância mesma da sua vida.

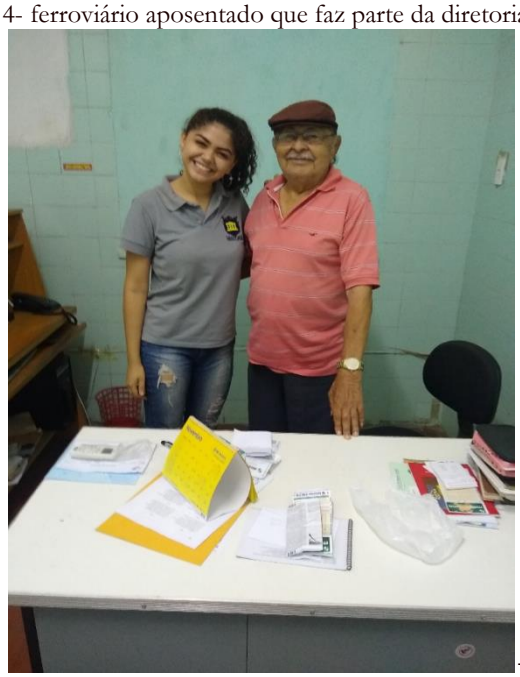
Bosi (1987, p. 24) então complementa que "Haveria, portanto, para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem". Assim, complementa fazendo esse paralelo da forma de remorar do homem com a vida adulta ativa,

> O homem ativo (independentemente da sua idade) se ocupa menos em lembrar, exerce menos freqüentemente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refacção do seu passado. (BOSI, 1987, p. 24)

Através da metodologia de história oral, será possível ter acesso às memórias dos sujeitos idosos, no caso desse trabalho, os trabalhadores ferroviários aposentados e que estão associados na referida instituição. Estes, ao longo da historiografia ferroviária cearense não

tiveram tanto espaço na historiografia ferroviária. Desse modo, Portelli (2016) nos diz que a questão norteadora dessa discussão não é que esses seres são sem voz, possuem voz sim, se não a tivessem, não teríamos nada a gravar e consequentemente nada a escutar.
Além disso, para essas pessoas que não foram escutadas ao longo da história, Portelli nomeia-os de sem-poder, levantando a premissa que esses sim têm voz, porém não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída em um espaço limitado. O que faz o pesquisador é recolher esses discursos, amplificá-los e levá-los ao espaço público.
Desse modo, podemos relacionar com o campo da política, sobretudo quando se trata do direito de falar e ser ouvido, de ter uma função no discurso, declarando participação nas instituições políticas e na democracia. A RFFSA se destacou bastante devido ser considerado por muitos, uma família. Desde cargos mais baixos, até cargos mais altos havia relação amistosa. E a associação cumpre com essa função social, "da graça do encontro". Em que muitos deles tinham apelidos inusitados, então quando se reencontram vem as memórias à tona. Assim, consequentemente a associação funciona sem levar em considerações a hierarquias dos cargos.
Na seguinte fotografia, temos a autora desse artigo junto ao senhor Luís Ribeiro Martins, em uma entrevista realizada sobre a associação. Ele faleceu há pouco tempo, mas foi um dos fundadores da associação, um dos primeiros que começou a perceber a necessidade de se criar uma entidade que promovesse a continuação dos laços ferroviários, após a aposentadoria. Dessa forma, a entrevista com esse ferroviário é uma forte fonte oral para construção da referida pesquisa.

Imagem 4- ferroviário aposentado que faz parte da diretoria da AFAC



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2019.

Gostaria de destacar minha enorme satisfação em trazer essa contribuição para a historiografia ferroviária cearense. Não será um trabalho que apenas vai ser lido pelos pares dentro da academia, e sim ultrapassará os muros acadêmicos, pois afeta o social, a sociedade.

Apesar de ser uma organização que foi fundada no século passado, não há nenhum trabalho produzido que tenha a responsabilidade de contar sua história.

Considerações finais

O mundo do trabalho é uma temática fértil para se debruçar na nossa contemporaneidade. Pois esses indivíduos foram importantes para fazer um progresso acontecer, ferroviários que "deram seu sangue" para ver a ferrovia sendo prolongada cada vez mais e para que o trem de passageiros funcionasse da melhor forma que atendesse a todos. O que é perceptível atualmente é que muitos desses sujeitos residem nas cidades do Ceará sem se sentir reconhecido por seu trabalho exercido durante décadas.

O que podemos pontuar é que essas instituições ferroviárias organizativas como a associação ou o próprio sindicatos dos ferroviários, não são tão visíveis na história do Ceará. Um sindicato por exemplo, que foi placo de lutas desses sujeitos, merecia sim ser mais presente quando falamos de história ferroviária.

Dessa forma, o objetivo principal dessa pesquisa é compreender a associação dos ferroviários no Ceará como constituinte da identidade de cada trabalhador que fez parte do tempo do trem de passageiros. Entendendo também como a cultura do trem está representada na identidade desses sujeitos ferroviários e como reflete nas memórias. As memórias poderosas ferramentas para formação da identidade, no caso aqui, a ferroviária.

Ademais, a associação recebe estudantes e turistas. A pandemia acabou por deixar as pessoas com receio. Até hoje os ferroviários se lamentam ao relembrar a partida do trem, questionam como que um transporte seguro e barato para a população mais pobre pôde sair dos trilhos. Uma realidade até discrepante quando traçamos com a realidade de países europeus. Um país grande como o nosso desativar o funcionamento dos trilhos, enquanto os países avançados da Europa a cada dia vão desenvolvendo mais sua ferrovia e valorizando mais ainda a memória dos sujeitos envolvidos no tempo do trem.

Referências

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** tradução Maria Lecicia Ferreira. - 1. ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Editora Contexto, 2016.

Estatuto da Associação dos Ferroviários Aposentados do Ceará (AFAC), 1985.

HALBSWCHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

PORTELLI, A. **História Oral como arte da escuta**, São Paulo: Letra e Voz, 2016.

TAREFAS SOCIAIS E TRABALHO DAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS: ESTIGMAS, DIFICULDADES E NÃO RECONHECIMENTO SOCIAL

Manuela Chagas Manhães[1]
Kaio Lucas Ritter Mota[2]
Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira[3]
Victor Muniz Thomas[4]

Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA e apoiado pelo Programa de Pesquisa e Produtividade da Universidade Estácio de Sá. Nesse artigo discutiremos sobre o estado democrático de direito, o que seria o estado democrático de direito diante das comunidades tradicionais, entre elas, a pesqueira, da região de Armação dos Búzios. Desse modo, nosso questionamento tangencia o fato se, realmente, direitos ditos fundamentais, e a identificação, o reconhecimento social das comunidades sociais acontecessem, se são exercidos conforme a lei positiva. Assim sendo, iniciamos nossa discussão a partir do artigo 5º. Da Carta Magna de 1988 ou seja, da nossa constituição federal de 1998 que diz que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".
Baseado nisso podemos entender que todos devem participar igualmente na sociedade e ter os mesmos direitos, educação e saúde. Porém, o que torna-se evidenciado é que a sociedade brasileira é excludente, ainda não há a democracia substancialmente, me particular, para com as comunidades tradicionais. O não reconhecimento é o que encontramos no dia a dia, diante do descaso político social, a falta de trabalho e o não reconhecimento de suas atividades e tarefas sociais como base da cadeia econômica social de nosso país. Há o desmerecimento.

[1] Doutora em Cognição e Linguagem (UENF), cientista social (UENF) e historiadora (UNIVERSO); pós doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGSP/CCH/UENF); professora e coordenadora da Universidade Estácio de Sá (UNESA); bolsista do Programa de pesquisa e produtividade da Universidade Estácio de Sá (UNESA); pesquisadora do PEA PESCARTE (UENF/PETROBRÁS/IBAMA).
Email: manuelacmanhaes@hotmail.com
[2] Graduando em Direito e Ciência da Computação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA); bolsista de iniciação científica PEA PESCARTE (UENF/PETROBRÁS/IBAMA).
Email: kaiolucas.ritter@gmail.com
[3] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF); bolsista de iniciação científica PEA PESCARTE (UENF/PETROBRÁS/IBAMA).
Email: Sulamitaribeiro16@gmail.com
[4] Graduando em Licenciatura de Matemática pela Universidade federal Fluminense (UFF) e graduando em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA); voluntário do PEA PESCARTE (UENF/PETROBRÁS/IBAMA).
Email: victort@id.uff.br

Nossa reflexão se baseia no fato de que deveríamos ter todos os mesmos direitos sociais garantidos e executados, em outras palavras, o cumprimento do papel do Estado, já que em alguns lugares/ territórios os quais vivem as comunidades tradicionais e periféricas, que são, em sua maior parte, carentes não são tratados com o mesmo devido cuidado e respeito.

Desenvolvimento. Contexto de justiça, Estado Democrático de Direito e comunidades tradicionais

Iniciamos nossa discussão sobre o sentido de justiça social. Logo, ao tratamos da justiça, segundo Rawls (1997), estamos partindo de princípio da equidade pensado numa forma ideal, procedimental e hipotética de conceber a sociedade, na qual os membros compactuam dos mesmos princípios, sob o que ele denomina "véu da ignorância", como condição da imparcialidade na distribuição de um conjunto de bens primários (aquilo que é essencial para o ser humano, que Rawls define, por exemplo, respeito, autorespeito e autoestima). Assim, teríamos uma posição original representada por uma associação humana bem ordenada e cooperativa, mantendo, então, o sentido maior de democracia e justiça, e não injustiças fomentadas pela desigualdade de condições de atingir objetivos, disparidades econômica, políticas, cultural, entre outras, que são definidoras de possibilidades de inclusão/ exclusão na sociedade.

> Rawls sempre foi enfático ao definir a posição original como um dispositivo heurístico, *i.e.*, puramente hipotético e procedimental. Por isso, a tentativa de estabelecer uma teoria da justiça como equidade exigiu determinar qual concepção de justiça seria a mais apropriada para a estrutura básica de uma sociedade democrática (*basic structure os society*). Nesse sentido, a base normativa da melhor concepção de justiça passa pela escolha que as partes adotam em uma situação equitativa, na qual estariam representadas unicamente como pessoas morais, livres e iguais (BARBOSA, 2016, p. 478).

Barbosa (2016), ao afirmar que a base normativa ao ser aplicada na vida social traz diferentes conseqüências que afetam os diferentes grupos, sinaliza a sua eficiência e eficácia normativa, sua existência substancial ou não na concepção de sociedade. Desse modo, a sociedade deveria se organizar pela cooperação social e relações mútuas aceitas pelos membros, obtendo, então, o consenso, ultrapassando o conflito social por meio do reconhecimento social entre os membros da sociedade, já que seriam pessoais morais, livres e iguais.
Assim, o primeiro objeto dos princípios de justiça social é a estrutura básica da sociedade, a ordenação das principais instituições sociais num esquema de cooperação, benefícios e encargos da vida social. Para isso, as instituições sociais desempenham papéis fundamentais, sendo consideradas por Rawls (1997, p.58) como um sistema público de regras que definem cargos e posições com seus direitos e deveres, poderes, imunidades e sanções. Essas regras especificam certas formas de ações como permissíveis, outras como proibidas, criando mecanismos de controles legais e espontâneos.
Portanto, ao pensarmos na concepção de justiça, Barbosa (2016) traz da teoria rawlsiana o objeto primário da justiça, que segundo ele seria a estrutura básica da sociedade, para a qual a equidade é condição determinante, representando uma sociedade de iguais e livres. Por sua vez, Cohen (2000) afirma, partindo também dos pressupostos rawlsianos, que nessa

sociedade os membros são considerados na cultura política com capacidade minimamente suficiente para compreender os requisitos de cooperação mútua benéfica e justa, compreendendo sua lógica a partir de suas obrigações e regras estabelecidas e compactuadas por todos. Por isso, numa sociedade que tem a democracia como base, por mais que exista o conflito social, temos, em contrapartida, o sentido pleno de respeito. Sendo assim, cada membro é entendido com o direito de ser tratado com respeito igual, tendo os mesmos direitos básicos e o senso de justiça como elemento norteador nas relações sociais.

Cohen (2000) e Barbosa (2016) concordam que Rawls constata que o respeito mútuo é garantido por estabelecer os direitos associados à cidadania geral. Para isso, é importante que os atores sociais enxerguem uns aos outros, alimentando a estima social entre seus membros. Esse reconhecimento entre os indivíduos favorece a reciprocidade, assim como, a autonomia racional, o que evidencia a capacidade de justiça, do senso de justiça, tornando-os como parte integrante da vida social ordenada.

Desse modo, torna-se urgente entendermos a relação que existe da nossa Constituição federal para com as práticas ou não práticas que existem. Vivemos o Estado Democrático de Direito, mas, no entanto, vemos, no dia a dia, o descaso de nossos representantes. Assim, torna-se urgente trazermos o artigo 1º. da constituição de 1998: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Teoricamente, podemos afirmar que devemos cobrar isso de nosso estado, no que se refere à população tradicional ela vive a precariedade do trabalho e a vulnerabilidade, logo eles são tratados com indiferença, estruturando a invisibilidade social.

Todavia, é nesse contexto que compreendemos a necessidade constante pela luta por reconhecimento social (HONNETH, 2009). A teoria desenvolvida por Honneth traz como base o sistema de eticidade introduzido por Hegel e a existência/necessidade do conflito social. Honneth (2009, p. 49-50) afirma que:

> (...) no Sistema de eticidade o conflito representa uma espécie de mecanismo de comunitarização social, que força os sujeitos a se reconhecerem mutuamente no respectivo outro, de modo que por fim sua consciência individual da totalidade acaba se cruzando com a de todos os outros, formando uma consciência "universal" (HONNETH, 2009, p. 64).

Podemos questionar como tal sistema de eticidade pode ser fundamental para concepção de justiça, a partir do princípio definido por Rawls (1997): o princípio de equidade, para compreender a realidade social vivenciada, em nosso caso, pelas mulheres das comunidades que vivem em espaços de precariedade. Esse princípio expressa a concepção democrática subjacente de sociedade como sistema de cooperação entre pessoas iguais. Ora, estamos considerando que o reconhecimento social deveria existir nas relações que são mútuas e recíprocas. Quando pensamos em tal fato, temos para além de concepções teóricas a compreensão de como a organização da sociedade ainda está aquém do sentido de justiça, quando sabemos que na consciência social universal não prevalece o bem maior, a coletividade, a integração justa, a equidade, o reconhecimento dos grupos, das comunidades, como fundamentais na vida social e na execução de tarefas sociais.

O que é perceptível na realidade social é que em pleno século XXI temos uma sociedade construída pelas disparidades, imersa de jogos de interesses, valores enraizados no patriarcado e que no arranjo social provoca o conflito social além da estratificação social. Por

isso, a gama de conflitos sociais deixa de ser secundária e torna-se necessária para transcender as desigualdades entre os iguais, assim como para a luta pelo reconhecimento social das comunidades tradicionais, periféricas e que vivenciam a precariedade do trabalho diante dessa estrutura social, para que se possa pelo menos discutir o sentido de sociedade justa:

> (...) Entre ética, política e reconhecimento estão implicados temas como a constituição social da identidade humana, os processos de subjetivação do sujeito contemporâneo, a questão da dignidade humana, da linguagem, da narratividade, do diálogo, da justiça, entre outros. Por isso, o conceito de reconhecimento adquiriu relevo e importância fundamental para as sociedades contemporâneas e a construção dos imaginários sociais. Por outro lado, o conceito de reconhecimento é pano de fundo para as reflexões sobre justiça, sociedade justa e ações afirmativas que ajudam a transformar as sociedades em sociedades mais justas. Por outro lado, sociedades justas são aquelas onde é possível uma vida boa em instituições que propiciam aos indivíduos o reconhecimento do valor de suas diferenças e das diferentes dimensões da existência humana no mundo, mas especificamente, as dimensões afetivas, jurídica e social (RIBEIRO, 2016, p. 391).

Isso se deve ao fato, de encontramos dentro do sentido de territoriedade o racismo ambiental e o não reconhecimento social. O racismo ambiental segundo Henri Acserald (2006) se refere a ambientalização das lutas sociais, que acontece há muito tempo. Assim o autor (op. Cit.) traz melhor abrangência e visibilidade para esta situação em nosso país, demonstrando as dificuldades vividas pela sociedade de forma macrossocial, no que se refere aos direitos e deveres com o meio ambiente e as diferentes populações, considerando suas diversidades e adversidades, e obviamente, buscando a compreensão do sentido do princípio de equidade no contexto de justiça social assim como de reconhecimento social. Sendo assim, ele apresenta como argumento, questões voltadas para a responsabilidade social e ambiental, tratando do cuidado com o meio ambiente em alguns lugares do Brasil, locais estes que são perceptíveis as questões socioeconômicas enquanto termômetros, ou seja, pessoas que têm uma classe social elevada seus direitos são garantidos, não só os direitos sociais, mas lugares prazerosos, limpos, que seguem regras e a lei positiva em prol de seus benefícios. Em contrapartida, lugares, onde vivem as comunidades tradicionais e periféricas, como as comunidades pesqueiras, há a favelização, o descaso público, falta de infraestrutura, empregos, saúde, educação, lazer entre tantos outros direitos.

Para além disso esta parcela da população sofre o racismo ambiental (ACSERALD, 2006) velado e atitudes racistas, preconceituosas, formando rótulos e estigmas, pelos demais membros, de maneira geral, da sociedade. Isso significa dizer, que ainda sofrem pelo desreconhecimento de sua cultura, seus elementos significantes estruturantes. Há uma homogeneização cultural ocidental, o que provoca tais rótulos e estigmas sobre seus modos de vida. Outros fatores são incorporados, fatores econômicos, por exemplo, que advém da especulação imobiliária, fazendo com que o poder público com o anseio de urbanização para atrair pessoas de maior poder aquisitivo procurem essas regiões, expulsando seus nativos, ou seja, os membros das comunidades tradicionais.

Para entendermos a posição da cidadania, é importante salientar que Cohen (2000) afirma que a concepção de justiça como equidade de *Rawls* é constituída por uma base moral mais apropriada para uma sociedade definida como democrática. Para isso, Cohen (2000) define que uma sociedade democrática significa uma sociedade cujos membros são

entendidos na cultura política como pessoas livres e iguais e que por razões adequadas para a cooperação estabelecem suas relações de interdependência. Tal pressuposto nos coloca frente à questão de participação que, na verdade, significa que a liberdade política é uma das liberdades cuja atribuição igual a todos os membros é necessária para a própria existência da justiça.

O que é perceptível é que a questão de territoriedade, cultura e comunidades tradicionais sofre situações de desrespeito social de diferentes formas, seja pelo fato de ter que sair de seus "lugares" devido a especulação imobiliária, aumento de impostos, indo para bairros periféricos que são negligenciados pelo estado. O que propomos é uma discussão sobre estes descasos, sobre a territoriedade e cultura e como as comunidades tradicionais são vítimas desse sistema, as injustiças são diversas. Assim, os membros das comunidades tradicionais estão às margens da sociedade, vivem da subsistência, produzem se próprio alimento e, de maneira geral, não têm oportunidades de construir uma economia que sustente sua família, não há a geração de trabalho e renda; isso, pela lógica neoliberal, faz com que esses membros vendam sua mão obra por preço inadequado.

Tais situações de desrespeito social são o resultado da possibilidade de exploração pelo mercado capitalista e o descaso dos governos, que em sua maioria, busca um crescimento social e econômico das cidades com a exploração do turismo, construção dos grandes condomínios, deixando de atuar junto as comunidades tradicionais, que são definidos a determinados espaços, territórios, bairros, quando estão na zona urbana, ditos como periféricos. Não podemos deixar de dizer que essas pessoas retiradas do seu local, muitas vezes não recebem a indenização para construção de nova moradia e/ou qualquer ajuda para diminuir os impactos e terem a oportunidade de nova inclusão social, sobrando para estes, morarem em lugares afastados da comunidade, sem infraestrutura e até mesmo construindo moradias de forma irregular as diretrizes ambientais se colocando e colocando suas famílias em risco de morte em lugares de risco que podem haver deslizamentos e em situação de miséria absoluta, com moradias à disposição das chuvas, com goteiras, entre outros problemas.

Territoriedade, comunidades tradicionais e trabalho: desreconhecimento e reconhecimento social?

A territorialidade constrói um paradigma substancial a ignorância alheia, a perspectiva social, ao senso comum, quando citamos suas heranças culturais, relação pescador/pescadora/natureza/trabalho. Entender esse tema envolve conhecer a substancialidade do ser social envolvido em seu território na qual originou seus contos, suas tradições, sua subsistência e sua história. Fundamentar e enunciar sua identidade e seus valores como povos originários é primordial para combater a desintegração da territorialidade do pescador. Dar lugar de voz aos pescadores por meio de políticas públicas e elucidar suas raízes e seu trabalho, construir seu entendimento de territorialidade pela qual tem seu objetivo compreender as quatro vertentes básicas referidas por Haesbaert (2004) (território natural; território político; território econômico e território cultural ou simbólico cultural), o autor diferencia território unifocal e território enquanto espaço-tempo-vivido. Território unifocal está relacionado a ideologia capitalista preponderante em função de uma lógica territorial comum.

> [...] que não admite multiplicidade/sobreposições de jurisdições e/ou territorialidades (HAESBAERT, 2007a, p. 21). Já o território enquanto espaço-tempo-vivido aparece como resultado de processos diversos e complexos produzido nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social (HAESBAERT, 2007a),

Entende-se que no século XX, com a expansão do setor da construção civil e o avanço em direção a costa, há um embate sobre o espaço de fato ser um lugar de aquisição (termo utilizado formalmente para demostrar o ato de comprar algo que me dê prestigio) ou de Invasão (apropriação de algo que não é seu ou não pertencente a ninguém, de fato, "ninguém" estaria sobre tutela estadual). O valor do território está em sua contextualização e a "perca" desse espaço para os pescadores depreciaria seu patrimônio, logo há interesse de manipular essas populações e mobilizar tais povos para áreas peninsulares.

> O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (Lefebvre, 1986, p.411-412, grifo do autor)

Portanto, há o interesse elitista de relativizar e descontextualizar tais conceitos em prol de próprias intenções de se beneficiar. Para isso, construir e contextualizar medidas de intervenção social para frear a desigualdade social visa despendia de tempo e dedicação, elucidar suas próprias limitações e fomentar seus atributos com medidas de intervenções direcionadas e bem estruturadas.

> [...] nova episteme, [...] requer que se supere a limitação de ver os pescadores artesanais como objeto estáticos e como incapazes de pensar sobre sua própria condição social e histórica. Ao mesmo tempo a nova episteme questiona a arrogância dos sujeitos do conhecimento, os pesquisadores, gestores e técnicos que parecem capazes de procurar soluções, mas que na maioria das vezes o que fazem é reproduzir a rotinização, a burocratização e abstração do saber que consistem em explicar o outro sem ouvir profundamente as questões e problemas que esse outro expõe, ou seja, relatando cientificamente o agir do outro sem saber de fato, qual é o sentido da ação dele (SILVA, 2014, p. 17).

A territorialidade dos pescadores sofre ao longo dos anos uma segregação territorial, de forma que o turismo, a pesca industrial e no que se refere a Armação dos Búzios a especulação imobiliária. Dentre os fatores que prejudicam diretamente o trabalho dos pescadores, está a especulação imobiliária que acarreta a segregação social, levando esses povos originários, não só pescadores, porém como os quilombolas, são levados a ocupar outros lugares. De acordo com a constituição federal brasileira, TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, Art. 1° - IV os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; visa direitos de todos e mais precisamente dos necessitados a livre iniciativa e liberdade referente ao seus valores socias do trabalho e sua livre iniciativa para desenvolver sua forma de sustento é direito garantido pelo estado, entretanto a

iniciativa da Petrobras junto da UENF em desenvolver projeto que visão a garantia desses direitos, está o *"PEA – PESCARTE que busca por meio de processos educativos promover, fortalecer e aperfeiçoar a sua organização comunitária e a sua qualificação profissional, bem como o seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda"*. A territorialidade afetada, além de todos os problemas citados acima, também a de ser destacar a territorialidade marinha, que sofre perda de espaço de trabalho propriamente dita, são dois agravantes que afetam o pescador de forma incisiva e que deve ser de prioridade do estado intervir e garantir esses direitos os menos favorecidos, a perca do espaço marítimo acarreta ao não abastecimento dos pequenos comércios locais e em cadeia, enumera diversos fatores econômicos e socias que afetam uma sociedade ao seu redor.

A pesca artesanal além de um trabalho de subsistência é um exercício cultural passado de gerações a gerações, modos, formas de pescar, seu cuidado com a natureza e sua relação com ela, seus contos e suas histórias, sua culinária e sua forma de pensar, todas essas características devem ser entendidas e garantidas. A forma de trabalho dos pescadores sofre um preconceito social e desvalorização, pois não vão de encontro ao prestigio social e ao senso comum, do que é belo e bom aos olhos de uma sociedade que visa valores monetários e não valores culturais e humanos.

O desenvolvimento de entendimento da identidade desses povos originários não só devem ser elucidado para os mesmos mais sim também para a sociedade que o cerca, mostrar para os demais que valores sociais devem ser compreendidos e respeitados, que não só como dever do estado de garantir o direito dos pescadores, como também deve o dever da sociedade entender e respeitar tais diferenças culturais e valores socias do trabalho, que o lugar de prestigio está em sua realização pessoal e seu bem estar com a vida que o cerca, muitos dos pescadores vivem de forma precária em lugares inapropriados para o ser humano, sem condições básicas como esgoto, acesso à educação, a saúde e alimentação adequada.

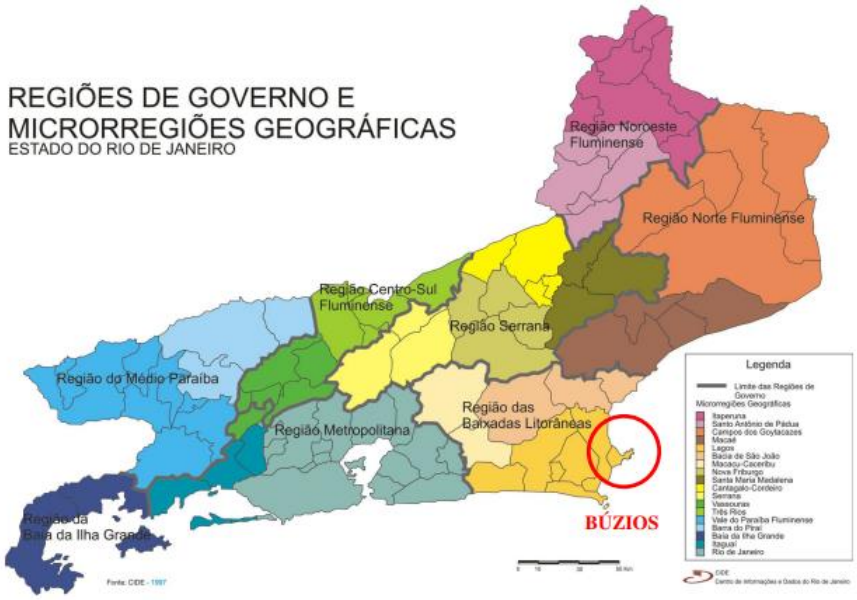
Tal fato acarreta o efeito em cadeia que respinga em sua família, crianças sem acesso a creche-escola, alimentação e medicamentos necessários, e algumas das vezes encontramos pessoas felizes, bem humoradas que trabalham dia-a-dia com sorriso no rosto contemplando a natureza e sua família ao seu redor.

É preciso entender que o contexto que os leva a precariedade e mesmo assim felizes com seu modo de viver, por anos essa vivência sem amparo legal e desenvolvimento socioeconômico os leva para um lugar existência padrão, que passa de pai a filho nas mesma condições econômicas que a única forma que os leva a ter algum recurso a mais é apenas trabalhar mais e mais para conseguir comprar algo além do seu cotidiano básico, essa relativação social que o pescador têm de si próprio os faz permanecer no mesmo lugar e a negação social (a sociedade que os negligencia) e Estadual (o estado que não cumpre seu dever) acarreta na mesmice do trabalhador. Por isso é importante dar lugar de voz aos pescadores, autonomia econômica e trabalhista, explorar e divulgar sua identidade cultural e filosófica, existe por trás de todo pescador(a) uma história, uma filosofia de se viver. Segundo *Jean-Paul Satre*: "o ser humano só existe em ralação com o outro e sua maneira de viver não é única", com isso é importante construir seu lugar de história, seu lugar de identidade, mostrar a comunidade e seus arredores que eles estão ali, são pessoas que ocupam um território, tendo o reconhecimento social societário.

Estudo de caso: Armação dos Búzios

Xavier (2006, p. 85), em sua releitura acerca do processo de construção e imagem da cidade de Armação dos Búzios[5], entre 1964 e 2005, afirma que, o processo de urbanização da cidade privilegiou o território utilizado pelos visitantes (que compreende os núcleos urbanos populares dos Ossos, Armação, Centro e Manguinhos) - onde concentram-se estrangeiros e grupos detentores da renda mais alta do município. Essa corrida imobiliária e as ações especulativas acabaram por ampliar os contrastes sociais, já que os loteamentos e condomínios aumentam o valor da terra, ampliam ainda mais a desigualdade social, o estigma e fragilizam a população de renda mais baixa, que é forçada a habitar em áreas sem infraestrutura, localizadas, em grande maioria, na porção continental do município.

Mapa 01- Divisão Regional do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Fundação CIDE, 2003 (Xavier, p. 27)

Os nativos, por conta de todos os problemas sociais e econômicos, passaram a se submeter a serviço de atividades advindas com a nova econômica, que os fizeram se subjugar a classe dominante que passou a compor o cenário social, econômico, cultural e político da cidade. Xavier (2006, p. 85) relata que os nativos, quando não são trabalhadores assalariados em serviços das novas atividades econômicas passam a alugar sua propriedade ou equipamentos para os turistas. A identidade/representação social dominante de Búzios foi prioritariamente construída para o olhar externo, investidores, prestadores de serviços, novos moradores das classes média/alta e turistas, até mesmo quando para valorizar as atividades tradicionais locais.

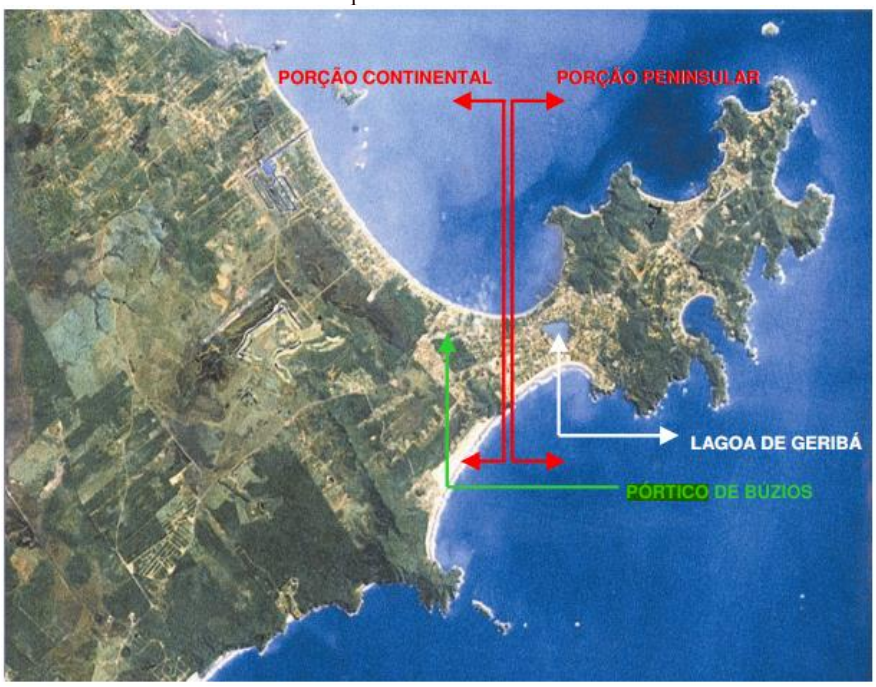
[5] O Município de Armação dos Búzios é um município do Estado do Rio de Janeiro, no Brasil, localizado na Região das Baixadas Litorâneas, classificada pelo IBGE como mesorregião (mapa 1), composta por 12 municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

> Os investimentos espacialmente concentrados, seguindo a fragmentação elitizada do espaço buziano, ampliam as diferenças sociais no que concerne ao usufruto da cidade, promovendo a divisão social do território, onde para as classes menos abastadas são destinados apenas serviços básicos de sobrevivência, quando existem, enquanto amplia-se a produção lúdica do espaço buziano para o turismo, com elevado grau de sofisticação. Essa política revela o Estado como o maior promotor de diferenças sócio-espaciais, onde o capital público acaba sendo apropriado por empreendedores e investidores particulares, já que a administração oferece infra-estrutura para o desenvolvimento de negócios, em detrimento da superação das carências existentes nos territórios das classes populares, do nativo, do pescador. Compreendemos, nessa direção, que os investimentos que propiciam a eficiência do turismo escolhem alocar-se em territórios ocupados ou utilizados pelas classe média e alta, reforçando a desigualdade social, através de um pacto intra-elites que envolve o Estado. (XAVIER, 2006, p. 86)

Em questões estruturais segregatícias pode-se observar que o processo de gentrificação dado a partir de influência elitista, através da especulação imobiliária que ratificou o racismo ambiental, teve seu marco a partir da construção do prédio intitulado "Pórtico de Búzios". A construção mostrada no mapa 2 deixou ainda mais visível o isolamento, a divisão, o estigma, a invisibilização e indiferença do poder público para com o território continental no qual consentiu com a fragmentação espacial, não só reproduziu como legitimou as desigualdades sociais.

Mapa 2 – Porção continental e porção peninsular e a localização do marco segregatício, o pórtico de Búzios



Fonte: Elaborada por Xavier (2006) com a foto de satélite fornecida pela Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios (PMAB).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A cidade passa a assumir, a partir dessa construção, uma decomposição territorial, social e racial a ponto de os externos desconsiderarem visivelmente todo o território anterior ao pórtico como pertencente ao município de Búzios. Visto que, os dois acessos ao município tanto por Cabo Frio quanto pelo seu segundo distrito, Unamar, se dá através da porção continental, que corresponde a 82% do território, o pórtico de Búzios foi construído com o intuito de evidenciar o que se planeja valorizar na cidade, a porção peninsular. O pórtico é um componente símbolo arquitetônico, é uma representação simbólica e material da fragmentação territorial, estabelecido e implantado pelo Estado por influência da elite dominante no qual expõe e legitima a península como único território de Armação dos Búzios e reforça a segregação socioespacial existente.

É a partir desse marco que o bairro da Rasa, Baia Formosa, José Gonçalves e os demais bairros continentais passam a ser estigmatizados como periféricos, e por serem periféricos passam a dispor de pouca infraestrutura sofrendo desigualdade e invisibilidade política e social.

> As diferenças nas condições de vida, entre a península e o continente, obviamente, são fruto de decisões administrativas. Resultam de embates político-sociais, onde a escolha, para a localização de investimentos, aponta nitidamente para a porção peninsular do município. Esta é justamente a fração do território selecionada para representar a cidade como um todo. Ao considerarmos que a península constitui, aproximadamente, apenas 18% do território municipal e o continente os outros 82%, é possível reconhecer, em Búzios, uma excepcional representação físico simbólica da concentração da riqueza nas mãos de uma minoria. A periferia buziana - lê-se o continente - ocupa áreas sem serviços e infraestrutura, apoiando o lucro dos grupos empresariais pela venda de mão de obra barata para pousadas, comércio e serviços em geral. [...] a transnacionalização de Búzios é diretamente responsável pela fragmentação territorial e pela segregação sócioespacial das camadas populares. (XAVIER, 2006, p. 89-90)

A administração do poder público contribuiu com a fragmentação territorial entre península e continente, legitimou a disparidade social ocasionada por esta segregação e a acentuou através da configuração urbana a estratificação econômico-cultural entre as porções territoriais.

Bourdieu (1998, p. 112) salienta que na prática social os critérios objetivos de identidade regional são objetos de representações mentais, atos de apreciação, de conhecimento e reconhecimento onde os agentes (dominantes) investem os seus interesses materializando-as em representações objetais como forma estratégica de manipulação simbólica, a fim de determinar a representação mental que os outros (dominados) podem ter destas propriedades e seus portadores.

Essa produção simbólica, associada à construção identitária de Búzios, se aproxima de uma de suas factíveis funções que é a dominação social a partir de representações relacionadas a uma falsa historicidade e tradição no qual promove a preservação das diferenças entre as classes sociais e a desmobilização dos dominados, conformismo. Esse projeto é baseado no conjunto de representação de imagens e símbolos da cidade pela classe dominante, transmitida ao externo tem por objetivo a materialização da diferenciação social de classe entre os grupos habitantes da península e da porção continental.

Esse confronto simbólico entre as porções corresponde às ações estratégicas na luta dirigida pela elite dominante de Armação dos Búzios, a partir de um discurso e representação elitista onde a figura objetal é Brigitte Bardot tal como a estética e arquitetura, com a sistematização dos traços culturais incorporados nas técnicas e construções que permitiu a organização da significação que sustenta a identidade social imposta na cidade, ou seja, a padronização estrutural das construções civis criado pelas classes dominantes a fim de influenciar a população usando como principal trunfo o modelo do pórtico de Búzios.

Esse conjunto de representações por intermédio da linguagem imagética e simbólica estruturada na materialização das intervenções urbanas de forma pontual fundamenta as condições ideológicas para a estigmatização da comunidade tradicional do município assegurando o movimento incessante de afirmação simbólica, garantindo a posição social, renovação do poder da classe dominante e legitimidade na preservação do passado estético e da escala construtiva da cidade.

A luta das representações e classificações mostrada em Bourdieu (1998, p. 113) expõe justamente a manipulação social exercida pela classe dominante com a utilização de imagens-sínteses capazes de modificar as representações mentais da comunidade interna e externa alterando a identidade regional, suas características a fim de implementar a legitimação do seu monopólio e das divisões sociais a partir de uma fragmentação de grupos, antes estruturados, enfraquecidos pelo novo modo de produção econômica e novos métodos de reprodução cultural, que se assentam no conformismo de dominação. E nesse vínculo formado entre essas representações simbólicas e as intervenções no espaço é possível perceber o estabelecimento de uma ideologia urbana local, composta pelos grupos dominantes que dispõem do poder de redigir leis, cultura, tradições, economia e o futuro da cidade através de suas influências e fomento, assim como exaustiva divulgação pelos meios de comunicação que corroboram a legitimidade da formação imagética e social do território.

Conclusão

Compreendemos que tanto a constituição da identidade humana permeada por elementos culturais e o sentido de seu modo de vida quanto às instituições sociais de democracia política estão implicados no reconhecimento social em diferentes dimensões e, assim, no sentido de justiça. Nesse ponto, é natural considerar os membros das comunidades tradicionais, em particular, as pesqueiras, como pessoas iguais, com uma reivindicação de igual respeito diante do ordenamento jurídico e da vida social, quando surgem questões referentes à justiça. Isto é natural para que possamos endossar a concepção democrática da sociedade, de sociedades justas e exercício da cidadania.

Concluímos que as representações simbólicas são configuradas como estigmas, sua reprodução exercida pelo poder simbólico, invisível da elite ocasiona o não reconhecimento dos saberes de fazeres do agente social pertencente a comunidade tradicional, assim como seu conformismo diante da dominação e *habitus* exercida. Assim, o estigma tipo tribal: raça, nação e religião explicitado por Goffman (2002) é o estigma reproduzido pela classe dominante do município que através de sua monopolização nos diferentes setores econômicos e culturais apagou a história de escravidão, invasão e especulação da cidade e a reconstruiu socioculturalmente por intermédio de uma nova linguagem imagética e simbólica estabelecida de forma física, como as estátuas, o novo modelo arquitetônico que definiu a

padronização da casas peninsulares e a disseminação da belezas das praias peninsulares que com a influência da imagem de Brigitte Bardot ajudou a selecionar e direcionar o tipo de público que frequentaria a cidade.
Por fim, a estrutura física traz maior fundamentação para o ato simbólico dissimulado e o que torna a dominação legítima é a reprodução do *habitus* realizada a partir de algo concreto. Assim como a segregação socioespacial gera a reprodução de falas discriminatórias, é ela que legitima e constitui a dominação e o poder da elite que é apenas constituída a partir da conformidade dos dominados perante sua própria estrutura histórica e cultural que por sua vez é formada pela desestruturação de suas tradições com o novo sistema de produção, a partir da luta pela representação simbólica, um ciclo de luta pela hegemonia.

Referências

Acervo Márcio Werneck. Disponível em: https://acervomarciowerneck.com.br/artigos/buzios/pre-historia-armacao-dos-buzios; https://acervomarciowerneck.com.br/artigos/buzios/historia-de-armacao-dos-buzios.
ACSELRAD, Henri, MELLO, Cecília Campello do Amaral e BEZERRA, Gustavo das Neves. *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. BARBOSA: Evandro. *Objetividade moral em teorias de justiça: a proposta de John Rawls*. In: Síntese: Revista de Filosofia; Belo Horizonte: FAJE, v.43, n.137, set./dez.2016, pp. 443-474.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A constituição da memória: uma perspectiva histórico cultural*. Ijuí: Ed. UNIJUÌ, 2000.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>, acesso em 01 abr. 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas* (5ª ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BORDIEU, Pierre. *A reprodução* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1992.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, M. A escrita da história. 3ª. Edição. SP: Forense Universitária, 2000.
CUNHA, Marcio Werneck da; CHAVES, Chrisiane Paiva. *Armação dos Búzios*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley. 2002.

COHEN, Joshua. *For a Democratic Society, 2000.*

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CUNHA, Marcio Werneck da. *Búzios: Armação Histórica*. (Resumo dos ensaios sobre geografia, pré-história e história do Município de Armação dos Búzios). 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S. V. (orgs). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ª. Edição; RJ: LTC, 2015.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização e as "regiões-rede"*. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2003.

HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad.: Luiz Repa. SP: Editora 34, 2009, 2ª. Edição.

LEFEBVRE, H. . *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1984.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*, 2002, v. 23, n. 78, p. 1-22, São Paulo: Educação e Sociedade, 2002/04. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. SP: Martins Fontes, 1997.

RIBEIRO, Elton Vitoriano. *Reconhecer-se reconhecido: o problema do reconhecimento enquanto questão antropológica, ética e política*. In: Síntese: Revista de Filosofia. Belo Horizonte: FAJE, v.43, n.137, set./dez.2016, pp. 387-400.

SILVA, Vera Lucia da & LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. *A Regulação Jurídica da Pesca Artesanal no Brasil e o Problema do Reconhecimento do Trabalho Profissional das Pescadoras*. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

TIMOTEO, Geraldo. *Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente*, UENF/ EdUENF 2019.

XAVIER, Marina de Aquino. *BÚZIOS: Estética, poder e território*. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.

EXERCÍCIO DOCENTE: CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM

Marli dos Reis dos Santos[1]

Este texto é um recorte da tese de doutorado e objetiva analisar e compreender a imagem construída sobre a docência pelos Professores de Matemática e Língua Portuguesa que atuam anos finais do Ensino Fundamental da rede pública da região da Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), envolvendo as cidades do litoral sul do Estado de São Paulo, Brasil. O estudo tem uma abordagem de pesquisa quali-quantitativa, estruturando-se, neste recorte, na análise dos questionários aplicados para 157 professores, sendo 90 de Língua Portuguesa e 67 de Matemática e fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais e no conceito de identidade.

Iniciando a conversa, o Brasil, desde a colonização, enfrentou e enfrenta vários desafios para desenvolver uma educação que atenda a todos os brasileiros. Ao longo de décadas, as Constituições Brasileiras de 1934, 1937, 1946, 1967 regulamentam dispositivos no intuito de promover educação a todos os cidadãos. O objetivo de ter uma educação gratuita, obrigatória, laica e para todos, sonhada pelos pioneiros da educação, e que encontrou esteio, principalmente, na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), embora estejamos, ainda, longe de alcançá-la. A Carta Magna Brasileira, de 1988, define concepções educacionais, que vislumbram a possibilidade de alcançar esse objetivo. O Art. 205, dessa Constituição, regulamenta que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Nessa Perspectiva, o Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, promoveu mudanças importantes no cenário educacional; sobretudo, no Ensino Fundamental. Surge, em 1996, a Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), considerada a terceira LDB. No bojo dessa Lei, destacamos o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Fundef (BRASIL, 1996b), que foi substituído, anos depois, pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb, em 2007, instituído pela Emenda Constitucional nº 53 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 (BRASIL, 2007) e pelo Decreto nº 6.253/2007 (BRASIL, 2007). É preciso destacar, foi aprovado o novo e permanente Fundeb -Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, sob a forma da Emenda Constitucional n. 108, de 26 de agosto de 2020, com o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), tornando-se parte permanente da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Mergulhada neste cenário, a discussão neste texto traz um pouco do que as mudanças na política educacional brasileira proporcionou à Educação básica do país, sobretudo aos anos finais do ensino fundamental no que se refere à formação de professores de Língua

[1]Doutora em Educação pela Universidade Católica de Santos-UNISANTOS- Santos, São Paulo- Brasil. E-mail- marlicubatao@gmail.com

portuguesa e matemática, objetivando analisar e compreender as representações sobre a docência dos Professores de Língua Portuguesa e Matemática, que atuam anos finais do Ensino Fundamental da rede pública da região da Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), envolvendo as cidades do litoral sul do Estado de São Paulo, Brasil.

Fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais e no conceito de identidade de modo entender a imagem construída pelos sujeitos da pesquisa sobre a profissão que exercem. Imergindo nesse universo reflexivo, percebemos, neste trabalho, que as representações sociais, manifestadas nas vozes dos professores, enveredam por um percurso, que denominamos de três "TTT": *Tempo, Tensão e Trabalho*. São momentos pelos quais passam o professor, e que trazem as vivências do dia a dia e podem direcionar o olhar e o exercício docente. Assim,entendemos que a construção identitária, balizada por meio da imagem refletidas nestes "Ts", configura-se numa quebra de"invisibilidade", que, por vezes, recai sobre o docente, estabelecendo sua relação com o mundo externo e interno à docência, e produzindo marcas representacionais que envolvem a imagem que estes sujeitos têm/fazem da profissão docente.

Para iniciar a conversa, os anos finais do ensino fundamental têm contornos particulares em relação aos anos iniciais. Há tensões, nessa fase, que envolvem: o número de professores em cada ano; a forma como cada um trabalha o componente queministra; a troca de professores a cada 50 ou 60 minutos, em um movimento mecânico; número de alunos por sala; defasagem idade/série; adolescentes necessitando trabalhar, entre outros. E, aliadas a essas questões, políticas públicas, que procuram, na meritocracia, a visibilidade para promover governos, por meio de avaliações de larga escala. Avaliações, estas, que buscam, por meio de testes padronizados, estabelecer os patamares de aprendizagem adequados a cada etapa escolar avaliada. Também é preciso pensar na formação destes profissionais. Nessa direção, juntocom Nóvoa (1995a, p. 28), entendemos que: "[...] O esforço de formação passa semprepela mobilização de vários tipos de saber: saberes de uma prática reflexiva; saberes de uma teoria especializada; saberes de uma militância pedagógica". Sobre a questão da formação do professor para o magistério no Brasil e, na direção do que vem sendo exposto, vêm à cabeça algumas questões: quais políticas educacionais estão sendo propostas e implementadas aos anos finais do Ensino Fundamental? Que políticas de formação docente, ao longo desses 10 anos, foram propostas e ou implantadas? Essas indagações penetram as vontades políticas, representadas por legislações, que os governantes, ao longo do desenvolvimento da educação no Brasil, vêm colocando em prática. Nesse sentido, a obrigatoriedade da educação básica, da pré-escola ao ensino médio, implica uma tentativa de aplicar o já preconizado pelos pioneiros da educação na década de 30: uma educação para todos. E, também, elevar a educação como direito social, conforme o Art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

> [...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Outro ponto a ser destacado, na LDB atual (BRASIL 1996), é a preconização que ela

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

estabelece sobre a educação no Brasil, apontando o regime de colaboração entrea união, os estados e os municípios. Há, para cada ente, competências e prioridades, ficando o Ensino Fundamental distribuído entre estados e municípios, mas tendo esses últimos a prerrogativa da prioridade sobre essa etapa educacional.

Assim, a Lei, ao definir que cabe aos municípios a competência prioritária para atuar nesse nível de ensino, justifica a transferência de matrículas dos Estados aos municípios e, de alguma forma, justifica, para alguns governos estaduais, a política da municipalização. Nessa linha, a Lei nº 11.114/05 (BRASIL, 2005), que instituiu o início da obrigatoriedade do ensino fundamental aos 6 anos de idade, aliada à Lei 11.274/06 (BRASIL, 2007), que altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, coloca em discussão um ponto importante para o Ensino Fundamental como um todo, trazendo, de um lado, a ideia de que "[...] não se trata de transferir para as crianças de 6 anos os conteúdos e atividades da tradicional primeira série, e sim conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos" (BRASIL, 2004, p. 17); e, por outro a necessidade de formação aos educadores para lidar com essa nova estrutura, sem que haja simplesmente uma transferência de conteúdos, antes trabalhados com alunos de 7 anos, aos alunos de 6 anos.

Observando a competência da União na organização da Educação Brasileira, verificamos, no site do MEC (BRASIL, 2018), alguns documentos, que norteiam a educação básica, tais como: a Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996); a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2010, p. 186); a Lei nº 13.005/2014 – referente ao Plano Nacional de Educação, em vigor até 2024 (BRASIL, 2014); além da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988); e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1999). Percebemos que a abrangência dessas legislações recai para a totalidade do Ensino Fundamental, sem observar as especificidades dos anos finais. As normas legais, que orientam a educação no Brasil, não indicam, de forma específica, as possibilidades de discutir a formação para os professores dos anos finais do ensino fundamental. Mesmo ao observarmos as Diretrizes Curriculares dos cursos deLetras (Res. CNE/CES nº18/02) ,o que se tem é a definição da estrutura do curso, em que se deve ser apontado o projeto pedagógico de formação, o perfil profissional, competências e habilidades; assim como os conteúdos.

Na busca por descobrir políticas específicas de formação para o professor dos anos finais do Ensino Fundamental, encontramos o Programa GESTAR II de Português e Matemática (BRASIL, 2008). Este foi ofertado mediante assinatura de convênio entre os entes federados: União, Estados e Municípios. Essa iniciativa visava a oferecer formação continuada em Língua Portuguesa e Matemática aos professores dos anos finais do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas, com a carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas a distância para estudos individuais. Objetivava discutir questões prático-teóricas de modo a contribuir para o aperfeiçoamento e autonomia do professor em sala de aula. A propostadidática incluía

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

discussões teórico-práticas, que buscavam promover o aperfeiçoamento docente. Segundo o Guia Geral do Gestar II (BRASIL, 2008), trata-se de:

> [...] um programa de formação continuada semipresencial orientado para a formação de professores de Matemática e de Língua Portuguesa, objetivando a melhoria do processo de ensino aprendizagem. O foco do programa é a atualização dos saberes profissionais por meio de subsídios e do acompanhamento da ação do professor no próprio local de trabalho. Tem como base os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática e de Língua Portuguesa dos alunos de 5a a 8a série (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental. A finalidade do programa é elevar a competência dos professores e de seus alunos e, consequentemente, melhorar a capacidade de compreensão e intervenção sobre a realidade sociocultural.

Dessa forma, as discussões em torno do Ensino Fundamental centralizam-se nos "processos de alfabetização", tendo uma vasta literatura, que analisa a criança em seu processo escolar inicial. E, quando estudam os jovens, preocupam-se em discutir as "relações e processos que permeiam o Ensino Médio", conforme sinalizou um estudo realizado em 2012 (FUNDAÇÃO CIVITA, 2012, p. 157). Parece, então, haver um consenso entre as normas legais e as pesquisas em relação aos anos finais do Ensino Fundamental ao discutir a Educação Brasileira. Ou seja, ambas demonstram que os anos finais do Ensino Fundamental, ainda, estão em segundo plano no cenário das políticas educacionais brasileiras de formação; uma vez que não contemplam as especificidades dessa etapa escolar. É preciso pontuar, ainda, que após a BNCC, há algumas iniciativas de cursos de formação, por meio da plataforma AVEMEC, objetivando discutir premissas pedagógicas e mudanças na prática educacional. A escassez de ações de pesquisa e de formação voltadas para os professores dos anos finais dessa etapa, de forma específica, promove entraves que interferem na ação do professor; inclusive, no significado que dá à docência. Olhar para essas questões, é fundamental, pois, sob as tensões que essas políticas possam provocar, os professores de Matemática e língua portuguesa podem constituir as representações sociais que compartilham em relação à docência. Assim, a formação docente, no âmbito geral, envolve formação inicial, continuada e os saberes da experiência; e, portanto,pressupõe um desenvolvimento profissional e, esse, conforme Imbernón (2002, p. 189):

> [...] não é apenas o desenvolvimento pedagógico, o conhecimento e compreensão de si mesmo, o desenvolvimento cognitivo ou teórico, mas tudo isso ao mesmo tempo delimitado ou incrementado por uma situação profissional que permite ou impede o desenvolvimento de uma carreira docente.

Nessa medida, parece que a formação docente, para esta etapa do ensino dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental, carece de relevo maior, tendo em vista a falta de orientação/formação que pode influenciar, diretamente, a ação docente, podendo gerar descompasso no processo de ensino e aprendizagem.
Assim, é preciso compreender que o desenvolvimento das práticas na docência éuma necessidade da profissão, todavia cada nível educacional exige um exercício docente

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

diferenciado, e, ao não encontrar respaldo na formação continuada, o professor dos anos finais vivenciam ambientes tensionados por agentes externos para o exercício profissional. Sendo cobrado por variadas políticas, nacionais, estaduais e municipais, que, muitas vezes, não se conversam, tendo, cada uma, diretrizes diferenciadas. Dessa forma, dependendo de como é processada essa formação, há a promoção de contextos onde imperam inquietações e produções de sentidos, que, fatalmente, incidirão sobre ocampo representacional que cada professor tem sobre a profissão que exerce.

Na sociedade contemporânea, o professor caminha no seu dia a dia estabelecendo relações, articulando questões individuais às coletivas e, nesse sentido, vivencia momentos de trocas sociais, atribui à docência significados que orientam sua ação individual ou uma referenciada pelo grupo, a que pertence .

Neste contexto, t*empo, tensão* e *trabalho* passam a ser basilares no universo vivenciado pelos professores de Matemática e Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública da RMBS e podem contribuir para uma análise sedimentada no terreno da Teoria das Representações Sociais – TRS (MOSCOVICI, 1978, 2003, 2012).

Essa Teoria é um caminho fértil para captar o pensamentoe os registros simbólicos dos sujeitos em relação à docência e, em consequência, é possível compreender que "[...] as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado" (ALVES, 1991, p. 184). Para Moscovici, nosso entendimento de mundo acontece, quando "[...] nós percebemos o mundo tal como é, e todas nossas percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase físico, em que nós vivemos" (MOSCOVICI, 2003, p. 30). Por esta razão: "[...] pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação" (MOSCOVICI, 2003, p. 41). Afirma, ainda, que as representações não são criadas por um indivíduo de forma isolada. Mas uma vez criadas, "[...] elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem" (MOSCOVICI, 2003, p. 41).Tem-se, então, o pressuposto de que representar, para Moscovici (2003, p. 216), "[...] significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presente as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e de uma integridade normativa do grupo". Com isso, entendemos que "[...] o status dos fenômenos da representação social é um status simbólico que constrói imagem, estabelece vínculo e partilha um significado" (p. 216). Nessa medida, quando entendemos que *tensão*, *tempo* e *trabalho* se constituem num cenário onde "brotam" as representações, significa que os professores agem, pensam, acreditam na docência a partir das suas vivências.

No Brasil, o professor trabalha em vários turnos e se desloca de escola para escola e, também, entre cidades. Trabalha em condições desgastantes, não só em relação ao acúmulo de aulas e/ou cargos, mas também, em espaços precários. O professor despende horas fora da escola para efetivar atividades extraclasses, tais como: preparação, correção de provas e planejamento de aulas, entre outras. O acúmulo de horas em salas de aulas, em diferentes escolas ou municípios ou, ainda, de cargos, pode ser motivado pelos baixos salários, levando o professor a prolongar seu horário de trabalho com a intenção de receber uma melhor remuneração, e, em consequência,

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

uma melhor qualidade de vida. Essas inquietações estão permeadas de desafios, que são trazidas pela necessidade, cada vez maior, de se estabelecer uma formação voltada para compreendera docência como possibilidade e como meio de se articular melhor a relação entre teoria e prática. Abdalla (2017, p.179), marcada por diferentes vozes teóricas, argumenta que "[...] a formação não só inclui uma função social de transmissão de conhecimentos,mas também desenvolve a personalidade do sujeito e suas possibilidades de aprendizagem; além de estar interligada a um contexto, ou seja, a uma estrutura organizacional". Ao pensar assim, a discussão a seguir traz agitação, desassossego ao professor e pode imprimir espaço de lutas e tensões. O acúmulo de horas em salas de aulas, em diferentes escolas ou municípios ou, ainda, de cargos, pode ser motivado pelos baixos salários, levando o professor a prolongar seu horário de trabalho com a intenção de receber uma melhor remuneração, e, em consequência, uma melhor qualidade de vida. Por outro lado, essa sobrecarga de trabalho pode gerar problemasde saúde no professor; provocar afastamentos, sufocando sua capacidade laboral e emergindo sentimentos de desilusão e desencantamento; além de prejudicar o processo ensino e aprendizagem. Essas questões sobre os professores de Matemática e língua portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental, evidência as *atitudes* que eles assumem em relação à docência; as *informações* ou *conhecimentos*, que orientam essas *atitude*s; e o *campo de representação ou imagem*, que faz emergir as representações (MOSCOVICI, 1978) sobre a profissão que exercem, demonstrando que elas são estabelecidas em meio às *tensões*, ao *tempo* e ao *trabalho* que permeiam suas vivências docentes. Depreendeu-se, então, que os sujeitos da pesquisa realizada ancoram o sentido sobre a docência em duas dimensões: pessoal e profissional. A primeira, pessoal, coloca acento na imagem que os sujeitos têm da docência de dentro para fora, carregando o sentido de aprender como um processo contínuo e, em consequência, como uma ação que enriquece a profissão e promove mudanças sociais; a segunda, profissional, seria a imagem que os sujeitos têm do exercício docente, de fora para dentro, trazendo o pensamento deles envolvido na ação de "ensinar", que se traduz em essencialidade, quando instiga transformação de vidas. Inferimos que eles que atribuem sentido e significado à docência como aquela que gesta todas as demais e que oportuniza uma formação cidadã; espaço de luta, de confrontos frente à desvalorização da profissão. Nesse sentido, os professores de Matemática e língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental da RMBS, parecem construir a imagem sobre a docência e consolidam comportamentos (atitude) frente a ela envoltos num cenário marcado por três "TTT": *Tempo, Tensão* e *Trabalho*.

Assim, *tempo, tensão* e *trabalho* são momentos pelos quais passa o professor; permeiam as vivências do dia a dia e direciona o olhar e o exercício docente.configurando-se em elementos que exprime os enfretamentos diários dos professores e o espaço onde ancoram suas representações.

Entendemos, neste cenário apresentado, que professores imprimem uma narrativa, alimentada por informações diversas, e estabelecem relações e vivências de um grupo social. Ou seja, há um compartilhamento socializado que concebe à docência uma imagem, e, a partir dela, uma conduta aceita e seguida pelo grupo.

Apesar do cenário educacional desestimulante e que vem à tona, constantemente, nas vozes dos professores envolvidos na pesquisa realizada, há um sentimento de otimismo, que ronda o universo relacional desses sujeitos. Sabem dos dilemas da

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

profissão, mas apostam que são capazes de superar, porque acreditam ser instrumentos de transformação de vidas. E, nessa medida,entendem-se como sendo responsáveis em "ajudar o aluno a ter consciência de si mesmo"; acreditam que a profissão tem "poder transformador de realidades individuais e coletivas" , e que são, para o aluno, a essencialidade, quando a entendem como "uma profissão que determina a vida de muitos pela muita ou pouca influencia que exerce em cada individuo. É também uma tomada de posição política e critica diante do mundo".

Nessa medida, o espaço onde está inserida a profissão docente rege-se por tendências das políticas educacionais das mais variadas, por necessidade de aprimoramento continuo, por expectativas da sociedade e dos próprios professores em relação à docência, marcada por uma visão idílica, de um lado; e, de outro, pela concepção de que ser professor perpassa entender que ele "[...] não é um técnico que se limita a aplicar corretamente um conjunto de diretivas, mas um profissional que se interroga sobre o sentido e a pertinência de todas as decisões em matéria educativa (GIMENO SACRISTÁN, 1999, p.76).

Isto posto, às transformações em que vive o mundo educacional coloca estes professores num contexto profissional,onde a relação com os elementos *tensão*, *tempo* e *trabalho* (TTT) marca o olhar que declinam à profissional docente, povoado por uma construção representacional de precarização, de luta, e de busca, de um lado e, de outro, pela valorização do exercício docente. Os "TTT" refletem os desafios a que estão expostos os profissionais da educação, costurando um padrão de referência interindividual na ccompreensão da docência,"[...] onde objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas" (MOSCOVICI, 1998 , p.55).

Por fim, sem pretensão de se conclusiva, os professores indicam que vivencia uma docência singular, onde, constantemente, estão envoltos em *tensões*, *tempo* e *trabalho*, lutando e confrontando políticas de desvalorização da profissão. Dessa forma, implica, então, compreender que essas *vozes* apontam para o porquê e o como esses elementos são o contorno que os direcionam a agir no mundo da docência, a pensar com é ou deveria ser o exercício da profissão docente.

Referências

ALVES, A. J. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, p. 53-61, maio 1991.

ABDALLA, M. F. B. **Formação, profissionalidade e representações profissionais dos professores**: concepções em jogo. Revista de Educação da PUC-Campinas. Campinas, v. 22, n. 2, p. 171-190, mai.-ago., 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil. 5 de out. 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 15 de julho 2022.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 de maio 2022.

BRASIL. **Lei 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 15 de julho 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 18**, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos. Acesso em: 15 de julho 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.114**, de 16 de maio de 2005**.** Altera os arts. 6º , 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 15 de julho 2022.

BRASIL. **Orientações Gerais**- Ensino fundamental de nove anos. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação Geral do Ensino Fundamental. 2004. Acesso em: 15 de julho 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.274**, de 6 de fevereiro de 2006**.**Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Acesso em: 15 de julho 2022.

BRASIL. **Lei 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n o 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revogadispositivos das Leis n os 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 de julho 2022.

BRASIL. **Programa Gestão da Aprendizagem Escolar** – GESTAR II. Guia Geral. Brasília: MEC/SEB, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 15 de julho 2022.

BRASIL. **Resolução n. 4**, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, 2010. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 13 jan. 2018.Acesso em: 15 de julho 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Acesso em: 15 de maio 2022. (PNE- 2014-2024) e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil, 26 de junho 2014. Disponível em http://www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 15 de julho 2022.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Anos Finais do Ensino Fundamental**: aproximando-se da configuração atual. Relatório Final. São Paulo: Fundação Victor Civita; FundaçãoCarlos Chagas/FCC, jul. 2012. (Documento interno).

GIMENO SACRISTÁN, J. **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In: NÓVOA, A. (Org.) profissão professor. 2 ed. Lisboa: Porto Editora, 1999, p.63-92.

IMBERNÓN. F. **Formação Docente e Profissional**: Formar-se para a mudança ea incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

NÓVOA, A. (Org..). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PIMENTA, S.G. **Apresentação à Edição Brasileira**. In: CONTRERAS, J. A Autonomia de Professores. Trad. de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-2

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

SOBRE O QUE RITUALIZAM OS MEMBROS DO HEAVY METAL NO NORDESTE DO BRASIL

Muryel Moura dos Santos[1]

Introdução

Ao longo do desenvolvimento das Ciências Sociais, vários pesquisadores desenvolveram pesquisa referentes aos rituais (enquanto uma prática social) no ocidente e oriente realizados por diferentes grupos étnicos. A análise dos rituais mostra o impacto dessas pesquisas nas Ciências Sociais ao demonstrarem o quanto da vida social é ritualizada (Durkheim, 1989), as tensões sociais (Gluckman, 1971), conflitos enquanto dramas sociais (Turner,1974) e de que maneira os rituais podem ser pensados na contemporaneidade (Segalen, 2002; Peirano, 2003). Inspirando nessas contribuições do campo das Ciências Sociais, busco analisar o show enquanto um momento ritual do grupo urbano associado a música Heavy Metal[2], conhecidos pela música e estilo de vida alternativa. Nesse ritual atento as práticas realizadas pelos membros (na condição de músico ou audiência) nos momentos de performance e sociabilidades nos espaços dos shows. A análise apresentada tem como *lócus* de pesquisa a cidade de Campina Grande-PB, nordeste brasileiro, nesses shows os ressaltam a negação ao cristianismo exortando religiões compreendidas por eles como pagãs, devotando altares e simbologias as entidades, pintam os seus rostos em preto e branco (conhecida por eles como pintura de guerra), utilizam de roupas especificas para as performances em determinadas ocasiões e dramatizam uma guerra simbolicamente aos "inimigos" como eles dizem nos shows (Olson, 2008).

O objetivo principal aqui é demonstrar de que maneira ocorrem os rituais nos shows de Heavy Metal na cidade, notadamente, se referindo ao grupo relacionado a classe trabalhadora na Europa e nos Estados Unidos – oposto ao Thatcherismo, a "Era" Regan e no Brasil com o fim da ditadura militar (Silva, 2014). Na maioria dos shows que pude participar eram compostos por jovens e adultos (homens – branco, negros e pardos – e mulheres – em maioria branca) que frequentam os shows são moradores de bairros de classe média e baixa, estudantes universitários e profissionais formais (professores universitários e secundários, concursados, engenheiros e informais (motoristas de aplicativos, vendedores produtos de informática e alimentícios). Os dados apresentados partem de uma pesquisa de campo que estou realizando desde 2015, acumulando e registrando no caderno de campo as atividades dos shows, isto é, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Por meio disso, percebi que há uma resistência as práticas divergentes ao grupo. Para isso, foco, primeiramente, nos momentos de sociabilidade dos shows para compreender a dinâmica operada por seus participantes nesses espaços sociais de encontros e depois analiso as reações e ações dos membros nesses rituais.

---

[1]Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG/FAPESP-PB, nº 1231/2021). E-mail: muryel_moura@hotmail.com

[2]Utilizo o termo Heavy Metal para se referir aos membros associados ao grupo em diferentes contextos sociais e musicais.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Sobre o que ritualizam

Nesta secção apresento algumas experiências de pesquisa em que estive acompanhando e experimentando com os membros os shows. Em meados de 2007, tive a oportunidade pela primeira vez de participar de um evento do tipo de música que foquei de analisar na cidade de Campina Grande-PB. Esse show foi marcante justamente por ser algo novo, com apresentações que foram compreendidas e aconselhadas pelos membros como chocantes, pois haviam bandas dos subgêneros Heavy, Thrash, Black e Death Metal (seguindo a ordem de estilos musicais do mais "leves" aos "extremos", termos utilizados pelo grupo). Ao chegar ao show, observei vários membros tratando uns aos outros de forma cordial em que eles expressavam uma troca de afetos entre irmãos, realçando uma broderagem (aportuguesando o termo inglês *brother*). Nessas formas de saudações e tratamento surgiam outras categorias como irmão, mano, parceiro, man, chefe, mestre e outros termos que podem variar de acordo com o contexto social e os envolvidos. Esta forma de relação de irmãos proporcionava nos momentos de sociabilidade também que os membros compartilhassem bebidas, instrumentos e algumas drogas consideradas "ilícitas"; nas performances os membros ajudavam aos músicos conhecidos sempre que surgia algum imprevisto técnico como eles se faziam presente e assistiam todas as apresentações em que tivesse algum amigo como forma de respeito; eles também faziam "participação especial" nas bandas de amigos; isso se repetia pelos músicos em palco quando eles saíam do papel de músico para audiência, pois o grupo é formado por músicos que são audiência e vice-versa, reproduzindo todo ciclo de elogios e decoro para com os demais.

A primeira performance foi da banda de Thrash Metal com a sonoridade frenética, acompanhada de guturais e gritos agudos, discursos anti sistema e anti cristianismo eram realizados entre uma música e outra pelo vocalista. Alguns membros que assistiam a performances subiam ao palco como eram convidados pelo vocalista para cantarem ou mesmo saltarem do palco a audiência; o vocalista também participava, saltava e deixava do palco para a audiência, o que poderia ser entendido como um domínio sobre o repertório musical, afinal ele retornava nas partes que ele tinha de cantar; ações estas que demonstrava também que não existiam uma barreira nítida entre aqueles que tocavam e aqueles que assistiam às performances, era uma confraternização que envolvia todos presentes ao celebrar a irmandade proporcionada pelo Metal.

A segunda banda subiu ao palco e fez a passagem de som e ornamentação do espaço, colocando um grande banner ao fundo do palco – prática regular dos músicos antes de começarem as performances. Esta banda liberou uma música de fundo e rapidamente começou a tocar, a audiência recepcionou a apresentação de forma calma com intervalos para agitação, apoiadas, em especial, pelo vocalista que solicitava a audiência bater cabeça e curtir a música – nessa performance o tema anti religião apareceu novamente.

A terceira banda a se apresentar era uma das mais esperada da noite e para mim que assistia também, pois como disse anteriormente, alguns dos meus amigos avisaram que poderia ser chocante, pelo fato de não ter assistido performances do tipo antes. Os músicos da terceira banda subiram ao palco e repetiram o processo de equalização e preparação do palco com banner e símbolos ocultista ao fundo. Todos que estavam lá observavam atentamente os músicos terminarem seus preparativos. Ao finalizarem havia sido chegada a hora da performance, as luzes diminuíram uma enorme cruz negra fora colocada na frente do palco,

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

objeto que seria logo queimado pelo vocalista munido de álcool e uma tocha em mãos cuspia fogo em direção ao objeto enquanto todos ouviam a música de fundo soar (a sonoplastia remetia a forte ventos de chuva e gritos de uma pessoa que provavelmente estava sendo pregada, uma analogia a Cristo).
Essas ações "profanas" fazia com que a audiência gritasse de euforia como forma de concordância aos atos desenvolvidos no palco. Nesse mesmo show ficou marcante os discursos do vocalista que afirmava;

- Morte ao cristianismo!
- Vamos buscar a cabeça do rei!
- Hail Satan!

Os enunciados acima foram regulares nas performances, criticando de diferentes formas a religião dominantes na cidade. Como aconteceu também na última apresentação daquela os músicos da banda de Death Metal do Sul do país, subia ao palco e preparava a apresentação – esta é uma banda de renome nacional nos circuitos musicais do *underground*. Como um rito de iniciação, essa banda também reproduzia uma música introdutória que remetia para um contexto de guerra – não irei aprofundar esses detalhes da performance aqui, ficará para outro momento. Pois parte desse ritual também se dirige aos indivíduos que tentam desvirtuar o grupo.
A regularidade dessa prática revela pelo que pude entender a partir de conversas com os membros que eles não estão somente interessados em criticar a religião mais como os membros do Metal que estão associados ao Metal cristão. Segundo eles, esses indivíduos do Metal cristão desejam cristianizar o Metal com regras religiosas e trazer a doutrina para os espaços dos shows, o que impossibilitaria toda a crítica ao cristianismo – eles já comentaram dos que os cristãos só podem tocar nos shows deles se estiverem ungidos e sem pecados, algo que era motivo de risadas e insultos.
Os adeptos do Metal cristão participam dos shows e alguns deles que são envolvidos com produção de shows dessa corrente religiosa fazem show escondido do conhecimento de seu antagônico com receio de represálias, afinal realizar, participar ou tocar num evento de Metal cristão é considerado uma afronta ao Heavy Metal. Em seus shows toda simbologia e prática é convertida ao cristianismo, as músicas são louvores, os discursos regulares são pela ordem e por Cristo e os músicos são engajados com atividades das igrejas – o que pode ocorrer também deles não terem vínculos institucionais com igrejas. De toda forma, eles passam a frequentar aos shows mesmo sendo considerados não bem vindos, pois como conta o membro Franco[3] não entende razão que leva pessoas associadas ao metal cristão frequentar os shows de Metal, local em que só existem ações contrarias a sua religião (Santos, 2021).
Isso se tornou evidente no processo de pesquisa quando os membros me revelavam em conversas paralelas às performances, que os membros se distanciavam dos adeptos do Metal cristão. Conforme apresenta a pesquisa de Wanderley em Sergipe "na identidade Metal não é suficiente vestir-se de maneira específica, mas também "ser" uma pessoa específica" (Wanderley, 2006, p: 27). Para ser esta "pessoa" é preciso um iniciar no grupo e reivindicar

[3] Emprego nomes fictícios e não cito nome das bandas como forma de manter a privacidade dos mesmos envolvidos na pesquisa.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

os dogmas, ao iniciar o individuo entende que o metal se constrói em oposição a religião dominante e assim apreenderão acerca de suas práticas sociais (Santos, 2013).
Manter os shows de Metal nesse sentido implica em ocupar os espaços de atuação e de sociabilidade – que já são marginalizados na sociedade campinense, locais sem apoio do estado – em que os adeptos do metal cristão são considerados como falsos e os do Metal como verdadeiros por estarem engajados no metal sem se corromper. Este ritual destaca a subversão como elemento principal das performances que servem para criticar as instituições sociais, religiosas ou políticas – embora esse mundo social e artístico do Heavy Metal seja dominado pelos homens, mais recentemente, as mulheres tem surgido e transformado a dinâmica entre os gêneros, fato que revela algumas modificações nos rituais dessa música com a passagem das mulheres da condição de coadjuvante para protagonista dos shows, utilizando dos mesmos elementos rituais dos homens, gerando ações e reações para com elas (Becker, 1977;Weinstein, 2000).
Foquei nessa parte apresentar resumidamente como ocorre os rituais realizados nos shows e seu caráter crítico. As performances, as canções e a estética marcada pelo preto das roupas fazem parte desses rituais e parte da busca de alguns para cristianizar, a seguir analiso esse aspecto do show.

Breviário analítico

Desde 2015, estou participando dos shows e acompanhando os membros do grupo em shows fora da cidade e nas redes sociais, desde aquele momento, observei que os membros do metal cristão sendo enunciados nos discursos dos membros. Eles sempre participam mais as margens dos eventos, interagindo com os seus pares e nunca participando dos eventos enquanto músicos, alguns deles tentam até integrar o grupo com camisas de bandas do Metal "secular", usando drogas ilícitas e bebendo ora discretamente ora explicitamente como fora de mostrar aos demais que ele pode ser incorporado e que nem tudo de sua religião ele segue ou acredita. Nos eventos eles curtem as músicas, participam dos circle pits (momento em que todos ficam correndo em círculos e se esbarrando uns nos outros) entre os seus pares, mas sempre fazem essas coisas acompanhados com receio de receberem represálias do grupo.
Os eventos de Metal são para aqueles considerados os verdadeiros e tocar nesses espaços é considerado um privilégio como é lá que se revela as desavenças e críticas aos considerados falsos. Alguns membros do Metal cristão que tentaram voltar ao metal de forma demasiada foram rechaçados e hostilizados por suas pretensões. Isso gerou tensão no grupo e tem seu peso na produção do ritual tanto para músico quanto a audiência que busca forma de se distanciar dos considerados falsos, pois são estes últimos que tentam cristianizar o espaço da imagem social que define a maneira de interagir e atuar no Metal (Goffman, 1956). A ênfase atribuída a masculinidade reforça a visão que eles seguem lutando contra o inimigo e que para isso delimitam os espaços de interação apenas entre aqueles considerados verdadeiros que honra o Metal, fato que mostra de que forma e com quem os membros se associam e desejam ser reconhecidos como produzir unidade.
Num dos momentos assistindo às performances das bandas na praça clementino Procópio (local de atividades culturais), centro da cidade ou conhecida como a praça dos *hippies*, fui informado por um interlocutor que alguns jovens que andavam em direção ao show de Metal

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

extremo realizado no antigo *Cuca* (antigo espaço cultural da Universidade estadual da Paraíba) tiveram suas camisas de Metal cristão rasgadas por membros do grupo. O grupo local não deseja ser associada a esta imagem e por isso agiram dessa maneira como forma de reagir a "profanação" e que sua identidade não pode ser relacionada a deles, segundo eles contaram. O interlocutor que havia informado desejava saber a razão que levou aquilo ocorrer e outros membros que estavam presentes informaram que o metal não é cristão e que a adoção de tais práticas era incongruente com o Heavy Metal historicamente. Se revelou a posteriori que este interlocutor simpatizava com a música do Metal cristão e depois do ocorrido ele mudou a comportamento sendo mais engajado no Metal.

Esses indivíduos adeptos do Metal cristão sabem que seus comportamentos não são bem quisto no grupo, há cartazes, vídeos e músicas destacando que eles não são bem vindos no metal, não somente eles, como aqueles simpatizantes do ultraconservadorismo, em especial, num contexto da onda conservadora sobre a cultura, alguns membros têm se declarado apoiadores dessas formas de ideologias (Sena, 2019). Para barrar esses indivíduos, os membros realizam shows fechados, no qual só pode entrar na casa de show aqueles que tiverem nome na lista de convidados; colocar avisos nos cartazes que a presença desses é proibida como os discursos que criticam e reforçam a unidade nos shows – essas situações de tensão aparecem em outros locais do país, a saber: Santos (2013) na Bahia, Wanderlei (2008) em Sergipe e Moraes (2014) em São Paulo.

Destaco que não se trata de um grupo que tem se municiado de atitudes agressivas para com o outro, mas que tais atividades ocorrem quando rompem a fronteira do ritual. Nos shows de Heavy Metal quase não há brigas ou confusões, como compartilha uma visão superficial da sociedade. Por exemplo, para participar do circle pit os indivíduos concordam em não machucarem uns aos outros, é um momento de se esbarrarem, de retirarem as energias negativas do cotidiano laboral naquele momento de maior clímax da música, diferente do que ocorre em shows de outros estilos musicais. Essas atividades empreendidas pelos membros do Heavy Metal analisado é uma demonstração do quão importante é o mundo social deles e o que eles fazem para mantê-lo e defendê-lo. Mesmo que os indivíduos tenham errado (dependendo do grau do erro) por rasgar as camisas dos jovens, o grupo os apoiará pelo fato de suas atitudes serem um reflexo da insatisfação de todos e por proteger os valores do metal.

É sobre isso que eles ritualizam de diferentes formas sociais, exaltando sempre aqueles engajados nas atividades do grupo e distanciando os considerados falsos. Conforme Gluckman (1971, p. 24) sinaliza "todo sistema social é um campo de tensões, cheio de ambivalências, cooperações e lutas contrastantes". Em especial, numa cidade marcada pelo cristianismo no contexto do avanço do conservadorismo sobre a cultura.

Informo também que os participantes desse ritual têm sido transformados, mulheres tem participado mais das apresentações, organizações de eventos e outras atividades, combatendo posturas machistas e misóginas como criticando as instituições. Em suma, esses rituais expressam diversas tensões sociais experimentadas pelo grupo frequentemente no lócus de pesquisa.

Considerações finais

O presente artigo, apresenta alguns dados de pesquisa de cunho etnográfico através dos quais estou pesquisando na cidade de Campina Grande-PB. Dois aspectos tratei aqui, o primeiro aspecto se refere a performance ocorrida no momento ritual do show modo pelo qual os

membros realizam críticas as instituições, nesse caso a religião judaica cristã e aqueles considerados simpatizantes do Metal cristão e mais recentemente dos simpatizantes de correntes políticas ultra conservadoras. O segundo aspecto, confere a análise pensando a tensão gerada a partir do tema da religião no grupo. Destacando com isso, segundo o grupo, a oposição enquanto aos temas citados e quando isso aproxima das experiências cotidianas deles se gera tensão social que é performadas e discutidas como uma luta entre as forças negras e brancas, bem e mal e outras dicotomias.

A história do Heavy Metal demonstra que o grupo esteve de diferentes formas e contextos sociais sendo crítico do *status quo* religioso e político, desde meados de 1980 diversos músicos e membros demonstraram-se anticristãos como acontece ainda na contemporaneidade. Ao longo dos anos o grupo local tem resistido contra aqueles que desejam cristianizar os palcos e espaços de sociabilidades, não somente isso, mas também tem se colocado contra ao avanço do ultra conservadorismo no Heavy Metal local – isso demonstra o progresso do conservadorismo sobre a cultura, mas estes ainda constituem uma minoria.

Referencial bibliográfico

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.1999.

BECKER, Howard. "Mundos artísticos e tipos sociais". In Gilberto Velho (org.). Arte e sociedade, ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p.9-26

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa Trad. Joaquim Pereira Neto. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1989

GLUCKMAN, Max. Rituais de rebelião no sudeste da África. Traduzido: Italo Moriconi Júnior do original: "Rituals of Rebellion in South-East Africa", in: Gluckman, Max. Order and Rebellion in Tribal Africa, Cohen & West, London, 1963 re-impressão de 1971. Brasília. Editora: UnB 2011

GOFFMAN, Erving. A representação do Eu na vida cotidiana. Petrópolis, Vozes, 1956

OLSON, Benjamin Hedge. (2008) I am the black wizards: Multiplicity, Mysticism and Identity in the Black Metal Music and Culture. USA: Bowling Green State University

PEIRANO, M. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

SANTOS, M, M. Como se faz um Headbanger? entre conversas e narrativas dos jovens Headbangers em Campina Grande. (Monografia) - Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2018

SANTOS, M, M. Shows, bandas e audiência. Uma análise microssociológica entre os Headbangers da cidade de Campina Grande-PB. Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Campina Grande, 2021

SEGALEN, Martine. Ritos e rituais contemporâneos; tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SANTOS, Taís Vidal dos. O true contra o poser: um estudo das condições e contradições de ser e fazer Metal underground na cidade do Salvador. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

SENA, R. S. Da transgressão ao conservadorismo: a escalada da extrema direita na cena metal. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019.

SILVA, Wlisses James de Farias. Heavy Metal no Brasil: Os incômodos perdedores (década de 1980). Tese de Doutorado em (História Social) da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo do Programa de Pós-Graduação em História.

TURNER, Victor. O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: vozes, 1974.

WANDERLEY, M V D. 2008. *A* Cena Metal Aracajuana: Identidade e conflitos entre grupos antagônicos. São Cristovão-AL. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal de Sergipe.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS ESPECIALIZAÇÕES ACADÊMICAS EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL

Andresa Barbosa da Silva Gouveia[1]
Thales Monteiro Ferro[2]

Introdução

O conhecimento é uma mola propulsora que impulsiona a humanidade em busca da verdade. Do latim cognescere – é o "ato de conhecer", resultado da experiência e do raciocínio humanos (LOCKE, 1996). Ele permite encontrar respostas, conhecer contextos e intervir na realidade de modo consciente. O modelo científico é uma forma de conhecimento que contribui para desvelar fenômenos complexos, trazendo respostas ao cotidiano.
O percurso das especializações acadêmicas em dependência química no Brasil reflete o interesse de profissionais por essa área do conhecimento em um período histórico em que era pouco explorada. Este artigo se tornou um capítulo do livro – 'Dependência Química: Uma história a se tratar'. Nele identificamos e registramos alguns dos agentes e instituições presentes na construção dessa história, os obstáculos enfrentados para a formação de especialistas e refletimos sobre os desafios do contexto atual para a formação de novos profissionais interessados pela temática.

Percurso Histórico das Especializações em Dependência Química no Brasil

Hoje sabemos que o transtorno por uso de álcool e outras drogas é complexo e de causa multifatorial (FERREIRA et al., 2010). O tratamento exige profissionais treinados especificamente para essa finalidade, e o diagnóstico precoce é importante para um resultado bem-sucedido.
Neste sentido, e considerando o aumento do número de casos de adoecimento por uso e abuso de álcool e outras drogas, as especializações podem funcionar como estratégia para potencializar a compreensão acerca do fenômeno e fortalecer a rede de cuidados para quem necessita de tratamento.
Para remontar a história das especializações em dependência química no Brasil, recorremos aos relatos de diversos agentes presentes na gênese de sua formação, entendendo que os depoimentos também são uma maneira de narrar o contexto histórico a partir do olhar daqueles que o experienciaram. Apesar de consultarmos alguns documentos, o principal recurso utilizado foram as entrevistas com os criadores e participantes dessa história. A cada conversa, memórias guardadas há muito tempo foram recuperadas, possibilitando revisitá-las como se fosse a primeira vez, e esse foi o grande prazer deste trabalho.

[1] Graduada em Serviço Social; Pós-graduada em Dependência Química e mestranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Pesquisadora do LaDIP (Laboratório de Diferenças Individuais e Psicopatologias/PUC-Rio). E-mail: Andresa.gouveia@gmail.com.
[2] Graduado em Psicologia; Pós-graduado em Dependência Química pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: thalesferro@gmail.com.

Quando começaram a surgir as demandas para tratamento do transtorno por uso de álcool e outras drogas, os reflexos do uso abusivo passaram a ser percebidos na vida em sociedade, isso porque "o uso de álcool, maconha e cocaína sinalizava agressões e comportamentos inadequados socialmente" (CREUSA, 2020 [informação verbal]), tornando observável o fenômeno. Aos poucos, novos casos foram surgindo nos consultórios, e os profissionais de espaços públicos e privados perceberam a necessidade de se organizar para receber pessoas que eram acometidas direta e indiretamente pelo transtorno:

> Nessa época (início da década de 70), eu fazia supervisão com o Kalina, e nesse curso começaram a aparecer os primeiros pacientes com problemas de drogas, que era maconha (PINHEIRO, 2020).
> Passei a receber pacientes com demanda de abuso de drogas, crescentemente. Não me sentia capacitada a fazer o tratamento. Apenas encaminhava. Quanto aos familiares, estressados e sofridos, passei a ter um contato terapêutico (CREUSA, 2020).

Iniciativas públicas e privadas surgiram em todo o país na tentativa de compreender e conter o crescente consumo de substâncias psicoativas. A fundação da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, em 1907 (CERQUEIRA, 2016), a criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, em 1936 (CARVALHO, 2014), e a Conferência Interestadual da Maconha, em 1946 (CARLINI, 2006), foram ações de pesquisadores que se dedicaram a conhecer a questão das drogas (SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA, 1958), reunindo esforços de alguns profissionais e instituições para dar conta do problema.

Contudo, muitos aspectos do transtorno ainda eram desconhecidos. Dessa maneira, ele foi alvo de experimentos que contemplavam os erros e acertos de quem aprende fazendo. Como pudemos perceber na fala dos entrevistados, a perícia em dependência química surgiu na contramão da normalidade – da prática à teoria. Os poucos profissionais que se interessavam pelo assunto precisaram criar uma teoria ainda inexistente. No caminho inverso é que o modus operandi foi se estabelecendo, numa época em que não havia um modelo a seguir:

> Tivemos que criar uma teoria que não existia. Fomos da prática à teoria. No caminho inverso. [...] Não existia modelo, não existia Minnesota, não existia nada. [...] Fazíamos e pensávamos. Ninguém tinha perícia. Não tínhamos nenhum maestro (KALINA, 2020 [informação verbal]).

Uma iniciativa pioneira no final da década de 1960 foi o curso oferecido pela Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, no qual o Dr. Eduardo Kalina era um dos professores. Na ocasião, ele já se destacava na Argentina pelo tratamento de adolescentes com problema de dependência de drogas. O convite surgiu após o Congresso Psicanalítico Latino-Americano realizado em 1964, por iniciativa do professor Fábio Leite Lobo, então diretor da instituição. O argumento para o convite foi a urgência de apropriação do tema pelos psicanalistas e o fato de não haver quem os ensinasse. O curso acontecia num fim de semana por mês e teve a duração de 1 ano:

> Surgiu essa oportunidade e eu me inscrevi no curso [...]. O curso não era barato [...]. Se você tivesse paciente, podia se candidatar à supervisão em grupo, no período da tarde. A turma de que eu participei tinha cem alunos e era feita [sic] no anfiteatro do Colégio Brasileiro de Cirurgiões (PINHEIRO, 2020 [informação verbal]).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

No final da década de 1970, o médico brasileiro Sérgio de Paula Ramos trouxe dos EUA o primeiro modelo estruturado para tratamento da dependência química – o Método Minnesota. Profissionais e instituições passaram a utilizar o modelo para tratar seus pacientes. Apesar de alguns profissionais da saúde considerarem o método "sem fundamentação científica" (PINHEIRO, 2020), ainda hoje reconhecem sua relevância no approach de tratamento em rede, além da importância como ponto de partida para a compreensão de um construto que crescia naquele período histórico com tão poucas informações sobre o que se desejava conhecer.

Havia uma necessidade de capacitação na área, mas no Brasil eram escassos os canais de informação sobre dependência química. Durante as entrevistas para a escrita deste artigo, constatamos que um dos poucos espaços que ensinavam sobre o assunto era o curso de inverno oferecido pelo Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre. A primeira turma foi formada em 1985. Entre os profissionais entrevistados que se deslocaram para o Sul a fim de se aprofundarem no tema estavam Luiz Guilherme Rocha Pinto, Magda Vaissman e Cláudio Jerônimo:

> Eu me lembro que eu fui fazer o curso com o Sérgio de Paula Ramos, no Sul, porque não tinha curso no Rio (VAISSMAN, 2020 [informação verbal]).
> O único lugar melhor que tinha curso no Brasil. Essa era a especialização. Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre. [...] eu fiz estágio lá (JERÔNIMO, 2020 [informação verbal]).

Mesmo as graduações em medicina não exploravam essa temática. "A formação era extremamente insuficiente", disse Marcelo Cruz em sua entrevista. O Dr. Luiz Alberto Pinheiro, da segunda turma de psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formado em 1969, relatou que a única disciplina dedicada a tratamento existente na época era Psicoterapia; e as informações que recebiam sobre as drogas abrangiam somente o alcoolismo, mas sem muita profundidade.

Segundo Cláudio Jerônimo, que se formou pela Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) em 1995, o currículo do curso de medicina só mudou quando ele já estava no terceiro ano, ou seja, em 1992. Foi então que ele passou a ter aulas sobre dependência química, na disciplina de Teoria Psiquiátrica. No entanto, no estágio de psiquiatria, iniciado no quinto período, o contato com a dependência química ainda era pequeno.

A literatura brasileira também era restrita. Como disse a professora Eliana Freire:

> No início da década de 80, a bibliografia da área era toda estrangeira, com raras exceções, como o excelente livro Alcoolismo hoje, de Sérgio de Paula Ramos e José Manoel Bertolote. Mais tarde, vieram as publicações em português de Eduardo Kalina (Argentina) e Olievenstein (França) (FREIRE, 2020 [informação verbal]).

Nesse contexto de difícil acesso ao conhecimento, os grupos de estudo tornaram-se uma alternativa para os profissionais da saúde que desejavam entender mais sobre a questão do álcool e do alcoolismo:

> No final de 80, eu entrei em uma enfermaria que era só para dependentes (90% álcool). Era como se fosse um hotel para alcoólatra. Ninguém queria cuidar, e eu vi nisso a oportunidade de estudar. Falei com uns amigos, e toda terça nos reuníamos depois do almoço. Assim se formou o Grea (Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool), que depois se transformou em Álcool e Drogas, mas não mudamos a sigla porque já estava na praça (ANDRADE, 2020 [informação verbal]).

Praticamente na mesma época e com o mesmo objetivo, também foi criado o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Alcoolismo (Grineaa), que se transformou em Associação Brasileira de Estudos do Álcool e do Alcoolismo (Abeaa) e desde 1989 é conhecido como Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras Drogas (Abead). A Abead destacou-se "organizando congressos com convidados nacionais e internacionais, divulgando trabalhos de revistas especializadas" e contribuindo para a expansão e disseminação do conhecimento:

> Aprendi nos congressos, lendo, fazendo, e ao mesmo tempo na minha própria terapia. Não tive um curso em que eu sentava em uma sala e alguém me trazia o conteúdo (FREIRE, 2020 [informação verbal]).
> Eu me lembro que o primeiro congresso na área de álcool e drogas a que fui foi na Abead, por volta de 1995 (VAISSMAN, 2020 [informação verbal]).
> Meu primeiro congresso da Abead foi em 1999. Estava todo mundo lá, todo mundo [...] Uma série de discussões, eu vi o Marlatt falando aqui no Rio nesse congresso (CRUZ, 2020 [informação verbal]).

Para muitos profissionais, os congressos eram a única opção para o aprendizado. Como comenta Marcelo S. Cruz:

> [...] a insuficiência da formação nas áreas da saúde para trabalhar nessa clínica fazia com que os profissionais não se sentissem capacitados para atender pessoas com problemas com drogas, e isso prejudicava a qualidade da assistência ofertada (CRUZ, 2020 [informação verbal]).

Os congressos caracterizavam-se como espaços para a troca de experiências e informações e como um despertar de conhecimento para muitos profissionais. O professor Luiz Guilherme Pinto lembra que em alguns congressos da Abead eram oferecidos cursos ministrados por expoentes na área da dependência química, como os professores Ronaldo Laranjeira e Sérgio de Paula Ramos e Neliana Buzi Fligie e Mauro Soibelman em 1995 e em 2001, respectivamente. O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (Nepad), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), criado em 1986, também assumiu uma posição de liderança na realização desses eventos e posteriormente na oferta de serviços e na publicação de livros.
Entendendo a ausência de conhecimento na área da dependência química no Brasil, muitos profissionais partiram para o exterior em busca dos programas inovadores oferecidos por algumas universidades. As duas mais cogitadas nos EUA eram a Harvard University e a Johns Hopkins University – esta última com uma preocupação legítima de difundir pelo mundo o conhecimento que produzia, lançando, então, um programa por meio do qual 15 países em desenvolvimento puderam enviar representantes para receber treinamento e, mais tarde,

compartilhar com seus pares o conhecimento adquirido. Nesse programa, o Brasil foi representado pelo Dr. Arthur Guerra de Andrade, que reconheceu a importância da oportunidade, uma vez que mesmo a experiência em Hopkins estava apenas começando – "tateava, era curioso, pesquisava, olhava".

Ao perceberem a deficiência do ensino nessa área e inspirados pelas experiências dos outros países, alguns profissionais retornaram ao Brasil com a certeza de que precisavam oferecer alguma proposta que lhes possibilitasse repartir o conhecimento e alterar o contexto de desinformação sobre o assunto. O crescimento do número de casos de uso de substâncias psicoativas só evidenciava essa necessidade. A urgência de uma especialização em dependência química foi se tornando cada vez mais explícita. "A patologia se intensificava, as drogas se ampliavam", como nos disse Teresa Creusa, e o nível de trabalho exigido por essa clínica demandava profissionais habilitados, mas que estavam carentes de informações.

Instituições Brasileiras Pioneiras em Especializações em Dependência Química no Brasil

É nesse contexto que surgem as primeiras especializações em dependência química no Brasil. Tivemos a oportunidade de entrevistar profissionais que participaram da gênese de algumas dessas especializações no final da década de 1990 e no início do século XXI. As instituições e os profissionais citados foram pioneiros nesse movimento acadêmico, inicialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Alguns cursos citados existem ainda hoje, formando continuamente profissionais e pesquisadores na área.

No Rio de Janeiro, a Universidade Estácio de Sá foi, em 1998, uma das primeiras a criar uma especialização em dependência química. Somente após longo período de trabalho no Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Ipub), incentivada pelo saudoso professor João Ferreira da Silva Filho, então diretor acadêmico da instituição, a se debruçar na temática do alcoolismo, a Dra. Magda Vaissman decidiu apresentar uma proposta para a criação desse curso. Vale ressaltar que durante o tempo em que trabalhou no instituto, ela organizou com outros profissionais o primeiro projeto de saúde dos servidores da UFRJ para tratamento e reinserção dos trabalhadores dependentes de álcool e outras drogas.

Diante da visibilidade do programa, na ocasião o reitor da universidade proibiu a venda de álcool dentro do campus, dando destaque ao tema alcoolismo e despertando o interesse de outros profissionais pelo assunto. Dessa maneira, o Ipub tornou-se uma incubadora para muitas dissertações de mestrado na área. Portanto, a iniciativa para a criação da pós-graduação na Estácio só aconteceu anos depois, como resultado do amadurecimento profissional e da percepção sobre o interesse das pessoas em se especializarem no assunto. A Dra. Magda pensou, então, que seria uma maneira de viabilizar a transmissão do conhecimento, o que a estimulou a fundar e coordenar o curso durante aproximadamente 5 anos.

No final do século XX, também no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR) inaugurou um curso de especialização, motivado pelo contexto sociopolítico de ampliação do consumo de drogas na cidade e a associação do uso à formação de quadrilhas. Coordenada pela Dra. Adelina Helena Lima Freitas, o currículo da especialização recebeu forte influência da psicanálise, inclusive no direcionamento teórico, a começar pelo nome do curso – Drogas: tratamento e prevenção.

O Dr. Luiz Alberto Pinheiro Freitas, marido da saudosa professora Adelina, acompanhou todo o processo de criação dessa pós-graduação e gentilmente nos concedeu uma entrevista, na qual relatou que o IBMR se inspirou no mestrado criado pelo Dr. Kalina no Instituto de Drogadependência da Universidad del Salvador, de Buenos Aires, em conjunto com a Universidad de Deusto, da Espanha, onde ambos tiveram a oportunidade de estudar. Um dos principais desafios percebidos por ele na implantação dessa especialização era conseguir promover nos alunos a consciência de que era preciso uma formação teórica consistente para que eles pudessem justificar sua prática profissional, já que alguns estavam em busca de uma formação mais pragmática. Essa preocupação teórica esteve presente desde o início do curso.
Em 2002, com o incentivo do professor João Ferreira da Silva Filho, foi criada no Rio de Janeiro a especialização Assistência a usuários de álcool e drogas, do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, que até 2020 ainda era coordenada pelo Dr. Marcelo Santos Cruz, um de nossos entrevistados. Em seus relatos, Santos Cruz declarou que sua preocupação, desde que começou a atender pessoas com problemas com drogas, era a insuficiência da formação dos profissionais para exercício dessa clínica. Ele mesmo não se sentia capacitado e percebia que outros profissionais também não. Essa percepção resultou em sua tese de doutorado, defendida em 2001, sobre a formação dos profissionais de assistência a usuários de drogas. A preocupação com a assistência e a formação resultou na criação do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas (Projad), em 1996, e posteriormente na criação da especialização –- desde então, seguem formando especialistas nessa área.
Em 2008, a PUC do Rio de Janeiro formou sua primeira turma de pós-graduação em dependência química. Por solicitação da própria instituição, as doutoras Teresa Creusa e Eliana Freire apresentaram um projeto para implantação do curso, que foi construído com a colaboração dos profissionais que elas convidaram para lecionar, posteriormente, tornaram-se coordenadoras.

> A ideia era que nossas disciplinas variassem desde o foco nas patologias até os usos sociais de substâncias, fossem elas legais ou ilegais (FREIRE, 2020 [informação verbal]).

Cabe salientar que em 1985 a PUC-Rio inseriu uma disciplina sobre álcool e drogas no currículo da graduação em psicologia, num momento em que o tema ainda era tabu dentro e fora da universidade. Eliana Freire foi a professora escolhida pelo Dr. Bernard Rangé, diretor do departamento na época, para dar aulas nessa disciplina.
Contudo, embora a iniciativa tenha possibilitado a discussão acadêmica sobre o tema, um dos obstáculos enfrentados na implantação da especialização em dependência química retrata o panorama social de preconceito em relação ao transtorno. A instituição não permitiu que o Serviço de Psicologia Aplicada (SP) atendesse dependentes químicos, considerando que eles poderiam causar danos ao frequentarem o espaço privado. Dessa maneira, os pacientes eram encaminhados para serviços externos, e os estágios aconteciam fora da universidade. Atualmente, esse obstáculo foi superado, e as pessoas com transtorno por uso de substâncias que desejam tratamento podem ser atendidas dentro do campus pelos estagiários da pós-graduação em dependência química.
Em São Paulo, uma das instituições pioneiras na implantação de especialização em dependência química foi a Unidade de Pesquisas em Álcool e Drogas (Uniad). O professor

e doutor Ronaldo Laranjeira retornou da Inglaterra em 1994 e, com John Dunn, criou a instituição, contando com o apoio do Departamento de Psiquiatria da Unifesp, que funcionou até 1996 dentro do Complexo Hospitalar São Paulo, com o objetivo de atender funcionários que apresentavam problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas.
Em 1999, ambos – Laranjeira e Dunn – decidiram montar o curso de especialização com base na experiência obtida com os cursos de dependência química realizados na Inglaterra. Segundo Cláudio Jerônimo, aluno da primeira turma e um dos futuros professores, eles recorriam à restrita literatura em português durante a pós-graduação: "A ideia do curso era fixar bastante a teoria da dependência química, baseando-se em evidências" (JERÔNIMO, 2020 [informação verbal]).
Jerônimo afirma que o professor Ronaldo era um visionário que acreditava ser possível mudar as coisas através da educação e desejava instruir formadores para que ainda mais pessoas fossem alcançadas pelo conhecimento. O curso presencial evoluiu para on-line poucos anos depois, tornando-se o primeiro curso virtual do Brasil. Na versão on-line, Cláudio Jerônimo foi responsável pela organização do conteúdo com a validação do professor Ronaldo. Essa modalidade possibilitou que fosse alcançado um público ainda maior.
Inegavelmente, a falta de acesso ao conhecimento foi um dos maiores desafios enfrentados pelos profissionais que decidiram se debruçar sobre a temática da dependência química. Praticamente todos os entrevistados relataram a falta de literatura traduzida para o português, assim como de cursos de capacitação e especializações na área. Alguns decidiram lançar-se em estudos fora do país para capacitação pessoal, mas também para amadurecer a ideia de trazer para o Brasil conhecimento suficiente para a especialização de outros profissionais. Esses pioneiros enxergavam na educação a possibilidade de alterar a percepção da realidade para que pudessem nela intervir e modificá-la.

Desafios para as Especializações em Dependência Química no Contexto Atual

Em todo esse percurso, as especializações em dependência química superaram diferentes obstáculos. O Dr. Marcelo Cruz nos convidou a um resgate histórico que aponta para a ampliação dos serviços públicos e profissionais capacitados, a mudança da mentalidade das pessoas em relação ao álcool e às outras drogas, o financiamento de pesquisas, a chegada de novas medicações e, principalmente, o crescimento do conhecimento sobre a temática em todas as áreas.
A Dra. Neliana Buzi Figlie (2020 [informação verbal]) também fez referência ao surgimento de novas abordagens psicoterapêuticas como uma grande evolução: "Na minha época, era só a psicanálise, agora temos a terapia cognitivo-comportamental de terceira onda." O professor Luiz Guilherme da Rocha Pinto apontou para os avanços na compreensão dos estágios motivacionais e comorbidades associados ao distúrbio. A abertura para o diálogo sobre dependência química, o acesso a computadores e à internet e o aprimoramento do ensino ofertado também foram avanços relatados por Cláudio Jerônimo, Luiz Guilherme e Arthur Guerra. Para o futuro, novos desafios se apresentam e é possível tentar vislumbrá-los, mantendo em mente que só é possível lidar com todos eles por meio de atualização e aprendizado constantes.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), em parceria com os países-membros, aborda a questão das drogas de maneira multifacetada, sugerindo que somente a partir de uma ação conjunta das diversas políticas públicas, coordenando as áreas da saúde, educação, assistência social, segurança e economia, será possível pensar em estratégias que consigam solucionar o problema.

No Relatório Mundial sobre Drogas que o UNODC produz anualmente são apresentados dados e análise sobre a produção e a demanda das drogas ilegais no mundo, apontando tendências, propostas e desafios para o problema. No relatório de 2019 foi estimado que "aproximadamente 585.000 pessoas morreram e 42 milhões de anos de vida saudável foram perdidos como resultado do uso de drogas" (UNODC, 2020).

O transtorno por uso de substâncias deve ser entendido como um problema complexo, multifatorial (FERREIRA, 2010) e crônico, e se valer de diferentes disciplinas para sua apreciação significa considerá-lo em sua totalidade. "Ter olhares diferentes para o mesmo fenômeno" (FREIRE, 2020 [informação verbal]) é imprescindível para a prestação de uma assistência de qualidade àqueles que necessitam de tratamento.

Nesse sentido, um dos desafios é que as graduações dos profissionais que podem interagir com a temática em algum momento durante sua atuação profissional contemplem em seu currículo oficial disciplinas que abordem a dependência química. Da mesma maneira, esse currículo precisa ser atualizado frequentemente, acompanhando os achados científicos, apresentando novas tendências e possibilitando que os profissionais elaborem uma análise crítica e façam uma escolha criteriosa a partir do conhecimento obtido, como sugere a Dra. Teresa Creusa.

Quando o tema não é abordado durante as graduações de diferentes áreas do conhecimento que interagem com esse fenômeno, os profissionais encontram maior dificuldade para identificar o problema ou, quando o identificam, levam mais tempo para saber como lidar com o usuário, uma vez que não foram preparados para isso (BOEKEL et al., 2013).

Outro aspecto que merece destaque é que "durante muito tempo, o tratamento do transtorno por uso de substâncias foi médico-hospitalar, com foco prioritário nas internações, pois não havia uma abordagem multidisciplinar" (ANDRADE, 2020 [informação verbal]). Ao concebermos que o transtorno é multifatorial e complexo, concluímos que existem implicações para a elaboração de políticas públicas e serviços de atendimento a esse público que demandam a participação de várias áreas de conhecimento. Considerar a necessidade e a relevância da abordagem multidisciplinar na construção do currículo das especializações em dependência química, proporcionando maior interdisciplinaridade e comunicação entre as áreas, é fundamental para promover uma capacitação mais eficiente dos profissionais que compõem as equipes de trabalho, resultando numa assistência mais qualificada para o público em questão.

Ainda quanto ao currículo das especializações, devemos considerar que muitas são as dificuldades para a elaboração de um diagnóstico e tratamento efetivos da dependência química. As barreiras – cognitivas (que se impõem pelar falta de conhecimento acerca da variedade de sintomas e diagnósticos diferenciais), atitudinais (por uma visão negativa sobre o usuário e o tratamento), de comunicação (resultantes da resistência dos dependentes químicos ao tratamento, tendendo a provocar respostas menos acolhedoras em alguns profissionais) e conceituais (por acreditar que o diagnóstico e o tratamento são ineficazes ou impossíveis) – se interpõem contra a oferta de tratamento para quem dele necessita. Somente

a partir de um currículo que disponibilize conhecimento teórico e técnico e provoque, por meio de suas disciplinas, ampla discussão sobre os aspectos e características do transtorno, possibilitando a desconstrução dos estigmas que emolduram o fenômeno, será possível eliminar ou reduzir essas barreiras (CLARK, 1981).

No currículo, além das disciplinas de saúde, a inserção de conteúdos sobre políticas econômicas e de segurança é algo que deve ser considerado diante do novo cenário que se apresenta de descriminalização e legalização de algumas substâncias. Esse cenário traz em seu escopo a construção de novas leis e o surgimento de novas drogas, alterando a dinâmica da oferta e da procura, a associação com o tráfico, o fluxo de mercadorias, a disputa de territórios, facções criminosas etc. Todas essas dimensões fazem parte do problema e devem ser consideradas de grande importância no processo de construção do currículo das pós-graduações em dependência química. Entender tais dinâmicas é mais um objetivo relevante para as especializações que capacitam profissionais na área, independentemente de sua atuação.

O Dr. Cláudio Jerônimo também chama nossa atenção para a necessidade de investimento em treinamento de gestores dos serviços especializados em dependência química. Quanto mais um profissional se especializa, maior a probabilidade de ocupar cargos de gestão. Como ele ressalta "[...] não adianta colocar pessoas bem-informadas em serviços desorganizados. São talentos subaproveitados." (JERÔNIMO, 2020 [informação verbal]). Ele percebe que, apesar do aumento expressivo da oferta de serviços e da ampliação do acesso, a qualidade desses serviços ainda precisa melhorar significativamente, e isso tem relação direta com a maneira como eles se organizam. Por entender que esse é um desafio para a atualidade, desde 2018 o curso de especialização da Uniad evoluiu para um MBA de dependência química.

Por último, e talvez o maior desafio, resta a superação de um antigo conhecido: o preconceito. Todos os entrevistados relataram como, ao longo de suas trajetórias profissionais, tiveram de lidar com o preconceito, seja advindo do senso comum, seja oriundo de colegas da profissão.

O Dr. Marcelo Cruz relatou que certa vez ouviu de um médico residente a seguinte frase: "Eu não atendo usuário de drogas." Ele ressaltou que o preconceito era passado pelo corpo docente, que não era capacitado e por isso acreditava que o transtorno era um problema de caráter, e os maus-tratos uma forma de punir as pessoas que sofriam dessa disfunção por seu mau comportamento.

Sabemos que, apesar dos avanços na compreensão do transtorno por uso de substâncias, muitos ainda são os estigmas a ele associados e aos que são acometidos por esse distúrbio. As discussões no ambiente acadêmico com o objetivo de mudar atitudes e comportamentos, bem como o contato direto com usuários por meio dos estágios e grupos de mútua ajuda, podem minimizar essa crença (RONZANI et al., 2015). Transpor o preconceito é um desafio diário que deve ser objetivo dos profissionais que trabalham na área, e o conhecimento é uma das maneiras de combatê-lo:

> As especializações também são uma oportunidade de minimizar bastante o preconceito. Apropriar-se dos saberes dá aos profissionais condições de interferir na realidade por meio do seu conhecimento tanto através de sua prática de trabalho quanto nas relações sociais, afetivas e familiares, utilizando seus argumentos e reduzindo o preconceito (CREUSA, 2020 [informação verbal]).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

> Além de estudar e divulgar o conhecimento nessa área, eu tinha mais um objetivo: reduzir o preconceito sobre o tema. Desejo muito que outras pessoas possam ser aceitas e ajudadas. Outra paixão! No início sempre batalhei sobre o preconceito; se a disciplina tinha a ver com álcool e drogas, eu fazia questão de me apresentar como alcoólatra. "Isso não dá em poste. Dá em psicólogo, dá em professor", eu dizia (FREIRE, 2020 [informação verbal]).

Cada um desses apontamentos demonstra a necessidade e a relevância das especializações em dependência química. A formação de qualidade possibilita uma prática profissional pautada em evidências científicas em todos os contextos de atuação e promove a ampla disseminação do conhecimento sobre aspectos e características do transtorno, a prevenção e o tratamento, resultando em serviços de assistência qualificados e na redução do estigma contra pessoas que fazem o uso e/ou têm transtornos dele decorrentes.

> Penso que os desafios são ter coragem para avaliar os próprios cursos e tentar inovar no que for possível, como nós estamos fazendo com a prevenção na pós-graduação em dependência química da PUC-Rio. (PINTO, 2020 [informação verbal]).

Considerações Finais

Neste artigo reunimos depoimentos de profissionais que nas últimas décadas vêm construindo a trajetória histórica das especializações em dependência química no Brasil. Ao longo desse percurso, o conhecimento foi o grande guia, conduzindo os viajantes a lugares inexplorados. Motivados pelo desejo de conhecer a realidade além do que é observável a olho nu, homens e mulheres se debruçaram sobre a temática e fizeram história.

A "sede de saber 'monstra'", relatada por Eliana Freire acerca de si mesma, parece ter sido compartilhada com os demais profissionais entrevistados, levando-os a empreender tempo e recursos dentro e fora do país para desvelar os enigmas do transtorno por uso de substâncias. Ainda hoje o conhecimento parece ser a grande motivação que conduz pessoas na busca pelas especializações.

Podemos concluir que as especializações em dependência química tiveram importante papel na disseminação do conhecimento relativo a essa área e ainda carregam um grande potencial, desde que sejam criteriosas na elaboração de seus currículos e na escolha dos profissionais que irão divulgar as informações. Vale ressaltar que, apesar dos avanços alcançados pelas especializações ao longo dos anos, os desafios que surgem diariamente não podem ser negligenciados para que não haja retrocessos, lembrando que só a atualização e o aprendizado constantes permitirão a superação dos obstáculos que se apresentam no caminho.

Por fim, registramos aqui nossa imensa gratidão a quem hoje colhe os frutos da dedicação e paixão de cada um desses agentes históricos. Evidentemente, também a todos aqueles que desempenharam papéis igualmente importantes e pioneiros e que não tivemos a oportunidade de entrevistar.

Encerramos com uma frase sempre ouvida em grupos anônimos e que nos mostra o valor de continuarmos a nos dedicar e nos manter no caminho com um olhar para o futuro: "Mais será revelado"; pois, como disse nossa querida Eliana Freire: "o conhecimento é eterno" e inesgotável.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, A.G. Depoimento [06 out. 2020]. Entrevistador: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (55 min) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

ARAÚJO, M.R.; MOREIRA, F.G. História das drogas. In: SILVEIRA, D.X.; MOREIRA, F.G. Panorama atual de drogas e dependências. São Paulo: Atheneu, 2006: 9-14.

BRASIL. Ministério da Saúde. Serviço Nacional de Educação Sanitária. Maconha: Coletânea de Trabalhos Brasileiros. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/maconha_coletania_trabalhos_brasileiros_2ed.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

CARLINI, E.A. A história da maconha no Brasil. J Bras Psiquiatria [online] 2006; 55(4):314-7. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852006000400008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 set. 2020.

CARNAÚBA, V.; COCOLO, A.C. Drogas: um desafio do século XXI. Revista Entreteses, São Paulo, 6. ed, jun. de 2016.

CARVALHO, J.C. A criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes: Institucionalização e internalização do proibicionismo no Brasil. Inter-Legere. Revista do PPGCS/UFRN. Natal, RN, n.15, jul./dez. 2014, p.15-38.

CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas). UNIFESP – Escola Paulista de Medicina. Cocaína. Disponível em: <https: //www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/quest_drogas/cocaina.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

CERQUEIRA, E.C.B. A fundação da primeira sociedade brasileira especializada em medicina mental. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2016. Disponível em: http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_ede_cerqueira.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

CLARK, W.D. Alcoholism: blocks to diagnosis and treatment. The American Journal of Medicine 1981; 71(2):275-86.

CRUZ, M.S. [31 ago. 2020]. Entrevistadores: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (50min.) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

ESCOHOTADO, A. Historia de las drogas. Madri: Alianza, 1996.

FERREIRA, T.C.D. et al. Percepções e atitudes de professores de escolas públicas e privadas sobre o tema drogas. Interface – Comunicação, Saúde, Educação jul./set.2010; 14(34):551-62.

FREIRE, E. Depoimento [27 ago. 2020]. Entrevistadores: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (90 min) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

FREITAS, L.A.P. Depoimento [28 ago. 2020]. Entrevistadores: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (100 min.) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

FIGLIE, N.B. Depoimento [06 out. 2020]. Entrevistadores: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (40 min.) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

JERÔNIMO, C.S. Depoimento [11 set. 2020]. Entrevistadores: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (55 min) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

KALINA, E. Depoimento [20 set. 2020]. Entrevistadores: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (85 min.) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

LARANJEIRA, R.R.; MADRUGA, C.S.; MASSARO, L. Drogas sintéticas: uma nova ameaça à saúde pública. Revista Entreteses, São Paulo, 6. ed., jun. 2016.

LOCKE, J. An essay concerning human understanding. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1996: 33-6.

NATIONAL INSTITUTE OF DRUG ABUSE: NIDA. Info Facts: Crack and Cocaine, April, 2008.

NEGREIROS, T.C.G.M. Depoimento [24 ago. 2020]. Entrevistadores: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (45 min.) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

NIEL, M. Aspectos históricos sobre o uso de drogas. In: Dependência Química – Prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed, 2011: 620-3.

NOTO, A.R. Drogas sintéticas: festas rave estimulam uso entre jovens. Revista Entreteses, São Paulo, 6. ed., jun. 2016.

PERRENOUD, L.O.; RIBEIRO, M. Etiologia dos transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. In: Dependência química – Prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed, 2011: 43-8.

PINTO, L.G.R. Depoimento [23 ago. 2020]. Entrevistadores: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (60 min.) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

RONZANI, T.M. et al. Reduzindo o estigma entre usuários de drogas: guia para profissionais e gestores. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015: 24.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). World drug report 2020. United Nations Publications, 2020. Disponível em: https://wdr.unodc.org/wdr2020/field/WDR20_Booklet_2.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). World drug report 2019. United Nations Publications, 2019. Disponível em: https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR19_Booklet_1_EXECUTIVE_SUMMARY.pd>. Acesso em: 25 set. 2020.

VAISSMAN, M. Depoimento [22 set. 2020]. Entrevistadores: Andresa Barbosa da Silva Gouveia e Thales Monteiro Ferro. Rio de Janeiro. 1 arquivo mp4 (64 min) Entrevista concedida para o livro Dependência química: uma história a se tratar.

VAN BOEKEL, L.C.; BROUWERS, E.P.M.; VAN WEEGHEL, J.; GARRETSEN, H.F.L. Stigma among health professionals towards patients with substance use disorders and its consequences for healthcare delivery: systematic review. Drug Alcohol Depend 2013; 131(1-2):23-35.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA: ENTRE A PRÁXIS HISTORIADORA E O EXCLUSIVISMO DA PEDAGOGIA

Martinho Guedes dos Santos Neto[1]
Cláudia Cristina do Lago Borges[2]

Introdução

Uma das problemáticas da formação de professores tem sido a articulação e/ou vinculação do processo formativo com a prática cotidiana da sala de aula, na perspectiva de que a prática docente seja, também, fomentadora da pesquisa. Para os professores de história essa vinculação se propõe a ser entendida como *práxis,* cujo objetivo seja tornar mais significativa a aprendizagem da história na sala de aula.

Da experiência vivenciada nas licenciaturas em História, entendemos que a formação do professor não deve ser pensada na mera reprodução de conteúdos, mas deve articular as experiências humanas no tempo (passado e presente), buscando compreender como os indivíduos sociais construíram ideologias, costumes, moral, religião e as condições da vida em sociedade. Por isso a história é fundamental, uma vez que, possibilita perceber o movimento e a diversidade entre grupos e sociedades nos espaços e tempos diversos (GUIMARÃES, 2003).

De forma inconteste, a história está acompanhada de uma movimentação dinâmica da sociedade e suas especificidades, e isto se percebe desde as sociedades mais remotas até a nossa globalizada. Para isso, o estudo da história se faz necessário na medida em que se problematizam as condições sócio-ideológicas do homem. Assim, quando nos referimos a história ensinada na sala de aula, entendemos que este ensino deve propor uma discussão ampla, questionadora do passado e com vistas a construir, no presente, os pressupostos da cidadania ativa, crítica e socialmente consciente do papel de cada indivíduo no *corpus* social.

As assertivas acima nos indicam os caminhos que seguiu a História enquanto ciência e saber escolar, deixando de ser narrativa para se constituir como questionadora e reflexiva, de ser heroica para ser movimentada em meio à diversidade dos sujeitos históricos. Mas esses movimentos questionadores do conhecimento histórico demandam uma prática investigativa, o que exige o rompimento do mero modelo narrativo, caso contrário, voltamos ao paradigma positivista da produção histórica, reproduzido tanto na pesquisa quanto no saber escolar. Portanto, o ensino deve assumir um caráter investigativo e a prática reflexiva para, também, produzir conhecimento.

No Brasil, a formação de professores do ensino básico perpassa por questões amplas, as quais devem ser discutidos não só os conteúdos específicos de cada área, mas exige-se o conhecimento sobre estruturas curriculares, fundamentos educacionais, política e gestão escolar, metodologias de ensino etc. Sem dúvida, o debate é amplo, mas, neste breve espaço de discussão, nosso foco se dará a partir de duas vertentes, e, apesar de parecerem independentes, percebemos que, no campo do ensino de História, eles se tornaram

[1] Professor Dr. da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: martinho.ufpb@gmail.com
[2] Professora Dra. da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: claudialago.rn@gmail.com

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

intrínsecos, ou seja, enquanto os cursos de formação têm passado por adequações nas suas estruturas curriculares, em busca de definir o perfil profissional dos estudantes da graduação, essa formação cada vez mais se aproxima da pedagogia e se distancia do perfil do historiador. Baseado nessa dualidade, nosso questionamento é: afinal, que professor de História devemos formar? Que domine os conceitos da pedagogia ou que compreenda a práxis do historiador na sua concepção ampla? Partindo de uma análise crítica das diretrizes normativas que orientam a formação do historiador e a de professores, e confrontando-as com a autonomia institucional dos cursos de licenciatura em História no Brasil, nosso objetivo aqui é trazer uma discussão sobre a formação do professor historiador, diante da diversidade estrutural curricular e da concepção da área de Ensino de História como fomentadora da práxis profissional. E como objeto de análise, apontamos aqui como os cursos de formação continuada, dentre eles os mestrados profissionais, podem ser propositivos aos professores do ensino básico e definidores no exercício da docência em História.

O trabalho, a pesquisa e a prática de ensino em História

Desde a década de 1930 que Marc Block e Lucien Febvre estabeleceram novos pressupostos conceituais para a pesquisa histórica (BURKE, 1992). Na percepção deles, a pesquisa histórica tem se utilizado de inúmeras fontes e documentos para realizar seus estudos, assim, gradativamente, os objetos da pesquisa histórica tenderam a redimensionar e ampliar os horizontes investigativos da História para contemplar o homem em seus múltiplos aspectos. Quando a Escola dos Annales ampliou as fontes de estudo e redimensionou os objetos da pesquisa histórica, considerando ao máximo possível a totalidade das ações humanas, ampliou também os objetivos da ciência histórica para a sociedade. Seguindo esta perspectiva, para Boa Ventura Santos (2004) a pesquisa histórica tem produzido um conhecimento amplo, capaz de promover uma consciência significativa do indivíduo no contexto sociopolítico das transformações e significações propostos pela sociedade cada vez mais globalizada.

Ao tempo que os Annales nos permitiram olhar para a pesquisa histórica sob diversos ângulos, esse movimento acabou, de certo modo, sendo trabalhado apenas no âmbito acadêmico, pois, este era entendido como o espaço de produção de conhecimento. Porém, na chamada história escolar, o que se via ainda era uma história presa as narrativas temporais, aos nomes, datas e lugares, sem promover um ambiente de debates, questionamentos e reflexão por parte dos docentes, e menos ainda por parte dos estudantes.

Essa postura presente na sala de aula do espaço escolar tem algumas razões muito claras, e aqui vamos abordar duas: as estruturas curriculares para o ensino básico e de formação docente e os modelos de ensino aplicados nesses dois espaços educacionais.

Em um artigo publicado em 1993, Elza Nadai (1993, p. 143) comenta uma citação de 1935 feita por Murilo Mendes, no qual este autor afirma que para os jovens, o então ensino de história parece odioso, pois lhes parecem ser um "conhecimento pronto e acabado", mas, que para transpor tal percepção, "é necessário buscar a superação da teoria e de práticas que tradicionalmente informam o exercício da disciplina histórica".

Analisando a questão, e comparando com a vivência escolar atual, podemos dizer que a realidade não se destoa daquela pronunciada pelos alunos de 1935. Mas, se considerarmos o longo espaço temporal entre esses dois grupos, as mudanças estruturais escolares, as

implantações e reorganizações curriculares, e ainda a inserção de novas metodologias e tecnologias aplicadas ao ensino, por que então o ensino de História ainda parece ser um conteúdo odioso ou dispensável para os alunos?

Durante décadas, a implantação de sistemas curriculares no Brasil funciona como uma tentativa de "uniformizar" para "diminuir" as desigualdades educacionais. No entanto, a uniformização acaba, em certa medida, como um engessamento do conhecimento. Conforme aponta Sofia Vieira (2007), somente a partir da Constituição de 1934 que a educação passou a ter espaço, tanto no que tange aos preceitos legislativos, quanto dos recursos e das linhas estruturais. Para Vieira (2007, p. 304),

> A noção de educação como direito, que começa a se materializar na Constituição de 1934 (art. 149) e é reafirmada em 1946 e 1967, é reeditada de forma ampla [em 1988] através da afirmação de que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205).

A postura constitucional de resguardar a educação no país se refletiu na propositura das Leis de Diretrizes e Bases da Educação. No Brasil, três leis buscaram essa normatização: Lei nº 4.024, de 20/12/1961; Lei nº 5.692, de 11/08/1971 e Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996. Desta última, se definiu a Base Curricular Comum Nacional (BNCC), publicada em 2017.

Com base nas diretrizes da BNCC, que em linha gerais define os conteúdos, objetivos, habilidades e competências para cada área de conhecimento do ensino básico, isto acabou direcionando, também, as questões pertinentes a formação dos professores. Até aí poderíamos considerar uma razoabilidade lógica, de que os professores deveriam estar capacitados a ministrarem seus conteúdos a partir de um novo modelo estrutural. Mas, a questão que pautamos é que, a chamada BNC-Formação (Base Nacional Curricular de Formação), regulada pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define uma carga horária total de 3.200 horas para os cursos, sendo 1.600 horas para a formação pedagógica e 1.600 horas para formação específica. Da formação pedagógica, exige-se que 800 horas sejam voltadas aos conteúdos curriculares pedagógicos, nos quais estão inseridos um extenso roteiro de temáticas que devem ser abordadas, e mais 800 horas de prática pedagógica.

Ora, se analisarmos a questão do ensino de História, e, considerando que as instituições que oferecem os cursos de formação têm autonomia para regular suas estruturas curriculares, então como organizar o conhecimento histórico em 1.600 horas? Como definir quais conteúdos sobre a história da humanidade serão priorizados, de forma a contemplar os aspectos sociais, culturais, políticos, ideológicos, econômicos, religiosos, em diferentes épocas, e ainda trabalhar as questões teóricas e metodológicas que tratam do conhecimento histórico? E por fim, como estruturar essa carga horária entre a formação pedagógica e específica, obedecendo ainda a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, no seu Art. 6º. Inciso V – "a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes" (BRASIL, 2019, p. 3)?

A complexidade do problema nos leva a uma outra análise: a diversidade da formação docente. No Brasil, a formação profissional a nível de educação superior se pauta a partir de diretrizes curriculares elaboradas pelo CNE (Conselho Nacional de Educação), ligado ao Ministério da Educação, e pelas adequações curriculares institucionais. Esta segunda tem sua autonomia como prerrogativa constitucional, podendo adaptar suas propostas curriculares de acordo com o perfil dos profissionais que compõe o quadro de professores, mas também visando o perfil do egresso que deseja formar.

No caso da formação do historiador, as diretrizes curriculares foram firmadas em 2001 pelo Parecer CNE/CES 492, na qual definem as linhas gerais sobre o perfil do egresso para os cursos de licenciatura e bacharelado. Já neste documento, há uma preocupação quanto a relação entre o ensino e a pesquisa histórica para a formação do historiador e que fora, durante muito tempo, desconsiderada nas estruturas curriculares anteriores, conforme aponta o texto:

> [...] quando do estabelecimento do antigo currículo mínimo, na década de 1960, os cursos de Graduação em História apresentavam quase todos, neste país, baixo grau de profissionalização e uma presença muito limitada (quando não a simples ausência) de atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes e, com maior razão, por estudantes. (BRASIL, CNE/CES, 2001, p. 5)

A questão, por outro lado, é que, durante muito anos, a formação do historiador em muitas universidades se pautou no perfil do pesquisador, mesmo em se tratando dos cursos de licenciatura. Mas isso não é o caso de um julgamento condenatório, mas de uma análise a partir de dois pontos: primeiro pela própria concepção dos professores que atuavam nos cursos de formação, que seguiam a percepção de que a História se fazia com o estudo das fontes, e segundo pela ideia de que a formação de teorias e metodologias sobre o ensino era uma área exclusiva da pedagogia.

Diante deste quadro, o que tínhamos para o licenciado em História era uma formação direcionada pelas diretrizes da Pedagogia, cujas disciplinas eram ministradas quase que exclusivamente pelos professores da Educação, e, ao mesmo tempo, conduzia uma estrutura curricular que pensava a História apenas no sentido da formulação de conteúdos. Ao fim do curso, o egresso não conseguia entender qual, de fato, era a sua formação. Essa é uma situação que usamos o verbo no passado, mas, quando analisamos algumas estruturas curriculares, essa é um dilema no presente.

O debate sobre o ensino de História como um campo de pesquisa tem repercussão no decurso dos anos de 1980 em diante. É quando os conceitos como o da consciência histórica e da didática da história transpassam o campo exclusivo da pedagogia e se tornam objeto de estudo também dos historiadores, que começam a abordar a importância do ensino de história com as identidades sociais, e a discutir como as metodologias de ensino podem modificar as formas de ensino/aprendizagem. E, assim como a Escola dos Annales trouxe novas abordagens de fontes historiográficas para a pesquisa histórica, nesse contexto do ensino se aplicavam o uso de diferentes linguagens historiográficas como ferramentas para a prática docente.

De modo geral, podemos afirmar que o desenho acerca da pesquisa sobre o ensino de história para o século XXI tem a ver com a função sociopolítica da história para a sociedade, cuja função é integrada a perspectiva de que o conhecimento histórico e o seu ensino não podem

prescindir a pesquisa, ambos devem estar congraçados. Para o professor de história o desafio é a concretização de uma prática não ilustrativa dos conteúdos, mas, investigativa do passado para promoção da consciência histórica.

Deste modo, a promoção de teorias como o da consciência histórica conduz a percepção de outras culturas históricas para o ensino em sua prática, o que implica no conhecimento das culturas locais existentes no contexto da sala de aula, passando a se constituir como propostas de ensino voltadas para a identificação do cidadão na nova realidade globalizada (ZARTH, 2004, p.116-118).

A problemática em torno da formação do professor historiador no quadro de uma legislação atual no Brasil é complexa. Mais complexa ainda é procurar entender em que medida o ensino de história pode propor como conhecimento no contexto de uma sociedade cada vez mais tecnologizada e individualizada, e como o professor de nível escolar pode ensinar o conteúdo da história sem se distanciar da ação pedagógica. Uma das saídas possíveis, ou melhor, opções, é que a história, enquanto prática de ensino, seja investigativa e que a pesquisa no contexto e nas especificidades dos alunos proponha a reflexão da *práxis*. Na mesma mão, que o professor consiga entender e aplicar os fundamentos gerais que permeiam a "integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado" (BRASIL, 2019, p. 4). Para tanto, a lógica dessa formação está pautada na História e não nos princípios da pedagogia, se não entendermos isso, as especificidades da prática docente do historiador acabam por ficar comprometida; desta feita, devemos fomentar um conhecimento pedagógico aplicado a história e não uma história aplicada aos conhecimentos da pedagogia.

Pensando no perfil de professor em história no contexto atual da sala de aula, cabe adotar a postura investigativa *da* e *na* prática do ensino de história, assim como o das práticas e conceitos pedagógicos. Isto porque, a nova complexidade da educação para o século XXI remete à perspectiva de produção de conhecimento e não apenas reprodução, e, portanto, a docência adquire uma visão utilitarista, ativista e espontânea, guiada por uma *práxis* reflexiva e consciente de suas ações e opções metodológicas.

No entanto, reconhecemos que, conforme o modelo docente elaborado pela BNC-Formação, a práxis do professor historiador confronta os conceitos estritamente da pedagogia. Não queremos dizer aqui que o ensinamento pedagógico é dispensável à formação do professor historiador, mas que as questões que permeiam o aprender história devem ser norteadoras. Isto porque, ao condicionar a formação docente mais pelo viés da pedagogia, faltará a este professor o entendimento da *práxis* do historiador.

Considerando que o conhecimento histórico não é estático e não se apresenta como pronto e acabado, refletir sobre a prática de ensino de história pode produzir significados consistentes para a história a ser ensinada. Quando os pesquisadores do ensino de história apontam para uma transformação didático-metodológica do saber histórico na sala de aula, conclamam os professores a dar ao ensino de história um significado integrado às especificidades da sala de aula e não um significado fragmentado que só tem utilidade para os especialistas da área.

Na conformação desenhada para o século XXI, ao ensino da História cabe dialogar com essa realidade e propor possibilidades de ação crítica e participativa, alargando os horizontes de conhecimento dos educandos, conforme afirma Maria Auxiliadora Schmidt,

> [...] novas maneiras de agir surgem; de enfrentamentos de situações; de novas formas de convivência social; de relações com transportes e lazer; de novos padrões éticos que são forjados e se exige uma grande operacionalidade de pensamento, habilidades e atitudes próprias, em virtude dos avanços tecnológicos rápidos e intensos. (SCHMIDT, 1998)

No mesmo segmento, para Pedro Demo (1993, p. 153) ensinar não é um pacote fechado de conhecimento e o professor não é senhor do saber, mas, construtor do saber. Assim, o diálogo entre a pesquisa e a prática de ensino na história favorece a significação do saber histórico e promovem uma dinâmica de conhecimento próxima da realidade da sala de aula. Esse diálogo com a realidade se constitui como ponto de partida para que, no cotidiano escolar, o professor seja o agente que conduz o aluno a pensar criticamente, a aprender a observar e a propor intervenções conscientes para o seu contexto social.

Este perfil tem se projetado no sentido de que os professores se assumam como produtores da sua profissão (NÓVOA, 1997, p. 28), como promotores de uma prática que abra espaço para investigar e questionar as especificidades da sala de aula, da escola e da disciplina que ministra. Tal investigação propõe que a prática não seja apenas um acumulado de informações e que o exercício do ensino consiga ultrapassar o mero objetivo de "avançar nos conteúdos".

Na formação do historiador essa perspectiva se concretiza na medida em que ela possibilita a leitura das diversidades, dos conjuntos particulares das salas de aulas e do contexto em que se inserem alunos, professores e escola. E isso implica em uma formação que não esteja preocupada apenas com a pesquisa, ou com os fundamentos pedagógicos, mas que haja uma moderação entre as práticas e os saberes.

A *práxis* docente como campo do saber histórico

É claro para nós que a pesquisa e a prática de ensino não podem ser dissociadas. No percurso formativo do profissional de História, Rosa Godoy Silveira (2008) afirma que, ao mesmo tempo em que o historiador atua na sua prática docente, promove a possibilidade de investigar, produzir e ensinar sobre os pressupostos problematizadores que circulam no cotidiano político, econômico e social.

Segundo Zichener (1997, p. 128), o alargamento de uma nova ordem prático-social e educacional imprimiu a necessidade de ampliação da prática para valorização da relação escola-comunidade, o que significa a produção de um conhecimento prático crítico e questionador. Essa é, portanto, a postura do profissional de história, um professor integrado a escola e as especificidades da sala de aula, capaz de ler e interpretar as sutilezas do dito em relação ao vivido.

Ao propor que essa postura deva ser construída nos primeiros momentos da formação do profissional de história, é preciso que a integração teoria-prática seja contemplada. Ser professor de história é, ao mesmo tempo, ensinar e pesquisar e não ensinar ou pesquisar. A leitura de mundo e a abertura ao inesperado, como discute Silveira, só se concretiza quando a base formativa do profissional de história propicia a investigação das múltiplas dimensões do homem nos vários percursos históricos.

Contudo, a observação que Rüsen nos traz sobre a profissionalização do historiador é de que, por muitas vezes, as possibilidades da pesquisa histórica têm se sobressaído em relação ao ensino, e com isso, o historiador, nesse processo, empurrou a didática da história para mais perto da pedagogia e ampliou o espaço da metodologia da pesquisa histórica (RÜSEN, 1987, p. 280).

Sendo assim, a problematização do mundo na sala de aula e a abertura ao inesperado, não se configura como prática da docência do historiador. Tal constatação pode ser observada quando a prática docente o historiador se distancia da pragmática do ensino e aprendizado, em que, segundo Rüsen, a aprendizagem histórica é "a consciência humana relacionada ao tempo, analisando o tempo para ser significativo, adquirindo a competência de dar sentido ao tempo e desenvolver esta competência" (RÜSEN, 1993, p. 52).

Portanto, na formação do profissional de história, se a profissionalização desses deve estar na ordem do dia, a associação com a aprendizagem histórica deve ser essencial. Não se trata de pensar que os nossos alunos são historiadores, mas, de instruí-los a um pensamento histórico dinâmico, que acontece no tempo e toma forma pelas narrativas históricas construídas (SCHMIDT, 2009, p. 33), ou seja, está aberto à leitura do mundo na sala de aula significa propor uma aprendizagem histórica que possibilite ao aluno construir formas de identidades históricas ou não, no contexto da sua ação política, econômica e social.

Isso significa qualificação para a docência. O profissional de história na sua prática, é aquele que, entre outras possibilidades de atuação, está comprometido com o processo de ensino-aprendizagem e com a produção do conhecimento histórico na sala de aula, daí a importância de uma formação que se proponha a constituição da sua autonomia na base historiadora e não pedagógica.

Essa qualificação é parte integrante das preocupações de um processo de formação dos professores de história, na medida em que o formando é instigado a pensar a sua ação docente e a construir estratégias de ensino que possibilitem a história ensinada na sala de aula.

Essas possibilidades de ensino estão, basicamente, na utilização de fontes, narrativas e representações trazidas pelo professor, permitindo ao aluno a construção de um conhecimento histórico que reflete as operações artísticas, ideológicas e culturais do homem, em constante articulação com o real e o vivido (cordel, pintura, charges, jornais, música, cinema etc).

A operação histórica pode ser desenvolvida pelo professor na medida em que se utiliza das linguagens do ensino de história e quando: as convicções e leituras de mundo, feitas pelo homem, em momentos históricos distintos discutem o passado e promovem uma consciência história participativa no presente; de posse de tais representações e narrativas o professor é mediador da aprendizagem histórica ao produzir questionamentos e problemas a serem discutidos na sala de aula.

Não existe receita para uma nova didática da história em que a narrativa possa ser inserida como problematizadora ou, a perspectiva de que os conteúdos serão repassados por uma narrativa que se propõe discursiva; o que temos é a proposta de superação da concepção de que a história ensinada na sala de aula é simplificada ou uma reprodução dos ecos científicos da academia. O fundamental é compreender que o ensino de história vai além da simplificação estruturadora e conteúdista da didática (ABUD, 2004, p. 108), os professores de história precisam entender que o conhecimento histórico ensinado é resultado do

cruzamento entre os conteúdos, as especificidades da sala de aula, a sociedade e a interação indivíduo-mundo (CERRI, 2011).

Então, narrar não significa apenas relatar os acontecimentos históricos, mas, pela exposição narrativa dos acontecimentos fomenta-se espaços de discussão e produção de dúvidas que levem à pesquisa e a produção de respostas. A socialização do conhecimento histórico ensinado se coloca assim, como proposta significativa, como parte da trajetória histórica do indivíduo; as temporalidades históricas devem permitir ao aluno construir interrogações, leituras, associações e identificar as relações possíveis do passado com o presente e vice-versa.

Nesse sentido, a educação histórica é concretizada quando as narrativas ampliam a percepção dos contextos e possibilitam, ao aluno, compreender as várias dimensões do político, do social e do cultural no meio em que se insere, tornando-o significativo e compreendido para a sua ação sociopolítica e cultural. Dessa forma, como afirma Pedro Demo, "quem ensina carece pesquisar; quem pesquisa carece ensinar. Professor que apenas ensina jamais o foi. Pesquisador que só pesquisa é elitista explorador, privilegiado e acomodado" (DEMO, 1992, p. 14).

A prática também leva à problematização dos modelos de educação que queremos construir, daí, como proposta para a formação dos historiadores, seguimos a afirmação de Rosa Silveira (2008) de que, para pensar a sala de aula, devemos partir de três pilares de pesquisa/formação: 1º - a discussão prática da educação, a vivência do conjunto escolar para formulação de estratégias; 2º - a elaboração de uma estratégia de significação para a história na sala de aula a partir das conclusões da prática e 3º - desenvolver um planejamento significativo para as aulas de história, buscando perpassar as vivências da sala de aula e as especificidades locais.

Portanto, quando pensamos a formação do historiador e pensamos essa formação no interior das pesquisas educacionais, se pretende propor que a história, na sala de aula, ampliando seu campo de ação e significação, não seja apenas uma disciplina figurativa. As experiências de sala de aula, contribuindo para a formação de professores, nos levam a perceber que: se pretendemos que as ciências humanas tenham significado para o aluno, essa deve ser entendida a partir da vivência e das especificidades da sala de aula. Sendo assim, no processo de formação de professores de história, a docência procura adquirir o significado de *práxis,* ou seja, pensar a formação na prática e com a prática.

Os cursos de pós-graduação profissional como espaço de formação continuada

Considerando as diferenças nas estruturas curriculares presentes nas licenciaturas em História no Brasil e a própria regulamentação da profissão determinada por diretrizes nacionais, é plausível que a formação desse licenciado apresente dissensões entre o que se compreende da relação da prática docente com a prática da pesquisa. E para isso apontamos duas questões: primeiro porque o conteúdo pedagógico abordado exclusivamente pelo olhar do pedagogo, pode não associar os conceitos e elaborações didáticas à concepção intrínseca do uso de linguagens historiográficas na prática docente, e segundo que, em alguns cursos de licenciatura, ainda resiste por parte do quadro docente a percepção unilateral do historiador pesquisador.

Após o debate até aqui sobre os percalços da formação inicial do docente, queremos mostrar que, para os professores de História do ensino básico, os cursos de formação continuada podem ser uma opção enriquecedora para melhoria da sua vivência escolar.

Segundo os dados da Plataforma Sucupira (Capes, 2022), os cursos *stricto sensu* em História no Brasil iniciaram seu funcionamento em 1971, na USP e na Universidade Federal Fluminense. Ao longo da década de 1970, apenas 10 cursos de pós-graduação em História funcionavam no Brasil, e desses, apenas a UFPE atuava na região Nordeste. Na década de 1980, apenas 5 programas novos foram registrados e 7 nos anos de 1990[3].

Mas, foi na primeira década de 2000 que os programas de História se expandiram pelo país, chegando ao total de 27 instituições. E, de 2011 até o momento, já são mais 29 cursos novos de Pós-graduação em História ofertados no país.

O Ensino de História enquanto área de conhecimento começou a ser discutido no fim dos anos 1970 (RIBEIRO; SANTOS, 2021, p. 24), e, ao longo dos anos seguintes, grupos de pesquisa e mesmos os programas de pós-graduação em História passaram a se dedicar ao tema. Seu objetivo era pensar nas perspectivas e atuações possíveis do ensino de História no âmbito escolar, incluindo problemas diversos, como metodologias, materiais didáticos, currículos, teorias etc.

Os debates teóricos iniciados dentro da academia se pautavam na concepção da educação escolar como primeira receptora do conhecimento histórico, e, sendo a História uma disciplina formadora, as narrativas deveriam traduzir na percepção do indivíduo a sua própria identidade, conduzindo-o ao conhecimento da sua função social, cultural e política. Em linhas gerais, se o debate no meio acadêmico impulsionou reflexões sobre os processos conceituais da História e das perspectivas metodológicas para o seu ensino a nível escolar, então compreende-se que professores puderam se suprir de mais ferramentas para o ensino e os alunos de mais potencialidades no aprendizado.

Seguindo essa linha de percepção, a proposta de criação de cursos de formação continuada dentro da temática em Ensino de História, como os programas de pós-graduação na modalidade profissional, objetivava atender aos professores atuantes no ensino escolar.

Assim, as primeiras propostas de criação de programa de pós-graduação profissional na área de Ensino de História surgiram em 2014, em três instituições: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com mestrado e doutorado em História, Ensino e Narrativas; Universidade Federal do Catalão (UFCAT), em Goiás, com mestrado na área de concentração em História, Cultura e Formação de professores; e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado em Ensino de História (Profhistória), que funciona em sistema de rede e, em 2019, contou com o total de 39 instituições vinculadas ao programa.

Analisando os objetivos dos três programas, eles se concentram em um mesmo ponto: proporcionar formação continuada de professores-pesquisadores de História para o exercício na Educação Básica. Essa finalidade dos cursos de pós-graduação profissional se coaduna com o que discutimos anteriormente nesse texto: a de que o professor é, e deve ser, também pesquisador, e não apenas dos conteúdos investigados, mas de como o conhecimento resultante da pesquisa pode ser aplicado na sala de aula, e neste caso, conta-

[3] Dados Plataforma Sucupira/Capes. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf. Acesso em 28/06/2022.

se não apenas a abordagem desse conteúdo, mas também quais metodologias e linguagens historiográficas podem ser aplicadas.
Tratando especificamente do Profhistória, programa ao qual estamos vinculados, percebe-se que há uma dinâmica de múltiplos olhares nos trabalhos apresentados tanto pelos discentes do curso, quanto pelos docentes vinculados ao programa. São dissertações, artigos e livros publicados que buscam aproximar a prática escolar para os debates sobre a pesquisa em torno do ensino de História.
A partir do acesso no portal eletrônico Educapes[4], na qual se encontram depositadas as produções acadêmicas do Profhistória, estão registrados 1008 trabalhos, entre dissertações e publicações. Das temáticas abordadas, há uma diversidade de discussões que pautam o cotidiano do ensino escolar, dentre eles questões de gênero, memória e educação patrimonial, gameficação, currículo, povos indígenas e afro-brasileiros, história local, e outros, e, além dos temas, os trabalhos trazem abordagens metodológicas do ensino de História na sala de aula através de diversas linguagens, como jogos, cinema, HQs, podcast, etc.
Uma característica do trabalho final exigido no Profhistória é que ele não se limita ao texto dissertativo, mas abrange as possibilidades de apresentação de trabalhos, podendo assumir formatos como: documentário; exposição; material didático; projeto de intervenção em escola, museu ou espaço similar; dentre outros. Essa proposição permite uma interação direta entre o conhecimento teórico e prático, demonstrando que é possível transformar a história acadêmica em história ensinada, de modo a pensar a prática historiadora da sala de aula a partir das especificidades da História.
Se o processo formativo do historiador ainda precisa passar pelo entendimento de que o conhecimento pedagógico deve ser aplicado aos conhecimentos da história, a experiência dos mestrados profissionais em ensino de História tem revelado, qualitativamente, que pensar a *práxis* da docência em história, em suas especificidades, permite uma melhoria significativa do saber histórico escolar. Isso porque o ProfHistória busca promover no processo de formação continuada dos professores a elaboração de uma pesquisa-prática, aplicável, executável e reflexiva da docência em História.
De modo geral, podemos afirmar que a experiência dos mestrados profissionais em ensino de História tem possibilitado situar o quê e o como se pode ensinar História inserindo-a nos contextos das salas de aulas, com instrumentalização de uma didática prática, cujos conhecimentos pedagógicos não definem, mas, contribuem para o que se ensina em história.

Considerações finais

Pensar a formação do professor de História na sua prática, a partir da perspectiva da pesquisa não é tarefa fácil, sobretudo, quando se depara com uma organização curricular nos cursos de graduação de História, que privilegia quase que exclusivamente a pesquisa acadêmica, ou quase não se oferece planejamento no sentido de articular pesquisa e ensino.
A constatação é de que, para os cursos de "licenciatura" em História, o ensino se institui como secundário, como uma segunda alternativa a prática do historiador, entretanto, o que temos observado é que as configurações societárias do século XXI têm requerido que os

[4] https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/109962. Acesso em 28/06/2022.

historiadores sejam capazes de fomentar a cidadania ativa e a crítica consistente e consciente aos modelos de homogeneização da diferença para o consumo.

Para tanto, a leitura de mundo e as práticas do ensino de história no cotidiano da sala de aula devem ser direcionadas as singularidades e as caracterizações culturais de um determinado contexto sociopolítico e cultural, nesse sentido, pensar que ensinar história é apenas narrar ou seguir uma linha cronológica de conteúdos sem refletir sobre a aprendizagem, não se configura como ensino de história. A ação reflexiva da *práxis* é o ponto de partida.

Quando se propõe que a pesquisa esteja por dentro da prática cotidiana do ensino da história, se propõe que as narrativas e as temporalidades sejam significativas para o aluno, e para o professor seja ponto de readequação e reconfiguração da sua ação docente. Isso implica em uma postura investigativa da prática, forjada no contexto das ações do profissional de história. Ao pensar a formação do professor de história, os contatos com as fontes, com os documentos e as leituras de cada momento histórico, devem possibilitar a reflexão das várias significações e percepções de mundo nos mais variados contextos, portanto, a percepção de que não há modelos de ensino, mas, construção de aprendizagem.

Essas considerações nos levam a buscar respostas que talvez esteja muito mais na ação prática do professor do que nas teorias de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, pesquisa e prática na formação dos professores de história nos levam a questões não conclusivas, mas, ainda investigativas: qual o compromisso dos cursos de formação para com a prática dos professores associadas ao contexto educacional? Que leituras podem ser privilegiadas para que a prática docente seja reflexiva no cotidiano da sala de aula? Existe um modelo de formação docente para ser seguido e se pensar pesquisa e prática como única?

Apesar do debate trazido até aqui, em que buscamos articular a indissociabilidade entre pesquisa e docência na formação do licenciado em História, assumimos que temos muitas perguntas a serem respondidas, mas, antes disso, elas são feitas como uma motivação, ou mesmo provocação na ação reflexiva.

Referências

ABUD, Katia Maria. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. IN: MONTEIRO, Ana Maria F. C., GASPARELLO, Arlette Medeiros & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (org.). **Ensino de história:** sujeito, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Ministério da Educação**. CNE/CES. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Parecer CNE/CES 492/2001, 2001.

CERRI, Luís F. **Ensino de História e consciência histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. São Paulo: FGV, 2011.

BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história:** Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação.** Petrópolis: Vozes, 1993.

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. 3 ed. São Paulo: Cortez/autores Associados, 1992.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **A formação e a prática dos professores de história:** enfoque inovador, mudança de atitudes e incorporação das novas tecnologias nas escolas públicas e privadas do estado da Bahia, Brasil. Tese (doutorado). Universidad Autonoma de Barcelona, U.A.B. Espanha, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papirus, 1993.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 13, n.25/26, set. 1992/ago 1993, p. 143-162.

NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação.** 3 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

RIBEIRO, Renilson Rosa; SANTOS, Amauri Junior da Silva. Historiografia escolar e historiografia acadêmica: relações possíveis na produção do conhecimento sobre ensinar e aprender História. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.

RÜSEN, Jörn. The didactic of history in west Germany: towards a new self-awareness of historical studies. IN: **History and Theory.** V.26, n.3, 1987, p. 275-286.

RÜSEN, Jörn. Historical narration: foudation, types, reason. IN: RÜSEN, Jörn. **Studies in Metahistory.** Petroria: human sciences Research council, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente:** 'Um discurso sobre as ciências' revisitado. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. A formação do professor de história. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1998.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos & BARCA, Isabel (org). **Aprende história:** perspectivas da educação histórica. Vol. 3. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Formação do Profissional de História para o século XXI. IN: CITTADINO, Monique. & CONÇALVES, Regina Célia. (org). **Historiografia em diversidade:** ensaios de história e ensino de história. Campina Grande: Editora universitária/UFCG, 2008.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Relação entre conteúdo e metodologia do ensino de História: uma clássica questão em um novo tempo. In: ***Saeculum:*** revista de história. Nº 6/7, Jan. Dez. 2000/2001. João Pessoa: editora Universitária, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

ZARTH, Paulo Afonso, GERHARDT, Marcos, CORSETTI, Berenice & CAIMI, Flávia Eloisa (org.). **Ensino de história e educação.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004.

ZEICHINER, K. Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90. IN: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação.** 3 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

O NOVO ENSINO MÉDIO E AS QUESTÕES DOS CORPOS NEGROS

Claudinei Caetano dos Santos[1]

Introdução

Investigou-se enquanto problemática de pesquisa como o livro didático de história produz representações sobre o corpo negro masculino e como essas representações podem fabricar reproduções heteronormativas e racistas na vida dos estudantes secundaristas, levando em consideração as dificuldades perpetradas pelo racismo, advindas da herança escravocrata do passado colonizador brasileiro, que por meio dos conceitos eurocêntricos amplamente divulgados, inclusive pela educação e por materiais didáticos, terminam por potencializar perspectivas que tomam os corpos negros, por meio das reproduções vinculadas ao material didático, a partir de estereótipos assentados em pressupostos de força, gênero e sexualidade, que reduzem os corpos em si mesmos, que estão alinhados a uma matriz heteronormativa operam na produção de masculinidades e percepções de si. Nesse matiz, Costa (1986) destaca que:

> […] a violência é a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (p.104)

Esses cerceamentos e silenciamentos por parte deste levante ideológico eurocêntrico que atravessam a sociedade, as relações sociais e grande parte do que ela produz, marcam não só, mas principalmente as sociedades colonizadas, e muitos são "obrigados" a carregar o estigma natural da frustação do homem branco, o corpo, a força, o desejo, a sexualidade, pois como nos elucida Grada Kilomba (2019), "as pessoas negras tornam-se a representação daquilo que a sociedade branca tem empurrado para o lado e designado como perigoso, ameaçador e proibido" (p. 119), fazendo das ações diárias de cada pessoa negra um martírio psicológico, manipulando a realidade para o prazer da sociedade branca, levando em consideração suas vontades e desejos.

Nessa mesma direção, Barros e Barreto (2018) enfatizam que "um ambiente de boicote, hostilidade e medo, o mal-estar na masculinidade negra contemporânea tem um forte vínculo na formação desse sujeito" (p. 313), e esse ambiente se torna propício às inúmeras hostilidades e terminam por operar na constituição do indivíduo. Com base nisso, compreender o papel que os livros didáticos, sobretudo os de história exercem nesse processo é algo urgente e necessário, fazendo emergir não ditos que trabalham na construção

[1] Graduado e Bacharel em Filosofia, Especialista em Comportamento Humano, Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea e Doutorando em Educação, todos pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/Cuiabá.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

do gênero, da sexualidade e da masculinidade de homens negros, especialmente adolescentes e jovens.

Grada Kilomba (2019), afirma que o "[...] o racismo não é biológico mas discursivo [...]" (p.130), afinal a tortura física dos séculos XX não se aplicam mais nos mesmos moldes, agora tem-se outras tecnologias de poder para tais efeitos perniciosos à pessoa negra, agora se usa também o discurso, a palavra para ferir, usando de suas artimanhas silenciosas cotidianamente para diminuir e menosprezar o ser negro.

Neste mesmo caminho do processo discursivo, engendrado pela matriz racista e heteropatriarcal, podemos notar que as ações racistas e homofóbicas fazem com que as pessoas busquem muita das vezes refúgio no silêncio, sejam por medo ou por falta de espaços para o enfrentamento a essas ações, assim faz-se importante analisar como as representações dos corpos negros, alinhados a pressupostos compulsórios de heterossexualidade são retratados nos livros didáticos de História, bem como os mecanismos de normatização empreendidos pela escola.

Essa produção de ataques contra os que não se localizam nos ideais da heteronormatividade compulsória, muita das vezes começa nos espaços escolares como ressalta Bernardo e Maciel (2015), se tornando um fator preocupante em relação às tratativas ético-raciais e homoafetivas em analogia aos meios que produzem desigualdades em universos diferentes, dificultando assim o enfrentamento ao racismo e a homofobia nos lugares de convivência diária. Significativamente, Louro (2000), ressalta que:

> [...] para aqueles e aquelas que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual. A esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia. (p. 21)

Com a Lei 10.639/03[2], que torna obrigatória nas escolas a inserção da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas instituições privadas e públicas. Nessa perspectiva seria possível pensar por um novo viés esses corpos negros, mas em grande parte a resistência por parte das gestões e as resistências de muitos docentes impedem a aplicabilidade dessa temática. As referencias tanto à cultura quanto a raça nos livros didáticos deixa a desejar e além de, com essa inclusão, esse aluno negro teria outra visão de suas raízes e genealogia, sendo vantajosa no combate a dificuldade do mesmo, bem como no combate ao racismo.

De certa forma o livro didático é o material de apoio ao professor mais usado em sala de aula, como elemento norteador do conhecimento, e este tem o papel de facilitador de aprendizagem, auxiliando em mudanças e transformações na prática pedagógica, anunciando assim ao aluno informações importantes sobre o passado, que o faz estar imerso nas percepções de mundo, para compor suas análises do tempo presente.

Para Cotrim (2008), o livro didático vem com o objetivo de instigar o aluno a se inserir no campo de estudos da história, reconhecendo sua posição histórica a partir das representações nestes aportes, fazendo com que se sintam transformados após as reflexões ali postas. Sendo

[2] Em 9 de Janeiro de 2003, foi decretada a Lei 10.639/03 que torna obrigatório no ensino fundamental e médio o estudo da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas.

assim, este instrumento é de importância fundamental para a formação de consciência crítica a partir das informações ali alocadas.
Ao se tratar do livro didático, como uma ferramenta primordial ao aluno, dentro da formação humana, Bezerra (1999), assinala de que este deve levar em consideração os educandos e suas necessidades que precisam ser contempladas com os conhecimentos a serem trazidos, com representações de extrema importância para o discente estruturar sua base identitária e seu arcabouço histórico. Essas representações, nos livros didáticos de história por Mauad (2007), são embasamentos tanto no prospecto de instrução quanto para o processo educacional, estas garantem a maneira de ser e agir de um indivíduo, projetando seus valores, desejos e ideias. As representações não são meros assessórios para compor o conjunto dos caracteres de aprendizagem, mas devem ser vistos com um devido cuidado, pois carrega em si a construção de um mundo além de sua projeção no aluno.

Desenvolvimento

Levando em consideração a centralidade que o corpo assume nesse trabalho é importante apresentar de maneira interligada as reflexões de estudiosas e estudiosas que se dedicam às questões ligadas ao corpo, às dimensões étnico-raciais, ao gênero e a sexualidade.
As relações de discriminação que se dão no âmbito social e cultural, estão além das questões de preconceito assentados em aspectos físicos, pois esta vem em detrimento dos mesmos, os traços fenotípicos são marcadamente o ponto de partida para um olhar preconceituoso, sendo assim, ao se disporem com esta visão, o negro sempre está associado a algo inferior, a algo maléfico, marcado pelo menosprezo e esvaziado de sua humanidade (MUNANGA & GOMES, 2006).

Essas questões se enraizaram de tal forma, que a qualquer citação sobre o corpo negro vem à memória pensamentos negativos e estigmatizados, e esses fatores em um ambiente escolar se tornam ainda mais prejudicial ao aluno negro, afinal por si só o meio já é excludente e com essa leitura dos fatos, imagens e representações do próprio indivíduo se distanciam de sua realidade. As representações nos livros didáticos, segundo Fernandes e Almeida (2008), são informações em forma de imagens como elementos mediadores de um texto escrito, e deixam de ser apenas uma informação para se tornar outro elemento fundamental para as leituras das imagens, agora elas representam outra forma de interpretação por si só, a de um novo texto.
Essas representações não são apenas gravuras ou meras ilustrações, são informações repletas em detalhes que contribuem para a formação identitária dos jovens, e no caso específico desse trabalho, o corpo negro expresso nestas imagens, são sempre representados como elementos depreciados e sem apreço nos livros didáticos, em quase sua totalidade são representados em situação associados à escravidão, robustez, virilidade, acenando para uma ideia de heterossexualidade.
Chartier (2011) corrobora com a compreensão desses aspectos, pois evidencia que a ideia de representação não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores e historiadoras a se desfazerem de sua "muito pobre ideia do real", como escreveu Foucault (1999), colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade

ou o passado é exatamente o que elas dizem que é. Nesses termos, as representações terminam por fabricar efeitos de realidade.

Para Chartier (2011) "[...] as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social [...]" (p. 28), e pensar essas imagens nos livros didáticos articulados a essa perspectiva que possibilita compreender de maneira interessante como se articula este tipo de produção audiovisual, dotado de múltiplas e distintas linguagens e códigos, como o mundo social de modo mais amplo, considerando as clivagens de gênero e raça no interior de uma dada sociedade.

Pensar as representações de Chartier (1991), na perspectiva da análise das imagens nos livros didáticos de história enquanto narrativa se torna um documento importante capaz de produzir diversas compreensões, interpretações e sentidos. A linguagem ali representada alcança os espaços individuais e coletivos que consomem o material didático, ela em suas variáveis termina por colocar em jogo o corpo, o espaço, a temporalidade e as relações estabelecidas, dando a possibilidade da criação de novas interpretações a partir de cada espaço social.

As representações dos corpos negros nos livros didáticos, segundo Gomes (1996) sendo um processo de construção da identidade "[…] é um dos fatores determinantes da visão de mundo, da representação de si mesmo e do outro" (p. 88). E tendo essas imagens retratadas de forma não positivas, sedimenta ai uma estrutura negativa na formação do indivíduo. Rosemberg (2003) destaca que são muitas as ilustrações nos livros didáticos que, ainda, apresentam "[…] o negro escravo, vinculando-o à passagem daquela condição à de marginal contemporâneo, pouco trabalhando a diversidade de sua condição" (p. 136). Levando assim o aluno negro a não se interessar pela sua própria história, pelo seu próprio legado e a se compreender como um ser menor.

As representações contidas no livro didático, na visão de Silva (1995), possui um impacto considerável em relação à construção da identidade do discente, que de certa forma não conseguem encontrar um aspecto positivo em relação à sua questão étnico-racial, sua história e sua cultura é elucidada sempre em momentos de inferioridade, servidão, trabalho e sofrimento, ou às vezes omitida e em sua quase totalidade de forma caricatural e/ou estereotipada na escola.

A perca ou a não identificação com sua cultura leva a desmotivação tanto em conhecer melhor as origens, quanto buscar fazer parte ativamente do processo de formação histórica de seu povo, as caricaturas, os estereótipos e todas as classificações pejorativas ao se tratar do corpo negro nos livros didáticos afasta esses indivíduos de seu lugar de origem. E não só essas ilustrações nos livros que minam constantemente a libertação desse estigma eurocêntrico, segundo Chiavenato (1999) a noção de inferioridade dos corpos negros enquanto ideologia foi assinalada a partir do escravismo, marcando assim toda uma história carregada de significados negativos.

Para os espaços e ações antirracistas, Wieviorka (2008), aponta que o lugar de luta deve perpassar barreiras e buscar mudanças em se tratando da história, inserindo as histórias silenciadas por narrativas ao longo do tempo, as vítimas, as pessoas de pele negra, precisam levantar e propiciar debates e problemáticas entre os aspectos da história e memória.

Na análise de Silva Júnior (2006) trás que, o livro didático precisa promover entre o cotidiano do aluno e os temas propostos uma interação estreita de ensino/aprendizagem, com suas ilustrações atualizadas e contextualizas, mas, no entanto vemos que a relação de

representação da questão étnico-racial padece de atualização critica. Os elementos compostos nos livro didático deve instigar a colaboração do aluno ao ter contato com essas informações.

Ao se falar do confronto identitário, étnico-racial, Gomes (2004), nos salienta que o processo da construção da identidade, só é percebida quando colocada em evidencia com a do outro, este outro, o homem branco, nos interpelando por estar na condição de sujeito negro, pensando esse aspecto como um organismo cultural, histórico e social. Essa tomada de consciência versa sobre como o homem negro em meio a seus conflitos de densidade dialógica, reage meio ao encontro de sua relação com o outro.

Representar nos livros didáticos, segundo Averbuck apud Silva (2011), as ilustrações de forma a humanizar o indivíduo de cor de pele negra, faz com que a autoestima do aluno, bem como o resgate de sua identidade cultural, se torne motivo para o mesmo se orgulhar, tendo em vista de que o mesmo reconhecerá e perceberá sua identidade a partir das representações e não de como os aspectos reais se apresentam, fazendo assim, com que o aluno negro em meio a esse espaço escolar caracterizado para menosprezar, diminuir, excluir em se tratando do conhecimento do social identitário, fica a margem e muita das vezes evade-se da escola por não se sentir seguro, amparado e positivamente representado.

Grada Kilomba (2019) afirma que "no racismo cotidiano, a pessoa negra é usada como tela para projeções do que a sociedade branca tornou tabu. Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão ou da sexualidade" (p.78), projeções essas que sempre vêm acompanhadas de martírios antes físicos e agora psicológicos, onde em muitas vezes de forma a tornar tais ações comuns, tanto que presenciamos em alguns momentos pessoas negras caindo na armadilha de cometer pequenos atos racistas que estão inconscientemente arraigados que se formam e permanecem em nós, caso não busquemos esmagar essas ações a todo o tempo.

Na direção do que é pré-determinado racialmente, Olga Maria L. Pereira (2012), nos trás um retrato no Brasil, que por ser um lugar de diversidade cultural e racial forte, o silenciamento racial é muito acentuado, permeia ainda o distanciamento do diferente, seja pelo cabelo, pela questão social e/ou questões étnicos raciais, do não igual, e com certa sutileza negando as marcas e ações microfísicas do racismo.

E esse racismo e preconceito vão muito além da cor, afinal ser negro já é um martírio e ser for negro e não se encaixar nos pressupostos heteronormativos a situação será mais agravada pelo fato de que o homem negro tem que ser obrigatoriamente viril, e másculo. Pensando historicamente essa questão, Mott (1988), destaca que as relações homoafetivas entre negros e senhores na época da escravatura eram corriqueiras e não havia um sistema de hierarquização, os domínios dos desejos e fantasias permeavam os domínios da sexualidade latente.

Mesmo na relação escravocrata o homem negro sendo tratado inferiormente em todos os espaços por pessoas brancas, a relação no campo do desejo eram tidas como algo exótico e mantida em segredo pelo senhor, o negro sempre foi tido como objeto de uso em suas mais diversas atribuições. E nesse caminho, Barros e Barreto (2018) traz a masculinidade dos corpos negros como configuração submissas produzindo questões complexas ao se ver no meio social.

Ser homem negro é ser subserviente em relação à sua própria masculinidade, pois se vê diante de situações desafiadoras, e levando a um questionamento sobre sua virilidade, fator que não

o permite titubear em momentos de seu dia-a-dia, não se pode fraquejar em relação a sua postura masculinizada. Ações que inferiorizam a imagem do homem negro são constantes, e segundo Almeida (2018) o racismo passou a se tornar regra, pois este se tornou ação decorrente da estruturação social.

Essas ações punitivas de degradação para com homem negro são sentidas até hoje, em todos os cantos e ações, seja em seu cabelo, na cor de sua pele, nos lugares que frequenta, por suas roupas, enfim a todo o momento o olhar discriminador transpassa os anseios da sociedade branca a fim de diminuir a presença da figura negra na sociedade. E como bem pontua Grada Kilomba (2019) "parece que só se pode existir através de uma imagem alienada de si mesma/o" (p. 119), imagem essa criada e projetada pelo indivíduo branco, cortejando seus desejos mais sombrios com intuito de esmagar a identidade da pessoa negra.

Seguindo essa linha de raciocínio e vendo em sua maioria os livros didáticos de história representando a imagem dos corpos negros sempre em caráter escravocrata e caricatural, furta-se do aluno o desejo que se ver representado por aquela imagem, por aquela ideia que lhe diminui, lhe coloca em linha de colisão com a chacota e o menosprezo. Como nos traz Silva, apud, Munanga (2005) "em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas últimas décadas" (p. 23).

Para Gomes (2003):

> Compreender a complexidade na qual a construção da identidade negra está inserida, sobretudo quando levamos em consideração a corporeidade e a estética, é uma das tarefas e desafios colocados para os educadores. Deveria, também, ser uma das preocupações dos processos de formação de professores quando estes discutem a diversidade étnico-cultural. (p. 173)

Para Santos (2014) "o imbricamento de culturas e valores presentes no colonialismo europeu contribuiu indubitavelmente para a formação do imaginário coletivo sobre a sexualidade do homem negro" (p. 11). Uma sexualidade medida, cuidada, escondida para não infringir as normas e padrões estabelecidos pela sociedade machista, heteronormativa e preconceituosa. Para Paulo R. Ceccarelli (2008)

> o discurso social, que constrói as referências simbólicas do masculino e do feminino e dita os parâmetros que definem a "sexualidade de normal", contribui não só para a invenção da homossexualidade como também para que o sujeito homossexual, marcado pelos ideais da sociedade, se sinta "desviante", posto que excluído do discurso dominante. Os homossexuais nascem em uma sociedade cuja organização simbólica cedo lhes ensina que sua forma de viver a sexualidade é errada. (p. 89)

Essa construção social estrutura a identidade que deveria se construir de forma livre e natural, mas essa ação considerada desviante é tratada com um olhar de suspeita por parte do sistema heteronormativo, e ser um sujeito fora desse padrão, e ainda carregar o "estigma" da cor da pela negra, se torna uma luta diária, pois as regras sociais machistas e patriarcais escapam ao tempo em que passa pela história sempre escrevendo um novo capítulo. Questões de homossexualidade e raça se tornam mais delicadas, pois o "racismo não é falta de informação sobre a/o "Outra/o" – como acredita o senso comum -, mas sim a projeção branca de

informações indesejáveis na/o "Outra/o", (GRADA KILOMBA, 2019, p. 117), ficando evidente de que as intenções ao preferirem ações racistas são sempre as piores possíveis.
Marcados pela visão patriarcal, Júnior (2010) salienta que a sociedade heteronormativa, classifica o masculino e o feminino de forma a se ver em modos de estranhamento, alocados em mundos diferentes em relação à sexualidade, mesmo orientando-os a se relacionarem binariamente. E essa norma ao ser direcionada a homens negros homoafetivos se apropria de uma forma ainda mais severa quando se trata das questões raciais. Em muitos casos os próprios indivíduos imersos a esse meio são levados a tomarem ações pejorativas a seus próprios companheiros. Para Santos (2014), "Estereotipar a masculinidade e sexualidade negra de tal forma é um ato que configura uma modalidade de prática do racismo em nossa atualidade, por meio da chamada violência simbólica" (p.10-11), que por muitas vezes são ações cotidianas e silenciosas.

Considerações Finais

Quando nos referimos às representações, estas não são apenas gravuras ou meras ilustrações, são informações repletas em detalhes que contribuem para a formação identitária dos jovens, e no caso específico desse trabalho, o corpo negro expresso nestas imagens, são sempre representados como elementos depreciados e sem apreço nos livros didáticos, em quase sua totalidade são representados em situação associados à escravidão, robustez, virilidade, acenando para uma ideia de heterossexualidade.
Ao se tratar das imagens nos livros didáticos de história enquanto narrativa estas se tornam um documento importante capaz de produzir diversas compreensões, interpretações e sentidos. A linguagem ali representada alcança os espaços individuais e coletivos que consomem o material didático, ela em suas variáveis termina por colocar em jogo o corpo, o espaço, a temporalidade e as relações estabelecidas, dando a possibilidade da criação de novas interpretações a partir de cada espaço social.
Vendo e vivenciando as análises a partir das representações dos corpos masculinos negros, estes passam a não se interessar pela sua própria história, pelo seu próprio legado e a se compreender como um ser menor, pois esses fatos possuem um impacto considerável em relação à construção da identidade do discente, que de certa forma não conseguem encontrar um aspecto positivo em relação à sua questão étnico-racial, sua história e sua cultura é elucidada sempre em momentos de inferioridade, servidão, trabalho e sofrimento, ou às vezes omitida e em sua quase totalidade de forma caricatural e/ou estereotipada na escola.
Tento a perca ou a não identificação com sua cultura leva a desmotivação tanto em conhecer melhor as origens, quanto buscar fazer parte ativamente do processo de formação histórica de seu povo, as caricaturas, os estereótipos e todas as classificações pejorativas ao se tratar do corpo negro nos livros didáticos afasta esses indivíduos de seu lugar de origem, assim, os elementos compostos nos livro didático deve instigar a colaboração do aluno ao ter contato com essas informações, pois em muita das vezes o aluno evade-se da escola por não se sentir seguro, amparado e positivamente representado.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Minas Gerais: Editora Letramento, 2018.

AVERBUCK, Lígia M. Leitura e ideologia. Revista Leitura: teoria e prática, v. 2, n. 2, p. 12-14, out. 1983.

BARROS e BARRETO, Paulo Ester; Robenielson Moura. Corpo negro e pornografa A fantasia do negro pauzudo. BAGOAS n. 19 | 2018 | p. 301-315.

BEZERRA, Holien Gonçalvez. O Processo de Avaliação de Livros Didáticos. In: ANAIS do XX Simpósio da ANPUH. Florianópolis, Santa Catarina: p. 195-202, julho 1999.

BERNARDO, Teresinha e MACIEL, Regimeire Oliveira. Racismo e educação: um conflito constante. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, pp. 191-205.

BITTENCOURT, C. M. Livros didáticos: concepções e uso. Recife: Secretaria da Educação e Esporte de Pernambuco, 1997. (Coleção Qualidade do Ensino, Série: Formação do Professor).

BUTLER, Judith. In: Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASSANA, Mônica Ferreira. Corpo e(m) discurso: ressignificando a transexualidade. 1a edição. Editora Appris, Curitiba – PR, 2018.

COTRIM, Gilberto. Saber e Fazer -História –5ª série –3ª edição revista. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

COSTA, M. S.; ALLEVATO, N. S. G. Livro didático de matemática: Análise de professoras polivalentes em relação ao ensino de geometria. Vidya, v. 30, n. 2, p. 71-80, jul./dez., 2010.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: Violência e psicanálise. 2 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

CECCARELLI. Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. n. 02 | 2008 | p. 71-93.

CHIAVENATO, Júlio José. O negro no Brasil: da senzala à abolição. São Paulo: Moderna,1999. (Coleção polêmica)

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Fronteiras, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

FABRIS, Elí Henn. Cinema e Educação: um caminho metodológico. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 33 n. 1, p.117-134, jan./jun., 2008.

FERNANDES, J. D. C; ALMEIDA, D. B. L. Revisitando a gramática visual nos cartazes de guerra. In: ALMEIDA, D. B. L. (org.). Perspectivas em análise visual:do fotojornalismo ao blog. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008, p. 11-31.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. In: Kulé Kulé. Ano, p. 8-17. Maceió: Edufal, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. São Paulo, Educação e pesquisa, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995 p. 89.

JÚNIOR, Durval M. A. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. Campina Grande: EDUEPB, 2010. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cogobó, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias das Sexualidades. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo Educado. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem: usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de história. In: DIA, Margarida; STAMATTO, Ines. O Livro didático de história: políticas, educacionais, pesquisas e ensino, Natal: Ed. UFRN, 2007.

MOTT, Luiz. Escravidão, homossexualidade e demonologia. São Paulo: Ícone, 1988.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

MUNANGA, Kabengele (Org). Superando o Racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de Hoje. 1ª ed. São Paulo: Global / Ação Educativa, 2006.

PEREIRA, Olga Maria Lima. A dor da cor: Reflexões sobre o papel do negro no Brasil. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n. 1, 2012.

ROSEMBERG, Fluvia; BAZILLI, Chirley & SILVA, Vinícius Baptista da. Racismo nos livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, 2003, v. 29, n. 1, p. 125-146.

SANTOS, Daniel. Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica. Universitas Humanas, Brasília, v.11, n. 1, p.7-20, jan./jun. 2014.

SERIACOPI, Gislaine C. A.; SERIACOPI, Reinaldo. História (Ensino Médio). São Paulo. Editora Ática, V. Único, 1 ed. 2009.

SILVA, Ana Célia. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO – Centro de Estudos Afro – Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SILVA, Ana Célia da. A representação do negro no livro didático: o que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA JUNIOR, C. G. da. O livro didático de matemática e o tempo. In: VI Encontro Pernambucano de Educação Matemática, O Currículo de Matemática na Educação Básica, Caruaru-PE, Anais... Caruaru: UFPE, 2006.

WIEVIORKA, Michel. Mutação do racismo. In: BERNARDO, Teresinha; CLEMENTE, Claudelir Corrêa (Org.). Diásporas, redes e guetos: conceitos e configurações no contexto transnacional. São Paulo, Logo/Educ, 2008, p. 27-40.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

O ESTÍMULO À TECNOLOGIA SOCIAL NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRA

Denis dos Santos Alves[1]
Guilherme Atanazildo Leme[2]
Thais Aparecida Dibbern[3]
Milena Pavan Serafim[4]

Introdução

A compreensão do que é tecnologia perpassa ao menos quatro correntes de pensamento sobre a tecnologia, direcionado em quatro sentidos que se originam na intersecção de quatro linhas afirmativas: (i) a tecnologia é neutra de valores; (ii) a tecnologia é autônoma do homem; (iii) a tecnologia é controlada pelo homem; (iv) a tecnologia é condicionada por valores.
A primeira corrente nomeada de *Determinismo* entende que a tecnologia é autônoma do homem e neutra de valores, se embasa na teoria da modernização e na visão marxista tradicional, onde a força motriz da história está nos atritos das relações humanas e suas instituições e o saber sobre a natureza tem serventia para se adequar a ela.
A segunda corrente, o *Instrumentalismo*, embasada na fé liberal do progresso, difere da primeira ao entender que a tecnologia é controlada pelo homem e, portanto, é o meio pelo qual satisfazemos nossas necessidades.
A terceira linha o *Substantivismo* entende que a tecnologia não se reduz a ser instrumental, ela incorpora valores de sua origem, mas também adquire autonomia, pois uma vez criada pode ser replicada em qualquer lugar desde que com os mesmos valores de sua origem.
Por fim, a quarta linha, a *Teoria Crítica* assume uma perspectiva mais otimista em relação a tecnologia compreendendo que ela possui seu valores, dessa forma, não sendo neutra, mas ao mesmo tempo detém a capacidade para o estímulo de um desenvolvimento visando atender as necessidades da humanidade, defendendo assim uma racionalidade democrática e não técnica configurando as tecnologias a serviço da humanidade (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).
Portanto, as tecnologias não são isentas do meio político e social, podendo ser considerada como aquilo que molda ou é moldado pela sociedade.
Além disso, nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), existe também uma dualidade acerca da Tecnologia - resumindo-se em duas: Tecnologia Convencional (TC) e Tecnologia Social (TS).
A TC é posta por Dagnino (2016) como a tecnologia que visa otimização da utilização de mão de obra, buscando a maximização das suas atividades, cujo desempenho é posto de forma crescente por meio da utilização das máquinas em atingir escalas ótimas de produção,

[1]Graduando em Administração Pública pela Unicamp e Ciência Política pela Unicsul (Brasil) - alvesd@unicamp.br;
[2] Graduando em Administração Pública pela Unicamp (Brasil) - guilherme.at.leme@gmail.com;
[3] Doutoranda em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp - t148018@dac.unicamp.br;
[4] Livre-docente da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp - milenaps@unicamp.br;

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

e consequentemente a economicidade na utilização de mão de obra, na qual se sustenta sob a lógica de produtividade entre redução de mão de obra ocupada versus ganho de produção via automação/mecanização. Desta forma, a TC é em suma, monopolizada por grandes empresas de países ricos, visto que para o pequeno empresário a obtenção de tais tecnologias se põe como inalcançável devido aos elevados custos e investimentos, assim como sua convenção na prática é tida pautada nas ações para satisfação e atendimento o consumo de alta renda.

Já a TS se põe como uma forma de geração e potencialização das ações para desenvolvimento e inclusão social, ou seja, da introdução de atores econômicos que sob lógica da TC não seriam capazes de promover e sustentar a o modelo econômico executado pelas grandes empresas e países ricos, visto que ao passo que a substituição da mão de obra empregada, assim como a premissa de produção em escala para alçar patamares produtivos crescentes, exclui a utilização e desenvolvimento destes atores econômicos emergentes.

Desta forma, a TS se propõe ser uma alternativa capaz de se adaptar ao empreendimento autogestionário e pequenas empresas, assim como se traduz em uma via de promoção do potencial físico e financeiro do produtor direto, isto é, capaz de promover o controle e desenvolvimento dos processos com base na percepção do produtor direto, assim como se pautar na produção para o mercado interno de massa, de forma não discriminatória, DAGNINO (2016)

Destarte, o fenômeno de TS se materializa enquanto campo de estudo crítico à Tecnologia Convencional, buscando o desenvolvimento tecnológico solidário e sustentável, disponível à toda sociedade, pela co-construção e foco no usuário. Sendo essa corrente relevante no âmbito socioeconômico e ambiental global. Dado isso, os sistemas de ensino deveriam incorporar tal lógica de pensamento.

Nesse contexto, o presente trabalho visa compreender em que medida a BNCC (maior documento curricular do Brasil) incorpora os princípios da TS, respondendo: Qual o contexto de constituição da BNCC? Quais trechos apresentam os aspectos e premissas de TS?; Em que área do conhecimento encontram-se esses trechos?

Metodologia

Metodologicamente, a presente pesquisa possui caráter exploratório, por meio de uma abordagem quali-quantitativa, fazendo uso da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1966) pautada em uma pesquisa documental da BNCC, desenvolvida em três etapas.

A primeira etapa constitui a análise de estudos e documentos oficiais acerca da construção do objeto de estudo (a BNCC), considerando passo relevante para compreensão da incorporação ou não das premissas da TS no decorrer do documento curricular.

A segunda etapa configurou-se na busca e catalogação dos trechos do documento em estudo que apresentaram o termo "Tecnologia", considerou-se trecho uma frase completa com função de descrever uma Habilidade/Competência ou um Objeto de Conhecimento dentro dos quadros curriculares ou quadros de competências específicas e gerais. A catalogação, por sua vez, foi instrumentalizada com auxílio da ferramenta Google Formulário, registrando os trechos identificados juntamente com suas informações de seção, área do conhecimento, tipo de frase (Habilidade/Competência ou Objeto do Conhecimento) e página identificada.

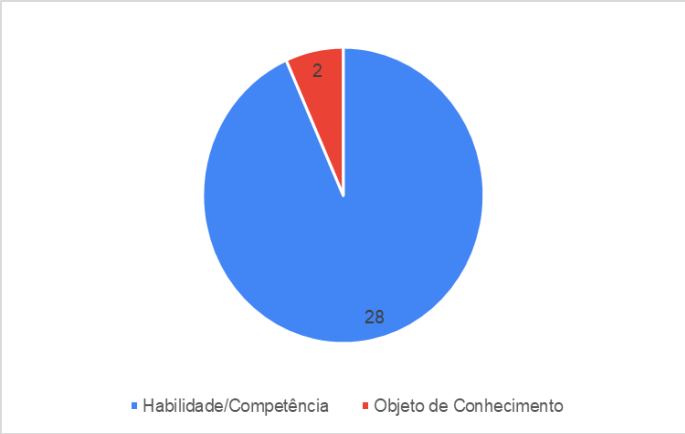
Na terceira etapa, se validou os trechos apreendidos e foi realizada sua análise, lançando mão de ferramentas de análise de dados, tais como Excel e Power Bi. Dessa forma, se construindo sínteses em gráficos dos resultados empíricos alcançados. Por fim, expostos na seção seguinte.

Resultados

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um artefato que reúne um conjunto de aprendizagens fundamentais para a formação dos alunos durante sua formação na Educação Básica (Brasil, 2022), no qual foi aprovada em 2017, com o propósito de nortear o sistema de ensino nacional. O documento está organizado em seis seções, as quais inicialmente apresenta a (i) introdução; (ii) descrição da BNCC, (iii) as Habilidades e Experiências para Educação infantil, (iv) Objetos de conhecimento, Habilidades e Experiências para o Ensino Fundamental, (v) Objetos de conhecimento, Habilidades e Experiências para o Ensino Médio, e por fim (vi) uma Ficha Técnica de elaboração do documento.
A primeira versão da BNCC foi enviada para consulta pública em setembro de 2015, perpassando por uma série de eventos até sua aprovação (BRASIL, 2022). Hodiernamente, há uma discussão acerca da legitimidade de tal norteador - onde diversos setores educacionais questionaram o processo final de construção, principalmente, sobre a incorporação das ânsias e propostas da sociedade na versão aprovada. Não é atoa que o próprio Portal Oficial de Acompanhamento da BNCC apresenta entre as "dúvidas frequentes" se "o conteúdo da BNCC foi construído democraticamente?". A informação dada como resposta é que mais de 12 milhões de propostas foram dadas na primeira versão, sendo a segunda versão resultado da introdução de tais propostas e a partir dessa última o seguimento para um ciclo de debates, em 1016, com órgãos estratégicos do setor educacional em todas as unidades da federação. Os resultados do ciclo de debates foram reunidos em relatório produzido pela Universidade de Brasília e embasou a versão final, colocada em consulta pública recebendo por volta de 44 mil contribuições. Mas, com construção democrática ou não, está influenciando a construção de currículos de todas as unidades da federação e modelando a Educação Nacional.
Diante das 600 páginas do documento analisado, foi possível identificar por meio do método apresentado para busca dos termos e validação dos trechos, cerca de 30 trechos identificados entre objetos de conhecimento, habilidades e competências, que corresponde a 0,8% do documento. O Gráfico 1 apresenta a distribuição de tipos de trechos identificados. Conforme foi possível esperar a maioria são de habilidades e competências (93,3%), essa hipótese se dá que o currículo nacional brasileiro se pauta em desenvolver uma série de habilidades para cada objeto de conhecimento.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

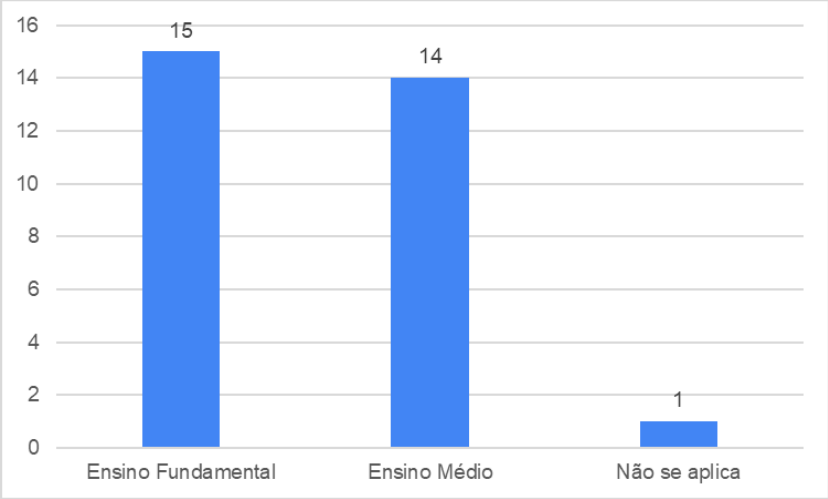
Gráfico 1 - Distribuição dos trechos identificados



Fonte: Elaboração própria

Já em relação ao Gráfico 2, temos que a presença dos termos está distribuída de forma similar entre o Ensino Fundamental e Médio, como também a inexistência do termo validado no Ensino Infantil.

Gráfico 2 - Distribuição por nível de escolaridade

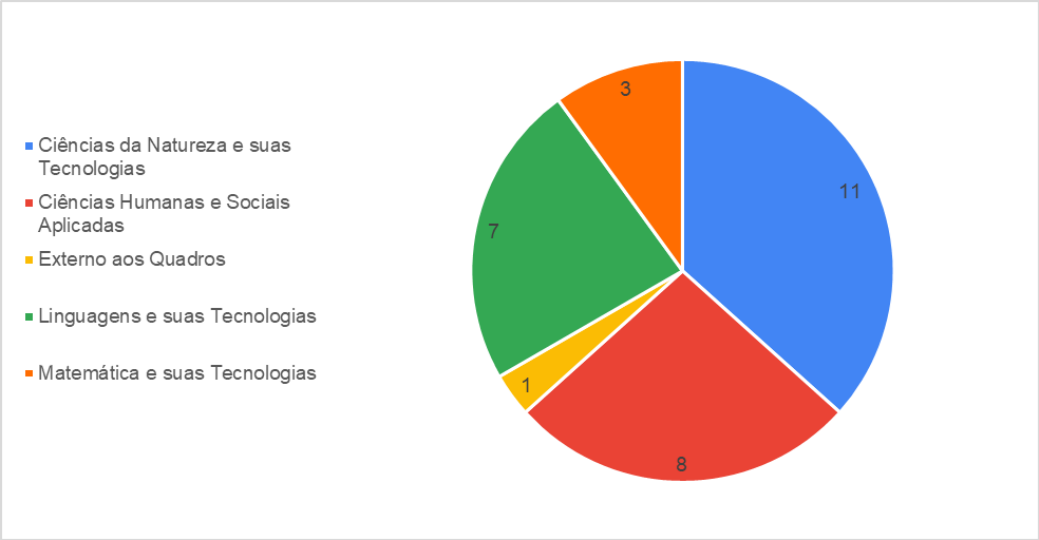


Fonte: Elaboração própria

Por fim, no Gráfico 3, temos a distribuição dos trechos identificados por área do conhecimento, sendo a área da Ciência da Natureza e suas Tecnologias a área com maior quantidade de trechos, seguida pela área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e por fim Matemática.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Gráfico 3 - Distribuição dos trechos identificados por área do conhecimento



Fonte: Elaboração própria

Em síntese, temos que (i) há um discurso oficial que afirma a ampla participação popular na construção e um discurso crítico que as últimas partes do processo houve exclusão da sociedade e especialistas brasileiros; (ii) foram identificados 30 trechos (0,8% do documento) próximos as premissas entorno do estímulo às tecnologias sociais; Por fim, (iii) a distribuição dos trechos identificados é: 11 trechos nas Ciências da Natureza; 8 trechos em Ciências Humanas Sociais e Aplicadas; 7 em Linguagens; e, por fim, 3 em Matemática.

Considerações Finais

Em conclusão, podemos colocar que, com base nos dados levantados, a BNCC pouco incorpora as premissas e princípios da Tecnologia Social. Desta forma, coloca-se em evidência a baixa articulação dos princípios da tecnologia social na formação básica dos jovens brasileiro. Esse resultado pode significar o não-estímulo de cabeças idealizadoras de novas tecnologias ou de reinvento de tecnologias existentes, com o propósito de serem tecnologia sociais, isto é, tecnologias que contribuam para o progresso sustentável socioeconômico e ambiental da humanidade de forma acessível.

Referências

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: 2018.

DAGNINO, R. P. A Tecnologia Social e seus desafios. In: FBB. **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004. 187-210 p.

_____.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: FBB. **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004. 15-64 p.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL QUE ATUAM EM CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Luciana Garrido Silva Borges Canuto
Kátia Barbosa Macêdo

Objetivo

Analisar a Organização do Trabalho das professoras que atuam em Centros Municipais de Educação Infantil em um município brasileiro

Método

Estudo de caso de caráter descritivo e exploratório com base na Psicodinâmica do Trabalho com análise documental e entrevistas individuais na fase da pré-pesquisa, sendo que o roteiro semiestruturado focou a organização do trabalho dos trabalhadores em educação infantil, considerando aspectos das condições de trabalho e relações de trabalho. Participaram da pesquisa 10 professoras concursadas com tempo médio de trabalho de 13,5 anos em Centros Municipais de Educação Infantil que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade. Os dados foram analisados por meio da análise clínica do trabalho.

Resultados

Os dados indicaram que há muitos riscos ocupacionais, tais riscos vão desde o ritmo intenso estressante de trabalho, quase sem pausas, à invasão do trabalho em sua vida familiar. Também foi notória a avaliação crítica quanto aos aspectos físicos e materiais, uma vez que a maioria das trabalhadoras precisou recorrer aos próprios recursos para realizar um trabalho de qualidade, tal fato aliado ao não reconhecimento de sua função, foi vivido com sofrimento e frustração, apenas uma das participantes relatou que não adquire materiais para a realização de suas atividades. Foi relatado descaso da organização para com a saúde das trabalhadoras, com a exposição a ambientes insalubres e metas inalcançáveis levando à adoção de um ritmo acelerado de trabalho. E, por fim, no que se refere às relações socioprofissionais e ao processo de comunicação, a maioria das participantes questionou a forma como a organização pública dificulta a flexibilização via diálogo por melhores condições de trabalho, uma vez que documentos chegam verticalizados e impositivos, obrigando as trabalhadoras a se adaptarem rapidamente a mudanças de ordem política, o que gera sobrecarga e sofrimento.

Discussão

A psicodinâmica do trabalho, conforme em Dejours (2016) afirma que o trabalhador precisa de certa liberdade de ação para transformar as prescrições e angústias de seu trabalho, bem como as limitações do processo, em trabalho real que possibilite o prazer pelo sentido do trabalho e pelo do reconhecimento, mas as instituições públicas, conforme Pires e Macêdo

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

(2006), apresentam: burocratização dos processos, valorização da hierarquia e apego ao poder que tornam a administração pública, lenta e menos flexível, o que ficou evidente em queixas quanto aos documentos mandatórios e quanto a pressões que vivem as professoras, pois além de vivenciarem condições todas as pressões de seu trabalho, elas são fiscalizadas. Dejours (2012) salienta que a organização do trabalho envolve as condições e as relações de trabalho, tais aspectos e interferem na subjetividade do trabalhador. Considerando os discursos das participantes foi observada intensa angústia por atender às exigências que configuram a "lindeza do papel" se contrapondo a condições materiais de trabalho insuficientes, exposição a ambientes insalubres e exposição a ritmo acelerado de trabalho. Dejours (2012) reforça que não havendo possibilidade de transformar as angústias do trabalho em sofrimento criativo, há o aparecimento de estratégias de defesa que mitigam o sofrimento, que por vezes falham e podem afetar as relações coletivas. Se ignorados tais aspectos, o sofrimento pode gerar patologias. É necessário apresentar a pesquisa às autoridades, buscando um diálogo possível por melhores condições e relações de trabalho.

Referência

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo: Trabalho e Emancipação**. Brasília: Editora Paralelo. 2012.

DEJOURS, C. **Situations du travail**. Paris: Puf. 2016.

PIRES, José Calixto de Souza e MACÊDO, Kátia Barbosa. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil.** Revista de Administração Pública. 2006.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

"EDUCAÇÃO? EU NEM SEI SE VOU ESTAR VIVO AMANHÃ": TENSIONAMENTOS EMOCIONAIS ENTRE JUVENTUDE E ESCOLA A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO "NUNCA ME SONHARAM (2017)"

Matheus Henrique da Silva[1]
Breno Gabriel dos Santos[2]

Apresentação

O presente trabalho toma como materialidade de estudo o documentário nacional "Nunca me Sonharam" lançado no ano de 2017, onde, por meio de mais de setenta entrevistas com diferentes sujeitos que compõe o espaço escolar e o processo de escolarização desde a gestão aos próprios estudantes, traça-se um panorama das práticas educativas e dos desafios que a educação pública e seus sujeitos enfrentam.

Por essas considerações e pelo volume de sujeitos escutados a produção fílmica ganha especial destaque e importância na construção de reflexões sobre diversas categorias sociais e de reflexões sobre o espaço escolar. Propomos uma análise das discursividades criadas pelos jovens entrevistados em torno da juventude e da escola onde objetivamos, identificar a construção socioemocional dessas categorias.

Metodologicamente incorporamos os pressupostos teóricos da Sociologia da Juventude e da análise de conteúdo para compor a construção deste trabalho, podendo contribuir para o debate sobre as produções sociais da juventude e na incorporação da perspectiva emocional no cenário educacional, intervindo na perspectiva racionalista incorporada pelos diferentes atores sociais. Foi possível que evidenciássemos os tensionamentos entre a percepção dos jovens e os embates com o Estado na garantia a educação e a possibilidade de se sonhar.

Para tanto apresentamos um panorama social da construção da juventude a partir dos marcadores de classe e gênero e de como são desenvolvidos socialmente e emocionalmente as percepções dos jovens sobre a escola.

A ideia de juventude ou de adolescência é desenvolvida em diversos compôs do conhecimento, por muito tempo essas categorias foram pensadas principalmente nas ciências bio-psiquicas, entretanto, autores das ciências sociais como Pierre Bourdieu (1978) nos apresentam a ideia de que a juventude perpassa por mais aspectos do que os bio-psiquicos de desenvolvimento, estando relacionados a fatores sociais que influenciarão esse desenvolvimento da juventude (PERALVA, 1997).

Desta forma, acreditamos que seja necessário apresentar uma análise social mais profunda sobre os signos e significados que esta palavra carrega. Sendo assim, uso para esta breve discussão os marcadores sociais de classe, gênero e raça, colocando sua influência na construção ou carência da vivencia das juventudes, com base nos conceitos de "moratória social" e "moratória vital" cunhados por Margulis e Urresti (2002).

[1] Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). matheushs.soc@gmail.com
[2] Graduando do curso de Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). brenogdsantos@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Ademais, é importante salientar que cada sociedade apresenta um modo distinto de demarcar seus modos de ser e estar na infância, juventude, vida adulta e velhice. Nota-se, também, diferenças no processo de transição de uma fase para outra, já que, por exemplo, em algumas sociedades percebemos o uso de cerimonias ou rituais para consagrar o fim da juventude e início da vida adulta (DAYRELL, 2005).
Todavia, em nossa sociedade, não há um marco específico para esta "passagem", mas um conjunto de fatores -independência financeira e social, construção da própria família, aposentadoria, entre outros- que fazem com que sejamos vistos como pertencentes a um determinado grupo aos olhos dos demais, assim torna-se cada vez mais complexo o processo de demarcação (CARRANO, 2007). No documentário em um primeiro momento, o ensino médio é construído como esse momento de passagem da juventude para a vida adulta.

Classe e Juventudes

Inicialmente fazemos uso do aspecto da classe social, uma vez que inseridos num sistema econômico capitalista que perpassa diversas esferas de nossas vidas e que nos separa em diferentes classes, os indivíduos não possuirão as mesmas condições de desenvolvimento socio- histórico-cultural. Firmados neste sistema, o trabalho é a forma de garantia do capital, que garante o acesso a bens que sanam nossas necessidades, sejam do estômago ou da fantasia. Nos parâmetros do filme, o marcador social de classe é muito importante para que possamos compreender como é vivenciada a juventude e a relação com a escola.
Em um panorama histórico, nos anos 50, o pós guerra faz com que surgissem efeitos que afetaram diretamente o campo das gerações. Uma nova "ordem internacional geográfica" fez com que se empunhasse novos estilos de vida e de valor, onde crianças e jovens passaram a ser vistos como sujeitos de direito e de consumo. Com a expansão da escola, a criação de um mercado cultural juvenil e a postergação para inserção no mercado de trabalho, cria-se a representação adotada para ditar o que é ser jovem e viver esta juventude (PERALVA, 1997). Dessa forma, essa juventude passa a ser marcada por aspectos, como o consumo dessa cultura jovem, o acesso a direitos, uma geração que permanece mais na escola e não no trabalho e que consome produtos feitos e pensados para esse novo mercado consumidor emergente. Uma noção de juventude criada e fácil de ser atingida pelos grupos hegemônicos (PEREGRINO, 2004). Quando lançamos esta noção hegemônica cristalizada à realidade de jovens das camadas populares os resultados são diferentes.
Com base nisso, ao usarmos a análise de Mario Margulis e Marcelo Urresti (2002) onde, ambos se apoiaram nas ideias de Pierre Bourdieu de que, a saber, as práticas e produções simbólicas sofrem legitimação da sociedade, tornando-se uma construção social e por isso devem ser analisadas. Dessarte, Margulis e Urresti acreditam que a juventude se relaciona com o aspecto material que é consumido pelos jovens, fazendo com que estes sejam percebidos como membros desta categoria. Como consequência, desenvolvem os termos da "moratória vital" e "moratória social" para designar alguns processos relacionados aos jovens.
A "moratória vital" refere-se ao aspecto energético do corpo, como e onde estes jovens investem sua energia. Paralelo a isso, a "moratória social" designa o acesso social a esse modo de ser jovem moldando seus corpos, uma vez que, para os autores, o consumo dessa cultura jovem faz com que determinados corpos ganhem signos que fazendo com que sejam vistos socialmente como juvenis.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Dado o exposto, podemos afirmar que os jovens de classes mais baixas, tendem a entrar no mercado de trabalho desde muito cedo, afim de ajudar na produção de renda (seja para auxiliar a família ou para satisfação das próprias necessidades materiais e simbólicas) fazendo com que muitos assumam as responsabilidades da vida adulta ainda na fase de experimentação da juventude (CARRANO, 2007). Estes jovens tendem, então, a investir seu tempo em trabalhar e produzir, enquanto os de classe mais altas podem desfrutar de seu tempo na construção dessas práticas e signos do ser jovem, atingindo assim o papel social da juventude (MARGULIS; URRESTI, 2002).
No documentário é retratada a realidade desses jovens que deixam o sistema de ensino na esperança de contribuírem com a renda familiar e ganhar a independência financeira. Essa ideia de independência marca a percepção dos jovens sobre a vida adulta. Existe em seus discursos o anseio pela passagem da juventude e chegada à vida adulta por parte daqueles que ainda estão inseridos no sistema de ensino, a liberdade representada em forma de fase da vida. Para os jovens trabalhadores essa categoria chega de forma mais latente em seus discursos constrói-se a ideia de um mundo não tão livre, mas desigual, onde estes devem passar a construir uma moratória vital que os tira do papel de jovens e os insere no mundo adulto.

A relação dos gêneros

Em um primeiro momento, vale ressaltar que existem poucos estudos de gênero que tomam a juventude como fator de importância, dado que essa categoria só começa a ser vista como relevante a partir dos anos 80 (MULLER, 2004). Em vista disso, Muller (2004, p. 218) afirma que "o máximo que se consegue avançar neste sentido é refletir um pouco sobre os papéis sexuais dos jovens e as diferentes formas de socialização de meninos e meninas".
Sabe-se que a juventude depende de aspectos como: o gênero e o modo que o corpo interage com a cultura. Com isso, devo ressaltar que o modo de ser jovem para meninos e meninas é diferente (MARGULIS; URRESTI, 2002). Carlos Feixa (1998) afirma que as culturas juvenis são observadas como algo ligado ao masculino, ou seja, relacionamos a juventude ao início de um processo de autonomia da família e uma formação de uma identidade própria que muitas vezes está ligada ao mundo público. Todavia, quando se trata do mesmo processo só que aplicado as moças, é possível notar o hábito de uma dependência familiar e um contato reduzido com o mundo público (MULLER, 2004). É expressa a ideia dessa demarcação de gênero e independência quando os jovens que são retratados como independentes são todos do sexo masculino.
Além do exposto, quando falamos neste aspecto de gênero e o pertencimento a algum grupo etário, talvez seja necessária uma colocação que abranja aspectos biológicos e o modo como estes influenciam na leitura social destes corpos. Assim, discutirei sobre o corpo feminino e os signos sociais que são atribuídos a menstruação e a gravidez, sobre este aspecto etário. O estudo das pesquisadoras Márcia Shinohara, Lucila Bezerra e Ângela Takagi (1994, p. 197), mostrou que grande parte das mulheres relaciona a menstruação a um "ritual de passagem de menina para moça (...) até o seu término com a menopausa". Nota-se que a juventude não faz parte da construção do feminino, a menstruação pula as etapas indo da infância a vida adulta e terminado na velhice com a menopausa.
A maternidade, é o principal aspecto retratado na vida das jovens que são apresentadas no documentário. Ela implica em alterações no corpo e afeta a condição sociocultural dos

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

indivíduos, uma vez que as jovens grávidas são lidas enquanto adultas (MARGULIS; URRESTI, 2002). Em relação a escolarização, é por conta da gravidez que as jovens acabam por abandonar o processo de formação, para os jovens do gênero masculino isso representa a inserção em um mundo marcado pela responsabilidade de gerir e dar sustentação a família, papel comumente atribuído aos homens, o que faz com que os jovens evadam a escola.

Juventude e escolarização

Em um panorama geral os jovens se retratam como silenciados, a construção social adotada é a de que a juventude é apenas uma fase que deve ser ignorada e que não tem voz. Emocionalmente esses jovens retratam uma situação de potência frente esses discursos mostrando que devem ser ouvidos e que o mundo pode ser transformado. Por vezes esse sentimento de não ser ouvido eleva a vontade desses jovens de saírem da fase em que estão e irem a fase adulta. Uma das jovens afirma: *"Porque muitas vezes eles jugam os jovens por 'é só uma fase'. Se você tem uma opinião é só uma fase. Não é só uma fase. Não é só opinião. É minha opinião e você tem que respeitar."*

Outro ponto importante da juventude que se destaca nos discursos é a importância da escolarização para a sua formação intelectual e pessoal. A escola é vista como um espaço democrático e essencial para construção de suas identidades. Entretanto esses jovens reconhecem que esse espaço também é demarcado por relações de poder e conflito, sendo nesse espaço que se constrói o que para eles há de mais precioso, o conhecimento afirma que podem lhes tirar tudo menos ele.

É na escola que muitos reconhecem que o mundo e suas possibilidades de sonhar são limitadas, isso evoca sentimentos de preocupação e revolta. O retrato da escola pública e desenhado sobre o descaso e o esquecimento com a falta de investimentos e de oportunidades, questiona-se os nossos representantes políticos, por que tanto descaso? Os jovens querem estudar, mas faltam oportunidades.

Reflete-se também em como o papel do docente e das boas relações estabelecidas entre eles e os estudantes, são essenciais para a formação destes indivíduos. Que tipo de docentes os jovens querem? Seu desejo parte da ruptura com a estrutura tradicional de divisão, os jovens evocam o sentimento de desanimo com essa postura, querem professores-amigos, abertos ao diálogo e ao reconhecimento das suas dificuldades.

A escola também é vista como um campo de batalha para corpos que fogem as normas sociais, esse espaço de liberdade é para alguns corpos fonte de opressão e de discriminação, destacam-se no filme as relações entre sexualidade onde o medo evoca a formação emocional dentro do contexto escolar. Uma jovem afirma: *"A escola para mim foi um lugar de discriminação. É o lugar onde eu sofri tanta discriminação em virtude, na época, de começar a me descobrir lésbica, dar de cara com o racismo, e isso é muito duro par o adolescente."*

Concluindo

O documentário aqui abordado se mostra potencialmente importante para trazer à tona importantes discussões sobre o campo educacional, trazendo diferentes perspectivas sobre ele, aqui nos debruçamos sobre as categorias da juventude e da escola.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Emersos em uma escola que enfrentam as maiores adversidades e os descomprometimento político de garantia de uma educação de qualidade, os jovens carregam consigo os tensionamentos que essa fase carrega. Em alguns casos a construção social de juventude expressa nas moratórias vital e social aqui apresentadas são interrompidas por diversos aspectos relacionados principalmente a classe social e ao gênero dos jovens. O que interrompe para alguns a chance de sonhar.

O processo de escolarização por sua vez, é visto como de grande valia para esses estudantes, que encontram na escola a esperança de um futuro melhor e um presente cheio de tensionamentos pessoais e sociais sobre a juventude. São jovens que reconhecem as dificuldades que enfrentam e desejam uma escola aberta a escuta-los.

Por fim, destacam-se no campo emocional a força da esperança e o peso da incompreensão e silenciamento que essa fase lhes proporciona. Devemos então, tomar esses indivíduos como sujeitos ativos em suas trajetórias e no processo de aprendizagem, e devemos sobretudo investir em uma boa formação para que todos tenham a oportunidade de sonhar.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A "juventude" é apenas uma palavra. In. BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Lisboa: **Fim de Século**, 2003.

CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 55-67, 2007.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A juventude e a educação de jovens e adultos: reflexões iniciais. Novos sujeitos. **Diálogos na educação de jovens e adultos. São Paulo: Autêntica**, p. 53-65, 2005.

Margulis, Mário e Urresti, Marcelo. **Juventud es más que una palabra**: ensaios sobre cultura e juventud, Buenos Aires, Biblos, 1996.

MULLER, Elaine. Juventude e algumas questões e relações de gênero. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 5, n. 11, 2004.

PERALVA, Angelina Teixeira. **O jovem como modelo cultural.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 1997, n.05-06, pp.15-24.

PEREGRINO, M. A fecundidade da noção de moratória (vital/social) para análise das relações entre juventude e educação no contexto de massificação dos processos educativos. **CONGRRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, v. 27, 2004.

SHINOHARA, Márcia Yuri; BEZERRA, Lucila Coca; TAKAGI, Ângela Megumi. Conceitos de mulheres sobre sua menstruação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 47, p. 195-205, 1994.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

ESTUDO SOBRE O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ABC PAULISTA

Maria do Carmo Pereira Servidoni[1]
Rebeca Moreira Martins[2]

Introdução

A formação continuada se faz necessária para o aperfeiçoamento e atualização do conhecimento que será desenvolvido no seu fazer diário e pode ser compreendida como um processo constante, permanente e necessário, ao longo da vida docente. Essa jornada inicia-se com a graduação e tem como objetivo assegurar uma ação mais assertiva em sala de aula que culminará em um ensino de qualidade, e, tem como consequência o direcionamento de uma nação. O profissional atualizado, torna-se reflexivo e transpõem para o fazer pedagógico a essencialidade do saber para que o aluno se desenvolva com autonomia, resultando assim em uma sociedade protagonista da própria história, conforme o mestre Paulo Freire (2020, p. 25)

> [...] É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (p.25) [...]

A formação possibilita ao docente se tornar cada vez mais capaz de se adaptar às rápidas e diversas mudanças no ambiente educacional, tornando-o preparado e seguro para enfrentamento das dificuldades encontradas no fazer pedagógico. Toda nação é regida por uma legislação e a formação do professor é prevista como prioridade, conforme a Constituição Federal de 1988 expressa no Art. 206, descrito no parágrafo abaixo.

> **V -** valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

A formação continuada dos professores é regida pela nossa legislação e é destacada como um ponto importante na educação brasileira. As Secretarias Municipais e Estaduais de Educação são as responsáveis por organizar e implementar o processo de formação dos professores que atuam no ensino público, além de serem responsáveis pela supervisão do ensino privado, garantindo o que rege os planos municipais. Conforme (ALTET, 2001), o (a) professor é um profissional que requer um processo de reflexão sobre a prática e esta,

[1] Professora Mestre – Coordenadora Pedagógica e Docente da Faculdade Estácio de Santo André - maria.servidoni@estacio.br
[2] Discente do curso de Pedagogia da Faculdade Estácio de Santo André - rebeca.fiore@gmail.com

por sua vez, é o que possibilita a sua profissionalização. É nesse sentido que a continuidade no processo de formação é de suma importância.
Segundo PERRENOUD (2001, p.15),

> "Um professor não é apenas um conjunto de competências. É uma pessoa em relação e em evolução. Portanto, é importante saber como se relacionam os processos de profissionalização e de personalização. O processo de profissionalização não seria algo intrinsecamente ligado ao desenvolvimento pessoal do professor (Baillauquès,1990)? Em caso afirmativo, o que seria capaz de impulsionar esse desenvolvimento?" (PERRENOUD, 2001,p.15)

A proposta busca verificar como ocorre a profissionalização dos professores nos municípios em questão e quais influências na vida do professor e no processo ensino-aprendizagem. Partindo de uma visão freireana e com análises qualitativas dos dados fornecidos ora pela literatura, ora pela legislação.

Freire e Gadotti

Quando pensa-se na trajetória do professor entende que é preciso, acima de tudo, voltarmos o olhar para uma educação libertadora, em que possibilita a construção de uma sociedade mais equilibrada, sendo ela o viés para que os sujeitos existentes interajam de modo mais humanizado, motivados pela busca de um objetivo comum, isto é, a construção de uma sociedade plural. Mas como a profissão de professor transita nesta esfera? Como podemos desenvolver a autonomia, o respeito, a empatia, a resiliência entre outras competências socioemocionais tão almejadas pela sociedade contemporânea? O mundo requer o desenvolvimento de um ser humano mais pleno, no sentido de conviver com o outro de modo mais saudável. Por isso, como disse Krenak (2021) em entrevista no Programa Roda Viva, da TV Cultura, "Einstein sugere que a Ciência é humildade". Entende-se por humildade que todo o indivíduo que está predisposto a aprender, por isso esta é uma das habilidades necessárias quando se fala em pesquisa. Segundo Freire (2020), "Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender."
Na prática libertadora, o mestre se posiciona ao lado de seus aprendizes para que juntos possam organizar as atividades desenvolvidas nas classes, todas baseadas no debate de temáticas sócio-políticas, inerentes ao contexto vivenciado por eles. Assim, seu método não age apenas no circuito educativo, mas também na economia, na política e nas demais esferas da vida em sociedade, onde também os professores e futuros professores deverão ser sempre reflexivos e trabalhar no tripé ação-reflexão-ação, como diz Freire (1997),

> "Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...] enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade." (FREIRE, 1997, p. 40)

Para Paulo Freire (2016), a formação continuada dos professores ,sendo esta iluminada pela clareza política, capacidade, o gosto por saber mais e a tão importante curiosidade sempre desperta, juntas e unidas formam-se assim um dos melhores instrumentos políticos em

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

defesa de seus interesses e de seus direitos. A formação continuada também é importante para a escola alcançar seu objetivo, que é ensinar o aluno a ler o mundo para poder transformá-lo. O processo de ensinar, que implica o de educar e vice-versa, envolve a paixão de conhecer, no qual insere os educadores numa busca prazerosa, ainda que nada fácil. Para ser professor é necessário ousadia e coragem, onde somadas a estas, o contínuo aperfeiçoamento dos saberes, não só como professor , mas como indivíduo.

O profissional consciente sabe que sua formação não termina na Universidade. Esta lhe aponta caminhos, fornece conceitos e idéias, a matéria prima de sua especialidade. "Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática". (FREIRE, 1991, p. 58). Ainda segundo Freire: "Ensinar exige tomada consciente de decisões." (1996, p. 122) Acredita--se que o ser humano, enquanto ser vivo constrói--se a cada dia e assim vai dominando cada vez mais o seu espaço. Somente através da formação continuada o professor estará se construindo como educador .

Freire fala sobre a responsabilidade ética do professor: "O preparo do professor deve coincidir com sua retidão ética." (1996, p.18) Deve mostrar com sua postura crítica. Embora a imparcialidade nunca seja totalmente atingida, o cuidado ao avaliar a atitude de outrem, sem deixar que nossa visão pessoal interfira. É enriquecedor para o aluno perceber as diferentes formas de compreender os fatos, os posicionamentos adotados, problemas e na busca de soluções. Mas que sintam o respeito e a lealdade dos professores ao analisarem e criticarem as posturas dos demais. A presença de cada um no mundo deve ser consciente e responsável, por isso precisamos agir com ética.

A dissociação da teoria com a prática é um problema que precisa ser muito bem analisado pelos educadores, pois segundo Freire (1996) a prática é fundamental, ela sucede e precede a teoria e se poderá fazer bem uma determinada atividade quando a conhece teoricamente e quanto mais se pratica, mais aumenta o conhecimento. Para que se concretize o processo do aprender é preciso que o aluno tenha condições para recriar ou refazer o ensino.

"Ensinar exige pesquisa" (1996, p.30), pensar certo implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação bem como o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. É preciso discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva, a desigualdade social, o descaso dos governantes para com o povo. Freire define isto como sendo o currículo vivo: "Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos" (1996, p.30). "Ensinar exige criticidade" (1996, p.30), pois, segundo Freire, não se passa da ingenuidade à criticidade sem um bom trabalho, o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, da constante busca do conhecer e conhecer de forma criticamente curiosa. O professor precisa ter consciência de que um ser ético, agir como tal. Ter coragem para assumir posicionamentos e mudar. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê--lo.

O professor precisa de discernimento para aceitar o novo com critérios de seleção bem como reter ou rejeitar o velho por sua validade. "Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação" (1996, p.30). Freire coloca ainda como qualidade imprescindível para o professor o cuidado com o tratamento do ser humano abominando todo tipo de preconceito e discriminação.

Quanto mais o educador se conhecer, se percebe, sabe como é e porque o é, maior sua capacidade de mudar, tornar--se melhor, promover--se da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica. "Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática", Freire afirma também que: "Ensinar exige o reconhecimento e assunção da identidade cultural" (1996, p.30). A formação docente deve compreender o valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, o medo que ao ser controlado vai gerando a coragem, por isso, ensinar certo requer uma postura exigente, difícil, que precisa ser assumida, defendida. Afirma ainda Freire que "Ensinar exige consciência do inacabamento" (1996, p. 55). O ser humano enquanto ser vivo constrói--se a cada dia e o domínio do espaço. Os seres mais culturais possuem maior infância e maior dependência dos seres adultos.

Seguindo esta linha de pensamento, o Educador Moacir Gadotti, aluno e parceiro do mestre em pedagogia Paulo Freire, defende a ideia de que o educador precisa se reinventar constantemente. Em seu livro, Boniteza de um Sonho (2011), o Educador fala sobre a formação do profissional da educação, a qual está diretamente relacionada com o enfoque, a perspectiva, a concepção que se tem da sua formação e de suas funções atuais. Segundo Gadotti (2011),

> "Acredito que a formação continuada do professor deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas inovações tecnológicas." (GADOTTI, 2011, p. 41)

Os sistemas de ensino investem na formação individualista e competitiva do professor, quando o mais importante é a formação para um projeto comum de trabalho, a formação política do professor. Para Gadotti, assim como Freire, o professor precisa mais do que uma formação técnica, a função do professor necessita de uma formação política para exercer com competência a sua profissão. Em síntese, a nova formação do professor deve estar centrada na escola, sem ser unicamente escolar, sobre as práticas escolares dos professores, desenvolver na prática um paradigma colaborativo e cooperativo entre os profissionais da educação. A formação continuada do professor deve basear-se no diálogo e visar à redefinição de suas funções e papéis, à redefinição do sistema de ensino e à construção continuada do projeto político-pedagógico da escola e do próprio professor .

Segundo o autor, muito sofrimento da professora, do professor, poderia ser evitado se sua formação inicial e continuada fosse outra, se aprendesse menos técnicas e mais atitudes, hábitos e valores. "Antes de se perguntar o que deve saber para ensinar, a professora deve se perguntar por que ensinar e como deve ser para ensinar" (2011, p. 43). Gadotti ainda afirma que muito desconforto e insegurança poderiam ser evitados se o professor aprendesse a organizar melhor seu trabalho e os de seus alunos e alunas, se aprendesse a sistematizar e avaliar mais dialogicamente, se tivesse aprendido a aprender de forma cooperativa. O individualismo da profissão mata de ansiedade e angústia, leva ao sofrimento e até ao martírio do professor comprometido e à desistência daquele que perdeu a esperança.

Gadotti fala que os professores podem ter um papel mais decisivo na construção de um novo paradigma civilizatório se entenderem de outra forma seu papel na sociedade do conhecimento e educarem para a humanidade. Segundo Gadotti "eles e elas podem ter um

poder como nunca tiveram na sociedade" (2011, p. 47), porém para o autor esse poder deve ser conquistado, sendo que as entidades de professores possuem uma enorme responsabilidade nesse processo de formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Para Gadotti (2011)

> "A nova pedagogia para a educação da humanidade não é apenas uma pedagogia da resistência, mas, sobretudo, uma pedagogia da esperança e da possibilidade." (GADOTTI, 2011, p. 47)

Em seu livro, Pensamento Pedagógico Brasileiro (2006), Gadotti defende uma pedagogia dialógica - uma pedagogia da comunicação - onde sua fundação encontra-se numa concepção de homem em que tanto o aluno quanto o professor são entes inacabados. Portanto, ambos precisam um do outro. "O professor não deve moldar (doutrinar) seus alunos: deve levá-los (educere = "conduzir") a descobrir e a trilhar um caminho próprio" (2006, p. 117).
Cada dia mais o papel do professor está mudando de lecionador para organizador da aprendizagem. Torna-se fundamental aprender a pensar autonomamente, saber comunicar-se, saber pesquisar, aprender a trabalhar colaborativamente, saber organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens, saber articular o conhecimento científico com o saber sensível, o saber técnico e o saber popular.
Diante da velocidade com que a informação obsolesce e morre, seu papel está mudando: ele não só transforma a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também forma pessoas. Ele faz fluir o saber, porque constrói sentido para a vida das pessoas e para a humanidade. Por isso, ele continuará imprescindível. Seu papel continua sendo "ensinar", no seu sentido etimológico, do latim "*insignare*", que significa "marcar com um sinal", indicar um caminho, um sentido. Ser professor é, essencialmente, ser profissional do sentido.
A ética faz parte da natureza mesma do agir pedagógico. Não é competente o professor que não é ético. Ser humilde, ouvir os alunos , trabalhar em equipe, ser solidário. A qualidade do ensino depende muito da qualidade do professor . Por isso a formação continuada é tão importante e cada dia mais necessária.

Legislação Brasileira - Plano Nacional da Educação

Em 9 de janeiro de 2001, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a Lei nº 10172, responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). Implementado com a vigência de dez anos, o PNE traça diretrizes e metas para a educação em nosso país, com o intuito de que estas sejam alcançadas até o fim desse período. As diretrizes descritas no PNE são as seguintes:

> I - Erradicação do analfabetismo;
> II - Universalização do atendimento escolar;
> III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
> IV - Melhoria da qualidade da educação;
> V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
> VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

> VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
> VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
> IX - Valorização dos profissionais da educação;
> X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014)

Vamos focar nosso trabalho no item IX – Valorização dos Profissionais da Educação, onde as Metas criadas 15 a 18 foram as seguintes:

> **Meta 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
> **Meta 16:** Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
> **Meta 17:** Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
> **Meta 18:** Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014)

Baseado nas informações e metas acima, alguns questionamentos surgiram tais como: A formação continuada dos professores realmente está sendo implementada? As metas criadas para tal questão foram ou estão sendo cumpridas? Quais os resultados dessas metas nos municípios do Estado de São Paulo?
Para responder parte das questões, selecionamos dois municípios, Santo André e São Caetano do Sul, ambos no Estado de São Paulo, e analisamos os programas de formação continuada ofertados aos docentes.

Programas de Formação Continuada nas Redes de Santo André/São Caetano do Sul

Santo André

O município de Santo André possui um olhar atento ao que diz respeito à Formação Continuada de seus professores. A Secretaria da Educação do município possui uma parceria com a Associação Parceiros da Educação SP, a nível estadual, para a formação de professores, assistentes pedagógicos e gestores, para Educação Infantil e Fundamental I.

Semanalmente é realizada uma RPS - Reunião Pedagógica Semanal, em plataforma online, onde o professor , em seu horário de trabalho, irá participar de cursos para a sua formação continuada.

Os cursos são definidos pela Associação em parceria com a rede, onde as escolas comunicam as dificuldades vivenciadas através de seu PPP (Projeto Político Pedagógico). Por ser de assunto interno, o município não divulga os cursos e palestras para a comunidade, porém, em sua maioria, os cursos são voltados para as áreas de Alfabetização e Letramento, Educação Inclusiva, temas referentes à Lei 10.639/03 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências) e também na área de Tecnologia e seus usos, pois o município oferta a distribuição de tablets para o 4º e 5º anos.

Em paralelo às RPS, o município possui o Centro de Formação de Professores Clarice Lispector, localizado na Vila Matarazzo, onde são ministradas palestras e cursos complementares de formação.

O Centro foi inaugurado em 18 de junho de 2004, sendo coordenado pela Professora Cecília H. G. de C. F. Barbazia. Com um projeto arquitetônico condizente com a política pedagógica educacional do município e instalações que pudessem atender a inclusão social, o centro possui salas de aula, salas digitais equipadas com computadores e um auditório que leva o nome do escritor Jorge Amado. Foi o primeiro espaço do ABC voltado prioritariamente para profissionais da educação. No local está sendo implantada uma pequena biblioteca para que os professores tenham acesso à materiais. O nome escolhido para o espaço foi em homenagem a Paulo Freire, pois o município adota o sistema freiriano, onde o aluno é o centro da aprendizagem, juntamente com outros sistemas educacionais.

Em atividades abertas, o centro funciona como uma ferramenta complementar à formação dos professores, atendendo também professores da Rede de Ensino Estadual e Particular da região, além de alunos oriundos das Universidades do ABC. Tem como objetivo central oferecer formação permanente aos professores da Rede Municipal de Ensino de Santo André.

Devido a pandemia de Covid-19, o Centro adotou o sistema híbrido, com cursos e palestras presenciais e/ou online. A participação dos professores é realizada através de inscrição prévia, havendo uma defasagem de 30% em média. Para os participantes são fornecidos certificados e também, pontuação para atribuição de sala e/ou remoção, estimulando assim os professores a participarem.

O Centro possui um programa de suma importância chamado “Compartilhando Saberes”, onde os professores após os cursos e palestras, compartilham as práticas adotadas em sala de aula em relação ao que foi ensinado no centro. O programa também inclui o “Compartilhando Talentos”, onde os professores podem apresentar, na data estipulada, seus talentos como canto, dança ou outra apresentação à sua escolha. Este programa não é de caráter obrigatório, porém pode ser de grande estímulo para os profissionais da rede.

Em parceria com o Centro de Formação de Professores Clarice Lispector, para o apoio aos saberes pedagógicos, o município possuí a SABINA - Escola Parque do Conhecimento, um Centro de Ciências com a importante missão de gerar, preservar e difundir o conhecimento por meio de seus acervos, exposições, aquários, terrário, experimentos, simuladores, planetário, teatro digital e outros serviços, aberto à comunidade. Um indispensável recurso didático para a aprendizagem de Linguagem, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e

Matemática. Sua proposta pedagógica revela a difusão do conhecimento por meio de exposições interativas, que são elaboradas para despertar a curiosidade, propiciando o entendimento e o alcançar do saber de forma lúdica e prazerosa, tanto para o aluno , quanto para o professor uma troca de saberes. Desse modo, a SABINA é um grande espaço de democratização e acesso ao conhecimento científico, artístico, cultural e tecnológico, não predominando só o ensino formal, como seu próprio nome diz

> Antes de Roma existir, quem habitava o Lácio (atual Itália) eram os sabinos. A lenda conta que os romanos, sob o comando de Rômulo, sequestraram as mulheres sabinas para povoarem a recém-fundada cidade de Roma. Em represália, o exército sabino declarou guerra aos romanos e, em meio ao combate, as sabinas se posicionaram entre os dois grupos rivais, dispostas a se sacrificar pelo fim do conflito, forçando um acordo de paz que daria início ao crescimento e expansão romana.
> Essa união entre Roma e os sabinos representou a troca de informações e culturas entre os dois povos, contribuindo para a formação do Império Romano. A Escola Parque do Conhecimento de Santo André adotou o nome Sabina baseada nesse exemplo histórico. Porque sua proposta é ser um espaço para o intercâmbio entre várias áreas do conhecimento. (https://www2.santoandre.sp.gov.br/hotsites/sabina/index.php/a-sabina/historia>acesso em 16 de jun. 2022).

O município também possui o EMEA - Escola Municipal de Educação Ambiental - Parque Tangará/Parque Escola, tendo como objetivo difundir a educação socioambiental, visando contribuir para o processo de ensino da Rede Municipal, de forma criativa, crítica e autônoma, estimulando reflexões e ações sobre a preservação do meio ambiente e a atuação do homem na natureza.

Com cerca de 50 mil m² de parque, o EMEA oferece recursos pedagógicos para estimular e despertar a curiosidade sobre a temática ambiental, a botânica, a arte e o reaproveitamento de materiais, reciclagem bem como a valorização do convívio social e as práticas educacionais.

O atendimento é exclusivamente para alunos da Rede Municipal de Educação de Santo André/SP, de segunda à sexta-feira, em aulas sobre conteúdos relacionados à Ciência da Natureza, em especial: a Biologia e a relação Homem-Natureza. Os cursos oferecidos são em forma de oficinas, palestras e exposições em sua agenda mensal, com programação especial em meses de recesso escolar (janeiro e julho), visando a popularização do conhecimento junto à comunidade. Além disso, dispõe de espaços para espetáculos teatrais, auditório, academia ao ar livre, quadra e espaço arborizado para caminhada.

Tanto a SABINA quanto o EMEA são ótimas ferramentas para que os professores apliquem suas aulas fora do ambiente escolar, comprovando assim que o ensino não é somente dentro de uma sala de aula, mas fora da escola também.

Todos os três espaços, Centro de Formação de Professores Clarice Lispector, SABINA e o EMEA Parque Escola respondem à Secretaria da Educação do Município de Santo André.

Algumas escolas do município possuem o CESA - Centro Educacional de Santo André, um espaço educacional, que envolve a EMEIEF, Creche, Centro Comunitário e Biblioteca. De acordo com informação divulgada pela Prefeitura, o município possui onze CESAs, em diversas regiões da cidade.

Dentre os projetos e atividades oferecidas, está o Projeto de Reforço Escolar "Toda criança tem o direito a aprender", onde são propostas atividades de forma sistemática, planejada e norteada pelas diretrizes da Secretaria de Educação – utilizando-se das mais diversas formas de linguagens em aulas monitoradas nas modalidades: Artes Visuais, Capoeira, Dança, Ginástica Artística, Artes Cênicas, Xadrez, Taekwondo e Brincadeiras Infantis/Tradicionais entre outras práticas esportivas.
Essas atividades acontecem no contraturno escolar e contribuem no desenvolvimento dos educandos , onde cada sala possui um Arte-Educador, estabelecendo uma parceria entre os docentes, caminhando na mesma via, porém em compassos diferentes. A sala de aula estabelece os métodos e estratégias para a alfabetização enquanto o projeto se apoia em outras linguagens como a música, a dança ou a representação. Essas outras linguagens potencializam as habilidades mais latentes da criança, a fortalecendo nos grandes desafios das descobertas, entre elas o processo de leitura e escrita. Assim sendo, os docentes alfabetizadores conseguem a partir de outros domínios, encontrar portas para a alfabetização.
No CESA ainda ocorrem atividades relacionadas à Formação Continuada de educadores e gestores , Festa Junina, Dia das Crianças, Encontros com Famílias, exposição de atividades relacionadas às crianças, dentre outros.
Como podemos ver, o município de Santo André acredita na importância da Formação Continuada de seus professores , uma forma de garantir mais qualidade no ensino e melhores condições de trabalho para os docentes. É um meio de mostrar para a comunidade escolar que o município se preocupa com o futuro de seus alunos e valorizar seus profissionais.
Passamos agora para o município de São Caetano do Sul e os programas ofertados para a formação de seus professores.

São Caetano do Sul

O município de São Caetano do Sul, assim como Santo André, acredita na importância da Formação Continuada de seus professores. O município, junto com a SEDUC (Secretaria Municipal de Educação), possui o CECAPE - Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação Dra. Zilda Arns, localizado no bairro Barcelona, para o aperfeiçoamento contínuo de seus professores e profissionais da educação com atividades e palestras coordenadas pelo próprio CECAPE.
Dentre os cursos e palestras ofertados, algumas foram voltadas para a pandemia, a qual estamos vivenciando e a suspensão das aulas nas escolas. Por motivo também da pandemia, o CECAPE adotou o sistema híbrido, com a maioria dos cursos e palestras online, pela plataforma *youtube*, a qual fica gravada para posterior consulta dos professores e profissionais da educação.
Abaixo apresenta-se alguns cursos e palestras ofertadas pelo CECAPE:

- Palestra "Como você sobreviveu em 2020?" O papel do equilíbrio emocional em meio a pandemia, tendo como palestrante o Prof. dr. Guilherme Brockington, com o objetivo de olhar para o psicológico dos professores durante a pandemia com a suspensão das aulas no formato presencial.
- Pensando nas ações desenvolvidas até agora, a palestra "Aos Professores e Gestores: O Currículo para 2021 e uma breve retrospectiva de 2020", também voltada à

pandemia enfrentada, esta palestra foi pensada na preocupação que as crianças e os adultos tiveram nas aprendizagens no sistema à distância, nas ações desenvolvidas e o que poderia ser modificado no currículo do próximo ano. Um encontro muito importante com a troca de vivências dos professores e suas experiências.

-
- A palestra "Arte e Ensino de Artes: Ler, Dizer e Criar o Mundo para Todos" foi oferecida pela palestrante Luiza Christov, professora e pesquisadora no Instituto de Artes da Unesp de São Paulo.
- O encontro "O que dizem os teóricos acerca do Desenvolvimento Infantil", teve por objetivo o desenvolvimento infantil sob a concepção piagetiana e a importância da escola nesse processo.
- A palestra "A Cultura e a Arte como Instrumento para uma Comunicação Não Violenta", teve como objetivo geral estimular a reflexão sobre a comunicação não violenta a partir da Cultura e da Arte como instrumentos de transformação. Os objetivos específicos para conhecer e identificar os conceitos e componentes da comunicação não violenta e promover a reflexão sobre a importância da autorresponsabilidade no processo da comunicação. Esta palestra abordou um tema muito importante, ainda mais devido a ansiedade e estresse vividos na pandemia e o quanto isso influenciou na comunicação entre as pessoas. Como a cultura e a arte podem servir como um instrumento para esta comunicação não violenta, não só em sala de aula, mas nos ambientes familiares.
- O encontro "O Acolhimento e os Aspectos Socioemocionais na Educação Infantil", trouxe as habilidades socioemocionais com enfoque na educação infantil oportunizando reflexões sobre o tema e a atuação dos professores, a fim de favorecer o desenvolvimento dessas habilidades nas crianças. Este encontro foi voltado para professores da educação infantil da Rede Municipal de São Caetano do Sul.
- A palestra "A Arte e a Cultura como Ferramenta para o Enfrentamento da Ansiedade e o Estresse da Pandemia". O objetivo geral é a promoção através da arte e da cultura de uma reflexão sobre a ansiedade e o estresse emocional enfrentados no período da pandemia, estimulando a reflexão sobre os sentimentos desencadeados durante o processo de distanciamento social proporcionado pela pandemia e incentivando a reflexão dos sentimentos comuns, proporcionando uma reflexão sobre esses sentimentos com base na história de vida de cada um. Este encontro traz a arte e a cultura como ferramentas necessárias e importantes para o enfrentamento da ansiedade e do estresse pós-pandêmico.
- Educação conectada - Gestão de Atividades, este curso, voltado à tecnologia, tem como objetivo ensinar e tirar as dúvidas dos professores na questão do uso das plataformas digitais utilizadas, como o Google Sala de Aula e o Google Meet. Apresentado pelo Prof. Luiz Cruz. Durante o curso, os professores participaram ao vivo pelo chat com perguntas e também puderam rever o mesmo posteriormente.
- O curso "Cultivando o Equilíbrio Emocional (CEB)". Este curso teve como objetivo a apresentação dos aspectos tanto teóricos quanto práticos para que os professores compreendam o papel das emoções na vida cotidiana sob o ponto de vista da Neurociência.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

O CECAPE também possui um programa chamado "Narração de Histórias na Rede", com a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Projeto Arte Despertar, trazendo para o município a realização de intervenções artísticas semanais, com música e narração de histórias, no sistema virtual, para os alunos, professores e a comunidade escolar. Uma importante ferramenta para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e culturais através da arte, na contação de histórias. As intervenções estão segmentadas por fase escolar e estão semanalmente disponíveis.
Abaixo, algumas intervenções oferecidas:

- Narração de Histórias na Rede - Histórias de Sabedoria - com a participação da Narradora de Histórias Elaine Dauzcuk e da Musicista Carol Bahiense do Projeto Arte Despertar, tendo como público alvo os professores do Infantil e o tema Histórias de Sabedoria.
- Narração de Histórias na Rede - Celebrar - Com a participação da Narradora de Histórias Sandra Lessa e do Músico João Rodrigues do Projeto Arte Despertar.

Como pode-se ver, o município de São Caetano do Sul também acredita e investe na Formação Continuada de seus professores, ofertando cursos e palestras para a atualização de seus professores, aumentando assim a qualidade do ensino e a valorização de seus profissionais.
Para que cada município tenha resultados satisfatórios junto as avaliações de aprendizagem, é de suma importância que a cidade, junto com a Secretaria Municipal da Educação e Prefeitura local, entenda a importância da Formação Continuada de seus professores, bem como a sua valorização e assim, oferecendo uma educação de maior qualidade aos seus alunos e futuros cidadãos.

Conclusão

A formação continuada dos professores sempre foi importante, mas o advento da pandemia mostrou claramente a necessidade de uma formação constante e permanente. Diante deste cenário, com a era digital e a evolução tecnológica, o processo ensino-aprendizagem não se resume somente em ter um professor na sala de aula utilizando giz, lousa e livros para explicar a matéria. Para os docentes se atualizarem e adquirirem novos conhecimentos em relação às novas práticas pedagógicas e tendências de ensino, é necessários programas efetivos de formação contínua, possibilitando o professor refletir sobre os processos e avançar em termos de estratégias de aprendizagens, Por meio de cursos, formações e palestras, os professores aprendem a lidar com as novas tecnologias e ainda criam novas formas de ensinar utilizando os recursos tecnológicos disponíveis, o que permite um processo de ensino mais significativo.
Para os estudantes ter professores atualizados garante que tenham acesso a um ensino de melhor qualidade. Terão um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e interessante, o que pode deixá-los motivados a buscar novos conhecimentos, dentro e fora da escola.
Precisamos que os profissionais da educação sejam vistos e valorizados. Que o seu ambiente de trabalho seja saudável, que forneça condições para que o professor possa exercer sua

função da melhor maneira possível. Que ele sinta acolhimento e também que se sinta uma peça importante na escola. Não basta só acreditar, ele deve sentir isso.
A formação continuada é uma ferramenta de suma importância para a prevenção e para a resolução deste fator. Além de beneficiar o professor, ela contribui para um ambiente melhor, com a troca de conhecimentos e de experiências. O aluno admira seu professor, o vendo como um exemplo a ser seguido e o professor se sente disposto, apaixonado e motivado a aprender cada dia mais.
O estudo mostra o quão é importante que a formação continuada seja colocada como prioridade, que gestores públicos saibam quais os efeitos isso pode causar na sociedade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 02 de nov. de 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 02 de nov. de 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf> Acesso em: 02 de nov. de 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Resultados - Inep. Brasília, 2020. Disponível em:<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados> Acesso em: 20 de jun. de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e Educação:** ensaios. 7 ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho:** ensinar-e-aprender com sentido / Moacir Gadotti. -- 2. ed. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. -- (Educação cidadã ; 2).

_____. **Pensamento Pedagógico Brasileiro.** 8ª Ed. São Paulo: Ática, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados:** Santo André. IBGE, 2021. Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/santo-andre.html> Acesso em: 17 de abr. de 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados:** São Caetano do Sul. IBGE, 2021. Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-caetano-do-sul.html> Acesso em: 17 de abr. de 2021.

PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; ALTET, M.; CHARLIER, É. **Formando Professores Profissionais:** Quais estratégias? Quais competências?/ organizado por Léopold Paquay, Philippe Perrenoud, Marguerite Altet, Evélyne Charlier; trad. Fátima Murad e Eunice Gruman. - 2 ed. rev.- Porto Alegre: ARtmed Editora, 2001.

PARCEIROS DA EDUCAÇÃO. **Parceiros da Educação**, 2022. Disponível em: <https://parceirosdaeducacao.org.br/> Acesso em: 16 de jun. 2022.

SANTO ANDRÉ. **Prefeitura de Santo André**: Centro de Formação de Professores Clarice Lispector. Santo André, 2014. Disponível em:<https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/acoes-e-programas-seduc/31-secretarias/educacao/741-cfp> Acesso em: 16 de jun. de 2022.

SANTO ANDRÉ. SABINA - **Escola Parque do Conhecimento**. Santo André, 2017. Disponível em:<https://www2.santoandre.sp.gov.br/hotsites/sabina/> Acesso em: 16 de jun. de 2022.

SANTO ANDRÉ. **Prefeitura de Santo André: Centros Educacionais de Santo André**. Santo André, 2013. Disponível em:<https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/acoes-e-programas-seduc/31-secretarias/educacao/228-centros-educacionais-de-santo-andre> Acesso em: 17 de jun. de 2022.

SÃO CAETANO DO SUL. CECAPE - CEDIGI. **São Caetano do Sul, 2020**. Disponível em:<https://cecape.scseduca.com.br/in%C3%ADcio> Acesso em: 24 de jun. de 2022.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

ASTRONOMIA OBSERVACIONAL: UM CATÁLOGO DO CÉU DA CIDADE DE PARNAÍBA

Edmilson Ferreira Lima Junior[1]
Samara Regina da Conceição Santos [2]

Astronomia Brasileira

A astronomia brasileira veio a se desenvolver como ciência institucionalizada e produtiva recentemente com a implantação da pós-graduação no início dos anos 70. Nesta mesma década também foram instalados radiotelescópios em Atibaia. (DAMINELI, 2009).
Durante o século XX além do observatório Nacional, outros observatórios também passaram a funcionar e ganhar espaço junto a sociedade científica brasileira. Foram constituídos observatórios em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul e na cidade de São Paulo, nas décadas de 60 e 70, havendo também a construção de um telescópio de 60 cm de diâmetro no ITA em São José dos Campos. Outros telescópios de 50 e 60 cm foram instalados em Belo Horizonte e Porto Alegre. Em consequência disso deu-se início a pesquisas em novas áreas no Brasil, como cosmologia. (MATSUURA, 2013).
Simultaneamente a criação de novos observatórios, o Brasil passou também a desenvolver pesquisas na área aeroespacial. Ainda na década de 70 passou a soltar balões estratosféricos que tinha como objetivo lançar equipamentos para a observação das radiações cósmicas e seus impactos. E junto com este projeto na área espacial, também se iniciou a construção do observatório Pico dos Dias em Brazópolis, que chegou a formar grandes astrônomos, permitindo assim uma maior organização junto ao observatório nacional. Ainda no observatório Pico dos Dias foi inaugurado em 1981 um telescópio de 1,60 metros onde a sua operação ficou sob a responsabilidade do laboratório nacional de Astrofísica (LNA) (DAMINELI, 2009).

> Criado em 1985, esse laboratório foi, de fato o primeiro laboratório nacional efetivamente criado no Brasil, e sua operação procurou seguir as melhores práticas internacionais em termos de gestão e utilização dos equipamentos. Com isso a comunidade astronômica desenvolve-se e pôde dar um passo além, com a entrada no consórcio Gemini, em 1993, e a formação do consórcio SOAR, em 1998 (DAMINELI, 2009, p. 94).

No início do século XXI com a implantação da pós-graduação, houve um grande aumento de pesquisas relacionadas à astronomia, e em meados dos anos 80 o número de doutores no Brasil deu um salto que foi de oito doutores em 1970 para 47 doutores em 1985. Atualmente este número é bem mais amplo, com os astrônomos em diversas instituições desenvolvendo pesquisas e projetos em diversas áreas (DAMINELI, 2009).
Esse crescimento deu-se não apenas ao fato da implantação da pós-graduação no Brasil, mas também com o aumento de número de contratações de profissionais da astronomia vindo

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. edmilsonjunior.goa@gmail.com
[2] Universidade Federal do Maranhão (UFMA). samara.reginae@gmail.com

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

do exterior aumentando o desenvolvimento de trabalhos e projetos em universidades federais e institutos federais.

Grupos astronômicos

Com tantos avanços na área da astronomia foi crescendo simultaneamente os grupos de pesquisas astronômicas, astrofísicas e de observações celestes, sendo que a maior parte desses grupos de pesquisas encontra-se na USP, UFRGS, UFRJ, UFRN, no observatório nacional e também em institutos do MCT e INPG. Esses grupos mantem programas de pós-graduação com o mesmo nível de mestrado e doutorado. Existem outros grupos menores que trabalham com pesquisas e divulgação astronômicas, sendo que nem todos esses grupos estão inseridos em programas de pós-graduação (MATSUURA, 2013).

> As principais áreas de pesquisas são astronomia estelar (ótica e infravermelha), que produziu 30% dos artigos publicados em 2008; cosmologia teórica, com 17%; e astronomia extragaláctica, com 13%. Algumas áreas tiveram desenvolvimento bastante recente, como a física de asteroides (6%) e exoplanetas (3%). Essa última devolveu-se graças a participação do Brasil no satélite COROT (DAMINELI, 2009, p. 97).

Esses astrônomos brasileiros que desenvolvem pesquisas semiológicas de estrelas e exoplanetas no COROT são os principais responsáveis por ampliar a nosso conhecimento nessas respectivas áreas. O Brasil também detém dos mesmos direitos científicos da comunidade europeia em todas as pesquisas realizadas no COROT.

Astronomia Amadora

No Brasil existe um grande número de astrônomos amadores e quase duzentos clubes, grupos e associações amadoras em vários estados do país. Esse número é bem amplo se for levado em consideração que nem todos esses grupos ou clube de astronomia são devidamente registrados. Esses grupos observacionais têm não apenas o interesse de estudar astronomia, mas também de divulga-la, para que outras pessoas possam ter a oportunidade de desenvolver o interesse nessa ciência, que não se limita a apenas a observação celeste (DAMINELI, 2009).

> Os amadores tem tido também papel ativo na obtenção de dados observacionais potencialmente utilizáveis em trabalhos posteriores de pesquisa profissionais. Dezenas de asteroides, dezesseis supernovas e um cometa foram descobertos por amadores brasileiros. Desde 1998, a comunidade amadora realiza encontros nacionais anuais (ENAST), sempre em cidades distintas e abertos à participação de estudantes e do público leigo (DAMINELI, 2009, p. 105).

Entre os grupos observacionais de astronomia amadora ativos no país, neste trabalho iremos dar uma atenção especial para o G.O.A (grupo observacional de astronomia), existente desde 2010, realizando observações e apresentação de trabalhos e pesquisas em Parnaíba e região. Entre os trabalhos desenvolvidos e apresentados por membros do grupo, tem Contexto

Histórico Sobre a Classificação Morfológica das Galáxias de autoria própria e um Estudo e Catalogação das Crateras da Superfície Lunar.

Telescópios

Quando se fala em astronomia o primeiro objeto que vem em mente sem sombra de dúvida é um telescópio. De fato, a importância do telescópio para a astronomia é muito grande e sem o uso de tal instrumento as pesquisas relacionadas ao cosmo não estariam tão avançadas como estão hoje.

Principais Tipos de Telescópios

O telescópio construído por Galileu em 1609 era um refrator com uma lente convexa e uma lente côncava. Em um livro chamado *Dioptrice* publicado em 1611, Johannes Kepler explicou com detalhes que a melhor maneira para a construção do telescópio era utilizando duas lentes convexas, como se usa atualmente nos telescópios refratores. Isaac Newton em 1668 construiu um telescópio refletor, usado atualmente em todos os observatórios profissionais, com um espelho curvo em vez de uma lente (OLIVEIRA, 2013).
Um telescópio é basicamente um aparelho que serve para coletar luz. Quanto maior a quantidade de luz coletada, mais nítida é a imagem formada. Em outras palavras, quanto maior a área de entrada de radiação luminosa, maior será a qualidade da imagem observada. Existem dois tipos básicos de telescópios que são mais utilizados desde o século XVII, o refrator e o refletor. Algumas limitações tecnológicas desfavoreceram um ou outro modelo de aparelho ao longo do tempo. Somente no século XIX que foram desenvolvidos os grandes telescópios de pesquisas e essa foi a época dos primeiros grandes refletores. (HOWARD, 1970).
A *abertura*, como já foi dito, no caso dos telescópios refratores, é o diâmetro da lente objetiva. E para os refletores é o diâmetro do espelho principal. *O Poder Separador* ou *Resolução angular* diz que quanto maior for o poder separador de um telescópio, menores serão os detalhes que o aparelho poderá resolver. Em outras palavras esse será o mínimo ângulo no céu que o telescópio poderá distinguir. Se desprezar os efeitos da atmosfera e os defeitos ópticos, o poder separador pode ser expresso matematicamente na seguinte forma:

$$\alpha R = \frac{138}{D} \quad (1)$$

Onde:
αR: resolução angular em segundos de arco
D: abertura do telescópio em milímetros

Essa expressão nos diz que, por exemplo, com um aparelho de 30 cm de diâmetro da lente objetiva é possível distinguir detalhes de 0,46 segundos de arco (FRIAÇA, 2008).
A *magnificação* é o poder de aumento do telescópio e é dado pela razão focal da lente objetiva e ocular do aparelho. Instrumentos pequenos que acenam com centenas de magnificações não são promissores para a astronomia porque perdem em poder de resolução. A expressão matemática que representa a magnificação é:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

$$M = \frac{F}{f} \tag{2}$$

Onde:

M: magnificação ou o número de vezes que o telescópio aumenta

F: distância focal da objetiva

f: distância focal da ocular

Olhando para essa expressão podemos concluir que o mesmo telescópio pode obter magnificações diferentes, bastando para isso que o observador troque a lente ocular. Geralmente os telescópios possuem várias oculares (FRIAÇA, 2008).

Telescópios Refratores

No caso dos telescópios refratores (figura 1) a radiação luminosa é coletada pela lente objetiva, faz foco no plano focal, ou seja, a luz é direcionada para a lente ocular que é localizada no mesmo eixo optico do telescópio.

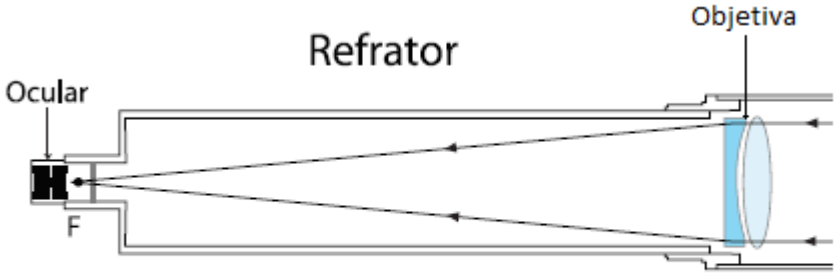


Figura 1: diagrama de um telescópio refrator. Fonte: livro O céu que nos envolve

Telescópios Refletores

No caso dos telescópios refletores a luz entra através a abertura no tubo optico, é coletada pelo espelho primário no final do tubo, refletida para um espelho plano denominado de espelho secundário e desviada para fora da montagem onde fica uma lente ocular. Diferente dos refratores que necessitam de polimento nas duas lentes, o refletor só precisa ser polido em um dos lados do sistema, no espelho principal. Além disso, o espelho pode ficar apoiado em toda sua superfície inferior, o que torna mínimo a deformação causada pela ação da gravidade enquanto que as lentes devem ser apoiadas somente pelas bordas fazendo distorcer as imagens (FRIAÇA, 2008).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

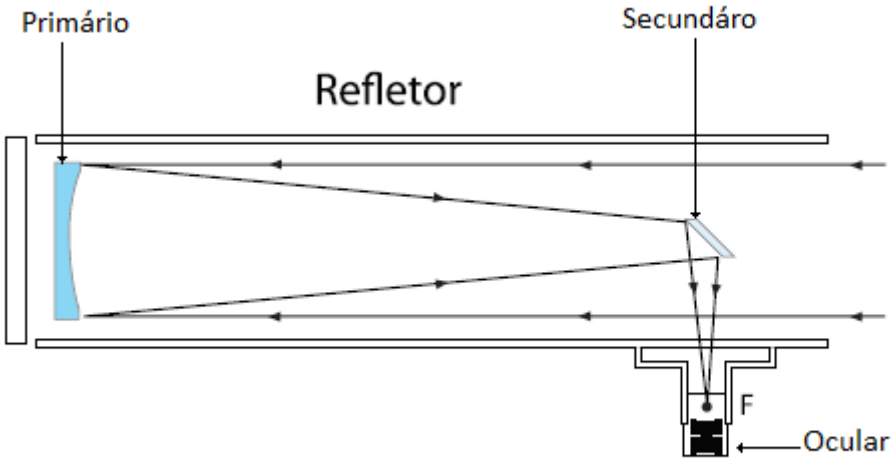


Figura 2 : diagrama de um telescópio refletor. Fonte: livro o céu que nos envolve

Em 1948, foi inaugurado o telescópio Hale, localizado no observatório do Monte Palomar, na Califórnia, com um espelho primário de 200 polegadas (aproximadamente 5 metros) de diâmetro. Atualmente existem dois telescópios Keck idênticos, o Keck I e o Keck II. Seus espelhos, de 10 metros cada, são formados por mosaicos de espelhos menores. Os maiores telescópios de espelhos únicos (monolíticos) são o VLT do European Southern Observatory, no Chile, o Gemini Norte e o Subaru, no Havaí, todos com 8,2 metros de diâmetro de espelho primário (WRINGHT, 1958).

Diferentes Aberturas

O mais comum deles, são os objetos (astros) observados, ou melhor, a forma desses objetos. É comum quando se pesquisa sobre determinados corpos celestes, como uma nebulosa, por exemplo, que achemos belas imagens coloridas. E vendo isso se acha, erroneamente, que quando for olhar tal objeto na ocular de um telescópio o veremos da mesma forma. Essas imagens são feitas com longa exposição fotográfica onde uma mesma região do céu é fotografada por horas ou até mesmos dias e posteriormente essas fotos passam por um tratamento onde são sobrepostas formando as belas imagens que vemos.
Outro mito que envolve os telescópios está relacionado com o aumento máximo. Para fins práticos afirma-se que a ampliação máxima de um telescópio é o dobro de sua abertura. O termo *abertura* é referido ao diâmetro da lente objetiva ou espelho primário. Dessa maneira, um telescópio de 60 milímetros irá proporcionar uma ampliação máxima de 120 vezes, enquanto um de 150 milímetros vai acarretar um aumento de 300 vezes. Isso significa que, ao contrário do que muitos fabricantes afirmam, um telescópio de 60 milímetros nunca vai conseguir um aumento efetivo de 700 vezes.
Outro detalhe importante que um astrônomo amador deve levar em consideração está relacionado com o brilho dos astros que é medido em *magnitude*. Esse sistema foi inventado pelo grego Hiparco no ano de 129 a.C. e é utilizado até hoje. De forma simples, nesse sistema

quanto maior a magnitude de um astro, menor é o seu brilho. Dessa maneira, corpos celestes com magnitudes negativas são os mais luminosos. (KINAST, 2018).

Refrator de 60 milímetros

Esse modelo de telescópio é um dos mais populares, geralmente é o primeiro telescópio de muitos astrônomos amadores. Com ele é possível observar Júpiter e saturno bem pequenos semelhante a uma miniatura (KINAST, 2018).

Figura 3: telescópio refrator de 60 mm. Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/62/Vixen_refracting_telescope.jpg>. Acessado em 22/03/2018

A lua aparece mais interessante e suas crateras podem ser vistas com um pouco mais de detalhes do que quando vista com um instrumento de 50 milímetros. O planeta Vênus e Marte aparecem como bolinhas, mas é possível ver as fases de Vênus (KINAST, 2018).

Refrator de 90 milímetros

É um modelo bem superior ao instrumento de 60 milímetros. Com esse telescópio já é possível notar estrelas com magnitude +11. Quando Marte está em aproximação já é possível distinguir as calotas polares como pequenas manchas brancas no planeta vermelho (KINAST, 2018).
Júpiter já revela alguns detalhes que com telescópios menores seria impossível de serem vistos, como as faixas equatoriais. Os detalhes de Saturno também começam a despontar e os quatro satélites Titã, Rhéa, japeto e Thetis já podem ser vistos como pequenos pontos luminosos. Alguns aglomerados estelares também se tornam observáveis (KINAST, 2018).

Refrator de 120 milímetros

Esse tipo de aparelho é o modelo ideal para quem já adquiriu experiência com telescópios menores e deseja algo a mais. Com um equipamento desses é possível observar estrelas com magnitude +12. Os anéis de Saturno se tornam mais nítidos e já é perceptível a divisão de Cassini (área escura que divide os anéis A e B do planeta Saturno) (KINAST, 2018).

Figura 4: telescópio refrator de 120 mm. Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Orion_Telescopes_%26_Binoculars>. Acessado em 22/03/2018

Observando a lua, suas crateras menores e suas ranhuras se tornam mais nítidas. No planeta Júpiter, as faixas gasosas se tornam mais claras e perceptíveis. E a nebulosa da Tarântula se torna observável, localizada na galáxia Grande Nuvem de Magalhães que mesmo tendo esse nome é uma galáxia anã que orbita a Via Láctea (KINAST, 2018).

Refletor de 150 Milímetros

Aparelhos com tal abertura é possível observar objetos com magnitudes +13. As faixas de gás do planeta Júpiter tornam-se bem nítidas e já é conspícuo algumas manchas em sua superfície como a grande mancha vermelha. E em Saturno mais um de seus satélites naturais, Dionéia, é visível como um pequeno ponto luminoso (KINAST, 2018).

Figura 5: telescópio refrator de 150 mm. Fonte: próprio autor

No planeta vermelho são notáveis as variações que ocorrem nas calotas polares. E utilizando uma ocular de boa qualidade que propicie um aumento médio, torna-se observável Urano.

Embora o planeta apresenta-se como um pequeno ponto luminoso. Mas nenhum de seus satélites pode ser observado (KINAST, 2018).

Catadióptrico Schmidt de 200 mm

Os corpos celestes e magnitudes alcançadas por esse modelo não diferem muito de um refletor simples de mesma abertura, podendo resolver objetos de magnitude +14. A diferença maior está na conveniência, portabilidade e opções especiais que acompanham esse aparelho, tais como sistemas avançados de acompanhamento de astros por meio de GPS. Podendo ser controlado por softwares computacionais ou controle remoto (MacRobert, 2018).

Figura 6: Telescópio Catadióptrico do tipo Schmidt. Fonte: próprio autor

Carta Celeste

Carta Celeste é um mapa onde é possível reproduzir o céu de qualquer lugar do planeta em qualquer hora desejada. Foram muito utilizadas no auxílio à orientação de navegações. E são usadas até hoje para localizar corpos celestes. A carta celeste mais antiga encontrada até hoje, foi uma descoberta na Alemanha, feita em marfin que se estima ter mais de 32 mil anos de idade (PLANETÁRIO DO RIO, 2018).
Na figura 7, observa-se uma carta celeste criada pelo próprio autor a partir de um site chamado cartascelestes.com, onde podem ser vistos os principais astros visíveis (no dia 19/02/2018 as 18:00 h) como, os planetas Vênus e Urano, as galáxias de Andrômeda e do Triângulo e a nebulosa de Orion. Nesse site é possível criar uma carta celeste online com as opções de editar a magnitude limite das estrelas, tornar visíveis ou não as linhas e nomes das constelações, planetas, eclíptica e equador, chuvas de meteoros e objetos de céu profundo nos catálogos de Messier[3] e NGC[4]. E ainda tem a opção de salvar ou imprimir sua carta celeste.

[3] Catalogo criado por Charles Joseph Messier entre os anos de 1758 e 1782 onde foi compilado cerca de 100 objetos difusos.
[4] Sigla para New General Catalogue, foi compilado na década de 1880 por John Dreyer, contendo 7840 objetos.

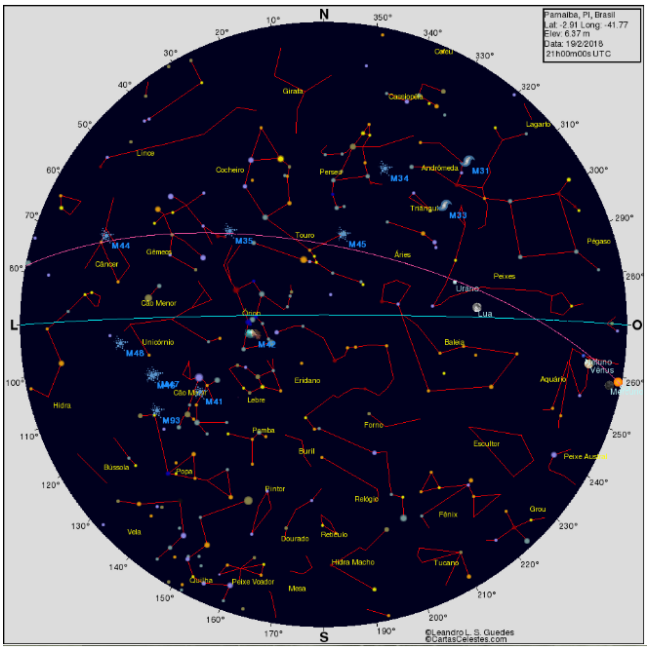


Figura 7: Carta Celeste do céu de Parnaíba no dia 19/02/2018 às 18:00 h. Fonte: cartaceleste.com

Na figura 7, observa-se o céu de Parnaíba representado pela Carta Celeste no horário de 00:00 h do dia 20/02/2018. É possível notar uma mudança nos astros observáveis em relação aos astros da figura 7. Aqui já é notável o planeta Júpiter e alguns Aglomerados de Estrelas que não eram visíveis.

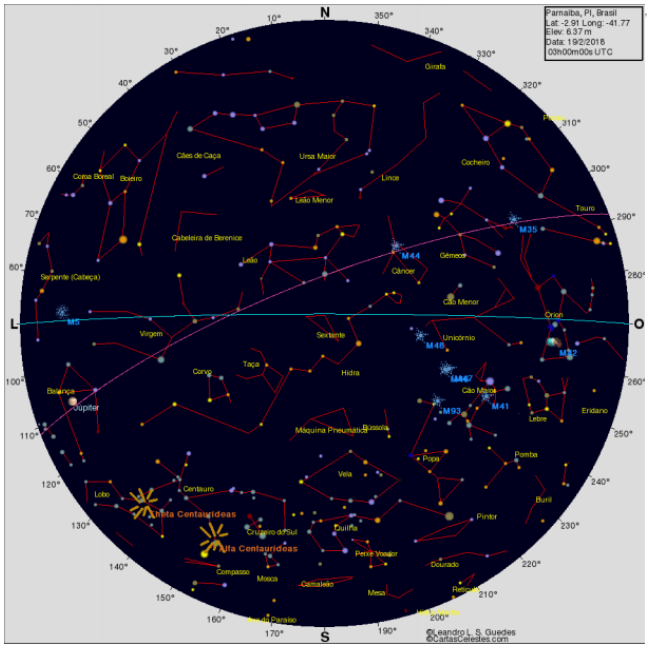


Figura 8: carta celeste do céu de Parnaíba no dia 20/02/2018 às 00:00 h. Fonte: cartaceleste.com

O que pode ser visto na figura 8, é uma representação do céu da cidade no dia 20/02/2018 às 05:00 h. Nesse horário o planeta Júpiter continua visível, mas o planeta Marte também já se torna observável junto com mais alguns aglomerados de estrelas presentes na constelação de Sagitário e Escorpião.

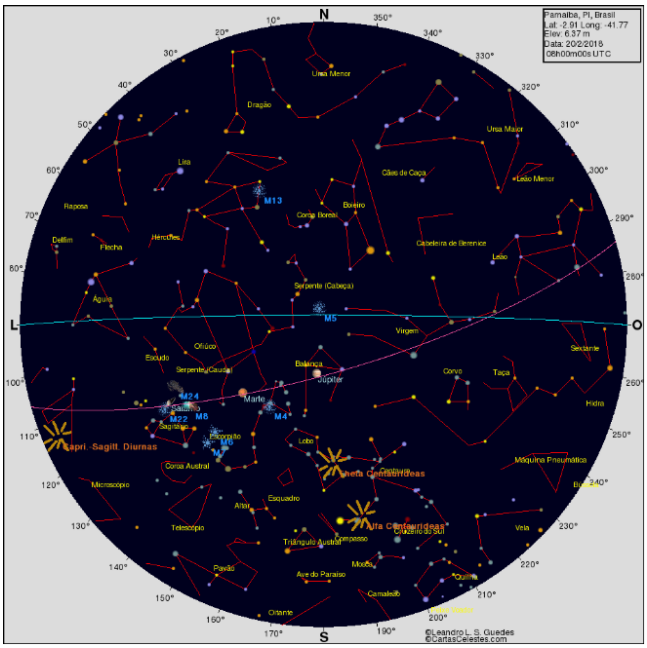


Figura 9: carta celeste do céu de Parnaíba no dia 20/02/2018 às 05:00 h. Fonte: cartaceleste.com

Stellarium

Para a construção do catálogo foi utilizado também um software gratuito chamado Stellarium (figura 10), cujos desenvolvedores são Bogdan Marinov, Alexander Wolf, Timothy Reaves, Guillaume Chéreau, Georg Zotti, Marcos Cardinot, Florian Schaukowitsch. Esse programa é muito conhecido entre os astrônomos devido a sua qualidade e facilidade no manuseio. No Stellarium é possível projetar o céu de qualquer lugar do planeta e em qualquer dia desejado com estrema precisão apenas adicionando as coordenadas do local escolhido.
Como o objetivo do trabalho não é o programa em si, será explicado de forma rápida e simples seu funcionamento. Na figura 10 podemos ver a interface do software onde é notável duas barras de menu, uma vertical na esquerda e outra horizontal na parte inferior da imagem. No menu vertical da esquerda, o primeiro item de cima para baixo, é a "janela de localização" cujo o atalho é a tecla f6 do teclado. Esta ferramenta, como o próprio nome já deixa a entender, é onde temos a opção de escolher a localização que se deseja analisar o céu. O segundo item, é a "Janela de data e hora", onde pode-se colocar qualquer data e horário desejado. O terceiro item do menu é a "Janela de opções do céu e de visualização", onde é possível editar a forma de observação, como colocar limites nas magnitudes observáveis ou alterar a paisagem da interface. Na quarta opção, temos a "Janela de pesquisa" que é onde se faz as buscas pelos astros que deseja observar. A quinta janela é a "Janela de configurações".

E as duas últimas janelas são "Astronomical calculations window" e a "janela de ajuda" respectivamente.

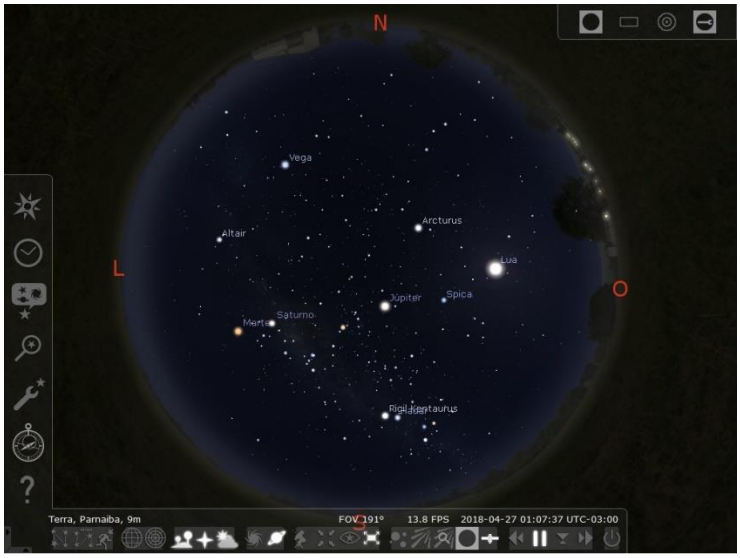


Figura 10: stellarium. Fonte: retirada do stellarium pelo próprio autor

A barra de menu horizontal na parte inferior tem a finalidade de "editar" o céu que se deseja observar, e vemos que as opções são divididas. As três primeiras ferramentas são relacionadas com as constelações, onde temos a opção de tornar visível ou não os nomes das constelações, as linhas que ligam as estrelas que compõe as constelações e a arte ou figura da constelação. As próximas duas ferramentas têm as opções de tornar visível ou não as grades equatoriais e azimutais. Logo em seguida as opções de deixar visível ou não a superfície do planeta, os pontos cardeais e a atmosfera. Continuando temos a opção de tornar visível ou não os objetos de céu profundo como nebulosas e aglomerados de estrelas, e os planetas.

Como Observar o Céu

O catálogo foi montado levando em consideração as limitações de equipamentos e espaço do IFPI Campus Parnaíba. Por esse motivo, nessa secção serão explicados os métodos utilizados para uma observação que leve em consideração essas variáveis.

Ambiente

Primeiro deve-se ter em mente o objetivo da observação, quais astros deseja analisar. Se for a lua, deve-se escolher um dia de lua cheia. Caso a lua não seja o objetivo, deve ser escolhido um dia sem a presença do astro no céu, pois sua luminosidade atrapalharia a observação de objetos de céu profundo, como nebulosas e galáxias.
Outras variáveis que devem ser levadas em consideração, são as condições climáticas e atmosféricas. O ideal é um céu sem nuvens e com pouca turbulência atmosférica. A poluição luminosa também é um fator que deve ser levado em conta, por esse motivo, o local escolhido deve ser o mais afastado possível de centros urbanos.

O ambiente selecionado deve ser o mais escuro possível, assim, esse local precisa ser escolhido e conhecido bem antes. De preferência que seja feita uma visita pelo dia para analisar o terreno e evitar possíveis acidentes, já que o observador precisará se mover meio a escuridão durante a observação.

Equipamentos

Os telescópios ideais para observar os astros desse catálogo são o refletor Newtoniano de 150 milímetros e o refletor Catadióptrico do tipo Schmidt-Cassegrain de 200 milímetros. As oculares são equipamentos de extrema importância e merecem ser citadas. Influenciam diretamente na magnificação do telescópio, por isso, devem ser escolhidas com cuidado. Segundo a equação 2 a magnificação pode ser calculada dividindo a distância focal do espelho primário pela distância focal da lente ocular. Sabendo que a magnificação máxima de um telescópio é aproximadamente o dobro do diâmetro do espelho primário, as oculares indicadas são as de 15 mm, 25 mm, 32 mm e 40 mm. As oculares de 9 mm e 4 mm não são indicadas, pois a magnificação iria superar o limite suportado pelos aparelhos, e consequentemente acarretaria em perda na qualidade da imagem (HOWARD, 1970).

Montagem

Uma montagem que possui uma estrutura muito leve, por exemplo, faz com que qualquer toque ou mesmo o vento produza vibrações que podem prejudicar a visão dos corpos celestes. Existem dois tipos de montagem, azimutal e equatorial. Existem vários tipos de montagem equatorial, as mais utilizadas são a do tipo alemã e forquilha.

Na montagem azimutal o telescópio movimenta-se sobre dois eixos, um horizontal e um vertical. O eixo vertical faz com que o tubo realize um movimento paralelo ao horizonte. O eixo na posição horizontal proporciona um movimento de altura. Esse tipo de estrutura normalmente é montado sobre um tripé simples o que a torna uma montagem leve e de fácil manuseio. A montagem dobsoniana, muito usada em newtonianos, é um bom exemplo de montagem azimutal simples (HOWARD, 1970).

A montagem equatorial (figura 11) possui dois eixos ortogonais entre si. Um desses eixos, chamado de eixo de ascensão reta ou polar, é posicionado de forma paralela ao eixo de rotação da Terra permitindo assim o acompanhamento dos astros por meio de um único movimento. O outro eixo chamado de declinação é colocado perpendicularmente ao eixo polar. Esse tipo de montagem apresenta uma construção bem mais complexa que a azimutal, pois exige grande precisão nos eixos, no sistema de engrenagens e motorização (HOWARD, 1970).

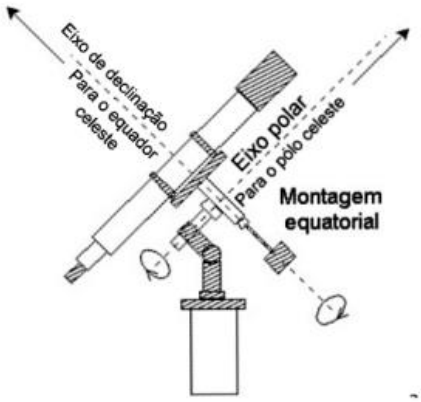


Figura 11: esquema de montagem equatorial. Fonte: <https://astronomiapg.files.wordpress.com/2013/07/equat.jpg>. Acessado em 04/06/2018

A montagem equatorial do tipo forquilha também é muito utilizada. Ela possui uma estrutura de dois braços semelhante à letra "U" e o tubo do telescópio é colocado entre esses braços. O tubo faz o movimento de declinação dentro da forquilha e na base dessa estrutura encontra-se o eixo polar com o sistema de engrenagens, motor e inclinação compatível com a latitude local. (HOWARD, 1970).

Melhor Época do Ano

Para que ocorra uma observação astronômica as condições climáticas devem sempre ser levadas em consideração, pois a presença de nuvens no céu só atrapalharia. Diante disso, a melhor época do ano para realização de observações astronômicas na cidade de Parnaíba é o período entre o solstício de inverno e verão (MORAIS, 2011).
Solstício é o momento em que o sol atinge sua maior declinação em latitude durante seu movimento aparente pela esfera celeste, tomando como referência a linha do equador. Esse fenômeno acontece duas vezes no ano. No hemisfério sul, o solstício de inverno acontece em junho e o de verão ocorre em dezembro. O momento do fenômeno marca também as mudanças de estação. O dia e hora exata do evento variam de ano para ano (PICAZZIO, 2011).

Catálogo

Ao observar o céu noturno diariamente, é notável que os astros visíveis em um dia, serão visíveis nos dias seguintes. Para que seja perceptível uma variação nos astros observáveis são necessários meses de observações. Um método simples e prático de observar o céu é fazer uma observação única durante toda a noite. Com isso não há necessidade de observações diárias já que os astros analisados seriam os mesmos.
Para a montagem do catalogo, a observação usando o stellarium foi feita somente em uma única noite do dia 19/02/2018, das 18:00h as 06:00h do dia seguinte, e foram considerados somente os astros com magnitude menores que 6 (seis). Em escala de magnitude os astros

com maior brilho possuem magnitude menor, dessa forma os astros mais luminosos como a lua e o planeta Júpiter possuem magnitudes negativas.
O catálogo foi dividido em categorias como, galáxias, nebulosas, aglomerados de estrelas, estrelas duplas, planetas e satélites naturais. E foi montado em forma de quadro onde constam as seguintes informações a respeito de cada corpo celeste: nome, magnitude aparente, distância até a terra e constelação que se localiza. Dependendo do astro será informado o tipo ou informações básicas como a composição química da atmosfera (planetas e satélites) ou separação (estrelas duplas). Separação é à distância em segundos de arco entre as estrelas do sistema binário. Também serão informadas as coordenadas no sistema equatorial celeste, Ascensão Reta que é representada pela letra grega α (alpha) e Declinação que é representada pela letra grega δ (delta).
Ascensão Reta é o ângulo medido sobre o equador com origem no meridiano que passa no ponto Áries (ponto do equador ocupado pelo sol quando passa do Hemisfério sul celeste para o Hemisfério norte celeste), e término no meridiano que passa pelo astro.
Declinação é medida sobre o meridiano do astro, que tem início no Equador e término no próprio astro. Será usado esse sistema de coordenadas pelo fato de ser fixo na esfera celeste, portanto, não dependem da data e horário da observação.

Galáxias

Uma galáxia é basicamente um grande aglomerado de estrelas, gás e poeira. As galáxias se diferem bastante morfologicamente falando, mas quando observadas aqui da terra elas se dividem basicamente em dois grupos gerais, elípticas e espirais. E devido a essa característica, a principal classificação de galáxias (classificação de Hubble) leva em consideração suas formas. O esquema criado por Edwin Pawell Hubble baseia-se em três sequências, elípticas, espirais e espirais barradas. Também existem as galáxias irregulares que não possui uma forma definida. Ainda hoje não se sabe ao certo o motivo dessa divergência nas formas das galáxias (OLIVEIRA, 2013).

Figura 12: galáxia de Andrômeda. Fonte: stellarium

No quadro 2, observa-se as galáxias visíveis na data estabelecida com tipos especificados na classificação de Hubble, magnitude inferior a seis, distância até a terra em quiloparsec (1

parsec equivale a 3,2315 anos-luz), constelação onde se localiza e sua coordenadas no sistema equatorial, ascensão reta (α) e declinação (δ).

Quadro 2 – Galáxias (continua)

NOME	TIPO	MAGNITUTE APARENTE	DISTÂNCIA ATÉ A TERRA	CONSTELAÇÃO	α / δ
Andrômeda	Espiral	3.4	780 kpc	Andrômeda	00h 42m 44,33s / +41° 16' 9"
Triângulo	Espiral	5.7	900 kpc	Triângulo	01h 33m 50,02s / +30° 39' 36,7"

Quadro 2 – Galáxias (conclusão)

Grande Nuvem de Magalhães	Irregular	0,9	50 kpc	Dourado	05h 20m 56s / -69° 28' 42"
Pequena Nuvem de Magalhães	Irregular	2.7	60 kps	Tucano	00h 52m 38s / -72° 48' 01,1"

Fonte: stellarium

Nebulosas

Nebulosas são nuvens moleculares de gás e poeira, geralmente são compostas por hidrogênio. São regiões no espaço onde ocorre constante formação de estrelas. Algumas nebulosas são consideradas verdadeiro berçário estelar. Existem quatro tipos de nebulosas, as de emissão, de reflexão, as escuras e as planetárias.

Figura 13: nebulosa de Orion. Fonte: stellarium

As nebulosas de emissão são nuvens de gás com alta temperatura, possuem átomos energizados com luz ultravioleta proveniente de estrelas próximas e emitem radiação quando decaem para estados de energia mais baixos. Nebulosas de reflexão, simplesmente refletem

a luz recebida de estrelas próximas, geralmente são azuis. É comum encontrar nebulosas de emissão e reflexão juntas, nesse caso elas ganham o nome de nebulosa difusa.
O quadro 3 refere-se as principais nebulosas observáveis no dia 19/02/2018 especificando o tipo, a magnitude aparente, a distância até a terra em quiloparsec, constelação onde se encontram e coordenadas no sistema equatorial, ascensão reta (α) e declinação (δ).

Quadro 3 – Nebulosas (continua)

NOME	TIPO	MAGNITUDE APARENTE	DISTÂNCIA ATÉ A TERRA	CONSTELAÇÃO	α / δ
Orion	Emissão	4,0	0,18 kpc	Orion	05h 35m 17,31s/ -05° 23' 28"
Estrela Flamejante	Emissão	6,0	0,46 kpc	Cocheiro	05h 17m 24s/ +34° 22' 48"
Merope	Reflexão	4,1	0,12 kpc	Touro	03h 46m 19,6s/ +23° 56' 53,1"
Eta Carinea	Emissão	1,0	2,0 kpc	Quilha	10h 44m 19,01s/ -59° 53' 21,1"
Lambda Centauri	Emissão	4,5	1,79 kpc	Centauro	11h 38m 20,41s/ -63° 22' 22,1"
Cabeça de Cavalo Azul	Reflexão	4,03	0,16 kpc	Escorpião	16h 12m 48,01s/ -19° 18' 00"

Quadro 3 – Nebulosas (conclusão)

Lagoa	Emissão	6,0	1,25 kpc	Sagitário	18h 03m 12s/ -24° 22' 48"
IC 5076	Reflexão	5,7	0,62 kpc	Cisne	20h 56m 00s/ +47° 24' 00"
Cone	Escura	3,9	0,37 kpc	Unicórnio	06h 40m 58s/ +09° 53' 42"

Fonte: stellarium

Aglomerado de estrelas

Como o próprio nome já deixa a entender, um aglomerado de estrelas é um agrupamento de estrelas que interagem gravitacionalmente entre si. As estrelas de um aglomerado são originadas de uma mesma nuvem de gás, e por tanto, tem a mesma idade e composição química (OLIVEIRA, 2013).
Existem basicamente dois tipos de aglomerados de estrelas. Os abertos que são um grupo mais disperso de estrelas e podem possuir de dezenas a centenas de estrelas geralmente muito jovens. E os aglomerados globulares que são um concentrado com milhares de estrelas geralmente mais velhas (OLIVEIRA, 2013).
Os principais aglomerados com magnitude inferior a seis visíveis na data estabelecida, encontram-se no quadro 4, onde é especificado o nome, tipo, magnitude aparente, distância até a terra, constelação e suas coordenadas no sistema equatorial, ascensão reta (α) e declinação (δ).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Quadro 4 – Aglomerado de Estrelas (continua)

NOME	TIPO	MAGNITUDE APARENTE	DISTÂNCIA ATÉ A TERRA	CONSTELAÇÃO	α / δ
47 Tucano	Globular	4,09	0,13 kpc	Tucano	00h 24m 05,3s/ -72° 04' 53,2"

Quadro 4 – Aglomerado de Estrelas (continuação)

Espiral	Aberto	5,2	0,47 kpc	Perseu	02h 42m 05s/ +42° 45' 43,2"
Plêiades	Aberto	1,2	0,001 kpc	Touro	03h 47m 00s/ +24° 07' 01,2"
O Aglomerado 37	Aberto	5,9	1,10 kpc	Orion	06h 08m 24s/ +13° 59' 24"
Árvore de Natal	Aberto	3.9	0,37 kpc	Unicórnio	06h 40m 58s/ +09° 53' 42"
Cão Maior	Aberto	4,1	1,20 kpc	Cão Maior	07h 18m 41s/ -24° 57' 18"
Colmeia	Aberto	3,1	1,17 kpc	Câncer	08h 40m 24s/ +19° 40' 01"
NGC 2808	Globular	5,7	9,60 kpc	Quilha	09h 12m 03,1s/ -64° 51' 48"
Guitarra Elétrica	Aberto	5,8	1,22 kpc	Popa	07h 52m 10s/ -38° 31' 48"
Esquiador	Aberto	3,8	0,34 kpc	Quilha	07h 58m 04s/ -60° 45' 10,8"

Quadro 4 – Aglomerado de Estrelas (conclusão)

Plêiades do Sul	Aberto	1,9	0,16 kpc	Quilha	10h 42m 58s/ -64° 24' 00"
Poço dos Desejos	Aberto	3,0	0,49 kpc	Quilha	11h 05m 39,1s/ -58° 45' 10,8"
Caixa de Joias	Aberto	4,2	3,43 kpc	Cruzeiro do Sul	12h 53m 38,9s/ -

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

					60° 21' 43,2"
Ômega Centauro	Globular	5,3	0,34 kpc	Centauro	13h 46m 47,3s/ -47° 28' 46,1"
Grande Aglomerado de Hércules	Globular	5,8	6,80 kpc	Hércules	16h 41m 41,6s/ +36° 27' 40,8"
M 4	Globular	5,9	2,20 kpc	Escorpião	16h 23m 35,2s/ -26° 31' 32,7"
Caixa de Joias do Norte	Aberto	2,6	1,25 kpc	Escorpião	16h 54m 08,5s/ -41° 49' 36"
Borboleta	Aberto	4,2	0,49 kpc	Escorpião	17h 40m 19,9s/ -32° 15' 10,8"
M 22	Globular	5,1	0,30 kpc	Sagitário	18h 36m 24s/ -23° 54' 17,1"

Fonte: stellarium

Estrelas Binárias

É importante deixar claro a diferença de estrelas binárias reais para estrelas duplas aparentes. Dizemos estrelas duplas aparentes quando duas estrelas parecem próximas somente por efeito de projeção, mas apresentam distancias diferentes da terra. Já um sistema binário de estrelas real é quando duas ou mais estrelas estão tão próximas a ponto de interagir gravitacionalmente. Cerca de 50 % das estrelas pertencem a sistemas binários reais (OLIVEIRA, 2013).

Existem quatro tipos de sistemas binários que são classificados de acordo com a maneira como foram descobertos. As binárias visuais, que são um par de estrelas ligadas por meio de efeito gravitacional e que são observadas ao telescópio como duas estrelas. As binárias astrométricas, que é quando uma das estrelas apresenta um brilho fraco a ponto de ser ofuscada pela companheira, mas é detectável pela perturbação no movimento do sistema. As binárias espectroscópicas, que são detectáveis devido a variação de sua velocidade radial que é medido através do efeito Dopple. E as binárias eclipsantes que é quando as estrelas eclipsam uma a outra variando a luminosidade do sistema (OLIVEIRA, 2013).

Devido ao grande número de estrelas duplas, para a criação do quadro 5 será considerada somente as principais de cada constelação com magnitude menor que seis, especificando seu nome, magnitude aparente, distância até a terra em anos-luz, constelação, separação entre as estrelas que compõe o sistema binário e suas coordenadas no sistema equatorial, ascensão reta (α) e declinação (δ).

Quadro 5 – Estrelas Binárias (continua)

NOME	MAGNITUDE APARENTE	DISTÂNCIA A TERRA (anos-luz)	CONSTELAÇÃO	SEPARAÇÃO (segundos de arco)	α / δ
Dheneb	3,3	123,92	Baleia	257,74”	01h 08m 35,6s/ -10° 10’ 58,3”

Quadro 5 – Estrelas Binárias (continuação)

Shedar	2,2	228,24	Cassiopéia	24,01”	00h 40m 30,5s/ +56° 32’ 14,5”
Mirfak	1,75	506,45	Perseu	163,98”	03h 24m 19,4s/ +49° 51’ 39,7”
Capella	0,05	42,80	Cachoeira	0,046”	05h 16m 41,6s/ +45° 59’ 44,7”
Aldebaran	0,85	66,64	Touro	31,02”	04h 55m 55,3s/ -16° 30’ 29,9”
Betegeuse	0,45	497,95	Órion	0,060”	01h 08m 35,6s/ -10° 10’ 58,3”
Bellatrix	1,6	252,44	Órion	178,00”	05h 25m 07,8s/ +06° 20’ 58,7”
Sírius	-1,5	8,60	Cão Maior	10,67”	06h 45m 08,1s/ -16° 43’ 21,2”
Procyon	0,4	11,41	Cão menor	3,79”	07h 39m 17,2s/ +05° 13’ 11,1”
Pollux	1,15	33,78	Gêmeos	39,82”	07h 45m 18s/ +28° 01’ 31,3”

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Quadro 5 – Estrelas Binárias (conclusão)

Regullus	1,35	79,30	Leão	175,10”	10h 08m 22s/ +11° 58’ 02,9”
Spica	0,95	249,74	Virgem	152,50”	13h 25m 11,5s/ -11° 09’ 41,4”
Acrux	1,25	320,70	Cruzeiro do Sul	3,89”	12h 26m 35,8s/ -63° 05’ 56,1”
Hadar	0,55	525,21	Centauro	0,37”	14h 03m 49,3s/ -60° 22’ 22,6”
Rigil	0,10	4,39	Centauro	4,33”	14h 39m 30,5s/ -60° 49’ 04,7”
Arcturus	0,15	36,71	Boieiro	0,08”	14h 15m 38,4s/ +19° 10’ 16,8”

Fonte: stellarium

Planetas

Basicamente existem dois tipos de planetas, os rochosos ou terrestres e os gasosos ou jovianos (figura 14). Os planetas rochosos são compostos basicamente de rochas e metais e em comparação com os gasosos, eles possuem massa e volume pequenos, mas a densidade é bem maior. Os planetas gasosos possuem um núcleo com características e dimensões de um planeta rochoso. Esse tipo de planeta é uma enorme esfera de gás comprimido com massa e volume bem elevados, porém com baixa densidade (PICAZZIO, 2011).

Figura 14: planeta Júpiter. Fonte: stellarium

O quadro 6 mostra os planetas do sistema solar observados na data escolhida e algumas informações relevantes como, o nome, magnitude aparente, distância até a terra em Unidade Astronómica (uma unidade astronômica equivale aproximadamente a 150 milhões de quilômetros), período de translação em anos terrestres, período de rotação em dias terrestres e elementos químicos predominantes na composição da atmosfera.

Quadro 6 – Planetas (continua)

NOME	MAGNITUDE APARENTE	DISTÂNCIA ATÉ A TERRA (UA)	PERÍODO DE TRANSLAÇÃO (anos)	PERÍODO DE ROTAÇÃO (dias)	COMPOSIÇÃO QUÍMICA DA ATMOSFERA
Mercúrio	-1,57	1,39	0,24	58,78	Potássio e Sódio
Vênus	-3,91	1,67	0,61	243,7	Dióxido de Carbono
Marte	0,93	1,48	1,88	1,02	Dióxido de Carbono

Quadro 6 – Planetas (conclusão)

Júpiter	-2,10	5,18	11,86	0,41	Hidrogênio e Hélio
Saturno	0,57	10,60	29,45	0,43	Hidrogênio e Hélio
Urano	5,86	20,45	84,01	0,72	Hidrogênio e Hélio

Fonte: stellarium

Satélites Naturais

São considerados como satélites todos os corpos que orbitam planetas, planetas anões e asteroides, sendo que esses orbitam o sol. Uma característica de todos os satélites é que são corpos sólidos. Alguns são rochosos como a lua (figura 15), outros são recobertos por gelo, porém somente alguns possuem atmosfera (PICAZZIO, 2011).

Figura 15: lua. Fonte: stellarium

O quadro 7 mostra os satélites naturais com magnitude inferior a seis, especificando o nome, magnitude aparente, distância até a terra, período de translação e elementos químicos mais abundantes na composição da atmosfera.

Quadro 7 – Satélites Naturais

NOME	MAGNITUDE APARENTE	DISTÂNCIA ATÉ A TERRA	PERÍODO DE TRANSLAÇÃO (dias)	COMPOSIÇÃO QUÍMICA DA ATMOSFERA
Lua	-9,14	382.992 km	27,82	Hélio, Neônio e Hidrogênio
Ganimedes	5,69	5,18 UA	7,15	Oxigênio
Io	6,00	5,18 UA	1,76	Dióxido de Enxofre

Fonte: stellarium

Conclusão

A ideia de pesquisar e produzir um material didático a estudantes que tenham interesse na área da observação celeste surgiu da necessidade da ampliação dos estudos astronômicos, mas principalmente de levar esses conhecimentos a uma população mais leiga.
O arcabouço teórico-metodológico que dar sustentação a essa pesquisa perpassa pelas leituras acerca da história da astronomia e uma pesquisa minuciosa a respeito dos telescópios e o uso dos mesmos, ainda foi utilizado em nossa pesquisa uma Carta Celeste, para finalizar a nossa pesquisa tivemos a produção do catálogo astronômico com os principais astros visíveis na cidade de Parnaíba. Para a montagem do catalogo, foi feito uma observação usando um software gratuito chamado stellarium.
Para o desenvolvimento do material tivemos como local de observação cidade de Parnaíba/Piauí/Brasil, onde foi criado um catálogo com os principais astros visíveis na cidade no dia 19/02/2018, a observação foi feita somente em uma única noite do dia

19/02/2018, das 18:00h as 06:00h do dia seguinte. Foram considerados somente os astros com magnitude inferior a 06 (seis).

Referência

DAMINELLI, A. **O Fascínio do Universo**. 1ª. ed. São Paulo: Odysseus, 2010.

FRIAÇA, A. C. S. **Astronomia Uma Visão Geral do Universo**. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. III, 2008.

HOWARD, N. E. **Handbook For Telescope Making**. 3ª. ed. London: 24 Russell Square, 1970.

KINAST, P. Qual o melhor telescópio para observar as estrelas e os planetas? **Optclean**, 2018. Disponivel em: <https://optclean.com.br/qual-o-melhor-telescopio-para-observar-as-estrelas-e-os-planetas/>. Acesso em: 18 Março 2018.

MACROBERT, A. Como Escolher um Telescópio. **Centro de Divulgação da Astronomia**, 1999. Disponivel em: <http://www.cdcc.usp.br/cda/telescopios/escolhendo/index.html>. Acesso em: 20 Março 2018.

MATSUURA, O. **História da Astronomia no Brasil**. 1. ed. Recife: Cepe, v. 1, 2013.

MORAIS, A. M. A. **Supernovas e Cosmologia**. 2º. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2009.

OLIVEIRA, K. D. S. **Astronomia e Astrofísica**. 3ª. ed. Porto Alegre: Livraria da Física, 2013.

PICAZZIO, E. **O Céu Que Nos Envolve**. 1ª. ed. São Paulo: Odysseus, 2011.

PIRES, A. S. T. **Evolução das Ideias da Física**. 2ª. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

WRIGHT, H. **The Great Palomar Telescope**. London: 24 Russell Square, v. 1, 1958.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL NA AVALIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: CONCEPÇÕES E ANÁLISE DO DISCURSO DA PROVA DO ENADE

Virgínia Sene Fernandes[1]

Introdução

A discussão sobre os processos de avaliação escolar ou institucional tem hoje significados que vão além da concepção de avaliação com sentido pedagógico e emancipatório. Enquanto as avaliações escolares são feitas pelo professor para propor alternativas no âmbito da sala de aula com a finalidade de acompanhar o processo ensino-aprendizagem, as avaliações externas ou institucionais são elaboradas por um órgão externo às escolas para propor alternativas em âmbito mais amplo que o da instituição de ensino. Com a imposição do neoliberalismo com políticas de diminuição da presença do Estado nos financiamentos públicos, as avaliações tornaram-se importantes instrumentos de controle e práticas frequentes nas instituições de ensino. A dimensão política e econômica vai prevalecer sobre a dimensão pedagógica. Para atender às exigências em larga escala, são adotados modelos de avaliação a fim de fazer o controle de resultados de aprendizagem dos cursos, coletar dados e informações a serem repassadas à população, os clientes. A avaliação vai servir para acompanhar o nível de atendimento ao mercado econômico, trazendo facilidades, oportunidades e lucro aos donos das IES.

Ao utilizar o conceito de avaliação a serviço da lógica do desempenho dos governos neoliberais, instaura-se um estado "avaliador" que mobiliza instrumentos de poder na formação do sujeito neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

A avaliação torna-se uma estratégia do Estado ao impor normas da competitividade do mercado econômico. Esse estudo tem por objetivo analisar a concepção de governamentalidade na avaliação da educação superior e suas consequências na formação dos sujeitos. Para implementação das políticas de educação superior a partir de 1995, no Brasil, havia a necessidade de aparato legal para dar sustentação a essa necessidade. A avaliação vem atender essa necessidade no sentido de acompanhamento da expansão do sistema de ensino e tornar-se um instrumento importante para informar o mercado de trabalho a respeito da qualidade e do tipo de capacitação profissional que os cursos estavam

[1] Doutorado e Mestrado pela Universidade Católica de Santos – UNISANTOS.dos à avaliação do ensino superior e gestão escolar. Graduação em Letras (português e inglês) e Pedagogia pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE. Pesquisas voltadas para políticas públicas de avaliação do ensino superior; gestão escolar e aos estudos sobre Michel Foucault. Docente na Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, nas áreas de metodologia de pesquisa; leitura e produção de textos com ênfase na elaboração e correção de redações, tecnologias da informação e comunicação. Email: vicavazzani@gmail.com; http://lattes.cnpq.br/3451081964933635. Orcid. https://orcid.org/0000-0002-8601-5806.

oferecendo, bem como para indicar as IES que estariam mais ajustadas às exigências da economia. (DIAS SOBRINHO, 2010).

A contribuição da Avaliação para a expansão da educação superior

O modelo de avaliação adotado pelo MEC, no Brasil são provas em formato de testes, com a finalidade estratégica de medir a eficiência e a eficácia da educação superior. Passando por várias fases da reforma da educação em IES, as provas receberam nomes, como PAIUB, o ENC ou Provão e hoje, reconhecidas por ENADE. Um exame, que adota critérios e indicadores com a finalidade de atender bem mais às necessidades dos Estados neoliberais, sendo útil ao mercado econômico na expectativa por lucros e diplomas do que a preocupação com os níveis de ensino que vêm sendo oferecidos nos cursos das IES. Em 2004 adota-se uma nova concepção de avaliação externa, o SINAES, idealizado sob três aspectos: o objeto de análise; os sujeitos da avaliação; e os processos avaliativos. Entre as várias modalidades de avaliação que contém o SINAES, o ENADE (Exame Nacional do Desempenho do Estudante) é um dos eixos para analisar e avaliar os cursos, um exame aplicado entre os estudantes. É realizado a cada três anos pelos estudantes dos cursos de graduação, por meio de um conjunto de áreas disciplinares que são obrigados a fazer uma avaliação de competências. Tem formato de testes (itens) ou seja, de questões de múltipla escolha e de questões dissertativas que avaliam com base nas competências e habilidades; conteúdos curriculares e perfil do egresso previstos nas DCN-Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso. Os itens do exame são subdivididos em: competências gerais contidas nas questões de formação geral; competências específicas vistas nas questões de conhecimento específico. Os resultados médios obtidos pelos alunos em cada curso são utilizados para calcular uma pontuação (avaliação) do Enade em uma escala de cinco pontos para esse curso, que são publicados e, também alimentam o indicador composto de qualidade do curso.

Os exames nacionais

Os exames destinam-se a aferir conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos, cujos resultados devem ser divulgados anualmente pelo MEC. As questões desses exames são acondicionadas de forma organizada e ordenada, com informações sobre sua qualidade técnica, pedagógica e psicométrica no BNI (Banco Nacional de Itens), departamento ao INEP/MEC com a responsabilidade de elaborar os itens (questões) para os exames nacionais. Os testes são elaborados por professores contratados que, também têm a função de ser revisores técnico-pedagógico de cada item.

Exame como técnica de disciplina

Os rituais dos "exames", revelam as relações de poder e de saber. Os exames nacionais são estratégias disciplinadoras que atendem ao Estado por meio da vigilância e punição aos estudantes e educadores das IES, transferindo aos indivíduos a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso. O exame como técnica disciplinar integrou-se às ciências da psiquiatria, da psicologia, sob a forma de testes, de entrevistas, de interrogatórios, de consultas, sempre vistos como mecanismos da disciplina: a psicologia é encarregada de corrigir os rigores da

escola, como a entrevista médica ou psiquiátrica é encarregada de retificar os efeitos da disciplina de trabalho. As técnicas do exame apenas mandam os indivíduos de uma instância disciplinar a outra, e reproduzem, um esquema de poder saber próprio a toda disciplina. Foucault (1987) compara a disciplina do exame com a mesma disciplina exercida nas prisões, nas fábricas, escolas, quartéis e hospitais, pois para ele todos se parecem com as prisões. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. O "exame", com seus rituais, seus métodos, seus personagens e seus papéis, de seus jogos de perguntas e respostas, de seus sistemas de notas e de classificação. O poder é um conjunto de forças provenientes de todas as relações que compõem os espaços sociais, "o poder não vem de cima para baixo, mas é criado pelas diferentes relações de força, (...) surge de todos os lados: de cima para baixo, de baixo para cima e lateralmente" (FOUCAULT, 1996, p.140). O sujeito é um efeito das relações dos discursos construídos nas relações de poder, não há um sujeito preestabelecido, do qual emanariam as relações de poder, pelo contrário, os sujeitos são construídos e/ou produzidos a partir dessas relações, pois, para a própria noção de sujeito tal como é, resulta de uma produção, visto que "o que chamamos sujeito é um enunciado social. Compreende-se que os exames nacionais são estratégias disciplinadoras que atendem ao Estado por meio da vigilância e punição aos estudantes e educadores das IES, transferindo aos indivíduos a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso. Na medida em que os cursos ou os estudantes são classificados por uma nota, esses assumem o resultado para si, sem perceber a estratégia que existe quando se esconde a ineficiência do Estado que não atende a toda população com uma vaga em IES. Sendo assim transfere às IES privadas um compromisso que deveria ser dele.

Análise do discurso: campo de estudo epistemológico

A análise do discurso propõe olhar para as multiplicidades, para a heterogeneidade constitutiva da linguagem, para as práticas discursivas produtoras dos objetos, saberes e sujeitos. Consideramos que as 80 questões do ENADE, exame de 2014 e de 2017 de Pedagogia, como espaço dos discursos do governo empresarial. As provas contribuem para a produção de subjetividades em razão de sua ampla circulação em todas as IES do Brasil e por seu conteúdo apresentar sites, reportagens contendo conceitos, dicas, testes de habilidades, que posicionam os sujeitos na sociedade. Entende-se o campo das políticas públicas em educação como um espaço de conflito de discursos institucionalizados, produtos das relações de luta e de poder. O exercício do discurso na educação é uma forma política de gestão e de poder que, por meio de estratégias, produz e transmite enunciados considerados verdadeiros. O corpus dessa pesquisa, os exames do Enade, foi pensado como resultante de uma prática discursiva, produzida por sujeitos que buscam legitimar seu dizer em verdade, por meio de relações de poder. Procura-se entender como os discursos são perpassados por relações de poder e como atuam nas construções de sistemas de pensamento que se constituem em discursos. O sujeito não é homogêneo, na medida em que sua identidade está em constante processo de produção e sofre transformações, pois o sujeito se encontra em um ambiente marcado pela heterogeneidade e por conflitos sociais, "sua identidade constitui-se pela inscrição dos sujeitos na exterioridade social, é constituída pela relação de um com o outro" (...) (FERNANDES, 2012, p.41). No espaço discursivo, o sujeito tem sua unidade no caminho de uma contradição a outra; encontra-se entre o "eu" e o "outro". Significa dizer que os sujeitos são marcados por determinações sócio-históricas e são atravessadas

por discursos de outrem, com os quais podem se unir, e dos quais se diferenciar ou se distanciar. (FERNANDES, 2012, p.41). O objetivo de Foucault, nos últimos vinte anos, não foi o estudo do poder em si mesmo, mas foi criar uma história de como os seres humanos tornaram-se sujeitos e, para isso, partiu para a objetivação destes modos.

> (...) uma das formas de constituição dos indivíduos em sujeitos seria através da identificação e oposição aos poderes "maiores" na sociedade, expressos em discursos, que buscam docilizar o indivíduo de forma a torná-lo produtivo ou portador de posturas e condutas desejáveis (FOUCAULT, 1995, p.234).

A essa oposição aos poderes, Foucault chama de lutas de classes ou de Estado, país, gênero, entre outras, são contra o "governo da individualidade", contra o privilégio do saber e aos papéis deformados impostos às pessoas. Enfim, tais lutas giram em torno da busca de uma identidade, "de quem somos nós" e recusam os rótulos impostos pelas instâncias de poder que buscam determinar quem somos. Nessa luta, existe a formação de poder que se aplicará à vida comum do indivíduo, na sua identidade a ser reconhecida pelos outros. Não há um sujeito preestabelecido, do qual emanariam as relações de poder, pelo contrário, os sujeitos são construídos e/ou produzidos a partir dessas relações, pois, para este, a própria noção de sujeito tal como é, resulta de uma produção, visto que "o que chamamos sujeito é um *enunciado social"* (PEZ, 2008, p. 02). O *enunciado,* ao revelar a posição social do sujeito, o localiza no emaranhado de relações de poder. Nesse sentido, o *discurso* como parte de um jogo de lutas de contradições e referentes à vida dos sujeitos no meio social historicamente produzido, a resistência desses sujeitos também constitui uma forma de poder nas lutas, consistindo por esses motivos em uma *prática discursiva.*

Análise do discurso: conceitos iniciais

A análise do discurso contribui para a problematização dos exames aplicados durante as avaliações externas no caso específico do objeto de análise desta trabalho, ao postular que toda e qualquer relação social está baseada em relações de poder, e também, a operacionalização das avaliações em IES pelo SINAES e INEP refletem essa constituição. Da mesma forma, a concepção de verdade como produto de lutas discursivas leva a desconstruir a ideia de que o discurso político educacional seria imparcial, isento e universal. Com isso, nega-se a possibilidade de apreendê-lo de forma objetiva e neutra, ao mesmo tempo em que se evidencia a instabilidade da noção de "verdade" e de "realidade". A análise do discurso propõe olhar para as multiplicidades, para a heterogeneidade constitutiva da linguagem, para as práticas discursivas produtoras dos objetos, saberes e sujeitos. É nessa perspectiva que as ideias da análise do discurso de linha francesa são muito consistentes para a análise da argumentação das políticas públicas na medida em que esta, visa à adesão do interlocutor e, por isso, o discurso dialoga com outros discursos e com os interlocutores do jogo enunciativo.

Conceitos básicos da teoria do discurso de Michel Foucault

Para entender as várias e complexas formas de investigar as "coisas ditas", Fischer (2001) afirma que é preciso compreender a relação entre discurso e poder. Mas, Fischer (2001) afirma que para analisar discursos na perspectiva de Foucault é preciso: recusar explicações

ou interpretações fáceis; Buscar o sentido oculto das coisas; ficar no nível das palavras, das coisas ditas; e trabalhar com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. Uma das tarefas para chegar a isso é desprender-se do conjunto de signos como significantes que se referem a determinados conteúdos ocultos, distorcidos, intencionais ou deturpados, ou seja não visíveis. Analisar discurso é dar conta das relações históricas, práticas concretas vivas no discurso, é fugir da interpretação fácil ou do que está por trás dos documentos. Explorar os materiais, as produções históricas e políticas. As palavras também são construções constitutivas de práticas. Não é interpretar o que está por trás, mas o que a palavra representa naquele contexto histórico e político. Não era projeto de Foucault a concepção estruturalista da linguagem, muito pelo contrário ele queria demonstrar a inexistência de estruturas pensantes, responsáveis pela constituição da realidade.

Conceito de discurso como prática social

O discurso sempre se produziria em razão da relação de poder, seria a constituição da realidade e produziria, como o poder, inúmeros saberes. Os discursos são feitos de signos, mas para Foucault os discursos fazem mais do que isso. eles se utilizam dos signos para designar coisas. É esse mais que é preciso aparecer e é preciso descrever. Na verdade, tudo é prática em Foucault, e tudo, está imerso em relação ao poder e saber que se impõem mutuamente ou seja: enunciados; visibilidades; textos; falar; ver. São práticas sociais sempre presas, amarradas às relações de poder que as supõem e as atualizam. Os conceitos básicos da teoria foucaultiana da análise do discurso são: 1) o conceito de *enunciado; 2)* de *formação discursiva*; 3) de *prática discursiva*; 4) de *heterogeneidade do discurso.* Entende-se por e*nunciado:* as proposições, frases, atos de linguagem, acontecimento, uma função que cruza tempo e espaço. Os enunciados não são as palavras, as frases ou proposições destacadas, mas são as formações que apenas se destacam de seus corpus, quando os sujeitos da frase, os objetos da proposição, os significados das palavras mudam de natureza, tomando lugar na espessura da linguagem. Todo *enunciado* está apoiado e um conjunto de signos, mas o que importa é o fato dessa função caracterizar-se por quatro elementos: referente; *sujeito; campo associativo; materialidade específica.* Por exemplo: "*Um professor é antes de tudo alguém que se doa, que ama as crianças, que acredita na sua nobre missão de ensinar" (enunciado). Referente* (princípio): aquele que identificamos, a figura do mestre associada à doação. *Sujeito*: ter alguém que pode afirmar o que muitos outros professores dizem ocupam o lugar desse sujeito que são os sujeitos que estão nessa condição. *Campo associativo*: é a correlação com outros discursos. O enunciado é discurso do campo pedagógico, mas também tem um campo religioso ao associar o professor a figura do missionário. *Materialidade específica.* Como e onde o discurso aparece? Em diferentes épocas; diferentes textos: mídia, reportagens, trabalho voluntário, por exemplo.

A *Formação discursiva é a*quilo que pode e o que deve ser dito dentro de um campo. Um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. Sempre dentro de um espaço discursivo (Têm relação com campos de saber). Por exemplo: Discursos publicitários; discursos políticos; econômicos; femininos; médicos; pedagógicos. Uma *formação discursiva* significa um feixe complexo de relações que funcionam como regra, para que se organize essa estratégia é preciso caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

regularidade de uma prática. Por exemplo: a repetição da palavra "competividade" ou "transformações decorrentes da globalização" ou "inovação" ou" empreendedorismo", entre outras, no caso, palavras típicas do discurso empresarial. O que permitirá situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a uma certa *formação discursiva*. Os falantes nela se reconhecem porque as significações lhe parecem óbvias e naturais.

A Prática discursiva não se confunde com mera expressão de ideias, pensamentos ou frases. Exercer prática discursiva significa falar segundo determinadas regras**.** Expor as relações que se dão dentro de um discurso. Por exemplo: discurso acadêmico; da TV. Por exemplo: A TV se apropria do discurso missionário do professor. Fala e faz falarem esse discurso da função do professor -mãe, professor doador. *Prática discursiva* é um conjunto de regras anônimas, histórias sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam uma época e para uma determinada área social, econômica, geográfica, as condições de exercício da função (FISCHER, 2001, p.204). *A* Questão n.29 da Prova de 2014 tem por enunciado: *"(...) ele não vê mais o professor como um transmissor ou principal fonte de conhecimento; (...) exige um novo perfil de professor; (...) ele aprende com o aluno*".(BRASIL, 2014, p. 25). A Questão n.31 da Prova de 2017 *"(...) Professor, aquele ser que seduz, que encanta pelo conhecimento. (...) professor sacerdote, aquele que professava uma fé. (...) professor aquele que tinha o poder de interferir na mobilidade social era capaz de possibilitar ascensão aos que se dispunham de dedicar-se ao trabalho acadêmico (...) professor retratado de forma caricaturada (...) professores não conseguem cumprir seu papel social".* (BRASIL, 2017, p.33). A Questão n.10, Prova de 2014 *"(...) À organização escolar cabe elevar a qualidade dessa aprendizagem. Diante disso o docente deve atuar para atingir esse objetivo, o que exige cada vez mais, formação de qualidade (...)"; "(...) No processo de formação docente devem ser desenvolvidas competências e habilidades relacionadas (....)"; "(...) O preparo profissional docente requer apropriação e mobilização de conhecimentos (...)"* (BRASIL,2014, p. 12). Nesses referentes são observados textos contendo o discurso sobre o perfil do professor que se adapta, ou não mais se adapta, à sociedade atual, fala e faz falar esse discurso, fala e faz falar um discurso segundo algumas de suas regras que fixaram enunciados sobre a figura do professor "colaborador" da empresa, com a ideia de que o novo professor precisa interiorizar as normas de desempenho da qualidade da sociedade neoliberal, ou uma tecnologia do poder que reduz a autonomia do professor, onde a empresa torna-se um modelo a ser imitado como também uma atitude que deve ser valorizada na criança, no aluno, no professor, um novo modo de ser, uma nova ética. É como se o indivíduo pensasse: "minha maneira de agir é meu cenário de sucesso".

A *Heterogeneidade discursiva* é o interdiscurso, são palavras, expressões, que se referem à dispersão dos enunciados dos discursos, refere-se à ideia de que eles são acontecimentos. O corpus dos enunciados para análise dos discursos iniciaram pelos referentes, os quais foram selecionados a partir da leitura de cada questão da prova: partindo dos textos base, dos textos dos enunciados das questões e dos textos das alternativas. A seleção foi feita pelo campo associativo das palavras, expressões, dizeres cujo campo semântico tivesse relação com as categorias de análise retiradas de Dardot e Laval (2016), sobre o significado de "sujeito neoliberal", como: eficácia; disciplinador; tecnologia de poder; competitividade; normas de desempenho; governo de si; empreendedor de si mesmo; ética da autoajuda; normas de conduta; colaborador de empresa; avaliador; produtividade; sucesso; projeto, qualidade, entre outras.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Percurso teórico-metodológico da análise do discurso

O problema da pesquisa foi identificar como o perfil profissional de educação desejado pelo mercado de trabalho contemporâneo constitui-se de forma a sustentar os discursos, da governamentalidade neoliberal, como verdades. Os cadernos de provas foi o material utilizado como um dos espaços dos discursos do governo empresarial. A escolha desse material deu-se em razão de sua ampla circulação em todas as IES do Brasil e por seu conteúdo apresentar sites, reportagens contendo conceitos, dicas, testes de habilidades, que posicionam os sujeitos na sociedade. Observou-se que essas provas contribuem para a produção de subjetividades flexíveis.

Procedimentos de interdição discursiva

Os discursos disseminam-se pelo tecido social, infiltram-se nas empresas, nas escolas, nos lares, nos programas de TV, nas redes sociais, nas conversas cotidianas, nas universidades, nas academias de ginástica, nos hospícios, nas prisões, nos jogos de videogame, nas marcas e nas campanhas publicitárias, nas páginas dos jornais, sem limitar-se a nenhum desses meios. Com suas regras internas e externas, os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde passam. (FERREIRA; TRAVERSINI, 2013).
Com Foucault (2007), aprende-se que as sínteses discursivas, que chegam até nós e são aceitas como naturais do mundo social, precisam ficar em suspenso. Não é negá-las ou ignorá-las; mas, trazê-las para o centro da discussão e mostrar que resultam de uma complexa trama que as permite aparecer dessa forma neste momento. É compreender, por exemplo, o quanto a melhoria de desempenho justifica-se dentro da lógica neoliberal, que necessita de pessoas que pensem e busquem habilidades ajustáveis às necessidades empresariais. O mesmo acontece na área da educação, problematizar os resultados de um ensino que prepara profissionais com essas capacidades. São essas formas que precisam ser desnaturalizadas e colocadas em suspenso. (FERREIRA; TRAVERSINI, 2013). Feito o mapeamento discursivo das provas realizou-se a leitura prévia (1ª prévia) dos cadernos das provas do Enade de 20114 e de 2017 a fim de poder ver que temas, sujeitos, estratégias, eram suscitados. Selecionaram-se as 40 questões dos dois cadernos (2014 e 2017), totalizando 80 questões. Em seguida, partiu-se para a ideia de classificar os textos por temáticas desdobrando-se em subcategorias, mas essa ideia foi descartada, pois percebeu-se que em uma mesma questão, entrecruzavam-se outros temas, por exemplo a Questão D3 CE da prova de 2014, envolve vários temas: espaço escolar; planejamento e avaliação. Portanto, os temas ora se confundiam, ora se afastavam, de tal forma que se questionava se isso ou aquilo era relevante para análise em relação ao assunto geral das Provas. Iniciou-se a classificação dos excertos pelos procedimentos de limitação interna e rarefação dos discursos, organizando-os em quatro limitadores: *Comentário, Autor, Disciplina e Rarefação (rituais).*
O mapeamento dos 80 itens gerou 40 excertos distribuídos conforme os procedimentos de limitação discursiva. Dos 40 excertos foram selecionados 29 excertos para análise, os quais eram identificados por cores diferentes à medida que eram utilizados. Durante a classificação, pode-se perceber que entre os excertos havia assuntos diversos, mas temas semelhantes, desse modo houve a possibilidade de não se fixar nos assuntos tratados nas questões, mas poder analisar a partir dos 29 eixos selecionados. Agora era possível analisar e pensar sobre

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

eles sem a necessidade de vinculá-los ao assunto da prova. Ao final da organização e com esse processo teórico-metodológico visualizamos os eixos de análise: 1) *políticas públicas que priorizam modernidade e competitividade;* 2) *uso de redes sociais pelas empresas para seleção de funcionários*; 3) *cartilha de condutas em redes sociais; 4) jornada semanal de trabalho das mulheres em relação a dos homens; 5) políticas públicas referentes aos transportes urbanos; 6) tempo gasto do trabalhador no deslocamento casa-trabalho, entre outros.* Dos eixos gerados pelos procedimentos discursivos, destacaram-se os três mais recorrentes: Eixo 1. Competitividade, com 08 temas; Eixo 2. Tecnologias da informação e comunicação (TICs), com 05 itens; Eixo 3. Empreendedor de si, com 06 itens, A partir dos três eixos, construíram-se 15 (quinze) corpus de análise que possibilitaram examinar o perfil profissional e educação desejado, de forma mais ampla, como ponto de apoio de uma rede de redes discursivas

Figura 1. Eixo 1. Competitividade

QUESTÃO 09

A Lei n.° 12.796, de 4 de abril de 2013, alterou a Lei n.° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Uma das alterações tornou obrigatória a Educação Básica para a população com idade entre 4 e 17 anos de idade. Essa alteração decorre da Emenda Constitucional n.° 59, de 11 de novembro de 2009, a qual garante que a medida deverá ser implementada progressivamente até 2016.

Diante disso, são necessárias ações, no interior da escola, que levem os profissionais à compreensão mais aprofundada do teor desses dispositivos legais, de modo que a implementação dessa política esteja articulada à melhoria da qualidade da educação pública.

Com relação às novas demandas da Educação Básica, avalie as afirmações a seguir.

avalie as afirmações a seguir.

I. A Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade compreende as etapas de pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum e parte diversificada.

II. A Educação Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A Educação Infantil de 4 e 5 anos de idade é obrigatória para o acesso ao Ensino Fundamental.

III. A Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos de idade, contemplando os aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

IV. É dever dos pais efetivar, na escola, a matrícula da criança com 4 anos de idade, cabendo à escola realizar o acompanhamento e o registro do desenvolvimento das crianças.

Elaborada pelo autor

Excerto
(...) ações, no interior da escola, que levem os profissionais à compreensão mais aprofundada do teor desses dispositivos legais, de modo que a implementação dessa política esteja articulada à melhoria da qualidade da educação pública.
É dever dos pais efetivar na escola, a matrícula da criança com 4 anos de idade, cabendo à escola realizar o acompanhamento e o registro do desenvolvimento das criança

Observa-se um sujeito que se adapta às normas de desempenho, pela autovigilância e que levam à competição com os outros profissionais. Um discurso coercitivo que une o interesse pessoal com o dever, usa-se a tecnologia do controle dos agentes públicos pela população em geral. O Estado aparece como aparelho burocrático ordenado pelo controle das ações públicas com interesse público e as normas legais, onde o sujeito tem de adaptar-se às normas de desempenho, pela autovigilância.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Considerações finais

Alguns discursos agem sobre o fazer do estudante, do professor ou do profissional da educação, geralmente voltados para os fins imediatos do seu trabalho; outros incidem sobre a alma por meio de técnicas direcionadas ao eu do próprio indivíduo; e algumas daquelas verdades recaem sobre a sua vida social, tornando as relações como se fossem diferenciais competitivos. Forma-se, assim, uma rede discursiva na qual o perfil profissional desejado constitui um dos seus pontos de apoio. Com tal entendimento, verificam-se os procedimentos internos de limitação para vê-los como ferramentas do discurso que conjuram os acontecimentos a fim de manter certa regularidade nas suas estratégias. Os dados obtidos percebem-se um gigantesco aparato de técnicas e procedimentos desenvolvidos para conhecer, dirigir e controlar a vida das pessoas, seus modos e estilos de existência, suas maneiras de sentir, avaliar, pensar. Nas provas elaboradas pelo BNI/INEP observamos essas técnicas e saberes, dentro do projeto de otimização do poder. Se essas provas não trazem contribuição para o desenvolvimento e formação dos estudantes, elas têm o objetivo explícito de conhecer e controlar a vida subjetiva de cada um dos membros submetidos aos seus campos de ação. Para Foucault, essa é a técnica característica do poder neoliberal, ou seja, dispor, simultaneamente, de técnicas totalizantes e procedimentos que visam ao "governo por individuação". Um modo de governar por "individuação ou normalização" seria o substituto contemporâneo do poder pastoral desenvolvido no passado pela igreja. Mas, agora o poder tem novos processos e conhecimentos à sua disposição: avaliações, relatórios, enquetes, pesquisas e bancos de informações, provas, exames, testes onde estão disponíveis dados pormenorizados e sutis, levando a um exercício do poder que não é visível, como afirma Foucault, "sem conhecer o que se passa na cabeça das pessoas, sem explorar suas almas, sem forçá-las a revelar seus segredos mais íntimos" (FOUCAULT, 1994, p.229).Essa técnica do poder por individuação pretende conhecer a consciência das pessoas, com o objetivo de dirigi-las. O resultado desse processo de controle nada mais é do que o sujeito "assujeitado" à normas e padrões de constituição de sua subjetividade, e auto identificado por meio de regras previamente perpetradas de conduta.

Referências

BRASIL. Caderno de provas de pedagogia. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE 2014**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2014/36_pedagogia.pdf Acesso em: 06/09/2022.

BRASIL. Caderno de provas de pedagogia. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE 2017**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2017/37_PEDAGORIA_LICENCIATURA_BAIXA.pdfAcesso em: 06/09/2022.

BRASIL. Edital nº. 8/2011 – INEP/MEC. **Chamada pública para composição de cadastro de elaboradores e revisores de itens da educação superior**. 13/07/2011.Enade/2011.

BRASIL. Edital nº. 2/2012 – INEP/MEC. **Chamada pública para composição de cadastro de elaboradores e revisores de itens da educação superior**. Enade/2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Guia de Elaboração e Revisão de Itens. Banco Nacional de Itens – Enade**, Brasília, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior: Da concepção à regulamentação**. 5 ed. rev. e ampliada. Brasília: INEP, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES - e dá outras Providências.** DOU nº 72, de 15/4/2004, seção 1, p. 3-4.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. INEP. Diretoria de Avaliação de Educação Superior – DAES. **O Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. (SINAES).** Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_do_enade_28092016.pdf Acesso em 14/05/2018

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 - **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991 Acesso em: 12/08/2020.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Boitempo Editorial. 2016.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes.** Revista Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar 2010. Disponível em:

FERNANDES, Cleudemar. Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRA, Mauricio dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Salete. **A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em 20/05/2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. In. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo (SP), v. 114, 2001, p. 197-223. Disponível em: Acesso: 20 de ago. de 2014.

FOUCAULT, Michel. Les mots et les choses. Paris: Gallimard, 1966.

FOUCAULT, Michel. Surveiller et punir. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michel. Dits et écrits. Paris: Gallimard, 1994. 4v

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche a genealogia e a História. In. Microfísica do poder.** (org) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder**. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.229-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1999. 288 p.

PEZ, Tiaraju Dal Pozzo. **Pequena Análise sobre o sujeito em Foucault: a construção de uma ética possível**. In Seminário em Ciências Humanas. 7. ed. Londrina: VII Seminário em Ciências Humanas. Londrina. Eduel, 2008. p. 1-14. Disponível em < http://www.uel.br/eventos/sepeh/sepech08/arqtxt/resumos anais > Acesso em: 09 de jul. de 2014.

UM OLHAR SOBRE A ESCRAVIDÃO: JOSÉ DE ALENCAR E OS DEBATES ACERCA DO SISTEMA ESCRAVISTA BRASILEIRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Lara de Sousa Lutife[1]

Introdução

Por quase quatrocentos anos, o sistema escravista se fez presente na sociedade brasileira, sendo um dos principais motores da economia do país quando ainda era colônia portuguesa e durante o período Imperial. Contudo, a escravização dos negros africanos, como também dos povos indígenas não pode ser tomada como parte de episódios pacíficos, que por unanimidade se faziam possíveis em território nacional. Ao contrário disso, esses processos de escravização foram marcados por um longo período de resistência dos escravizados, bem como por intensos debates em torno do sistema escravista vigente no Brasil durante aquela época.

Nessas condições, a presente pesquisa possui estudos preliminares que tem como ponto de partida o contexto do Brasil Império que representou um momento em que as discussões acerca da escravidão e abolição se tornaram mais acaloradas, tomando dimensões amplas de debates, sobretudo nos impressos em circulação do período, no Parlamento e nas obras literárias. De forma mais precisa, esse estudo tem como demarcação temporal os anos de 1850 a 1870, haja vista que foi durante essas décadas iniciais da Segunda Metade do Século XIX que mais se pôde perceber como a escravidão estava entre os assuntos com maior repercussão e que causavam discordâncias entre a sociedade da época.

Frequentemente quem mais se destinava a debater sobre o tema eram os políticos, jornalistas e intelectuais da sociedade imperial, dentre os quais o político e escritor cearense José de Alencar (1829-1877) que é o sujeito histórico ao qual esse estudo se destina. Isso porque, ele representa um nome de destaque nos estudos e na produção de obras acerca de considerável variedade de temas que remetem ao Brasil durante o Império, e com a questão da escravidão não foi diferente.

Além de que o pensamento do escritor cearense sobre o tema ainda suscita debates tanto entre a Crítica Literária quanto no Campo Historiográfico. O escritor possui amplo reconhecimento pela comunidade leitora acerca dos seus romances e obras de temática indígena, contudo, sobre os escritos políticos e discursos que ele proferiu no âmbito parlamentar já não se nota que sejam difundidos do mesmo modo, ainda mais quando se trata de assunto tão caro como a escravidão.

Dessa maneira, é de interesse desse estudo buscar perceber de que modo José de Alencar participou dos debates sobre o sistema escravista e de que forma se posicionou acerca da abolição da escravatura no Brasil. Para tanto, tomaremos como fonte as *Cartas Políticas de Erasmo* (1865-1868) e alguns Discursos Parlamentares da época, a fim de ter conhecimento de como a questão escrava foi vista e discutida no período, sobretudo por Alencar.

[1] Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História, Culturas e Espacialidades – PPGHCE da Universidade Estadual do Ceará- UECE. E-mail: lara.lutife@aluno.uece.br

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A Escravidão na Segunda Metade do Século XIX

As décadas iniciais que compreendem a Segunda Metade do Século XIX foram marcadas por acentuadas discussões em torno de aspectos que constituíam a conjuntura política, social e econômica do Império no Brasil. A questão da escravidão esteve entre os assuntos mais comentados e que causavam maior discordância nos setores que compunham aquela sociedade, especialmente no Rio de Janeiro, Capital Imperial.

Ainda no início do século XIX, a Inglaterra extinguiu o tráfico de escravos, e passou a pressionar os demais países para que também colocassem fim nessa prática. No caso do Brasil, o tráfico de escravos era intenso, vindo esses principalmente do continente africano para serem utilizados como mão-de-obra nas plantações e lavouras do país. Nesse sentido, a elite política brasileira resistiu o quanto pôde até que em 1850 foi adotada a *Lei Eusébio de Queirós* que proibia o tráfico de escravos em território nacional. Contudo, cabe ressaltar, que na prática a Lei não funcionou literalmente, uma vez que mesmo de maneira informal o tráfico de escravos continuou existindo no país.

Tendo em vista essa questão, é importante pontuar que desde a primeira metade do século XIX os aspectos que envolviam a escravidão já tomavam os espaços de discussão, de modo que diversos grupos e ideologias políticas se arquitetavam no Brasil, energizadas pelo processo de formação nacional que aflorava no país. Tais grupos continuaram sendo formados e ao mesmo tempo a se reconfigurar no transcurso da segunda metade daquele mesmo século.

Dando-se conta disso, o historiador Alfredo Bossi (1988) evidenciou as classes dominantes daquele período através da articulação entre a chamada ideologia Liberal e a prática escravista da época. Ao analisar esse cenário, o autor ressalta a eficácia do ideário de fundo conservador em todo o contexto imperial, destacando como esse conservadorismo se constituiu em "[...] um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava no Brasil." (BOSI, 1988, p. 04)

Isso nos permite perceber a força econômica e política exercida pelos grupos que eram condizentes com a escravidão e como tal fato foi determinante para o estabelecimento e manutenção desse sistema por tantos anos no país como parte de um jogo de interesses, sobretudo, da elite. Tal fato é corroborado ainda segundo o autor, quando se pensa em como "[...] os senhores de engenho e os fazendeiros de café regularam a vida econômica da nova nação e compuseram, desde a ruptura com o pacto colonial, a sua hegemonia em estreita conexão com o comércio internacional e o tráfico negreiro". (BOSI, 1988, p. 04).

Em vista disso, estava sendo desenhado o cenário em que o sistema escravista passou a ser contestado. Por essa razão, aqueles para quem interessava a permanência da escravidão, formados majoritariamente pela elite agrária do país, começavam a unir forças a fim de garantir a continuidade do trabalho escravo visando interesses particulares, sobremaneira os negócios econômicos. Entretanto, como já foi enfatizado, as ideologias e os pensamentos políticos daquele período eram diversos, e foi assim que "uma linguagem ao mesmo tempo liberal e escravista se tornou historicamente possível". (BOSI, 1988, p. 17).

Nessa perspectiva, a partir da década de 1850, após a intensa pressão, principalmente da Inglaterra, o Brasil passou a aprovar as chamadas Leis abolicionistas, que tinham por finalidade estabelecer gradualmente a abolição da escravatura no país. Posterior a *Lei Eusébio de Queirós*, foi promulgada em 1871 a *Lei do Ventre Livre* que em suma concedeu a liberdade

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

aos filhos de escravizados nascidos a partir daquele mesmo ano. Em 1885 foi promulgada a *Lei dos Sexagenários* que concedia a liberdade aos escravos a partir dos 60 anos. Entretanto, é preciso pontuar que mesmo sendo decretadas, na prática essas Leis eram costumeiramente desobedecidas, não sendo tão decisivas para ao menos reduzir a prática da escravidão. De todo modo, elas deram os primeiros passos rumo à abolição dos escravos que foi assinada em 1888.

Diante desse cenário, considera-se que a Segunda Metade do século XIX foi marcada por intensas discussões acerca das questões que giravam em torno do Império, como o tema da escravidão, já que

> Em nenhum outro momento, em nenhum outro tema, ficou mais clara a oposição entre as motivações e os interesses do pólo burocrático do poder e os interesses do pólo social e econômico deste mesmo poder. Se, na expressão muitas vezes usada na época, a escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado Imperial, e que, afinal, acabou por destruí- lo. (CARVALHO, 2008, p. 293)

Nessa vertente, os debates acerca da escravidão ganharam destaque no âmbito do Parlamento, conforme pode ser percebido a partir da fala proferida por Joaquim Nabuco, um dos principais líderes do movimento abolicionista, quando menciona que,

> É, porém no decennio que começa em 1860 que a escravidão sofre as primeiras investidas sérias, ainda que em geral, cautelosas e animadas para com ella de todas as possíveis deferências. Será sempre a honra do instituto dos advogados poder dizer que a serie dos seus primeiros presidentes (como mais tarde os que se lhe seguiam, Nabuco e Saldanha Marinho), Montezuma, Carvalho Moreira (4) Caetano Alberto Soares, Urbano Pessôa (5), Perdigão Malheiro quando ainda fora não se tratava da emancipação, foi toda de abolicionistas. N'uma epoca em que o principio da escravidão era acatado por todos como um mysterio sagrado, aquelles nomes representam o protesto solitário do Direito. (NABUCO, 1866, p. 24)

Essa passagem demonstra como Nabuco e outros nomes faziam parte da luta abolicionista e se orgulhavam de serem os primeiros a representarem os advogados com esse posicionamento pró-abolição. Além disso, nota-se como a questão abolicionista conquistava cada vez mais adeptos que entendiam ser uma das causas urgentes colocar fim na escravidão no Brasil.

Em paralelo, José de Alencar também estava entre os intelectuais e políticos que discutiam sobre o sistema escravista, de modo que ele e Nabuco discordavam em diferentes pontos que envolviam a sociedade imperial, sobretudo acerca da escravidão. Sendo assim, é válido destacar que "enquanto membro do partido conservador, Alencar defendeu os proprietários de terra, o trabalho escravo e o poder moderador, seguindo os ideais e a base política do partido pelo qual optara [...]" (ARAGÃO, 2019, p. 15). Esse trecho revela que Alencar possuía ligação com o partido conservador, contudo, o fato de pensar nos proprietários de terra ocorre paralelo ao entendimento do autor cearense de que uma abolição por meio das leis não seria suficiente para a libertação dos escravos, mas esta deveria ocorrer de forma gradual, com a inserção destes na sociedade, de modo que lhe garantisse condições mínimas de sobrevivência ao tornar-se livre.

A escravidão sob o olhar de José de Alencar

O escritor cearense tinha intensa participação nos diferentes espaços que compunham a sociedade do Império, e o ambiente Parlamentar está entre esses. De modo que era nesse ambiente que mais fortemente Alencar discutia sobre questões acerca da dinâmica política e as decisões do Governo imperial. Sendo assim, em uma fala proferida no parlamento na sessão de 10 de julho de 1871 sobre a reforma servil fez uma analogia aos partidos conservador e Liberal na Inglaterra, para pensar as pautas e ideologias com as quais cada um deles atua também no Brasil. O autor faz referência às discussões sobre as Reformas e as leis emancipacionistas em geral, assim ele diz que,

> [...] Era uma das bases dos dogmas da sua crença política, assim como é entre nós da índole e caracter do partido conservador, não fazer reformas precipitadas, não votar leis que affectão interesses graves ou principios cardeais do systema, emquanto não soffre a pressão energica da opinião, emquanto não é por assim dizer impellido pelo paiz (*apoiados*). Esta é a distincção entre o partido liberal e o partido conservador. O partido liberal marcha na vanguarda, aventa as idéas aponta- as á opinião, lança-as na discussão; o partido conservador, ao contrário, não aceita doutrinas que não estejam bastante amadurecidas; em vez de atencipar-se, acompanha, segue atraz da opinião. (ALENCAR, 1871. p. 64)

Em seu pronunciamento, Alencar faz questão de pontuar as diferenças entre os partidos conservador e Liberal, de modo que seja possível entender as prerrogativas de cada um que nos possibilitem distinguir os posicionamentos de ambos os partidos acerca das medidas emancipacionistas. O autor diz que o partido conservador, "não aceita doutrinas que não estejam amadurecidas", com isso ele de certo modo, evidencia não só o pensamento defendido pelo partido no qual atua, mas seu próprio posicionamento que vai de encontro a uma emancipação de forma imediata.

É válido mencionar que Alencar vinha de família aristocrata e com tradições políticas o que de algum modo pode ter relação com o fato de o escritor ter trilhado também pelo caminho político. Além disso, pode ser pertinente compreender seus pensamentos e produções levando-se em conta o lugar que ocupava, pois é preciso partir do lugar social de onde ele vive e escreve, seguindo assim o pensamento de Michel de Certeau (1982) de que "é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam". (CERTEAU, 1982, p. 3).

Nessa perspectiva, frente ao contexto que Alencar estava inserido ele buscou exprimir suas opiniões através de diferentes meios, dentre os quais aqui se destaca as cartas, já que naquele contexto,

> A carta permitia, assim, um meio rápido, barato e eficiente de comunicação com o público. As que eram dirigidas ao Imperador tinham, pela importância do destinatário, a vantagem adicional de garantir o interesse do leitor, inclusive, e principalmente, do grande leitor que era o próprio chefe de Estado. (CARVALHO, 2009, p. 9)

Sabendo disso, Alencar faz uso das cartas para apresentar seus apontamentos acerca das questões que circulavam no Rio de Janeiro Imperial. O tema da escravidão também apareceu em suas missivas na obra intitulada *Cartas Políticas de Erasmo* (1867-1868), onde o escritor refletiu especialmente nas *Novas Cartas Políticas de Erasmo (1867)*, na *Segunda*, *Terceira* e *Quarta* carta sobre a emancipação.

Nessas cartas, Alencar destaca que a Emancipação no país era ideia advinda de outras nações e se ocorresse no Brasil seria uma devastação, pelo menos se acontecesse de forma imediata ou gradualmente por intermédio de Lei. Noutro momento, ele chega a falar que "a decadência da escravidão é um fato natural, como foi a sua origem e desenvolvimento. Nenhuma lei a decretou; nenhuma pode derroga-la". (ALENCAR, 2009, p. 310). Diante disso, percebe-se que Alencar possuía uma posição frente a escravidão que pode ser considerada conservadora, todavia, antes de taxá-lo exclusivamente como escravocrata é preciso levar em consideração a classe social que o autor pertencia, que de alguma forma tinha relação com a maneira a qual percebia o sistema escravista no Brasil.

Desse modo, ainda que o autor tenha posições conservadoras não raro sendo apontado por muitos como antiabolicionista, ele demonstra como considera prejudicial uma abolição sem cuidados, sem a preparação necessária ao negro para que ele pudesse "ser gente" e não largado à sua própria sorte". (VASCONCELOS, 2006, p. 178). Sendo assim, Alencar se refere como apenas a Lei não seria suficiente para abolir a escravidão por completo, mas seria preciso também uma mudança nos costumes da sociedade. Ele menciona que,

> A escravidão se apresenta hoje ao nosso espírito sob um aspecto repugnante. Esse fato do domínio do homem sobre o homem revolta a dignidade da criatura racional. Sente-se ela rebaixada com a humilhação de seu semelhante. O cativeiro não pesa unicamente sobre um certo número de indivíduos, mas sobre a humanidade, pois uma porção dela acha-se reduzida ao estado de coisa. (ALENCAR, 1867, p. 283)

Alencar sob o pseudônimo de Erasmo destaca que nisso se encaixa o caso da escravidão, pois ainda que rude, ela representa para ele *uma fase do progresso*, *um instrumento da civilização*, que cumpriu seu papel no desenvolvimento social. Em vista disso, mais adiante ainda diz que "de feito, na história do progresso representa a escravidão o primeiro impulso do homem para a vida coletiva, o elo primitivo da comunhão entre os povos.". (ALENCAR, 1867, p. 284).

Essas considerações de Alencar podem ser entendidas como se ele acreditasse que a escravidão fosse uma espécie de *fase do progresso*, que por determinado tempo iria existir e atuar fortemente na sociedade, agindo de maneira a ser necessária para o desenvolvimento social. Doutro modo, ele considera que não seria de forma repentina que a escravidão iria acabar, visto que ainda não havia concordância sobre a abolição dos escravos no Brasil.

Com essa colocação Erasmo busca demonstrar que as tentativas de implementar uma abolição gradual não alcançaram de fato o objetivo de acabar com a escravidão, uma vez que a mesma ainda se fez presente nos países que optaram por essa medida, como também a prática escravista acabou estendendo-se e ganhando força naquelas nações cujo movimento abolicionista ainda não tinha sido manifestado. Nesse sentido, entendendo ser a escravidão uma instituição social que se liga à natureza humana, Alencar diz "[...] que a escravidão não se extingue por ato do poder; e sim pela caduquice moral, pela revolução lenta e soturna das ideias. É preciso que seque a raiz, para faltar às ideias a seiva nutritiva. (ALENCAR, 1867, p. 306)

Em vista desses apontamentos, Alencar buscou ao longo de suas cartas se dirigir aos leitores em geral, mas com destino especial ao Imperador D. Pedro II para que analisasse com cautela a escravidão no país para não pôr fim apenas através de Leis, sem nenhum cuidado ou preparação econômica e com a inserção dos escravos no meio social. Diante disso, podemos considerar que conforme Afonso (2013) que ao longo dessas Cartas Políticas "Alencar tem uma posição particular sobre a escravidão. Quer acabar com ela, mas de forma lenta e segura, sem arroubos libertários que pudessem trazer prejuízos ao Brasil". (AFONSO, 2013, p. 139). Sendo assim, a perspectiva que Alencar apresenta nas *Cartas de Erasmo* se mostra conservadora, já que abertamente o autor não concorda com a ideia de a escravidão ser abolida através de uma Lei imediata. Contudo, o escritor cearense demonstra em certos aspectos alguma preocupação com o modo que esses cativos seriam recebidos pela sociedade após a abolição, uma vez que ele tinha conhecimento do preconceito e das dificuldades que os escravos iriam enfrentar para serem inseridos no meio social brasileiro.

Considerações finais

Por meio dos elementos destacados, é possível perceber que os debates sobre a escravidão ganharam amplas repercussões durante o período da segunda metade do século XIX. Ainda que essas discussões tenham sido mais afloradas nas décadas finais desse período o que culminou com a abolição em 1888, os desdobramentos em relação ao abolicionismo tiveram início muito antes desse ano.

Conforme destacado, o espaço do Parlamento foi um local de destaque para essas discussões, já que a elite política estava situada nesse ambiente e eles estiveram designados para tomar as principais decisões dos rumos que seriam tomados para os povos escravizados no Brasil. Nesse sentido, vimos como Joaquim Nabuco e José de Alencar tiveram posições distintas sobre o tema, já que o primeiro defendia a abolição de forma imediata, enquanto Alencar propunha uma preparação social antes de ser estabelecida a extinção da escravidão no país.

Assim, o escritor cearense fez questão de exprimir seu posicionamento acerca dessa temática nas Cartas Políticas, que nos revelaram ser escritos pertinentes para buscar se entender a visão do autor sobre a escravidão e as propostas sobre a abolição. Diante disso, Alencar não esconde seu pensamento um tanto polêmico, mas faz questão de demonstrar as razões para assim firmar posição, fazendo defesa de uma mudança nos costumes da sociedade.

Nessas condições, entende-se que é preciso dar continuidade aos estudos aqui destacados, pois se trata de um tema cuja discussão é pertinente no campo historiográfico. Por isso, visamos permanecer na análise das fontes mencionadas, assim como em outras, com destaque para maior volume dos Discursos Parlamentares, a fim de compreender através da análise histórica desses materiais como se configuraram os debates sobre a escravidão na época e como José de Alencar esteve inserido nessas discussões.

Referências

AFONSO, Rogério Natal. **A dimensão política do pensamento de José de Alencar (1865-1868) – Liberalismo e escravidão nas cartas de Erasmo**. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo.** (Org), CARVALHO, José Murilo de. – Rio de Janeiro: ABL. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 90), 2009

ALENCAR, José de. **Discursos proferidos na sessão de 1871 na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1871, p. 64. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&id=we5DAAAAYAAJ&q=Escravid%C3%A3o#v=onepage&q=Escravid%C3%A3o&f=false

ARAGÃO, Maria Elzita Alves. **José de Alencar entre a tribuna e a escrita: A escravidão em O Tronco do Ipê**. Trabalho de conclusão de curso pela Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2019.

BOSI, A. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 3, p. 4–39, dez. 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** A elite política imperial. Teatro de Sombras: A política imperial. 4° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michael. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

NABUCO, Joaquim. "Elaboração da Lei de 28 de Setembro de 1871 no Conselho de Estado". In: **Um estadista do império**. Vol 3, 1866-1878.

VASCONCELOS, Paulo Henrique Castanheira. **O Teatro de José de Alencar e a imagem do negro no Brasil do século XIX**. Goiás: Guanicuns: Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, N° 03/04, 167- 181, Nov. 2005 / Jun. 2006.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A POPULAÇÃO NEGRA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO - UMA RELAÇÃO DE DIREITO E RACISMO QUE SE PERPETUA ATÉ HOJE – DA COLONIA, DO IMPÉRIO À LEI DAS COTAS

Henrique Cunha Junior[1]
Luzia Fernanda dos Santos Moraes[2]

Introdução

Iniciamos nossa introdução citando as palavras ditas por Perdigão Malheiros[3], 1886, as quais estão vivas até hoje:

> Desde que o homem é reduzido à condição de cousa, sujeito ao poder e domínio ou propriedade de um outro, é havido por morto, privado de todos os direitos, e não tem representação alguma, como já havia decidido o Direito Romano. Não pode, portanto, pretender direitos políticos, direitos da cidade, na frase do Povo Rei; nem exercer cargos públicos: o que se acha expressamente consignado em várias leis pátrias antigas, e é ainda de nosso Direito atual, como princípios incontestáveis, embora elas reconheçam ser este um dos grandes males resultantes da escravidão.
> ...
> Tal é a extensão dessa incapacidade, que, entre nós, nem são os escravos admitidos a servir com praça no exército e marinha. Nem tão pouco a exercer cargos Eclesiásticos, quer de natureza mista, quais os de Pároco e outros, quer de natureza puramente espiritual; no que vai de acordo a Lei Canônica com a Lei Civil. (MALHEIRO, P. 11)

[1] Henrique Cunha Junior. Pesquisador sobre Populações Negras, História Tecnológica Africana e Urbanismo Africano. Professor titular da área de engenharia elétrica, pesquisa e ensina sobre Planejamento de Energia a as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Tem formação em engenharia (EESC-USP) e sociologia (UNESP- Araraquara), mestrado em engenharia e mestrado em história. Doutoramento em Engenharia pelo Instituto Politécnico de Lorraine – França, 1983. Defendeu tese de livre docência na Universidade de São Paulo em 1993. Professor Titular da Universidade Federal do Ceará desde 1994. E-mail: hcunha@ufc.br

[2] Luzia Fernanda dos Santos Moraes, Bacharela em Direito pela Faculdade Zumbi dos Palmares no período de 2012 à 2016. Curso de especialização em Bioética/ Biodireito e Direitos Humanos pela Universidade Portal da Educação. Iniciação Científica: tema "Bioética/ Biodireito – Uma análise jurídica da saúde da população negra no Brasil. Curso de especialização em Contratos, Direito Empresarial, Mediação, Conciliação e Arbitragem – Escola de Cursos Jurídicos. Jus Postulandi. Aluna ouvinte do curso de Mestrado em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA. Disciplina Educação, Cultura e Pensamento Negro. E-mail: draluzfm7@yahoo.com.br.

[3] Presidente do Instituto dos Advogados do Brasil entre 1861 e 1866 e parlamentar atuante entre 1869 e 1872, Perdigão Malheiro esteve no centro de vários debates que envolviam a questão do pecúlio dos escravos e, sobretudo, a libertação do ventre das escravas, como então se dizia10. Ligado aos interesses da lavoura do Sul de Minas, a defesa da propriedade (escrava) e das "razões de Estado" sempre limitaram suas posições emancipacionistas. Falando em nome da "moral" e da "humanidade" votou muitas vezes contra as posições escravistas e, apesar de ter chegado a defender um projeto de lei para uma abolição gradualista da escravidão, votou contra a lei de 1871, que libertou os filhos das escravas. O complexo jogo político no qual esteve imersa a publicação do ensaio "histórico, jurídico, social" de Perdigão Malheiro não pode ser esquecido.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

As marcas do escravismo não se extinguiram da sociedade brasileira e muitos recursos jurídicos serão necessários para que esse ideal seja concretizado, estas marcas foram espalhadas no Brasil durante séculos, deixando enormes cicatrizes e para tentar suprir esta dívida existente aos afrodescendentes criou-se a lei das cotas como medida paliativa nas universidades e serviços públicos.
Com os estudos das normas jurídicas, busca-se enxergar o cotidiano e compreender como uma sociedade tutela seus principais valores e como pretende defender e efetivar os direitos assegurados e cristalizados.
O direito não pode ser compreendido como um fenômeno isolado no tempo e no espaço, não deve ser vislumbrado como um amontoado de normas que não estão relacionadas com os valores, as visões do mundo e dos grupos sociais.
O escravismo não foi apenas uma relação de força, mas um fenômeno social legitimado, pois se amparava no sistema jurídico que vigorava no século XIX. E por diversas vezes, é visto apenas como um fenômeno fático, percebido sob nuances sociológicas ou econômicas, que simplesmente existiu no Brasil até o século XIX e que foi extinto por meio da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.
Entretanto, a questão não é tão simples assim: o sistema escravista era amparado por uma legislação, que, inclusive a constitucionalizava, apesar de não se referir a ela diretamente (MORAES, 1966, p.372, apud Campelli).
Segundo Chignoli 2019, a legislação colonial no Brasil reguladora da escravidão apresentava-se de maneira errática nas Ordenações Filipinas. Além desse documento, há outros aditamentos às Ordenações e às leis que tratavam desse assunto durante o período colonial.
Assim sendo, a América Portuguesa herdou um instituto jurídico legado de Portugal que confundia a classificação de objeto e de sujeito de direito, de acordo com o ramo jurídico em que se enquadrava a norma: no Direito Privado, o escravizado era, majoritariamente, objeto de direito; no Direito Público, ele era sujeito de direito.
Esta questão ainda se perpetua quando nos deparamos com o racimo estrutural e com o alto índice carcerário, dentre diversas outras desigualdades sociais.

Desenvolvimento

Genese histórica

O escravismo desenvolvido nas colônias ibéricas, ainda que não tenha sido unívoco, carregava traços característicos, sobretudo na lógica que permeava a sua reprodução. A experiência jurídica relacionada ao cativeiro constituiu um elemento crucial na conformação do regime escravista estabelecido no Novo Mundo por lusos e castelhanos.
A escravização dos africanos e seus descendentes, tal como praticada pelos comerciantes portugueses e pelos colonos do Brasil, era um procedimento considerado lícito, válido, legítimo e justo diante das leis divinas, do direito natural e do direito das gentes.
A afirmação, que parece hoje tão chocante, não causava espantos durante os primeiros séculos de dominação portuguesa na América. Essencialmente escravista, a legislação portuguesa metropolitana preocupou-se sobretudo com os aspectos práticos do controle.

Daí, vale a pena reforçar, o relevo do estudo específico das leis para a compreensão do processo de implantação e recriação da prática do escravismo no universo ibero-americano. Para Lara, 2000:

> Dispersa em coleções ou compilações impressas nos séculos XVIII e XIX, a legislação portuguesa colonial, como um todo, já é fonte de difícil acesso. Quase nunca o critério de seleção dos textos é explicitado, os índices deixam muito a desejar e as lacunas são frequentes. Quanto aos documentos legais referentes à escravidão, a dificuldade é ainda maior: o tema quase nunca aparece em destaque e o pesquisador tem que se desdobrar sobre vários volumes até que consiga localizar uma determinação específica. Passando à documentação manuscrita, as dificuldades parecem crescer geometricamente. Vários são os acervos que contêm a produção legal portuguesa e, mesmo que nos concentremos nas duas principais instituições responsáveis pela guarda das ordens e determinações da Coroa e do Conselho Ultramarino, respectivamente o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Ultramarino, não esgotamos a questão. (LARA, p. 8).

A pressuposição de uma tradição legislativa acerca do escravismo particular aos estados ibéricos não é novidade na historiografia.

Em contrapartida Silva Junior afirma em sua obra que não chegou a ser criado um código específico para o escravismo negro na América portuguesa e as sucessivas tentativas castelhanas nesse sentido empreendidas na segunda metade do século XVIII, foram malogradas.

Entretanto, é certo que houve uma tradição legal concernente à escravização dos africanos e de seus descendentes, tanto para o Brasil como para as "Índias de Castela".

Apesar das notáveis especificidades existentes entre os diplomas legais vigentes, relativos à Espanha e de Portugal, a maneira historicamente imbricada como se deu o seu processo de gestação, o compartilhamento de certos pressupostos básicos e a lógica análoga que permeava o seu funcionamento são elementos que permitem falar em uma tradição legal ibérica sobre o escravismo afro-americano.

Em verdade, para o autor, mais importante do que a continuidade da prática escravista teria sido a sobrevivência de uma longa tradição legal acerca do escravismo, herdada do Código de Justiniano e condensada na célebre compilação do rei d. Afonso, o Sábio, as Siete Partidas, organizada entre os anos de 1263 e 1265.

Este "código", forjado no interior da doutrina cristã e pautado no princípio de que o escravismo contrariava o direito natural, reconheceria a humanidade dos cativos, garantindo-lhes condições mínimas de existência e o acesso à liberdade através da manumissão.

A edificação do sistema atlântico ibérico se daria a partir da combinação de elementos da experiência histórica luso-castelhana:

O processo de Reconquista e a inserção no circuito comercial mediterrânico. Como se sabe, a formação de ambos os reinos enquanto monarquias nacionais soberanas se deu entre os séculos XI e XV em meio ao enfrentamento do inimigo mouro comum e a lutas intestinas.

A retomada de territórios dominados pelos muçulmanos viabilizaria o ingresso de portugueses e castelhanos na rede de comércio orientado a partir do Mediterrâneo, mas, por outro lado, não poria fim às suas rivalidades. As disputas políticas e econômicas entre os dois reinos cristãos logo se espraiariam para o Ultramar.

Com o aporte técnico e financeiro de mercadores de outras nacionalidades – genoveses, sobretudo, Castela e Portugal partiriam no século XV para a exploração do chamado "Mediterrâneo Atlântico" e da região litorânea do continente africano, com vistas a promover o sortimento do mercado de luxo dos centros urbanos europeus.

Em fins da centúria, era possível notar uma forte clivagem na orientação tomada por aqueles empreendimentos ultramarinos. Em decorrência de uma série de tratados firmados entre as décadas de 1470 e 1490.

Os espanhóis se dedicariam à conquista e à ocupação das ilhas Canárias e, em um segundo momento, das ínsulas caribenhas enquanto os lusitanos explorariam as demais ilhas atlânticas e a costa da África, monopolizando desde logo o tráfico negreiro.

A busca por metais esteve presente desde o início, o que se concretizou primeiramente por meio do escambo com os africanos e, em seguida, através da exploração de veios auríferos nas ilhas caribenhas.

A montagem de engenhos açucareiros nos arquipélagos atlânticos conjugada à edificação de feitorias comerciais ao longo da costa ocidental africana sedimentaria o complexo de produção elementar transplantado para as regiões onde não se fez possível a extração de ouro e prata.

Após uma primeira etapa de estabelecimento na região caribenha, os castelhanos desencadearam o movimento de conquista da América continental (1519-1640), logrando a descoberta de substanciosos depósitos de metais preciosos.

Em regiões como Santo Domingo e Porto Rico, dedicadas ao fabrico de açúcar, os escravizados africanos estiveram presentes desde os primeiros tempos da ocupação.

Em momento seguinte, os negros cativos seriam empregados também na extração de ouro e na realização de tarefas domésticas, além de praticarem atividades variadas nas regiões urbanas e onde o declínio da população indígena os fizessem necessários (Berbel, Marquese & Parron, 2010, pp.35-36).

Após o "período das feitorias" (1502-1534), Portugal, a outra face da moeda, iniciou o processo de colonização da América meridional afim de garantir o domínio sobre a região (Johnson, 1997, pp.241-281). Assim o Brasil seria inserido nos quadros da política imperial lusitana.

Não sendo encontrada de imediato uma riqueza mineral equivalente à dos territórios espanhóis, a alternativa foi reproduzir o modelo açucareiro experimentando previamente na Madeira e em São Tomé, em especial, aproveitando-se as condições de clima e solo favoráveis.

As dificuldades verificadas no emprego da mão-de-obra indígena e as vantagens propagadas quanto ao recurso aos cativos africanos abririam caminho para o tráfico transatlântico em direção aos grandes polos açucareiros que logo se estabeleceriam no nordeste brasileiro.

Nas primeiras décadas do século XVII, os escravos negros tornaram-se predominantes na indústria do açúcar, enquanto nas regiões periféricas seguiria a exploração do cativeiro dos "negros da terra" (Perrone-Moisés, 1992, pp. 115-132; Monteiro, 1994; Zeron, 1998).

É preciso acusar que tanto a ordem legislativa portuguesa quanto a castelhana foram marcadas por continuidades e descontinuidades em relação aos estatutos europeus ou às medidas publicadas em momento pretérito. As normas eram emitidas para solucionar problemas que iam surgindo, para obter maiores proventos para a Coroa, conservar a ordem e assim por diante.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Em diversas ocasiões, eram lançadas disposições que inovavam ou mesmo contradiziam o conteúdo dos textos originários.
Ao perceber que o objetivo de sua publicação não havia sido alcançado ou que poderiam causar abalos à ordem constituída, o poder central não hesitava em derrogá-las, ratificando uma vez mais o teor dos antigos dispositivos jurídicos, encarnados, mais diretamente, nas *Siete Partidas* e nas *Ordenações do Reino*.
Com efeito, em um movimento constante de luxo e reluxo, *Partidas* e *Ordenações* se consagrariam como esteios legais perenes, para os quais sempre se poderia retornar em caso de insucesso na promulgação das normativas que extrapolavam seu conteúdo ou mesmo para suprir os vazios deixados pela nova legislação.
Nas palavras do autor:

> A visão idílica da escravidão luso-brasileira foi construída em grande medida a partir de relatos de viajantes que percorreram o Brasil durante o século XIX, tais como Auguste de Saint-Hilaire, Henry Koster, João Maurício
> Rugendas, George Gardner, John Luccock, entre outros. Nesses textos, o tratamento dispensado aos escravos no Brasil não raro era caracterizado como pouco rígido, e até bastante benevolente.
> Tais narrativas divulgariam para o exterior, ainda no oitocentos, o suposto "paraíso racial" brasileiro, servindo de base, já naquele tempo, para formulações que buscavam ressaltar o "inferno racial"norte-americano.
>
> ...
> Ao contrastar sua sociedade com a brasileira, aqueles homens buscavam destacar a singular severidade dos senhores de escravos sulistas e o forte racismo já perceptível àquela altura (Azevedo, 2003, pp.147-198). Além disso, nas Cortes de Lisboa (1821-22) e na Assembleia Nacional Constituinte do Rio de Janeiro (1823), deputados brasileiros valeram-se de argumentos similares para defender a continuidade da escravidão no Brasil (Berbel, Marquese & Parron, 2010, pp.95-181). (SILVA, p.37)

Genese Jurídica

A independência política de Portugal em relação ao reino de Leão, no século XII, não correspondeu a uma imediata autonomia jurídica; a legislação castelhana exerceria influência direta na conformação do sistema normativo lusitano, constituindo as Siete Partidas uma das fontes elementares para a formulação de sua primeira compilação de cunho normativo mais vasto, as Ordenações Afonsinas, datadas do século XV (Caetano, 1981; Costa, 1996, apud Silva).
Existia na concepção jurídica geral da época do Antigo Regime uma clara tensão entre o respeito aos textos fundadores canônico-romanos e a necessidade de inovação, de atualização da tradição a fim de compatibilizá-la com o ambiente extratextual, isto é, a sociedade na qual os textos deveriam ser aplicados (Hespanha, 2005, p.113, apud Silva)
A constituição do direito indiano – termo consagrado pela historiografia hispânica para descrever a ordem jurídica operante nos territórios da América e da Oceania que pertenceram à Monarquia Universal espanhola, comumente chamados Índias – e do que se poderia chamar de direito colonial luso-brasileiro levou essa mesma tensão a reboque.

É evidente que o contexto inaugurado pela expansão ultramarina foi seguido de progressivas adequações e rearranjos jurídicos, tanto do lado português quanto do lado castelhano.
Mas, o desenvolvimento do arcabouço normativo relacionado ao escravismo, que encontrou vigência na América ibérica, precede em muito a empresa colonial, tendo acompanhado o processo mesmo de formação política daqueles países, estando inserido, desde o nascedouro, em seu repertório legislativo-doutrinal.

> O aspecto elementar a ser observado é o de que o ordenamento atinente à escravidão hispânica emanou de fontes jurídicas medievais de base romanista plasmadas fundamentalmente no Fuero Juzgo e nas Siete Partidas, que serviram de direito subsidiário até fins do período colonial (Lucena Salmoral, 2000, pp.07-25).

Embora as Partidas tenham encontrado maior irradiação sobre os marcos regulatórios americanos.
O Fuero Juzgo, também conhecido como Código Visigótico, Liber Iudiciorum, Liber iudicum, forum iudicum, Lex Visigothorum recesvindina, entre outras denominações, é uma compilação de leis proferidas por reis visigodos que foi aprovada no VIII Concílio de Toledo, realizado no ano de 654 durante o reinado de Rescenvindo (649-672).
As disposições legais que o compõe estão agrupadas em doze livros, segundo uma orientação temática, e trazem a nota antiqua ou antiqua noviter emendata, bem como a menção ao monarca que as ditou.
Trata-se de uma expressão mais acabada das chamadas leges barbarorum, em que o antigo direito consuetudinário de ascendência germânica (Volksrecht) passava a receber o influxo de princípios extraídos do direito romano vigente quando da queda do Império Romano do Ocidente (Azevedo, 2007, pp.92-98).
O que chegou até nós, foi a sua forma vulgata, uma edição revisada que sofreu certas alterações relacionadas ao que se poderia chamar de "direito público" e aos deveres dos monarcas, sendo-lhe adicionadas normativas dos reis Egica (687-702) e Vitiza (702-710), outras leis extravagantes, e certos aditamentos doutrinais.
Esse "código" encontraria aplicabilidade em vários pontos da Península Ibérica no correr do medievo, tendo sido conservado pelos moçárabes em suas comunidades no interior das cidades muçulmanas e nos territórios cristãos de onde partiu o movimento de Reconquista.

Código Negro criado na Era do Iluminismo

Se vamos situar este trabalho na históríografia jurídica da população negra, não podemos ocultar a existência do Código Negro, escrito na França em 1685 e reescrito em 1724 na Louiziana.
Nas palavras de **Doudou Diène**, em entrevista à Radio Vaticano este código transmite os sentimentos de desgosto, de horror e de aflição que a escravatura e o tráfico dos negros lhe transmitem.

> Um dos mais significativos artigos deste Código, em que os escravos são declarados "móveis". Com efeito, o Código Negro, documento desconhecido por grande parte da humanidade, não é senão, um conjunto de leis emanadas em 1685

> pelo rei da França, Luís XIV, para regulamentar a escravatura e manter a disciplina da Igreja Católica Apostólica Romana nos territórios que eram, na altura, de domínio francês.
> ...
> alguns textos pertinentes, relativos ao Tráfico Negreiro, entre os quais a maldição de Cam que nos recordam que é na Sagrada Escritura que os traficantes negreiros se inspiravam; textos que o autor quis, com esta publicação, tirar do esquecimento a que a História Universal tem condenado tudo o que diz respeito à escravatura.(senegalês, na altura Director da Divisão de Projectos Interculturais da UNESCO, 1999)

Na explicação de Carelli, 2020, o Código Negro, ou Code Noir, foi um documento legal editado pelo Rei Luís XIV, pela primeira vez em 1685, com a pretensa intenção de regular o trabalho de negros escravizados nas colônias francesas, na América e trazer-lhes algumas garantias.

O que se viu, no entanto, ao lado da concessão de alguns míseros direitos nunca concretizados aos negros, foi um rol de restrições aos trabalhadores e, mais do que isso, a manutenção e legitimação da condição servil, causa de todos os males que supostamente pretendia atenuar.

A norma era tão pérfida que sobrou até para os judeus, que foram por esse instrumento expulsos dos territórios franceses. O Código Negro é um dos instrumentos legais mais criticados de todos os tempos, sendo que Voltaire afirmou que "o Código Negro somente serve para mostrar que os juristas consultados por Luís XIV não têm noção do que é direitos humanos". (CARELLI, 2020)

O Código concedia os seguintes direitos aos negros escravizados: descanso semanal, aos domingos, professar a religião católica e ir às missas, obrigação de o senhor fornecer, aos escravizados com dez ou mais anos de idade, dois potes e meio de farinha de mandioca e três mandiocas de duas libras e meia, além de duas libras de carne de boi salgada ou três libras de peixe (metade disso às crianças escravizadas); proibição de substituição dessa alimentação por cachaça; fornecimento de duas peças de roupa de pano ou quatro medidas de pano, à escolha do senhor.

Havia ainda a previsão de que caso os escravizados não fossem alimentados, vestidos e tratados conforme o Código, eles poderiam alcançar o procurador-geral, que perseguiria o senhor de escravos pelos "crimes e tratamentos bárbaros e desumanos dos senhores em relação aos seus escravos"(art. 26).

Por outro lado, o Código negro, além de legitimar a escravidão, proibia os escravizados de venderem, em qualquer hipótese, produtos oriundos da cana de açúcar e a venda de outros produtos somente era permitida com a autorização expressa do seu senhor.

Também era previsto que os escravizados não poderiam ter propriedade de qualquer bem material, sendo que a aquisição por qualquer meio, mesmo que por presente de terceiros, automaticamente ingressaria no patrimônio do senhor.

Se os escravizados não podiam ser partes na Justiça civil (art. 31), eram capazes de ser réus na Justiça criminal (art. 32). Os escravizados poderiam ser castigados com correntes ou com chicotes pelos senhores, "quando estes cressem que os escravos mereceram", mas não poderiam ser mutilados ou sofrer tortura (art. 42).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

O art. 45: dizia que a regulamentação não queria privar os sujeitos (ou seja, os senhores) da faculdade de estipular regras próprias ao seu pessoal, como se faz com suas posses em dinheiro ou outras coisas mobiliárias como os escravizados.

Ordenações Filipinas

As Ordenações Filipinas resultaram da reforma feita por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuou vigindo em Portugal ao final da União, por confirmação de D. João IV.
Até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, estiveram também vigentes no Brasil.
A legislação colonial no Brasil reguladora da escravidão apresentava-se de maneira errática nas Ordenações Filipinas. Além desse documento, há outros aditamentos às Ordenações e às leis que tratavam desse assunto durante o período colonial.
Nesse sentido, é importante ressaltar que o escravo era um bem, uma propriedade, um objeto de direito, mas, paralelamente, era sujeito de direito para sofrer as sanções do direito penal elencado no Livro V das Ordenações.
Assim sendo, a América Portuguesa herdou um instituto jurídico legado de Portugal que confundia a classificação de objeto e de sujeito de direito, de acordo com o ramo jurídico em que se enquadrava a norma: no Direito Privado, o escravizado era, majoritariamente, objeto de direito; no Direito Público, ele era sujeito de direito.
Antes do Livro V, as Ordenações eram bem claras naquilo que o escravo não poderia fazer, para evitar qualquer dúvida de que ele seria um sujeito de direito. Dessa forma, o Título 9º do Livro III, que tratava dos que não poderiam ser citados por causa de seus ofícios, pessoas, lugares ou por alguma outra coisa, aduzia que o preso ou encarcerado em cadeia pública por autoridade de Justiça não poderia ser citado. Nesse sentido, o escravizado, mesmo preso, e, nesse contexto, considerado sujeito de direito para ser detido, não poderia sê-lo no processo, por impossível ser objeto de citação. O escravizado, outrossim, não podia ser testemunha, nem ser perguntado sobre fato jurídico algum, salvo quando houvesse expressa previsão legal. Novamente, havia uma figura com muito hibridismo jurídico, na medida em que o escravizado pode ser testemunha, ainda que objeto de direito, se assim permitisse a lei. Não obstante isso, a legislação não dizia quais garantias ou direitos teria essa pessoa como testemunha. Além disso, as Ordenações tratavam do escravo branco cristão, que poderia ser testemunha de delito em que fosse partícipe (Ord. Filipinas, Livro III, Tít. 56).
As Ordenações Filipinas, de 1603, ficaram vigentes no Brasil até a elaboração do Código Civil de 1916, surgiram como diploma legislativo mais próximo da realidade do Novo Mundo e das explorações mercantilistas das riquezas naturais das colônias. O vocábulo "servo", aparece substituído por "escravo" em relação somente aos africanos.
Neste diploma legal as normas sobre o escravismo eram dispostas nos livros IV e V, sendo respectivamente questões sobre direito civil e direito penal e processo criminal.
Das estruturas legislativas do ordenamento jurídico brasileiro, vigentes no Império do Brasil, não se pode deixar de falar que o país não herdou apenas a estrutura econômico-social vigente durante a colônia, mas também a legislação metropolitana portuguesa, recepcionada pela Lei de 20 de outubro de 1823: *Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brazil até 25 de*

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquella data em diante, e os decretos das Cortes Portuguezas que são especificados.

> Art. 1.º As Ordenações, Leis, Regimentos, Alvaras, Decretos, e Resoluções promulgadas pelos Reis de Portugal, e pelas quaes o Brazil se governava até o dia 25 de Abril de 1821, em que Sua Magestade Fidelíssima, actual Rei de Portugal, e Algarves, se ausentou desta Corte; e todas as que foram promulgadas daquella data em diante pelo Senhor D. Pedro de Alcântara, como Regente do Brazil, em quanto reino, e como Imperador Constitucional delle, desde que se erigiu em Império, ficam em inteiro vigor na parte, em que não tiverem sido revogadas, para por ellas se regularem os negócios do interior deste Império, emquanto se não organizar um novo Código, ou não forem especialmente alteradas.
>
> ....
>
> O Conselheiro Joaquim Ribas assim comenta e critica a aplicação das Ordenações Filipinas à sociedade brasileira (RIBAS, 1982, p. 76):
>
> O ultimo [trabalho legislativo português], que ainda até hoje se acha em vigor, foi começado no reinado de Fellippe II de Hespanha e I de Portugal, e concluída no seguinte, sendo sancionado e publicado pelo Alv. De 11 de Janeiro de 1603. Em consequência, porém, da elevação da casa de Bragança ao throno de Portugal, entende-se necessário revalidar estas Ordenações, e para este fim expediu D. João IV a lei de 29 de Janeiro de 1643, que revogou todas as legislações anteriores a ella, [salvo algumas exceções] (…). Dos cinco livros das Ordenações Philipinas quase que só o 4º é destinado à theoria do direito civil. Mas os seus preceitos, além de nimiamente [sic.] deficientes, e formulados sem ordem, não estão ao par das necessidades da sociedade actual e dos progressos da sciencia jurídica.
>
> Não obstante estas críticas, os negócios jurídicos civis em geral, bem como os contratos, deveriam ser regulados por este diploma legislativo que apresentava inclusive as regras para regência do contrato de compra e venda de escravos, nos termos do Título XVII, Livro IV, das Ordenações Filipinas:
>
> Qualquer pessoa, que comprar algum scravo doente de tal enfermidade, que lhe tolha servir-se delle, o poderá engeitar a quem lho vendeu, provando que já era doente em seu poder de tal enfermidade, com tanto que cite ao vendedor dentro de seis meses o dia, que o escravo lhe for entregue.
>
> É de se ressaltar que, nos parágrafos do Título XVII, Livro IV, das Ordenações Filipinas, havia a regulamentação, bem como de eventuais vícios redibitórios, além de outros que pudessem contaminar o referido negócio jurídico:
>
> Se o scravo tiver commettido algum delicto, pelo qual, sendo-lhe provado, mereça pena de morte, e ainda não for livre por sentença, e o vendedor ao tempo da venda e não declarar, poderá o comprador engeital-o dentro de seis meses, contados da maneira, que acima dissemos. E o mesmo será, se o scravo tivesse tentado matar-se por si mesmo com aborrecimento da vida, e sabendo-o o vendedor, o não declarasse.

Em suma, no próprio negócio jurídico de compra e venda, já se pode constatar que, aos escravizados, poderiam ser aplicadas sanções, tendo em vista o peculiar regime jurídico dos cativos, distinto daquele relacionado aos homens livres.

Constituicão Imperial de 1824

Destarte, nas palavras de Campelli:

A escravidão não estava prevista, expressamente, em nenhum dos dispositivos da Constituição Imperial, de 1824, o que não poderia ser diferente, já que, pela sua inspiração liberal, não poderia tal *Charta Magna*, explicitamente trair a sua própria finalidade, como preconizado pela teoria constitucionalista, o resguardo das liberdades individuais.
Dispor sobre a escravidão em uma Constituição liberal seria uma *contraditio in terminis*, entretanto, o legislador constituinte encontrou uma saída: implicitamente, fez referência aos cidadãos brasileiros libertos, ou seja, que emergiram da *capitis diminutio maxima*, passando a gozar de seu *status libertatis*, mas sem alcançar o mesmo status *civitatis* dos cidadãos brasileiros ingênuos.
O art. 6º, §1º, da Constituição de 1824, que classificava os cidadãos brasileiros em duas categorias, os ingênuos e os libertos:

> Art. 6. São Cidadãos Brazileiros
> I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
> Para perfeitamente definir estes termos jurídicos contidos na Charta imperial, importantíssima a leitura das lições do Conselheiro Joaquim Ribas (1982, p. 280, apud Campelli).

Em relação ao direito de liberdade, dividem-se os homens em – livres e escravos, e aquelles se subdividem em – ingênuos e libertos. Chama-se ingênuo o que nasce livre; liberto o que tendo nascido escravo, veio a conseguir a liberdade.
Pode-se concluir que, se a própria Carta Magna imperial atribuía a condição de cidadãos apenas àqueles indivíduos que se apresentavam como ingênuos ou libertos era porque este diploma admitia, ao menos tacitamente, a existência de, no território do Império (art. 2º), haver a possibilidade de existência de outros indivíduos que não poderiam ser cidadãos, por não possuírem este status libertatis, ou seja, porque eram escravos.
A Constituição imperial não declarou a existência da escravidão, mas dela poderia se inferir a existência e a legitimidade deste instituto, pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Código Criminal do Império

O Código Criminal do Império do Brasil, a Lei de 16 de dezembro de 1830, estabelecia o conceito de criminoso, nos seus arts. 3º e 4º:

> Art. 3.º Não haverá criminoso, ou delinquente, sem má fé, isto é, sem conhecimento do mal, e intenção de o praticar.
> Art. 4.º São criminosos, como autores, os que commetterem, constragerem, ou mandarem alguém commetter crimes.

Os escravizados não se enquadram em nenhum dos casos de inimputabilidade previsto no art. 10 do referido Código Criminal:

> Art. 10. Também não se julgarão criminosos:
> 1.º Os menores de quatorze annos.
> 2.º Os loucos de todo o gênero, salvo se tiverem lúcidos intervallos, e nelles commtterem o crime.
> 3.º Os que commetterem crimes violentados por força, ou por medo irresistíveis.

> 4.º Os que commetterem crimes casualmente no exercício, ou pratica de qualquer acto licito, feito com a tenção ordinária.

Portanto, por óbvio, os escravizados, apesar sua capitis dimininutio maxima, estavam submetidos ao Código Penal, podendo figurar como "criminosos" das condutas previstas neste diploma legal: Em geral, o Direito penal considera o escravo como pessoa, quando julga apto para servir de agente ou paciente de qualquer delicto (RIBAS, 1982, p. 282, apud Campelli).

Uma outra questão que merece análise é a da possibilidade de que o escravizado viesse a ser vítima do crime de homicídio praticado pelo seu senhor: juridicamente falando, o dominus que perpetrasse conduta que viesse a resultar na morte do escravo poderia ser processado pelo delito previsto no arts. 192 ou 193 do Código Criminal do Império ou estaria ele no exercício de uma faculdade sua, derivada do seu poder de propriedade sobre o seu servus?

Para responder tal questionamento, deve-se vislumbrar que o art. 14, item 6º do Código Criminal do Império admitia a possibilidade de o dominus praticar conduta lesiva que viesse a resultar dano a seu escravo, desde que de forma moderada, sob a forma de castigo, salvo se agredisse as leis em vigor no Império: tratava-se de uma hipótese de "crime justificável", segundo a legislação penal da época, mas não seriam admitidas denúncias do escravo contra o senhor, nos termos do art. 75, § 2º, do Código de Processo Criminal do Império de 1932, já que "a vontade do cativo não pode colidir com a vontade do seu proprietário" (COSTA, 2009, p. 205).

Note-se que, segundo o Código Criminal do Império, o senhor não poderia matar o escravo, como sanção privada pelos atos cometidos por este. Como castigo moderado não se inclui a morte do servus. (RIBAS, 1982, p.282)

Cometendo este ilícito, o Estado estaria autorizado a realizar a persecução penal em face do senhor que houvesse provocado o resultado morte no seu escravo, pelos castigos aplicados. Neste sentido, a denúncia oferecida pelo promotor adjunto (art. 74 do Código de Processo Criminal do Império: Lei de 29 de novembro de 1832), perante o Juiz Substituto do 3º Distrito Criminal da Comarca de São Luís do Maranhão, em face de D. Anna Rosa Vianna Ribeiro, Baronesa de Grajaú (esposa do presidente da Província do Maranhão Dr. Carlos Fernando Ribeiro, em 1884), pelo homicídio do seu escravo Inocêncio, em face de castigos imoderados por ela perpetrados:

Desta sorte indigitada a denunciada, como autora das sevícias e maus tratos encontrados e reconhecidos no cadáver do seu escravo Inocêncio, visto que este durante o tempo em que foi possuído por ela, jamais esteve em outro poder e debaixo de outras vistas, torna-se a mesma denunciada, D. Anna Rosa Vianna Ribeiro criminosa; e, por isso, e em cumprimento da lei, dá o abaixo assinado a presente denúncia, para o fim de ser ela punida com as penas decretadas no art. 193 do Código Criminal, oferecendo por testemunhas aos adiante nomeados, os quais serão citados para deporem no dia e hora que V. S.ª designar, e bem assim a denunciada para se ver processar, sob pena de revelia, fazendo-se as requisições necessárias (ALMEIDA, 2005, P. 65-70).

Ressalte-se que a pena de galés, ou seja, prestação de trabalhos públicos forçados, com os pés acorrentados era inaplicável às mulheres, nos termos do art. 45, 1º, do Código Criminal

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

do Império, devendo ocorrer a sua conversão em prisão, com a realização de serviços compatíveis com o sexo feminino, pelo mesmo período de tempo fixado na sentença.
No caso em comento, foi proferida sentença de impronúncia (em 23.01.1877), nos termos do art. 145 do Código de Processo Criminal do Império, a qual, sendo objeto de recurso, foi reformada (no dia 13.12.1877), determinando o juízo ad quem (Tribunal da Relação) a pronúncia da ré, que foi levada a júri popular, sendo absolvida em 22.02.1877.
Após apelação (art. 301 do Código de Processo Criminal do Império), foi julgado improcedente o recurso (em 22.05.1877), e, não havendo recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (art. 305 do Código de Processo Criminal do Império), o feito transitou em julgado.
Ilegalidade do escravismo no Brasil
O trato da ilegalidade do escravismo no brasil vem de longa data, segundo o autor:

> Evaristo de Moraes, em brilhante obra, questiona a legalidade da própria manutenção da escravidão e de escravos, à luz nas normas vigentes durante o Império do Brasil.
> O mencionado autor, para espanto, cita um trecho da fala do senador Ribeiro da Luz, em discurso proferido no dia 07 de julho de 1883, tecendo reflexões sobre a validade e eficácia da Lei de 07 de novembro de 1831 (mais adiante analisada):
> Não sei qual foi a lei que autorizou a escravidão. O que nos diz a história pátria é que, havendo índios escravos entre nós, para libertá-los, foram introduzidos os africanos, que passaram a substituí-los no cativeiro. Conheço muitas leis, que fazem referência à escravidão, e estabelecem, disposições especiais a respeito do escravo; mas não sei de nenhuma que autorize expressamente a escravidão no Brasil. Foi o tempo e depois as lei, que se referiam à escravidão, que a legalizaram. (MORAES, 1966, p. 156-157)
> A regra é a liberdade, já que a escravidão não se presume:
> Sendo a escravidão, como fato anormal contrário à lei natural, somente tolerada pela lei civil, por força de razões puramente econômicas, nunca e e em caso algum se presume, mas deve pelo contrário, se provada sempre: Inst. Just. pr. de libert. 1.º e 5.º; Ord. I, 4º tit 42; alv. 30 de junho de 1609. (MARQUES apud MOARES, 1966, p. 165)
> Esta conclusão decorre de um exercício de lógica: se a Constituição política, que deveria servir de fundamento para a defesa de direitos fundamentais, não declara (ao menos expressamente) a existência da escravidão, não tolerando a violação do direito à liberdade (art. 179, I e VII, da Charta de 1824, por exemplo), não haveria razão para, de forma tácita, inferir que este abominável instituto civil viesse a prosperar no nosso solo. Evidente que não era desta forma que se interpretava a Charta imperial.
> Prova disto é que o Supremo Tribunal de Justiça (cuja existência e competências se encontravam previstas no art. 163 da Carta imperial), julgou em sentido contrário a este preceito clássico de direito romano e canônico, entendendo que a liberdade não pode se presumir se houver agressão ao direito de propriedade do dominus sobre o escravo. Tal decisão é assim comentada pelo jurista Cândido Mendes de Almeida:
> As causas de liberdade pelo nosso antigo Direito sempre forão reputadas causas pias (…), e por conseguinte gozando de todo o favor. Entretanto uma decisão do Supremo Tribunal de 5 de Julho de 1832 publicada no Diário do Rio de Janeiro de 23 de Agosto do mesmo ano declarou, que não se podia conceder nestes casos liberdade aos escravos em prejuízo dos direitos de propriedade, i. e., contra o princípio aqui firmado. Em vista do que diz o §4º [do título 11, do Livro 4, das Ordenações Filipinas] em se principio toda a legislação Romana e Canônica em

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

> pró da liberdade dos captivos deve ser aceita e executada; nem seria possível que em uma epocha de liberdade a legislação outr'ora executada com tanto favor em pró dos escravos, se tornasse sem nenhum motivo ou lei de repugnante dureza. (MENDES, 1870, p.790)
> Ressalte-se que o direito romano e o canônico eram considerados como fontes do direito civil brasileiro, consoante aplicação das Ordenações Filipinas (RIBAS, 1982, p.107), com aplicação subsidiária, nos termos do título LXIX, do Livro III, das Ordenações e sob as limitações conferidas pela lei da boa razão, a Lei de 18 de agosto de 1769. (RIBAS, 1982, p.110)
> Entretanto, no Império do Brasil, os fundamentos da sua economia justificavam a existência da situação fática da escravidão (SENTO-SÉ, 2000, p.37-39), pois, pelos diplomas legais existentes, a vigência das normas referentes a sua manutenção passaram a ser, cada vez com mais intensidade, questionadas pela sociedade. Uma situação fática irreformável legitimava a vigência de diplomas não recepcionado.

Ainda discorrendo sobre a ilegalidade temos:

> Não obstante este debate acerca da legitimidade da escravidão, uma forte tese começou a surgir no Brasil imperial: a escravidão era uma conduta ilegal e que, em verdade, os senhores dos escravos estavam realizando dupla conduta típica, contrabando (art. 177 do Código Criminal) e reduzir pessoa livre à escravidão (art. 179 do Código Criminal
>
> A idéia era simples, o Império do Brasil firmou com o Reino da Inglaterra tratado internacional, em 26 de novembro de 1826, por este instrumento: "[…] o Brasil proibia o tráfico dentro de três anos improrrogáveis. Seriam então punidos como piratas quantos neles se envolvessem. Conferiu-se à Inglaterra o tão cobiçado direito de visita e busca" (TAUNAY, 1941, p. 264)
> Este tratado foi ratificado em 13 de março de 1827, devendo passar a viger a partir de 1830.(VIANNA, 1967, p. 148)
> Pela Portaria de 21 de maio de 1831, expedida pelo Ministro da Justiça Manoel José de Souza Franco, durante a Regência, ficou expressamente vedado o contrabando de escravos:
> Constando ao Governo de S. M. Imperial que alguns negociantes, assim nacionais como estrangeiros, especulam com desonra da humanidade o vergonhoso contrabando de introduzir escravos da Costa da África nos portos do Brasil, em despeito da extinção de semelhante comércio, manda a Regência Provisória, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, que a Câmara Municipal desta cidade faça expedir uma circular a todos os juízes de paz das freguesias do seu território, recomendando-lhes toda a vigilâncias policial ao dito respeito; e que no caso de serem introduzidos por contrabando alguns escravos novos no território de cada uma das ditas freguesias, procedam imediatamente ao respectivo corpo de delito e constando por este que tal ou tal escravo boçal foi introduzido aí por contrabando, façam dele sequestro, e o remetam com o mesmo corpo de delito ao juiz criminal do território para ele proceder nos termos de direito, em ordem a lhe ser restituída a sua liberdade, e punidos os usurpadores dela, segundo o art. 179 do Código, dando de tudo conta imediatamente à mesma Secretaria.(MORAES, 1966, p. 366)
> Tal portaria teve muito pouca repercussão, além, de baixíssima efetividade. Cumpre ressaltar que as portarias eram consideradas fontes do direito que buscavam regular os casos nela tratados, sem prejudicar terceiros, nem revogar ou alterar a legislação vigente (RIBAS, 1982, p.83 e MORAES, 1966, p.154), por esta razão adveio a Lei de 07 de novembro de 1831.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

O Art. 1º de tal diploma estabelecia: "Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficam livres.".

De duas alternativas, uma das teses deve prevalecer:

Primo, se for considerado o argumento de que eventual ato de traficar escravos da Costa da África é importação de mercadoria – compreendendo o escravo como mercadoria, tendo em vista a sua possível natureza de res –, vislumbra-se que a importação destes é proibida desde 13 de março de 1827, portanto, o importador comete o crime público de contrabando:

Art. 177. Importar, ou exportar gêneros, ou mercadorias prohibidas; ou não pagar os direitos dos que são permittidos, na sua importação, ou exportação. Penas – perda das mercadorias ou gêneros, e de multa igual à metade do valor delles.

No caso concreto o senhor que viesse a importar tais escravos poderia figurar, no mínimo, como cúmplices, na forma do art. 6º, 1.º, do Código Criminal do Império:

Os que receberem, occultarem ou comprarem cousas obtidas por meios criminosos, sabendo que o foram, ou devenddo sabe-lo em razão da qualidade, ou condição das pessoas, de quem receberam, ou compraram. (fls. 143)

Secundo, entretanto, é manifesto que o legislador, pela Lei de 07 de novembro de 1831, em verdade, assegurou que escravos introduzidos após a vigência deste dispositivo seriam considerados como homens livres.

Em tese, não poderia mais existir escravos que tivessem sido importados para o Brasil, a partir da publicação deste diploma legal. Esta é a única conclusão que se pode chegar.

Qualquer indivíduo que reduzisse estes homens à condição de escravo estaria cometendo o crime particular, contra a liberdade individual, de reduzir à escravidão pessoa livre, (como previsto no art. 4º desta mencionada lei):

Art. 179. Reduzir à escravidão pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade.

Pena – de prisão por três a nove annos, e de multa correspondente à terça parte do tempo; nunca porém o tempo de prisão será menor, que o do captiveiro injusto, e mais uma terça parte.

Comentando o tema, o brilhante deputado pernambucano Joaquim Nabuco:

Com efeito, a grande maioria desses homens, sobretudo no Sul, ou são africanos, importados depois de 1831, ou descendentes destes. Ora, em 1831 a lei de 7 de novembro declarou no seu artigo 1.º: "Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficam livres.". Como se sabe, essa lei nunca foi posta em execução, porque o Governo brasileiro não podia lutar com os traficantes; mas nem por isso deixa ela de ser a carta de liberdade de todos os importados de pois de sua data. Que antes de 1831, pela facilidade de aquisição de africanos, a mortalidade dos nossos escravos, ou da Costa ou crioulos, era enorme, é um fato notório. "É sabido dizia Eusébio de Queirós em 1852 na Câmara dos Deputados, que a maior parte desses infelizes [os escravos importados] são ceifados logo nos primeiros anos, pelo estado desgraçado que os reduzem os maus tratos da viagem, pela mudança de clima, de alimentos e todos os hábitos que constituem a vida". Desses africanos, porém, – quase todos eram capturados na mocidade – introduzidos antes de 1831, bem poucos restarão hoje, isto é, depois de cinqu?enta anos de escravidão na América a juntar aos anos que vieram da África; e, mesmo sem a terrível mortalidade, de que deu testemunho Eusébio entre os recém-chegados, pode-se afirmar que quase todos os africanos vivos foram introduzidos criminosamente no país (NABUCO, 1977, p. 115-116, grifo nosso).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

> Nas palavras do advogado Busch Varela (apud MORAES, 1966, p. 159-160), em discurso proferido no dia 09 de março de 1884, em conferência realizada no Rio de Janeiro:
> Como já observei, a lei de 1831 não criva uma disposição transitória; não se limitava a abolir o tráfico; foi além – declarou livres todos os escravos, importados de então em diante. Tal disposição é, de sua natureza, irrevogável; a liberdade, uma vez adquirida, nunca mais se pode perder. Os importados depois de 1831 adquiriram-na, por disposição expressa de lei, nunca foram escravos no Brasil; foram vítimas de atroz e condenada pirataria; ninguém dirá que o roubo é meio de adquirir propriedade e de transmiti-la legitimamente.
> A conclusão que chega Evaristo de Moraes é peremptória:
>
> Uma e única: muitos senhores de escravos, orgulhosos latifundiários brasileiros, se não eram ladrões, eram, pelo menos, receptadores de grande número de liberdades humanas; boa porção das suas fortunas tinha raízes na prática do crime previsto no art. 179 do Código Criminal do Império, pois resultava da escravidão direta dos africanos contrabandeados e da indireta dos africanos livres, misturados no eito com os outros (MORAES, 1966, p. 165).
> Ora, se a partir de 1831, qualquer escravo que, após o advento desta lei fosse importado e viesse a ser desembarcado no Brasil seria considerado como homem livre, logo, pode-se concluir que somente poderiam ser considerados cativos, em território brasileiro, os filhos de mãe e pais escravos que já houvesse chegado ao território nacional, anteriormente a este diploma legislativo.

O Processo que conduziu à eliminação legal do escravismo em solo brasileiro foi longo. Quase cinquenta anos antes da Lei Áurea (1888), foi promulgada a chamada Lei Feijó, de novembro de 1831, primeiro movimento legislativo no sentido de proibir a importação de escravizados para o Brasil.

Além de estabelecer multas a quem promovesse o tráfico negreiro, o texto garantia recompensas em dinheiro a quem denunciasse os importadores, e declarava livres todos os escravos que entrassem no país, com exceção dos que trabalhassem em embarcações estrangeiras ou chegassem como fugitivos de países onde a escravidão seguisse permitida.
Contudo, o Império nunca demonstrou interesse em efetivamente garantir o cumprimento da nova legislação – aprovada muito mais como uma espécie de satisfação à Inglaterra, que pressionava o Brasil pelo fim da escravidão, do que por uma convicção abolicionista dos legisladores.
Após uma breve redução nas importações, verificada logo após a lei entrar em vigência, o comércio de escravos retomou o ritmo de sempre – e a hoje corrente expressão "para inglês ver" decorre justamente do fracasso da Lei Feijó, um avanço positivo no papel, mas que nunca teve seu cumprimento fiscalizado de fato.
Apenas quase vinte anos depois, com a Lei Eusébio de Queirós (1850), a entrada de africanos escravos passou a ser efetivamente proibida no Brasil.

Trajetoria da Lei das Cotas

Tomamos como ponto de partida para essa reflexão o ano de 2001, quando, na Conferência de Durban, na África do Sul, o Estado brasileiro reconheceu os efeitos do racismo e a necessidade de adoção de medidas que pudessem minimizar ou mitigar as consequências dos seus efeitos.

Embora a luta pelas políticas de ações afirmativas (PAA) seja antiga e os movimentos sociais negros desde longa data defendam sua implantação, foi a partir de Durban que o Brasil passou a experimentá-las de forma mais sistemática.
Na sua origem, estas políticas vieram como cotas ou reserva de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES). Isto se deu de maneira voluntária em algumas IES e de forma compulsória noutras. Acreditamos que a posição do Brasil na Conferência da África do Sul foi determinante, pois passou a respaldar a reivindicação antiga e, também, a exigir de maneira mais contundente a adoção de tais políticas.
Desde então, os debates se intensificaram e algumas experiências se concretizaram, até que no ano de 2012 fosse aprovada a Lei das Cotas. Essa Lei fixou a obrigatoriedade da reserva de 50% de todas as vagas nas instituições federais de ensino para estudantes oriundos de escolas públicas, com renda per capita inferior a um salário mínimo e meio, e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (BRASIL, 2012).

Conclusão

Tornamos conclusos nosso artigo fazendo referência ao grande advogado Luiz Gama por ter sido conhecedor da legislação e seu sonho de uma sociedade democrática, justa para todos e fundada na dignidade da pessoa se faz presente, como rábula através do seu trabalho, postulou em juízo diversas ações e fez grande atuação e defesa do povo negro.
Evoluímos, mas não devemos esquecer jamais nossa história, do mesmo modo que não podemos subestimar a distância que ainda teremos, que percorrer.
Na nova visão do direito, da justiça e da legislação, a lei vem deixando de ser compreendida apenas a partir do ponto de vista parlamentar para ser flagrada como resultado de projetos e perspectivas que, constroem um texto minimamente consensual, cuja ambiguidade permite que todos nele se reconheçam.
Esta característica que permite que os textos legais sejam objeto de leituras contraditórias em meio a contendas jurídicas e judiciais, novas arenas de luta em outras forças estão em conflito. Para o período da dominação portuguesa, no entanto, o terreno ainda permanece praticamente desconhecido. Há, evidentemente, uma questão teórica inicial que quase nunca é claramente formulada por aqueles que se dedicam ao tema.
Trata-se da natureza do poder e do governo na época moderna, mais especificamente de um poder que não se concebia dividido em legislativo, executivo e judiciário mas era uno, embora hierarquizado, e absoluto, apesar de estender-se por uma rede de delegações sucessivas. Por isso, uma reflexão sobre a legislação no Reino e, sobretudo, no Império português deve passar, necessariamente por esta questão.
O sistema escravocrata brasileiro durou violentamente três séculos e meio. Criou raízes, foi longo, acabou tarde - de maneira conservadora - e se transformou em linguagem com consequências gravíssimas.
Naquele 13 de maio de 1888, o escravismo da população negra não acabou formalmente, sem qualquer integração socioeconômica, a população recém-liberta foi lançada ao austero nível de desigualdade e marginalização, ficando escrava das estruturas de dominação racial anteriores. O racismo ganhou nova roupagem e o sistema escravocrata tornou-se republicano.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A população negra foi excluída das relações de poder, instituições e política. A cultura afrodescendente foi apagada, assim como seus poucos intelectuais que lograram êxito alhures. Enfrentou-se uma abrupta exclusão social, sem qualquer contrapartida estatal (educação, saúde, trabalho, habitação).
A liberdade formal da população negra teve efetivamente seu filho: o racismo.
A igualdade é um direito fundamental que integra o conteúdo essencial de uma democracia.
Sobre isso, as palavras da historiadora Lilia Moritz Shwarcz se fazem necessárias e oportunas: "A luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial não são temas que afetam tão exclusivamente as populações negras. Perdemos todos quando discursos populistas põem em questão a beleza e a força da diversidade que faz parte da nossa própria história. Quem sai diminuída é também nossa democracia, bem como o pacto construído durante a Nova República. Aliás, enquanto persistir o racismo, não poderemos falar em democracia consolidada.
Outrossim, os escravos negros eram conhecedores das leis imperiais. Nas quais se ancoraram para defender a tese de que nascidos nas matas, longe do jugo do senhor poderia justificar juridicamente suas liberdades (FUNES, 1996, apud Castro).

Referências

BRASIL: Lei de 20 de outubro de 1823. Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brasil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquela data em diante, e os decretos das Cortes Portuguesas que são especificados. Rio de Janeiro. 20 de Outubro de 1823, 2o da Independência e do Império. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ . acesso em 25/06/2022.

ALMEIDA, Cândido Mendes de et al. **Codigo Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal:** recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I, v. 14, p. 638-639, 1870.

CAMPELLO, André Barreto. **Manual jurídico da escravidão**: Império do Brasil. 2018.

CAMPELLO, André Barreto . **A escravidão no Império do Brasil**: Perspectivas Jurídicas Disponível: https://www.sinprofaz.org.br/artigos/a-escravidao-no-imperio-do-brasil-perspectivas-juridicas. Acesso em 16/02/2022.

CASTRO, Alberto Fidalgo. **Uma aproximação ao timor pré-colonial**: Notas históricas para entender o presente: Etnicidades.

CHIGNOLI, Daniel Nogueira. Legislação sobre escravidão no Reino e na América portuguesa. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 114, p. 349-362, 2019.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Os Negros não se deixaram escravizar**. Artigo disponível: http://www.espacoacademico.com.br/069/69cunhajr.htm. Acesso em 16/02/2022 .

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

O passado do presente: Luiz Gama, racismo e direitos. Disponivel em https://www.migalhas.com.br/depeso/329244/o-passado-do-presente--luiz-gama--racismo-e-direitos. Acesso em 14/03/2022.

DOS SANTOS, Adilson Pereira. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2, p. 289-317, 2012.V

CÓDIGO NEGRO - espelho do horror do Tráfico Negreiro ... Disponível: http://www.archivioradiovaticana.va . Acesso em 18/02/2022.
O projeto de regulamentação do trabalho em plataformas: Um novo código negro? Disponível em https://transformamp.com › o-projeto-de-regulamentacão...Acesso em 18/02/2022.

LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. **Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi**, 2000.

LOTTO, Luciana Aparecida. Ação civil pública trabalhista contra o trabalho escravo no Brasil. 2021.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social, Parte 1-Jurídica. 1866.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. A Escravidão no Brasil Ensaio Histórico-Jurídico-Social pelo Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro Parte 1ª Direito sobre os Escravos e Libertos. 1866.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

MESTIÇAGEM E ESCRAVIDÃO: APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE FRANCISCO TAVEIRA DA CONCEIÇÃO

Maiara Silva Araújo[1]

Introdução

O ser-no-mundo[2] não é um organismo separado do mundo. O ser habita e convive no e com o mundo. Assim, o ser não deve ser concebido de forma separada da conjuntura histórica e do espaço geográfico que habita. Nessa perspectiva, o ser-aí, a cada amanhecer vislumbra, de forma consciente ou não, um mundo que está posto, mas não fechado e imutável. A complexidade da compreensão do ser-no-mundo e do fenômeno da experiência vivida no espaço e no tempo é a nossa preocupação enquanto historiadores.

Marc Bloch (2001) asseverou isso de forma muito clara na obra *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. O objeto de estudo da história são os homens no tempo. A nossa preocupação como historiadores é com o mundo vivido, com o fenômeno da experiência humana no (e com) o mundo. *Lived-World* foi também a preocupação de geógrafos humanistas, como Edward Relph. Relph, em sua obra *Place and Placelessness*, através de um diálogo com a fenomenologia de Heidegger buscou compreender o fenômeno do mundo vivido. O mundo vivido entendido como o lugar das experiências e dos sentidos da vida humana.

Nessa perspectiva, nosso objeto de estudo nos últimos anos têm sido a tentativa de compreender o ser-no-mundo em uma conjuntura histórica específica: os sertões da Capitania do Rio Grande no decurso do século XVIII e da primeira metade do século XIX. Foi nos sertões do Rio Grande que as genealogias mestiças que estudamos viveram e constituíram suas experiências de lugar. Esse é, portanto, nosso espaço de estudo nesse trabalho.

O fato do nosso recorte temporal ser remoto e de analisarmos fontes oficiais do contexto colonial evidencia a complexidade que é examinarmos as experiências de vida dos indivíduos não brancos dos sertões do Rio Grande. Nessa perspectiva, Carlo Ginzburg contribui de forma significativa com nossas pesquisas, nos possibilitando unir os fios e os rastros desse mundo vivido. (GINZBURG, 2007). Nesse texto, de modo específico, fizemos uso do método onomástico desse historiador italiano e do italiano Carlo Poni, onde o nome foi o fio condutor de nossas investigações sobre a família Taveira da Conceição. (GINZBURG; PONI, 1989).

As fontes consultadas para a elaboração desse trabalho foram de natureza paroquial e judicial. De modo específico, examinamos registros de batismo, matrimônio, óbito, inventários *post-mortem* e cartas de alforrias. Essa documentação foi analisada de forma qualitativa e através de um cruzamento de dados, tendo o método onomástico, como já aludimos, como o mecanismo condutor das investigações sobre a família Taveira da Conceição. Para

[1] Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, sob orientação do professor Helder Alexandre Medeiros de Macedo. Professora da Escola Municipal Professora Ascendina Lustosa – EMPAL. E-mail: maiarasa@yahoo.com.br.

[2] Sobre o conceito do ser-no-mundo, Dasein, ver a obra Ser e Tempo do filósofo Heidegger (2002).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

composição desse texto, as pesquisas dos historiadores Muirakytan Macêdo (2007) e Helder Macedo (2020) sobre os sertões da Capitania do Rio Grande foram essenciais. Por fim, os conceitos de qualidade e condição (PAIVA, 2012) e lugar/lugar-sem-lugaridade (RELPH, 1977) ofereceram o aporte teórico que o nosso estudo precisava.

No rastro da família Taveira da Conceição

No dia dois de novembro de 1796, Ana Francisca da Cunha faleceu[3]. Como Ana Francisca possuía bens e herdeiros menores de idade, foi feito inventário *post-mortem* do patrimônio pertencente a sua família, em seu contexto de morte. Em vida, Ana Francisca havia sido casada com Francisco Taveira da Conceição e com este havia tido dois filhos, Ana e João Batista Remígio. Ana era somente uma criança quando ficou órfã, tendo apenas um ano de idade na ocasião na qual foram inventariados os bens pertencentes a sua família. Quanto a João Batista, tinha 22 anos idade.
Em 1797, a família Taveira da Conceição residia no sítio Pedra D'Água, localizado na Ribeira do Seridó, sertões da Capitania do Rio Grande[4] e, certamente, tendo como fundamento os bens inventariados nesse contexto, se dedicava ao criatório e a agricultura. Sobre os bens da família Taveira da Conceição nesse período, observemos a tabela abaixo:

Tabela 1 – Cabedal da família Taveira da Conceição em 1797

Títulos	Valor
Ouro (22$880), prata (19$500), cobre (2$400), ferro (14$400)	59$180
Móveis e alfaias	17$000
Escravos	180$000
Gado (vacum – 159$000; cavalar - 36$000)	208$308
Terras	230$000
Total	756$730
Dívidas	119$800
Líquido	637$730

Fonte: Elaborado pela autora com base no inventário *post-mortem* de Ana Francisca da Cunha, 1797.

Dentre os bens inventariados na fonte judicial analisada, destacamos a seguinte tríade: terra-escravo-gado. Monetariamente foram os bens mais valiosos da família Taveira da Conceição. Todavia, essa não foi uma particularidade dessa genealogia. De acordo com Macêdo, terra-escravo-gado correspondia a 79% de todo patrimônio inventariado nos sertões da Capitania do Rio Grande e, em um espaço com uma economia voltada para o criatório, essa tríade representava os bens mais valiosos que alguém poderia ter estando vivo e detendo cabedal. (MACÊDO, 2007, p.87).
Seguindo os rastros de vida dessa família nas fontes judiciais e paroquiais, em 1799, três anos

[3] Inventário de Ana Francisca. Inventariante: Francisco Taveira da Conceição. Vila Nova do Príncipe, Capitania do Rio Grande e Comarca da Paraíba do Norte, 1797. (Manuscrito).
[4] Atualmente o sítio Pedra D'Água corresponde ao município de Nova Palmeira, localizado no estado da Paraíba.

após o falecimento de Ana Francisca, Francisco Taveira testemunhou o casamento da sua filha Dionísia Maria da Conceição com Inácio Cordeiro Nunes. Dionísia era filha natural de Francisco Taveira com Maria Cosma de Jesus[5]. Pelas fontes que temos acesso, não podemos inferir quando essa relação entre Francisco e Maria Cosma teve início. No entanto, o fato de Dionísia Maria ser filha natural demonstra que esta foi produto de uma união não legitimada pela sociedade da época e sem as bençãos da Igreja Católica. Desse modo, Francisco e Maria Cosma podem ter tido um relacionamento antes ou durante o matrimônio desse com a sua falecida esposa, Ana Francisca.

O fato é que Dionísia, além de utilizar o sobrenome de seu pai, se uniu em matrimônio na presença desse, o que evidencia que, apesar de ser uma filha natural, era reconhecida socialmente como parte da família Taveira da Conceição.

No dia 12 de julho de 1800, foi a vez de João Batista Remígio, pardo, oficializar o seu matrimônio na Igreja Matriz de Santana, ampliando a rede de relações afetivas da família em análise. Nesse contexto, João Batista, filho de Francisco Taveira e Ana Francisca, como já aludimos, uniu-se em matrimônio a Paula Maria Jesus, qualificada como parda[6]. É interessante destacar que no mês anterior, junho de 1800, Francisco Taveira apareceu em um rito judicial ao lado de outro filho, Antônio, de idade de dois meses e meio[7]. Como a idade já denota, Antônio nasceu de uma relação que ocorreu posteriormente à morte de Ana Francisca e sobre a qual falaremos na seção seguinte.

De cativa a proprietária de escravos: a relação entre Catarina e Francisco Taveira

O liberto Antônio, nascido no ano de 1800, era filho de Francisco Taveira com Catarina, sua cativa. Catarina havia sido inventariada como um bem pertencente à fazenda Taveira da Conceição em 1797 e, nessa ocasião, foi definida da seguinte forma: "uma escrava mulata Catarina de idade de 18 anos sem habilidade e moléstia alguma[8]". Nesse período, foi avaliada no valor de 100$000, quantia que seria suficiente para a compra de 11 cabeças de boi nesse contexto. Portanto, em 1797, em uma sociedade escravista, Catarina era considerada um bem, uma propriedade inventariada ao lado de gados e terras.

Certamente, se tratava de uma escrava doméstica e que não possuía, conforme a fonte citada acima, nenhuma habilidade; ou seja, não realizava nenhum serviço especializado. E, sendo a única cativa mulher existente na família, possivelmente, realizava as atividades de cuidados com a casa e com os filhos de Ana Francisca, principalmente da órfã Ana, que tinha apenas um ano de idade no contexto de inventariação dos bens da sua mãe. Esse contato da cativa Catarina com a casa pode ter possibilitado que ela e Francisco constituíssem uma relação. Entretanto, as fontes que temos acesso não nos possibilitam saber a natureza dessa relação e nem quando esta, de fato, teve início.

Sobre as relações sociais estabelecidas na América Portuguesa, Gilberto Freyre, na obra clássica Casa-grande e senzala, elucidou que "a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente

[5] PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 1. FGSSAS, 1788-1809, fl. 53v. (Manuscrito).
[6] PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 1. FGSSAS, 1788-1809, fl. 53v. (Manuscrito).
[7] Livros de notas n° 25 a 64; caixa n° 1, 2 e 3.
[8] Inventário de Ana Francisca. Inventariante: Francisco Taveira da Conceição. Vila Nova do Príncipe, Capitania do Rio Grande e Comarca da Paraíba do Norte, 1797. (Manuscrito).

de quase reciprocidade cultural […]". (FREYRE, 2006, p.160). Além disso, conforme esse sociólogo pernambucano, existe no Brasil uma predileção sexual dos homens brancos pelas mulheres negras ou mulatas. Essa predileção de natureza sexual estaria associada ao contexto de colonização na América Portuguesa.

Acerca disso, Freyre cita em seu livro o seguinte caso: […] um jovem de conhecida família escravocrata do Sul: este para excitar-se diante da noiva branca precisou nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de budum, da escrava negra sua amante". (FREYRE, 2006, p. 368). Note-se que o autor aborda a contribuição do negro sobre a vida sexual da família brasileira. Essa análise é complexa porque como o próprio Freyre elucida, existe no Brasil o seguinte ditado: "branca para casar, mulata para f…, negra para trabalhar". (FREYRE, 2006, p.72).

Desse modo, a mulher negra ou mestiça foi compreendida a partir de um forte teor sexual e como sendo inferior à mulher branca, aquela que servia para casar e constituir família. Ademais, em uma sociedade escravocrata, existe uma relação desigual entre colono e cativo, onde, em tese, um é inferior e submisso ao outro. Nessa perspectiva, é complexo abordar as relações entre cativas e seus proprietários apenas em uma perspectiva harmônica. Pode ser que houvesse casos de harmonia, de afeto e de amor. Todavia, o caráter violento dessas relações, certamente, era majoritário em uma sociedade marcada pela desigualdade de qualidade e condição.

Lélia Gonzales, filósofa e militante do movimento negro, no âmbito da problematização dessa temática, publicou entre os anos 1970 e 1990 um conjunto de textos sobre a situação do negro na sociedade brasileira, a luta contra o racismo e as relações de raça e gênero, onde, dentre outros elementos, criticou a tese da "democracia racial" defendida por Gilberto Freyre. Segundo Gonzales, os "'casamentos inter-raciais' nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos, etc)". (GONZALES, 2020, p. 50).

Concretamente temos uma sociedade desigual e escravocrata. A violência está imbricada no seio das relações estabelecidas nesse contexto. Nesse sentido, é extremamente complexo, tentar compreender a natureza afetiva ou não da relação entre Francisco Taveira e a cativa Catarina. Pode ser que houvesse amor entre eles. Pode ser houvesse dor, sofrimento e violência. O fato é, fundamentado nas fontes que temos acesso, sabemos que Catarina engravidou de Francisco em 1799, três anos após a morte de sua falecida esposa, e em 1800 nasceu Antônio, pardo, indivíduo não branco, portanto, e que carregava consigo a marca da escravidão.

Segundo o registro de alforria de Antônio, este foi libertado pelos bons serviços que a sua mãe havia prestado e por ser filho de seu proprietário, Francisco Taveira[9]. Dois anos após esse registro judicial, Francisco também emancipou Catarina e afirmou que alforriou a dita escrava "por ser seu gosto e vontade[10]." É interessante destacar que, segundo a historiadora Sheila Faria, as cativas, apesar de serem quantitativamente inferiores ao número de escravos, foram as mais beneficiadas na obtenção de suas manumissões. Para esta autora, as mulheres tinham mais possibilidades do que os homens para conseguirem obter as suas alforrias. Dentre essas possibilidades, a autora cita as seguintes:

[9] Livros de notas n° 25 a 64; caixa n° 1, 2 e 3.
[10] Idem.

> A primeira refere-se à capacidade da mulher escrava em acumular pecúlio, pois executava atividades como o do pequeno comércio, prostituta, ama-de-leite, entre outras. Tendo preço inferior ao dos homens, era possível, com mais facilidade, obter o equivalente ao seu custo. […] A segunda hipótese enfatiza o grau de afetividade que elas puderam estabelecer com seus senhores, fosse como ama-de-leite de seus filhos, no serviço doméstico ou como amante. Assim, a alforria estaria ligada a laços sentimentais, recompensando os bons serviços prestados. (FARIA, p.111-112, 2004).

Casamentos, pequeno comércio e atividades domésticas foram, portanto, alguns dos mecanismos utilizados pelas escravas para conseguirem obter as suas liberdades e a de seus filhos. Outro elemento pertinente de ser destacado foi o fato de Catarina receber uma alforria gratuita e sem nenhuma condição. De acordo também com Faria (2004), o perfil do alforriado gratuito é feminino, nascido no Brasil, associado ao serviço doméstico e podendo, ainda, constituir relações sexuais e amorosas com os seus senhores. (FARIA, 2004, p.117). Nesse sentido, o caso de Catarina, singular para os sertões da Capitania do Rio Grande, foi uma realidade presente na América Portuguesa.

Todavia, como já asseveramos, a natureza dessas relações entre senhores e escravas são complexas de serem analisadas, pois ocorriam em uma sociedade escravocrata e naturalmente desigual. Desse modo, em se tratando de Catarina, o que temos de concreto é que o matrimônio possibilitou que ela ascendesse socialmente e deixasse o cativeiro.

Essa ascensão social é demonstrada não apenas pela obtenção de uma carta de alforria. Além dessa, Catarina, que antes havia sido listada como inventariada como mulata, foi registrada na ocasião de sua libertação como parda, um termo que na Ribeira do Seridó denotava distanciamento com o universo da escravidão e proximidade com o mundo dos livres, elementos significativos em uma sociedade escravocrata.

Outro elemento que gostaríamos de destacar é o fato dessa liberta ter passado a ser proprietária de escravos. Na contemporaneidade e para não estudiosos ou leitores sobre as relações sociais estabelecidas na América Portuguesa, pode parecer contraditório que alforriados tivessem escravos. Todavia, a obtenção de uma carta de alforria, a mudança de qualidade, a posse de bens e, principalmente de cativos, eram elementos que tornavam concreto o fim da escravidão para determinado indivíduo e a sua ascensão social como liberto.

Note-se que não estamos falando em estratégias de obtenção de alforrias e de resistências à escravidão que implicavam em uma mudança na estrutura social da conjuntura histórica existente. O ser-no-mundo analisado nesse estudo não buscava resistir à escravidão lutando pelo seu fim. Catarina, assim como outros indivíduos marcados pela mestiçagem e pela proximidade com o universo da escravidão, que já estudamos em outras ocasiões, fizeram uso de estratégias para constituírem um *lugar* para si como seres desse mundo, dessa conjuntura histórica. (Araújo, 2019). Esses indivíduos adotaram, nessa perspectiva, estratégias de sobrevivências e de buscas de inserção e ascensão social no cenário histórico no qual estavam inseridos. Essa análise pode soar um tanto liberal, mas estamos falando de pessoas que buscavam mecanismos de sobrevivências que nem sempre eram coletivos e contrários à ordem estabelecida.

Mas, o que seria essa busca por um lugar? O que seria tomado como lugar em uma

espacialidade escravocrata e desigual? Esses foram questionamentos que fizemos a partir da leitura da obra *Place and Placelessness* do geógrafo Edward Relph e que já citei na introdução. Relph, em diálogo com Martin Heidegger, compreende que o ser-no-mundo constitui lugar. Lugar é uma categoria complexa de ser definida, visto que é construída pelo sujeito a partir das suas vivências e experiências no mundo, seja como um ser consciente (autêntico) ou não de sua existência como ser-no-mundo. Portanto, lugar, corresponderia, como asseverou Relph, ao *lived-world*, ao mundo vivido. Nessa perspectiva, lugar é subjetivo e não pode ser apreendido através de dados empíricos e cartesianos. Para o autor citado, lugar, enquanto mundo vivido, pode ser compreendido, como reunião. Lugar "'reúne' ou aglutina qualidades, experiências e significados em nossa experiência imediata." (RELPH, 2014, p.22).

Lugar como uma construção do sujeito, cunhada a partir da sua experiência no mundo, pode ser apreendido por meio da experiência do sujeito com o seu lar, com a sua comunidade, com a sua rua ou o seu país de origem. Assim, lugar pode ser entendido a partir de um conjunto de elementos que denotem a experiência do indivíduo com o mundo.

Entretanto, essa relação é complexa. Para Relph, *"in our evereday lives places are not experienced as independent, clearly defined entities that can be described simply in terms of their location or appearance."* (HELPH, 1977, p.35). Em nossas vivências cotidianas, as experiências de lugar são sobrepostas, constituídas por camadas de interações com o outro, com o lugar e consigo mesmo. Essa complexidade do lugar é ampliada, quando levamos em consideração, que existe lugar-sem-lugaridade, ou seja, lugar onde a constituição de lugar é difícil, pela forma como o ambiente ou o espaço foi concebido.

Na contemporaneidade, por exemplo, um supermercado pode ser compreendido como um lugar-sem-lugaridade, como essa ausência da capacidade de lugaridade, de constituição de lugar. Em um supermercado, um ambiente concebido de forma homogênea e linear, as pessoas vão resolver coisas práticas da vida. O supermercado, em tese, não é ambiente que provoca reuniões, encontros e que possibilita vivências e significados. Para o consumidor, é um ambiente existente no mundo capitalista e que serve para a compra de produtos. Ademais, na conjuntura atual, com o preço alto dos alimentos, o supermercado pode ser um ambiente que provoque sentimentos como ansiedade e incapacidade de provimento de todos os itens necessários e importantes para a manutenção da vida humana. Entretanto, como afirma Relph, a relação entre lugar e lugar-sem-lugaridade não ocorre por meio de uma simples oposição: lugar e não lugar. Na verdade, *Placelessness*, lugar-sem-lugaridade, de modo mais simples, ausência de lugar, cunhado pela experiência do sujeito, sempre compartilhará elementos de vivências humanas, possuindo algum elemento de lugar. Como afirma Relph:

> […] a relação entre lugar e lugares-sem-lugaridade não é uma simples oposição binária. Os processos que levam à diferenciação de lugar estão em toda parte comprometidos em uma luta contra aqueles que levam à ausência-de-lugaridade. Assim, qualquer parte, não importa quão uniforme possa ser. Tem alguns elementos de lugar. Não importante quão forte seja o espírito do lugar, este possuirá alguns aspectos de ausência-de-lugaridade compartilhados com outros lugares. A identidade de alguma parte não é ser lugar nem ausência-de-lugaridade, mas a expressão do equilíbrio entre particularidade e uniformidade. (RELPH, 2014, p. 25).

A análise de lugar e de lugar-sem-lugaridade construída por Relph (1977) evidencia a complexidade do ser e da sua experiência no mundo vivido. O mundo social é uma construção histórica. As instituições, as demarcações territoriais, as residências e as fronteiras são demarcações elaboradas pelo ser humano em uma dada conjuntura histórica. Essa concretude do mundo social já foi analisada por Henri Lefebvre. O espaço é uma construção social, onde o ser humano se apropria do espaço físico a partir dos mecanismos históricos que tem disponível e das relações sociais estabelecidas. O espaço social é, portanto, concebido. (LEFEBVRE, 1974, p.66).

Desse modo, no caso da sociedade colonial, conjuntura histórica onde viveram os sujeitos de nossa pesquisa, o espaço social foi construído pelos agentes da colonização: o Estado Português e a Igreja Católica, que através de suas instituições e demarcações territoriais, construíram arraiais, povoados, vilas e freguesias a partir da lógica da desigualdade. Essa desigualdade é materializada pelas diferentes tipologias empregadas para classificar os habitantes dessa conjuntura histórica e, dentre outros elementos, pela escravidão.

Nessa perspectiva, a sociedade colonial, marcada pela desigualdade com base na qualidade e condição, pode ser vista como um espaço onde a construção de lugar fosse um exercício complexo para os indivíduos que fossem mestiços e escravizados. As instituições coloniais, como as câmaras municipais, podem ser entendidas como um lugar-sem-lugaridade, por apresentarem elementos que dificultam, por exemplo, o acesso do sujeito mestiço, escravo ou liberto.

Todavia, como afirma Relph (2014, p. 25), "a identidade de alguma parte não é ser lugar nem ausência-de-lugaridade", ou seja, apesar das instituições coloniais e da sociedade colonial serem marcados pela desigualdade e por elementos que foram concebidos para dificultar o acesso de pessoas não brancas[11], na prática da vida, no mundo vivido, os sujeitos conseguiram fazer uso de mecanismos que possibilitaram que esses construíssem um lugar para si. Na verdade, entendemos que alguns indivíduos, conscientes desse mundo desigual, buscaram de forma autêntica fazerem parte desse mundo e construírem lugares. Esse é o caso, por exemplo, de Paulo Coelho, homem pardo, residente na Capitania de Pernambuco, que em 1754 enviou um requerimento à Coroa Portuguesa solicitando que a sua cor não fosse impedimento para exercer funções públicas no Estado do Brasil[12]. Ou seja, Paulo Coelho, sujeito não branco, tinha consciência como ser-no-mundo, da sociedade desigual na qual estava inserido, onde pessoas não brancas e com proximidades com o universo da escravidão não eram desejadas nas instituições coloniais.

Entendemos que Catarina também tinha consciência da sua condição de escrava e das possibilidades que estavam postas nessa conjuntura histórica para que ela pudesse ascender socialmente e construir um lugar para si, mesmo em espaço com pouca lugaridade.

Nessa perspectiva, no ano de 1816, conseguimos rastrear Catarina nas fontes judiciais que analisamos em outra situação. Se em 1797, ela foi listada como um bem no inventário *post-*

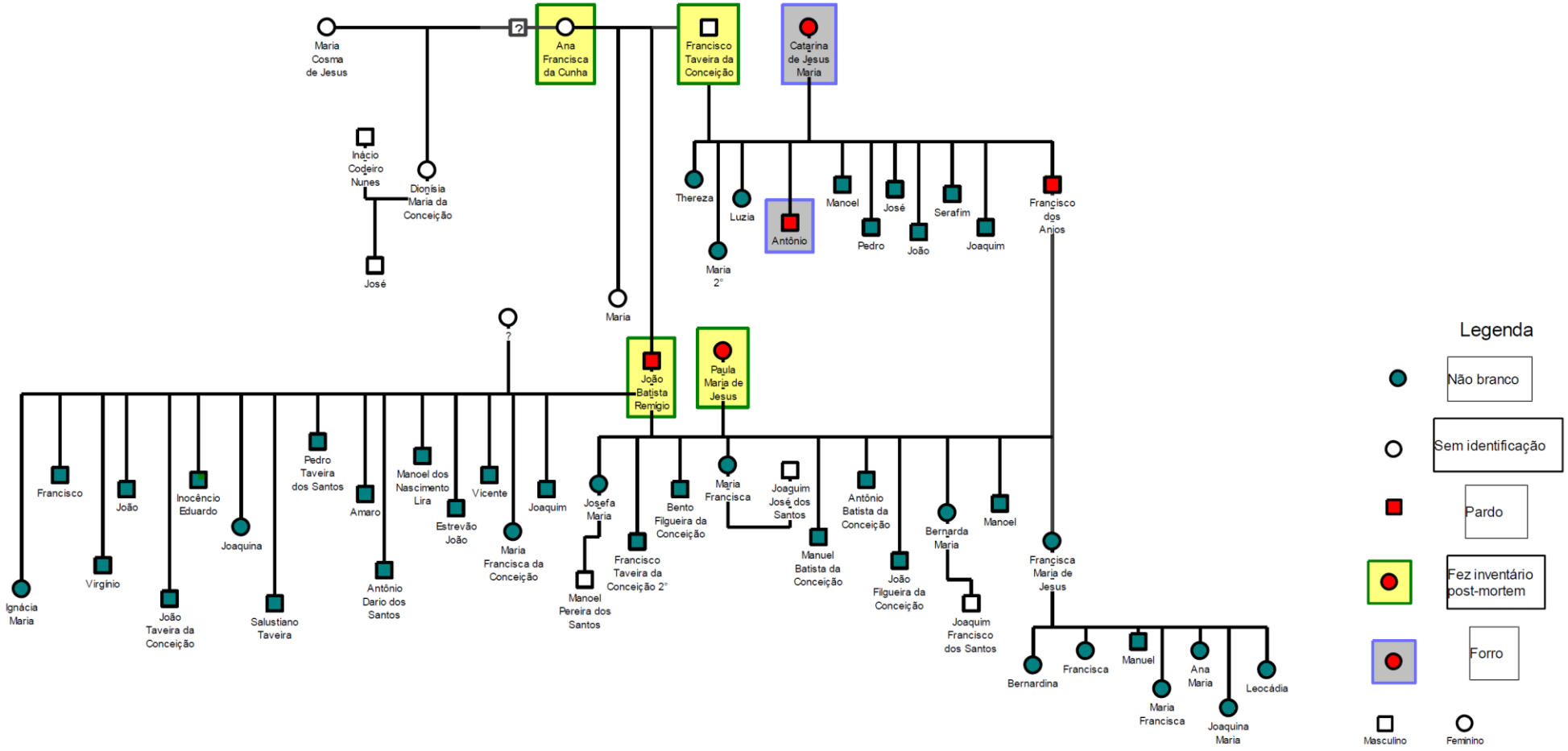
[11] Um exemplo da assertiva acima é o Regimento das Ordenanças, que afirmava que os oficiais das Ordenanças deveriam ser escolhidos entre os "homens bons" das Câmaras municipais. REGIMENTO dos Capitaes mores, e mais Capitaes, e Oficiais das Companhias da gente de cavalo, e de pé; e da ordem que terão em se exercitarem, 10 de dezembro de 1570. Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes, Lisboa, 1570.

[12] Requerimento de Paulo Coelho ao rei [D. José I], pedindo provisão para que sua cor parda não lhe sirva de impedimento para exercer qualquer função pública em qualquer parte do Brasil, 1754. AHU Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 76, doc. 6.377.

mortem de Ana Francisca[13], em 1816 ela figurou como a inventariante dos bens dessa parentela não branca[14]. Nesse contexto de morte de Francisco Taveira, foi possível constatar que Catarina e ele construíram uma genealogia extensa. O casal teve 12 filhos, sendo Antônio o único que localizamos nas fontes judiciais sendo alforriado. Possivelmente, os demais filhos do casal já nasceram livres. Nesse sentido, é interessante destacar como a união de Catarina com Francisco Taveira a distanciou do universo da escravidão. Caso tivéssemos tido contato com o inventário *post-mortem* de seu marido de forma isolada, não teríamos conhecimento da situação de liberta de Catarina e do seu filho Antônio. Esse elemento é interessante e demonstra a mobilidade e a ascensão social dessa parentela não branca, que poderia ser considerada erroneamente branca por possuir cabedal e sem proximidade com a escravidão, caso não tivéssemos feito uso do método onomástico e de um cruzamento de fontes. Acerca dos membros da genealogia Taveira da Conceição, observemos o geneagrama a seguir:

[13] Inventário de Ana Francisca. Inventariante: Francisco Taveira da Conceição. Vila Nova do Príncipe, Capitania do Rio Grande e Comarca da Paraíba do Norte, 1797. (Manuscrito).
[14] Inventário de Francisco Taveira da Conceição. Inventariante: Catarina de Jesus Maria. Vila Nova do Príncipe, Capitania do Rio Grande e Comarca da Paraíba do Norte, 1816. (Manuscrito).

Geneagrama 1 – Descendência da família Taveira da Conceição



Fonte: Elaborado pela autora no software GenoPro, com base em registros paroquiais e judiciais (séculos XVIII e XIX)

Da relação entre Francisco Taveira e Catarina de Jesus, como foi possível visualizar acima, nasceram 12 crianças: Antônio, definido como pardo e liberto, Manoel, Pedro, João, Joaquim, José, Serafim, Thereza, Maria (2°), Luíza e, por fim, Francisco dos Anjos, também definido como pardo. No inventário *post-mortem* de Francisco Taveira, os filhos de Catarina foram descritos pelo tutor João Batista, filho do primeiro casamento, no caso dos meninos, como crianças que já sabiam ou que estavam aprendendo a ler, a escrever e a doutrina fé cristã. Em contrapartida, as meninas por serem muito pequenas só estavam aprendendo a doutrina cristã e ainda não sabiam costurar e nem fazer renda. No caso de Maria (2ª), "não sabia coisa alguma por ser de pouca idade". Provavelmente, Maria (2ª) era a filha mais nova do casal, nascida pouco antes da morte de seu pai[1].

Outro elemento pertinente, é a ausência de Maria, filha de Francisco Taveira e Ana Francisca na ocasião de inventariação dos bens do seu pai. Nesse contexto, ela teria cerca de 19 anos e deveria ter sido listada entre os herdeiros do patriarca. Conjecturamos, em meio a essa ausência, a possibilidade de Maria já ser falecida nessa ocasião, o que explicaria também o nome da filha mais nova do falecido Francisco ser Maria (2ª).

Francisco dos Anjos, filho de Francisco Taveira e Catarina de Jesus foi um herdeiro que chamou a nossa atenção. Este se uniu em matrimônio a Francisca Maria de Jesus, filha legítima de seu irmão paterno, João Batista Remígio. A celebração ocorreu aos de 14 maio de 1833 na fazenda de Cotovelo, Freguesia de Nossa Senhora das Mercês[2] e, dessa união, como é possível constatar também no geneagrama acima, nasceram 7 crianças, que foram listadas no inventário *post-mortem* de João Batista[3], como representantes da sua mãe Francisca Maria de Jesus, por já ser falecida nesse contexto. Essa consanguinidade na união de Francisco dos Anjos e Francisca Maria de Jesus pode ter sido uma estratégia para preservar os bens da família Taveira da Conceição, que para a época possuía um cabedal bastante expressivo.

No contexto de falecimento de Francisco Taveira, Catarina prestou contas à justiça de um patrimônio bastante significativo. Sobre os bens pertencentes a essa família, observemos a tabela abaixo:

Tabela 2 – Cabedal da família Taveira da Conceição em 1816

Títulos	Valor
Ouro (28$350), prata (12$380), cobre (1$200), ferro (14$160) e latão ($040)	56$130
Escravos	520$000
Gado (vacum -760$350; cavalar - 227$000; cabrum - 20$680)	1:008.030
Total	1:683$860
Dívidas	37$500
Líquido	1:646$360

Fonte: Elaborado pela autora com base no inventário *post-mortem* de Francisco Taveira, 1716.

Terras, gado e escravos permaneceram sendo os principais bens dessa família e os mais valiosos. É interessante destacar, entretanto, um crescimento significativo no patrimônio dessa parentela que,

[1] Idem.
[2] Idem.
[3] Inventário de João Batista Remígio. Inventariante: João Dario dos Santos. Vila de Bananeiras, Capitania da Paraíba do Norte, 1848. (Manuscrito).

em 1797, contexto de falecimento de Ana Francisca orçava 637$730 e, em 1816, ocasião da morte de Francisco Taveira, apenas em gado vacum era possível ultrapassar essa quantia. O cabedal dessa família triplicou após o falecimento da primeira esposa do patriarca e o aumento dos bens dessa genealogia ocorreu, principalmente, na posse de terras, gados e escravos.

No contexto de morte de Ana Francisco, a família possuía apenas um sítio de terras na Serra das Queimadas, localizada na Ribeira do Seridó. Essa terra não foi listada no ano de 1816, na ocasião de inventariação de bens de Francisco Taveira. Certamente, no processo de partilha dos bens de Ana Francisca, esse sítio de terras ficou para um de seus filhos e não foi mais listado entre os bens do falecido, em 1816. Nessa ocasião, também não foi arrolada a data de sesmaria que Francisco Taveira, em vida, havia recebido da Coroa Portuguesa, em 1785. Essa data de terra havia sido obtida em conjunto com o seu irmão Pedro Taveira da Conceição e atualmente corresponde ao município de Nova Palmeira, localizado no estado da Paraíba. (MEDEIROS FILHO, 2002). Essa terra pode não ter sido inventariada em 1816 por ter ficado sob os cuidados do seu irmão, Pedro Taveira. Desse modo, em 1816, foram listadas novas terras, sendo quatro dessas obtidas por meio da compra e uma não teve a sua origem identificada. Essas terras ficavam localizadas na Ribeira do Seridó e da Paraíba, como é possível verificar na tabela acima. Além disso, todas foram caracterizadas como sendo utilizadas para a lavoura e criação de gados. Possivelmente, a quantidade significativa de gados explica a posse de tantas terras por essa família.

Acerca dos cativos, é interessante destacar também que, em 1797, o escravo João, identificado como Gentio de Angola, pertencia a essa família e, ao lado de Catarina, eram os únicos cativos da família. Em 1816, João permaneceu como cativo dessa família. O que mudou ao longo desses anos para João foi que, em 1816, Catarina de Jesus, que antes figurava como um bem, havia ascendido socialmente e passado a ser a sua proprietária. A presença de duas novas cativas também deve ser mencionada. Maria e Honorata, ambas identificadas como mulatas, que certamente auxiliavam a Catarina nas atividades domésticas.

Acerca do cabedal dessa família, é importante destacar, ainda, que após ser listado o conjunto das dívidas no inventário dessa família, em 1816, foram arrolados novos bens. Definidos como bens remanescentes, ou seja, bens que não haviam sido inventariados antes. Foram eles: 8 bois, 10 novilhas, 21 vacas, 12 bezerros, 3 garrotes, 1 besta e 1 garrafa, avaliados em 240$000. Somada essa quantia ao valor líquido do cabedal da família, os bens dessa parentela teriam quadruplicado desde o ano de 1797. Todavia, não sabemos quais elementos levaram essa família a não arrolarem de imediato esses bens. Teria sido esquecimento ou a tentativa de esconder da justiça a posse desse cabedal?

De acordo com as Ordenações Filipinas, os bens que fossem sonegados, quando descobertos, seriam destinados aos herdeiros e o responsável por esse ato não teria parte nesses bens e ainda responderia por perjúrio, como demonstra a citação abaixo:

> E o pai, ou mãi, ou qualquer outra pessoa, que per mandado da Justica fizer inventario, e nelle sonegar e encobrir alguma cousa (4), assi movel, como de raiz, que fosse do defunto ao tempo de seu fallecimento, perderá para os menores tudo aquillo, que sonegar (5). E não haverá parte alguma (se a tiver) do que sonegar, e mais pagará em dobro (6) para os menores a valia das cousas, que assi sonegar, e não poser no inventario, postoque nas ditas cousas que assi. sonegou, não tenha parte alguma. E além disso haverá a pena de perjuro (1). (CODIGO PHILIPPINO, 1870 [1603], p.210).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Em se tratando de esquecimento e conscientes das punições que a omissão de bens pudesse acarretar, certamente, a inventariante Catarina de Jesus buscou arrolar os bens remanescentes, que foram listados após as dívidas que a família possuía.

Por fim, outro elemento que gostaríamos de abordar brevemente nesse texto é a qualidade presente nas cartas de alforrias para qualificar os cativos residentes nos sertões da Capitania do Rio Grande. De acordo com essa fonte, entre os anos de 1792 e 1814, foram alforriados 126 cativos, sendo 66 libertas e 59 libertos. Desses, de acordo com Michele Lopes, 41, 35% eram cabras/mulatos, 27, 23% de origem africana, 10% eram crioulos, 5% eram negros/pretos, 4,4% eram pardos, 1% era mameluco e 26,22% não teriam tido as suas qualidades identificadas. (LOPES, 2013, p.262). Consideramos essa análise feita pela autora interessante, mas acreditamos que não evidencia a complexidade dos termos empregados para qualificar essa população cativa.

Nas cartas de alforrias foram utilizados, na maioria das ocasiões, dois termos para qualificar os escravos: um termo que estava presente na carta de alforria original e outro que era posto pelo tabelião no momento no qual registrava essa alforria no Cartório da Vila Nova do Príncipe. Um exemplo dessa assertiva, é o próprio caso de Catarina, que foi identificada na sua carta de alforria como mulata e registrada pelo tabelião como parda. Portanto, uma análise que se proponha a discutir o perfil do alforriado da Ribeira do Seridó deve considerar a complexidade das tipologias empregadas para qualificar essa população, inclusive o caráter móvel dessas qualidades, como já foi problematizado por Paiva (2012).

De acordo com Eduardo Paiva (2012, p. 17), "as qualidades provocam distinções e hierarquias". Desse modo, quando Catarina foi listado no inventário *post-mortem* em 1797 como cativa e mulata, ela possuía dois elementos que a colocavam em uma posição de desvantagem na sociedade colonial dos sertões do Rio Grande, a condição de escravizada e a qualidade de mulata, que nesse espaço, denotava uma maior proximidade com a escravidão. Em contrapartida, quando esta foi qualificada como parda pelo tabelião no seu registro de alforria ela ascendeu socialmente, porque mesmo sendo liberta, ao possuir cabedal e ser qualificada como parda se distanciou do universo da escravidão.

Nessa perspectiva, de acordo com as cartas de alforrias examinadas e com a complexidade das tipologias descritas nessas fontes para qualificar a população liberta, a tipologia parda foi a menos empregada, sendo utilizada para a população cativa do sexo feminino na carta de alforria apenas 1 vez e nos registros feitos pelo escrivão apenas 4 vezes, aparecendo em oposição, nesses casos, aos termos mulata (2), meio mameluca, e gentio de angola. Para a população masculina, o termo apareceu apenas 3 vezes, sendo em 2 dessas no registro feito pelo tabelião em oposição ao termo mulato presente nas cartas de alforria. A tipologia de mulata foi a mais empregada para definir a população cativa, sendo citada 30 vezes, em um universo amostral de 126 cativos alforriados[4].

O que podemos inferir, tendo como base apenas as cartas de alforrias, é que o termo mulato na Ribeira do Seridó foi empregado de forma significativa para qualificar a população cativa, no âmbito da documentação judicial. Em contrapartida, o termo pardo, que é empregado no espaço em análise para qualificar pessoas não brancas, com cabedal e distanciamento com o universo da escravidão foi pouco utilizado – sendo mais comum em fontes paroquiais, como demonstram os estudos de Macedo (2020).

[4] Livros de notas n° 25 a 64; caixa n° 1, 2 e 3.

Por fim, através de um diálogo com a obra do geógrafo Edward Relph (1977), em nosso estudo demostramos que, apesar das desigualdades existentes na sociedade colonial, pessoas não brancas, conseguiram ascender socialmente e construírem um lugar para si, mesmo em um espaço concebido com pouca lugaridade. Também é evidente em nosso estudo a complexidade das relações existentes no contexto de colonização dos sertões da Capitania do Rio Grande, onde as relações não podem ser concebidas apenas através de binômios, como escravidão-livre, preto-branco… Nem sempre branco, era uma pessoa de fenótipo branco e, em algumas ocasiões, pardo podia ser descendente de indígena ou de mulato. O cabedal e a posse de escravos embranqueciam indivíduos e apagava oficialmente as marcas da escravidão. Portanto, o mundo vivido não cabe em análises cartesianas e empíricas. O ser-no-mundo é o que é, e o que pode ser, mesmo em espaços desiguais e de violências inimagináveis, como as que foram praticadas contra a população escravizada.

Fontes:

Livros de registros paroquiais, Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó:

Livro de Batismos nº 1, 1803-1846. Livro de Batismos nº 2 1818-1822. Livro de Batismos nº 3 1825-1831.

Livro de Casamentos nº 1, 1788-1809. Livro de Casamentos nº 2, 1809-1849.

Livro de Óbitos nº 1, 1788-1811. Livro de Óbitos nº 2, 1812-1838.

Inventário de Ana Francisca Cunha. Inventariante: Francisco Taveira da Conceição. Sítio Serra das Queimadas, Ribeira do Seridó, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1797. (Manuscrito)

LABORDOC. FCC. 1°CJ. Inventários post-mortem. Inventário de Francisco Taveira da Conceição. Inventariante: Catarina Maria de Jesus. Ribeira do Seridó, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1816. (Manuscrito).

Inventário de João Batista Remígio. Inventariante: João Dario dos Santos. Vila de Bananeiras, Capitania da Paraíba do Norte, 1848. (Manuscrito).

Livros de notas n° 25 a 64; caixa n° 1, 2 e 3.

Requerimento de Paulo Coelho ao rei [D. José I], pedindo provisão para que sua cor parda não lhe sirva de impedimento para exercer qualquer função pública em qualquer parte do Brasil, 1754. AHU Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 76, doc. 6.377.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CODIGO Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recompiladas por mandado d'el-Rei D. Philippe I. 14.ed. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51.ed. Rio de Janeiro: Global, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 249-279.

GINZBURG. Carlo; PONI, Carlo. "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico". In.: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo** (1927), Partes I e II, tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: Vozes, 2002. [Sein und Zeit, Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1977.]

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LOPES, Michele Soares. Escravismo e liberdade na Ribeira do Seridó (1792-1814).In.:

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva. (Orgs.). **Capitania do Rio Grande**: histórias e colonização na América Portuguesa. João Pessoa: Ideia; Natal: Edufrn, 2013.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó. (Séc. XVIII) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: EDUFRN, 2007.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Cronologia Seridoense. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

A RADICALIDADE DOS FLUXOS DIASPÓRICOS: UM ABRAÇO INEXTRICÁVEL ENTRE A ÁFRICA E CUBA

Maria do Carmo Luiz Caldas Leite[1]

A mescla de tradições, sonhos e conflitos

Como apontam muitos historiadores, os mais antigos restos humanos encontrados em Cuba, datam de 3160 a. C. Quando do desembarque dos espanhóis havia na Ilha um total aproximado de 100 mil indígenas e, após 50 anos, não passavam de 5 mil, dizimados em razão dos maus tratos, do contágio e da perda do interesse pela sobrevivência. Os *taínos*, nativos que Colombo encontrou em terras cubanas, eram provenientes do norte da América do Sul, especificamente da foz do rio Orenoco, na atual Venezuela. Habitantes da Ilha desde o ano 800 a.C., os indígenas trataram os espanhóis com hospitalidade, justamente associada ao termo *taino,* que significa bom ou nobre, chegando a estabelecer acordos políticos com os castelhanos para combater inimigos comuns.

Os estudos da sociedade cubana, formada por retalhos de diferentes culturas, origens e condições sociais, mostram a acumulação de riquezas da oligarquia submissa aos signos da aristocracia ibérica. De origem multiétnica, o povo cubano emergiu do desenvolvimento de uma consciência política popular e de sua colocação em prática. A colonização, junto com a propriedade privada, trouxe aos povos originários de Cuba não só a marca da dependência, mas também a imposição cultural, que deixou raízes na construção da nacionalidade até dias recentes. "Uma lenta e profunda tarefa de séculos, caracterizada por mesclas de diferentes sangues, tradições, sonhos e conflitos, coagulou a sociedade cubana" (AUGIER, 2001, p. 5).

Os nativos foram utilizados em trabalhos rudes, enquanto a Espanha transitava por um regime feudal, introduzindo em Cuba a propriedade privada. A forma com que se viabilizaram as relações entre exploradores e explorados foi o sistema denominado *encomienda*. Aos conquistadores se concedia um grupo de indígenas, os quais eram submetidos à tutela dos espanhóis, que deveriam proteger os aborígines, dar-lhes instrução e exigir determinados trabalhos. "A história demonstrou que os espanhóis cobraram todos os seus direitos e cumpriram poucas obrigações" (RECIO, 1995, p. 2).

O enriquecimento dos colonizadores apoiou-se na submissão imposta aos nativos, interrompendo o processo autônomo das comunidades indígenas e implantando em Cuba o regime de servidão. Na América do século XVI, os espanhóis já aplicaram o princípio da '*guerra buena*' contra os naturais, acusados ora de canibalismo, ora de sodomia. Segundo Rivera (2006, p. 24), a Espanha, que chegou à América, era uma Espanha sem ainda abandonar a Idade Média, que haveria de prolongar-se nela.

A cruz e a espada se enfrentaram em poucas ocasiões e a evangelização forçada foi combatida por missionários católicos, que não puderam impedir a diminuição vertical das populações indígenas. Como salienta Saviani (2007, p. 47), reportando-se a Marx, pode-se dizer que "para os teólogos, a sua própria religião é considerada obra de Deus, a religião dos demais é obra dos homens, ao passo que para os colonizadores da América, a religião dos índios era obra do demônio".

---

[1] Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Católica de Santos, Brasil (UNISANTOS). Licenciada e bacharel em Física pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Contato: marialcl@unisantos.br

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

À destruição do sistema produtivo e à perda do regime alimentar tradicional dos nativos, há que adicionar-se a chegada de epidemias devastadoras à Ilha. Os conquistadores provinham de centros populacionais densos, onde a maioria dos seres humanos desde a infância contraia doenças e iam adquirindo resistência contra elas. Os nativos cubanos não tinham animais domésticos com os quais os europeus dividiam enfermidades de forma cíclica, que quase sempre eram as mesmas. As comunidades de Cuba, de pouca densidade populacional, enfrentaram duas ondas de agentes patogênicos trazidos pelos conquistadores brancos e pelos africanos. De forma sucessiva, ou até simultâneas, sobre os indígenas recaíram a varíola, o sarampo, a caxumba e um grupo diverso de outras doenças, acompanhadas de febre amarela, malária maligna e inúmeras patologias oriundas da África. A saga espanhola no novo mundo fez submergir a historicidade dos nativos, que enfrentaram uma guerra biológica e não tiveram tempo para adquirir resistência a ela.

A desculturação, como matriz de poder hegemônico desde a conquista da América pelos europeus, está baseada no racismo e na exclusão dos povos originários, incapazes de suportar as cruéis instituições feudais, que os conquistadores lhes tentaram impor, fazendo-os saltar, sem transição de séculos, através da história. Na raiz desses fatos, Castro (1992, p. 101) afirmou:

> O que me assombra é que haja tantos no mundo, sobretudo em nossos países, que sigam utilizando o termo "descobrimento" para aludir ao feito histórico de 12 de outubro. Ainda que, concedendo a Colombo o mérito de haver, com suas viagens, mudado a consciência de sua época, caso se trate de descobrimento, há que ser falado, então, que americanos e europeus descobrimo-nos mutuamente.

Desde 1595, ano em que se construíram os primeiros engenhos nos arredores de Havana, se incrementou a introdução de escravizados na Ilha. O genocídio da população nativa indígena acarretou a necessidade de substitui-la pelo cruel traslado de centenas de milhares de seres humanos em navios denominados de negreiros. Em Cuba, um peculiar processo histórico, semelhante ao da maioria das Antilhas, fez com que concorressem à formação do espírito nacional duas correntes fundadoras: a espanhola, dos conquistadores, e a africana, dos escravos. Os negros de etnias diversas, procedentes de todas as regiões costeiras da África, desde o Senegal, Guiné, Congo e Angola, foram arrancados de suas raízes com suas culturas destroçadas e transplantados ao mundo das correntezas humanas. Na radicalidade dos fluxos diaspóricos, a colonização da América Latina é fruto de um abraço inextricável entre a África e a Península Ibérica.

Os negros exerceram todas as tarefas abusivas possíveis até refinadas obras artesanais, alavancando um desenvolvimento material discriminatório. Os africanos trazidos a Cuba eram sumamente jovens com idade de quinze a vinte anos. O aumento do tráfico chegou ao seu ponto mais alto no decorrer do século XIX, anos caracterizados pela exploração dos escravos na grande planície Havana-Matanzas, o empório da antiga oligarquia, dada a riqueza de suas terras, o peculiar manto freático e, em particular, a profusão da indústria açucareira. A partir de 1830, teve início a importação massiva de meninos de nove a doze anos para facilitar o adestramento e, logicamente, a maior produtividade. A norma escravista, até meados do século XIX, era de importar uma baixa porcentagem de mulheres. O índice de masculinidade representava aproximadamente 70%, até ser abolido o comércio legal de escravos. As mulheres eram avaliadas como de baixa produtividade, com a única vantagem de incrementar o capital

investido mediante a procriação de novos escravos. Porém a coexistência de homens e mulheres atentava contra a estrutura carcerária das plantações, obrigando a mínima instituição familiar. O índice de mortes por parto era extraordinariamente alto e a mortalidade infantil acentuada significava expor o capital invertido, razões pelas quais, até a década de 1820, os custos da compra de um escravo adulto era inferior ao da criação até que os meninos alcançassem idades próprias para se incorporar a vida produtiva.

Os homens trazidos da África Ocidental não aceitavam mansamente a exploração até os limites da resistência humana. A sua forma de luta era a evasão para os *palenques* situados nos montes. "Homens submetidos a leis que não fizeram, ou que, melhor, que fizeram contra eles, não tinham como enfrentar os que sabidamente não poderiam vencer" (RIVERA, 2006, p. 30).

Nas palavras de Barnet (1977), a violência corporal impregnou na memória do povo não apenas um sentimento de angústia, mas também um elemento marcante na construção da identidade do povo cubano. Em razão do suplício dos açoites, muitos escravos - os *cimarrones* - fugiram para as montanhas e passaram a configurar um grupo de indivíduos deslocados da possibilidade de exercer a cidadania. Em Cuba, onde a escravidão se prolongou após a abolição nas colônias inglesas e francesas, em grandes propriedades rurais, com cerca de quinhentos escravos, foram construídos edifícios de pedra, uma típica edificação carcerária com uma única porta, com todos os elementos cuidadosamente planejados para a vigilância e a incomunicação entre os escravos. Um dos aspectos mais traumáticos da vida nas plantações foi a liquidação da atividade sexual entre homens e mulheres. Vivenda, trajes rústicos e alimentação eram voltados à finalidade produtiva e tratavam de apagar o mundo da cultura africana. Não obstante todos os esforços para aniquilar a ancestralidade cultural, a repressão fez brotar uma comunicação horizontal e subterrânea, como recurso de sobrevivência, que contribuiu para a sincretização das seitas de origem africana. Possivelmente, esta necessidade criadora é a chave da força da sociedade secreta Abakuá, desenvolvida na Ilha a partir de 1820.

Em 1843, a rebelião encabeçada pela negra Carlota[2] e um grupo de escravos insurgentes teve repercussão internacional. Aos poucos dias de iniciada a insurreição, apareceu em Havana uma corveta da Marinha de guerra dos EUA, a *Vandalia*, a pedido do Encarregado de Negócios de Espanha em Washington, para aplastar a revolta. Carlota foi presa e, ainda viva, amarrada a quatro cavalos, tendo morrido, por esquartejamento, em março de 1844. A luta libertária da insurgente por seu vigor e sua valentia, forma parte do patrimônio cubano contra a opressão.

Nas propriedades rurais cubanas, os calçados não faziam parte da vestimenta dada às pessoas escravizadas. Havia um decreto francês do século XVIII, que proibia calçar aos negros, porque "os sapatos lhes torturavam os pés". Ao fugir do cativeiro, imediatamente, muitas usavam sapatos, misturando-se, assim, à multidão de pessoas negras livres. Os anúncios de fuga advertiam: "anda calçado para fingir que é forro". Entretanto, estas regras eram relativamente relaxadas: escravas domésticas e pajens utilizavam sapatos, mas eram frequentemente punidas com a perda desse privilégio.

[2] Carlota foi o nome da missão cubana de descolonização da África. Segundo a expressão popular em Cuba, é como se os ossos e o sangue de Carlota e seus companheiros– que contribuíram para forjar a nação cubana – se tivessem juntado novamente para servir à libertação dos africanos. A operação começou em 1975 e acabou em 1991, período em que 300 mil cubanos participaram das lutas, com 2 mil mortos.

A elite cubana oscilava entre o temor pela ambição desenvolvida na mente dos escravos e o desprezo por sua falta. No ano de 1841, a Condessa de Merlin, pseudónimo de María de las Mercedes Beltrán Santa Cruz y Cárdenas Montalvo y O'Farrill (Havana, 1789 – Paris, 1852), considerada uma das primeiras escritoras de Cuba. cubana residente na Europa, fazendo apologia da escravidão à distância, escreveu:

> Suponhamos que os ingleses consigam obter, sem transtornos e sem desordens, a emancipação dos escravos de nossas colônias. Seu primeiro sentimento, sua primeira necessidade, qual será? Não fazer nada. O trabalho lhes é insuportável e só se consegue obrigá-los a trabalhar à força. Um negro indolente e selvagem, desprovido de todo desejo de progresso, de ambição, de dever, preferirá substituir sua vida vagabunda e sensual pelos rigores de um trabalho voluntário e de um sustento adquirido com o suor de sua testa? Mas suponhamos que, por um milagre, a educação moral dos escravos libertados se desenvolvesse de repente e os estimulasse a amar o trabalho. Caso se convertessem em trabalhadores, os negros não demorariam em se ver atormentados pelo desejo de ser proprietários, pela ambição, pela inveja contra os brancos e suas prerrogativas. Sob um regime político constitucional, em um país governado por leis equitativas, não exigiriam participar dessas mesmas instituições? E vós lhes concederiam vossos direitos e vossos privilégios? Fariam deles vossos juízes, vossos generais, vossos ministros? Dar-lhes-iam vossas filhas em matrimônio? Não é isso que queremos, exclamarão os amigos dos negros: que sejam livres, mas que se limitem a trabalhar a terra e a conduzir a cana como bestas de carga (MANZANO, 2015, p. 128).

Entre 1787 e 1841, a população de Cuba passou de 176 mil pessoas para 1 milhão. Na composição racial, os brancos representavam 41,5%, havendo, então, 43,3% de escravos e 15,2% de negros e mulatos livres. Mais de um milhão de africanos foram levados à Ilha, número expressivo para a população de Cuba na época, desde meados do século XVIII até 1886, ano da Abolição da Escravatura.

Ao ser abolida a escravidão, vendedores ambulantes de alimentos serviram de inspiração para a culinária *cubana*, que nasceu durante o século XVIII e se consolidou no século XIX como um fenômeno social da época. Os *cimarrones* desceram das montanhas e tentaram retornar ao convívio com o povo, no entanto, a apreensão, a desconfiança e o medo os acompanhavam. A escravidão continuava, até porque a condição social dos escravizados, após a Abolição, não os deixava esquecer da experiência traumática, já que libertos, ironicamente, não estavam livres, porque continuavam cativos pelos mesmos senhores de engenho e muitas vezes trabalhando em troca de abrigo e comida, em condições subumanas, alguns nos mesmos barracões e senzalas nos quais foram confinados na escravidão. Os únicos trabalhos que os negros conseguiam eram pesados e extenuantes, explorados pelas elites. Além da discriminação velada e explícita, os negros recém libertos viam-se em um círculo de completa impossibilidade de ascensão social. Os homens antes escravizados eram, neste contexto, marginalizados pela sociedade cubana:

> Não havia um advogado negro, porque diziam que os negros não eram nada mais do que bons para os campos. Não havia um professor negro. Tudo era para os brancos espanhóis. Mesmo os *criollos*[3] brancos foram jogados de lado. Um guarda

[3] A palavra *criollo*, em espanhol, significa pessoa nascida na América, filha de pais europeus, radicalmente distinto do termo "crioulo", em uso no Brasil atual, para designar um indivíduo negro ou mestiço.

> noturno, a única coisa que fazia era andar, contar a hora, porém para desligar o pavio, tinha que ser espanhol. E assim era tudo. Não havia liberdade (BARNET, 1977, p. 98).

À medida que o açúcar de Cuba foi adentrando aos mercados europeus, os fazendeiros não hesitaram em fomentar suas empresas com modernos critérios econômicos e peculiaridades *criollas*. "Se com sangue e suor dos negros escravos se construíram as grandes fortunas dos latifúndios, com seu espírito de rebeldia se semeou o caminho da independência" (RECIO, 1995, p. 3).

A produção cubana de açúcar, que tinha como destino principal o mercado estadunidense, superou as 15 mil toneladas em 1792. Desde 1818, a dominação dos EUA buscava enfraquecer o poder espanhol, com a estratégia de obtenção dos meios de compra direta do açúcar, sem a intermediação espanhola. As contradições se agravaram com a expansão do maior complexo agropecuário açucareiro do mundo capitalista – Cuba –, que produzia cerca de um terço do açúcar mundial, sob o interesse do capital norte-americano. Os registros da sociedade produzida pelo açúcar têm interfaces de séculos com profundas marcas de resiliência na sociedade cubana. Pequena, mas centro de defesa do império espanhol, Cuba foi a ilha mais cobiçada pelos estrangeiros, que aspiravam dominar estrategicamente a região.

As guerras de independência do colonialismo espanhol se configuraram como grandes revoluções sociais e políticas, por seu cunho popular, com exércitos compostos por negros ex-escravos e trabalhadores livres. A primeira, conhecida também como *Guerra de los Diez Años,* teve início no engenho *La Demajagua,* com o grito de Yara, na madrugada de 10 de outubro de 1868 e terminou dez anos depois, com o Pacto de Zanjón, onde se estabeleceu a capitulação do Exército Independentista às tropas espanholas. Este acordo não garantiu nenhum dos dois objetivos fundamentais daquela guerra: a independência de Cuba e a abolição da escravatura. Por esta razão, grupos dispersos de patriotas cubanos continuaram lutando durante a maior parte do ano de 1878 e recomeçaram a luta durante a chamada *Guerra Chiquita* (1879-1880).

A guerra de 1895, apesar de ter durado apenas três anos, por seu conteúdo radical, participação massiva do povo e lideranças transcendentes, especialmente de José Martí, superou todos os movimentos de libertação do colonialismo europeu, não apenas em Cuba, mas na América. A heterogeneidade da população de Cuba foi momentaneamente eliminada. Para a grande burguesia de Cuba, esta guerra foi um grave perigo. Para as outras classes, o caminho de um país próprio, uma pátria. Apesar disso, do ponto de vista político, todas as classes sociais do país, de forma ativa ou passiva, repudiavam o regime colonial. A burguesia açucareira cubana, ainda que colaborasse economicamente com a insurreição, estreitava seus contatos com os EUA e os instava a intervir nos conflitos. Depois de 30 anos de lutas iniciadas por Céspedes e revitalizadas de forma pujante por Martí, o colapso do colonialismo era iminente. Havia chegado a hora de "encarnar a ação e a história do *ethos* patriótico, iluminado pela poesia e pelo pensamento cubano" (VITIER, 2011, p. 42). Com o fim das hostilidades entre Cuba e Espanha, a Emenda Platt, em 1901, oficializou o arrendamento de terras às bases navais norte-americanas. A presença de tropas dos EUA era comum, requerida pelos próprios governantes cubanos sempre que os conflitos ameaçassem a ordem interna. Assim, a Baía de Guantánamo está sob o controle estrangeiro até hoje.

A *cubanía* e a opressão racial

Procedendo à análise da nacionalidade cubana, é imperativo levar em consideração que os primeiros vislumbres de sentimentos pátrios surgiram com a formação das comunidades *criollas* no século XVII e se estenderam até o início das lutas pela independência. A tomada de consciência de si mesmos, do *"nosotros",* durante o prolongado conflito contra o estado colonial, constitui um fator dinâmico e consciente na formação da nacionalidade cubana. Assim, na concepção de Ortiz (2002), é possível argumentar que os primeiros lampejos da *cubanía* estão calcados em uma cultura de resistência, base de um processo de elaboração ideológica transmitido como herança, que assumiu formas de rejeição ao que é imposto sob forma de castigo e de espoliação.

O tráfico e a escravidão fizeram parte da ideologia das elites de Cuba e da metrópole em direção à Ilha, segundo os mais variados interesses. O modelo escravista, de acordo com o padrão atrasado imposto pelo sistema comercial espanhol, dificultou a capacidade da oligarquia *criolla* de se adaptar ao sistema capitalista e, consequentemente, ao avanço da industrialização e do uso de mão de obra assalariada. Uma das características fundamentais do sistema colonial hispano-americano na elaboração da *cubanidad* é o regime agrário escravocrata, sob cuja fórmula a economia cubana se voltou à especialização produtiva, baseada no açúcar, um elemento que definiria a estrutura econômica, política e social do país por mais de três séculos.

A nacionalidade cubana foi, em primeiro lugar, o resultado de uma prolongada disputa. As relações de poder entre colonizados e colonizadores tiveram um efeito decisivo na conformação do caráter do povo cubano, colocando em relevo a aparência de duas pátrias: a dos *criollo*s brancos e a dos *criollos* negros. Cada um dos grupos projetaria o seu patriotismo a partir do pertencimento a uma comunidade étnica: o confronto dos patrícios com as autoridades coloniais lançou as bases à formação do patriotismo branco; do mesmo modo, as insurgências e os levantes que empreenderam os negros e os denominados "mulatos livres" contra o regime escravista criaram as condições à formação do patriotismo negro. As relações raciais se apresentavam não como uma condição além da nacionalidade, mas elemento dentro dela. A discriminação étnica foi consolidada e institucionalizada pelo sistema colonial espanhol para a divisão necessária da sociedade cubana, sendo que o racismo, generalizado e imposto por meios legais e informais, se tornou uma necessidade na dominação. Por um lado, os *criollos* patriotas e a política colonial espanhola, e, por outro, as comunidades de negros livres, simultaneamente, contra o Estado colonial espanhol e o poder dessas elites. A partir da última década do século XVIII e, fundamentalmente, desde 1815, uma consciência filosófica e política mais inflexível foi se formando na Ilha para superar a herança reacionária de determinadas correntes escolásticas.

O pensamento de um grupo social de cubanos, especialmente ligados à Educação, os responsáveis pela formação das raízes do legado pedagógico autóctone cubano, deu origem ao florescimento de uma corrente liberal de pensamento reformista. O intelectual cubano, forjado a partir da modernidade, foi baseado no pensamento científico e inspirado em uma espiritualidade de raízes éticas e culturais cristãs, assumindo com criatividade a sua condição, sem se filiar a nenhuma das escolas estadunidenses e europeias de sua época.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Félix Varela (1788 – 1853), padre, filósofo, músico, cientista e político cubano, lançou os fundamentos do pensamento independentista, baseado em uma profunda consciência humanista, não apenas aos cubanos ou americanos, mas ao homem como um ser universal, nas quais se inseriam os negros. Com ele, nasceu a tradição do professor lutando na defesa da nacionalidade, fortemente imbricada ao processo educativo cubano. Defensor da extinção da escravatura pela primeira vez em Cuba, em suas aulas Varela discutiu o caráter inalienável dos direitos humanos, a responsabilidade civil e o freio ao poder absoluto. Em Cádiz, no ano de 1821, representando Cuba, defendeu a autonomia dos territórios americanos e abolição da escravidão. Com o retorno espanhol ao absolutismo monárquico, sentenciado à morte, Varela se estabeleceu nos EUA. A partir daí, dedicou-se a promover a independência de Cuba.

As lutas de independência em Cuba começaram em 1868, sob a liderança de um setor minoritário da burguesia *criolla*, expoente do pensamento liberal radicalizado, que incluía o estabelecimento de uma república democrática. O regionalismo, o racismo e o caudilhismo impossibilitaram o alcance dos objetivos estabelecidos. No entanto, foram criadas as bases para forjar a nacionalidade cubana e o acirramento dos conflitos provocou o surgimento de uma consciência nacional.

Como organizador da guerra de independência, dando-lhe uma dimensão anti-imperialista, nunca apresentada, surgiu José Martí (1853-1895), o "apóstolo" nacional de Cuba, homem de pensamento e de ação, a figura cimeira do ideário que os independentistas legaram às futuras gerações. Martí, filho de pais espanhóis, iniciou sua participação política escrevendo para jornais independentistas. Em 1869, foi condenado a 6 anos de trabalhos forçados, mas passou somente 6 meses na prisão, permutando a pena pela deportação à Espanha. Entre 1881 e 1895, viveu em Nova Iorque, porém foi no México, na Guatemala e na Venezuela que alcançou o mais alto grau de identificação com a autoctonia da América, até o momento desconhecido a um filho de espanhóis. Influente na intelectualidade hispano-americana no final do século XIX. Nos últimos anos de sua vida, regressou aos EUA, dando continuidade às suas atividades no campo cultural e jornalístico, mas, principalmente, dedicando-se à preparação do regresso à Ilha e da guerra de independência. Nas duas vezes em que conseguiu regressar a Cuba, julgado como conspirador, foi deportado. Em 1895, Martí partiu de Nova York a Cuba para se juntar às tropas cubanas, mas no dia 19 de maio desse mesmo ano, no vilarejo de *Dos Ríos* (Cuba), morreu em combate, sem ver concretizado o sonho de sua vida. Concebeu a luta política como um processo de profundas transformações sociais na consolidação da soberania da Ilha e da emancipação humana, contra a escravidão,, sempre tendo em mente que estes não eram fins em si mesmos, mas, como ele afirmou, fariam parte de uma visão cósmica, indo além da América para alcançar a humanidade.

Em 1898, a situação política precária em Cuba era evidente e os homens imprescindíveis à radicalização do processo, entre eles Martí, foram mortos nos campos de batalha. O país não possuía figuras capazes de assumir as lideranças para concretizar o projeto revolucionário, agora transformado em revolução nacionalista moderada. Com o exército *mambí* dissolvido, o povo foi arrastado à miséria, uma vez que a luta contra o colonialismo não culminou com a vitória, tendo início a República Mediatizada. Faltando apenas ao *Ejército Libertador* cubano colher os frutos de sua vitória, os EUA intervieram na guerra contra a Espanha, impedindo os cubanos de entrar em Santiago de Cuba.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Nesse processo, se situa a transculturação, como princípio que dirige práticas, pensamentos e abordagens epistêmicas. Quando Ortiz (2002) escreveu que a verdadeira história de Cuba é a história de suas intrincadas transculturações, o cubano começou a ser definido como o resultado do processo contínuo e inacabado de uma mistura, síntese e dissociação, do que foi aportado pelos grupos que chegaram à Ilha. A teoria da transculturação proposta por Ortiz nega tanto o determinismo racial como a definição somática de raça. Para o antropólogo cubano, o conceito de transculturação compreendia o enredamento das correntes pluridirecionais, que haviam circulado desde o século XV através do Atlântico e dos três continentes, com os respectivos povos, em cruzamentos simbólicos e materiais. A complexidade da transculturação envolve *cambios* qualitativos da cultura, substituindo termos mais limitados como aculturação ou osmose de cultura.

Além dos africanos, outros fluxos migratórios chegaram a Cuba, esporádicos ou contínuos, originais dos mais variados lugares - judeus, lusitanos, anglo-saxões, norte-americanos e até mongóis de Macau e Cantão. Os imigrantes traziam consigo as cadeias de subordinações sociais. Cada um deles, desarraigado de sua terra natal, deu uma parcela ao movimento de culturas, que influenciou a formação do povo cubano.

Em 1940, o antropólogo utilizou, pela primeira vez, a comida típica cubana - o *ajiaco* - como imagem metafórica da identidade nacional. Da culinária, emergiram as principais ideias, que conformaram a definição da transculturação. Respondendo à própria pergunta retórica – "O que é a *cubanidad*?"-, Ortiz (2002, p. 3) cunhou a expressão: "Cuba é um *ajiaco*". Para ele, o guisado mais complexo da Ilha poderia funcionar perfeitamente como metáfora da identidade nacional. A mestiçagem ou a *mulatez*, como nomeia Ortiz, é o fenômeno histórico-social por meio do qual foi tecida a *cubanidad*, a partir de múltiplos elementos provenientes de outras partes do mundo, que se acercaram para dar sabores ao denso caldo cubano.

Nos pilares fundamentais do processo denominado *cubanidad* situam-se as contribuições dos europeus e africanos. A miscigenação foi facilitada em razão do papel exclusivamente doméstico das mulheres na Espanha. Os colonizadores eram quase todos homens e costumavam amancebar-se com suas servas negras, gerando filhos. Dessa miscigenação surgiu a *cubanía*, que é a consciência, a vontade e a raiz da pátria, que brotou de baixo, entre as pessoas nascidas e crescidas, sem retorno, nem recuos, com a alma enraizada em Cuba:

> Os negros devem ter sentido, não com mais intensidade, porém talvez mais cedo do que os brancos, a emoção e a consciência da *cubanía*. Os casos de retorno de negros à África eram raros. Os negros africanos tinham que prontamente perder a esperança de voltar às suas casas. Em sua nostalgia não puderam pensar em repatriamento ou em descanso ao fim de vida. O *criollo* negro nunca pensou em ser mais do que cubano. O colonizador branco, antes mesmo de chegar a Cuba, já pensava em seu retorno. Se ele veio, foi para voltar rico e talvez enobrecido pela graça real, porque tinha, por sua família, conexões com a Península, sentindo-se por um longo tempo ligado à Espanha (ORTIZ, 2002, p. 14).

Entretanto, quem contribui à formação desta mescla? Os elementos procedentes das distintas culturas são básicos no caldeirão dos trópicos fundadores da *cubanía*, uma "solidariedade cultural" no lugar de uma "homogeneização das diferenças". O característico de Cuba era o "cozimento", um processo de transformação permanente dos produtos na panela aberta, sob fogo dos trópicos, para compor o *ajiaco,* produzido com uma mistura de

carnes picadas com manteiga, cebola, alho, tomate, salsa, pimentão e limão.de procedência espanhola e africana, ao passo que as novas tecnologias norte-americanas tinham servido para melhorar as possibilidades de cocção.

De acordo com Barnet (1977), durante a colonização de Cuba, os europeus não apenas aprenderam com os aborígines o uso de plantas como alimento e para fins de cura, mas também utilizaram conhecimento geográfico dos nativos caribenhos em suas expedições e na seleção dos lugares onde as primeiras vilas seriam fundadas. Pelo açúcar, que adoçava o café, na magia da fermentação, surgiu a aguardente cubana, o rum. Na esfera espiritual, a *cubanidad* deve aos povos originários a cultura associada ao tabaco em rituais das religiões afro-cubanas. O lado irônico é que os europeus iniciaram a propagação da imagem selvagem e primitiva dos nativos, quando na realidade os colonizadores aproveitaram os saberes da flora e da fauna, que haviam acumulado os aborígenes, à exploração colonial no novo mundo. Todos esses fatores implicam um pensamento dialético de intrincados elementos emocionais, intelectuais e volitivos. Mas quais as culturas que se tornaram fundantes em Cuba? Toda a escalada cultural, que na Europa ocorreu em mais de quatro milênios, em Cuba foi experimentada em menos de quatro séculos. O que restou à composição da nacionalidade? Como salienta Barnet (1977), desde a chegada dos espanhóis, todos aportaram à composição da identidade cubana a sua significativa parcela, como algo inefável, que completa a condição de nação, de coexistência e até de cultura.

Da República Mediatizada à Revolução Cubana

No umbral de uma época de profundas transformações, com o advento da república mediatizada, os cubanos se apropriaram de formas alternativas na busca de sua autodeterminação. Muitos dos alicerces da *cubanía* foram montados no encontro de Cuba com os vizinhos ao Norte. A migração, ao longo de sucessivas gerações, de todas as classes sociais e idades, de homens, mulheres, crianças, negros e brancos contribuíram à

Depois da intervenção dos EUA, iniciada em 1898, as aspirações hegemônicas na Ilha, situada a menos de 200 quilômetros ao sul do estado da *Florida*, não se exerceram em função somente do controle político e da dominação militar, mas sob formas não coercitivas, a miúdo introduzidas tanto por cubanos como estadunidenses.

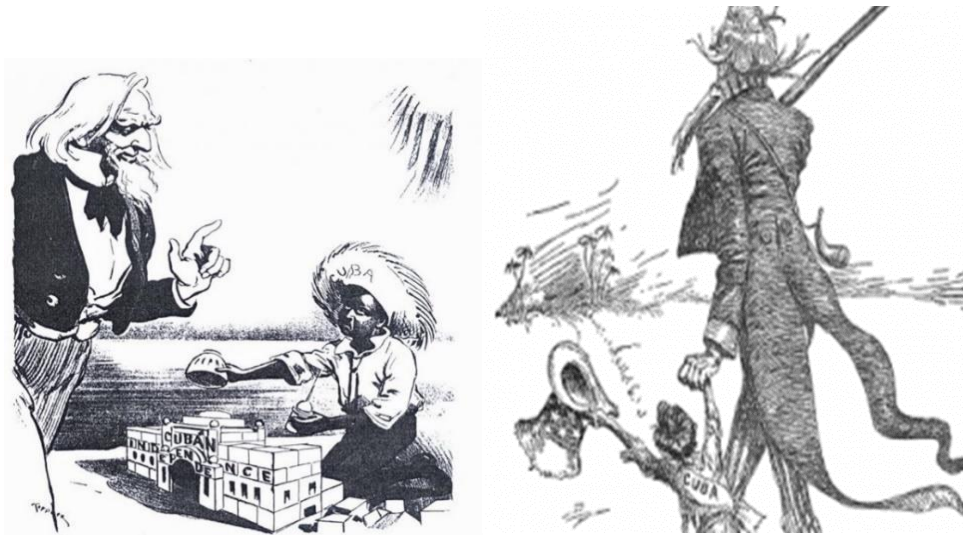
A influência cultural se metabolizou por dentro, nas atividades cotidianas, no interior das escolas, nos programas educacionais, nos modelos de vida social, na linguagem, na forma de vestir, na religião, nos esportes e na recreação, muitas vezes de maneira voluntária. Por suposto, esses métodos não poderiam ser impostos desde fora, mas vieram ao encontro da vontade dos cubanos por transformarem-se. Em que pese o predomínio do uso da força como método de domínio, por fim, tudo indica que a coerção teve um papel secundário e contraproducente no contexto, que visava sustentar a hegemonia norte-americana. Para Ortiz (2002, p. 13):

> De acordo com o pêndulo de nossa história, o cubano se afasta ou se move emocionalmente ao foco do grande vizinho. Agora o contato está quente novamente com o norte-americano. Há quem de manhã seja anexionista e à tarde

> abomine o Tio, segundo baixe ou suba a cotização do açúcar, que é o termômetro do patriotismo para seus espíritos em *almíbar*[4].

Na Ilha, é corrente a ideia de que Cuba não teve mãe. Teve uma madrasta, a Espanha, e depois de 1902, um tio, responsável pela educação da criança rebelde e negra. No decorrer dos tempos, já na adolescência, as características que o tio vira anteriormente no menino iam se arrefecendo, em um processo de branqueamento do corpo.

FIG 1 - A educação da criança rebelde



Fonte: Pérez Jr. (2018, p. 52)

A primeira metade do século XX foi marcada pela extrema dependência econômica, pela monocultura do açúcar destinado aos mercado dos EUA, pelo desemprego, analfabetismo, prostituição, opressão política, corrupção, intervenções militares e imposição dos valores culturais do país dominante. Desde que puseram os pés na Ilha, os estadunidenses praticaram a falsa política panamericanista para tomar a "fruta madura", em alusão à inevitabilidade do futuro de Cuba quando se desprendesse da Espanha.

O projeto nacional defendido pelos setores da elite *criolla* via de forma pejorativa a imigração de haitianos, fato que fomentou o ideal racista de branqueamento através de incentivos à imigração europeia. Os conflitos raciais culminaram com o *Masacre de los independientes de Color* em 1912, quando foram assassinados 5 mil negros, na região oriental de Cuba. O racismo e o plano hegemonizado pela intervenção estadunidense não garantiam a integridade dos afro-cubanos. Com a repressão celebrada pelas figuras políticas do país, o mito da igualdade racial ficou sem apoio popular na Cuba republicana. Premonitória, a Revolução Haitiana provocou nos extratos dominantes uma alerta contra qualquer experiência emancipadora. A burguesia cubana, assumindo atitudes racistas desde seu nascimento, era acometida por profundo pavor, quando circulavam as notícias de uma possível expedição rumo a Santiago, partindo

[4] *Almíbar* é uma receita cubana de um melado que permite adoçar as sobremesas.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

do Haiti. A resposta era afogar em sangue qualquer tentativa de emancipação popular (RECIO, 1995).

A política da oligarquia *criolla*, a partir da crise globalizada do modelo neocolonial, passou a restringir a produção agrícola à esfera açucareira, mediante a cartelização, tendo o sistema educativo se convertido em instrumento de norte-americanização, enquanto as organizações do magistério adotaram o ideário martiano como paradigma da educação nacional, que inspiraram diferentes gerações. O legado pedagógico de Martí manteve-se na palavra cotidiana dos professores.

As elites aprenderam a transformar sua política, depois dos eventos no país vizinho, com maior abertura aos negócios e à proteção de um Estado forte. A convulsão econômica provocada pela 1ª Guerra Mundial aumentou de forma abrupta os preços do açúcar, convertendo Cuba em um atraente polo de imigrantes em busca de emprego. Um número significativo de espanhóis conformou um novo fluxo migratório, que criou as condições de trabalho de homens brancos na indústria agrária exportadora.

Em um determinado momento, os sistemas normativos estadunidenses, com ênfase no mercado e no consumo, se debilitaram o suficiente para os cubanos reexaminarem os atrativos da cultura, que se revelava a cada dia mais incapaz de satisfazer as suas aspirações. A incerteza criada em um contexto de ilegitimidade dos governos cubanos da primeira metade do século XX contribuiu para minar as instituições neocoloniais.

O uso explícito da violência ocasionava frequentemente reações de resistência ao neocolonialismo, que se acirraram depois de 26 de julho de 1953, com o ataque ao Quartel Moncada, em Santiago de Cuba, sob o comando de Fidel Castro. A revolução se apresentou como a regeneração dos sentimentos pátrios presentes na construção da nacionalidade, razão pela qual os seus dirigentes sempre tendem a demonstrar que a gênese da Revolução Cubana é a mesma do ideário de Martí.

Um dos predicados da *cubanía,* comumente identificável nos cubanos, é a propensão a entrelaçar a trajetória pessoal com a trama social do país, fato reforçado pelo sistema educacional após a revolução vitoriosa em 1959, pois o conhecimento da História e de todas as influências que para o bem ou para o mal chegaram à Ilha é priorizado.

> A *cubanidad* completa não consiste meramente em ser cubano, por qualquer das contingências ambientais que cercam a personalidade individual e forjam suas condições. São necessárias também a consciência de ser cubano e a vontade de querer sê-lo. Não é suficiente para a *cubanidad* ter em Cuba o berço, a nação, a vida e o porte; ainda falta a consciência" (ORTIZ, 2002, p. 3).

A construção da nacionalidade cubana tem sido protagonizada por diferentes gerações, que utilizam a Educação como força motriz. O estudo dos fatores humanos da *cubanidad* é, hoje, mais transcendental do que nunca. Na construção do socialismo, a sociedade cubana cresceu no seio da herança histórica, nas marcas distintivas da *cubanía*, em seu sentido ético, como Ortiz (2002) definiu ao longo de sua obra.

Algumas Considerações

Do ponto de vista político, todas as classes sociais em Cuba, de forma ativa ou passiva, repudiavam o regime colonial espanhol. A burguesia, ainda que colaborasse com a

insurreição, estreitava contatos com os EUA e os instava a intervir nos conflitos. Na alvorada do século XX, independentes do ponto de vista político, as nações latino-americanas foram lançadas em uma situação de dependência estrutural diante das potências capitalistas, tendo como encargo fornecer produtos agrícolas para a Europa e os EUA. A vivência dos negros, excluídos do acesso à educação, distanciava-se do modo de vida das elites, que tentavam libertar-se do domínio estadunidense, mas sem perder seus privilégios de classe.
Em Cuba, os direitos dos negros e as múltiplas expressões culturais da África somente assumiram relevância, nunca antes reconhecida durante séculos da marginalização, após a revolução vitoriosa no ano de 1959. São muitas as evidências pela busca de inclusão na sociedade e de consolidação do acesso aos bens educativos, que permitiram não a poucos negros alcançar uma emancipação social significativa. No decorrer de quatro gerações de cubanos, é notória a conquista do direito de todos ocuparem um espaço societário, em ambiente fraterno, ainda que a somatória destes fatos não possa ser interpretada como uma "obra acabada". Contudo, essa trajetória não é linear, não estando livre de retrocessos, rupturas e sobressaltos.

Referências

AUGIER, A. Selección, prólogo y notas. *In*: GUILLÉN, Nicolás. Autobiografía. Habana: Letras Cubanas, 2001. p. 5-47.

BARNET, M. Biografía de un cimarrón. Buenos Aires: Editor de América Latina, 1977.

CASTRO F. Un grano de maíz. Habana: Oficina del Consejo de Estado, 1992.

MANZANO. J F. A autobiografia do poeta-escravo. São Paulo: Hedra, 2015.

ORTIZ, F. Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar. Madrid: Cátedra. 2002.

PÉREZ JR, L. Cuba en el imaginario de los Estados Unidos. Habana: Ciencias Sociales, 2018.

RECIO, R. B. Historia de la pedagogía. Habana: Pueblo y Educación, 1995.

RIVERA, G. R. Por el camino del mar: los cubanos. Habana: Boloña, 2006.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

VITIER, C. Ese Sol del mundo moral. Habana: Centro de Estudios Martianos, 2011.

PERSPECTIVAS REPUBLICANAS SOBRE A ESCRAVIDÃO E A ABOLIÇÃO NA IMPRENSA DE OPOSIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS 1870

Mariana Nunes de Carvalho[1]

A imprensa de oposição ao regime monárquico da década de 1870, objeto do presente estudo, se inicia com o aparecimento do jornal *A República*. Este periódico circulou até 1874. Após seu encerramento, apareceram publicações efêmeras, descontínuas, interrompidas sem maiores informações ao público. Apenas a partir de 1878, com o retorno dos liberais à presidência do gabinete, é que os periódicos de oposicionistas conseguiram se manter com publicações sequenciais e mais duradouras.

No Império do Brasil, foi na segunda metade do século XIX, especialmente a partir da década de 1870, que se desenvolveu uma imprensa com forte atuação nos principais centros urbanos. Ela adotava novos discursos e parte dela um novo posicionamento diante das esferas de poder. No Rio de Janeiro, sede da Corte, formou-se o principal núcleo jornalístico primordialmente por causa do incremento da urbanização. Aliado ao crescimento demográfico, estes fatores proporcionaram um aumento do número de leitores. A presença de uma elite intelectualizada ligada às novidades vindas da Europa também colaborou para seu incremento. Concepções políticas estrangeiras adornavam o repertório político imperial. A reprodução de ideias europeias e norte-americanas, adaptadas ao contexto político brasileiro, suscitavam o debate sobre questões como progresso, formas de mão de obra, ciência, sistema federativo, centralização e Poder Moderador.

Durante o período de 1870 a 1879 contabilizou-se um número de 345 periódicos circulantes na cidade do Rio de Janeiro dentre folhas, folhetos, jornais e revistas. Essas publicações variavam em seu conteúdo, no seu discurso e também nos objetivos.[2]

Os periódicos variavam entre revistas de medicina, de grupos de estudantes de engenharia, artes, literatura, até publicações destinadas ao público feminino e de cunho religioso, passando por folhetos satíricos e de charadas. Contudo, o que prevalecia eram os periódicos com orientação política. Neste período, surgiram algumas publicações que se posicionavam criticamente ao Imperador e às instituições monárquicas. A figura de D. Pedro II era constantemente questionada ou criticada. Sua família também não era poupada, incluindo julgamentos à sua filha Isabel Christina e ao seu genro, o conde d'Eu.

Se entre 1870 e 1874 *A República* ocupou o espaço de jornal crítico ao regime, entre 1874 e 1879, dificilmente encontrou-se nos artigos dos periódicos deste teor algum de cariz originalmente republicano, ou mesmo abolicionista. Nessas folhas atacava-se a figura do Imperador, sua postura e suas decisões políticas, mas a propaganda republicana ainda era incipiente, mesmo depois da circulação do jornal *A República*.

---

[1] Doutora em História Política (UERJ), Mestra em História (UNIRIO); tutora de História da América III na UNIRIO (Licenciatura em História - EAD), professora de História da SME - Rio de Janeiro.

[2] Este quantitativo foi obtido por meio de um levantamento nas seções de *Obras Raras* e *Periódicos* da Biblioteca Nacional, e também do banco de dados da Biblioteca e da verificação e observação dos microfilmes e reproduções disponíveis na Hemeroteca digital destes jornais.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Oficialmente, a imprensa da Corte mantinha-se monarquista. Como exemplos temos *O Paiz, A Gazeta de Notícias e o Diário de Notícias*. Contudo, dava-se espaço para a campanha republicana.

O republicanismo na década de 1870, contudo, esmoreceu a partir de 1874. Mas, mesmo que ainda não tivesse chegado em seu ápice, a imprensa de contestação já dava o tom de seu discurso atrelada a ideais de modernidade, progresso e cidadania.

Entre 1870 e 1874 foram analisadas as edições de *A República*. Este periódico era folha de propaganda política do recém-formado Partido Republicano. Ao todo foram lidas e mapeadas as 868 edições que circularam entre 1° de dezembro de 1870, data da primeira edição e que contou com a publicação do *Manifesto Republicano* e 28 de fevereiro de 1874, data da edição 868, última disponível da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

A partir da análise do posicionamento destes republicanos sobre as pautas que defendiam e colocavam como transformadoras da sociedade e da estrutura governamental, pretendo demonstrar que mesmo diante do início de um movimento que se dizia pretenso à transformação da sociedade e à mudança do sistema político, ao menos durante a década de 1870, estas alterações não seriam tão intensas e poderiam, inclusive, tender à manutenção do regime. E um desses indicativos era o posicionamento destes sujeitos sobre a escravidão, a sua abolição e as relações de trabalho.

As fontes selecionadas são os jornais *A República*, *O Republicano*, *Jornal do Povo, A Liberdade* e *Gazeta da Noite*. Estes periódicos circularam durante a década de 1870 na cidade do Rio de Janeiro.

Foi produzida uma tabela com o resultado da pesquisa para as ocorrências, efetuada a partir da base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Realizei a busca por palavras-chave das expressões apresentadas acima, bem como por suas variáveis. Nestas palavras-chave incluiu-se o mapeamento de o fim da escravidão e suas variantes, como extinção do trabalho servil. Apresentado a seguir:

Quadro 1- *A República*

A República	1870	1871	1872	1873	1874
Abolição da escravidão	1	24	2	2	0
Discussão sobre elemento servil	1	32	4	7	0

Fonte: Elaborado pela autora com dados levantados no periódico *A República* 1870-1874.

Ao tratar de mão-de-obra, substituição de trabalho servil pelo trabalho assalariado não é discutido diretamente no jornal, por isso a ausência de ocorrências. Mas quando discutiam educação, defendiam a ampliação do sistema educacional de modo a melhorar a formação de mão-de-obra. No debate sobre a abolição da escravidão, o termo mais recorrente era "elemento servil" utilizado para designar o tipo de mão de obra e as relações de trabalho. Escravidão era menos empregado, embora surgisse. Contudo, as discussões sobre esta modalidade de trabalho apenas se intensificaram em 1871, ano da promulgação da lei do Ventre Livre, quando foram identificadas 32 ocorrências (vide quadro n.1). O debate cresceu a partir de maio deste ano, quando inúmeros artigos foram publicados tratando da "Questão do elemento servil". Consideravam-na uma "questão grave" e para tal exigia "prudência". E mencionavam a própria palavra do Imperador para tornar a "sociedade mais humanitária" transformando o fim da escravidão em um programa político. Consideravam que se tratava

de um compromisso pessoal de D. Pedro II, o que impedia o debate público. Defendiam que a "emancipação" deveria ter um prazo. Afirmavam que a proposta do monarca era irresponsável, uma "monstruosidade". O artigo de 18 de maio estabelecia as bases razoáveis da abolição:

> [...] Em resumo, sempre suporemos que a ideia da emancipação dos escravos, no nosso país, se firmasse nas únicas duas bases razoáveis e equitativas que nos pareciam as mais garantidoras do total direito conhecido ou tolerado pela lei. Essas bases eram: a determinação de um prazo para a extinção da escravidão e uma indenização estipulada segundo o valor relativo dessa propriedade nas várias zonas do país. (A REPÚBLICA, 18 de maio de 1871, n. 71. p. 1)

O debate prosseguiu no número 74. Seguiam condenando o projeto do governo que estava em trâmite no Parlamento, afirmando que ameaçava derrubar o país. Reconheciam que a escravidão era a base de sustentação de nossa sociedade. Mas a justificativa dos republicanos para condenarem o projeto era

> [...] Nós condenamos o projeto, porque ele cria novas relações jurídicas entre o senhor e o escravo, relações premeditadamente estabelecidas a favor do primeiro contra o segundo. Essas relações têm como consequências, aumento de rigor de uma parte e aumento de insubordinação da outra. [...] Quando se fala ao país com esta franqueza, quando se procura sondar a verdade em toda a sua profundidade, é necessário levar a franqueza até a crueldade, e não estremecer diante de falsas considerações que podem tudo perder. A lavoura, que é a base da nossa riqueza, corre neste momento graves perigos, e os lavradores ameaçados em suas pessoas e em seus bens, entram em uma luta que nós chamaremos calma e refletidamente o direito de legítima defesa.
> A lavoura, colocada neste estado de legítima defesa, condena hoje o governo pessoal que elaborou nas trevas de palácio um projeto a respeito do qual devia ter consultado todo o país.[...] Feitas essas observações que eram necessárias, diremos qual o nosso pensamento sobre a matéria em poucas palavras.
> Essa questão podia ter sido resolvida de um dos três seguintes modos: Pelas assembleias provinciais, promulgando cada província leis mais adequadas a promover a emancipação dos escravos da mesma província. Por uma lei geral decretando a emancipação imediata com indenização dos proprietários.
> Finalmente por meio de uma lei que instituísse a emancipação geral com prazo de 10 a 15 anos sem indenização. (A REPÚBLICA, 27 de maio de 1871, n. 74, p. 1)

Ou seja, eles defendiam que a abolição deveria ser feita de forma descentralizada, por cada província, de acordo com sua realidade e necessidade. Aproveitam este debate para, mais uma vez, condenar a centralização. Com ela, condenavam também a indenização que o Estado estava se propondo a pagar, que seria a mesma para todas as províncias:

> Estabelecer a mesma taxa de indenização para as províncias onde a mão de obra e o valor dos serviços tem preços diferentes, firmar o cálculo da taxa no preço o mais alto; é arruinar umas províncias em benefício de outras, é arruinar o país, e somente a monarquia, governo da prodigalidade, podia ser indiferente a essa dívida, ou a esta segunda banca-rota que queremos lançar nos próximos alicerces do futuro. (A REPÚBLICA, 1 de jun 1871, n. 76 p. 1)

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Em artigo veiculado no número 77 de 3 de junho de 1871, houve a aproximação do vocabulário religioso para condenar a ausência de liberdade em nosso país e a escravidão, e defender a abolição para, assim, voltar a tratar do valor indenização pelas crianças que seriam libertas.

> Quando a monarquia, na sua sala privada do conselho, discutia o projeto, devia antes de tudo ver qual o valor total da indenização que prometia pelas crianças, considerando ao mesmo tempo outras verbas tão consideráveis como esta, e que todas juntas levam o espírito o mais prudente a preferir a emancipação imediata com indenização, como menos dispendiosa, a essa emancipação sui generis do curioso projeto de São Cristóvão. Feito o cálculo provável do valor aqui pode chegar a indenização prometida pelas crianças, ver -se que esse valor chegaria para libertar desde já o montante da população escrava.
> Se o sr. Pedro II e os conselheiros, descoberto este dado, tivessem refletido que o pânico, espalhado pelo projeto, vai ser um motivo muito grave de sérios prejuízos, de prejuízos incalculáveis, por que o lavrador, incerto de hoje em diante sobre o futuro, não empreenderá mais nada, tratando apenas de liquidar a sua fortuna; se o rei visse que o lavrador vai aproveitar a sua lavoura existentes sem aumentar com plantações novas as suas terras, havia de compreender que esta ordem de ideia letraria um segundo dado, uma outra cifra tão considerável o mais considerável ainda do que o valor da indenização. Este segundo dado vai se revelar com toda a evidência na diminuição da produção e da renda que há de ir descendo todos os dias. (A REPÙBLICA, 3 de jun 1871, n. 77 p. 1)

Nos anos seguintes, como pode ser verificado por meio da observação do quadro n.1, o debate a respeito do "elemento servil", "abolição" e escravidão" diminuiu consideravelmente. Ao ponto de não existir uma única menção no último ano de veiculação do jornal, em 1874. O que se pode aferir a partir deste levantamento é que o debate na imprensa estava em consonância com o que era proposto pelo governo. Justamente porque a questão fora discutida quando o governo propôs alteração da lei sobrea mão de obra. Com relação às estruturas da sociedade, os redatores de *A República* estavam mais preocupados com o impacto que a abolição traria para a lavoura e para os proprietários (como explícito no n. 74) do que com a questão da liberdade e defesa dos direitos fundamentais. Se diziam contrários à escravidão, mas a ausência de uma pauta antiescravista e de uma proposta de projeto voltado para aqueles que seriam libertos, denota que isso era causa menor. Também criticavam o Imperador pelo "programa" de abolição, que segundo eles seria uma monstruosidade com os proprietários. Aproveitavam essa questão para levantar a bandeira da autonomia provincial, embora o federalismo fosse uma palavra pouco utilizado por estes redatores.
A República teve sua publicação encerrada no número 868, veiculado em 28 de fevereiro de 1874.

Quadro 2 – *O Republicano*

O Republicano	1875
Substituição do trabalho servil pelo livre (muitas vezes usam o termo mão de obra ao invés de trabalho)	0
Abolição da escravidão (abolição/ revisão do trabalho servil)	0

Fonte: Elaborado pela autora com dados levantados no periódico *O Republicano*, 1875.

O segundo jornal analisado foi *O Republicano*. Este periódico, que circulou apenas em 1875 e teve vida curta não faz menção ou propostas de abolição da escravidão, nem se valendo das aproximações semânticas (abolição do trabalho servil, fim da escravidão, fim do trabalho servil, fim da mão de obra servil etc.). Também não trata ou propõe sobre a substituição do trabalho servil pelo livre. Faz referência à escravidão em três momentos, uma em cada número, criticando-a e atribuindo à mesma a "condenação" da sociedade.
No número de lançamento, a referência à escravidão aparece na segunda página, na seção "Noticiário – Instrução pública". Critica um quadro artístico apresentado na exposição nacional que representa a escravidão, atrelando-a às instituições imperiais. Dizem:

> [...] A parte o lado artístico, cremos ter sido infeliz a ideia do artista com aquele grupo dos dois negros e dois homens brancos, um dos quais está ferido e ensanguentado. A escravidão é uma nojenta chaga do Império, não convém manifestá-la aos olhos do público em símbolos. (O REPUBLICANO, 25 de dezembro de 1875, n. 1, p.2.)

A segunda menção à escravidão aparece no editorial *O Republicano* – "A centralização". É um artigo extenso, que faz inúmeras referências a problemas no país. Dos vários apresentados, um deles é a educação. Compara como se desenvolveu a colonização com os Estados Unidos, que foi iniciada combinando religião e instrução, andando-as juntas, enquanto aqui, a colonização se deu a partir da fusão da "fazenda com a taverna", fazenda esta que tem a representação do feitor e do escravo.

> [...] Na grande república americana funda-se a igreja e junto a ela a escola; isto é, começa a colonização pelo estabelecimento de dois templos – o de Deus e o da instrução; no Brasil quando deve nascer a aldeia funda-se a fazenda e a taverna. Ao invés do sacerdote e do mestre, os indivíduos íncolas destes lugares encontram três elementos – o escravo, o feitor e o taverneiro; isto é, a mais hedionda escara que pode empestar um povo – a escravidão, a sequência dessa hediondez moral – o feitor, - e o egoísmo, a brutalidade e o furto – na única pessoa do taverneiro. Deste fato deriva imediata e diretamente a perdição de uma de muitas famílias, e daí por uma consequência material e lógica – o aviltamento de uma sociedade inteira. [...] (O REPUBLICANO, 25 de dezembro de 1875, n. 2, p.2.)

No terceiro número menciona a escravidão na segunda página, em artigo intitulado "Prostituição" e a compara a uma "purulenta ferida", assim como a prostituição. Neste artigo, denuncia a prostituição de adolescentes escravizadas, que eram compradas entre 12 e 15 anos, para desempenharem este tipo de função em casas de prostituição, garantido a seus senhores exorbitantes lucros.

> [...] Existiu há algum tempo comercio ainda mais vil nesta cidade, e sabem todos qual foi. Compravam-se escravas aos doze, treze e quatorze ou quinze anos, e, com o maior cinismo, atiravam-nas à prostituição de que os rebaixados e vis senhores diziam auferir fabulosas rendas. Houve uma autoridade distinta e previdente que ocupando um dos cargos policiais obrigou a esses imundos traficantes à libertação destas mulheres, que por si manifestavam as duas mais purulentas feridas de uma sociedade – a escravidão e a prostituição. [...] (O REPUBLICANO, 29 de dezembro de 1875, n. 3, p.2.)

Porém, em nenhum dos exemplares disponíveis verificou-se artigo, textos ou editoriais tratando deste tipo de mão de obra, ou de projetos destinados a debater a abolição.

Quadro 3 - Jornal do Povo: Folha Democrática

Jornal do Povo: Folha democrática	1878	1879
Substituição do trabalho servil pelo livre (muitas vezes usam o termo mão de obra ao invés de trabalho)	0	0
Abolição da Escravidão (abolição/ revisão do trabalho servil)	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com dados levantados no periódico *Jornal do Povo*, 1878-1879.

O Jornal do Povo: Folha Democrática foi a fonte de pesquisa analisada referente ao ano de 1878, ano de início de sua circulação. Foi também em 1878 que os liberais retornaram à chefia do Gabinete de Ministros por meio do Gabinete Sinimbu. Só se posiciona sobre ideias e projetos liberais, que seriam as bases das propostas destes republicanos, em seu programa que fora publicado na capado jornal por 6 edições consecutivas. Não foram publicados editoriais ou artigos expressando opinião e posicionamento político. Como explícito no quadro n.3, a questão da mão de obra escravizada e a abolição não foram citadas sequer no programa. Em todas as edições que circularam, embora não tenham explicitado as pautas republicanas, reproduziram e *Falas do Trono* e a rusga com *A Reforma,* o que denota que também se balizavam no governo.

A *Gazeta da Noite* foi uma publicação com características tanto estilísticas quanto de circulação diferenciadas das analisadas entre 1874-1879. Este jornal teve sua primeira edição publicada em abril de 1879 e tinha como intuitoNo que diz respeito ao estilo de redação, inicialmente não era expressamente oposicionista. Sua escolha como fonte primária deveu-se ao redator principal − ou único redator, como ele mesmo afirmou na edição de sua despedida − ser Lopes Trovão, republicano radical e uma das lideranças da Revolta do Vintém. À medida que a publicação fora sendo analisada, o discurso de se colocar como apartidário e imparcial foi se transformando. O clamor antimonárquico e republicano fica latente, especialmente a partir de dezembro de 1879, com a cobrança do imposto do vintém.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Quadro 4 – Gazeta da Noite

Gazeta da Noite	1879	1880
Substituição do trabalho servil pelo livre	0	0
Abolição da escravidão (abolição/ revisão do trabalho servil)	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com dados levantados no periódico *Gazeta da Noite*, 1879-1880.

Foram feitas buscas com a expressão abolição da escravidão e expressões sinônimas, como extinção da escravidão, fim da escravidão, fim do trabalho escravo, extinção do trabalho escravo, emancipação dos escravos, fim do trabalho servil, substituição do trabalho servil, substituição do elemento servil.
O jornal condena a escravidão, considerando-a antidemocrática, uma verdadeira "chaga ao país", associando-a a doenças e degeneração, como nos números 23 e 116 de 1879.
Em 29 de abril de 1871, em uma curta nota denuncia o tráfico interprovincial de 283 escravizados, entre homens mulheres e crianças, do Norte para o Rio de Janeiro. Encerra a nota com questionamento se isto seria verdade e com a seguinte frase: "Que horrível mal nos causa ainda a chaga da escravidão!"
No número 116 atribui o crime de lesão corporal cometido pelo pardo José contra dois guardas à condição da escravidão:

> Mais uma terrível cena da escravidão! Mais um crime, que tem por causa imediata esta maldita instituição clamorosamente injusta.
> Hoje, as 8 horas da manhã, na casa de comissões de escravos, na rua do Lavradio n. 8, de João Pereira de Mattos, o pardo José feriu gravemente dois guardas urbanos.
> João Mattos, é um destes homens que vivem unicamente do suor alheio, da torpe especulação de comprar escravos do norte para vende-los no sul.
> Fazia de sua casa uma verdadeira prisão para os desgraçados cativos.

Na pesquisa empreendida não se encontraram matérias que postulavam a emancipação dos escravos e o fim do trabalho servil. Também não apareceram referências à absorção da mão de obra escrava pela sociedade.
O número 13 de 1880, em artigo que defendia o Partido e o Regime republicanos, afirmava que os escravos nascidos em solo brasileiro eram nossos irmãos e nossos sustentadores, únicos produtores, reconhecendo, assim, a necessidade da força de trabalho, que era comparada com os EUA e tratava dos preconceitos da raça, dizendo que o Brasil, país da leviandade, há de encontrar a liberdade.
Tal artigo ainda afirmava que os fazendeiros eram esbanjadores e responsáveis pela destruição econômica e social. Mas não apresenta uma proposta de como promover a liberdade para os cativos. Embora aparecesse com frequência as críticas e condenações a escravidão, diferente dos periódicos elencados nos anos anteriores, não era explicito e nem escrito em tom contundente ao postular o fim deste sistema de trabalho, demonstrando uma certa condescendência com o mesmo, travestida de indignação.
Existia a condenação e o reconhecimento de que esta era uma prática censurável e perversa, que impedia o desenvolvimento e promovia o atraso do país. Também identificava o negro

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

aqui nascido, mesmo na condição de escravizado, como elemento formador do povo brasileiro, mas não existia uma proposta de libertação, assim como não existia a defesa dela.

Quadro 5 – A Liberdade

A Liberdade	1875	1879
Substituição do trabalho servil pelo livre	0	0
Abolição da escravidão	0	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados levantados no periódico *A Liberdade*, 1875 e 1879.

Este jornal, assim como os demais de meados da década de 1870, não tem periodicidade definida, e sua circulação é marcada por interrupção - ainda em 1875, ano de surgimento - sem maiores esclarecimentos por conta dos editores. Mas o periódico foi retomado em 1879. O tema da abolição da escravidão, mesmo com toda a investigação de inúmeras palavras e expressões que denotam o mesmo sentido, como emancipação, fim, encerramento etc não se obteve resultados. Ou seja, não era um dos objetos de debate do jornal.

No número um foi publicada uma nota intitulada "escravos livres" sobre decisão judicial "de retornar menores tidos como vagabundos". Não mencionava qual foi a decisão judicial, mas infere-se que foi retorná-los à fazenda de origem como escravos, mesmo depois da lei de 28 de setembro de 1871. Sobre esta decisão, a redação da nota avalia como acertada, mas não concorda com o modo que foi aplicada. Na sequência, aborda os critérios definidos pela Lei Rio Branco, que previa o estabelecimento de casas de educação para os "ingênuos" e ironiza as providências tomadas pelo governo imperial.

O autor deste texto afirmava que existia a necessidade de demonstrar ao público que tais medidas eram tomadas com o intuito de "suprir as fazendas dos senhores potentados dos braços da lavoura sobre o interesse particular". A nota foi encerrada em tom de incredulidade sobre o projeto de abolição: "E querem acabar a escravidão no nosso país! Mentira inaudita! O país é do interesse e da ganância, eis a verdade e nada mais." (A LIBERDADE, 1 de outubro de 1879, n.1, p.3)

Uma outra referência à escravidão, apresentada desta vez no terceiro exemplar, página quatro, era uma denúncia. A mesma fora baseada "em documentos incontestáveis" que a Companhia de mineração inglesa do morro velho (Minas) *Gining company*, que sucedeu a *Brazilian company*, conservava 170 homens e mulheres livres como cativos. Reclamava da falta de ação das autoridades e, mais uma vez em tom de ironia, fez referência ao projeto de abolição da escravidão e incluiu a Lei Bill Aberden que impedia a circulação de navios negreiros e pressionava o Brasil a findar a escravidão:

> Em vista dia Lei do 28 de Setembro 1871, não sabemos o que sedava mais estranhar, se a inépcia do Governo, emancipador, a proteção do Ministro inglês, ou a negligencia escandalosa das autoridades, máximo o curador, ou a tão apregoada filantropia dos autores do Bill Aberden e da abolição da escravatura. (A LIBERDADE, 8 de outubro de 1879, n.3, p.4)

Por se tratar de uma publicação com apenas quatro números disponíveis para consulta, o quantitativo aqui aferido demonstra comprometimento do periódico com estas causas específicas, principalmente a denúncia do Poder Moderador e a liberdade de comércio, assuntos que receberam artigos inteiros dedicados a eles. Em leituras posteriores, crítica ao

Moderador foi feita de outras formas, que não entraram no mapeamento das expressões por se tratar de piadas com o Imperador.
O mapeamento dos periódicos demonstra que as pautas liberais defendidas pelos mesmos homens que iniciaram o movimento republicano na década de 1870 na imprensa não encampavam, ao menos nos debates promovidos nos jornais analisados, todas as propostas originais. Existiam algumas que estavam sempre presentes, como a descentralização, acompanhada das pesadas críticas ao Imperador e às instituições monárquicas, especialmente o Poder Moderador e a atuação dos partidos. Mas, nota-se que nem todas as propostas originais dos liberais radicais da década de 1860 eram defendidas, e o debate das que são mencionadas acompanhavam as propostas apresentadas pelo Imperador nas *Falas do Trono* e debatidas no Parlamento. Um forte indício disso é a questão da mão de obra escrava ou "questão do elemento servil". Ao longo da década de 1870 e nos periódicos levantados esta causa destacou-se no debate justamente em 1871, ano em que o Parlamento discutiu o projeto de reforma do trabalho servil patrocinado pela Coroa, mais conhecido por Lei do Ventre-Livre.

Referências

Documentos e fontes consultadas

Documentos oficiais

Anais BN, 1965, v.85, p.58; CEHB 4169

Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876

Periódicos

A Liberdade, Rio de Janeiro, 1875

A Liberdade, Rio de Janeiro, 1879

A República, Rio de Janeiro, 1870-1874

Gazeta da Noite, Rio de Janeiro, 1879

Jornal do Povo: Folha Democrática, Rio de Janeiro, 1878-1879

O Republicano, Rio de Janeiro, 1875

Textos políticos e discursos

MANIFESTO REPUBLICANO. In: **A República**, Rio de Janeiro, n.1, 1 de dez. 1870.

Bibliografia

ABREU, Capistrano. As fases do Segundo Império. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo 98 vol. 152, 1925

ALONSO, Ângela. **Flores, Votos e Balas**. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Cia das Letras, 2015

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Silvana Mota. "A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860". In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARBOSA, Silvana Mota. **A sphinge monárquica: o poder moderador a e política imperial.** 2001. 414p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: EDUSP/Convívio, 1986.

BASILE, Marcelo. O bom exemplo de Washington o republicanismo no Rio de Janeiro (c.1830 a 1835). Dossiê Republicanismo no Brasil no século XIX, **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.17-45, jan/jun 2011

BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: Jean Piere Rioux & Jean François . Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

BIGNOTTO, Newton (org.). **Matrizes do Republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2010.

BOURKE, Richard. Revising the Cambridge School: Republicanism Revisited. **SAGE Publications**, 2016.

CALMON, Pedro. **Falas do Trono**. Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.

CARVALHO, Jose Murilo. **Clamar e Agitar Sempre. Os radicais da década de 1860**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

CARVALHO, Jose Murilo; NEVES, Lucia Maria Bastos P. **Dimensões e Fronteiras do Estado Brasileiro no Oitocentos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014

CARVALHO, Jose Murilo. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Revista Varia his**t.vol.27, no.45. Belo Horizonte: Jan./Jun,2011

CARVALHO, Jose Murilo; NEVES, Lucia Maria Bastos P. **Repensando o Brasil do Oitocentos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Jose Murilo**. A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, Jose Murilo. **Pontos e Bordados: escritos de história política**. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Vertentes do republicanismo no oitocentos brasileiro. **REVISTA USP**, São Paulo, n.59, p. 72-85, setembro/novembro 2003. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13277/15095

CARVALHO, Mariana Nunes de. **Abaixo o Imperador!** Os intelectuais e o discurso de oposição circulantes nos jornais da Corte entre 1874-1880. 2010. 105f. Dissertação. UniRio, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro.

FERES JÚNIOR, João. **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FERRAZ, Sérgio. **O Império Revisitado**. Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). Tese de doutorado Ciência Política, USP, São Paulo, 2012.

GRAHAM, Sandra Lauderdale**. O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro de 1880**. São Paulo: Revista Brasileira de História, 1991

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial** (vol.III) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschal (org); PRADO, Maria Emília(org). **O liberalismo no Brasil imperial. Origens, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Revan; UERJ, 2017

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. SãoPaulo: Difel, 1978.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. São Paulo: Vértice. 1988.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-216, mai./ago. 2018

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Rev. Bras. Ciênc. Polít**., n.19, Brasília jan./abr. 2016.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MARTINS, Camila Pereira. **Republicanismos: Rio de Janeiro e Lisboa (1870-1891)**. 2015. 151 f. Dissertação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora.

MENDES, José Saccheta Ramos. "SOMOS DA AMÉRICA E QUEREMOS SER AMERICANOS": RELAÇÕES BRASIL-PORTUGAL E ANTILUSITANISMO NA FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA, R. **IHGB**, Rio de Janeiro, a.172 (452): 355-371, jul./set. 2011

NORD, Philip. **The Republican Moment. Struggles for democracy in Nineteenth-Century France.** Cambridge: Harvard University Press, 1998.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EdUSP, 2003.

POCOCK, John G. A**. The Machiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition.** New Jersey: Princeton University Press, 1975.

SALLES, Ricardo. Escravidão e política no Império. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pag. 231-235, jan-mar. 2008

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco**: Um Pensador do Império. Rio de Janeiro: Top Books, 2002, p.10

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

STARLING, Heloisa. **Ser republicano no Brasil colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DEFESA TERRITORIAL, ESCRAVIDÃO E HIERARQUIAS: AS MILÍCIAS DE HOMENS PRETOS FORROS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Michel Mendes Marta[1]

O presente trabalho relaciona duas dimensões de análise. A primeira, através da leitura bibliográfica, tenta demonstrar como a questão da defesa territorial esteve presente desde os primórdios da ocupação portuguesa na Baia de Guanabara, estabelecendo ainda uma relação entre o crescimento da cidade, as suas transformações urbanísticas e, como ao longo dos séculos, indígenas e africanos escravizados foram incorporados como força de defesa da cidade. A segunda dimensão, que tem como foco o nosso objeto de pesquisa – as chamadas "milícias de homens pretos forros" – está intimamente relacionada com as dinâmicas da cidade e do crescimento do tráfico de escravizados. Buscamos acompanhar, em meados do século XVIII (no contexto de transferência do vice-reinado para o Rio de Janeiro) e início do século XIX (com a chegada e estabelecimento da Corte na cidade), a gênese das "milícias de pretos", seu estabelecimento e sua futura institucionalização. Evidenciamos também como os homens forros (africanos e descendentes) utilizaram-se das "forças militares" na tentativa de alcançar privilégios que os distinguisse da massa dos escravizados. Trata-se, evidentemente, de um olhar panorâmico sobre o tema (ainda em desenvolvimento e em processo de pesquisa).

Ocupação e defesa territorial

A cidade do Rio de Janeiro, desde sua formação em 1565, foi palco de intensas disputas. As preocupações militares e a necessidade de "homens de armas" desempenharam papel fundamental em sua formação e consolidação. A escolha do assentamento da cidade obedeceu a uma estratégia de defesa, fazendo frente aos interesses de franceses e de grupos indígenas arredios ao controle luso. (LARA, 2007, p. 37) No entanto, nem todos os indígenas foram hostis aos portugueses, com quem formaram alianças. Os europeus necessitavam dos indígenas para a viabilidade dos seus empreendimentos, tanto na defesa quanto no fornecimento de alimentos e de trabalho para a construção de fortes e habitações. (GARCIA, 2014, p. 318)

Povos de tradição tupi-guarani povoavam o litoral e se organizavam em aldeias, cada uma das quais reuniam por volta de seiscentas pessoas. Viviam da caça, da coleta e da pesca, e cultivavam mandioca, milho, feijão-preto, amendoim e algodão. As diversas aldeias, pertencentes ao grupo cultural tupi, mantinham relações baseadas em alianças e tensões. A guerra era a principal dinâmica dessa sociedade. Os tupinambás do litoral (que ocupavam entre a Guanabara e São Vicente) possuíam, por exemplo, um conflito com os tupiniquins do planalto brasileiro. (ENDERS, 2008, pp.19-21)

Com a ocupação francesa comandada por Villegagnon, em 1555, as questões de defesa tornaram-se ainda mais evidentes. Os franceses, já nos momentos iniciais da invasão,

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista CAPES.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

construíram alianças com os tamoios (pertencentes ao grupo linguístico e cultural tupi), que controlavam um grande território que se estendia do Espírito Santo até o planalto de Piratininga. No momento em que a França Antártica estava se estabelecendo, os tamoios estavam em guerra com os temiminós. A batalha resultou na derrota dos indígenas temiminós, que acabaram salvos pelos portugueses, que recolheram os sobreviventes nas regiões mantidas por eles e por seus aliados tupiniquins. Estabelece-se, assim, uma dinâmica onde diferentes grupos indígenas se aliam a diferentes potências europeias (portugueses e franceses). (ENDERS, 2008, p. 31)

De acordo com a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, muitas abordagens historiográficas tem valorizado a atuação dos indígenas nos processos de construção e desenvolvimento das sociedades coloniais, entendendo que, apesar de toda a violência da conquista e da colonização, os indígenas tiveram possibilidades de agir a partir de suas próprias motivações continuamente transformadas pela experiência do contato. (ALMEIDA, 2006) Da perspectiva dos indígenas, a concorrência entre os Estados europeus envolvidos na expansão ultramarina lhes ofereceu um maior grau de autonomia e de possibilidades, pois podiam imiscuir-se naquelas disputas e, com certos limites, escolher os seus aliados. (GARCIA, 2014, p. 318)

Portanto, nesse contexto de disputas e alianças, em março de 1560, os portugueses atacaram a França Antártica e os tamoios. As tropas enviadas pelo governador-geral Mem de Sá travaram uma violenta batalha contra os franceses que, acuados, refugiaram-se no entorno da Baía de Guanabara. (ENDERS, 2008, pp. 34-35) Em maio de 1563, comandados por Estácio de Sá, sobrinho do governador-geral, novos reforços chegaram. Junto de tropas vindas do reino, importantes para reforçar as linhas de ataque, a utilização de tropas locais desempenhou papel de destaque, como, por exemplo, as tropas indígenas lideradas por Araribóia. (ALMEIDA, 2006)

O conflito contra os franceses só chegaria ao fim em 1567. Durante a batalha da aldeia de Uruçu-mirim, Estácio de Sá foi mortalmente ferido por uma flecha. Dias depois, Mem de Sá expulsou os franceses e os tamoios da ilha dos Maracajás. Tais vitórias puseram fim às ameaças francesas. Ainda no ano de 1567, obedecendo a uma estratégia que visava aperfeiçoar o sistema defensivo, Mem de Sá transferiu a cidade para o alto do morro do Castelo. (BICALHO, 2003, pp. 24-48) Como ensina o geógrafo Alberto Ribeiro Lamego, o elemento humano e sua ação sobre a natureza através da ocupação e transformação dos espaços, a sua apropriação e o uso do território em meio à consolidação da sociedade se traduzem em consequências socioespaciais que se acumulam no tempo. (LAMEGO, 1964) A cidade do Rio de Janeiro é um exemplo claro dos usos humanos do espaço, das transformações por eles promovidas e, também, das limitações impostas pelo próprio espaço ao elemento humano.

A ação humana na geografia da cidade – envolvendo interesses diversos – já era evidente desde o início da ocupação lusa. No entanto, as preocupações com a segurança causaram uma situação que limitou o desenvolvimento da cidade. Afinal, no território do morro do Castelo – que reunia o Forte de São Sebastião, a catedral e o Colégio dos Jesuítas – havia escassez de fontes de água e poucas áreas que permitiam a implantação de edificações. Além disso, o confinamento da cidade no alto do morro prejudicou os interesses econômicos dos donos de engenho, produtores agrícolas e donos de mercados que buscavam expandir seus negócios. (FRIDMAN, 1999)

O Rio de Janeiro, desde os primórdios da ocupação do seu território, teve o açúcar como o principal produto dos seus engenhos. Nesta época, o trabalho era basicamente indígena. No início do século XVII, a cidade tinha por volta de 3.850 habitantes, então contados como "almas": aproximadamente 750 portugueses, 100 africanos e 3.000 indígenas e mestiços. (CARVALHO, 1994, p. 32) A epidemia de varíola que atingiu a cidade, em 1613, alterou substancialmente esse quadro. A importação de africanos escravizados, para substituir a mão-de-obra indígena dizimada pela varíola, pode ser constatada por dois contratos datados de 1615 e 1618, que estabeleciam a "carga e descarga" de africanos escravizados no porto carioca. (SOARES, 2000, p. 66)

A intensificação do comércio de escravizados, entre o porto do Rio de Janeiro e Angola, ocorreu no ano de 1620, por conta da necessidade de braços para trabalhar nos engenhos que se multiplicavam pelo entorno da cidade. Já por volta de 1625 é grande o número de escravizados africanos no Rio de Janeiro, fato que pode ser constatado pelas frequentes fugas relatadas. Nesse ano foi estabelecida, pela primeira vez, uma recompensa pela captura de "escravos fugidos". (COARACY, 1965, p.66)

Em 1637, o morro do Castelo já era considerado "cidade velha". Neste mesmo ano, os vereadores tomariam a resolução de construir a casa da Câmara e a cadeia na parte baixa da cidade. (CAVALCANTI, 2004, p. 29) Já instalada, a Câmara comprou "uns chãos de terra" e transferiu o açougue do Morro do Castelo para a Várzea. Esta aquisição parece indicar que, já na parte baixa da cidade, se adensava a maioria da população. (COARACY, 1965, p. 36)

Na década de 1640, atendendo uma reivindicação dos moradores, a Câmara transformou a lagoa que se comunicava com o mar, na Prainha, numa vala, proporcionando assim um sistema de drenagem mais eficaz. Desde então, a vala tornou-se referência da geografia da cidade, ela escoava as águas e delimitava o espaço urbano, separando a cidade e o campo. (COARACY, 1965, p. 109)

O crescimento e as transformações urbanísticas do Rio de Janeiro foram acompanhados, ao longo dos séculos, pelas antigas preocupações com a defesa. Monsenhor Pizarro, em suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro,* escrita nos últimos anos do século XVIII e publicada pela Imprensa Régia em 1820, faz um importante relato sobre o modo como as forças militares estavam organizadas na cidade. Em suas palavras, o povo estava "alistado muito antes de 1697 em três classes: Brancos, Pardos e Pretos".[2]

Em 1698, Martim Correia Vasques, sob vigência de seu governo interino, instituiu no Rio de Janeiro "uma companhia de ordenanças de pretos forros". (COARACY, 1965) Os corpos de ordenanças foram instituídos, em Portugal, ainda no século XVI, e regulamentados pelo *Regimento das Ordenanças e Capitães-mores,* de dezembro de 1570. (SALGADO, 1985, p. 97) Esses regimentos previam o engajamento obrigatório de todos os moradores de um termo (jurisdição administrativa) com idade entre 18 e 60 anos. As ordenanças possuíam um forte caráter local, seus componentes não recebiam soldo e permaneciam em seus serviços particulares, atuando somente em caso de grave perturbação da ordem pública. (COSTA, 2006, p. 112) O responsável pelo comando era o capitão-mor de ordenanças, homem nobre e "principal da terra". (MONTEIRO, 1998)

[2] ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias annexas a jurisdição ..., p. 134. Disponível online em: <books.google.com.br/books?id=8pErXA9QkZcC>

Antes mesmo de se tornar governador interino, Correia Vasques já se utilizava do serviço de escravos armado. Em 1691, o Reitor da Companhia de Jesus e o Ouvidor do Rio de Janeiro enviaram cartas a Lisboa denunciando as agressões que sofreram dos "negros de Martim Correia Vasques", que "armados com flechas, dardos e armas de fogo" atacaram a Companhia. Como bem observa João Fragoso, Correia Vasques atacou seus desafetos "não com mercenários suíços e, sim, com seus escravos armados", ou seja, a relação senhorial adquiria um novo significado. A possibilidade de portarem armas implicava, ao menos, em "acordos" dos escravizados com seus donos. (FRAGOSO, 2002)

Denise Vieira Demétrio, em sua dissertação de mestrado sobre as relações familiares dos escravizados ao longo dos séculos XVII e XVIII na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga do Recôncavo da Guanabara, informa-nos que Martim Correia Vasques, tinha o hábito de apadrinhar seus escravos. (DEMÉTRIO, 2008) Ao que parece, através do compadrio, estabelecia relações com seus cativos, incluindo a proteção armada. O compadrio seria, então, um meio viável para os "acordos" citados por João Fragoso. Nesse contexto, possuir um poderoso séquito composto por escravos armados e prontos para a batalha era uma clara demonstração de poder. Se, num primeiro momento, Correia Vasques utilizava-se de escravos armados para garantir a defesa de seus interesses, com a formação de uma companhia de ordenanças de pretos forros, estabelecida não por acaso no momento de seu governo interino, estaria aberto um meio "formalmente" constituído para a formação de novas clientelas. (COARACY, 1965, p. 49)

Portanto, em fins do século XVII e início do XVIII, na cidade do Rio de Janeiro, as tropas de homens pretos estavam fundamentalmente organizadas em companhias de ordenanças, cujo comando estava submetido aos desígnios de um homem branco, nobre e de "valor militar" reconhecido. Tal realidade só seria modificada em meados do século XVIII, quando as milícias de homens pretos iniciariam o seu lento processo de institucionalização.

As milícias de homens pretos forros

Criadas em Pernambuco, no contexto das guerras luso-holandesas, no século XVII, as chamadas milícias de homens pretos – também conhecidas como "Henriques", em homenagem ao seu fundador Henrique Dias – se mantiveram ativas, durante um longo período, em diferentes capitanias da América portuguesa (Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, etc), tendo um crescimento numérico bastante significativo ao longo do século XVIII.

De modo geral, as forças militares do império português foram organizadas em um exército permanente (a tropa paga), as milícias (uma tropa não remunerada, utilizada largamente nas regiões onde a presença do exército era muito irregular) e as ordenanças (uma tropa de reserva que alistava todos os homens restantes). Os milicianos recebiam treinamento e eram recrutados entre a população local. Assim, mesmo que de forma segregada, as milícias incorporavam em suas fileiras indígenas, pretos e pardos livres. (SOUZA, 2020)

A arregimentação de africanos e de seus descentes pode ser identificada em diversos territórios do império ultramarino português. (BOXER, 2002, p. 314-315). Império complexo e altamente fragmentado, integrava diversos pontos do globo através da articulação de um sistema de relações horizontais e verticais com os poderes central, intermediário e local. (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2001) A extensão do império

exigiu, através da circulação de mercadorias, homens e instituições, uma série de mecanismos para conectar áreas tão dispersas. (RAMINELLI, 2006, pp. 107-10) Através dos diálogos estabelecidos entre diferentes localidades da Ásia, África e América, os militares portugueses agregaram valores e promoveram uma circulação de saberes. Em função dessas experiências (de apropriações, reapropriações e adaptações) é possível identificar que a arregimentação de africanos e de seus descentes e o processo de formação de milícias de pretos estão plenamente inseridos na cultura militar do império português. (COTTA, 2005, p. 189)

A historiografia, no entanto, dedicou pouca atenção ao estudo das milícias de homens pretos. Como indica o historiador anglo-saxão A. J. R. Russell-Wood, "embora as irmandades tenham atraído o interesse dos historiadores, as companhias da milícia foram em grande parte ignoradas". (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 129) Seguindo de perto o raciocínio do autor, Silvia Hunold Lara aponta que a presença dos Henriques "nas cidades e nas áreas rurais é ainda pouco estudada", sendo um importante objeto de pesquisa. (LARA, 2007, p. 167)

Alguns trabalhos recentes, de finais do século XX em diante, tentaram superar tal lacuna e priorizaram os estudos das milícias de homens pretos em Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. A vida social dos milicianos pretos de outras capitanias (São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo) segue pouco explorada. Portanto, a escolha da cidade do Rio de Janeiro como um espaço privilegiado para o estudo das milícias de homens pretos apresenta duas razões principais. A primeira – e mais evidente – diz respeito ao silêncio dos estudos sobre essas milícias na cidade. A segunda, diz respeito à importância estratégica do Rio para o império português. Tal importância, construída ao longo dos anos, é fruto de uma série de dinâmicas sociais, políticas e econômicas.

Associado ao ciclo do ouro e à expansão territorial, o início do século XVIII representou um período de grande prosperidade na cidade do Rio de Janeiro, que se beneficiou do rápido crescimento da produção de ouro e diamantes da região mineira, tornando-se o principal escoadouro dos metais e pedras preciosas para a Europa. O Rio de Janeiro promoveu a abertura de uma via de comunicação direta que transpunha a Serra do Mar para atingir o vale do Paraíba até a zona de mineração. A viagem entre Rio e Minas Gerais levava em média de 10 a 12 dias. Ao exportar escravos, sal, farinha de mandioca, instrumentos de ferro e gêneros alimentícios, a capitania se consolidou como um importante centro abastecedor da zona de mineração. (LOBO, 1975, pp. 57-58)

Como consequência da centralidade, nos anos seguintes, o aparato administrativo da cidade complexificou-se, uma importante camada comercial ganhou corpo e a atividade portuária aprofundou sua posição de destaque na comercialização de escravos africanos. (FLORENTINO, 2002) O historiador Manolo Florentino, ao reunir dados sobre o desembarque de escravizados durante a segunda metade do século XVIII, informa que cerca de metade dos africanos aportados no Brasil desembarcaram no porto do Rio de Janeiro. Esses homens e mulheres eram revendidos por via terrestre para Minas Gerais e por via marítima para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. (FLORENTINO, 2002, p. 74)

Desde o século XVIII, o tráfico para o porto do Rio de Janeiro era financiado pelos traficantes da própria capitania. Para tanto, esses traficantes adquiriam bens europeus e orientais que, ao lado dos produtos da colônia, garantiam a compra de escravos na África. (FLORENTINO, 2002, p. 85) Nesta análise, os principais empresários do Rio de Janeiro estavam voltados para a atuação monopolística e simultânea em diversos setores de negócios.

Tratava-se de uma elite mercantil forte, controladora de inúmeras operações de natureza atlântica. (FLORENTINO, 2002, p. 101)

O Rio de Janeiro reforçou, então, seu papel como um dos mais importantes entrepostos comerciais do império português, evidenciando a importância dos comerciantes locais que se dedicaram a este trabalho. Portanto, com o decorrer do setecentos, há um aumento da complexidade que a economia do Rio de Janeiro assume. Ela passa, lentamente, a ser ponto de encontro de diferentes rotas de comércio interno, um ponto fundamental para o comércio externo e, em particular, um entreposto na redistribuição colonial de produtos vindos do reino e de outras partes do império luso. (FRAGOSO, 2001)

No ano de 1763, quando foi elevada oficialmente a sede do governo do Estado do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro assumiu importância fundamental dentro do império português. A transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro veio corroborar o caráter central que a cidade vinha assumindo desde o início do século XVIII como *locus* articulador de toda a região Centro-Sul da colônia. (BICALHO, 2003, p. 84) Relatos de fontes coevas atestam o papel fundamental do porto do Rio. Em 1746, D. Luiz Antônio de Souza, governador nomeado para a capitania de São Paulo, chegava ao Rio de Janeiro vindo de Lisboa e afirmava:

> Considero hoje o Rio de Janeiro a chave deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Minas com o interior do país, ficando por este modo sendo uma das pedras fundamentais em que se afirma a nossa Monarquia e em que se segura uma parte muito principal de suas forças e das riquezas. (*Apud* BICALHO, 2003, p. 85)

Portanto, a centralidade da cidade se impôs, em todo o Império português, e ainda no quadro da geopolítica ultramarina e colonial das demais potências europeias. (BICALHO, 2003, p. 81) É importante ressaltar também que o Rio de Janeiro se tornou capital num momento delicado para Portugal e seus domínios no quadro das relações internacionais, dentro do qual a acirrada disputa ultramarina entre os demais Estados europeus colocava em pauta o problema da preservação e da defesa dos territórios coloniais no ultramar.

As preocupações com a defesa, no período, estavam relacionadas a um contexto mais amplo do chamado Pacto da Família. O pacto, celebrado em agosto de 1761, foi firmado pelos integrantes da família dos Bourbons, então reinantes na França, que se comprometiam a defender mutuamente seus estados. Nesse momento, França e Espanha eram aliadas contra a Inglaterra, na chamada Guerra dos Sete Anos (156-1763). Na ocasião, embora D. José de Portugal fosse casado com uma princesa Bourbon, não podia aderir ao pacto da família, pois era aliado da Inglaterra. Assim sendo, a Coroa Portuguesa foi forçada abandonar sua posição de neutralidade e a participar da fase final da guerra, ficando em lado oposto ao da família Bourbon. (MELLO, 2004, p. 69)

Por conta das tensões vividas na Europa, no contexto de disputas resultadas do Pacto da Família, as forças portuguesas passaram por uma intensa reorganização militar. Em 1762, com o auxílio do conde de Schaumburg-Lippe, teve início uma série de melhorias das fortificações e a introdução de novas regras de recrutamento, fardamento e disciplina. Ao lado do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, e do Secretário da Marinha e Ultramar,

Martinho de Melo e Castro, o conde de Lippe tomou para si a tutela do exército Português. O modelo prussiano foi, então, adotado com objetivo de promover maior disciplina, além de fardamento e armamento mais regulares. Tratava-se, em suma, da tentativa de profissionalização do exército português. (COSTA, HESPANHA, 2004, pp. 331-350) Tais reformas foram ampliadas para as tropas da América portuguesa.

Foi neste contexto, por conta do conflito luso-castelhano e a consequente necessidade de milícias nas partes extremas dos domínios americanos, que ocorreu um crescimento substancial das milícias de homens pretos na América portuguesa. (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 133) A carta régia de 22 de março de 1766 – publicada no Rio de Janeiro pelo Conde da Cunha – era bastante clara em suas pretensões ao mandar alistar "Nobres, Plebeus, Brancos, Mestiços, Pretos, Ingênuos e Libertos". [3]

As ordens contidas na carta régia de 1766 só seriam plenamente cumpridas sob o comando do vice-rei Marquês do Lavradio. Desde que assumiu o vice-reinado, Lavradio esteve firmemente empenhado na reestruturação militar de toda a América portuguesa. Para tanto, recomendou nomes de experientes militares para os governos da Bahia, de Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande e Minas Gerais. A importância dada ao saber e à experiência militar estava claramente relacionada com à tentativa de, através dos governadores, intensificar o processo de recrutamento militar nas capitanias, garantindo assim mais eficiência no socorro das tropas envolvidas no conflito luso-castelhano nas fronteiras meridionais. Afinal, uma importante garantia para o sucesso da batalha estava na maior quantidade de braços que os governadores conseguiam recrutar em suas respectivas companhias.

A expansão dessas milícias, no contexto de conflitos já relatado, representou, também, a possibilidade para que uma série de homens "pretos forros" conduzissem suas vidas em busca de uma patente do oficialato. Tratava-se da tentativa de alcançar um instrumento fundamental – representado pela patente – para a conquista de honras e distinções. O que estava em jogo, com o pertencimento na milícia, era a oportunidade para construir uma importante estratégia de legitimação da liberdade. Para compreender tal aspecto, é preciso que tenhamos em mente as dinâmicas que envolviam o tráfico de escravizados e o quadro demográfico da cidade.

Durante a segunda metade do século XVIII, viajantes estrangeiros e autoridades portuguesas encarregadas da administração frequentemente constatavam a imensidão de "não-brancos" espalhados pelas ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro. (LARA, 2007, pp. 126-172) Segundo Manolo Florentino, a capitania do Rio de Janeiro era uma sociedade escravista clássica, cuja elite se reproduzia através da exploração do trabalho dos escravizados. O tráfico, portanto, apresentava um papel estruturante nessa sociedade. (FLORENTINO, 2002, p. 72-73)

O fortalecimento do tráfico de escravizados colaborou para a consolidação deste quadro demográfico. De acordo com as estimativas do *Slave Trade Database*, na segunda metade do século XVIII, foram desembarcados um total de 188.282 escravos africanos nos portos do Rio de Janeiro.[4] Silvia Hunold Lara estuda os censos populacionais realizados nos anos de 1779, 1789 e 1797, e indica que, no período, cerca de 55% dos habitantes da cidade não eram

[3] ANRJ, Cod 73, vol. 1, Secretaria de estado do Brasil. Folha 243.

[4] Os dados foram consultados no site do *Trans-atlantic Slave Trade Database:* <www.slavevoyages.org>

brancos: os escravos oscilavam entre 34% e 43% da população e os pardos e livres, quando foram contados, ficavam entre 18% e 20% do total. (LARA, 2007, p. 8) A historiadora Mary Karasch, em trabalho clássico, apresenta uma tabela da população da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1799:

Brancos	Pardos Libertos	Negros Libertos	Total de Livres	Escravos	População Total
19.578	4.227	4.585	8.812	14.986	43.376

Fonte: Mary Karasch. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850. p. 109
Tabela 3.2

Os números para o período são bastante irregulares. No entanto, através da análise desses números, é possível constatar que circular cotidianamente pelas ruas da cidade, em meio à multidão de escravos, podia trazer, para o recém-liberto, certos constrangimentos. Sua nova condição poderia não ser reconhecida, havia o risco de ser confundido com um escravo e, em casos extremos, até mesmo de ser reescravizado. De acordo com Silvia Lara, muitos libertos tinham dificuldade para provar sua liberdade e eram presos sob suspeita de serem escravos. Dependendo da situação, poderiam ser jogados rapidamente no mundo da escravidão. (LARA, 2007, pp. 144-145)

O sociólogo Orlando Patterson entende que o homem liberto permanece estigmatizado por seu vínculo anterior ao cativeiro. Em sua leitura, o status de "homem livre" não resulta em aceitação social plena por conta do estigma da escravidão anterior. Tal estigma é um aspecto central na determinação da posição social do liberto. (PATTERSON, 1982, pp. 247-248) Assim, para aqueles que alcançavam a liberdade, o estigma da escravidão tornou-se uma barreira a ser ultrapassada. Para tanto, buscavam inserção social, incorporando e recriando práticas de distinção e hierarquia. A inserção em uma milícia e, principalmente, a conquista de uma patente do oficialato revelou-se uma importante estratégia de ascensão social e reafirmação da liberdade.

De modo geral, as cartas patentes eram documentos escritos pelo secretário de governo do estado e assinadas pelo governador. Iniciavam informando sobre o bom conceito do nomeado e, em seguida, concediam todas as "honras, privilégios, isenções e liberalidades" pertencentes ao posto ocupado. Os agraciados com os postos do oficialato deveriam apresentar sua carta patente ao capitão-mandante e assinar um termo de posse. Em seguida, na presença de todos os oficiais, faziam um juramento militar. Nele, o novo oficial ficava obrigado a agir "em toda a ocasião como fiel vassalo". [5] Ao tornarem-se fies vassalos *D´el Rey*, os novos oficiais reforçavam os laços de sujeição e o sentimento de pertença ao império português.

Desta forma, além de garantir um referencial simbólico, o serviço das armas materializava a reprodução de atitudes e práticas baseadas numa concepção hierárquica de organização social. Ao tomarem em mãos suas patentes do oficialato e prestarem o juramento, esses homens forros (africanos e seus descendentes) diferenciavam-se definitivamente do conjunto

[5] Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL_CU_005, Cx. 97, D. 8382)

da escravaria. Eram homens de armas, deveriam ser reconhecidos e suas ordens, "por escrito e de palavra", deveriam ser obedecidas por seus "subalternos e soldados".
A exposição pública da carta patente era uma realidade esperada e conferia poder ao seu possuidor. Através da expressão "faço saber a quem esta minha carta patente *virem (grifo meu)*" [6], ficava legitimada as ordens nela contidas. O sentido da visão tinha força e importância. Através dele era possível codificar o poder, o prestígio e, sem hesitação, identificar claramente as distinções sociais. A exibição pública da carta patente poderia reforçar distinções e, ainda mais importante, legitimar a liberdade. Portanto, conseguir uma patente do oficialato era o reconhecimento de um estatuto diferenciador, que proporcionava certa projeção social dentro do conjunto dos homens forros e, ainda mais importante, do conjunto da escravaria. Havia, então, uma diferente gradação social entre o homem preto alforriado (africano ou crioulo) que conquistava uma patente do oficialato miliciano e aquele que não a obtinha.
Tal fato, no entanto, acabou criando uma situação de duplicidade. Ao mesmo instante que recriavam e sustentavam a reprodução das relações sociais, esses homens pretos forros, mesmo involuntariamente, acabavam tencionando os limites dessa sociedade, principalmente os limites dos agentes do poder, que se viam obrigados a lidar com homens pretos detentores de patentes do oficialato e que aspiravam, cada vez mais, ascender socialmente e distinguir-se.
Eduardo França Paiva trata com precisão sobre o tensionamento provocado pela ascensão social dos homens pretos forros. O autor inverte a motivação das atitudes contra os homens forros argumentando serem indesejáveis não pela burla da lei, mas por fazerem bom uso dela para se beneficiar e ascender socialmente. Em sua leitura,

> É preciso separar, desde já, a interpretação dos administradores sobre esses agrupamentos sociais e a realidade que envolvia esses homens e mulheres não brancos. Muitas vezes, não foi o fato de burlarem a lei que os transformava em indivíduos indesejáveis, mas, ao contrário, era o fato de ascenderem economicamente e de conquistarem certo *status* social. E tudo isso sem infringir, pelo menos clara e abertamente, a legislação e os costumes vigentes. (PAIVA, 2004)

Um exemplo claro desta realidade foi fornecido pelos camaristas de São João Del Rei que, em 1772, enviaram uma carta ao rei argumentando contra as milícias de homens pretos e o seu oficialato. De acordo com a carta:

> A pobreza e a dependência para com os brancos é que contém alguns deles na paz necessária para a nossa conservação e do Estado; porém, como se formaram todos em companhias, dando-se-lhes oficiais das mesmas castas, justamente se deve que o livre uso das armas os fez atrevidos e poderosos.[7]

A principal ameaça detectada pela carta dos camaristas era a possibilidade de ascensão social que afastaria os homens pretos forros da pobreza e, consequentemente, da "dependência para com os brancos". O segundo ponto de destaque é que, ao receberem "oficiais das

[6] Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL_CU_005, Cx. 97, D. 8382)
[7] Projeto Resgate UNB (AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 27.)

mesmas castas" e "tendo livre uso das armas", se tornariam "atrevidos e poderosos". Portanto, havia grande preocupação com os limites dessa sociedade que eram forçados com a ascensão e a conquista de postos do oficialato.

De modo geral, o quadro hierárquico das milícias era formado por tenente-coronel, sargento-mor, ajudante e quartel mestre (o estado-maior). O oficialato era composto por capitães, tenentes e alferes. Somente estes oficiais eram providos através de carta patente. Os postos de sargento, furriel, porta bandeira, cabo, tambor e soldado, não faziam parte do conjunto da oficialidade.

Na cidade do Rio de Janeiro, por conta de uma deliberação do Marquês do Lavradio, os postos mais graduados da milícia de homens pretos não eram providos, ao contrário, os oficiais maiores das milícias deveriam ser "homens brancos e de cuja honra se podem fiar".[8] E aqui conseguimos perceber a "atitude ambivalente" da Coroa portuguesa em relação a essas milícias. (RUSSELL-WOOD, 1999) De um lado, seu valor militar era reconhecido. Por outro, havia o receio de que corpos formados exclusivamente por homens alforriados, africanos e seus descendentes, representassem uma ameaça à população. Tal ambiguidade permeou todo o período em que essas milícias estiveram ativas. De acordo com Russell-Wood, a "atitude ambivalente" da Coroa pode ser definida como:

> percepções e atitudes estereotipadas e negativas (...) em relação aos negros e sobretudo em relação aos mulatos (...) de quem desconfiavam intrinsecamente e sobre a qual não tinham pleno controle, mas de quem dependiam e a quem deram um certo grau de legitimidade ao reconhecerem a sua relevância funcional para (...) a defesa da colônia contra os inimigos externos e a preservação da 'boa ordem da República'. (RUSSELL-WOOD, 1999, p. 117)

A relação dos agentes do poder com os indivíduos forros e libertos, africanos e seus descendentes, pendia entre a necessidade e o receio. O fato de estarem entre essas duas posições, gerou uma "atitude ambivalente". Tal atitude foi a base de muitas interpretações sobre a importância (e os perigos) que advinham das milícias de homens pretos e, consequentemente, de seus componentes.

Portanto, embora essas milícias possuíssem legitimidade (afinal, eram forças que serviam para a defesa), a formação de um oficialato superior era embargada, por conta das percepções "estereotipadas e negativas" em relação aos homens pretos forros. (RUSSELL-WOOD, 1999, p. 119) A ascensão ao oficialato, na cidade do Rio de Janeiro, era permitida até o posto de capitão. As patentes superiores (tenente-coronel, sargento-mor) deveriam ser resguardadas aos homens brancos e honrados. Tal fato, demonstrava uma tentativa de impor certos limites às pretensões desses homens forros.

Portanto, o fato de ascenderem socialmente e conquistarem patentes do oficialato era um elemento de tensionamento. Os libertos que se inseriam nas milícias não eram tão somente "aliados do poder". Representavam também homens que, ao estarem em processo de ascensão, causavam uma série de incômodos aos *dominantes* com quem supostamente estariam "irmanados". Trata-se, portanto, de atentar para "marcas mais sutis" na análise.

[8] *Apud* Luiz Geraldo Silva. *Sociabilidades políticas na América portuguesa: Henriques e Pardos sob o governo barroco e na era das Luzes (1750-1831).* Projeto de doutorado. Curitiba, 2005.

Afinal, estamos lidando com homens que foram desterrados da África, tornaram-se cativos e, ainda assim, impuseram-se como atores históricos que interagiam entre si e com diferentes agentes sociais, que possuíam orientações valorativas próprias e que, através de escolhas e estratégias particulares, definiam suas ações e se movimentavam de forma a estabelecer alternativas concretas de vida e ascensão social. (SOARES, 2006, p. 48)

Se em meados do XVIII deu-se a expansão das milícias de cor, na virada do século, ocorreu o seu processo de institucionalização. O alvará do príncipe-regente D. João, de dezembro de 1802, determinava que:

> querendo por outra parte dar a todos os meus vassalos Pretos e Pardos uma prova irrefragável de que os considero habilitados para todas as Honras, e Empregos Militares, a que serão efetivamente elevados, segundo o seu pessoal merecimento: sou servido ordenar, que para os Postos de Coronéis, Tenentes Coronéis, Majores, e Ajudantes dos Regimentos Milicianos de homens pretos, denominados de Henriques, e igualmente para os de homens pardos, que atualmente existem, ou para o futuro existirem em qualquer Capitania do Brasil, sejam sempre atendidos de preferência os Oficiais de suas próprias cores, quando neles concorram as precisas circunstâncias para o desempenho dos mesmos Postos. (*Apud* SOUZA, 2011, p. 101)

Ao formalizar a preferência pelos oficiais pardos e pretos o texto do alvará oferecia claramente garantias para que os mais altos postos do oficialato fossem providos. É interessante percebermos que o alvará de dezembro de 1802 entra em conflito com o que havia sido ordenando na carta régia de 1766. Na carta, os postos mais altos do oficialato deveriam ser providos por homens das tropas regulares, pagas pela fazenda real.[9] O alvará de 1802 vem para sanar este problema e demonstrar que o príncipe D. João considerava os "vassalos Pretos e Pardos" completamente "habilitados para todas as Honras e Empregos Militares".

Em 1808, a chegada da família real causou um impacto profundo na vida da população da cidade do Rio de Janeiro. Inesperadamente, um grande número de pessoas foi incluso no conjunto da cidade, aumentando assim, no centro da cidade, o número de habitantes e duplicando a população livre. Com isso, a capital colonial passou por profundas transformações para acolher as elites portuguesas que afluíram para a cidade. (ENDERS, 2008, p. 92) A historiografia discutiu vastamente os aspectos sociais, políticos e econômicos da vinda da família real em 1808. (MALERBA, 2000; ALENCASTRO, 1997; FAUSTO, 1996)

Há um consenso entre os historiadores que entendem que, naquele contexto específico, o Rio de Janeiro deveria transformar-se na nova corte do império lusitano. Assim sendo, os poderes instituídos passariam por um processo de redefinição. De início, a figura do vice-rei desapareceu. Em seguida, teve início um processo de criação de instituições fundamentais para a transformação do Rio de Janeiro na nova corte. (ENDERS, 2008, pp. 102-106) Assim, foram criadas a Casa de Suplicação, a Mesa de Desembargo do Paço, o Real Erário e o Conselho da Fazenda.

Além disso, no decreto de 10 de maio de 1808, D. João criou o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, que foi entregue a Paulo Fernandes Viana. O

[9] ANRJ, Cod 73, vol. 1, Secretaria de estado do Brasil. Folha 243.

intendente tinha como função – além de garantir a ordem pública e a repressão aos crimes e delitos – organizar o Rio de Janeiro, cuidando das ruas, seu asseio, comodidade de suas calçadas, estradas, pontes e fontes. Como indica Enders, Paulo Fernandes Vianna se empenhou em "transformar o burgo colonial em capital". (ENDERS, 2008, p. 102)

Foi neste contexto de criação de novas instituições de poder e de proximidade física da corte que, em 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente, visando colocar em prática o princípio expresso no alvará 1802, segundo o qual considerava os homens pretos "habilitados para todas as Honras e Empregos Militares", fez com que os mais altos postos do oficialato fossem providos.[10] D. João, ao garantir que o provimento para os postos superiores das milícias de homens pretos e pardos seria feito por "oficiais de suas próprias cores", dotava as milícias de legitimidade institucional. (SOUZA, 2020, p.381) Portanto, nas primeiras décadas do século XIX, as milícias de homens pretos (legitimadas institucionalmente) mantiveram-se ativas na vida da cidade.

No entanto, nem todos viam com bons olhos essas milícias. Em 23 de maio de 1808, o Intendente Geral da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana, enviava seu parecer a Dom Rodrigo de Souza Coutinho sobre o trabalho de vigilância dos presos desempenhado pelos milicianos pretos, também conhecidos como "Henriques", em homenagem em ao seu fundador Henrique Dias.

Em suas palavras, grande parte dos presos da cidade eram "negros e mulatos". Deste modo, seria pouco seguro a utilização dos Henriques em sua vigilância pois, em sua análise, eram "pretos sem educação nem moral alguma", além de serem "facilmente propensos a favorecer outros seus semelhantes".[11] Fernandes Viana via a existência de solidariedades entre os homens pretos que poderiam levar os soldados das milícias de pretos a soltarem os prisioneiros, compostos em sua maioria por "negros e mulatos".

O intendente recorria às suas lembranças do tempo de "menino", no governo do Marquês do Lavradio, e informava que, naquele período, os Henriques também tinham como serviço a vigilância de prisioneiros. No entanto, o Marquês os havia retirado do serviço "por estas mesmas razões", ou seja, por libertarem os prisioneiros "pretos e mulatos". Para Fernandes Viana, "negros neste país não devem guardar outros negros e até eu quisera que eles ignorassem o manejo das armas".[12]

O intendente segue sua argumentação contra os milicianos pretos reforçando a ideia de possíveis solidariedades que poderiam, de modo extremo, resultar num motim.

> Quem pode assegurar que estes guardas, ou peitados por outros seus semelhantes, ou mesmo de seu mau natural prometendo a fuga e a liberdade a estes outros negros que guardam, não suscitem motins nos diferentes bairros que vão trabalhar. [13]

Fernandes Viana finalizava sua argumentação sobre os milicianos pretos reforçando as solidariedades que, em sua leitura, os uniam ao conjunto da escravaria.

---

[10] *Coleção de Leis do Império do Brasil (CLB)* – 1810, página 107, Vol. 1 (publicação original)
[11] AN, Códice 318, folha 15 v
[12] AN, Códice 318, folha 15 v
[13] AN, Códice 318, folha 15 v

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

> Os Henriques são homens forros, mas são mais amigos dos outros negros seus parceiros, e de quem descendem e dos mulatos com quem mais convivem do que os brancos. Tenhamos isso por verdades infalíveis. [14]

O intendente acreditava na existência de solidariedades que uniam "parceiros" negros e mulatos. Assim sendo, seria um risco manter a vigilância dos presos à cargo dos Henriques. Esse serviço deveria ser feito por "soldados brancos e dos de melhor nota".

A avaliação sobre os milicianos pretos, feita em diferentes épocas, por diferentes agentes do poder – ligados, de modo geral, ao serviço das armas – teve uma dupla dimensão. Alguns relatos enfatizavam e reconheciam sua valiosa ação militar. Outros, no entanto, diminuíam sua importância e imaginavam o estabelecimento de perigosas solidariedades entre as tropas de homens pretos e a massa da escravaria.

Buscando recuperar as imagens que foram construídas sobre os milicianos pretos, recorreremos à dois documentos. O primeiro, é o relatório do tenente-general das tropas da cidade do Rio de Janeiro, José Narcizo de Magalhães de Menezes, produzido em 1802. O segundo, amplamente referenciado anteriormente, é o parecer do Intendente Geral da Polícia sobre a vigilância dos presos na cidade. O cruzamento dos documentos permite-nos vislumbrar as diferentes percepções que os agentes do poder construíram sobre os Henriques, enfatizando de forma particular as diferentes imagens sobre os componentes do oficialato e a massa dos soldados.

Primeiramente, é importante que algumas observações sejam feitas. Embora datem da primeira metade do século XIX, o contexto de produção dos documentos é bastante diverso. O relatório de Magalhães Menezes foi produzido no alvorecer do século e tinha como objetivo promover uma reforma geral na estrutura das milícias de homens pretos. O objetivo final do relatório era que o projeto fosse aprovado e, evidentemente, para alcançar a aprovação almejada, além de apontar os "defeitos" que deveriam ser sanados para que os Henriques se tornassem um "verdadeiro arranjamento militar", o tenente-general não poupou elogios ao conjunto das tropas e, em especial, aos oficiais. Tal fato, no entanto, não impede que se encontre, escondido por trás da retórica da exaltação, alguns aspectos e percepções que a oficialidade dos pretos fazia de si e, consequentemente, o modo como os agentes do poder liam e compreendiam estas percepções. O segundo documento foi produzido em 1808, com a Corte portuguesa em processo de estabelecimento na cidade.

Magalhães de Menezes tinha uma visão elogiosa sobre o oficialato de homens pretos. Centrado na figura do comandante José dos Santos Teixeira, qualificado como homem de "zelo incansável, inteligência e direitura". Além disso, o exemplo de Teixeira, seria muito útil para que os outros pretos forros entrassem no serviço das armas "com gosto". Fernandes Viana, ao contrário, até "quisera que eles ignorassem o manejo das armas". Onde o tenente-general via "espírito de honra, verdade, desinteresse e patriotismo", o intendente via um "mau natural", solidariedade entre "negros seus parceiros" e, consequentemente, a explosão de "motins". Para Magalhães de Menezes, não haviam riscos, afinal, "esta gente presta todas as funções do Real serviço e busca adquirir conceito a favor da sua corporação". A busca por "conceito" e distinção tornava-os bons vassalos, homens pouco afeitos aos "motins".

[14] AN, Códice 318, folha 15 v

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Duas interpretações tão distintas, muitas vezes conflitantes, comportariam algum fragmento de realidade sobre os milicianos pretos? Certamente sim. Ao analisarmos os discursos produzidos e, fundamentalmente importante, a quem estavam se referindo, podemos alcançar o modo como os homens forros que se inseriam no serviço das armas eram vistos e representados. O discurso produzido por Magalhães de Menezes estava focado no oficialato dos Henriques. Já Fernandes Viana concentrava sua análise na massa de soldados, homens que faziam a guarda dos presos. Estavam, portanto, referindo-se a dois grupos distintos.

O primeiro, dos oficiais, estava em busca de "conceito a favor da sua corporação", conceito que os distinguiria, tornando-os vassalos do rei, homens pretos, forros, honrados e distantes do mundo da escravidão. Esta dimensão foi claramente compreendida pelo tenente-general. A interpretação de Fernandes Viana incidia sobre a massa da soldadesca. De modo geral, homens forros pobres, certamente mais próximos do conjunto da escravaria, solidários com seus "parceiros" aprisionados. Como recorda o intendente, já na época do vice-rei Marquês do Lavradio, solidariedades entre os soldados dos Henriques e prisioneiros eram acionados. Parece claro, portanto, que estamos diante de dois olhares, voltados para diferentes grupos no interior da milícia de homens pretos. Aos oficiais, em busca de conceito, seria temerário o comportamento de seus soldados subalternos. Para a massa pobre de soldados, seria temerário guardar e manter como prisioneiros outros homens, tão pobres e desvalidos quanto eles. Tratava-se, em última análise, da reprodução de hierarquias sociais no interior do corpo militar. A oficialidade, no topo da pirâmide, buscando honras, distinções e símbolos de diferenciação. Na base, os soldados, solidário com seus "parceiros". Todos homens pretos forros, encenando e reproduzindo as hierarquias sociais que mantinham aquela sociedade em constante funcionamento.

Considerações finais

O presente trabalho, fruto de pesquisa em desenvolvimento, buscou estabelecer um olhar panorâmico sobre as questões de defesa e constituição das milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro, entre os séculos XVI e XIX. Trata-se de um esforço inicial, que não se pretende exaustivo, mas serve como um encadeamento de ideias para o avanço dos estudos. A análise panorâmica permite-nos compreender como, ao longo dos séculos, a incorporação de indígenas – mais fortemente nos momentos iniciais da colonização – e de africanos (escravizados e forros) estiveram relacionadas com as preocupações com a defesa da cidade.

Inicialmente, em fins do século XVI e início do XVII, alguns povos indígenas foram incorporados nas primeiras batalhas pelo território. Aliados de diferentes nações europeias, em diversos contextos de guerra, os povos indígenas foram fundamentais nos momentos de ocupação e consolidação lusa na Bahia de Guanabara. Posteriormente, nos anos finais do século XVII e iniciais do XVIII, a constante necessidade de "homens de armas" foi responsável pela arregimentação de africanos escravizados e de seus descendentes (livres e libertos).

Tal fato se deu, na cidade do Rio de Janeiro, de duas formas distintas: a primeira, através da incorporação de "homens pretos forros" nas companhias de Ordenanças, corpos militares comandados por homens brancos, "principais da terra"; e o segundo, exemplificado na figura de Martim Correia Vasques, ocorreu através do estabelecimento de "acordos" (azeitados através das relações de apadrinhamento entre senhores e escravizados) e a consequente formação de "bandos" armados, comandados por grandes senhores, sem que houvesse um

controle "oficial" da Coroa. Tratava-se, portanto, de duas "forças militares" distintas: uma composta por homens forros, incorporada oficialmente a Coroa, através das ordenanças, e outra ligada aos senhores de terra, composta por escravizados armados, fora do "controle oficial".

Avançando para meados do século XVIII, as milícias se estabeleceram como uma "força militar" importante. Divididas em corpos de homens brancos, pretos e pardos, tais milícias se expandiram significativamente no contexto de conflitos internacionais, de consolidação do vice-reinado na cidade do Rio de Janeiro e dos conflitos luso-castelhanos. Ao contrário das Ordenanças, que eram comandadas por homens brancos e nobres, as milícias segregadas (de pretos e pardos, principalmente) poderiam ser controladas por homens de sua própria cor.

A expansão das milícias representou, para os homens forros da cidade, a possibilidade de inserção numa "instituição militar" ligada a Coroa portuguesa, além da possibilidade da conquista de privilégios e distinções oferecidas pelas patentes do oficialato. A busca por distinção, tendo em vista a "multidão de escravos" constantemente incorporada, via tráfico, nas ruas da cidade, era muito importante para esses homens forros. A inserção no oficialato das milícias representava uma importante estratégia de distanciamento do mundo da escravidão.

No entanto, na cidade do Rio de Janeiro, por conta das "atitudes ambivalentes" em relação a africanos e descendentes, os maiores postos do oficialato (coronel, tenente-coronel, sargento-mor) não eram providos, ficando os "homens pretos forros" limitados a ascensão ao posto de capitão. Tal atitude é um indício do tensionamento social causado pelas pretensões de ascensão dos homens forros (africanos e descendentes). Alguma "mobilidade" era aceita, no entanto, possuía certos limites. Conquistar as mais altas patentes do oficialato seria ultrapassar esses limites. Somente no século XIX, com a transferência da família real para a cidade, tais corpos milicianos seriam efetivamente "institucionalizados" e os maiores postos do oficialato providos. No entanto, a leitura feita por alguns agentes do poder – e aqui destacamos o Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana – permanecia bastante negativa sobre esses homens.

Como nos informa Adriana Barreto de Souza, o mundo militar do Rio de Janeiro no início do século XIX era um ambiente de grande tensão, disputa e redefinição de hierarquias. Nesse período, o meio militar era um campo onde se tratavam disputas e conflitos por diferentes formas de estruturação das forças militares. Tal tensão era produzida pelo crescimento da população negra da cidade. (SOUZA, 2020) A intensificação do tráfico de escravos alimentava o crescimento da população de africanos e de seus descendentes. A presença cada vez maior de cativos aumentava ainda mais a pressão social que livres e libertos exerciam na tentativa de se distinguir da massa de escravos. Assim, através da sua inserção nas milícias, esses africanos e descendentes, avaliaram conjunturas e buscaram ampliar o acesso aos postos superiores do oficialato miliciano. (SOUZA, 2020)

Em resumo, tendo como contexto as dinâmicas da cidade do Rio de Janeiro – sua expansão territorial, a economia e o comércio ascendente, o tráfico de escravizados e a necessidade de forças militares (tanto para a proteção contra "inimigos externos e internos") – o trabalho buscou apresentar um olhar panorâmico (ainda muito inicial) sobre como os homens forros (africanos e descendentes) utilizaram-se das "forças militares" na cidade, em contextos diversos, na tentativa de alcançar certa mobilidade através do "serviço das armas *D`el Rey*."

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL_CU_005, Cx. 97, D. 8382)
Arquivo Histórico Ultramarino (AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 27.)
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ, Cod 73, vol. 1, Secretaria de estado do Brasil. Folha 243.)
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN, Códice 318, folha 15 Verso)
Coleção de Leis do Império Brasil (CLB) Nº 15 em 22 de junho de 1808.
Coleção de Leis do Império do Brasil (CLB) – 1810, página 107, Vol. 1
Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias annexas. Disponível online em: <books.google.com.br/books?id=8pErXA9QkZcC>
Trans-atlantic Slave Trade Database: <www.slavevoyages.org>

Referências

ALENCASTRO, Luís Felipe de. (org.) *Império: a corte e a modernidade.* São Paulo: companhias das letras, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes.* São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia". In: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos, NEVES, Guilherme Pereira das. (orgs). *Retratos do Império.* Niterói, EdUFF, 2006.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII.* Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, M. F. *O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa*. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1, 2013.

BOXER, C.R. *O império marítimo portugu*ês. 1415-1825. SP: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, D. História da cidade do Rio de Janeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura/ DGDIC, 1994.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte,* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII.* Rio de Janeiro: José Olympo, 1965.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

COSTA, Ana Paula Pereira. *Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial.* Revista de História Regional 11(2): 2006

COSTA, Fernando Dores; HESPANHA, Antonio Manoel (coord.) *Nova História militar de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2004

COTTA, Francis Albert. *Quando os filhos de marte partem da Lusitânia: o processo de mundialização da cultura militar portuguesa.* Caminhos da história (UNIMONTES), v.1, 2005.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII e XVIII.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2008.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008 [2000]
FAUSTO, Boris. *História do Brasil. 4ª ed. São Paulo,* Edusp, 1996.

FLORENTINO, Manolo. *Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro*, Brasil, 1790-1830. História: questões e debates. V. 51, n. 2, 2009.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: *a dinâmica imperial portuguesa (XVI-XVIII).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. "A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império Português: 1790-1820". In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Batista Bicalho e GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FRAGOSO, João. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica.* Revista Topoi, Rio de Janeiro, 2002.

FRIDMAN, Fania. *Donos do rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1999.

GARCIA, Elisa. "Trocas, guerras e alianças na formação da sociedade colonial" in: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*, vol. I: 1443-1580. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara.* 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas, escravidão, cultura e poder na América Portuguesa.* Companhia das letras, São Paulo, 2007

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. *Revista de História.* V. 51, n. 101, 1975.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência, 1808-1821.* São Paulo: companhia das letras, 2000;

MELLO, Christiane F. Pagano de. "A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Orgs). Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Poderes Municipais e Elites Sociais Locais. (séculos XVII-XIX): Estado de uma questão", in: *O município português.* Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

PAIVA, Eduardo França. Libertos no Brasil: africanos e mestiços nas Minas Gerais do século XVIII.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*, Cambridge, Harvard University Press, 1982

PUNTONI, Pedro. *A arte da Guerra no Brasil...*

RAMINELLI, Ronald. *Serviços e mercês de vassalos da América Portuguesa.* Historia y Sociedad, n. 12, 2006.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Autoridades ambivalentes: o Estado do Brasil e a contribuição africana para a boa ordem na República". In: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (org.). *Brasil: colonização e escravidão.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2005.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos – a administração no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, INL/ Nova Fronteira, 1985

SILVA, Luiz Geraldo. *Sociabilidades políticas na América portuguesa: Henriques e Pardos sob o governo barroco e na era das Luzes (1750-1831).* Projeto de doutorado. Curitiba, 2005.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. "A biografia de Ignácio Monte, o escravo que virou rei". In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (Org.). *Retratos do Império. Trajetórias Individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói, EdUFF, 2007.

SOUZA, Adriana Barreto. *O meio militar como arena política: conflitos e disputas por direitos no Regimento de Homens Pardos do Rio de Janeiro, 1805*. Niterói: Revista Tempo, Vol. 26 n.2, 2020.

SOUZA, Fernando Prestes de. *Milicianos pardos em São Paulo. Cor identidade e política (1765-1831)*. Dissertação de mestrado. Curitiba. 2011.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos dos Santos*. 30º ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A DESCRIÇÃO DOS ANIMAIS NA *ETIÓPIA ORIENTAL* DE FREI JOÃO DOS SANTOS (1608): AGÊNCIA E CIRCULAÇÃO DE SABERES

Moreno Brender Stedile[1]

O presente trabalho tem como objetivo abordar a descrição dos animais na obra *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, de Frei João dos Santos, tendo em vista algumas problemáticas trazidas por abordagens recentes de história das ciências, que trabalham com a noção de "circulação". Publicada em Évora entre 1608 e 1609 pelo dominicano, refletindo uma experiência de 15 anos no mundo Índico, dos quais 11 passados em África e os demais em Goa. Conquanto também dialogue com todo um repertório textual, de textos clássicos a modernos, o saber obtido na viagem é reivindicado para conferir o estatuto de veracidade àquilo que é dito:

> E por que para o bom entendimento e crédito de qualquer história, é necessário saber-se o fundamento d'ella, e a razão em que se funda o autor que a conta para que assim mais facilmente se venha em conhecimento de sua verdade (sendo a história que pretendo tratar da Ethiopia Oriental que tive larga notícia em onze annos que n'ella residi) pareceu-me que ficava obrigado antes que d'ella fallasse, dizer a causa que tive para ir a estas partes, e como andei por ellas, e para que effeito, por que vendo-se as cousas que adiante contar como **testemunho de vista**, se lhe dê o crédito devido.[2]

Como é sabido, os conhecimentos produzidos na Península Ibérica, que tiveram papel central nas transformações intelectuais vividas pela Europa a partir do século XV, tinham na "experiência", no sentido de experiência vivida, ou no "saber das experiências de feito" (no dizer de J. S. da Silva Dias), uma categoria importante na construção do conhecimento e no estatuto de veracidade. O contato com o Novo Mundo e o estabelecimento da Carreira das Índias, criando novos espaços de circulação para os europeus que logo passaram a funcionar com notável regularidade, geraram uma grande inovação científica e técnica, por exemplo, nos campos da astronomia, da navegação, história natural, medicina, e evidenciaram os erros de diversas fontes clássicas nessas áreas do conhecimento, que falavam sobre a inabitabilidade da zona tórrida, sobre sua inavegabilidade, sobre o Índico como um mar fechado, além do novo continente descoberto, com sua diversidade humana, de animais e de plantas, muitas novas ilhas, povos diversos e novas constelações no Hemisfério Sul.[3]
A obra de Fr. João dos Santos ganhou destaque na época por preencher uma lacuna de informações precisas sobre os sertões da costa de Sofala e Moçambique, onde se situava o Monomotapa, reino identificado por muitas fontes (não só europeias), como principal

[1] Aluno de Mestrado do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, orientado pela professora Cristina Wissenbach, com pesquisa sobre literatura de viagens na África oriental e suas conexões históricas com o oceano Índico. O presente trabalho foi elaborado no contexto da disciplina "Tópicos especiais em História das Ciências nos Impérios Marítimos (sécs. XV-XVIII)", ministrada pelo Dr. Daniel Coelho Braga Dutra.
[2] SANTOS, Fr. João dos. *Etiópia oriental*…, p. 40
[3] CAÑIZARES-ESGUERRA, "The Colonial Iberian Roots of the Scientific Revolution". SILVA DIAS, "Os descobrimentos e a problemática cultural no século XVI".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

fornecedor do ouro que abastecia as cidades swahili da costa índica da África. O dominicano assenta a veracidade do seu relato, seguramente no domínio dum amplo repertório letrado, entre autores antigos e modernos, mas sobretudo na experiência obtida em terreno concreto e nas informações obtidas em contato direto com africanos. A tradução da obra para o latim em 1622 por Alonso de Sandoval, que também estivera em África, permitiu, como aponta Teresa Nobre de Carvalho, que a obra acessasse os "circuitos cultos europeus", constituindo-se na principal fonte a respeito da África centro-oriental para os estudiosos europeus até os registros de David Livingstone no século XIX.[4] No século XVIII, por exemplo, Júnia Furtado aponta o livro como fonte principal para a faceta oriental do projeto de ligação entre Moçambique e Angola, esboçado por D. Luís da Cunha, que o colocou sob responsabilidade do cartógrafo D'Anville.[5] No final do século XIX, a obra seria retomada agora como fonte histórica privilegiada na disputa colonial da África, traduzida para o inglês e publicada pelo missionário sul-africano e funcionário colonial britânico George McCall Theal, republicada em Portugal na coleção "Biblioteca dos Clássicos Portugueses", com louvas ao autor e críticas ao uso injurioso por parte dos rivais com objetivos a negar a soberania portuguesa sobre os territórios africanos.

No entanto, antes dessa trajetória de longa duração da obra, que chega até os dias atuais (com uma nova tradução francesa em 2011), sua circulação imediata produziu um efeito sobre a trajetória pessoal do seu autor, o missionário João dos Santos. A produção da obra certamente o qualificou para ser enviado pela monarquia filipina de volta à Zambézia, para chefiar a missão de Chicova, uma região especialmente privilegiada por seu relato, onde segundo ele abundaria prata, mal explorada pelos portugueses. Nesse período, a Coroa portuguesa e, sobretudo, a Ordem de São Domingos, intensificaram suas relações com o Monomotapa e com os sertanejos de origem portuguesa que acendiam nas configurações de poder no planalto da Zambézia, com filhos do *mutapa* sendo enviados a Goa para estudar em colégios dominicanos. Fr. João dos Santos foi muito próximo de um dos mais proeminentes desses sertanejos, Diogo Simões Madeira. A trajetória posterior do autor-viajante é pouco conhecida, sabe-se que morreu em Goa, e embora se conheça os nomes de dois manuscritos seus a respeito dessa segunda passagem africana, eles ainda não foram localizados. A historiografia aponta que teriam informado significativamente a Década 13 de Ásia de Antonio Bocarro.[6]

Observamos como Fr. João dos Santos foi um importante agente de circulação de saberes entre essa parte africana do mundo Índico e a Europa. Não foi uma via de mão única, pois retornou à Índia e deixou um registro desse retorno. O dominicano não circulou apenas informações, mas foi também um agente de circulação de objetos, como revela num trecho de seus escritos em que trata de matéria médica:

> N'este território nascem muitos páos e hervas medicinais., e particularmente em umas serras, a que chamam Lupata (...). **Estando eu em Tete** me deram um

[4] Carvalho, Teresa Nobre. "Registros da biodiversidade africana anotados por Frei João dos Santos (1608)". Atas do Congresso Internacional *Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*., p. 5

[5] FURTADO, Júnia. "Entre Angola e Moçambique: um projeto português de ligação entre as duas costas da África e suas fontes europeias e africanas" [no prelo]

[6] MUSCALU, Ivana. "*Da boa guerra nasce a boa paz* - a expulsão dos portugueses do planalto da Zambézia". _____. *"Donde o ouro vem* - uma história política do reino do Monomotapa a partir de fontes portuguesas".

> tronco velho de aguila, tão gastado já do tempo, que lhe não ficou mais que o cerne de dentro, preto, e duro, e fazendo eu pouco caso delle, por saber que havia muito na terra, o mandei lançar em um quintal que tinha, onde o sol lhe dava, e nelle esteve algum tempo, até que um dia o vi estar lançando de si oleo suavíssimo, que lhe corria no chão com a quentura do sol; **então o recolhi, e o tive em grande estima, e como tal o dei a quem o trouxe para este reino, por peça de muito preço**.[7]

A "Carreira das Índias", com sua regularidade regida pela frota anual e pelas monções, possibilitou um fluxo de mercadorias, pessoas, objetos, animais, plantas, que eram trazidas para os ambientes cortesãos. A construção duma rede de informações sobre esses novos espaços de circulação mostrou-se essencial para os interesses comerciais e os modos de governar à distância das Coroas ibéricas. O conhecimento sobre doenças e seus tratamentos, plantas e animais comestíveis, rios e espaços de navegação e penetração terrestre, eram necessários mesmo para a sobrevivência em territórios estrangeiros. Outros conhecimentos como línguas, instituições políticas "indígenas", rotas comerciais, visavam colaborar com o "bom governo" dos vastos territórios das Coroas. Isso não significa incorrer numa abordagem utilitarista, colocando a ciência como um instrumento do Império, mas sim que a "utilidade" era uma categoria do pensamento político da época. Cabe observar que, no mesmo ano em que vinha à luz *Etiópia Oriental*, D. Luís Mendes de Vasconcellos (que viria a ser governador de Angola) publicava *Do sítio de Lisboa,* obra representativa de uma corrente portuguesa crítica ao dispêndio de forças no Índico, em favor de uma centralização nos negócios do Atlântico. Frei. João dos Santos, ao contrário, argumenta por uma razão de Estado voltada para o Índico, procurando convencer da existência dum comércio rico de ouro e marfim, que poderia ser mais explorado, além de muitos outros víveres, âmbar, escravizados (o que recebe um destaque significativo), e afirma a existência de prata até então não confirmada. São muitos os exemplos desse tipo de informação ao longo da obra bem como dos protocolos de comércio, principais rotas de comércio, formas de cultivo e exploração mineral, mas fica explícita qual a intenção do autor daquelas linhas na passagem em que observa os

> (...) grandes canaveaes de cannas de assucar, que os cafres semeiam para comerem, e são muita parte de seu mantimento. Não sabem fazer assucar, nem teem engenhos para isso, que se os tiveram cuido que d'estes rios, e do de Sofala, se tirara mais assucar, que do Brazil.[8]

Se há, no conjunto textual a respeito dos novos espaços de circulação dos ibéricos, uma preocupação notável com a razão de Estado e o bom governo desses territórios, dotando esses textos dum sentido pragmático que em parte explica sua vocação empírica, também se ocuparam de muitas outras questões. Pelas redes de informações entre a Europa e o restante do mundo que se formaram a partir da Península Ibérica desde o século XV, circularam não só informações práticas e mandatos régios, mas também tratados de história, geografia, astrologia, botânica, que atendiam a preocupações eruditas, assim como relações de sucesso, papéis avulsos, noticiosos, relatos de naufrágios, ou de monstruosidades, atendendo a uma

[7] SANTOS, *op. cit.* p. 179
[8] *Ibid.*

curiosidade do mundo que extrapolou o espaço das cortes. Se há claramente uma visão de "utilidade" política em *Etiópia Oriental*, na descrição dos itens de comércio dos vários portos africanos do Índico, das principais rotas e feiras do interior, na descrição das organizações políticas, seus protocolos e suas relações portugueses, apontando potenciais de comércio inexplorados, o aspecto da curiosidade do mundo é igualmente significativo na obra, buscando o curioso, o maravilhoso, o singular, aquilo que causa espanto.
De fato, o espantoso e o maravilhoso são categorias que se conjugam no texto. No capítulo XI do Livro 1, intitulado "De três gêneros de juramentos espantosos que têm os cafres", classificados na primeira linha como "terribilíssimos e espantosíssimos", o dominicano se estende na descrição de três formas de ordálio realizados pelos shona. Estes rituais associam música, dança, a utilização de certos objetos e a execução de certos procedimentos, buscando obter a intervenção dos espíritos ancestrais para estabelecer a verdade face à uma dúvida, uma acusação ou suspeita, podendo envolver mesmo a ingestão de peçonha, ou provas como lamber ferro em brasa, colocar a mão dentro da água fervendo. Esses rituais, minuciosamente descritos pelo dominicano, com seu vocabulário próprio, já teriam sido "muitas vezes experimentados, e vista sua experiência por pessoas de credito, e tudo isto são cousas mui notorias e sabidas em Sofala, como fica dito". Sua eficácia, provocando ora a morte por peçonha ora sua ingestão incólume, com línguas ora ardendo em brasa ora passando ilesas pelo ferro quente, foi

> Cousa que muito me espantou sempre, nem eu o crera se m'o não contaram pessoas de credito, que se acharam algumas vezes onde fizeram similhantes experiências, nem sei a que attribua uma tão grande maravilha, salvo a Deus querer mostrar a innocencia d'aquclles que eram accusados falsamente, sem terem culpa ou também como dizem mui doutos theologos, poderem estas cousas deixar de fazer damno ao corpo por artifícios do demonio (...).[9]

Podemos observar nesse trecho que os "terríveis juramentos" podem ser interpretados como expressão da maravilha da intervenção divina, sendo o espanto provocado pela potência de Deus, ou ser expressão de artifício do demônio. Essa figuração hiperbólica pode ser colocada como uma característica da extremosidade da estética do período barroco, como para Maravall, que chega a falar numa "cosmovisão barroca".[10] O importante aqui é ver as escolhas narrativas de Fr. João dos Santos, pois elas também se refletem nos vários capítulos das suas descrições de animais. Teresa Nobre de Carvalho mostrou o diálogo do Frei com um amplo repertório letrado: Castanheda, Garcia Orta, Duarte de Barbosa, Giovanni Botero, dentre outros.[11] Mas seu diálogo não é diretamente com esses autores, mas com um público mais amplo, interessado na curiosidade e na maravilha das coisas de outras partes do mundo,

---

[9] *Ibid.*, p. 79
[10] Essa ideia abarca por uma perspectiva estética desde a produção artística até a preocupação com a ruína dos Estados, e coloca como uma das características do período a "massificação" cultural, entendida pela historiador espanhol como a expansão para a fora dos espaço das cortes, ganhando os espaços urbanos, das artes (com grandes teatros públicos, cujas peças circulavam entre as cortes e um público muito mais amplo das cidades), da cultura escrita, com gazetas, noticiosos, papéis avulsos, e um mercado livreiro cada vez mais forte, entre outras formas, inclusive uma preocupação política que se disseminava. MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco.*
[11] T. N. Carvalho. *op. cit.*, p. 7

incluindo animais exóticos, práticas mágicas, bem como com os negócios do Estado da Índia. Como diz Dante Teixeira:

> (...) a entusiástica incorporação das novidades do além-mar promovida pela cartografia quinhentista também refletia ditames econômicos, estéticos e a irresistível atração dos europeus pelo exótico e pelo desconhecido.[12]

Os estudos de Dante Teixeira e Nelson Papavero evidenciam a relação entre literatura de viagem, história natural e cartografia na produção de uma imagem do mundo pelos europeus, em especial no conhecimento da fauna e da flora.[13] A obra de João dos Santos se situa mais no campo da narrativa de viagem, dialogando com outras áreas, como história natural, botânica, cartografia, história política, entre outras. Podemos percebê-lo na evocação inicial do "testemunho de vista" como categoria de verificação do saber. Isso é importante pois está relacionado ao significado da "experiência" na literatura do período. Como letrado, clérigo e viajante, Fr. João dos Santos quer dar uma contribuição sólida para o conhecimento dos animais, dedicando mais de 10 capítulos ao tema, com uma pré-organização cartográfica, animais da região de Sofala, dos seus rios e seus sertões, com destaque para o Zambeze, principal via de acesso ao planalto, descritos em sequência nos livros I e II, e animais marinhos observados na região das Quirimbas, de Moçambique e das várias ilhas dessa região, descritos no livro III. Essa contribuição provém de suas experiências em terreno concreto nesses territórios, que buscou amalgamar na produção de sua obra.

O trecho citado acima sobre os ordálios permite situar o significado do testemunho de vista: o dominicano não afirma tê-los visto pessoalmente, mas recolhido informações de pessoas de crédito. Assim o estatuto do que é "testemunho de vista" é estendido a outros sujeitos, podendo vir até de outras fontes escritas. Isso se insere num movimento de circulação muito mais fluida entre escrita, imagem e oralidade que, segundo Fernando Bouza, não estariam ainda hierarquizadas como no século XVIII.[14] As histórias contadas por pessoas consideradas "de crédito" permeiam toda a obra. Esses interlocutores de Fr. João dos Santos não são sempre europeus. Vários trechos da obra permitem identificar suas interações com africanos, alguns escravizados, alguns escravizados, mas outros não: marinheiros, mouros, pessoas dotadas de conhecimento religioso. Sobre o tema de quem seria Deus na religiosidade shona, o dominicano afirma ter conversado com "cafres honrados e bem entendidos".[15] Diversos termos transcritos com precisão mostram que tinha algum conhecimento da língua shona falada na Zambézia. Sobre a história da fortaleza de Sofala em 1505-1506 e o conflito com sultão Yusuf da cidade swahili, afirma ter conversado com "alguns mouros velhos, e algumas mulheres christãs, que haviam sido mouras, naturaes da mesma terra, que se lembravam mui bem d'esta guerra, e de quando se fez a fortaleza, que n'este tempo havia mais de oitenta annos que era feita".[16]

[12] Teixeira, Dante Martins. "Todas as criaturas do mundo: a arte dos mapas como elemento de orientação geográfica". *Anais do Museu Paulista,* vol. 17, 2009, p. 140
[13] Papavero, Nelson.; Teixeira, Dante Martins. "Os viajantes e a biogeografia". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. III, 2001
[14] Bouza, Fernando. "Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII." *Cultura*, Revista de História e Teoria das Ideias, Lisboa, v. 19, 2002, p. 105-171
[15] SANTOS, *op. cit.*, p. 61
[16] *Ibid.*, p. 46

A noção de circulação contribuiu com a superação duma metanarrativa da modernidade europeia sobre a história global, na qual o restante do mundo vem à reboque, em favor da percepção de múltiplos centros, pontos de partida, de troca, de mútuo reconhecimento e formação de imaginários globais. No entanto, a categoria "circulação" pode apresentar problemas: ao enfatizar o movimento, através de metáforas como "fluxos" e "redes", pode perder de vista a agência e a negociação; a aparente naturalidade da metáfora, pode disfarçar a percepção das relações de trabalho e poder envolvida. Nesse sentido, é importante olhar para os mecanismos de circulação, entender como se conformam os espaços de circulação e, logo, quais são seus limites. Ainda, é importante evidenciar as camadas de negociação, conceito fundamental para se entender a agência dos vários sujeitos históricos que interagem a nível do evento.

Assim, quando pensamos a circulação entre escrita e oralidade em *Etiópia Oriental*, é necessário tensionar essas relações, observando que Fr. João dos Santos não realiza uma escuta neutra, mas uma escuta ativa, interessada, que busca objetivos específicos. Assim, é preciso situar sua atuação dentro da posição de poder por ele ocupada. Nos 4 anos que passou em Sofala, foi encarregado como confessor "junto a seiscentas almas de confissão, em que entravam portugueses, mestiços e gente da terra".[17] O papel do confessor teve sua importância renovada no contexto do catolicismo pós-tridentino, quando se buscou reforçar as estruturas de dominação da Igreja, por formas ora mais duras, como a Inquisição, a escravidão por ordens religiosas, ou o trabalho tutelado; ora mais brandas, como é o caso da escuta ativa e constante oferecida pela confissão. O confessor, como mostra Adriano Prosperi, foi visto como figura essencial no exercício do poder espiritual pela Igreja, como porta de acesso ao foro íntimo dos indivíduos e de interferência nas relações de poderes domiciliares. Oferecendo, com constância regida pela obrigatoriedade da confissão, a remissão dos pecados da alma, o confessor exercia uma escuta ativa e construía uma rede de informações sobre a vida quotidiana dos súditos espirituais que, ao menos em princípio, era útil a ao bom governo da Igreja de Roma sobre o universo espiritual.[18]

Ginzburg, em "O inquisidor como antropólogo", discute a incômoda posição dos pesquisadores, que olham para os sujeitos estudados por sobre os ombros dos investigadores, inquisidores, confessores, policiais, juízes e procuradores, esperando com eles que o interrogado fale, às vezes até colocando as mesmas questões com os mesmos propósitos. Como aponta Ginzburg, o que os estudos sobre linguagem desde Bakhtin revelam é que os textos se constituem de maneira dialógica, de maneira que entre o oral e o escrito, entre o popular e o erudito, se formam vasos comunicantes.[19] Essa discussão de Ginzburg se mostra relevante para rediscutir o conceito de "circulação" como colocado pela historiografia contemporânea da ciência. A "dialogia" ou a "circularidade cultural" se produzem através de relações de poder que se encontram na tessitura do próprio texto, no momento mesmo da produção da fonte. Isso permite ao historiador social buscar outras vozes no registro, outros sujeitos que falam através do texto, desenredando esses múltiplos fios que formam o tecido factual desses diálogos. Isso vai de encontro ao que diz Kapil Raj, quando defende que "por circulação não entendamos a 'disseminação', 'transmissão', ou 'comunicação' de ideias, mas

[17] *Ibid.*, p. 41
[18] PROSPERI, Adriano. *Tribunais da consciência: inquisidores, confessores e missionários*. São Paulo: Edusp, 2013
[19] Ginzburg, Carlo. "O inquisidor como antropólogo". *Revista Brasileira de História,* vol. 1, n. 21, 1991

os processos de encontro, poder e resistência, negociação e reconfiguração que ocorrem em interações entre culturas.[20]

Assim, observamos que se o dominicano não exerce, por óbvio, uma escuta neutra, a fala do que se confessa, assim como do que transmite histórias, experiências e informação, tampouco é neutra, ou passiva. Essas relações são de negociação, o que pode envolver colaboração ou conflito. É importante evidenciar que a colaboração também revela uma forma de agência. Existe um nível de agência que é a produção do registro, por parte do autor, que se coloca como narrador e sujeito da história, constituindo uma segunda camada de historicidade diferente do evento que é da(s) narrativa(s), ou da produção da história. A nível do evento, no entanto, diferentes agentes estão em interação, dentro de outras configurações de poder. Se os chamados "nativos", ou mesmo os escravizados, aparecem nos registros europeus como "informantes" passivos, que respondem perguntas elaboradas por europeus designados como produtores do conhecimento, quando olhamos para essa dimensão local da produção do conhecimento, a necessidade de adaptação e a dependência dos europeus na colaboração dos sujeitos locais é muito maior, tanto para as necessidades básicas da sobrevivência em território estrangeiro, como alimentação e tratamento de doenças, quanto para a aquisição do conhecimento científico. Dessa forma, os indivíduos que conseguiam se situar como "mediadores culturais", em diversos contextos, mobilizaram poder em torno de si. A princípio marginais, lançados, pombeiros, peruleiros, sertanejos, foram se mostrando aliados importantes para as Coroas nos recônditos do Império, embora seus interesses muitas vezes fossem divergentes.

Na sua primeira estadia em Sofala, Fr. João dos Santos seria também muito próximo de um sertanejo, Rodrigo Lobo , que havia recebido do *sachiteve*, senhor dos territórios contíguos a Sofala, o título de "esposa do rei" com direitos sobre a ilha de Maroupe, situada no rio de Sofala (rio Buzi). O título de "esposa do rei", na estrutura de poder dos shona, seria "um título de grandeza, e quem o detinha possuía vassalagem própria, controlava terra, cobrava tributos".[21] Rodrigo Lobo foi sem dúvida um informante privilegiado para o dominicano, ajudando a introduzi-lo no mundo africano a partir de seus circuitos de sociabilidade, que envolvia desde seus vassalos e escravos, até o *zimbabwe* (ou a "corte") do *sachiteve*. Rodrigo Lobo é descrito como alguém que "sabia falar ao modo dos cafres, por metáforas".[22]A partir da ilha de Maroupe, Fr. João dos Santos inicia sua descrição dos animais, já expondo o circuito de sociabilidade e as circunstâncias de produção do conhecimento:

> No rio de Sofala, obra de quatro léguas da fortaleza rio acima, começa uma ilha chamada Maroupe (...). Um portuguez chamado Rodrigo Lobo era senhor da mór parte desta ilha, da qual lhe fez mercê o Quiteve por ser mui seu amigo e juntamente -lhe deu titulo de sua mulher (...). N esta ilha tinha Rodrigo Lobo muitos cafres seus escravos e os mais que n'ella moravam, todos eram seus vassallos, **Algumas vezes fomos a ella, eu e o padre meu companheiro, a cathechisar e baptisar alguns d'elles, que pela mór parte eram gentios, outras vezes a folgar, porque é a ilha de muita recreação,** por haver n'ella grandes pescarias e caça de muitos e vários animaes, como são veados, merús, paraparas, nondos, gazellas, vaccas bravas, que teem pouca differença das mansas,

[20] K. Raj. *op. cit.*, p. 171
[21] COSTA e SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança*, p. 451
[22] SANTOS, *op. cit.*, p. 117

> muitos porcos do matto e javalis, e outras muitas castas de feras, que andam em bandos como vaccas ou cabras.[23]

Primeiro podemos ver o desenvolvimento de um circuito de sociabilidade entre Fr. João dos Santos e Rodrigo Lobo e sua rede de dependência, em maior parte "gentios", a quem o dominicano vai catequizar. A proximidade de Rodrigo Lobo com o *sachiteve* é destacada. Porém não apenas para catequizar e batizar o dominicano frequenta os circulos do sertanejos, mas também para "folgar", pois a ilha é de "muita recreação". Entre os elementos de recreação estão a caça e a observação dos animais. Essas ocasiões de recreação são momentos de interação na produção de conhecimento, como se pode ver no trecho a seguir:

> No meio da ilha de Maroupe, de que atraz fallei, meia legoa das casas em que mora o senhor da ilha com toda sua gente, está um bosque muito formoso, mais de uma legoa em roda, de arvoredo silvestre, tão alto, que se vae ás nuvens e tão basto e copado por cima, que não dá logar ao sol para entrar n'elle, pelo que em algumas partes é escuro e medonho. Aqui dentro é casa e morada de leões, tigres, onças, elephantes e porcos montezes. Um dia fomos dentro a este bosque, eu e o padre meu companheiro, para vermos uma caçada de porcos, que o dono da ilha quiz fazer, por respeito de nos recrear e fazer mimo: para o que mandou ajuntar mais de cincoenta escravos e vassallos seus caçadores, assim para segurança de nossas pessoas, como para o effeito da caça, os quaes iam todos armados de arcos, frechas e azagaias e algumas espingardas, e d'esta maneira atravessámos o bosque, em que achámos muitos porcos, e d'elles foram mortos três e tomados alguns leitões pequenos. Tambem encontrámos elephantes e tigres e alguns bufaros, que todos se desviaram de nós e fugiram, com que muito folgamos.[24]

Podemos identificar a interação entre o dominicano e o sertanejo, que aparece interessado em "fazer mimo" ao primeiro, mostrando-o curiosidades da terra. Ao mesmo tempo se realça a rede de relações e dependência do sertanejo, que mobiliza mais de cinquenta escravos e vassalos para uma caçada de porco para recrear os padres, ocasião que permite a observação dos vários animais referidos. Em outro trecho, podemos identificar o mesmo movimento partindo de um escravo do sertanejo:

> Estando nós um dia à tarde assentados n'esta ilha, à porta da casa com o senhor d'ella, veio a nós um cafre seu escravo e disse se queríamos vêr seis leões que tinham àquela hora passado o rio da terra firme para a ilha, que nos levantássemos, porque elles vinham atravessando o valle, que estava junto das casas. Eu e o padre meu companheiro quasi que estivemos em dúvida de os ir vêr ao campo, mas o senhor da ilha e o caçador nos asseguraram, dizendo que os leões e os tigres d'aquella ilha não accommettiam gente alguma, nem lhe faziam mal, salvo se acaso se encontravam com ella ou se os assanhavam, e a causa d'isto era porque lhe sobejava a caça, de que andavam enfadados, por haver na ilha infinita.[25]

Podemos observar como o escravizado identificou a curiosidade do dominicano pelas coisas da natureza. Esta observação abre uma via interpretativa para tentar entender a agência

[23] *Ibid*, pp. 114, 115
[24] *Ibid*, pp. 118, 119
[25] *Ibid*., p. 120

escrava na produção do conhecimento científico. Assim como os os sertanejos, escravizados eram informantes privilegiados dos europeus em territórios estrangeiros, sobretudo os escravizados das ordens religiosas. Podiam atuar como tradutores, guias pelos caminhos do sertão, ou mesmo como transmissores do conhecimento e da visão de mundo. Sabe-se que, após dobrar o Cabo da Boa Esperança, foi um escravo mouro capturado na costa africana quem guiou Vasco da Gama até a Índia. Entre as almas de confissão africanas de Frei João dos Santos, seguramente estavam os escravizados da ordem dominicana, da feitoria de Sofala e dos portugueses, submetidos à obrigatoriedade da confissão. Podemos observar a importância dos escravos nas dinâmicas locais de produção do conhecimento em alguns trechos da descrição dos animais na *Etiópia oriental*, por exemplo quando o autor dá a conhecer o animal "inhazara". Na maioria dos casos, Fr. João dos Santos oferece um nome em português e outro em shona para os animais descritos, porém em alguns casos, como neste, o faz apenas na língua local:

> Nos matos de Sofala se criam uns bichos a que os naturaes chamam inhazaras, os quaes são tamanhos como grandes porcos e quasi da mesma feição; teem o cabello muito preto e ralo, cinco dedos em cada pé e quatro em cada mão, como dedos de homem, e unhas mui compridas e agudas. Vivem debaixo do chão em covas que elles mesmos fazem ao modo de covas de coelho, com duas ou tres bocas. O seu mantimento principal são formigas, cavando com as unhas os formigueiros, que nestas terras ha muitos e mui grandes: e depois que teem as formigas assanhadas, mettem pelos buracos dos formigueiros a lingua, que teem de comprimento d'um covado, redonda e delgada, como uma vella de cera, na qual as formigas pegam, e depois de bem cheia, o bicho a recolhe para dentro da boca e engole as formigas, e tantas vezes faz isto, até que se farta. (...) Um bicho d'estes mataram os nossos escravos, indo aos mattos buscar madeira, e o trouxeram para casa, onde o chamuscaram, abriram e tiraram todo o deventre: no qual não acharam esterco algum, mais que as tripas cheias de vento somente, e que muito se espantaram todos os que isto viram, e disseram alguns naturaes da terra, que já tinham ouvido a seus antepassados, que estes bichos se sustentavam somente do ar, e que muitas vezes o tinham visto estar com a boca aberta para o vento. (...) A carne d'estes bichos é muito boa, e come-se;[26]

Podemos observar nesse trecho um procedimento comum das descrições de animais do dominicano, primeiro a observação de suas características físicas, de seus hábitos alimentares, seguida por histórias testemunhadas por ele ou outrem a respeito do animal, descrição de técnicas de caça e por fim se serve como alimento ou não. É interessante observar que muitas vezes a descrição do animal passa do exterior para as entranhas - não é esta a única descrição que o dominicano oferece dos órgãos internos dum animal africano. No caso, podemos observar que toda a atividade de caça e talho dos animais parte dos "naturais da terra", em geral escravizados. Após abrir o intestino do animal e o encontrar vazio, oferecerem uma interpretação proveniente de seus antepassados, de que "estes bichos se sustentavam somente do ar", como é registrado pelo autor. Em outros temas e domínios, nomeadamente com relação ao domínio espiritual, Fr. João dos Santos remete a esse conhecimento dos ancestrais africanos.

[26] *Ibid.*, pp. 126, 127

Como dissemos anteriormente, a nível do registro histórico, textual, a participação de outros agentes na produção do conhecimento pode parecer elemento secundário, pois nessa camada histórica, da produção da fonte, a agência do autor predomina. Por outro lado, a nível local, do evento, as configurações de poder eram outras, sobretudo quando falamos desses séculos XVI e XVII, e em África. O que era possível realizar, a nível provisório, dependia grandemente da colaboração de agentes locais, como aqui evidenciamos, com relação à sertanejos e escravizados. Essa dimensão improvisada, contingente, do encontro colonial e da produção de conhecimento, ainda que possa parecer secundária no texto, foi o que possibilitou a inovação produzida por Fr. João dos Santos no campo do conhecimento sobre a África oriental. Suas interações com sujeitos africanos, através de sertanejos como Rodrigo Lobo, através de escravizados, ou interlocução direta com outros sujeitos africanos. Observamos como o autor utiliza a sua experiência africana como critério da autoridade de seu texto. Podemos observar na sua descrição dos animais algumas correções que apresentas a outros autores europeus, como Marco Polo, num trecho em que fala sobre aves de rapina:

> Marco Paulo Veneto no capitulo 4 do 3.° livro aponta uma ilha, que jaz ao mar do meio dia da lha de S. Lourenço, não muito longe d'esta costa de que vou fallando, onde diz que ha umas aves de rapina de tanta força e grandeza, que levantam pelos ares um elephante nas unhas, e o deixam cahir em terra, onde se faz pedaços, para que assim possam comer delle. (...).Eu nunca vi, nem ouvi fallar em taes aves n'esta costa, nem me parece verdadeira esta relação do Veneto, posto que seja verdade que nesta Ethiopia se criam mui grandes aves de rapina, e particularmente ao longo do rio Nilo, de que adiante direi alguma cousa (...).[27]

Referindo um dos espaços de circulação dos portugueses na costa oriental, Fr. João dos Santos fala das ilhas Bocicas, situadas no oceano Índico a 15 léguas de Sofala, onde haveria um peixe com formas semelhantes aos humanos, onde aproveita para expor seu repertório de textos clássicos:

> Quinze legoas de Sofala estão as ilhas das Bocicas ao longo da costa, para a parte do sul, no mar das quaes ha muito peixe mulher, que os naturaes das mesmas ilhas pescam (...).Esta carne é muito boa, e mui gorda, e d'ella comíamos em Sofala muitas vezes cozida com couves, e temperada com seu molho. Este peixe tem muita similhança com os homens e mulheres da barriga até o pescoço, onde tem todas as feições e partes que teem as mulheres e homens. A femea cria seus filhos a seus peitos, que tem propriamente como uma mulher (...). Este peixe não falia, nem canta, como alguns querem dizer, sómente quando o matam dizem que geme como uma pessoa; não tem cabellos no corpo nem na cabeça. Tirado fora da agua morre como qualquer outro peixe, mas põem muito tempo em morrer se o não matam. Eu cuido que estas devem ser as Serêas e Tritões, que os antigos fingiam, dizendo que Tritão era homem marinho, filho da Nympha Salada, também mulher marinha, os quaes habitavam no mar; e por esse respeito fingiam que Tritão era deus do mar, e trombeta de Neptuno. Outros poetas fingiram que as Serêas foram trez irmãs chamadas Parthenope, Lygia, Leuconia, filhas de Acheloo e de Calliope, as quaes habitavam nas praias do mar de Sicilia, onde estão os baixos de Scylla e de Carybde. (...). Estas irmãs dizem que cantavam ao longo d'estas praias tão suavemente, que atrahiam a si todos os navegantes d'aquelle mar; de tal

[27] *Ibid.*, p. 137

> maneira, que enlevados com sua musica, se descuidavam das embarcações, e da navegação que faziam, e davam á costa, e se perdiam, de cuja perdição as Serêas tinham muito interesse. Pela qual razão querendo Ulysses navegar por este mar, tapou as orelhas a seus marinheiros com cera, e mandou-se atar a si mesmo ao pé do mastro, para que não se podesse bolir, nem mover com a musica das Serêas (...). **Tudo isto são fingimentos de poetas: mas a verdade é, que o peixe mulher de sua natureza é gerado e creado no mar, como os demais peixes,** e tem mais propriedades de peixe que os cavallos marinhos e lobos marinhos, e que os lagartos do rio, porque todos estes vivem fóra da agua, e andam muitas vezes em terra: o que não faz o peixe mulher, antes se está fóra da agua logo morre como fica dito.[28]

É significativo como podemos vislumbrar nesse trecho um plano de organização das espécies, que classifica, contrapondo-os à mitologia antiga, o peixe-mulher como peixe, tendo "mais propriedades de peixes que cavalos marinhos e lobos marinhos, e que os lagartos do rio". No entanto, é interessante para o propósito deste trabalho o tratamento dado ao "fingimento" dos poetas clássicos: o autor os explora esteticamente, mas para depois negá-lo a partir de um conhecimento novo. Ainda, se vê que esse conhecimento tem um aspecto eminentemente prático: o peixe é pescado numa ilha próxima a Sofala e é comido comumente na cidade. Esse sentido prático se conjuga com a curiosidade de um peixe que tem formas humanas, geme como um humano ao ser morto, podendo ser a origem do mito das sereias e dos tritões.

Podemos observar como as histórias orais recolhidas por Fr. João dos Santos recebem mais crédito do que muitas fontes escritas. Ao contar uma história relacionada a uma cobra venenosa, o dominicano afirma: "ainda que isto pareça ficção de cafres, contudo algumas pessoas de crédito dessa terra me affirmaram que acontecera na verdade o que tenho dito".[29] Sua informação sobre o reino do Preste João, relacionada no Livro IV, provém quase inteiramente do que lhe contou um mercador veneziano, de nome Jeronymo Cherubim, a bordo da nau que trouxe ambos de volta à Europa em 1600. Já vimos o uso dessas histórias orais com relação a pessoas velhas que se lembravam da construção da feitoria portuguesa de Sofala e do conflito com o sultão Yusuf. Outros viajantes também compartilharam histórias com o dominicano, entre os quais muitos portugueses que desde Sofala viajavam para o sertão ou para ilhas da costa, como as Bocicas. Dentre as fontes escritas, percebemos como ele também privilegia aquelas provenientes de experiência prática. Duas obras são citadas ao longo de todo o livro: a *Informação das Coisas de Moluca*, de Gabriel Rebello (1569), e a *Historia de las cosas más notables, ritos y costumbres del gran reyno de China*, do padre Juan de Mendonza (1585). Essas duas obras são usadas para comparar informações, inclusive com relação a animais. Seria necessário uma investigação sobre essas obras para estabelecer sua relação com a de Fr. João dos Santos, porém podemos levantar a hipótese de que elas sejam privilegiadas por possuírem um sentido pragmático, relacionado à experiência, no sentido de experiência vivida, como na acepção dada por Walter Benjamin em "O narrador": a experiência, estilhaçada pela sociedade industrial, tem uma raiz na oralidade, mesmo que registrada em forma escrita. Também, para Benjamin, a experiência vem de longe, ela tem um distanciamento, seja temporal ou espacial: o portador da experiência é, por excelência, o

[28] *Ibid.*, pp. 150-153
[29] *Ibid.*, p. 131

ancião, que traz lembranças e saberes de tempos longínquos, ou o marinheiro, que traz lembranças e saberes de lugares longínquos.

Considerações finais

Este trabalho é fruto de uma pesquisa ainda em estágio inicial, tendo recebido bolsa do CNPq a partir de dezembro de 2021, com validade até 2023, dentro de um projeto intitulado "*Palavramundo* - a África oriental no registro de Fr. João dos Santos (1608)", vinculado ao programa de História Social desde agosto de 2021. Em outras ocasiões, trabalhamos com a obra do dominicano, que conta com cerca de 1000 páginas (500 para *Etiópia oriental* e a mesma quantidade para o segundo volume, *Varia historia de cousas notáveis do oriente*), através de outras perspectivas, mais centradas na história cultural, das práticas religiosas, observando os espaços de circulação dos portugueses na África oriental, buscando preencher as lacunas da fonte com um conhecimento mais aprofundado sobre a história das sociedades africanas com quem o autor interagiu, sobretudo os shona e os swahili. Procuramos neste trabalho dialogar com o campo da história das ciências, observando a princípio a forma de validação epistêmica utilizada pelo dominicano, que remete ao sentido da experiência e do testemunho de vista na Alta Idade Moderna. A partir de uma visão mais aprofundada sobre o conceito de circulação, procuramos realçar as agências de outros sujeitos além do autor, sobretudo sujeitos subalternizados pelo registro e pela historiografia tradicional. Assim, procuramos ver as relações de colaboração, entendendo esta como parte da "negociação", através do foco na dimensão local da produção do conhecimento, nas relações quotidianas e improvisadas, evidenciando o que poderia parecer um pormenor ou um aspecto secundário da fonte. Poderíamos ter levado essa problemática para outros aspectos da produção do saber pelo dominicano, como o conhecimento do universo religioso, das redes comerciais, ou mesmo dos espaços afro-índicos que a obra dá a conhecer. No entanto, escolhemos trabalhar com a descrição dos animais por ser uma dimensão da obra sobre a qual não tínhamos nos debruçado ainda, embora se estenda por vários capítulos dos livros I, II e III de *Etiópia Oriental*, que se referem justamente aos territórios mais viajados pelo autor, quais seam a região de Sofala e do Quiteve, o planalto do Zimbábue e o reino do Monomotapa, a ilha de Moçambique e o arquipélago das Quirimbas. Reconhecemos que ainda precisamos nos acercar melhor da problemática sobre o conhecimento dos animais na Alta Idade Moderna, bem como seria necessário formular melhor o entendimento sobre circulação, agência e negociação na produção desse conhecimento, tema sobre o qual realizamos aqui apenas uma primeira aproximação. Nossa intenção principal aqui foi desvendar e reorganizar o material disponível, vendo quais outras relações de sentido seria possível produzir.

Referências

ALGRANTI, Leila; MEGIANI, Ana Paula (orgs.) *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XVII*. São Paulo: Alameda, 2009

CAÑIZARES-ESGUERRA, "The Colonial Iberian Roots of the Scientific Revolution", *Nature, Empire and Nation*. New York: Stanford University Press, 2006

CARVALHO, Teresa Nobre. "Registros da biodiversidade africana anotados por Frei João dos Santos (1608)". Atas do Congresso Internacional *Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*., p. 5

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteiro, 2011

FAN, Fa-ti. "The Global Turn in the History of Science". *East Asian Science, Technology and Society: an International Journal.*

FURTADO, Júnia. "Entre Angola e Moçambique: um projeto português de ligação entre as duas costas da África e suas fontes europeias e africanas" [no prelo]

GINZBURG, Carlo. "O inquisidor como antropólogo". *Revista Brasileira de História,* vol. 1, n. 21, 1991

MUSCALU, Ivana. *"Da boa guerra nasce a boa paz": a expulsão dos portugueses do planato do Zambeze: reino do Monomotapa, África Austral (1693-1695)*. Tese de Doutoramento, Programa de História Social (USP), 2017

_____. *"Donde o ouro vem": uma história política do Reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI)*. São Paulo: Intermeios, 2015

PROSPERI, Adriano. *Tribunais da consciência: inquisidores, confessores e missionários*. São Paulo: Edusp, 2013

RAJ, Kapil. "Além do Pós-colonialismo… e Pós-positivismo - -circulação e a História Global da Ciência". *Revista Maracanan*, n. 13, 2015

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CULTURA NEGRA E AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DAS LUTAS SOCIAIS E SEUS ENQUADRAMENTOS NA ESCRAVIDÃO MODERNA

Thiago Medeiros Fernandes[1]

Em meio a tantas mudanças significativas no início do século XX, dentre elas, o reflexo da herança da abolição da escravatura decretada em 1888 e, um ano depois a proclamação da República. A sociedade brasileira presenciou a busca pela legitimação da identidade social que a população negra enfrentou, pois, estas mudanças foram símbolos do marco da liberdade política, econômica e social para a sociedade, mas, para a população negra, representou o início da luta por direitos legais, que nada teve de natureza benéfica para a população negra no quesito de direitos de liberdade, pelo contrário, o sentimento de escravidão e suas consequências ainda ficaram embutidas nos diversos estratos sociais e, alimentou essa falsa sensação de liberdade que não garantia direitos significativos.

Contudo, afirma Nilma (2017, p. 29) "deixar de ser um "ex-escravo" ou liberto para ser cidadão, ter direitos iguais, não ser visto como inferior e vivenciar a cidadania plena era o sonho perseguido pela população negra da época", no qual, cada vez mais, tornava-se uma utopia a ser conquistada. Principalmente, diante da reafirmação da indiferença exercida pela sociedade à comunidade negra que, sofria uma coerção social no silenciamento dos elementos identitários da cultura africana e afro-brasileira, alimentando assim, práticas de exclusão e privação de direitos comum a todos. É neste contexto que se inicia um largo debate para repensar o papel do negro na sociedade após a abolição dos escravos no Brasil. Como trazer uma cidadania plena em meio à estereótipos que definia o negro na sociedade? A população negra foi vista à margem da sociedade, seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da 'teoria do branqueamento'; seja ainda economicamente (ANDREWS, 1991). Tais fatores possibilitaram a construção de um isolamento social velado, tanto políticamente, quanto socialmente quando tratava-se de discutir a marginalização do negro em diversos setores da sociedade.

E, neste processo de construção/legitimação da república, os negros libertos reagem ao cenário de marginalização que era imposto pela sociedade, desenvolvendo o que posteriormente foi designado como o início do movimento negro organizado, seus primeiros passos para identidade de luta, criando dezenas, quiçá centenas de grupos (denominados clubes, grêmios ou associações), de caráter assistencialista, recreativo e cultural. (DOMINGUES, 2004; PINTO, 1993). Tal processo, foi primordial para a construção do "associativismo negro", como afirma Jonatas Roque Ribeiro,

> O associativismo negro é entendido aqui como um conjunto de práticas concernentes ao costume de se associar e de certificar, ou legitimar, formas de sociabilidade variadas difundidas entre os diversos estratos da população negra.

[1] Mestrando em História, Cultura e Espacialidade, pela Universidade Estadual do Ceará. Email: thiago.medeiros@aluno.uece.br

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

> É um termo formulado pelos estudiosos das experiências negras no pós-abolição, isto é, ao contrário de "clubes negros" ou "sociedades dos homens de cor", por exemplo, expressões utilizadas pelos próprios negros para designar e definir os seus espaços associativos, a palavra associativismo negro foi traçada posteriormente às experiências desses sujeitos como um conceito capaz de contemplar as trajetórias dos clubes e outros espaços associativos negros surgidos no final do século XIX e no pós-abolição (RIBEIRO, 2019, p. 9).

É neste contexto que, diversas associações negras foram sendo criadas entre as principais cidades do Brasil, tais organizações, foram fundamentais para agregar elementos de conscientização e articulação racial pautadas no prisma da diversidade desses sujeitos silenciados por conjunturas políticas, econômicas e sociais no pós-abolição. Lembrando que, o termo "raça"[2], é uma construção social, política e cultural criada nas relações sociais de poder ao longo processo histórico e, tal representação, ganhou ressignificação pelo Movimento Negro (GOMES, 2005).

Contudo, percebe-se que os movimentos sociais pós-abolição foram elementos cruciais para inserção da identidade de luta da comunidade negra na sociedade e, evidentemente, trouxe partes constituintes que imprimia um caráter de luta antirracista ao longo do século XX. Tal pesquisa está em andamento e o objetivo é dialogar com as fontes esclarecidas para abrir um diálogo. Então, a proposta do artigo será dividida em dois tópicos, no primeiro serão debatidos sobre a Imprensa Negra Brasileira na sua formação identitária da cultura negra e afro-brasileira na luta por direitos e o segundo a Frente Negra Brasileira e seus desdobramentos na sociedade.

Elementos constitutivos para à identidade negra pós-abolição: Imprensa Negra Brasileira

Como a população negra não conseguia espaço na sociedade pós-abolição, encontrou outras formas de expressar os seus interesses em comum, daí surge a criação de um impressa que atendesse às demandas socias diretas dos afro-brasileiros, para alimentar um sentimento comum a todos, pois é assim que se tem a formação do grupo, a partir do ponto de encontro de várias correntes de pensamento coletivo que se cruzam e tornam-se elementos constitutivos para a memória coletiva, conseguindo dispor de laços e interesses convergentes (HALBWCHS, 1990).

É neste anseio, de sentimento em comum, e pautado na luta pela inserção social da população negra, que surge formas de manifestações que se concretizaram no aparecimento de pasquins e jornais direcionados a este grupo, conhecidos no seu conjunto de Imprensa Negra (CARVALHO, 2010). O que seria, de fato, tal significado para à sociedade da época? Qual seria o peso social que tal imprensa significaria? Conforme Gilmar Luiz (2010, p. 66), "Imprensa Negra compreende o conjunto de jornais criados e mantidos por pessoas negras, direcionados ao público negro para o atendimento de expectativas específicas em defesa de seus interesses".

[2] Os militantes e intelectuais que usam o termo raça não o adotam no sentido biológico, eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e levando em conta as dimensões histórica e cultural que este nos remete (GOMES, 2005, p. 47).

A disseminação da produção de informações para a população negra, possibilitou não só um veículo para unificar ideias em comum, mas um convite para trazer à tona a imposição social de silenciamentos que carregavam indiferenças à cultura negra e afro-brasileira que foi deixado pela atmosfera pós-abolição. Que marcou e, também, foi propulsor na construção de uma identidade de luta antirracista caracterizado pelas demandas socias dos negros no Brasil. Pois, como realça Nilma Lino (2017), os jornais tinham um papel educativo, disseminavam a informação e, consequentemente, politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos à construção de sua integração na sociedade da época.

Conforme Bastilde (1973, p. 132), "a criação do períodico marca a passagem da reivindicação jornalística à reivindicação política". Isto é, neste mosaico de jornais que compõem o que chamamos de Imprensa Negra, nasce o início de uma luta, que traz à tona contextos de natureza reivindicatória inerentes às demandas sociais da comunidade negra e, por conseguinte, vai ao encontra das pautas de luta anti-racistas que estão sendo desenhadas, a partir das carências e silenciamentos da população negra.

Ou seja, este itnerário de luta que foi agregando novos conceitos de forma gradual, até atingir seu caráter de natureza antirracista, foi sendo cada vez mais incisiva, na luta pelos direitos da sociedade para a população negra. Pois, para chegar nesta caminhada de luta, certamente, percebemos a grande contribuição que a Imprensa Negra teve na formação desta movimentação do negro na sociedade e o quanto traçou caminhos para dar vida ao combate do racismo e a indiferença social, afim de garantir um pertencimento histórico para a comunidade negra, de luta, de cidadania e que almejava o reconhecimento como ser social. Conforme Nilma Lino,

> A imprensa negra paulista, com suas diferentes perspectivas, pode ser considera como produtora de saberes emancipatórios sobre a raça e as condições de vida da população negra. Desde os primeiros anos do século XX até meados dos anos de 1960, alguns jornais que circulavam à época foram: O *Xauter* (1916), *Getulino* (1916-1923), O *Alfinete* (1918-1921), O *Kosmo* (1924-1925), O *Clarim d'Alvorada* (1929-1940), A *Voz da raça* (1933-1937), *Tribuna Negra* (1935), O *Novo Horizonte* (1946-1954), *Cruzada Cultural* (1950-1966), entre outros. (GOMES, 2017, p. 29)

A Imprensa Negra teve sua contribuição para legitimar um espírito de equalização social na comunidade negra, assim como, produziu também pensamentos de emancipação sobre a raça, como suscinta a fonte, capaz de criar uma âncora de apoio socialmente cultural que contemplava à demandas emergenciais da época, tais ideais, nasceram numa sociedade republicana que estava se reafirmando enquanto regime político, e importava pensamentos prontos da Europa, no caso a "teoria do branqueamento".

Afirma Gomes (2017), a imprensa negra trouxe rupturas no imaginário racista do início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à comunidade negra o lugar de inferioridade intelectual. Sua criação foi marcada por pontualidades, no qual Carvalho (2009) traçou uma linearidade para melhor compreensão:

> Utilizando de uma reanálise dos conteúdos dos jornais negros, mas ao mesmo tempo reconhecendo que dispõe de material mais recente em relação à obra Roger Bastilde, Mirian Nicolau Ferrara propõe que as fases da imprensa negra paulista sejam delimitadas da seguinte forma: o primeiro período, entre 1915 e 1923; o segundo 1924 a 1937. Na primeira estaria presente um caráter recreativo,

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

> informativo e benificente e seu término é marcado pela fundação em 1923 do jornal *Getulino*. O segundo período seria inaugurado com a fundação, em 1924, o jornal *O Clarim da Avorada*. O aparecimento da Frente Negra estaria inserido nesta fase que terminaria em 1937, com o Estado Novo (CARVALHO, 2009, p. 10).

Depreende-se que, a divisão de fase tem um caráter auxiliatório na compreensão da construção histórica da jornada da Imprensa Negra, enquanto movimento político que estaria se reafirmando socialmente, através da disseminação da luta contra o racismo e pautas voltadas à população negra. Essas fases, nos ajuda entender o processo histórico e suas nuances que foram sendo estabelecidas neste recorte temporal. Assim como, visibiliza identificar atos de censura em meio a expansão da Imprensa Negra, pois tais objetivos de luta abriam espaço para a causa antirracista e, cada vez mais, estavam enquadrados no campo político.

Conforme Ricardo Ramos (2014, p. 39), o advento da Imprensa Negra Paulista, "contemplou o anseio da população negra quando à elaboração e idealização de um grupo que fizesse frente aos demais veículos de grande circulação que ignorava os negros". Tornando-se uma referência de luta identitária na inserção do negro na sociedade, assim como, o combate ao racismo e a discriminação que refletia na atmosfera social "pós-abolição".

Afirma Pinto (2006), com o fim da escravidão, depois de São Paulo, com *A Pátria*, o Rio Grande do Sul, foi estado com a produção jornalística feita por negros que deu sequência na defesa dos interesses do grupo sociorracial, com *O Exemplo*[3], que tinha com intuito de unir o interesse em comum da população negra e, ainda como afirma Pinto (2006, p. 159), "O *Exemplo* não apenas tomava parte nas discussões públicas, como também apresentava suas propostas para a garantia do bem comum", desta forma, reafirmava um compromisso com datas comemorativas e acontecimentos de natureza institucionais entre à população negra.

Conforme Gomes (2011, p. 135) "destacamos o Rio Grande do Sul da denominada imprensa negra brasileira, pelo fato do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre ter sido o mais antigo do país, fundado em 1892". Contudo, o nascimento da Imprensa Negra no Brasil, acontece num panorama bem heterôgeneo, levando em consideração o tempo e o espaço social de cada região, entretanto, existe elementos que se convergem entre si, que são as reivindicações já existentes antes da abolição dos escravos, tais pensamentos, foram alicerces para o desenvolvimento dos primeiros jornais de produção negra no Rio Grande do Sul. Entretanto, podemos dizer que isso foi o início para conquistar os espaços de poder e, deste modo, trazer à tona o debate necessário quando se fala de igualdade racial, e assim, formar caminhos para uma luta mais concisa contra o racismo impreganado pós-abolição.

A identidade negra e afro-brasileira a partir da Frente Negra Brasileira

Petrônio Domingues (2007), identifica a primeira fase do movimento negro brasileiro, do início do século XX até o Golpe do Estado Novo, em 1937. Nesta fase, percebe-se como

[3] Criado em 11 de dezembro de 1892, um grupo de homens negros deu início à publicação do jornal O Exemplo, primeiro título da imprensa negra gaúcha. A empreitada percorreu 37 anos, encerrando sua atividade em 1930, em virtudes de complicações financeiras por causa na quebra da Bolsa de Nova York (PINTO, 2006, 156-157).

referência nacional a criação da Frente Negra Brasileira[4] (FNB), nascida na cidade de São Paulo em 1931, e com intenções de se tornar um movimento nacional e, em 1936, se transforma em partido político, chegou a agregar vários negros e pelas estimativas de seus dirigentes, superou o número de 20 mil associados em vários estados brasileiros. Apontada como maior entidade negra do início da metade do século XX, a FNB reunia na sua composição escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios (DOMINGUES, 2007; NASCIMENTO, 2018).

Conforme Nilma Lino (2017), a Frente Negra Brasileira, tinha como meta, também, a integração dos negros na vida social, política e cultural, denunciando as formas de discriminação racial existente na sociedade brasileira daquele período, além do caráter de conscientizar, politicamente, a população negra para uma ação coletiva em busca da conquista do espaço, que não se teve pós-abolição de imediato, foi, de fato, um fator a ser conquistado a base de luta social, em meio às teorias racistas que legitimavam a inferioridade da cultura negra e davam embasamento para a sociedade ir de encontro com os direitos de igualdade racial no Brasil.

Após 1936, quando a FNB se torna um partido político, *A Voz da Raça* passa a exercer importante papel na disseminação dos ideais políticos da população negra (CARVALHO, 2009). De fato, conseguiu algumas conquistas relativas a participação social das instituições, tais conquistas, indicavam um sinal para legitimação dos direitos para a cultura africana e os afro-brasileiros e, claramente, abre caminho para debater novas lutas que o movimento negro conseguiu agregar ao longo do século XX. Entretanto, a Frente Negra Paulista trazia elementos de natureza integracionista que caracterizava uma fragmentação ideológica e de caráter nacionalista, diferentemente do Teatro Experimental Negro que trazia objetivos básicos de luta para a comunidade negra, como afirma Abdias Nascimento,

> resgatar os valores da cultura africana, marginalizados por preconceito à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante; através de um pedagogia estruturada no trabalho de arte e cultura, tentar educar a classe dominante "branca", recuperando-a da perversão etnocentrica de autoconsiderar superiormente europeia, cristã, branca, latina e ocidental. (NASCIMENTO, 2016, p. 161)

Petrônio Domingues (2008), a luta pela implementação das ações afirmativas só é possível porque o movimento negro deixa, cada vez mais, de ser *culturalista* e passa fomentar um projeto antirracista mais veementemente, priorizando à política como espaço de ação. Esta conquista de espaço político social garantiu terreno, cada vez mais fértil, para a reivindicação dos direitos para a população negra no Brasil, além do que, construiu alicerce políticos viáveis no diálogo com às instituições, acerca das pautas da comunidade negra. Ou seja, na construção de identidade como movimento social, o movimento em si, foi agregando novos objetivos de acordo com às demandas sociais estabelecidas para modelos antirracista mais incisivos.

[4] O termo "frente" era bastante usado na época , a exemplo fa Frente Única Paulista, que uniu o PRP (Partido Republicano Paulista) ao partido Democrático. (SIQUEIRA, 2006, p. 83)

Sendo assim, vários desafios são identificados para aceitação desses movimentos, dentre eles, podemos situar a adesão política para legitimação do processo de luta e ação de políticas públicas que sejam porto institucional na construção dos direitos e, certamente, leis que possam auxiliar na garantia desses direitos na sociedade. Assim como, a questão política que, de início, é colocada em segundo plano como instrumento para o alcance da FNB. E também, vale ressaltar à crítica implícita ao Governo que beneficiaria o imigrante em São Paulo (CARVALHO, 2010). Contudo, a solução seria o investimento na educação para alcançar os objetivos almejados pela população negra, nos paradigmas educacional, pautada na conscientização e valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Conforme Ricardo Ramos (2014), a Frente Negra Brasileira foi uma instituição muito bem organizada que permitiu a população negra unir suas reivindicações num só espaço, além de que, tratou de agregar à educação como pauta na constituição, enquanto movimento de luta social que, estava como prioridade e preocupação na disseminação de instrução para a população negra. Por certo, caracterizava uma munição para o esclarecimento e combate à indiferença social, no qual, a população negra enfrentava. O primeiro presidente, Arlindo Veiga dos Santos[5], dando voz à instituição ditando suas pretensões:

> Deve ser a F.N.B. (e ela faz por ser) uma obra educação e reeducação; de formação e preparação para a vida, ordenadas à Gente negra e ao Brasil; uma obra de dar ao patrício consciência do que êle é, e mais ainda: do que êle pode vir a ser com esforço próprio orientado por quem sabe orienta-lo porque sabe onde tem o nariz...; uma obra de cultura que não se faz em um dia, mas lentamente, com o vagar das coisas sérias. Sómente realizando êsse programa, é que poderá ser concretizada a "integralização" no Negro na vida nacional, como quer Sr. Conde de Afonso Celso, que acima citamos, como quer o Orgânico-Sindicalismo. (Arlindo Veiga dos Santos, Papagaios negros, A Vóz da Raça, 1(13) 17.6.1933, p. 1, *in*: PINTO, 2013, p. 93)

Claramente, é notório perceber o fomento na dimensão educacional partindo do negro como alicerce no desenvolvimento dos elementos que reafirma a inserção social dos afro-brasileiros. Contudo, o próprio artigo deixa evidente a lentidão do processo na garantia das conquistas, principalmente, à indiferença social que paira sobre o imaginário social e, por estar inclusa numa memória coletiva, tornar-se mais complexo a descontrução de narrativas engessadas socialmente. Só por meio da educação, através de um trabalho informativo e construtivo de identidade, seria possível alcançar patamares e posições que, de fato, dessem poder para viabizar a luta anti-racista.

A FNB, sem dúvida, estava caracterizada como a maior organização da sua época, tanto pelo dimensão quanto pelos números de participantes, sendo assim, contemplava claramente ideias heterôgeneas que não eram aceitas por todos os integrantes. Afirma Pereira (2011), a FNB era uma organização com forte caráter nacionalista, cuja estrutura lembrava a de inclinação fascista, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em outubro de 1932. Certamente, o nacionalismo extremo não estava em consenso com o movimento negro da

[5] Arlindo Veiga dos Santos, nascido na cidade de Itu, interior de São Paulo, em 1902, jornalista, escritor, poeta, ensaísta, novelista, professor, tradutor, congregado mariano, monárquico, patriótico, nacionalista e tradicionalista, Arlindo Veiga dos Santos teve um papel de relevância na Imprensa Negra Paulista, além de ter sido um dos fundadores e o primeiro presidente da Frente Negra Brasileira. (SALES, 2014)

época, o grupo do jornal *O Clarim d`Alvorada*, que circulou entre 1924 e 1932, tinha como liderança José Correia Leite[6] que, também foi fundador da FNB. Mas durante a aprovação do estatuto, devido à "inclinação fascista" ele rompeu com a Frente Negra, como conta em seu livro:

> Nós do grupo d´*O Clarim d´Alvorada*, no dia em que foram aprovados os estatutos finais, fomos combater porque não concordávamos com as idéias do Arlindo Veiga dos Santos. Era um estatuto copiado do fascismo itaiano. Pior é que tinha um conselho de 40 membros e o presidente desse conselho era abdoluto. A direção executiva só podia fazer as coisas com ordem desse conselho. O presidente Veiga dos Santos, o absoluto. (LEITE, 1992, p. 94)

Ou seja, no processo de legitimação da Frente Negra, o depoimento de Leite deixa claro os sintomas fascistas em que grupo estava se consolidando, demonstrando a fragmentação ideológica dos integrantes que, nitidamente, traziam suas discordâncias em meio ao contexto global do nascimento de regimes totalitários no mundo. Fundador da FNB, José Correia foi um líder do grupo, questionou o apoio da organização para com os ideais monárquicos e do centralismo político, além de acusar os líderes da FNB de monarquistas e integralistas, saindo da deligência da associação e fundando a Frente Socialista (GOMES, 2009, p. 132).
A FNB não se limitou apenas em São Paulo, teve outras organizações que se expressaram com características específicas, em Salvador, até a década de 30, percebe-se poucas organizações de "gente preta", como irmandades e algumas associações operárias e beneficentes, entretanto, nenhuma tinha com caráter de defesa das pessoas de cor contra os preconceitos raciais (AZEVEDO, 1996, p.185 *Apud* BACELAR, 1996). Contudo, a Frente Negra da Bahia teve sua fundação em 1932, presidido pelo seu líder e fundador Marcos Rodrigues dos Santos[7]. E, conforme Arilson dos Santos Gomes,

> A cidade de Salvador, diferentemente do que ocorreu em São Paulo, era a favor da ordem social, política e econômica estabelecida nos moldes tradicionais. A diferença de seus organizadores em relação aos paulistas ocorreu porque na cidade de São Paulo sofreram abertamente discriminação no mercado de trabalho, sendo substituídos pelos imigrantes. Os afro-descendentes paulistas tinham grandes expectativas de superação dessas condições, acenada pelas agitações dos anos de 1930. Em Salvador, os negros baianos continuavam em posições normais, integrados ao trabalho, sobretudo autônomo (GOMES, 2009, p. 134).

Nota-se que ambas as cidades tinham diferentes indicadores no despertar da FNB, os baianos, como o próprio excerto deixa claro, tinha um caráter de ordem social, político e econômica no parâmetro tradicional, outro ponto, era a disputa pelo mercado de trabalho com os imigrantes em São Paulo, enquanto em Salvador, tal disputa era tímida, pois o trabalho era na sua maioria autônomo. Ou seja, os movimentos tinham características em comum, enquanto organização negra, mas, fatores políticos e sociais determinavam a criação

[6] José Correia Leite, nascido em São Paulo, em 1900, foi um ilustre personagem da Imprensa Negra e também fundador da FNB, em 1931.
[7] Marcos Rodrigues dos Santos, principal liderança da Frente Negra da Bahia, fez parte do grupo dos "homens de cor" em São Paulo, o professor ao liderar a FNBa, seguramente influenciou na escolha desse local para a tividade na importância do combate ao preconceito (SANTOS, 2018).

e duração de cada movimento que emergiu no Brasil. A organização foi passageira, durou aproximadamente cinco meses, mas despertou na comunidade negra soterapolitana a desigualdade entre negros e brancos e a possibilidade de unir os negros para combater o preconceito e a discriminação, ponto crucial para a formação de "oásis"[8] (GOMES, 2009). Deste modo, a FNBa foi um veículo fundamental para trazer à tona, mesmo que timidamente, as insatisfações reprimidas que, claramente, revelava a questão racial e, embora adormecida, tocava fundo no inconsciente da classe trabalhadora (BACELAR, 1996).
A FNB, no qual o centro das ideias nasceu em São Paulo, teve uma repercussão em vários locais no Brasil e, certamente, foi um parâmetro para o nascimento de várias filiais no âmbito nacional na constituição de organizações negras pós-abolição, entretanto, vale ressaltar a heterogeinidade não só dos agentes silenciados dessas organizações, mas à divergência de natureza ideológica, econôimica e social que tais movimentos imprimiam no âmbito local. Conforme Jonatas Roque Ribeiro,

> A primeira delegação da FNB criada em Minas Gerais foi a da cidade de Guaxapé, fundada em 1932, imediatamente após a constituição congênere paulistana. Durante a sua existência, que parece ter sido a mesma da FNB, ou seja, até 1937, a associação foi presidida por Pio Damião, que também foi o fiscal geral da Frente Negra de Minas Gerais, cuja a delegação central similarmente em Guaxupé (RIBEIRO, 2019, p. 14)

Neste sentido, percebe-se que FNB teve aspectos nacionais e suas ideias centrais conseguiram migrar para outros estados, no qual, impulsionou a criação de outras filiais da FNB, lembrando que, tal movimento não carcterizou uma unificação nacional, mas despertou ramificações de poder para comunidade negra, abriu espaço de fala e construção social enquanto comunidade negra, além de que, foi o início da gênese de uma cidadania para a comunidade negra que foram pautados na diversidade, educação e luta por direito de uma construção identitária livre das amarras do branqueamento.

Contudo, é perceptível o nascimento de organizações negras no contexto nacional, no qual, cada estado traz características peculiares no seu processo de formação. No caso de Pernambuco, como evidencia Fátima Aparecida Silva, na cidade de Recife, em 1934, surge a Frente Negra Pernambucana "o movimento que protestava contra a discriminação racial que colocava o negro na posição de "inferioridade" e defendia a formação intelectual da população negra como estratégia para sair desta condição"(SILVA, 2008, p. 43). Tais contextos diferenciavam dos princípios norteadores de outros estados, pois convidava a população negra sair do marasmo de "inferioridade" e garantir uma base educacional para a conscientização dos seus direitos, diante da injustiças acumuladas simbolicamente que estava imposto pelo reflexo pós-abolição na sociedade. Neste sentido, como afirma Silva (2008, p. 44), a base de pensamento estava pautada no lema: "unificar, educar e orientar".
A Frente Negra de Pernambuco, teve como líder e um dos principais fundadores, José Vicente Rodrigues Lima[9], no qual, teve um papel fundamental para a propagação do movimento, mesmo com o fechamento das organizações negras no contexto mundial como

[8] "A metáfora de oásis e deserto foi pensada a partir da leitura de Arendt, que utiliza esses termos para refletir a condição humana, mantida através desses desafios." (GOMES, 2009, p. 133).
[9] José Vicente Rodrigues Lima, foi um dos fundadores do movimento negro em Pernambuco, sua história se mistura com a própria história da Frente Negra Pernambucana (SILVA, 2007).

o Estado Novo, pois FNP foi transformada em Centro de Cultura Afro-Brasileira em 1937. Todavia, é importante salientar o processo de resistência que os negros pernambucanos tiveram para reiventar a luta diante da censura política, pois, a Frente Negra Brasileira, enquanto partido e, naturalmente, organização de caráter político, tiveram seus direitos negado diante do regime fechado imposto. Entretanto, como afirma Silva (2008, p. 47), "o que verificamos é que o Centro de Cultura Afro-Brasileiro, em Recife, é uma entidade que existe até os dias de hoje", evidenciado um símbolo de resistência africana e afro-brasileira que ultrapassou regimes políticos que cercearam o direito de luta para a população negra.

Alguns crivos sociais, políticos e econômicos, foram obstáculos no processo de construção/continuidade de luta para diversas organizações, dentre elas a FNB, tendo em vista a ameaça comunista de 1935 que torna-a suspeita por sua frequente associação com práticas militares (CARVALHO, 2010). Quando foi encerrado com a implantação do Estado Novo[10], em 1937, pelo presidente Getúlio Vargas, colocando na ilegalidade todos os partidos políticos, com o Decreto n°37, de 2 de dezembro de 1937 (BRASIL, 1937).

Além da Bahia e Pernambuco, tivemos também indícios da organização da Frente Negra no Rio Grande do Sul, tal movimento nasceu do reflexo da Imprensa Negra da região, como o jornal *O Exemplo*. Pois, já contava com um espaço para discutir e reafirmar pautas que agregavam a comunidade negra e traziam uma atmosfera de construção identitária da cultura africana e afro-brasileira, por certo, tornavam-se um veículo direto de conscientização e aprendizado de luta no imaginário da sociedade. Conforme Gomes,

> No Rio Grande do Sul, a Frente Negra Pelotense foi fundada no dia 10 de maio de 1933 por José Adauto Ferreira da Silva, Carlos Torres, José Penny, Humberto de Farias e Miguel Barros, integrantes do periódico *A Alvorada*. Tinha como atividades, em suas dependências, a realização de cursos para a comunidade negra, direcionados para a educação e união (GOMES, 2011, p. 135).

Segundo a fonte analisada, de fato, à educação também está inserida como pauta na construção identitária para à inserção do negro no meio social, tal característica vai ao encontro com os outros movimentos que tiveram ascenção no contexto nacional, entretanto, tais movimentos tendem discordar por fatores distintos que englobam o contexto cultural, econômico e social, e, certamente, vão além, pois há divergências também de caráter ideológico como "à inclinação fascista" suscintada pela imprensa negra paulista. Contudo, é percepetível elementos que estão interligados nas organizações negras pelo Brasil e, evidentemente, pontos que divergem na sua conjuntura, lembramdo que tal paradoxo não impediu à construção identitária do movimento negro agregar uma agenda de luta que buscasse à identidade negra em meio à imposição do mito da democracia racial.

O movimento social negro brasileiro, nesta primeira fase, engajaria para a luta a demarcação de espaço político na sociedade para o afro-brasileiro, além de características primordiais na construção identitária do movimento negro. Afirma Amilcar Araújo (2011), teria como principal ponto a busca pela inclusão do negro na sociedade, com um caráter

[10] Período no qual Getúlio Vargas se mantém no poder, por meio de um golpe que, se sustentava na justificação do reajuste do organismo político à necessidades econômica do país, pois, na visão dele não se tinha outra alternativa senão a que foi tomada, instaurando um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho (VARGAS, 1938, apud SCHIAVON, 2007, p. 68-69)

"assimilacionista", sem a busca pela transformação da ordem social, e mais ainda, imprimia uma luta que estava em construção, na sua gênese, agregando valores e ideias anti-racistas, desmistificando conceitos e aprimorando o que hoje entendemos como "movimento negro"[11], tal profusão de ideais estava amadurecendo a construção de ações mais incisivas e, de fato, criando um percurso para a criação de outras organizações, a fim de constituir os direitos de igualdade racial na sociedade brasileira.

Considerações finais

A configuração da identidade negra construída ao longo do século XX, foi pautada em vários movimentos sociais com características bem peculiares, como foi debatido no artigo com a Imprensa Negra, a FNB e o Teatro Experimental Negro. Tal diálogo não se limita nesta discussão, pois a pesquisa está em andamento e propõe suscitar mais evidências para trazer elementos constitutivos na formação identitária da cultura afro-brasileira e africana. Entretanto, de acordo com as fontes preliminares podemos inferir o quanto tais movimentos sociais conseguiram agregar um caráter antirracista e rompeu, nas suas limitações, barreiras preconceituosas que assolavam a sociedade brasileira pós-abolição.
Vale ressaltar que, atualmente, na conjuntura política, econômica e cultural do Brasil, prevalece casos de uma escravidão moderna[12] com incidência comum a população negra, tais indicadores têm com base a situação econômica e precarização, desde do sistema trabalhista à condição para adesão das oportunidades no mercado de trabalho. Pois, o indivíduo escravizado é tratado de forma descartável sem nenhum tipo de remuneração ou condições precárias de ambiente salubre (BUENO; CARDOZO, 2016). Diante disso, vale evidenciar a importância das conjuturas estruturais da identidade africana e afro-brasileira, enquanto movimento social a fim de combater os enquadramentos sociais de fome, desemprego, descriminação racial para a população negra em tempos de escravização moderna, tendo em vista casos marcantes da população negra sendo explorado por tal fenômeno. Assim como, evidenciar os impactos das ações afirmativas enquanto reflexo de luta histórica da caracterização identitária do Movimento Negro com intuito de combater o racismo existente no Brasil que, notadamente, ainda prevalece com o discurso do "mito da democracia racial".

Referências

ANDREWS, George Reid. **O protesto político negro em São Paulo (1888-1988)**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n° 21, p. 27-48, 1991.

[11] "[...] o conjunto de iniciativas de resistência e de produção cultural e de ação política explicíta de combate ao racismo que se manifesta por via de uma multiplicidade de organização em diferentes instâncias de atuação, com diferentes linguagens, por via de uma multipliciade de organização espalhadas pelo país." (SOUZA, 2005, p.14)
[12] Condições análogas à escravidão e escravidão contemporânea são expressões para nos referirmos à situação dos escravos modernos, aqueles que viveram e aqueles que ainda vivem no período posterior a "libertação dos escravos" como escravos (BUENO; CARDOZO, 2016, p. 5)

BASTILDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de São Paulo. Universidade de São Paulo**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim CXXI. Sociologia, n° 2. Estudos Afro-brasileiros, 2ª série, 1951.

BARBOSA, Márcio (Org.). **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombo hoje, 1998.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto-lei n. 37**, de 2 de dezembro de 1937. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html acessado 22/06/2022.

BUENO, Thais Barros de Lima; CARDOZO, Guilherme Lima. **A escravidão moderna no Brasil: Análise sob o aspecto do princípio da dignidade da pessoa humana**. Revista EDUC – Faculdade de Duque de Caxias. Vol. 03. 2 jul/dez. 2016.

CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; SANTOS, Manuel Rodrigues. **Estado Novo português e Estado Novo brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio arquitetônivo (década de 1930-1940)**. Encontro Internacional Arquimemória: Sobre preservação do patrimônio edificado, Salvador, 2013.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2009.

DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo. Univerisdade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. Dimensões: Revista de História da UFES. Dossiê: Identidades negras e indígenas. Ed. 21, 2008.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Pauo: Ed. Senac, 2004.

FERNANDES, Bruno Diniz. **Consciência coletiva, identidade negra e cidadania: uma perspectiva pós-colonial para as construções sociais no Brasil**. Revista África e Africanidades. Ano 3, n° 11, 2010. Disponível: http://africaeafricanidades.com.br/documentoss/01112010-10.pdf acessado 13 de maio de 2022.

GOMES, Arilson dos Santos. **Oásis e desertos no Brasil: da frente negra brasileira aos congressos nacionais sobre a temática afro-brasileira e negra**. Acervo – Revista do Arquivo Nacional, v. 22, n. 2, p. 131-146, 2011. Disponível em <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45439> Acesso em 07/06/22.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, 2005 – Coleção para todos.

GOMES, Nilma Lino**. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALBWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo:Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. – 3. ed. – São paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Daniele Galvani do. **A LEI 10.639/03 ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA ESCOLAR: História e cultura afro-brasileira e africana em uma escola no município de Franca/SP**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas. Franca-SP, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: A Imprensa Negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese de Doutorado: FFLCH-USP, São Paulo, 1993.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Pauo: luta e identidade**. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil**. Cadernos de história, PUC- Minas. *DOI*: 10.5752/p. 2237-8871, vol. 12, n° 17, p. 25, 2011.

RIBEIRO, Jonatas Roque. **História Social dos Clubes Negros no pós-abolição**. 9° ENCONTRO E LIBERDADE DO BRASIL MERIDIONAL. Florianópolis –SC, 2019.

SALES, Ricardo Ramos. **A imprensa Negra Paulista e a educação: um movimento de resistência**. Dissertação de Mestrado. Pontífica Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, 2014.

SANTOS, Lucas Andrade do. **"Em que a raça precisa de defesa?" A Frente Negra da Bahia (1932-1934)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2018.

SANTOS, Pedro de Souza. **Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo (1915-1937)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco. Itaiba, 2007.

SCHIAVAN. Carmem G. Burgert. **Estado Novo e Relações luso-brasileiras (1937-1945)**. Dissertação de mestrado. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SILVA, Fátima Aparecida. **A Frente Negra Pernambucana e sua prposta de educação para a população negra na ótica de um dos seus fundadores: José Vicente Rodrigues Lima – Década de 1930**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará- UFC, 2008.

SILVA, Fátima Aparecida. **O movimento social frente negra pernambucana 1936-1937: a história continua**. Anpuh – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

SIQUEIRA, José Jorge. **Entre Orfeu e Xangô: a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil (1944-1968).** São Paulo: Pallas, 2006.

SOUZA, Floretina da Silva. **Afrodescendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. São Paulo: Autêntica, 2005.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A HISTÓRIA DE TRABALHO DE MULHERES NOS SERINGAIS AMAZÔNICOS (1940-1950)

Agda Lima Brito[1]

Introdução

Analisaremos a história de mulheres nascidas na região da Amazônia e/ou mulheres imigrantes, sobretudo nordestinas, em buscas de delinearmos suas vivências em meio às matas Amazônicas. Para isso foi necessário perceber como as mulheres que moravam nos seringais, através do trabalho como coleta de castanha, de açaí, cultivo de gêneros alimentícios, defumação de borracha e pesca, acabaram se tornando as responsáveis pela manutenção de suas famílias, além de com isso evitarem comprar produtos nos barracões dos patrões, criando meios de resistir a exploração dos donos de seringais. Desse modo, fazendo uso de fontes orais e fontes oficiais, pesquisamos a história de trabalho das mulheres que viveram nos seringais entre 1940 a 1950.

Salientamos ainda que as mulheres dentro do tema proposto serão nossas protagonistas, tendo em vista que os trabalhos realizados por elas, dentro dessas comunidades perpassam por vários eixos. Enfrentavam uma rejeição frente ao olhar masculino, no entanto à medida que vão atuando em vários campos de trabalho acabam se tornando o eixo central familiar.

Dentro dessa dinâmica de trabalho, a atividade feminina sofrera uma menor valorização, ainda que essas mulheres tenham uma rotina de trabalho extremamente cansativa, conforme apontam às fontes, entrevistas de homens e mulheres que trabalharam nos seringais nesse período, o serviço feminino acabava tendo um olhar desvalorizado. Por isso decidimos ter como ponto principal o trabalho feminino nos seringais.

Passada a Segunda Guerra Mundial, outros cultivos vão ter maior evidência além da borracha. Na realidade em *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas 1943*[2] já encontramos uma preocupação em instigar o plantio de certos gêneros como coco, castanha, pau rosa dentre outros, a fim de abastecer a cidade de Manaus. Em contrapartida segundo as fontes orais, existia uma pressão por parte dos patrões para que somente a coleta da borracha fosse realizada e as famílias que insistiam em fazer roçados eram consideradas preguiçosas, "seringueiros ruins (ALBUQUERQUE, 2005, p. 60)", Cristina Wolff trata bem dessas dificuldades:

> A grande questão é que, apesar de ganhar com a seringa muito mais dinheiro do que poderia obter no Nordeste, o seringueiro aqui era obrigado a gastar muito mais com sua subsistência, pois qualquer mercadoria era vendida nos barracões a um preço muito maior do que nas cidades, as vezes 200% mais caro. Além disso, a troca não era normalmente mediada pelo dinheiro, o qual o seringueiro somente obtinha ao final do período de corte, se lograsse ter saldo em sua conta – corrente, na qual eram debitadas suas compras no barracão e creditada a borracha produzida. Isso se o patrão ainda se dispusesse a pagar o saldo, pois são muitos os relatos de brigas entre patrões e seringueiros que cobravam seus saldos. (WOLFF, 1999, p. 139)

---

[1] Doutora em História, membro do grupo de pesquisa História, Poder e Ideias Políticas do PPGHS-UERJ. E- email: agdaalencar.lima@gmail.com.

[2] Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1942. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

No entanto esses trabalhadores iram resistir a esse sistema de trabalho, onde principalmente as mulheres iram ser responsáveis pela produção de outros gêneros alimentícios a fim de evitar consumir nos barracões. As famílias que trabalhavam em outros serviços, como por exemplo, os cultivos da roça, acabaram sofrendo maior repressão por parte dos patrões. Isso acreditamos, ter perdurado até o pós-guerra, pois conforme a extração da borracha entra em crise, ocorre um maior empenho do seringalista em manter esse sistema de dívidas para amarrar o trabalhador ao local. Nos *Relatórios do Diretório do Comercio do Amazonas de 1950*[3] percebemos como os donos de seringais ainda enxergam na extração da borracha, uma saída para a crise na região.

Os Planos para a região

O governo visava criar uma política de recuperação para a região da Amazônia discutida desde 1946, conforme aponta Carlos Eugenio Renha:

> Proposto pelo deputado federal pelo Amazonas Leopoldo Peres, o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sucinto, o artigo apenas definia que a União plicasse quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária no desenvolvimento da área amazônica por, no mínimo, vinte anos consecutivos. Além da União, os Estados e os Territórios da região amazônica, bem como os respectivos Municípios, também estavam obrigados a reservar para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias.(RENHA, 2017, p. 46)

No entanto somente em 1953 foi criada a lei nº1. 806 O Plano de Valorização Econômica da Amazônia[4], que tratava – se de uma série de medidas visando incentivar o desenvolvimento da região, dentre eles incrementar o desenvolvimento agrícola, destacamos o artigo 1, que resumi parte do plano de valorização:

> Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.[5]

Na realidade as propostas levantadas no livro do Governo Federal sobre o que deveria ser feito para que o *Programa de Emergência para a Amazônia*[6], desse certo, no próprio documento

[3] Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1950. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.
[4] Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Pagina Consultada em 19 de setembro de 2016.http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html.
[5] Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Pagina Consultada em 20 de novembro de 2016.http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html.
[6] Presidência da Republica- Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia.

já consta orçamento geral e como seria investido em cada área tendo em vista que segundo o Plano deveriam ter melhorias e desenvolvimento na Agropecuária, transporte, comunicações e energia, desenvolvimento cultural, recursos naturais e saúde.
No desenvolvimento Agropecuário deveriam ocorrer diversas melhorias como fomentar a produção agrícola e sua defesa sanitária, produção pecuária e sua defesa sanitária, mecanização da lavoura, colonização uma vez que a mão de obra na região sempre representou um problema e investimentos em pesquisas, uma vez que Reis acreditava no desenvolvimento mais também na preservação da região[7].
Para Reis a situação da região era preocupante e o Plano era visto como uma forma de integrar e desenvolver, muito além dos moldes anteriores que só se sustentavam na extração a borracha e não adquiriam novos meios de se sustentar, conforme aponta no livro do governo federal:

> Essa obra de recuperação se exerce sobre uma região cujo colapso econômico decorre não propriamente de condições particularmente hostis do meio, mas da extinção de um ciclo econômico da borracha silvestre, das perturbações sofridas pelo tipo de organização social e econômica que criou e que não pode ainda adaptar-se a novas condições econômicas, nem absorver novas técnicas de trabalho, nem método de vida.[8]

Uma vez que a borracha só beneficiava os patrões donos de seringais, mas houve muito pouco investimento em técnicas que buscassem melhorar a produção da borracha, na realidade o lucro da borracha na década de 1940 foi bem menor se comparado com o primeiro "boom da borracha", o governo preocupava- se em tentar incentivar o plantio de outros gêneros, mais os patrões durante muitos anos, insistiam que a borracha (mesmo em crise), deveria ter amparo do governo federal.
Foram vários os superintendentes que tentaram assumir a SPVEA mais acabaram renunciando devido a pressões internas e falta de recursos financeiros que impedia que o projeto avançasse. A União não repassava verba acordada e os políticos de cada região só disputavam a verba e não seguiam um plano eficiente para a sua localidade, varias obras ficaram inacabadas e a imagem da SPVEA como instituição que não funcionava só aumentava, levando a sua extinção em 1966 (RENHA, 2017, p. 136).
Trabalhamos com a hipótese de que criação da SPVEA acarretou mudanças dentro do meio rural no Amazonas, pois um de seus pontos principais será investir na agricultura e pecuária. Importante ressaltar que entendemos os seringais como um espaço de trabalho que abrange várias atividades e não somente o lugar onde é colhida a seringa. Nos *Relatórios de Comercio do Amazonas* de 1950, por exemplo, produtos como a castanha, a farinha, juta dentre outros vão ser amplamente tratados como um recurso de incentivo da Amazônia.
Segundo Rodolfo Coelho e Carlos José a SPVEA não teriam tido êxito em seus planos de desenvolvimento devido a uma série de fatores que tornavam inviáveis modernizar aquelas regiões, a falta de recursos suficientes para isso, seria um desses fatores. Já durante o governo

Valorização econômica da Amazônia- Programa de Emergência (artigo 19 da lei nº 1.086. de 6 de janeiro de 1953).Setor de coordenação E Divulgação, Belém- Pará- Brasil. 1954.
[7] Ibid,. p. 3.
[8] Ibid,. p. 4.

Juscelino Kubitschek seria realizado o planejamento da construção de Rodovias através dos planos de metas, para os autores essas rodovias teriam contribuído para o desmatamento da região conforme aponta Rodolfo:

> O principal elemento que deu condições para a ampliação do desmatamento na região foi a construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Brasília-Acre (BR-29, atualmente BR-364). Esses dois grandes eixos rodoviários permitiram a formação de muitos povoados, vilas e cidades que, adotando como atividade econômica a agricultura e a pecuária em áreas próximas a essas rodovias, culminaram no desmatamento ao longo dos mesmos.(PRATES E BACHA, 2011, p. 608)

Além de contribuírem para o desmatamento nos arredores daquelas regiões, segundo Gilberto Marques (MARQUES, 2013) o governo de Juscelino Kubitscheck acabou favorecendo os conflitos na região da Amazônia, uma vez que apoiaram empresários, passando títulos de terras para seus nomes, sobretudo no Pará. Gilberto Marques fala sobre a situação dos trabalhadores: "Enquanto na nova política se propõe o estabelecimento do capitalismo na Amazônia (como que se, de alguma forma, ele já não estivesse presente), o Programa de Emergência negava o assalariamento entre os camponeses (MARQUES, 2013, p. 178)."

Então se por um lado ocorriam mudanças nos investimentos na Amazônia e nos incentivos do que seriam produzidos naquele momento, as famílias que trabalhavam no campo, possivelmente continuavam em uma situação difícil. Além disso, a degradação do meio onde viviam, acarretaram tensões no meio do trabalho. Para isso é importante analisar os serviços que realizavam e o cotidiano dessa população na mata.

Trabalhadoras nos seringais

Com a presença do trabalho feminino era possível se dedicar a agricultura e ao corte da seringa, mesmo com os patrões tentando enraizar na mente dos trabalhadores que a produção da borracha era prioridade, conforme apontado por Cristina Wolff (Wolff, 1999).

Nesse contexto foram reinventadas novas formas de sobrevivências nas colocações, contanto com aquilo que era produzido dentro dos próprios seringais e com aquilo que poderia ser adquirido em meio à mata Amazônica. Na relação com ambiente em que viviam essas mulheres foram aos poucos se tornando peças fundamentais para assistência de suas famílias nos seringais.

As mulheres vindas de outras regiões ou nascidas nos seringais, dentro das colocações, desde muito cedo já tinham uma rotina de trabalho. Contanto com o tempo para cada coisa, para cada colheita, para o corte da seringa.

Por conseguinte, percebemos como os modos de trabalho ainda estão vivos na memória dessas mulheres, já que o seu cotidiano de trabalho estava em torno de sua sobrevivência nas colocações e nos barracões. Dessa forma, sua rotina girava a maior parte do tempo em torno do trabalho.

As que trabalhavam nas colocações ao mesmo tempo em que produziam para os seringalistas, experimentavam certa liberdade criando suas formas de resistência, pois segundo Gerson:

> A diferença é que no mundo em que vivem, os personagens dessas histórias ganham forma no silêncio, na solidão e nos seus modos de relacionamento com a floresta. Em sua compreensão de mundo, eles ganham concreticidade porque se articulam com os significados da preservação da existência humana, com suas tradições e valores, significados que fazem parte de seus modos de vida em constante reelaboração (ALBUQUERQUE, 2005, p. 60).

Gerson Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2005), pesquisando acerca da história de resistência desses trabalhadores do rio Muru, destaca suas vivências na mata, demonstrando uma história de lutas, de solidariedades entre essas famílias. Segundo Albuquerque os seringueiros, dentro dos seus territórios de produção, a mata, buscavam estratégias de burlar o sistema, desviar a produção e negociar mercadorias longe dos olhos do patrão, realizando fugas ou reivindicações por melhores preços. Tudo isso simboliza a resistência nas colocações, dentro de suas experiências de trabalho, rompendo com o medo presente e apresentando formas de reação contra os patrões.

Resistência nesse sentido silenciosa, não necessariamente de enfrentamento direto com o patrão, mas sim criando estratégias para romper com a dominação dos donos dos seringais. Dessa forma eles estavam burlando o sistema imposto de troca dos barracões e buscavam outras alternativas.

Segundo Freitas (FERREIRA, 2004) essas mulheres estavam longe de serem apenas donas de casa e mães de famílias, onde a figura do homem é o único responsável pelo sustento da casa, a autora destaca a questão da resistência da mulher quebrando esse domínio do marido e aprendendo a realizar trabalhos dentro da mata como o corte da seringa. Um caso evidente é o processo de tomada de decisões e nas mulheres que foram estabelecendo canais importantes no ambiente doméstico e de trabalho.

A divisão entre trabalho produtivo relacionado com os homens e o trabalho reprodutivo vinculado à mulher já está enraizado em nossa cultura. Há uma ideia de que o trabalho feminino é complementar ou menor. Por isso não se tem essa visão que o trabalho feminino é primordial, sem levar em consideração que antes esses trabalhadores não conseguiam realizar outras tarefas além da coleta da seringa e que, portanto, acabavam consumindo em maior quantidade produtos nos barracões. Só que com a presença da família, nesse segundo momento de produção da borracha, toda a família é inserida nessa dinâmica de trabalho.

Mesmo as mulheres iram cortar seringa, cortavam em menor quantidade, que os homens, pois elas em sua maioria se preocupam em cortar nas regiões mais próximas das colocações, de suas casas, por conta dos filhos. Sem contar que o faziam com ferramentas mais velhas, doadas pelo marido, e com isso sua produção seria de menor escala se comparada ao do homem (WOORTMANN, 1998, p. 21-22).

É importante lembrar, que no período que a borracha não era cortada, homens e mulheres se dedicavam as mesmas funções como coletar castanha, por exemplo, mesmo realizando o mesmo serviço, ocorre uma diferenciação do trabalho feminino, ainda colocado como menor. Em documentário colhido na década de 1990 por um grupo de estudantes, as mulheres narram suas trajetórias em seringais de Rondônia e os serviços que realizavam, ao passo que elas contam suas histórias, é colocado também à narrativa de homens, ilustrando

que elas até poderiam fazer esses serviços, mas que eram serviços pesados, "não era coisa que mulher deveria fazer"[9].

Por isso se fez necessário comprovar como essas mulheres começaram a buscar outras formas de se manter fora das dependências dos barracões. Além da borracha, a coleta da castanha, a produção da farinha e a manutenção de uma roça são exemplos claros de mercadorias que eram vendidas nos regatões e armazenadas para consumo próprio (WOORTMANN, 1998, p. 12-14).

Como relata, Ana Xavier após a morte do pai, ela começa a exercer a atividade do corte da seringa nas regiões mais afastadas, após casada, continuará trabalhando na lida de coleta do látex e outras atividades:

> *(...)* por que o serviço mais pesado que tinha, era você corta seringa, brincadeira mana eu saía de madrugada, o Anibal (marido de Ana Xavier) saía duas horas da Madrugada pra estrada, dava um rodo, quando chegava oito horas do dia chegava em casa, aí almoçava, ficava um pedacinho virava pra trás, chegava em casa quatro horas, quatro e meia, com o leite, ia colher, aí defumar, guardava, botava a borrachinha lá, vamos pro lago, vamos mariscar...[10]

Organizavam-se de modo que envolvia toda família nos afazeres diários, trabalho esse que se fazia necessário, haja vista que o seringueiro passava muito tempo fora na realização deste e outros serviços. No relato de Consuelo Ladislau Pereira, afirma que a família de sua mãe era de agricultores dentro dos seringais, seu pai cortava seringa no Anori, ela descreve com que trabalhavam na região:

> Com feijão, arroz. Elas plantavam, eles eram agricultor, era assim cuidava daquelas pessoas,cozinhava, matava boi e tudo porco, galinha, ela fazia pros que tavam trabalhando com eles, do nordeste também.[11]

Essas mulheres também eram responsáveis pelo serviço de defumação. O látex, esse processo era realizado dentro dos tapiris, em sua maioria realizados por mulheres, que ficavam expostas a fumaça. Francisca Ribeiro trabalhadora do seringal, evidência esse serviço:

> (...) ele cortava seringa e eu ficava em casa com os meninos, aí quando era de tarde que ele chegava com o leite, ajudava ele defumar, fazia borracha(risos)defumar né, no tapiri né, aí deixava nós defumando eu mais o Jucelino (filho de Francisca) e ele ia atrás de matar um bicho pra nós comer, caçar.
> Aí quando ele chegava nós já tinha acabado de defumar a borracha, aí no outro dia ele saia quatro horas da madrugada pra cortar, ele ia cortando e ia botando aquela tigelinha na árvore né, aí quando acabava de corta todinho meio dia ele voltava colhendo já o leite no balde né, aí quando ele chegava, já era de tarde né.

---

[9] Documentário por Alejandro Ulises Bedotti e Maria Luzia Ferreira Santos. Refere-se ao produto final de pesquisa na área de Geografia Humana realizada pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, com apoio do CNPq.1996.

[10] PINTO, Ana Xavier. Ana Xavier Pinto. depoimento [15 Novembro. 2013]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2013.

[11] LADISLAU, Consuelo. Consuelo Ladislau [10 Abril. 2016]. Entrevistadora: Jéssyka Samya, Manaus: Amazonas, 2016.

> Umas quatro horas ele chegava com o leite, aí ele, deixava nos defumando eu mais o Jucelino (filho) e ele ia atrás de uma comida, mata uma caça pra nós jantar...[12]

Apesar dos perigos na defumação da borracha, pela que muitos adoeciam por causa da fumaça, vemos como as mulheres assumiram alguns serviços nas colocações tais como a defumação e a coleta de seringa, mas também estas famílias conseguiam ter tempo para caçar, para cultivar roça, diminuindo assim o consumo nos barracões.
Francisca das Chagas trabalhava entre dois seringais um mais próximo da Beira no rio em Hamburgo e um seringal mais no centro no Jutaí. O seringal de Hamburgo que ficava mais na beira no rio, possibilitava a essa trabalhadora o serviço de roça, trabalho esse que não era possível no seringal mais no centro da mata em Jutaí, aponta:

> não, por que era demais longe, era na terra firme mesmo é muito longe, não dava não...
> Era tão longe da Beira menina que nos andava umas duas horas e meia a pé pra chegar lá na colocação, cortava e cortava.
> No começo logo era bom tinha caça tinha tudo, depois não tinha nada não, só faltava morrer de fome, os bichos tudo tinham se afugentado tudo, não tinha mais nada, nos sofria muito..[13]

Ana Xavier, durante todo seu relato manifesta insatisfação com os patrões. Ela que tinha uma rotina constante de trabalho em meio à mata, aponta a todo instante revolta com o domínio exercido pelos seringalistas ao mesmo tempo em que através de sua produção, burlava o sistema imposto pelo patrão vendendo para o regatão:

> Mas lá era uma miséria de vida. Uma pobreza, só o patrão que tinha dinheiro e quem tirasse um quilo de borracha pra vender fora, ele botava pra rua.
> Vendia, eu, meu cunhado, um irmão meu, irmão não, irmão do meu marido e eu. Meu marido, todos os dois cortava seringa, eles fazia um príncipiozinho, escondia e ia esperar o regatão, lá na outra praia e vendia, lá ele ia... ai é que nos podia comprar uma roupa mulher, uma roupa melhorzinha.[14]

Ainda que fosse difícil até para os patrões fiscalizar o serviço dos seringueiros, se eles descobrissem que o trabalhador estava vendendo borracha para os regatões (que se tratava de embarcações fluviais que atracavam na beira dos rios, normalmente de noite para comprar borracha dos seringueiros escondido dos patrões) eles confiscavam toda mercadoria do seringueiro, entre outras práticas mais violentas.
Nas entrevistas percebemos como estas famílias, sobretudo as mulheres e crianças trataram de trabalhar em outros afazeres, dentre eles os mais presentes são o roçado, plantio de milho, mandioca, tabaco, coleta de castanha, fabricação de farinha,

[12] RIBEIRO, Francisca das Chagas. Francisca das Chagas Ribeiro. depoimento [10 Fevereiro. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.
[13] RIBEIRO, Francisca das Chagas. Francisca das Chagas Ribeiro. depoimento [10 Fevereiro. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.
[14] PINTO, Ana Xavier. Ana Xavier Pinto. depoimento [15 Novembro. 2013]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2013.

defumação da borracha, pesca, coleta de frutas. Uma infinidade de práticas que eram usadas para ficarem menos dependentes dos desmandos dos patrões e mais a frente, com os dos empresários atraídos pela ideia de desenvolvimento para a região.

Constatando que no pós-guerra esse controle sobre essas famílias que trabalhavam nos seringais se estenderia por mais alguns anos, na realidade essa prática de trabalho análogo ao escravo tem se perpetuado por diversas regiões da Amazônia. Neste sentido, estamos tentando dar conta desse período de 1950 onde existe uma preocupação do Governo Federal com o desenvolvimento da Amazônia e seguindo até 1970 onde a SPVEA deixa de existir devido a diversos fatores e ocorre o surgimento da SUDAM[15] que vem atuando até o tempo presente. Estamos tentando entender o porquê de o mesmo sistema de trabalho ter perdurado dentro das matas. As famílias da mata foram mantidas como trabalhadores não reconhecidos, em se tratando das mulheres a situação se torna ainda mais grave, pois a negligência ocorre desde a década de 1940 quando elas já eram trabalhadoras atuantes na região do Amazonas e não conseguiram se aposentar como seringueiras.

Se pensarmos que essas mudanças incentivaram principalmente a agricultura, poderemos perceber também que atingiram essas trabalhadoras que tinham como principal tarefa o roçado. Boa parte da família estará envolvida nessa atividade de agricultura e também na extração da madeira, que já está em voga em 1960.

Acreditamos que surge aí outro problema, pois essa degradação do meio onde vivem essas famílias implicara uma quebra com sua cultura de preservação, tendo em vista que aprenderam outras práticas além do trabalho com a terra, como as práticas de cura dependiam da preservação do meio onde viviam.

A falta de organização dos planos da SPVEA em cada região e falta de recurso, acabaram por contribuir para que os patrões pelo menos até a década de 1950 continuassem a pressionar essas famílias para que extraíssem seringa, para isso cada vez mais exploravam essas famílias.

Já na década de 1960 percebemos como os problemas nas matas Amazônicas agora se tornaram outros, a modernização da agricultura, derrubada da madeira, os novos empreendimentos que iram afetar a vida das comunidades. Acerca dessas transformações que pretendemos tratar nesta pesquisa, os impactos na vida dessas famílias e novos desafios que terão que enfrentar.

Além disso, logo após vieram os planos do governo militar para Amazônia, que implicaram em uma serie de problemas que até hoje deixam feridas abertas na região sobre questões ambientais, e ainda que as disputas por terra e problemas com a degradação da mata tenham se agravado nos anos 1970 em diante. Nos anos 1960 o problema com grilagem de terra já era comum e assim começavam a avançar os planos dos militares para a região da Amazônia, na busca por desenvolvimento as políticas que vieram do governo federal acabaram contribuindo para a degradação da floresta Amazônica causando assim um grande problema na vida das populações que ali habitavam.

[15] Lei nº 5.173, de 27 de outubro http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Recorte de Revista sobre incentivos fiscais para SUDAM - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Referências

Fontes

NOGUEIRA, Raimundo. Raimundo Nogueira. Depoimento [06 Abril. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.

GUIMARÃES, Antônio. Antônio Guimarães. Depoimento [06 Abril. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.

Página Consultada em 22 de Janeiro 2018 https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene.
Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Pagina Consultada em 19 de setembro de 2016.http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html.

Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Pagina Consultada em 20 de novembro de 2016.http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html.

Presidência da Republica- Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia. Valorização econômica da Amazônia- Programa de Emergência (artigo 19 da lei nº 1.086. de 6 de janeiro de 1953).Setor de coordenação E Divulgação, Belém- Pará- Brasil. 1954.

Relatório Administração Sesp. Serie Organização e Funcionamento. 1944. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro

Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1942. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

Bibliografia

ASSUNÇÃO, Sandra; SILVA, Josué; SILVA, Adnilson. **Lembranças do Lugar: O ser Seringueiro em Extrema** RO. Revista Igarapé, Vol. 1, No 1 (2013).

BENCHIMOL, Samuel**. Amazônia: um pouco – antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHEROBIM, M. — **Trabalho e comércio nos seringais amazônicos**. Perspectivas, São Paulo, 6:102-107, 1983.

DAUPHIN, Célia, FARGE, Arlette, PERROT, M. **A história das mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia.** Tradução de Rachel Soihet. Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa. Gênero. NUTEG- Núcleo Transdisciplinar dos Estudos de Gênero. 2º. Sem 2001- vol.2, n.1(2 sem 200), Niterói : Ed. UFF,2000.

FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

FERREIRA, Maria Liége Freitas. **Mulheres no Seringal: submissão, resistência, saberes e práticas (1940-1945)**. VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação. Paraíba, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** ed. — 51o Faul© i Copanhia Editeis Nacional, 2003. — (Biblioteca universitária. Séria 2, Citadas social» í v. 23). – ver também FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

LEAL, Davi Avelino. **Por uma arqueologia dos seringais**. **Revista Canoa do tempo** (UFAM), v. 1, p. 205-2201, 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo**. **Revista de Sociologia e Política.** N° 9,1997.

LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulher e Seringal: Um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas.** Dissertação de mestrado. Ufam: Manaus, 2013.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia.** ESTUDOS AVANÇADOS 19 (54), 2005.

MARQUES, Gilberto S. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca.** Petrópolis, Vozes, 1984.

MCGRATH, David. **Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional.** Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MORGA, Antonio Emilio e LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulheres nos Seringais do Amazonas: sociabilidade e cotidiano. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa**, v. 6, n. 1, p. 91 - 104 jan. / jul. 2015.

NASCIMENTO, Maria das Graças. **O Trabalho silencioso da mulher no interior da Floresta Amazônica. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente-** Março. - N° 11, Vol. II, 1998.

PEREIRA, Marcelo Souza. **Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. Revista Somanlu**, ano 12, n. 1, jan./jun. 2012.

PERROT, Michelle**. Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª. Ed, 1988.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina.** (CIP) UFPA, Belém: Açaí, 2010.p.p.124,136.

PRATES, Rodolfo Coelho e BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011.

Reis, Arthur Cézar Ferreira**. O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

Reis, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

Reis, Arthur Cézar Ferreira. "**O ciclo do ouro negro. Ampliação do espaço. A concorrência asiática".** In: A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo [versão mimeografada e anotada]. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1956.

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. "**A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)",** 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2017.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico**. Belém: UFPA, 1989.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. **"A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero"**. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, jul – dez. 2007.

SOIHET, R. **História das Mulheres e História de Gênero** - um depoimento**. Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas/ São Paulo, v. 11, 1998.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **"Varadouros da Liberdade": Cultura e trabalho entre os trabalhadores seringueiros do Acre**. Projeto História, São Paulo, (16) de fev. 1998.

TEXEIRA, Carlos Correia. **Servidão Humana na Selva: O Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia**. Manaus, editora Valer/ Edua, 2009.

UGARTE, Maria Luiza. **Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920.** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.p. 2.

WOORTMANN, Ellen. **Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In. Os estudos rurais e estudos urbanos**. (Org.). Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

NO JOGO DAS EMOÇÕES: ENTRE O VERBAL E A IMAGEM

Breno Gabriel dos Santos[1]
Matheus Henrique da Silva[2]

Introdução

Tomando como base teórica principal as concepções de Kleiman (1996), Koch (1997, 1992), Koch e Elias (2010), o presente trabalho trouxe uma reflexão, buscando ampliar, dentro do escopo da Linguística do texto, sobre o modo como se dão os efeitos de sentido produzidos entre os textos verbais e não verbais presentes na obra "outros jeitos de usar a boca". A obra chamou-nos a atenção justamente pelo fato de que se constitui na relação verbal-visual, ou seja, os poemas materializados em cada página relacionam-se a uma ilustração que fora produzida pela própria autora Rupi Kaur. Em virtude disso, foi preciso pensar como se dá a atividade discursiva da referenciação além do texto verbal, tomando-se por base uma figura de leitor ativo que (re)constrói os sentidos também a partir de inferências e ativação de conhecimentos na relação com a imagem.

Além disso, foi preciso trazer à baila, neste percurso de pesquisa, uma reflexão sobre o conceito de conhecimento prévio com base no que foi proposto por Kleiman (1996), a saber: (i) conhecimento linguístico; (ii) de gênero textual; (iii) e conhecimento de mundo, buscando encadear o papel de tais conhecimentos ao processo de referênciação, partindo da interdependência de duas diferentes materialidades: imagética e verbal.

Dessa maneira, tomando o processo de referenciação como atividade discursiva dinâmica na qual os objetos do discurso são introduzidos, modificados, desativados, reativados, recategorizados, de modo a (re)construir-se o sentido no curso da progressão textual, estamos compreendendo essa atividade na relação com a ativação de conhecimentos e esquemas mentais para a instauração de relações semânticas e conceituais. Em termos de materiais de análise, selecionamos, para este relatório, uma textualidade extraída de cada capítulo do livro "outros jeitos de usar a boca", de Rupi Kaur.

Assim, levando em consideração que a leitura é uma atividade de construção e reconstrução de sentidos do/pelo texto por meio da interação autor-texto-leitor, faz-se necessário, então, observar que, além das pistas deixadas pelo autor, é preciso que o leitor ative seus conhecimentos na busca de (re)construção dos sentidos no texto. Logo, é crucial que o sujeito-leitor faça uso de estratégias sociocognitivas que, dito de outra maneira, significam mobilizar uma quantidade variada de conhecimentos que ele possui armazenado em sua memória de maneira inconsciente (Koch, 1997).

Com isso, afirmar que o leitor faz um processamento textual estratégico significa que, mediante um texto, o sujeito desempenha concomitantemente inúmeros recursos de interpretação que acontecem de maneira efetiva, eficiente, flexível, de maneira rápida e orientada (Koch e Elias, 2010).

[1] Graduando do curso de Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). brenogdsantos@gmail.com
[2] Graduando do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). matheushs.soc@gmail.com

No gesto de escrita do presente relatório final do projeto, dividimos a apresentação em três seções: Em um primeiro momento, buscamos trazer as bases teóricas sobre as quais se assenta este estudo. Adiante, serão apresentadas as noções que dizem respeito ao processo de referenciação na relação com a inferenciação, ou seja, com a associação de um elemento no texto a partir de um modelo cognitivo. Por fim, na terceira parte, traremos um gesto analítico acerca de textualidades presentes na obra "outros jeitos de usar a boca", de Rupi Kaur, em uma tentativa de ampliar as reflexões em torno dos papéis dos conhecimentos ligados à leitura, tendo em vista a relação da materialidade verbal e a visual. Para realização do gesto analítico, teremos apoio em autores tais como Kleiman (1996), Koch (1997), Koch e Elias (2010).

Pressupostos teórico: a concepção interacionista

Considerando o quadro teórico no qual o artigo está ancorado, serão apresentados conceitos teóricos basilares a respeito da concepção de texto, sujeito e leitura. Buscando compreender o texto com foco nas contribuições da Linguística Textual, em sintonia com Bentes (2012), ancoramo-nos em uma concepção na qual

> [...] o texto passa a ser estudado dentro de seu contexto de produção e a ser compreendido não como um produto acabado, mas como um processo, resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas (2012, p. 263)

Tem-se ciência de que existem diversas teorias que entendem a leitura enquanto um simples processo de decodificação (foco no texto) que se dá quando um sujeito olha para um texto qualquer e atribui sentido aos símbolos gráficos nele presentes (AEBERSOLD, e FIELD, 1997). Para mais, há vertentes que tratam o texto como um simples produto (foco no leitor) onde o sujeito-leitor deve apenas "captar" as ideias do autor que ali estão presentes (KOCH, 2003).

No entanto, conforme afirmam Koch e Elias (2010), entende-se que leitura é uma prática de interação entre autor-texto-leitor na busca pela produção de sentidos e que, para além disso, é uma tarefa altamente complexa, já que não é algo linear, nem cumulativo e que carece de múltiplos processos cognitivos (KLEIMAN, 1996).

Nesse sentido, a visão interacionista compreende esse processo como algo que se constitui a partir de etapas, tendo em vista que o ledor decodifica, compreende, interpreta e retém. O mesmo faz isso pois "o texto tem um potencial de evocar significado, mas não tem significado em si mesmo" (MOOR, et al., 2001, p.160). Sendo assim, o legente deve reconhecer o que está escrito e em que gênero foi feito, entender a ideia central e a sua finalidade, marcar uma posição e, finalmente, reter o que foi entendido.

Ou seja, ao contrário da visão dicotômica que tem o foco apenas no texto ou no leitor, a visão que tem o foco no autor-texto-leitor entende que o sujeito-leitor é alguém ativo, individual, com suas próprias experiências, que persegue as "pistas" deixadas pelo autor. Em outras palavras, o sujeito-leitor é visto como ativo e elabora, testa e confirma suas hipóteses de leitura, capta mensagens e faz inferências trazendo suas próprias experiências para o texto (SCHILLING; SOLÉ, 1998).

Em contraposição à premissa de que a leitura seja um simples processo de decodificação dos elementos linguísticos presentes na superfície do texto, a ótica interacionista entende, também, leitura como um movimento no qual se leva em conta as experiências e os conhecimentos de quem lê. Segundo Koch e Elias (2010):

> A leitura de um texto exige do leitor bem mais que o conhecimento do código linguístico, uma vez que o **texto** não é simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado por um receptor passivo. (KOCH; ELIAS, 2010, p.11, grifo do autor)

E, por fim, verifica-se nos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa a concordância com a perspectiva interacionista, já que afirma que "a leitura não é um processo de decodificação de letra ou palavra, mas sim uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência". Posto isso, conclui-se que, partindo de uma análise interacional, a leitura é uma atividade de produção de sentido que visa o sujeito-leitor enquanto um construtor de sentidos (KOCH; ELIAS, 2010).

No que diz respeito ao conhecimento prévio, Kleiman (1996) afirma que exista um "tripé do conhecimento prévio", desta forma, a autora afirma que os conhecimentos necessários para o processamento textual são: (i) conhecimento linguístico; (ii) conhecimento de mundo; (iii) e o conhecimento do gênero textual. O conhecimento linguístico, conforme Kleiman (1996), compreende o entendimento gramatical e lexical do sujeito. Devido a isso, ele é responsável pela composição do conteúdo linguístico presente na superfície textual, pela coesão que gera a remissão para trás (anáfora) ou remissão para frente (catáfora) e responsável também pela escolha lexical adequada ao tema ou aos modelos cognitivos ativados (KOCH, 1997).

Já o segundo conhecimento, o de mundo, é aquele em que o indivíduo traz a respeito das coisas ao seu redor, funcionando como uma espécie de "conhecimentos gerais" sobre o mundo. Esse conhecimento pode ser tanto do tipo declarativo (proposições a respeito dos fatos do mundo) quanto do tipo procedural (os modelos cognitivos socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência), como afirma Koch (1997). Devido a esse conhecimento que se faz possível levantar hipóteses e produzir inferências.

Para Kleiman (1996), o conhecimento de gênero trata-se da capacidade do ledor decodificar e diferenciar os gêneros textuais, fazendo com que ele seja capaz de mobilizar as informações corretas para entender tal texto (KLEIMAN, 1996). Desse modo, o leitor consegue diferenciar uma notícia de uma narrativa fantástica, por exemplo.

Temos, portanto, a ancoragem em uma noção de que a leitura compreendida como prática de interação, o que pode nos oferecer caminhos para uma compreensão dos processos por meio dos quais o sujeito-leitor se envolve para que o mesmo produza um entendimento do que lê. Conforme Koch (2002, p.17): O sentido de um texto é [...] construído na interação texto sujeito (ou texto-coenunciadores) e não algo que preexista a essa interação. Também a coerência deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, passando a dizer respeito ao modo como os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sociocognitivos mobilizados na interlocução, vêm a constituir em virtude de uma construção dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos.

A referenciação

Compreende-se por referenciação as múltiplas formas de construir e reconstruir objetos de discurso por meio da inserção de novas entidades ou referentes. Este recurso faz parte de uma das principais estratégias para a construção da coerência do texto, já que, conforme Koch e Elias (2009), "quando tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina progressão referencial".
Se o modo como nos expressamos fosse algo estável e imutável, seria possível entender os referentes enquanto coisas que citamos quando nos comunicamos por meio de textos. Entretanto, os referentes (entidades de natureza substantiva) são refacções ou representações mentais da realidade, contudo, não espelhando de forma direta o mundo real, dado que não são simples rótulos para designar coisas.
Na elaboração dos referentes textuais, estão implicadas três grandes estratégias de referenciação: a introdução (construção), a retomada (manutenção) e a desfocalização.
A estratégia de introdução se dá no momento em que um objeto ainda não mencionado é inserido no texto, de maneira que a expressão linguística que o representa é posta em foco, tornando esse objeto proeminente.
Já o processo de retomada realiza-se quando um objeto já presente no texto é reanimado por meio de uma forma referencial (seja por um sinônimo, pronome etc), de modo que o objeto continue em foco. Sendo assim, ocorre a manutenção temática.
Por fim, a desfocalização acontece na medida em que um novo objeto de discurso é introduzido e passa a ocupar o foco. Todavia, o objeto retirado de foco se mantém em modo de ativação parcial, continuando disponível para utilização imediata sempre que for preciso.
Para além, as formas de introdução de referentes no texto acontecem por meio de dois processos, o que se conhece como ativação "ancorada" e a "não-ancorada". A ativação "ancorada" se realiza, de acordo com Koch e Elias (2010), quando um objeto de discurso é introduzido no texto por meio de um apoio em algum tipo de associação com elementos já presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo. Em contrapartida, a "não-ancorada" acontece no momento em que um objeto de discurso exclusivamente novo é introduzido no texto.
Além disso, é possível o uso do processo anafórico, seja por meio de anáforas indiretas ou associativas. Entende-se como anáfora, em um geral, o mecanismo linguístico que se reserva à remissão para trás (por exemplo, "Pedrinho não está; ele foi caminhar").
Ademais, as anáforas indiretas, caracterizam-se pelo fato de que no cotexto não existe um antecedente explícito, mas, segundo Koch (1997), "um elemento de relação que se pode denominar de âncora e que é decisivo para a interpretação". A anáfora associativa, por sua vez, introduz um referente novo no texto, através do uso de relações meronímicas, melhor dizendo, a relação semântica entre duas palavras onde uma tem o significado de uma parte e a outra com significado de um todo em relação à primeira parte.
Já o processo de retomada, outro elemento da referenciação aqui citado, tem por característica a ação de manutenção de objetos previamente introduzidos no discurso (KOCH; ELIAS, 2010), assim criando as cadeias referenciais ou coesivas, que são agentes responsáveis pela progressão referencial do texto.
Devido ao fato de que o objeto já está ativado no texto, ou seja, já foi apresentado para o leitor, a progressão pode ocorrer por meio de copiosos recursos, como por exemplo os

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

gramaticais que se dão a partir de numerais, pronomes, elipses e advérbios locativos (KOCH, 1997) ou também pelo auxílio de ordem lexical (sinônimos, hiperônimos, expressões nominais, nomes genéricos entre outros).

Análise

Tendo em vista a escolha pela obra *outros jeitos de usar a boca,* de Rup Kaur (*Milk and honey*, título em inglês), em um primeiro momento, houve a necessidade de selecionar dentre a obra na íntegra os recortes que seriam utilizados para análise do processo de referenciação e os conhecimentos necessários à leitura.

O material de análise do presente projeto de pesquisa se trata de dois recortes extraídos de dois capítulos que constituem a obra (nesse caso, "o amor", "a ruptura"), considerada sucesso de vendas entre os jovens de todo o mundo. A obra em questão justifica-se pela pertinência da temática contemporânea relacionada ao empoderamento feminino e traz, ainda, reflexões em torno de temas complexos, tais como o trauma, o abuso, a perda, o amor e a cura. O livro é dividido em quatro partes que dão ênfase a etapas e processos pelos quais a autora-personagem tende a passar na vida: "A dor", "O amor", "A ruptura" e "A cura".

Além disso, as categorias analíticas mobilizadas foram o processo de referenciação no que diz respeito à introdução e manutenção do referente por meio de operações e os conhecimentos a serem mobilizados no processo de inferenciação, o que envolveu, nesse caso, compreender o verbal e a imagem na negociação dos sentidos de um referente. Acredita-se que, segundo Ramos (2007), a função da imagem é, também, a de fornecer pistas para que o interlocutor (re)construa os referentes visuais. Desse modo, as ilustrações constituem representações socioculturais, servindo de ancoragem para a interpretação dos sentidos sugeridos pela autora da obra analisada: um corpo feminino em construção, que sofre a dor da separação, que carrega as marcas do abuso na infância, que gera e celebra a vida.

Figura 01: Capítulo "o amor", página 45.

quando minha mãe estava grávida
do segundo filho eu tinha quatro anos
apontei para sua barriga inchada sem saber como
minha mãe tinha ficado tão grande em tão pouco tempo
meu pai me ergueu com braços de tronco de árvore e
disse que nesta terra a coisa mais próxima de deus
é o corpo de uma mulher é de onde a vida vem
e ouvir um homem adulto dizer algo
tão poderoso com tão pouca idade
fez com que eu visse o universo inteiro
repousando aos pés da minha mãe

Fonte: Livro outros jeitos de usar a boca

O primeiro recorte selecionado está na seção "o amor" e já traz um poema em que o eu-lírico rememora um fato marcante ligado à gravidez da mãe e é seguido de uma ilustração de um corpo feminino que carrega um bebê no seu ventre.

No material que diz respeito ao capítulo "o amor", o legente se depara com um poema de onze versos (texto verbal) que está em uma relação de imbricamento com uma ilustração- nesse caso o esboço de uma mulher grávida de cabelos longos e escuros, que está nua, com a cabeça levemente abaixada, contemplando seu ventre.

Ao dar início a leitura, percebe-se que a imagem da mulher representa a mãe do eu-lírico, sendo possível afirmar no primeiro verso onde se encontra o pronome possessivo de primeira pessoa do singular "minha" que acompanha o substantivo "mãe".

Já no que se refere ao processo de referenciação, esse se constrói a partir de anáforas associativas que, por sua vez, têm as suas ativações através de outra palavra ou referente introduzido no texto, assim funcionando como um "tipo de relação semântico-discursiva" (HAAG.; OTHERO, 2003) ou âncora textual, já que está sempre ancorada em um referente "maior" e/ou já exposto no texto.

Dessa maneira, a expressão nominal introduzida no texto "minha mãe" está em uma relação de sentido com a expressão nominal definidora "grávida do segundo filho". Nesse sentido, podemos notar que a anáfora associativa produz uma relação de contiguidade entre "minha mãe" (mulher)/corpo de uma mulher e uma parte do seu corpo, nesse caso, a progressão do texto se dá a partir de retomadas de expressões nominais como "barriga inchada" e "pés da minha mãe" em que as partes do corpo da mãe estão numa relação de sentido com o todo do corpo da mulher/mãe."

Também, a expressão "o corpo de uma mulher" é significada em uma relação de sentidos com expressões nominais que apontam para a dimensão do sagrado "a coisa mais próxima de deus" e "de onde vem a vida". Tais expressões nominais descrevem e qualificam essa figura, já que o conhecimento sócio-histórico e cultural partilhado contribui para a formação dessa imagem e discurso (SILVA, 2014).

Para mais, ainda no aspecto da referenciação, quando o eu-lírico fala sobre a mãe sempre se materializa o pronome possessivo de primeira pessoa "minha" (que se trata de uma forma remissiva pronominal). Porém, no ato de se referir ao pai, o eu-lírico constrói o referente a partir da expressão "um homem adulto". Dessa forma, cria-se um distanciamento entre ela e a figura paterna, o que possibilita ao sujeito-leitor levantar hipóteses de que essa distância seja fruto dos traumas vividos pelo eu-lírico, já que vítimas de abuso sexual durante a infância tendem a temer figuras que se assemelham às pessoas que as abusaram (BERKOWITZ et al, 1994), assim resultando em comportamentos de submissão, vergonha e medo por parte do sujeito abusado.

No que diz respeito ao campo imagético, é possível entender a ilustração como uma forma de retomada do referente (minha mãe) por meio da introdução de uma formulação visual de uma mulher- esboço- grávida e despida, de cabelos negros e longos- remetendo a uma mulher indiana- acariciando seu ventre- em que se pode notar a imagem de um feto aconchegado no útero materno. Desse modo, partindo de uma interpretação em nível macro, em termos de mobilização de um conhecimento de mundo sobre a mulher como geradora da vida, é possível que o sujeito-leitor entenda esse corpo gestante como algo divino (com apoio do sexto e sétimo verso) ou abençoado pela natureza, já que esse dizer é perpassado pela história, tendo início com Gaia (Mãe-Terra), na mitologia greco romana. Para além, a imagem evoca,

por meio da mobilização do conhecimento sociocognitivo do leitor, a ideia de "amor materno", ou seja, a forma mais pura de amor que acontece de maneira natural e espontânea de toda mãe pelo filho (BADINTER, 1985).

Assim sendo, a ilustração, além de retomar o referente "mulher grávida" que, no plano verbal, é retomado e atualizado no poema, ainda acrescenta novos sentidos relacionados às relações/trocas afetivas entre a mãe que gera e seu bebê. Com efeito, se no plano verbal , o poema satura sentidos ligados a uma dimensão sagrada da mulher que gera a vida, a imagem amplia a significação, convocando sentidos sócio-históricos inscritos na mente do leitor ligados a uma memória da gravidez como momento mágico em que se constrói uma relação de afeto entre mãe e filho. Nesse movimento entre o verbal e a imagem, os sentidos de mulher grávida se relacionam ao sagrado do corpo da mulher – que está próximo de deus, corpo de onde vem a vida, no verbal, e de afeto e amor quando somos coagidos pela composição visual de uma mulher nua e despida que contempla seu ventre (no qual podemos contemplar um feto protegido) que o acalanta com carinho e cuidado.

Assim sendo, se compreendermos o referente como um objeto do discurso é por meio da linguagem que a referenciação se realiza. Desse modo, como notamos na análise empreendida acima, é extremamente necessário que o sujeito-leitor ative, por meio das pistas lingüísticas e não lingüísticas apresentadas no cotexto, nesse caso na formulação visual de um corpo de mulher grávida na relação com o poema, seus conhecimentos de diversas ordens (conhecimento de língua, de mundo, do gênero poema). A imagem se torna decisiva para que o gesto de nomear a seção "amor" faça sentido.

Figura 02: Capítulo "a ruptura", página 95.

Fonte: Livro outros jeitos de usar a boca

O segundo recorte a ser analisado diz respeito a um poema na relação com a ilustração na seção intitulada "a ruptura".
Nota-se que, na materialidade verbal, um poema de curta extensão ocupa a parte superior da página e apresenta em sua composição o uso de "paralelismo de par de estrofe", ou seja, o uso da repetição do pronome de primeira pessoa do singular no início de cada verso. O referente "eu", nesse caso de natureza dêitica, é introduzido e mantido no texto se trata da forma pronominal "eu" que faz remissão, em uma relação de referência contextual, ao próprio eu-lírico que reflete sobre seu processo de ruptura de um relacionamento e ao mesmo tempo se lança em um diálogo com o ser amado.
O eu-lírico estabelece esse diálogo com si mesmo e com o ser amado, buscando explicar o porquê de ter saído da relação. Contudo, o leitor precisa mobilizar seu conhecimento de mundo com sobre relacionamentos afetivos para que possa entender que, com base nos elementos linguísticos, ela foi embora não por ter deixado de amar a pessoa desejada, mas sim por estar vivenciando uma relação abusiva. Ou seja, ao ler que "eu fui embora porque quanto mais// eu ficava menos// eu me amava", é preciso que o leitor entenda que essa reação de partir acontece como resposta ao medo, solidão, apagamento, isolamento e inferioridade causados pelo abuso psicológico sofrido dentro da relação por parte do eu-lírico.
Já no campo da imagem, é possível perceber uma estreita relação do desenho com o título do capítulo "a ruptura". Com efeito, a composição visual de uma mulher de cabeça baixa com os braços cruzados entre as pernas convoca sentidos sócio-históricos ligados a uma representação da ruptura de uma situação limite como momento de dor, de desconstrução, de crise que, no caso, do texto verbal estão relacionados ao esforço de deixar um relacionamento, mesmo amando o outro (mas deixando de se amar) e, no caso da imagem, já se ligam à representação da dor física que dilacera, o que está materializado no choro desesperado, bem como no gesto de se recolher no choro.
Nesse caso, o capítulo "a ruptura", ao colocar o poema e a imagem de um corpo feminino que chora em imbricamento, satura sentidos nos quais a dor se dá também no físico, no corpo que se fecha, no rosto que se encobre, de modo que a imagem reitera um esquema mental de dor e sofrimento corporal, biológico que precisa ser acionado pelo sujeito-leitor. Já no plano do poema, o que se nota é a contradição do relacionamento abusivo em que o sujeito que ama e sofre precisa romper não por ter deixado de amar o parceiro, mas justamente por ter deixado de amar a si mesma.
Notamos que o leitor consegue compreender, na imbricação verbal e visual, como a ruptura diz respeito a um esforço empreendido comumente na superação de rompimentos ou na luta de sair de um relacionamento amoroso e, também, de quebrar o ciclo das relações abusivas ou tóxicas.

Considerações finais

Buscamos, neste trabalho, trazer algumas reflexões sobre a relação entre os processos de referenciação e inferenciação, com base em conhecimentos trazidos pelo leitor, levando em conta que os objetos-do-discurso são construídos e reconstruídos por meio de uma relação muito dinâmica entre elementos verbais e visuais.
Em meio a um ativo processo de construção de sentidos no texto, é extremamente necessário que o leitor acione, por meio das pistas linguísticas e não linguísticas apresentadas no texto

e cotexto, seus conhecimentos de diversas ordens: mundo, língua, gênero e contexto e tenha competência de estabelecer convergências entre os referentes textuais e imagéticos. Assim sendo, acreditamos que os mesmos mecanismos de instauração, retomada e recategorização de objetos-de-discurso funcionam tanto na dimensão verbal quanto na visual e precisam ser analisados de forma interdependente. Dessa maneira, o verbal e o imagético se encontram imbricados, atuando na construção de referentes.

Referências

AEBERSOLD, J. & FIELD, M. (1997) *From reader to reading teacher*. New York: Cambridge University Press.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.

BENTES, Anna Christina. Linguística textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v. 1. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 261-301.

BOTTINEAU, Didier. *"Ops! Les émotimots, les petits mots des émotions:des acteurs majeurs de la cognition verbal interactive"*. Langue Française. n. 180, 2013, pp. 99-112

CAVALCANTE, M. M. O processo de recategorização sob diferentes parâmetros. In: *XX Jornada Nacional de Estudos Linguísticos* – Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, 2004, João Pessoa. Anais… João Pessoa: Idéia, v. 1, p. 14-18.

CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 330 f. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

HAAG, Cassiano Ricardo; OTHERO, Gabriel de Ávila. Anáforas associativas nas análises das descrições definidas. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 1, n. 1, agosto de 2003. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

KAUR, R. *outros jeitos de usar a boca*- 18ª Ed. – São Paulo: Planeta, 2017.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2006). *L´énonciation: de la subjectivité dans le langage* (4.ed.). Paris: Armand Colin.

KLEIMAN, A. *Oficina de Leitura: teoria e prática* – 4ª Ed. – Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996

KLEIMAN, A. *Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura* - 15ª Ed. – Campinas, SP: Pontes, 2013.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 77-81.

KOCH, I. V. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, I. V., ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto* – 2ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2010.

MARQUESI, S.; LINO PAULIUKONIS, A.; ELIAS, V. A natureza sociocognitivo-discursiva da coerência In: *Linguística textual e ensino*.p. 92-103. São Paulo: Contexto, 2017.

MOOR, A. M.; CASTRO, R. V.; COSTA, G. P. O ensino colaborativo na formação do professor de inglês instrumental. In: LEFFA, V. (Org.). *O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão*. Pelotas: Educat, 2001. p. 157-173.

RAMOS, P. *Tiras e piadas: duas leituras, um efeito de humor*. 2007. 224f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de Leitura*. Tradução de Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SILVA; Walleska Bernardino. A referenciação em textos verbo-imagéticos. Tese (Doutorado em Estudos Linguístico). Universidade Federal de Uberlândia, p. 306, 2014.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

TESTEMUNHOS FEMININOS DE ABUSO E ASSÉDIO SEXUAL NAS REDES SOCIAIS: O CASO DA CAMPANHA #PRIMEIROASSEDIO

Carolina Hilal[1]

Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, que atinge milhares de vítimas no Brasil. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), o abuso sexual infantil envolve as categorias de abuso físico, psicológico, além de abandono e negligência. O cenário se agrava em relação à predominância deste tipo de violência em mulheres. Ainda de acordo com o órgão, mais de 70% das vítimas de violência sexual são crianças e adolescentes e quem mais comete o crime são homens próximos às vítimas.
Trata-se de um fenômeno que ainda se mostra encoberto por um "muro de silêncio", do qual fazem parte familiares, vizinhos e, algumas vezes, os próprios profissionais que atendem as crianças vítimas de violência.
Tendo em vista a complexidade de experiências de abuso ou assédio sexual, este artigo tem como objetivo investigar o lugar do testemunho – exposto no espaço público – no sofrimento humano, por meio de narrativas digitais. Para tanto, nosso objeto de estudo será a mobilização digital marcada pela hashtag #primeiroassedio, criada em dia 21 de outubro de 2015, pela ONG Think Olga. Na ocasião, a proposta era convocar mulheres a compartilharem suas primeiras histórias de abuso sexual. O motivador foi a estreia do *reality show* Masterchef Júnior, na mesma ocasião, exibido pela TV Band, em que uma das participantes, Valentina Schulz, de 12 anos, virou alvo de comentários de cunho sexual feitos por internautas na mesma mídia social.
Com o intuito de compreender o contexto e os efeitos da mobilização digital, o ponto de partida deste artigo consiste no levantamento de aparatos teórico-metodológicos que pensam o processo de produção de sentidos sobre trauma a partir de Freud (1996), baseados no tensionamento de questões sobre memória, testemunho e subjetividades, e pela proposta de memórias mediadas na área da antropologia digital.

Metodologia

Sob o olhar metodológico, busca-se analisar as postagens da mobilização digital #primeiroassedio, com base no recorte de 7 relatos publicados nas redes sociais, datados entre outubro e dezembro de 2015, período ápice da campanha, que relatam casos de abuso e/ou assédio sexual feminino cometido por familiares ou por pessoas muito próximas da vítima. Assim, a proposta é construir uma taxonomia a partir de investigações das representações sociais, associadas à análise do discurso francesa (Orlandi, 2003) – que nos possibilita sair do texto para a compreensão do contexto de produção discursiva. Pretende-

[1] Doutoranda pelo Programa EICOS - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ, bolsista da CAPES. E-mail: carolhilal@yahoo.com.br

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

se, ainda, observar outras conformações culturais, ocorridas na ocasião, para que os discursos se organizassem como tais.

Fundamentação Teórica

Freud (1996) construiu uma noção empírica do trauma. Classificou-o como uma excitação não descarregada e adotou a histeria como modelo, ao observar pacientes que sofriam por causa de acontecimentos (reais ou fantasiados) do passado. Considerou como evento traumático: "uma experiência vivida que leva à vida da alma, num curto espaço de tempo" (FREUD, 1996).

Na contemporaneidade, o trauma não é mais um termo restrito à medicina ou à psicanálise. Sua compreensão foi ampliada para uma nova linguagem sobre os eventos, permitindo que ocorrências da vida cotidiana também sejam classificadas como traumáticas. Embora o trauma continue sendo objeto de experiências pessoais, em alguns autores ele acontece durante a situação extrema de sofrimento.

Rudge (2009) parte da perspectiva teorizada por Freud. A autora reconhece que a concepção de trauma possui raiz nos primórdios da Psicanálise, mas retoma um espaço o qual não gozava mais entre os psicanalistas. "Do ponto de vista dos modelos existentes de trauma, é ampla a polissemia e a série de interpretações conflitantes a que o termo está sujeito dentro do campo inaugurado por Freud" (RUDGE, 2009, p.9).

Curiosamente, trauma, segundo a autora, é uma palavra que apresenta a característica de se manter a mesma em quase todos os idiomas do Ocidente. Esta qualidade é, em geral, benefício dos nomes próprios.

> A palavra vem do grego, τραύμα, e nessa língua significa "ferida". Na medicina, designa lesões no organismo causadas por fatores externos. Por analogia, no plano da psicopatologia, veio designar os acontecimentos que rompem radicalmente com um estado de coisas do psiquismo, provocando um desarranjo em nossas formas habituais de funcionar e compreender as coisas e impondo o árduo trabalho da construção de uma nova ordenação do mundo (RUDGE, 2009, p. 8-9).

Hoje, as discussões sobre o trauma caminham para uma crítica da sociedade contemporânea, que pode afetar os sujeitos e suas maneiras de ser, de forma nociva. O trauma, na atualidade, assume um lugar que permite reconfigurar todo o arcabouço sobre eventos causadores de sofrimento extremo. Neste conjunto, estariam as próprias elaborações dos episódios traumáticos, assim como suas memórias e narrativas.

Já Sacramento (2016) compreende que a cultura contemporânea tem reconfigurado modos de experimentação de sofrimentos, bem como as narrativas sobre doenças, infortúnios e abusos. Para o autor, o trauma passou por uma transformação cultural, marcada pela "generalização da experiência traumática" (FASSIN; RECHTMAN, 2009, p.6).

> A noção de trauma, nesse contexto, não é mais apenas associada a eventos-limite (conflitos, guerras, massacres, genocídios, ataques terroristas), mas está sendo cada vez mais mobilizada para interpretar situações corriqueiras (relacionamentos, frustrações, problemas com a aparência física, perdas). (SACRAMENTO, 2016, p. 8).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A auto exposição de traumas, evidente na cultura digital por meio de talk shows, documentários, reality shows, telejornais, entre outros programas ecoam formas de exposição e consumo de sofrimentos pessoais, especialmente no Brasil, país utilizado por Sacramento para avaliar seus impactos. "De um modo geral, esse mostruário do trauma pessoal vem se configurando como um gênero do discurso midiático bastante recorrente, por meio do qual célebres e anônimos falam sobre inseguranças, medos e angústias" (Idem: ibidem).

A valorização de sofrimentos pessoais em programas como os citados acima possivelmente ocorre em função do formato e da estrutura que os permeiam, promovendo uma mistura de temas de interesse público com a vida privada, ao enfocar em acontecimentos cotidianos discutidos por meio de relatos pessoais de anônimos e de celebridades. Dessa forma, os programas que possuem esse apelo televisivo, contam com uma forte estratégia de "pessoalização discursiva" (SACRAMENTO, 2016, p.3). As histórias exploradas são de cunho pessoal, e acabam constituindo uma relação de intimidade e de identificação com o público, mediada pelo apresentador, seja dentro (como os reality shows) seja fora (como no caso dos talk shows) de cena. Não à toa, Sacramento (2016) vai dizer que são frequentes no programa temas sobre saúde, traumas, doenças, comportamento, moda, qualidade de vida, histórias de superação, beleza, relacionamento, economia doméstica, música e fama (SACRAMENTO 2016).

No Brasil, tem sido cada vez mais presente a importância dada ao testemunho público do sujeito vítima de trauma, seja em manifestos e desabafos públicos nas redes sociais ou em programas televisivos, que exploram a superação do trauma pelo indivíduo, nas diversas áreas da vida humana, como uma grande jornada do herói. Neste contexto, o testemunho da vítima – que também será abordado com olhar próprio para o tema mais adiante – assume o papel de transformar a experiência traumática e dar a ela um sentido mais próximo de autoajuda, que usa o sofrimento como meio de desenvolvimento pessoal e de acesso à "verdade interior" dos indivíduos. Verdade esta que só poderia ser atingida por meio da vivência de momentos marcados por abusos, violências, desgraças e angústias excessivas (MILLER, 2012).

Segundo Miller (2012), a autenticidade de determinadas vivências traumáticas foi perdida diante da submissão à lógica do espetáculo. Assim sendo, é possível uma falsificação de experiências traumáticas com o objetivo de estimular o consumo por produtos midiáticos (livros, programas de televisão, revistas, sites). Ao passo que ofertas não midiáticas estariam mais imunes ao fingimento. Tal abordagem envolve premissas questionáveis, que não serão campo de estudo desta pesquisa. Entretanto, a ideia do trauma exposto à lógica do espetáculo é válida para fins de observação, já que o objeto central de análise serão os depoimentos marcados pela campanha midiática #primeiroassedio que, de certo modo, direcionou, naquele período, os holofotes sobre o tema da violência sexual em vítimas mulheres, dentro e fora do Brasil.

Contudo, cabe mencionar que a literatura estudada e que serviu de base para este artigo permite a reflexão sobre o local de fala da memória e do testemunho, em especial sobre eventos traumáticos, como dispositivo de identificação dos sujeitos contemporâneos e sofredores. Cabe, assim, o seguinte questionamento: os depoimentos veiculados na cultura digital posicionam a vítima sob qual aspecto? Van Dijck (2007), por meio de seu conceito de

memórias mediadas, nos revela que tais convocações possuem duplo papel: nos fazem agregar experiências culturais e, eventualmente, relacionam objetos materiais e memórias autobiográficas.
Nas próximas linhas, iremos verificar como o arrolamento bibliográfico presente neste trabalho dialogou com os depoimentos estudados e com a análise proposta.

Discussão e análise dos dados

A hashtag #primeiroassedio, engendrada pelo coletivo Think Olga, em 2015, em apenas quatro dias, já havia sido replicada em mais de 82 mil posts, nessa mesma mídia. A ONG registrou 3.111 postagens com relatos de abusos, a maioria sofridos na infância. A análise também revelou que 65% dos casos de assédio contra as mulheres são cometidos por conhecidos das vítimas, familiares ou pessoas consideradas confiáveis (THINK OLGA, 2015).
A triagem realizada em cima da dissertação de mestrado que originou este artigo nos retornou 7 depoimentos, nos quais o assediador se encaixa no perfil de pessoas próximas à vítima. Nos relatos selecionados, quem pratica o assédio é o pai (autor em dois depoimentos), o padrasto, o tio-avô, o primo, o caseiro da família e o pai da amiga de infância. Ou seja, pessoas de convivência da vítima.
Vejamos, primeiro, a história da mulher abusada pelo padrasto, que destaca a reação da mãe ao citar "contei para minha mãe que nada fez". A relação entre a postura dos pais e o silenciamento feito pela vítima foi apontada em grande parte dos depoimentos, demonstrando, assim, os reforços das teorias psicanalíticas estudadas.

Figura 1: reação dos pais

Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Na figura 2, temos uma depoente que foi coagida pelo pai, considerado o laço mais próximo à vítima, entre os níveis de afeto representados. Sob a ótica das representações sociais, Moscovici (2011), defende que mesmo diante de uma grande pressão que força as pessoas a obedecerem a um modelo geral imposto pela sociedade – no relato explorado, o respeito incondicional à relação patriarcal – grupos minoritários conseguem criar novas formas de viver, pensar e agir, promovendo mudanças sociais. Como vimos, a isso, o autor chama de "minorias ativas" (MOSCOVICI, 2011).

Em linha com a fala de Moscovici, a figura 3 exibe um relato no qual a vítima também foi violentada pelo pai, e diz, nos comentários: "eu só queria que as pessoas entendessem que depois desse tempo todo eu preciso falar", não só tentando encontrar novas formas de viver, como pondera o autor – entendemos que os relatos expostos em rede não nos possibilitam esse nível de aprofundamento sobre o psiquismo das vítimas – mas, principalmente, a busca pela promoção de mudanças sociais, corroborada por outra usuária que comenta seu post: "[...] Não deixe pra lá. Fala." (sic).

Figura 2: minorias ativas

Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

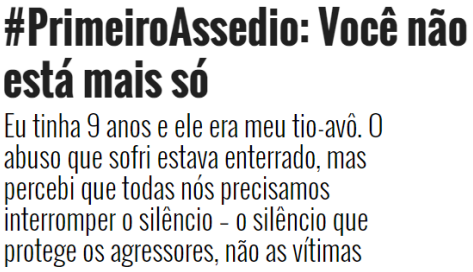
Figura 3: reforço social

Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Na sequência, passamos para a história da mulher assediada aos 9 anos pelo tio-avô, com quem sempre encontrava: "O abuso que sofri estava enterrado, mas percebi que todas nós precisamos interromper o silêncio – o silêncio que protege os agressores, não as vítimas", escreveu em 06 de novembro de 2015. Tal depoimento evidencia o trauma silenciado como um elemento que compõe o discurso e mostrou-se muito presente em grande parte dos relatos.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

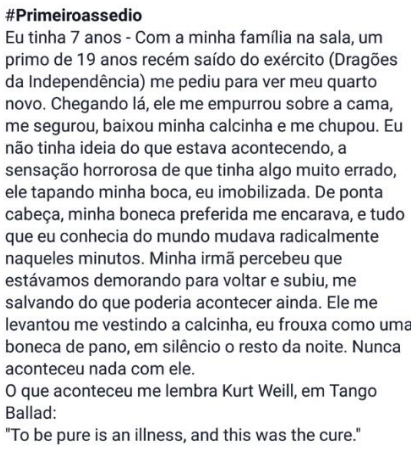
Figura 4: trauma silenciado



Fonte: Trecho de depoimento #primeiroassedio em matéria jornalística (O GLOBO, 6 nov. 2015)

Na direção contrária ao silenciamento, Hannah Arendt (1999) defende o uso das narrativas para compreender os acontecimentos do Holocausto. A experiência totalitária teria tornado a autora uma contadora de histórias. "Talvez os verdadeiros transes do nosso tempo somente venham a assumir a sua forma autêntica quando o totalitarismo pertencer ao passado" (ARENDT, 1999).
Seguindo a análise da campanha #primeiroassedio, uma outra pessoa, agredida pelo primo aos 7 anos de idade, escreveu em 29 de outubro de 2015: "Eu não tinha ideia do que estava acontecendo, uma sensação horrorosa de que tinha algo muito errado (...) e tudo o que eu conhecia do mundo mudava radicalmente naqueles minutos" narrou a vítima.

Figura 5: marcas do esquecimento


#Primeiroassedio
Eu tinha 7 anos - Com a minha família na sala, um primo de 19 anos recém saído do exército (Dragões da Independência) me pediu para ver meu quarto novo. Chegando lá, ele me empurrou sobre a cama, me segurou, baixou minha calcinha e me chupou. Eu não tinha ideia do que estava acontecendo, a sensação horrorosa de que tinha algo muito errado, ele tapando minha boca, eu imobilizada. De ponta cabeça, minha boneca preferida me encarava, e tudo que eu conhecia do mundo mudava radicalmente naqueles minutos. Minha irmã percebeu que estávamos demorando para voltar e subiu, me salvando do que poderia acontecer ainda. Ele me levantou me vestindo a calcinha, eu frouxa como uma boneca de pano, em silêncio o resto da noite. Nunca aconteceu nada com ele.
O que aconteceu me lembra Kurt Weill, em Tango Ballad:
"To be pure is an illness, and this was the cure."

Fonte: Post no Facebook de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Em relatos como esse, quando a figura do agressor é alguém da própria família, a pesquisa aponta que é comum encontrar marcas de esquecimento no discurso autobiográfico. Carvalho e Costa (2011) consideram mais um elemento no processo de narrar: o esquecimento, que está para além da lembrança. A memória não estaria sendo compreendida como um "recurso de resgate do passado, mas um processo de produção do/no presente" (CARVALHO; COSTA, 2011).

Outra depoente da campanha, neste caso abusada pelo pai da melhor amiga, publicou em 30 de outubro de 2015: "Abrir meu coração nessa campanha não é apenas uma forma de lutar, é plantar uma semente de esperança para as mulheres que como eu, em algum momento, perderam a vontade de viver". Ela conta que outros casos aconteceram depois, e que depressão e tentativa de suicídio foram consequências da violência sexual.

Figura 6: tentativa de suicídio

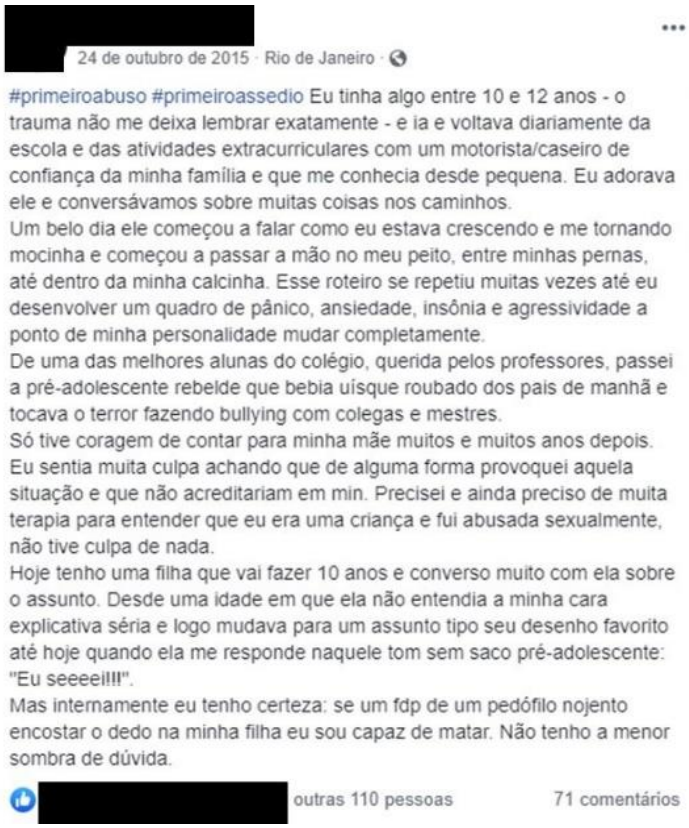
Delicado e nojento. Assim foi #meuprimeiroassedio
Eu tinha 6 ou 7 anos, não lembro. Recordo apenas que era uma criança inocente. Passava horas jogando videogame com minha melhor amiga, às vezes sob a supervisão de seu pai, que aos poucos se tornava para mim a figura de um pai. Quando era a vez da minha amiga, eu recuava e escorava as costas na cama que ficava logo atrás, de onde seu pai nos assistia. Ele pegou minha mão, carinhosa e delicadamente, e colocou em seu joystick macio. Não consigo lembrar quantos anos passei por isso até que ele violasse de vez meu feminino me ensinando a jamais confiar em nenhum homem da face da terra. Muitos assédios vieram depois: amigo da família, primo, estranho na rua, meninos do prédio, o porteiro, o moço do ônibus, o segurança do clube, um ficante. Todos gravados em minha alma me dilaceraram. Tive depressão, tornei-me uma pessoa agressiva, tentei me suicidar, morri em parte. Busquei conforto na psicoterapia por 20 anos e depois descobri as terapias energéticas, que aos poucos foram me ajudando em um lindo processo de reconstrução. Encontrei meu caminho de luz tentando curar minhas feridas. Tornei-me terapeuta, me dedico a curar as feridas de outras pessoas. Sou grata a Deus por ter encontrado minha missão de vida. Abrir meu coração nessa campanha não é apenas uma forma de lutar, é plantar uma semente de esperança para as mulheres que como eu, em algum momento, perderam a vontade de viver. Há luz, não apenas no fim do túnel, mas dentro de você.

Fonte: Post no Facebook de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Segundo o pesquisador Paulo Vaz (2014), as narrativas de vítimas de estupro difundidas na internet suportam a análise do testemunho como forma de discurso autobiográfico contemporâneo. O autor delineia as diferenças entre a confissão, de ambição terapêutica moderna, e o testemunho, de ambição terapêutica atual, ambos vistos como práticas discursivas que participam da produção de subjetividade e constroem um passado explicativo do sofrimento.

Em um relato de 24 de outubro de 2015, a vítima conta ter sido assediada pelo caseiro da família, entre 10 e 12 anos: "Só tive coragem de contar para a minha mãe muitos anos depois. Eu sentia muita culpa, achando que eu provoquei aquela situação e que não acreditariam em mim", disse a autora, corroborando um traço que fortemente percebido durante esta análise: culpa, vergonha e medo são sentimentos muito presentes nos testemunhos de abuso/assédio sexual.

Figura 7: culpa, vergonha e medo


[redacted]
24 de outubro de 2015 · Rio de Janeiro ·

#primeiroabuso #primeiroassedio Eu tinha algo entre 10 e 12 anos - o trauma não me deixa lembrar exatamente - e ia e voltava diariamente da escola e das atividades extracurriculares com um motorista/caseiro de confiança da minha família e que me conhecia desde pequena. Eu adorava ele e conversávamos sobre muitas coisas nos caminhos.
Um belo dia ele começou a falar como eu estava crescendo e me tornando mocinha e começou a passar a mão no meu peito, entre minhas pernas, até dentro da minha calcinha. Esse roteiro se repetiu muitas vezes até eu desenvolver um quadro de pânico, ansiedade, insônia e agressividade a ponto de minha personalidade mudar completamente.
De uma das melhores alunas do colégio, querida pelos professores, passei a pré-adolescente rebelde que bebia uísque roubado dos pais de manhã e tocava o terror fazendo bullying com colegas e mestres.
Só tive coragem de contar para minha mãe muitos e muitos anos depois. Eu sentia muita culpa achando que de alguma forma provoquei aquela situação e que não acreditariam em min. Precisei e ainda preciso de muita terapia para entender que eu era uma criança e fui abusada sexualmente, não tive culpa de nada.
Hoje tenho uma filha que vai fazer 10 anos e converso muito com ela sobre o assunto. Desde uma idade em que ela não entendia a minha cara explicativa séria e logo mudava para um assunto tipo seu desenho favorito até hoje quando ela me responde naquele tom sem saco pré-adolescente: "Eu seeeeiiii".
Mas internamente eu tenho certeza: se um fdp de um pedófilo nojento encostar o dedo na minha filha eu sou capaz de matar. Não tenho a menor sombra de dúvida.

[redacted] outras 110 pessoas 71 comentários

Fonte: Post no Facebook de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Considerações finais

Ao longo da pesquisa, constatamos que campanhas como a #primeiroassedio rompem com o silenciamento e abrem o espaço público para a organização do trauma, não cabendo, aqui, entender se essa estruturação dá conta de algum grau de superação na subjetividade das vítimas. A literatura do testemunho nos dá pistas de que o ato de testemunhar torna-se uma forte necessidade para o indivíduo que vivenciou o trauma, mas, talvez se faça necessário um prévio silenciamento que funcionaria para distanciar o sujeito da experiência.
Os relatos observados, apesar de contarem histórias de dor e sofrimento, revelavam mulheres dispostas a usar suas próprias experiências para reorganizar o tratamento social dado à questão. Não se trata de uma superação individual sobre o trauma, mas uma busca pela mudança social conferida ao problema. Mesmo aquelas que se calaram durante anos, precisaram romper com a postura passiva para denunciar uma violência coletiva – no sentido de acometer um expressivo grupo de mulheres. Em alguma esfera, percebemos sinais de fortalecimento da autoestima das vítimas, que se mostram capazes de criar uma rede de incentivo e reforço para que suas vozes sejam ecoadas.
Na contrapartida, vimos, na prática, os efeitos de uma vulnerabilidade exposta pelas mídias sociais, como previam Miller e Horst (2012). Foi expressiva a quantidade de relatos que

demonstraram a capacidade que o ato de testemunhar publicamente tem para reacender memórias negativas e gerar efeitos como a insônia, o medo e a angústia no psiquismo das vítimas. Nesse sentido, constatamos que o reconhecimento público, enquanto ferramenta de reconstrução social, e os riscos corridos pela subjetividade humana caminham de mãos dadas. Vimos, ainda, que o muro de silêncio é sustentado por sentimentos como o medo, um dos mais presentes nos relatos. Também nesse aspecto, prevalece o coletivo, considerando que a coragem para testemunhar foi motivada por um movimento em massa, em uma espiral do silêncio ao contrário.

Para além da análise qualitativa, a campanha #primeiroassedio teve grande repercussão nacional e internacional nas redes sociais. Van Dijck (2007), a partir do conceito de memórias mediadas, direciona o pensamento para a construção de legados digitais e coletivos com o uso de hashtags, que marcam e organizam testemunhos sobre experiências femininas de abuso/assédio sexual no mundo todo. No estudo da mobilização #primeiroassedio, notou-se que o seu rápido engajamento revelava o desejo de exposição e denúncia das marcas de episódios traumáticos.

O movimento permitiu voz às mulheres, que conquistaram espaços midiáticos representativos por meio da divulgação da hashtag. Foi também um marco para a ruptura de tabus em torno do tema abuso/assédio sexual, que revelou, ainda, um segundo desejo de produzir mudanças comportamentais. A iniciativa feita pelas vítimas ao resgatar suas memórias e expô-las no espaço público humaniza a experiência sofrida ao mobilizar pessoas em rede. O testemunho, mesmo com todos os seus limites e impossibilidades, mostrou ser um caminho para a volta do que foi e ainda é silenciado no universo feminino.

Referências

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARVALHO, Emílio; COSTA, Samira. As potências da narrativa. In. LOPES, Kleber; CARVALHO, Emílio; MATOS, Kelma (Orgs). **Ética e reverberações do fazer**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FASSIN, Didier e RECHTMAN, Richard. **The empire of trauma**: inquiry into the condition of victimhood. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade**: a vontade do saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREUD, Sigmund. **As neuropsicoses de defesa**. In: Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LERNER, Kátia; VAZ, Paulo. **"Minha história de superação"**: sofrimento, testemunho e práticas terapêuticas em narrativas de câncer. Interface. Botucatu, vol. 21, n. 60, 2016.

MACHADO, Monica. **Antropologia digital e experiências virtuais do Museu de Favela**. Curitiba: Appris, 2017.

MILLER, Alyson. **The pornography of trauma**: faking identity in misery memoirs. LiNQ, vol. 39, pp. 90-103, 2012.

MILLER, Daniel.; HORST, H. A. **Digital Anthropology**. London: Berg, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Abuso infantil e negligência por parte dos pais e outros responsáveis. In: **Organização Mundial de Saúde**. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra: OMS; 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes. 1999.

ORLANDI, Eni P. A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: **Anais do 10 Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, Porto Alegre (RS): UFRGS. 2003.

RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SACRAMENTO, Igor. **O espetáculo do trauma**: narrativas testemunhais de celebridades sobre o bullying num programa de TV. Contracampo, Niterói, v. 35, n. 02, pp. 157-182, ago./nov., 2016.

THINK OLGA. **Hashtag transformação: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio**. Disponível em: <https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>. Acesso em: 9 mai. 2018.

THINK OLGA. **Primeiro Assédio**. Disponível em: <https://thinkolga.com/2018/01/31/primeiro-assedio/>. Acesso em: 9 mai. 2018.

VAN DIJCK, José Maria. **Mediated memories in the digital age**. Stanford: Stanford University Press, 2007.

VAZ, Paulo; SANTOS, Amanda; ANDRADE, Pedro Henrique. **Testemunho e Subjetividade Contemporânea**: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência. Lumina: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, v. 8, n.2, dez. 2014.

MAJUR TRAYTOWU: "O" PRIMEIRO CACIQUE TRANSEXUAL DO MUNDO

Claudinei Caetano dos Santos[1]

Introdução

Este trabalho versou sobre compreender como a homossexualidade é significada no âmbito cultural, social e político entre os índios Boe-Bororo da reserva Tadarimana[2], situada no Estado de Mato Grosso[3], tendo como base a personagem Majur, atual cacique da aldeia Apido Paru e o documentário *Majur* (2018).

A partir do que é enunciado no documentário *Majur* (2018), a homossexualidade indígena entre os Boe-Bororo tinha um caráter não proibitivo, e nos enuncia a protagonista do curta metragem que "[...] segundo a minha mãe o relato dela foi assim que antigamente tinha mesmo, tinham pessoas casadas com mesmo sexo né, que eu acho que quando o branco entrou e o preconceito não veio de nós né, o branco trouxe preconceito né [...]". Infere pensar, a partir do que afirma Majur do documentário que esse ato era algo normal, porém não discutidos na aldeia, o que na perspectiva de Fernandes (2015, p. 281), se liga a "[...] um fenômeno que ao longo da história colonial sempre foi reprimido e invisibilizado: as práticas homossexuais indígenas em suas mais diversas formas [...]", fazendo parte de sua cultura cotidiana.

Mas hoje com lutas por um lugar de fala, Majur se tornou uma cacique, em um universo uniformemente masculino e cheio de outras normas e regras por eles estabelecidas, e agora temos um jovem e transexual, que está fazendo a transição sexual, assim teremos um evento inédito no povo indígena da região.

Entretanto, é salutar notar na fala de Fernandes (2016a, p.55) que:

> "O índio gay subverte duplamente o ideal colonizador; moralmente, por sua sexualidade, e etnicamente, por sua indianidade. Acusar o indígena homossexual de "estar perdendo sua cultura" é focar sobre uma dessas subversões, trazendo o debate para dentro da esfera dos "civilizados": esvaziando-se a diferença étnica, esvazia-se também a necessidade de se pensar as fissuras abertas pelo processo colonial".

Ao encontro dessas colocações apontadas pelo autor, a fala de Neimar Kiga (2018), índio Boe-bororo, em um trabalho produzido sobre ele por Maria Gabriela Zanotti e Daniel

[1] Graduado e Bacharel em Filosofia, Especialista em Comportamento Humano, Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea e Doutorando em Educação, todos pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/Cuiabá.

[2] Com uma área de 10 mil hectares, localizadas nos municípios de Rondonópolis e Pedra Preta, homologada com REG. CRI e SPU, em 30/10/1991, pelo decreto 300, com uma população estimada de 604 indígenas com a presença da Missão católica das irmãs franciscanas.

[3] Terras indígenas no Brasil - Terra Indígena Tadarimana - Área habitada por bororo. terrasindigenas.org.br, 2019. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3862?_ga=2.61667562.751323988.1610208030-727145968.1609791561 > Acesso em: 25 nov. 2020.

Sakimoto, reforça a citação acima ao passo em que afirma que "[...] eles dizem que ser homossexual não está dentro do que a igreja prega, de que é errado… Eu acredito que foi depois da colonização que surgiu o preconceito [...]"[4]. Evidenciando assim a visão clara de que o aspecto de censura, de preconceito foi se arraigando com a colonização. Para a antropóloga Braulina Baniwa, em relato ao documentaria *Terra sem Pecado* (2019), do povo Baniwa, percebe-se que esta particularidade não é só do povo Boe-Bororo, e salienta ser de grande importância dialogar "[...] sobre isso por que não é só questão da sexualidade, mas questão de saúde também... aí tem outra imposição com relação às religiões que adentraram nas comunidades indígenas [...]"[5], trazendo ao cotidiano indígena de que essa prática homossexual é pecaminosa, nefasta e proibida.
Os relatos de Alisson Pankararu, no documentário *Terra sem Pecado* (2019), evidenciam o preconceito velado ao afirmar que:

> [...] sofria dentro da aldeia claro né tem dessas mazelas da colonização toda, meu povo foi catequisado então tem igrejas lá dentro né, todo preconceito parte da igreja, você não tem referencias no povo sobre isso...você não aprende viver sua sexualidade aí você vive essa vida todinha sem alguém do seu lado pra conversar, você não tem referencias, você não sabe o que está acontecendo[6].

Na compreensão de Fernandes (2015, p.275), o debate em torno da questão deve ser pulverizado e submetido à análise de que:

> [...] a homossexualidade indígena pode se articular com as perspectivas indígenas de gênero à luz de suas cosmologias, noções de pessoa, corpo, parentesco etc. É possível que o homossexual (ou, pelo menos, o homossexual masculino) acabe incorporando a ambiguidade feminina ou, por outro lado, que seja, ele mesmo, um elemento ambíguo.

A sexualidade mesmo que de certa forma não posta em debate nas aldeias, é de interesse de seus pares que este tema seja posto em discussão, o que é perceptível na fala de Alisson Pankararu (2019) onde afirma que:

> "[...] futuramente espero que seja uma discussão aberta como outras discussões dentro da pauta indígena são, eu quero que a discussão saia de lá para chegar até aqui pra gente chegar aqui e já sabendo por que isso muda totalmente a visão do que é, do que são essas siglas todas LGBT"[7] .

Pensando a problemática da homossexualidade indígena, e tomando os filmes como fontes de análise histórica, torna-se relevante salientar a importância do cinema para a construção de narrativas historiográficas em torno dessas questões. Para Napolitano (2010), o cinema na

[4] Zanotti, Maria Gabriela e Sakimoto, Daniel. A GRALHA NA CIDADE - Indígena gay está pintando com urucum os caminhos que levam o seu povo à academia. Peruda, 2019. Disponível em: < http://www.peruda.com.br/neimar > Acesso em: 20 nov. 2020.
[5] Terra Sem Pecado. Produzido por Marcelo Costa [S.l.] produzido em 2019, lançado em 19 de mai. de 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w&t=323s > Acesso em: 25 nov. 2020.
[6] Ibidem.
[7] Ibidem.

história é o cinema visto como fonte primária para a investigação historiográfica; a história no cinema é o cinema abordado como produto de discurso histórico, tomando como base as representações do real, fazendo assim valer o estudo da temática via documentários filmográficos.
Para Avelino e Flório (2013), o cinema é visto como uma linguagem imagética constitutiva do tecido social e que apresenta o imaginário do cineasta e suas representações. Nessa direção Marcelo Costa em entrevista ao Iesb (2019), aponta que:

> [...] atualmente os indígenas LGBTQ+ sofrem discriminação dos próprios parentes, que reproduzem um preconceito que não faz parte de suas tradições. E quando esses indígenas LGBTQ+ saem de suas aldeias para os centros urbanos, fugindo dos ataques homofóbicos ou expulsos pelos parentes, sofrem duplo preconceito, por serem indígenas e por serem LGBTQ+".[8]

O documentário como fonte, segundo Napolitano (2010), oferece ao pesquisador um olhar diferenciado possibilitando a este uma espécie de discurso audiovisual, podendo despertar nos interlocutores as nuanças da representação individual e social, nessa direção, Chartier (2011), corrobora com a compreensão desses aspectos, pois evidencia que a ideia de representação não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores e historiadoras a se desfazerem de sua "muito pobre ideia do real", como escreveu Foucault (1999), colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é.
Para Fabris (2008), ao analisar determinada obra, o lugar de onde se olha e de onde se fala, ou seja, o lugar social ocupado pelo analista diz muito de sua análise, uma vez que quem o faz tem o papel de mostrar a historicidade do olhar, assume que nosso modo de ver não é natural, mas localizado e, portanto parcial, e produzir uma narrativa histórica que toma a homossexualidade indígena como foco e assume os documentário *Majur* (2018) e *Terra sem Pecado* (2019) como fonte de análise histórica é algo de grande relevância que contribui para a pluralidade dos debates sobre as questões indígenas e ao mesmo tempo LGBTQIA+[9].

Desenvolvimento

Uma das vias de análise deste trabalho é compreender como a homossexualidade indígena e suas relações sociais, culturais e políticas, em interface com os silenciamentos e os "não ditos" em torno dessas questões entre os povos Boe-Bororo da reserva Tadarimana, bem como o fato de haver poucas ou quase nenhuma pesquisa acerca desta temática com os Boe-Bororo desta região, fomentando assim, algumas indagações a respeito do assunto, tendo em vista

[8] Dourado, Felipe Caian. Terra Sem Pecado: documentário de egressos mostra realidade de indígenas LGBTQ+. IESB, 2020. Disponível em < https://iesb.br/institucional/noticia/Terra-sem-pecado-documentario-de-egressos-mostra-realidade-de-indigenas-LGBTQ- > Acesso em: 28 nov. 2020.
[9] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, O + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero. Aqui são incluídos os pansexuais, por exemplo, que sentem atração por outras pessoas, independente do gênero. Qual o significado da sigla LGBTQIA+? E+B Educação | Gabriele Silva, 2020. Disponível em < https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia > Acesso em 08 dez. 2020.

as diferenças culturais de cada povo, de cada aldeia, de cada etnia, suscitando de forma investigativa compreender a partir da história o universo da homossexualidade no conjunto de aldeias da reserva Tadarimana.

A intenção em estudar esta temática, vem em parte da minha formação no mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea pelo programa ECCO na UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso e por trabalhar do ponto de vista teórico as relações de poder e sexualidade em Michel Foucault (2001), por ter convivido toda minha infância e adolescência em uma terra de reserva indígena Boe-Borro no Distrito de Jarudore - MT, e por ser neto do lado paterno de avô indígena. Ante todos esses fatores, tanto das relações parentais quando da relação de convivência com esse povo, o interesse por essa cultura emerge, sobretudo no mérito de tentar compreender essas relações que tangenciam a homossexualidade entre os Boe-Bororos do complexo de aldeias Tadarimana.

É importante ressaltar que Majur em todo esse meio complicado de travar um debate e tecer considerações, conseguiu atravessar as questões de preconceito e proibições e levantar uma bandeira que está sendo muito importante ao meio, pois agora temos uma cacique transexual que em breve com a transição sexual será um a mulher.

Considerando as proposições teóricas de Napolitano (2010), as fontes audiovisuais precisam ser pensadas como importantes ferramentas de representação social dotadas de estruturas e linguagens internas, pois dialogam com elementos do cotidiano. Alinhado a essa perspectiva Azevedo (2019, p.114) acentua que, "[...] a partir do movimento da tela, o cinema, como artefato da cultura, vai produzindo, ressignificando e visibilizando representações e significados das práticas sociais e, assim, constituindo sujeitos e identidades".

Compreendendo o cinema como um elemento importante para a produção de diálogos, conflitos e tensões, Kellener (2001), ressalta que o cinema produz um espaço de disputas, com base nas representações produzidas no contexto sócio-historico a partir da confecção do filme. O cinema na história se prefigura como uma fonte primária para a investigação historiográfica e exige dos historiadores e historiadoras, olhares analíticos capazes de dialogar sobre as narrativas e representações que se apresentam hora em aspectos fictícios, e hora na representação do real, como bem destaca Napolitano (2010).

De acordo com Napolitano (2010), as produções audiovisuais, pensadas como corpus documental, não podem ser concebidas e analisadas como um registro mecânico da realidade, mas como uma representação passível de interpretações e múltiplas leituras. As enunciações produzidas pelas linguagens audiovisuais vão produzindo importantes tensões entre o que é representado nas narrativas e o que se materializa na vida cotidiana, pensada como realidade, e nessa perspectiva proponho pensar os dois documentários para vislumbrar as vivencias da homossexualidade na reserva das aldeias Tadarimana em interface com as questões de gênero, sexualidade, identidades e cultura.

O documentário *Majur* (2018) tem como protagonista Gilmar Traitou, conhecida por Majur, que vive na aldeia Pobore, que faz parte da reserva Tadarimana. O curta-metragem dirigido por Rafael Irineu retrata a vida da Majur, pessoa LGBTQIA+ que é porta-voz e responsável pela chefia de comunicação da aldeia Pobore.

O documentário *Majur* (2018) foi dirigido por Rafael Irineu que além de filmar o curta que foi muito premiado também já produziu o documentário também premiado *Meu Rio*

Vermelho,[10] no ano de 2016[11], mostrando o rio que nunca é o mesmo, na parte sul do Estado de Mato Grosso, as correntezas e vivencias no trajeto do Rio Vermelho, e fora na ocasião que conheceu Gilmar, que futuramente faria uma parceria para mostrar a vida em transição de Gilmar para Majur.

Já no documentário *Terra sem Pecado* (2019), dirigido por Marcelo Costa, mostra a vida de quatro indígenas de diferentes etnias, o espectador acompanha na tela os personagens e suas experiências como pessoas LGBTQIA+ indígenas, bem como as dificuldades que encontram no cotidiano por serem indígenas e ao mesmo tempo homossexuais. A fala de Fêtxawewe Veríssimo[12] presente no documentário ilustra bem tais questões apresentadas quando afirma que "[...] sempre o povo perguntava: há você é indígena? Eu falava sim sou indígena. Há você é gay, mas como é possível você, você ser indígena e ser gay ao mesmo tempo?", nota-se na fala que ainda há um distanciamento da realidade com o imaginário das pessoas, do que pode ser, do que é permitido, do que é silenciado, do que é pecado.

O jornalista e diretor Marcelo Costa, em entrevista concedida ao Conafer, revela por meio de depoimentos que existe um movimento de resistência contra a homofobia dentro das comunidades e aldeias. Faz em seu trabalho um diálogo linear sobre a homossexualidade entre os indígenas, mostrando suas dificuldades e seus desafios dentro de suas aldeias e de como é descobrir uma visão diferente ao chegar ao mundo fora de suas comunidades indígenas.

Após a sucinta apresentação dos documentários, fontes de análise neste trabalho, faz-se necessário contextualizar de forma histórica as obras que serão aqui utilizadas como fonte de pesquisa. É salutar ressaltar que os personagens de ambos os curtas-metragens são pessoas de diferentes etnias, mas com muitas coisas em comum, ambas lutam pelo fim do preconceito contra as homossexualidades, lutam por um espaço de direito em suas aldeias e na sociedade não indígena, onde sofrem, tipos distintos de preconceito, por serem concomitantemente indígenas e homossexuais.

Os documentários aqui propostos como fonte de análise histórica, possuem personagens com uma faixa etária bem próxima, com anseios e sonhos muitos parecidos, todos querem o direito de voz, de sair do silenciamento sobre a temática em suas comunidades indígenas, de dar visibilidade a suas sexualidades sem sofrerem preconceito ou qualquer tipo de violência, seja ela física, moral ou psicológica.

A personagem do documentário *Majur* (2018) mostra seu cotidiano como chefe de comunidade, sua vida na aldeia e na cidade, bem como sua busca por uma conivência harmoniosa com os povos de sua comunidade tendo em vista sua orientação sexual. Os personagens do documentário *Terra sem Pecado* (2019), retrata a vida de quatro jovens

[10] Selecionado - 9º Circuito Tela Verde - Ministério do Meio Ambiente; Prêmio SESC Amazônia das Artes 2017 - Representante de Mato Grosso; Melhor Filme Documentário - Festival da Freguesia do Ó, SP. 2017; Menção Honrosa - Mostra Cinema de Fama, MG. 2017; Menção Honrosa - 16ª Mostra Universitária UFMT, Cuiabá, MT; 2º Lugar "Filmes Solidários" - Cine Tornado, Curitiba, PR; Indicado - Prêmio ABC 2017 - Categoria Estudantil; Exibição - Museu da Imagem e do Som - Cine MIS - São Paulo, SP; Finalista - Echo Film Festival BRICS 2017 em Moscou – Russia; Selecionado - Festival Internacional da Cidade da Praia. Cabo Verde; Selecionado - 10th International Tourism Film Festival - Letónia, Riga; Selecionado - 17º Encontros de Cinema - Portugal, Viana do Castelo.

[11] Filmes Simples – Meu Rio Vermelho. 2016. Disponível em: <https://www.filmesimples.com/meuriovermelho> Acesso em 14 out. 2020.

[12] Índio Guajajara, Fetxawewe Tapuya Guajajara, Liderança jovem do Santuário dos Pajés BSB/DF.

indígenas, Alisson Pankararu da etnia Pankararu, Fêtxawewe Veríssimo da etnia Guajajara, Danilo Tupinikim, da etnia Tupinikim, todos estudantes da UnB, e da Antropóloga Braulina Baniwa da etnia Baniwa, todos os quatros jovens trazem narrativas do cotidiano vivido em suas comunidades e de como a temática da homossexualidade é sutilmente silenciada e como essas relações socialmente estabelecidas faz com que suas vivencias se tornem ainda mais difíceis. Braulina Baniwa (2019) entende que "[...] é um grande desafio discutir isso com o coletivo né, por que é uma temática que ainda tá no início não é qualquer um que trata da temática LGBT e quando se trata de povos indígenas a sempre uma outra preocupação." [13]
No curta *Majur* (2018), as narrativas colocam em destaque a questão da homossexualidade indígena evidenciando determinados silenciamentos, o que na compreensão de Fernandes (2015, p. 259) "[...] ainda padece de uma cegueira ontológica, tanto por parte dos etnólogos quanto, eventualmente, dos próprios indígenas – questão por si só, interessante." E que mostra a necessidade de mais pesquisas sobre a temática, de desvencilhar esses silenciamentos nas aldeias, de lançar luz sobre as múltiplas questões latentes dentro do tema. Ao encontro disso, Majur, em seus relatos sinaliza para esses silenciamentos ao afirmar que: "[...] segundo a minha mãe o relato dela foi assim que antigamente tinha mesmo, tinha pessoas que casada com mesmo sexo né, que eu acho que quando o branco entrou é o preconceito não veio de nós né, o branco trouxe preconceito né" [14]. Evidência que corrobora com a ideia de Fernandes (2016), onde para os índios, foi sobreposto os moldes da normatividade sexual, que deve ser analisada concomitantemente com a conceituação científica, teológica e filosófica, pois os índios outrora foram percebidos no Brasil, por parte da sociedade, nas esferas predominantes.
O curta *Majur* (2018), e seu personagem Gilmar Traitou, com suas narrativas destacam que a questão da homossexualidade indígena ainda é uma questão delicada, um campo pouco explorado, e que possui nos seios das aldeias um silenciamento, e uma aceitação do discurso de forma lenta e gradual, a própria Majur, segundo o diretor Rafael Irineu em entrevista, afirma que:

> [...] para aceitar o convite do jovem, Majur fez um pedido: ninguém na aldeia poderia saber a respeito do tema do documentário. "Ele me pediu sigilo, para não sofrer represálias ou algo assim. Somente o cacique sabia o real motivo das gravações", diz. O pedido não afetou a produção. "Busquei mostrar uma pessoa que se doa e é porta-voz para uma comunidade inteira, sem nomenclaturas e clichês que todo mundo espera vindo de um conteúdo LGBT" [15].

Percebe-se a preocupação de Majur em filmar sobre a temática de forma aberta, mesmo segundo ela afirmando que sofreu críticas dos irmãos, e sua família aceitando, como ela disse que sua mãe, "[...] pelo que eu vejo, ela me aceita só que eu acho que ela tem medo né do

[13] Terra Sem Pecado. Produzido por Marcelo Costa [S.l.] produzido em 2019, lançado em 19 de mai. de 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w&t=323s > Acesso em: 18 de set. 2020.
[14] Majur. Produzido por Rafael Irineu [S.l]: filmesimples, 18 mai. 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=vhmR8zqPwVI > Acesso em: 20 ago. 2020.
[15] Lemos, Vinícius. Jovem usa câmera para melhorar timidez e se torna cineasta premiado. Rdnews. 24 de mai. de 2019. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/final-de-semana/arte-e-cultura/conteudos/113895 > Acesso em: 17 de nov. 2020.

que os outros vão pensar do que os outros vão fazer comigo né, eu acho que isso que ela tem medo né" [16], verifica-se uma preocupação por parte dela de sofrer alguma represália ou qualquer outro tipo de preconceito por parte dos integrantes da aldeia.
Majur busca conquistar seu lugar, o reconhecimento como indivíduo de orientação sexual diferente da norma dominante, e como afirma Fioravante e Rogalski (2011, p.18), "[...] o espaço é vivenciado de forma antagônica por diferentes sujeitos, e que a questão de gênero... tem influência central nisso [...]", e a partir disso o protagonista do curta busca constantemente sua afirmação mesmo que em um lugar onde seu corpo se cala, ela representa um grupo que almeja a liberdade das amaras de sua aldeia impostas pelo processo de catequização. Segundo Michel de Certeau (1982, p.77), "[...] levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser legendária (ou "edificante"), nem a-tópica (sem pertinência) [...]", e mesmo não sendo uma luta fácil, percebe-se que a perseverança e persistência é constante para a ocupação histórica desse lugar por Majur e transformar esse espaço, dando lugar a debates e outras formas de tratar o assunto. Ao encontro dessa reflexão Neimar Kiga (2018) em depoimento ao programa papo de índio, da etnia Boe-Bororo, afirma que essa preocupação é recorrente entre os indígenas:

> [...] principalmente dentro da aldeia por conta de todo esse processo de colonização as pessoas têm em mente algo... cria uma ideia ruim sobre a homossexualidade depois desse processo de colonização porque a gente sabe que sempre existiu a homossexualidade, tá na hora da gente colocar esse tema em debate mesmo pra gente falar mais e conversar[17].

Considerações Finais

Mesmo em tempos confusos e em momentos que não se discute em todos os espaços e momentos abertamente essas questões, Majur se tornou um marco para as questões de gênero e sexualidade, pois se abriu agora uma janela para esse debate, temos uma cacique transexual e em breve uma cacique mulher que passou pela transformação hormonal.
A questão de gênero, sexualidade, heteronormatividade ainda são conceitos que possuem certo distanciamento dos meios mais comuns de debates com uma aceitação ímpar, tendendo a se polarizar ao encontro dos vieses políticos e ideológicos. E ao inserir estes conceitos em via de reflexão nos povos indígenas, mais apropriadamente aos índios boe-bororos da Reserva Tadarimana, objeto de investigação de nosso trabalho, este fato toma uma nova visão, afinal, falar de índio na atualidade já pressupõe alguns empecilhos, e falar de índio gay, travam-se novos debates e em muitos casos com a visão estrita pelo tabu.
A perceber pelas falas dos personagens dos curta metragem aqui abordados, e a partir das análises bibliográficas, o silenciamento é próprio da proibição, tomando a ideia de normalidade a partir e um padrão eurocêntrico e patriarcal, aliado à ideia religiosa, como elucidado no decorre do trabalho, que contribuiu para a ideia de proibição e pecado das

[16] Majur. Produzido por Rafael Irineu [S.l]: filmesimples, 18 mai. 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=vhmR8zqPwVI > Acesso em: 20 ago. 2020.
[17] Indígenas LGBTs no Brasil: Povo Boe Bororo – MT. Produzido e apresentado por Jefferson Niotxarú Pataxó [S.l.]: 20 de out. 2018. 1 vídeo (13:50 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=fJk1ixPeD2k >Acesso em: 18 de out. 2020.

práticas não normatizadas. Até entre os indivíduos deste povo, os boe-bororo, a negação e não ditos sobre a homossexualidade são deixados de lado e não tratadas como assunto, mesmo que em fala de Majur, a prática sempre existiu, o que ouve foi uma tentativa de proibição e um distanciamento destes debates.

Referências

AZEVEDO, Maria Thereza. Memórias clandestinas: o documentário e a construção de uma história. *Doc On-line*, n. 15, dezembro de 2013, (p. 229-231).

AVELINO, Yvone dias. FLÓRIO, Marcelo. História cultural: o cinema como representação da vida cotidiana e suas interpretações. Projeto História, São Paulo, n. 48, Dez. 2013.

AZEVEDO, Paula. Tatiane. Cinema. In: Colling. A.M. e Tedeschi, L.A (org.). Dicionário crítico de gênero. Prefácio: Michelle Perrot. – 2. Ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. (p.112 – 115).

COLLING. A.M. e TEDESCHI, L.A (org.). Dicionário crítico de gênero. Prefácio: Michelle Perrot. – 2. Ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982. (p. 77).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Fronteiras, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHARTIER, Roger. "Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas". In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier – a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011.

FABRIS, Elí Henn. Cinema e Educação: um caminho metodológico. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 33 n. 1, p.117-134, jan./jun., 2008.

FERNANDES, Estevão Rafael. Descolonizando Sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (Tese de Doutorado), 2015.

FERNANDES, Estêvão Rafael. Ativismo homossexual indígena: uma análise comparativa entre Brasil e América do Norte. In: Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, 2015.

FERNANDES, Estevão Rafael. Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte. Dados, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 257-294, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100257&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2020.

FERNANDES, Estêvão Rafael. Quando o armário é na aldeia: Colonialidade e normalização das sexualidades indígenas no Brasil. In: Dados - Anais do Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Ocidental. Acre, n. 1, 2016.

FERNANDES, Estevão Rafael. A colonização das sexualidades indígenas: Um esboço interpretativo. Dados, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 50-56, Dez. 2016a. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/12635> Acesso em: 21 out. 2020.

FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidade indígena no Brasil: Um roteiro histórico-bibliográfico. Dados, Mato Grosso, v. 3, N. 5. P. 14-38. Jan. a Jul. de 2016b. Disponível em < https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3849 > Acesso em: 12 jul. 2020.

FERNANDES, Estêvão Rafael. Quando existir é resistir: Two-spirit como crítica colonial. In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. v. 11 n. 1, 2017.

FIORAVANTE, Karina Eugenia; ROGALSKI, Sérgio Ricardo. Da geografia às imagens do cinema: uma discussão sobre espaço e gênero a partir de Pedro Almodóvar. Revista discente Expressões Geográficas, n. 07, ano VII, p. 11-31. Florianópolis, 2011.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade III: o cuidado de si. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Os "Índios do Descobrimento": tradição e turismo. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS (Tese de Doutorado), 1999.

KELLNER, Douglas. In: *A cultura da mídia*, estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). Fontes históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010. (p. 235-289).

TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário e sua "intencionalidade histórica". Doc On-line, n. 15, dezembro 2013, www.doc.ubi.pt, pp. 11-31.

Filmografia

Majur. Produzido por Rafael Irineu [S.l]: filmesimples, 18 mai. 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=vhmR8zqPwVI > Acesso em: 20 ago. 2020.

Terra Sem Pecado. Produzido por Marcelo Costa [S.l.] produzido em 2019, lançado em 19 de mai. de 2020. 1 vídeo (20 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w&t=323s > Acesso em: 25 nov. 2020.

Webgrafia

Caetano, Maria do Rosário. Gramado mostra transexual indígena e longa que revigora o cinema social. Revista de cinema. 21 de ago. de 2018. Disponível em: < http://revistadecinema.com.br/2018/08/gramado-mostra-transexual-indigena-e-longa-que-revigora-o-cinema-social/ > Acesso em: 28 de nov. de 2020.

Dourado, Felipe Caian. Terra Sem Pecado: documentário de egressos mostra realidade de indígenas LGBTQ+. IESB, 2020. Disponível em < https://iesb.br/institucional/noticia/Terra-sem-pecado-documentario-de-egressos-mostra-realidade-de-indigenas-LGBTQ- > Acesso em: 28 nov. 2020.

Filmes Simples – Meu Rio Vermelho. 2016. Disponível em: <https://www.filmesimples.com/meuriovermelho> Acesso em 14 out. 2020.

Indígenas LGBTs no Brasil: Povo Boe Bororo – MT. Produzido e apresentado por Jefferson Niotxarú Pataxó [S.l.]: 20 de out. 2018. 1 vídeo (13:50 min.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=fJk1ixPeD2k >Acesso em: 18 de out. 2020.

Lemos, Vinícius. Jovem usa câmera para melhorar timidez e se torna cineasta premiado. Rdnews. 24 de mai. de 2019. Disponível em: < https://www.rdnews.com.br/final-de-semana/arte-e-cultura/conteudos/113895 > Acesso em: 17 de nov. 2020.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Qual o significado da sigla LGBTQIA+? E+B Educação | Gabriele Silva, 2020. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia > Acesso em 08 dez. 2020.

Terras indígenas no Brasil - Terra Indígena Tadarimana - Área habitada por Bororo.Terrasindigenas.org.br, 2019. Disponível em: < https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3862?_ga=2.61667562.751323988.1610208030-727145968.1609791561 > Acesso em: 25 nov. 2020.

Zanotti, Maria Gabriela e Sakimoto, Daniel. A gralha na cidade - Indígena gay está pintando com urucum os caminhos que levam o seu povo à academia. Peruda, 2019. Disponível em: < http://www.peruda.com.br/neimar > Acesso em: 20 nov. 2020.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A CAVERNA E SEU FLUXO MIGRATÓRIO EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19

Simone Aparecida Quiezi[1]

Esta é uma análise do comportamento humano e social e suas relações entre si, com base em observações de três recentes acontecimentos na pequena cidade Lidianópolis, interior do estado Paraná. O primeiro, um show em uma lanchonete, à véspera do feriado da Proclamação da República, em 2021, o qual termina em briga, com feridos, prisões e muito lixo espalhado na rua. O segundo, uma mulher negra, pobre, sem moradia e desempregada, presa na tentativa de furto em um ferro velho, com o objetivo de vender os frutos de seu saque, como forma de sobrevivência e sua invisibilidade social, acompanhada pela exclusão e preconceito. Julgada e condenada a uma pena de um ano e quatro meses de prestação de serviços à comunidade e ao pagamento de dez cestas básicas. E o terceiro, um encontro político de um deputado oposicionista com representantes de vários segmentos locais dessa cidade, inclusive com alguns vereadores, os quais buscam estratégias para se movimentarem no contexto do poder político vigente e promoverem a possibilidade de saída das condições de prisioneiros da caverna. Qual a relação entre os três eventos? O que eles têm a ver com o "Mito da Caverna", obra que fundamentou a análise? Resgatou-se a metáfora da alegoria da caverna para analisar como a pandemia da Covid-19 obrigou as pessoas, de alguma forma, a retornar à caverna e a identificar o fluxo migratório desse retorno, saídas, permanências (de quem nunca entrou e de quem nunca saiu) da caverna. Analisou-se as forças que impelem e repelem a vida dentro e fora da caverna, bem como os desafios de uma educação dialética como alternativa de libertação. O texto não se conclui apontando respostas e soluções, sinaliza com inúmeras indagações próprias de uma história ainda em construção, cujos resultados dependerão das ações e decisões humanas em sair ou permanecer na caverna.

Escrever sobre esses acontecimentos foi uma necessidade pessoal, talvez humana e cidadã. Desde março de 2020, o mundo mudou, vidas humanas foram completamente alteradas e centenas de milhares perdidas, não só perdidas em termos da morte, mas em suas condições mínimas de continuar a viver. Especialmente nos últimos meses, no período de 13 a 26 de novembro de 2021, três acontecimentos intensificaram em mim essa necessidade de falar, escrever, poder analisar sobre essas mortes, mas sobretudo as perdas de vida em vida. Quiçá, pudesse ser ouvida. Quiçá, tais palavras ecoassem e se somassem com outras tantas que sei, também estão sufocadas.

Meu lugar de fala e atuação é o município de Lidianópolis, no estado do Paraná. Um município extremamente pequeno em termos territoriais e demográficos, cuja população total não ultrapassa quatro mil habitantes, possui baixo IDH e sua economia se movimenta em torno da produção agrícola. Sou professora efetiva da rede pública estadual na disciplina de História, tenho mestrado na área e tento conciliar a vida profissional e pessoal com o

[1] Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR. Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná. Integrante e pesquisadora do Laboratório de Estudos Históricos do Contemporâneo (LABEHCON/UEL). Integrante e pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Educação e História Ambiental - LEHA/UEM. E-mail: simonequiezi@gmail.com. https://orcid.org/0000-0002-3428-5839

doutorado em andamento, também em História. Minha abordagem, enquanto pesquisadora, ancora-se na história ambiental. Meu objeto de estudo é o rio Ivaí e os grupos sociais que ocupam e fazem usos diversos das terras que o margeiam e do próprio rio no período de 1970 a 2020. Os sujeitos presentes nessa análise compõem o contexto de minha pesquisa para o doutorado.

As fontes que me moveram, foram três acontecimentos observados no mês de novembro de 2021, dos quais, um deles estive presente. Na sequência vou resumi-los e, por respeito, preservar alguns detalhes e informações pessoais dos envolvidos. Depois, analisarei esses acontecimentos à luz do "Mito da Caverna" presente na obra *A República* de Platão. Vamos então aos acontecimentos.

O primeiro deles, diz respeito a um evento de entretenimento promovido por um estabelecimento comercial na pequena cidade, em um sábado anterior ao feriado da Proclamação da República. Basicamente, o evento consistiu em um show oferecido no estabelecimento estilo lanchonete, no qual os participantes, em número muito superior à capacidade de lotação do local, estabeleceram-se em mesas e cadeiras dispostas nas calçadas dos dois lados da rua. Não é o propósito aqui analisar as condições legais do evento, tampouco demonstrar sobre, mesmo que tal situação seja relevante. O objetivo central que me moveu foi observar o comportamento dos presentes. Já quase no final do evento, na madrugada, uma briga surgiu e não sei quais as motivações. No meio do agito dessa confusão, uma pessoa foi ferida, ao receber golpes de garrafa na cabeça e há relatos de que uma outra teria sido esfaqueada. Muitos participantes interviram para separar e pôr fim à confusão. A polícia foi acionada e ao dono do comércio foi dada voz de prisão, pois segundo os policiais, a partir das notícias veiculadas na imprensa local, estava proferindo desacatos.

Fim do evento. O dia amanheceu. E no clarear do dia, pela rua, um saldo assustador. Garrafas, latas e inúmeras embalagens foram descartadas pelos consumidores e jogadas pela rua, concentradas às margens do meio fio, provavelmente conduzidas pelo vento ou deixadas pelos clientes no raio da ocupação feita fora do estabelecimento. No final de semana seguinte, evento semelhante ocorreu em outro município vizinho e o mesmo comportamento: brigas, confusão, esfaqueamento e descarte pelas ruas das embalagens dos produtos consumidos.

O segundo, ocorreu no domingo anterior ao feriado, até tomei conhecimento sobre ele já na quarta-feira seguinte, mas o depoimento da mulher, só treze dias depois. Mulher negra, mãe de quatro filhos, dois deles ainda menores sob sua guarda, sem emprego, sem moradia, sem crédito, e que foi expulsa da casa da mãe onde residia. Os motivos da expulsão são longos, mas refletem o contexto das vulnerabilidades. Sem teto, beneficiária de programas sociais como o antigo Bolsa Família, conseguiu alugar uma casa (não sei se casa consegue expressar bem o local ao verificar as condições). Valor do aluguel? R$350,00, mais despesas de água, luz, gás, mercado. A situação que já não era boa, piorou com o aluguel. Trabalho? Não consigo mensurar o preconceito local e a desconfiança em proporcionar alguma oportunidade. Também é justo registrar que não existem muitos postos de trabalhos por aqui.

A saída encontrada por essa mulher, foi coletar sucata de ferro e alumínio para vender. No domingo supracitado, ela e o companheiro saíram em busca do material pela cidade. Recolheram uma carcaça de bicicleta, colocaram no velho carro que seu companheiro possuía e foram para a cidade vizinha em busca de mais ferro. Lá, foram a um conhecido

"lixão", que por sua vez, já servia de suprimento para outros catadores, provavelmente nas mesmas condições. A polícia foi acionada e eles ainda não havia pego nenhum ferro do local, porém não conseguiram provar aos policiais que a carcaça da bicicleta no carro, não era daquele "lixão". Resultado: a prisão. Foram três dias na cadeia, e ela já seria transferida para um presídio feminino. Os filhos de seu companheiro, ajustaram um advogado, venderam o carro velho, pagaram a fiança e os acusados, passaram a responder em liberdade pelo crime. Situação atual: seus filhos foram emocionalmente atingidos e tiveram alterações significativas de comportamento, as quais foram observadas pela escola; vergonha, tristeza, humilhação e pobreza; falta-lhes tudo de material e dignidade; a cesta básica fornecida pelas políticas públicas, ainda que insuficiente, alimenta o corpo, mas não veste a pele, tampouco alimenta a alma de condições dignas para viver em meio a tantos olhares locais acusadores. No início de 2022, essa mulher foi à escola renovar a matrícula de seus filhos, tinha outros no local além dos funcionários e era visível seu constrangimento. Era como se ela se sentisse nua e suja aos olhares dos demais. Sete meses depois, a mulher e seu companheiro, foram julgados, condenados e a pena para cada um, foi prestar serviços comunitários pelo período de um ano e quatro meses e o pagamento de dez cestas básicas (cestas que a própria família necessita). Nas palavras da própria mulher, "era aceitar ou ir para a cadeira novamente".

O último acontecimento foi um evento político, no qual eu estava presente. O evento consistiu na recepção de um deputado paranaense, com histórico de representação de grupos sociais vulnerabilizados pelas políticas públicas, tais como agricultores, pescadores, mulheres, funcionários públicos, dentre eles, os professores. O grupo local que o recebeu, solicitou o espaço da Câmara de Vereadores para o evento e convidou os nobres edis para também participarem. Compareceram poucas pessoas, mas que traziam na representatividade os mesmos grupos do deputado. Dos nove vereadores, quatro se fizeram presente: um professor, uma mulher negra, uma mulher funcionária pública aposentada e um pescador[2].

Durante a conversa, o deputado brevemente apresentou sua trajetória e, dentre as análises, chamou atenção a resposta dada ao vereador que perguntou sobre o porquê de alguns deputados entregarem emendas/recursos aos municípios e como isso funcionava. Na sua resposta, o deputado analisou sobre o 'loteamento' dos municípios por deputado(s), a forma como arregimentam os recursos públicos para 'devolver' em forma de emendas, como se fosse uma luta do deputado em favor do município, a partir de um cardápio com os itens que podem ser fornecidos aos prefeitos, e, por fim, as estratégias que, consequentemente, levam prefeitos a, obrigatoriamente, ter que pagar esses deputados com votos para a

[2] No programa Roda Vida, da TV Cultura de 16/11/2020, ouvi uma análise, a qual já tinha me chamado atenção ao observar os resultados das eleições municipais. Em Lidianópolis, foram eleitos um pescador que também é um patrulheiro ambiental e duas mulheres, uma delas negra. Eleições de personagens representativos como estes, ocorreram por todo o Brasil. Preto Zezé (CUFA) era um dos entrevistados do Roda Viva e disse que a eleição de 2020 foi reveladora. Que as cúpulas políticas foram atropeladas com a eleição de diversas representações das agendas públicas dos movimentos sociais. E argumentou que há um movimento frenético fora dos espaços tradicionais da política, mas como fazer disso um ciclo permanente? Outra entrevistada do programa, Adriana Barbosa (Preta Hub e Feira Preta), acrescentou, afirmando que a revolução está sendo assistida e questionou: para onde estamos mirando? Estamos sendo estratégicos? Para onde estamos indo? Enfim, ainda não temos as respostas para as questões de Adriana Barbosa, mas a presença destes vereadores, ainda que de partidos diferentes, na recepção e conversa com o deputado e a ausência dos outros, revela um pouco deste movimento frenético fora dos espaços tradicionais apontados por Preto Zezé. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mNKzafWTnbI. Acessado em: 16/11/2020.

reeleição. Obviamente o deputado em questão, por não compor a base do governo estadual, não consegue recursos para entregar em forma de emendas, e quando consegue, há uma morosidade na concretude do serviço.

E qual a relação entre estes três acontecimentos? O que tudo isso tem a ver com o "mito da caverna"? O "mito da caverna" ou "alegoria da caverna" é uma narrativa do filosofo Platão presente na obra *A República*[3], cujo eixo central é o diálogo sobre o conceito de justiça e a idealização do autor de uma cidade, a qual deveria ser governada por aqueles que atingissem o maior grau de conhecimento – os filósofos. Esses por sua vez, só estariam aptos a governar a cidade após passarem por um longo período de formação. No livro, Platão busca nas primeiras partes, conceituar justiça e na sequência, descreve o que seria a cidade ideal. O texto é escrito em forma de um diálogo entre três pessoas: Sócrates[4], Glauco e Adimanto. Especificamente, na parte VII (2000, p. 319-357) está a narrativa do "Mito da Caverna", um diálogo entre Sócrates e Glauco. Em geral, a metáfora consiste em imaginar

> homens em uma morada subterrânea em forma de caverna, provida de uma única entrada com vista para luz em toda sua largura. Encontraram-se neste lugar, desde pequenos, pernas e pescoço amarrados com cadeias, de forma que são forçados a ali permanecer e a olhar apenas para frente, impossibilitados, como se acham, pelas cadeias, de virar a cabeça. A luz de um fogo aceso a grande distância brilha no alto e por trás deles; entre os prisioneiros e o foco de luz há um caminho que passa por cima, ao longo do qual imagina agora um murozinho, à maneira de tabique que os pelotiqueiros levantam entre eles e o público e por cima do qual executam suas habilidades. (PLATÃO, 2000, p. 319).

Avalia o autor que "para semelhante gente a verdade consistiria apenas nas sombras dos objetos fabricados" (p. 320), não conseguem conceber que podem existir outros lugares e outras formas de viver, e que outros objetos fossem possíveis. E continua a metáfora:

> [...] quais seriam as consequências da libertação desses homens, depois de curados de suas cadeias e imaginações, se as coisas se passassem do seguinte modo: vindo a ser um deles libertado e obrigado imediatamente a levantar-se, a virar o pescoço, andar e olhar na direção da luz, não apenas tudo isso lhe causaria dor, como também o deslumbramento o impediria de ver os objetos cujas sombras até então ele enxergava. [...] E no caso de o forçarem a olhar para a luz, não sentiria dor nos olhos e não correria para junto das coisas que lhe era possível contemplar, certo de serem todas elas mais claras do que as que lhe então apresentavam? [...] E se o arrancassem à força pela rampa rude e empinada e não o largassem enquanto não houvessem alcançado a luz do sol, não te parece que sofreria bastante e se revoltaria por ver-se tratado daquele modo? E depois de estar no claro, não ficaria com a vista ofuscada, sem enxergar nada do que lhe fosse, então, indicado como verdadeiro? [...] Precisaria, creio, habituar-se para poder contemplar o mundo superior. (PLATÃO, 2000, p. 320-321)

O ato de romper com as correntes e com a vida na caverna, sair e conhecer o mundo para além, segundo o autor, é um processo difícil e só possível por meio da educação. Pior ainda

[3] Obra escrita por Platão por volta do ano 380 a.C. A edição utilizada para este texto é uma publicação de 2000 (3ª edição). Uma tradução de Carlos Alberto Nunes (EDUFPA, Belém/PA)

[4] Platão foi discípulo de Sócrates e é pertinente estabelecer as relações do Mito da Caverna com a vida e morte de Sócrates.

seria retornar para libertar os demais, o risco de rejeição seria eminente. As condições lhes impostas por tanto tempo ou durante a vida toda são consideradas únicas. Ao tentar "enfiar na alma o conhecimento que nela não existe" seria como "dotar de vista a olhos privados de visão". Para Platão, a educação seria o único meio de fazer a "conversão", ou seja, o ato de sair da prisão da caverna e deixar de "olhar para o que não deve", necessita de uma mudança de direção, somente possível por meio da educação (Platão, 2000, p. 324).

Nesse sentido, resgatou-se a metáfora da alegoria da caverna para analisar como a pandemia da Covid-19 nos obrigou, de alguma forma, a retornar para a caverna, se é que algum dia chegamos a sair completamente dela. Nesse contexto, dois tipos de cavernas me ocorrem: a caverna material de nossas casas, local de isolamento físico e a caverna virtual, da qual fomos empurrados a viver conectados, para não dizer 'acorrentados' permanentemente.

No Brasil, consequentemente na cidade dos acontecimentos em análise, o processo de retorno à caverna foi intensificado em março de 2020. Desde então, até a segunda quinzena de outubro de 2021, vivemos um movimento intenso de retorno e saída da caverna, experimentado de formas extremamente diferentes para cada indivíduo ou grupos sociais. Regra geral, todos resistiram em retornar à caverna física. Muitos se isolaram e conseguiram transformar suas casas em local de trabalho; outros por serem já aposentados, só deixaram de viver fora da caverna; muitos nem puderam se isolar, tiveram que fazer frente para dar suporte a quem estava na caverna, suprindo-os; outros ainda, movidos pelo negacionismo político e religioso em relação à ciência, rebelaram-se e não retornaram à caverna. Simultaneamente, a política nacional e estadual tomou rumos preocupantes, com o desmonte do "Estado como provedor para um Estado regulador"[5]. Um Estado que regula em favor do capital, da privatização, da degradação ambiental, do esfacelamento do sistema educacional, do entreguismo dos recursos nacionais e da manipulação mental por meio de uma agitação digital marcada por fake news.

A ciência, em meio a esse processo de desmonte, age e demonstra que a vacina é a alternativa mais segura para promover a saída da caverna. Embora, uma parcela significativa resiste em vacinar-se, estão presas às correntes da caverna virtual. Aos poucos, a partir de novembro de 2021, as pessoas recomeçaram o processo mais intenso de saída. O choque foi inevitável. O reencontro com quem não pôde ou não quis se isolar; e o reencontro com os que estavam fisicamente isolados, mas permanentemente conectados virtualmente. Toda essa realidade, metaforicamente chamada de "luz do sol" por Platão, parece estar a cegar alguns, deslumbrar outros e a forçar muitos a habituar-se. Tudo isso, trouxe à tona, no mundo visível, os comportamentos demonstrados nos três acontecimento que embasam este trabalho.

As pessoas, afetadas psicologicamente, tem demonstrado que não conseguem viver socialmente: brigas, violência, intolerância, descartes irregulares que afrontam os limites do lugar de vida humana e coletiva. A fome material e cultural escancara nossa capacidade de sermos indiferentes: a prisão de uma mulher negra e pobre acusada por furto de um lixão; o preconceito contra ela e seus filhos, que afeta a continuidade da vida em sociedade; a fome que persiste em afetar a capacidade de aprender e acreditar que estudar é o caminho, como defende Platão. Por fim, a esperança pode estar e, precisamos acreditar que esteja, nas pessoas que, mesmo nesse contexto ou justamente por conta desse contexto, demonstram sua resistência e se fazem representar por meio de mandatos de deputados e vereadores, ao

[5] fala do deputado no evento local.

atuar na representação de grupos sociais, que nesse processo de retorno e saída da caverna, perderam ainda mais. Grupos sociais que foram afetados duramente por um sistema que se aproveitou do contexto pandêmico para retomar a prisão na caverna, as correntes, o chicote, o açoite.

Não é raro ver localmente as pessoas se solidarizarem e se indignarem virtualmente com as notícias daqueles que estão a selecionar ossos no lixão para comer e, na prática, olhar e agir preconceituosamente com a mulher negra, presa por pensar em roubar ferro para vender e alimentar a fome dos seus. A única diferença entre essa mulher e aqueles é o local onde vivem. Aqueles, lá longe. E ela, aqui em nosso meio, por muitos deixada de lado, invisibilizada. É mais fácil prestar solidariedade em uma postagem nas redes sociais, e na prática, ignorar o que ocorre localmente. Na verdade, tal conduta revela o poder de ação daqueles que pretendem a permanência na caverna.

Existe um fluxo migratório na caverna, um movimento de saída e retorno. Há também as permanências: os que nunca saíram ou aqueles que nunca entraram. No entanto, este fluxo recebe a influência de alguns que acreditam que todos devam sair, libertar-se "das ilusões", elevar-se "à visão da realidade" e fazer "de sua sabedoria um instrumento de libertação de consciências e de justiça social" (PLATÃO, 1991, p. 29). Quero acreditar que o deputado, os vereadores e as representações da mulher, do pescador, dos professores e dos servidores públicos, sejam agentes dessa influência. Esses, porém, necessitam contar com a ação do processo de educação e formação. Um processo que, de acordo com Platão (2000, p. 350-351), não se dá pela força. Ele faz um alerta: "nunca ensines nada às crianças por meios violentos, mas à guisa de brinquedos; é como melhor poderás observar as aptidões de cada um" e "fazê-los tomar gosto [...]". O autor defende ainda que a educação, por meio de um processo dialético, pode fazer com que as massas, representadas aqui por esses personagens, revoltem-se ao saber da verdade e, consequentemente, libertem-se da prisão da caverna física e virtual.

Na contramão, existem as forças que atuam para a permanência ou retorno à caverna. São agências humanas daqueles que se movem e cujas ações promovem a manutenção das "sombras e imagens turvas ao luminoso universo das ideais" (PLATÃO, 1991, p. 27), o que leva muitos a acreditarem que o único contexto possível seja a caverna e suas correntes. Manipulam recursos públicos, a fins de fornecer emendas como se fossem uma ação particular e benfeitorias para a cidade, mas depois querem o pagamento em voto para a reeleição. E no exercício político do mandato, dão continuidade ao projeto que aprisiona e mantém a cegueira. Vendem-se e compram-se indulgências por metro quadrado e a obtenção do nome em destaque no *pulpitum*, movidos pela ideologia do perdão dos pecados e a busca da salvação, mas na prática estão a contribuir para a 'reforma' das estruturas da caverna e suas correntes. Utilizam-se das redes sociais, a caverna virtual, para alimentar as consciências de que tal condição, a de acorrentados e de aprisionados, é a única possível. Alimentam um estado de guerra e intrigas entre os prisioneiros e os que querem lhes libertar, ao fomentarem a permanência de obnubilação, em que aqueles que tentam retornar à caverna para libertar os prisioneiros tornam-se [...] "objetos de galhofa dos outros", ao afirmarem-lhe "que o passeio lá por cima lhe estragara a vista e que não valia a pena sequer tentar aquela subida" [...] (PLATÃO, 2000, p. 322).

Não seria também, o ato desta escrita uma maneira de aliviar a culpa diante da incapacidade de agir para contribuir com a libertação dos prisioneiros da caverna? Quem vai ler estas

páginas? Caso leiam, vão compreender esta narrativa metafórica? Terá alguma relevância para reduzir o fluxo migratório de retorno e saída à caverna? Ou será apenas um desabafo que permanecerá silencioso? Ou ainda, caso fosse possível aos prisioneiros da caverna, "o uso das mãos" (PLATÃO, 2000, p. 322), não me atacariam, diante do estado de obnubilação, promovido pelos agentes que mantém as estruturas na e da caverna?

Referências

PLATÃO. Diálogos / Platão; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. *Os pensadores*. 5. ed. — São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PLATÃO. A República (ou: sobre a justiça. Gênero Político). Tradução de Carlos Alberto Nunes. – 3. ed. – Belém: EDUFPA, 2000.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR – UMA QUESTÃO SOCIOCULTURAL NA MESORREGIÃO DE IVAIPORÃ

Vânia Inácio Costa Gomes [1]

O presente artigo tem por finalidade fazer uma análise sobre a participação das mulheres na agricultura familiar na mesorregião de Ivaiporã, espaço onde a atividade agrícola ainda é muito forte, sendo considerada como base de economia dos seus municípios. Para a realização do trabalho será tomado por base o depoimento de três mulheres agricultoras do município de Lidianópolis, que compõe parte do território da região estudada, sendo elas: Angélica Maisa Tambarussi, 29 anos, solteira, agricultora familiar voltada para o cultivo de tomate e produção leiteira e Vera Lucia Fiorini Fávaro, 50 anos, casada, mãe de três filhos, agricultora familiar, produtora de café, por meio de grãos selecionados e Laís Regina Prins de Toledo Hey, 32 anos, casada, mãe de dois filhos, agricultora familiar, voltada para o cultivo de pêssego e agroindústria. O trabalho utilizara ainda como base, os dados do IBGE, do IPARDES e do IDR-PR.

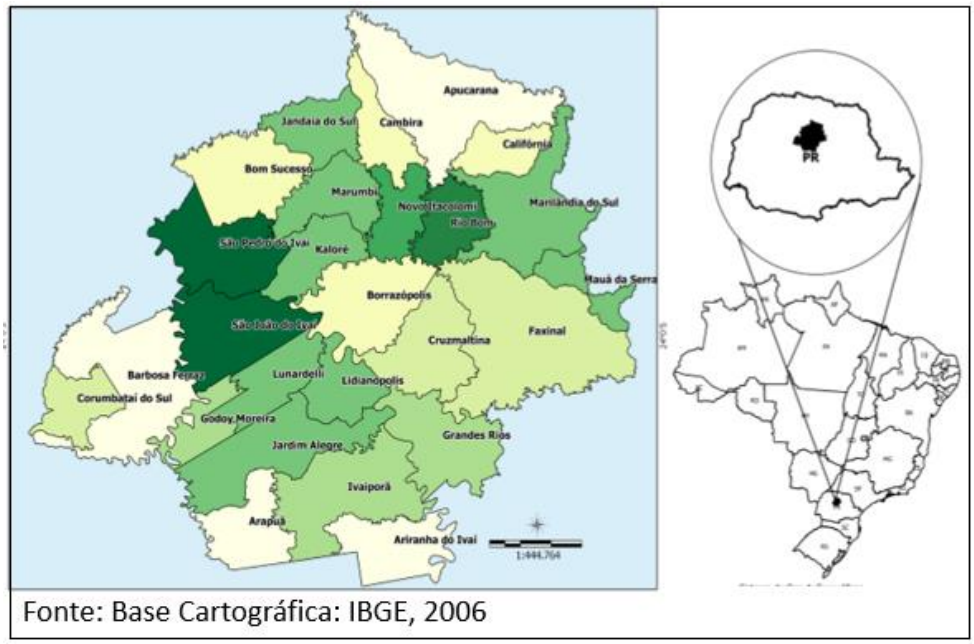
Por meio dos dados coletados junto aos órgãos do estado acima citados e a partir dos depoimentos das mulheres que contribuem com o trabalho que é fruto de uma pesquisa realizada para a produção de uma tese sobre as profissões femininas na mesorregião de Ivaiporã, busca-se aqui fazer reflexão sobre a relação das mulher com as atividades do campo, não apenas como produtoras de alimentos para garantia de lucros, que não deixa de ser uma de suas metas, mas como mulheres que lutam por um espaço enquanto trabalhadoras, onde possam sobreviver em suas propriedades e serem donas de suas próprias decisões, com autonomia para gerenciar suas atividades e garantir o sustento da família.

Para além de compreender a participação das mulheres na produção agrícola da região, o objetivo é reconhecer a luta dessas mulheres para manter suas tradições, costumes e a valorização da terra, como bem natural. A busca pela sustentabilidade dentro de um cultivo convencional de agricultura, buscando preservar a natureza, diminuindo os impactos ambientais por meio da produção e garantindo da mesma forma a lucratividade e o sustento familiar.

A mesorregião de Ivaiporã está localizada no norte do Paraná, considerada politicamente como Vale do Ivaí paranaense. De acordo com o Caderno Territorial, do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário (2020), o território conta com 26 municípios conforme consta no mapa a seguir e tem Ivaiporã como uma das cidades centrais por apresentar um significativo desenvolvimento agrícola e comercial, sendo ainda no contexto regional um município com potencial industrial. O mapa a seguir, organizado com base nos dados fornecidos pelo IBGE em 2006, apresenta a região com todos os seus municípios e em

[1] Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR. Possui especialização em Ensino de Filosofia para o Ensino Médio. (UEPG) Possui graduação em História (FAFIMAN), Geografia (UEPG) e Filosofia (UEL). Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná. Integrante e pesquisadora do Laboratório de Estudos Históricos do Contemporâneo (LABEHCON/UEL). E-mail: vaniaicg79@gmail.com. https://orcid.org/0000-0002-9173-0222

seguida destaca sua localização no Paraná e no Brasil (mapa em branco), contribuindo para a localização da mesorregião de Ivaiporã no contexto local, regional, estadual e nacional.



Organizado por: Cezar Felipe Cardoso Farias e Ana Paula Mariano dos Santos, 2019. In: (GOMES, 2020, p.26).

De acordo com Mota e Novak (2008, p. 20), essa região vem sendo habitada por diferentes grupos humanos há muitos séculos, porém, a produção agrícola teve sua origem no local por meio dos povos indígenas que passaram a ocupar o território e seguidamente por colonizadores com o intuito de explorar as riquezas da terra. Nesse contexto, Boing (2007) afirma que o território, hoje conhecido politicamente e culturalmente por Vale do Ivaí, geograficamente considerado mesorregião de Ivaiporã, foi tomado por posseiros, que conseguiam junto ao estado um protocolo de posse e em seguida tomavam uma área de terra, fixando-se no local e se autodeterminando seu proprietário.

Com a regulamentação das terras paranaenses a região passou a ser estruturada, e, nesse processo Boing (2007, p. 13) Afirma que o território até então ocupado por posseiros, passou para o domínio da Companhia de Terras Sociedade Territorial Ubá, que comprou junto ao estado o lote que agrega hoje a mesorregião de Ivaiporã e regulamentou seu direito e posse sobre o espaço.

Essas demandas causaram um certo retardamento no desenvolvimento econômico da região, porém a agricultura sempre foi a base da economia, o que permanece até os dias atuais. Dentre os municípios que compõem a região, consta Lidianópolis, com uma área territorial de 151, 815 km^2 (IPARDES, 2022), e segundo o IBGE (2021), com uma população estimada em 3.155 habitantes. A economia de Lidianópolis e baseada na agricultura que, segundo dados do IPARDES (2022), tem uma cultura bastante diversificada com uma prática convencional de agropecuária.

O que chama a atenção para essa cidade, é o fato de que a maior parte da população rural, segundo dados do IIBGE (2022), é composta por mulheres (50,4%), que sobrevivem em sua

maioria da agricultura familiar, em cadeias produtivas diversificadas e voltadas para práticas convencionais de produção de alimentos.

No Paraná a agricultura familiar tem recebido cada vez mais a representatividade de mulheres, que, por sua vez, tem se envolvido em atividades de produção de alimentos e geração de renda que não somente contribuem com o orçamento doméstico, mas é a base do sustento da família. De acordo com MAIA (2022), há um movimento por parte das instâncias organizadas para valorizar o trabalho das mulheres do campo, como é o caso do IDR, antiga EMATER, que tem desenvolvido programa de acompanhamento das práticas agrícolas desenvolvidas por mãos femininas.

Esse movimento é perceptível na mesorregião de Ivaiporã, mas precisamente no município de Lidianópolis, que não é o único com essa característica, porém, que muito chama a atenção devido ao fato de contar com mulheres que se reconhecem como agricultoras da agricultura familiar, com conservação das raízes culturais e dos cultivos tradicionais. Ao entrevistar algumas dessas mulheres, ficou claro que não há apenas a preocupação com o lucro, que também é importante para elas, mas com a preservação da terra, dos valores familiares que agregam na educação que receberam de seus pais.

Essa relação da mulher camponesa com a terra e as atividades domésticas de preservação de costumes e cuidados com a família em explicada por Arendt (2018, p.68), que salienta que para a moça camponesa, as atividades domésticas é uma realidade desde a infância, por meio da educação oferecida pelas mães. O trabalho com a agricultura é um complemento que vem por meio da ajuda oferecida ao pai quando se tornava jovem, para em seguida casar-se e compor uma família junto ao marido.

A autora ressalta a ausência de uma educação escolar, que até o final do século XX ainda era uma constante no município de Lidianópolis, porém, atualmente, a escolarização passou a ser alcançada pelas jovens, mesmo aquelas que ainda são educadas dentro de uma cultura tradicional do preparo para o casamento. Angélica Maisa Tambarussi, jovem de 29 anos, moradora de uma comunidade rural do município e produtora de leite, afirma que percebeu a necessidade de agregar conhecimento científico com a prática diária da pecuária, o que fez com que ingressasse no curso de Engenharia Agronômica, ampliando seu conhecimento e permitindo maior produtividade, aliada a sustentabilidade que para a jovem é muito importante para preservação da terra.

A jovem afirma que de acordo com a família, deveria buscar um trabalho com carteira registrada no meio urbano, porém entende que suas raízes estão ligadas à agricultura, onde persiste em permanecer e garantir a autonomia sobre o trabalho que desenvolve, protagonizando a ampliação das áreas de pastos da propriedade e o aumento da produtividade. Embora afirme não ter sido fácil.

Essas resistências são frutos de lutas feministas que perpassam o século XX e chega no século presente com uma pauta construída para a firmação de direitos das mulheres. Siliprandi (2011, p. 176), ressalta que o Brasil viveu uma mudança, no que se refere ao papel da mulher no campo, não somente naquilo que envolve a cultura, mas também nas questões estruturais, como a garantia de direitos trabalhistas, garantias junto à previdência e atendimento à saúde, conquista do direito à posse de terra e a obter créditos junto a bancos. A autora afirma que essas conquistas estão pautadas por uma trajetória de lutas do movimento das mulheres camponesas, que adentrou o século corrente e tem buscado políticas públicas que contribuam com a firmação das mulheres no campo.

De acordo com Tedeschi (2009, p. 54), relegar a mulher a uma condição de inferiorização ao homem é uma prática do patriarcado europeu, trazida para o Brasil ainda no período colonial e que permanece muito forte até os dias atuais. Vencer essa barreira de submissão tem sido uma constante para mulheres que não se submetem ao poder masculino, porém muitas delas ainda permanecem atreladas a essa condição social muitas vezes sem a consciência de sua inferiorização. Ao entrevistar a agricultora Vera Lucia Fiorini Fávaro, 50 anos, casada, mãe de três filhos e protagonizadora da produção de café de fino porte com grãos selecionados, percebe-se a necessidade dela em receber a aprovação do marido e do filho nas suas ações.

Em todo momento Dona Vera Lucia, busca a confirmação do filho em seus depoimentos, mesmo sendo ela a produtora do café e a pessoa que tem o conhecimento de como plantar, cultivar, colher e fazer a seleção dos grãos. Ainda assim, não fala por si, por uma questão de formação cultural e educacional, a agricultora reconhece no marido e no filho, os responsáveis pela propriedade e pelas decisões tomadas quanto à produção e condução da vida da família.

Faz parte da educação da mulher do campo o cuidado com a família e com o espaço doméstico. Em Tedeschi (2009), encontramos a afirmação de que as mulheres do campo são educadas para o cuidado com a casa, a educação dos filhos e o equilíbrio, bem-estar da família. Arendt (2018), confirma essa realidade apresentando a educação da moça do campo para o casamento e os cuidados com o marido e os filhos, bem como com a atenção para o trato com os animais e a ajuda ao homem nos afazeres diários da "roça".

Essa é uma relação que perpassa a necessidade de produção, segundo os autores, está muito presente na educação e na cultura, tornando-se assim uma questão social, uma vez que condiciona a mulher a um papel de subserviência ao homem. É uma realidade percebida na entrevista concedida por Laís Prins de Toledo Hey, que embora se reconheça como uma mulher moderna, independente e empreendedora, afirma, que não abre mão de cuidar dos afazeres domésticos, do preparo do alimento, do cuidado com a roupa e a organização da casa. "Eu gosto de limpar minha casa e cuidar eu mesmo da comida e lavar a roupa dos meus filhos e do meu marido, eu acho isso muito importante, penso que isso tem que ser preservado em uma família e eu não abro mão, sou eu que faço tudo isso aqui em casa" (HEY, 2022).

Além de conservar a responsabilidade sobre os cuidados domésticos e de organização a vida familiar, a agricultora ainda demonstra a educação patriarcalista de submissão ao homem, uma vez que declarou ter vontade de candidatar-se ao pleito de vereadora, sendo inclusive incentivada pelas pessoas da comunidade em que vive, porém não o faz porque o marido não deixa. São falas muito subjetivas, que não são ditas claramente, mas deixam transparecer em meio aos seus depoimentos. Isso acontece segundo Tompson (2000) porque o depoimento das mulheres são cheios de subjetividades e silêncios que precisam ser interpretados. Para o autor, a História Oral, cumpre sua função quando quem a prática consegue perceber aquilo que não é dito pelos depoentes, sendo deixado de lado, ou ainda sugerido, sem ser dito. Essa é uma dinâmica constante na entrevista com as mulheres agricultoras de Lidianópolis, muito foi ocultado, por não julgarem interessantes de ser dito ou por não se sentirem a vontade para expor certos sentimentos ou ponto de vista, exigindo assim, um exercício de compreensão de quem as entrevista

Ao analisar o contexto de Lidianópolis, por meio dos depoimentos das mulheres, as jovem Angélica Maisa Tambarussi, Lais Regina Prins de Toledo Hey e a senhora Vera Lucia Fiorini

Fávaro, mulheres que residem no mesmo município, duas delas na mesma comunidade rural, porém, de gerações diferentes, percebe-se uma diferença na forma de conceber o seu papel enquanto mulher e agricultora. Para D. Vera Lucia, a aceitação do comando da propriedade centrado nas mãos do marido e do filho é algo quase imperceptível por ela, ou naturalizado, uma vez que aceita sem fazer questionamentos. Para Laís Regina de Toledo Hey, existe um consenso entre a autoridade dela e do esposo, que segundo ela é seu sócio e companheiro, embora, em muitos momentos de sua fala, é perceptível a importância da aprovação do marido em suas decisões. Já para a jovem Angélica, esse é um desafio que ela deixa claro que precisa vencer. Vivendo entre primos da mesma idade, irmão e pai, ela afirma sempre a necessidade de buscar sua autonomia e seu reconhecimento

> Angélica Maisa Tambarussi - Eu gosto do sítio né, tenho orgulho de trabalhar no sítio, de ser produtora, mas eu queria, sabe? Aquele algo a mais assim... Eu queria ser lembrada assim como Angélica a agrônoma ou a veterinária, assim que seja né? Queria assim, ter algo a mais, não só ser a Angélica lá da Santo Antônio, ou alguma coisa assim, como ponto de referência sabe?!! (2022, informação verbal).

Essa mudança na concepção de ser mulher e ser agricultora diante o desafio de manter as tradições culturais na agricultura familiar sem perder de vista a conquista da autonomia tem sido uma constante. Para Carneiro (2013, p. 56), isso ocorre devido ao fato de que o meio rural já não é mais um espaço desligado das práticas urbanas, a tecnologia e a busca por uma economia burguesa que aproxime a vida calma do campo das vantagens oferecidas pelas inovações e conforto do mundo urbano.

A autora destaca que o meio rural desenvolveu uma ideologia burguesa de economia e estilo de vida muito semelhante aos hábitos urbanos, embora sejam apresentados com práticas do campo, "os 'neo-rurais' brasileiros, motivados por valores próprios do antigo mundo rural (autodeterminação, contato com a natureza, tranquilidade, simplificação das relações sociais), reproduzem na racionalidade produtiva e tecnológica, valores urbanos (CARNEIRO, 2013, p. 60).

A presença desta transformação defendida por Carneiro (2013), é confirmada nos depoimentos da agricultora Laís Regina de Toledo Hey, que se reconhece como uma empreendedora da Agroindústria. Sendo formada em agronomia e com facilidade para comunicar-se com as pessoas e praticar o comércio, ela busca aliar seu conhecimento científico para produzir frutas, como pêssego e goiaba com suas habilidades empreendedoras para produzir produtos para serem comercializados. Segundo Laís Regina Prins de Toledo Hey, a ideia da agroindústria nasceu no último ano, com as perdas da produção de pêssego para a geada, causando prejuízos e dificuldades para cumprir com os compromissos financeiros firmados pela propriedade que administra

Trabalhando em parceria com o esposo, responsável pela produção das frutas, Laís Prins tem investido na produção de doces de goiaba e pêssego para comercialização. A produtora agrícola já criou uma marca para seus produtos, intitulada "Vovó Irma", em homenagem a avó a quem se refere com respeito por ser uma referência em sua vida, e agora tem investido na ampliação desse espaço, sonhando em ser referência na região

> Laís Regina Prins de Toledo Hey - Eu quero construir uma cozinha industrial aqui na propriedade e fabricar doces para vender para o mundo. Quero transformar

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

> minha propriedade num espaço para o turismo rural. Quero que ao vir visitar a cidade, as pessoas sintam a necessidade de conhecer a propriedade da Laís, e vir comprar meus produtos. Para isso eu uso as redes sociais para divulgar minhas mercadorias, faço vídeos diários, produzindo doces, apresentando a propriedade, oferecendo meus produtos e buscando cada dia mais seguidores. Descobri que o instagram pode ser um bom espaço para cativar clientes e eu vendo qualquer coisa que você me mandar vender com muita facilidade. Ih! Menina, meu espírito empreendedor e meu conhecimento científico como agrônoma ainda vai me render muito lucro nessa propriedade, vocês ainda vão me ver no Globo Rural!! (2022, informação verbal).

A postura da agricultora Laís é muito diferente das demais mulheres entrevistadas, demonstrando que o espaço rural do século XXI, realmente não está desligado das atividades urbanas, formando um paralelo entre as atividades agrícolas e as práticas comerciais urbanas. A ideia de turismo rural pretendida por Laís Regina Prins de Toledo Hey, é explicada por Carneiro (2013, p. 56), como uma forma de buscar no campo a paz que as cidades não podem oferecer, sem precisar abrir mão dos privilégios da cidade. Segundo a autora, é cada dia mais intensa a busca por práticas de turismo que envolva a natureza e a tranquilidade do campo, porém aliada modernidade tecnológica, com acesso a comunicação digital, meios de transportes adequado e produtos que promovam a segurança e a comodidade para o descanso.

Embora tenha havido avanços no que se refere ao papel da mulher no meio rural e de forma mais expressiva na agricultura familiar, ainda não é possível afirmar que as mulheres tenham atingido a igualdade perante os homens. Schmitz e Santos (2013), afirmam que ainda existe uma desigualdade social de gênero muito forte no meio rural, onde as questões culturais ainda imputam ao homem "a obrigação de ser menos apegado aos cuidados e mais ligado às questões econômicas, com predominância para a remuneração e ao lucro, obtendo assim, maior valorização social" (SCHMITZ & SANTOS, 2013, p. 02), enquanto as mulheres ainda veem seu espaço sendo restringido aos cuidados com a família e a ajuda ao homem, seja ele pai, irmão, marido ou filho.

Considerações finais

Por meio das fontes analisadas, parece possível compreender a importância das mulheres no contexto da agricultura familiar da região em estudo. A permanência de mulheres no campo ainda é muito intensa em alguns municípios da mesorregião de Ivaiporã, sobremaneira de Lidianópolis, onde ainda é possível perceber a ligação entre a atividade agrícola e as mulheres que habitam o seu espaço.

Fica perceptível que há uma resistência feminina por garantir seu espaço junto as propriedades rurais, algumas tomando isso como uma necessidade de firmação e reconhecimento, outras simplesmente como meio de sobrevivência e parte de suas práticas e tradições, garantindo o sustento da família, elas permanecem firmes no propósito de manter o cultivo agrícola e o respeito pela natureza, numa firmação de que é preciso buscar a sustentabilidade.

Entre a busca pelo lucro e o desejo de manterem-se ligadas à terra, há muito sentimento, que está ligado às emoções que cada uma delas acumularam ao longo de suas vidas, no espaço onde vivem. Isso está claro nos depoimentos de cada uma dessas mulheres, que são cheios

de subjetividades e significados culturais. Rosenwein (2011), caracteriza essa prática como história das emoções da qual as mulheres se encaixam como maestria uma vez que busca com sensibilidade reconhecer a importância do espaço onde habitam para a manutenção de suas tradições, valores, costumes e convivência social.
Assim, reconhecer a importância da mulher na agricultura familiar no contexto da mesorregião de Ivaiporã é dar voz e direito de fala a um grupo importante para a produção do capital do território, mesmo que na maioria das vezes tenham sido condicionadas ao silêncio e ao domínio masculino.

Referências

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). Nova história das mulheres no Brasil. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 65-82.

BOING, Lucio. **Vale do Ivaí: conflitos e ocupação das terras regionais. Produção Didática – Projeto de Desenvolvimento da Educação – PDE.** Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_lucio_boing.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade Novas Identidades em Construção. Estudo Sociedade e Agricultura. V. 6 n. 2. p.53 a 75, 1998. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135/131. Acesso em: 20 jun. 2022.
IBGE. *Brasil - Paraná - Lidianópolis – Panorama.* Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lidianopolis/panorama. Acesso em: 30 mar. 2020.

IPARDES. Caderno Estatístico Município de Lidianópolis. *Sistema de Informação dos Municípios do Paraná.* [2022]. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86865&btOk=ok. Acesso em: 10 de jun. 2022.

MOTA, Lucio Tadeu e Novak, Éder da Silva. **Os Kaingang do Vale do Ivaí: histórias e relações interculturais**. Maringá: EDUEM, 2008, 190 p.

ROSENWEIN, Barbara H. História das emoções - problemas e métodos. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SCHMITZ, Aline Motter. SANTOS, Roseli Alvez dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371853408_ARQUIVO_TextoFazendogenero10.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamento Iberoamericano*. n. 9, p. 169-183, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/29776960/Mulheres_agricultoras_no_Brasil_sujetos_pol%C3%ADticos_na_luta_por_soberan%C3%ADa_e_seguranca_alimentar. Acesso em 20 jun. 2022.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Relações de gênero e a história das mulheres camponesas. *La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 14, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/revista_la_salle/Aguardando_liberacao_direitos_autorais/2009_v14_n2/latedeschi.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

TOMPSON, Paul. História Oral e contemporaneidade. História Oral, v. 5, p. 9-28, 2000. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=47&path%5B%5D=39. Acesso em: 15 jul. 2022

Fontes orais

1. Angélica Maisa Tambarussi. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Quiezi e Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 30 jun. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder das entrevistadoras e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

2. Vera Lúcia Fiorini Fávaro. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Quiezi e Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 07 jul. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder das entrevistadoras e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

3. Laís Prins. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Quiezi e Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 04 Ag.. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder das entrevistadoras e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

FORMAS DE LIBERDADE: OS REGISTROS NOTARIAIS DAS MANUMISSÕES E AS TIPOLOGIAS DE CONCESSÃO – SÃO JOÃO DEL-REI, MINAS GERAIS, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Bruno Martins de Castro[1]

"Para a conservação do meu direito"

São João del-Rei, 19 de maio de 1837. O forro Antônio Pereira da Costa obteve uma nova carta de alforria, conferida agora pelos herdeiros de sua antiga senhora, já falecida, dona Júlia Máxima da Costa. Antônio alegou não ter mais em seu poder o documento original, que, por ter sido entregue a juízes de paz e camaristas, se desencaminhou. Como presumidamente não o havia lançado antes em cartório, o liberto foi bem mais cauteloso com a segunda carta, tratando logo de registrá-la nos livros de notas, no dia seguinte ao de seu recebimento[2]. Poucos anos antes, a 4 de março de 1833, em Volta Redonda, a escrava Inácia Maria recebeu de seus senhores, coronel José Pedro Vieira Ferraz e seu irmão capitão Antônio Carlos Vieira Ferraz, liberdade onerosa. O marido da alforriada, Guilherme, um crioulo forro, desembolsou 150$000 para o pagamento dos manumissores, que declararam passar novamente uma outra carta de alforria a Inácia, visto ter a primeira sido perdida. Três meses depois, o novo título fora trasladado no tabelionato público de São João del-Rei.[3].

Casos como esses são bastante ilustrativos de como os libertos consideravam a importância e necessidade de terem suas cartas de alforrias lavradas em cartório. Tal prática, ainda que não fosse legalmente obrigatória, representava uma forma dos alforriados reforçarem, publicamente, seu status jurídico, evitando que pairassem incertezas sobre sua nova condição. Muito provavelmente, foi esse o motivo que levou Antônio da Costa e Inácia Maria a ratificarem suas novas cartas de liberdade junto ao tabelião. No caso dela, fazer isso talvez fosse ainda mais premente, pois, como fora liberta na província do Rio de Janeiro, pode-se imaginar que tenha migrado para São João del-Rei, onde não devia ser conhecida. É evidente que, em algumas circunstâncias, o simples reconhecimento social e as relações que os ex-escravos estabeleciam em suas comunidades eram suficientes para atestar em favor da afirmação de suas liberdades, dispensando qualquer documentação comprobatória (GUEDES, 2008). Todavia, supomos que grande parte dos títulos de liberdade sanjoanenses outorgados em papéis particulares, fosse como fosse, acabavam sendo lançados nos códices notarias, como uma forma de se dar conhecimento público, legitimidade e segurança às alforrias e aos prováveis termos em que foram ajustadas.

Em um conjunto de 355 alforrias pesquisadas, encontramos apenas dois registros referentes a liberdades dadas no sacramento do batismo. Em um deles, dona Paula Joaquina da Conceição declarou estar com mais de 70 anos e que, para tranquilidade de seu espírito e consciência, esperava que, com sua morte, a liberdade conferida na pia a Ana parda não fosse

[1] Professor efetivo da SEE/MG, mestre em História pela UFSJ, membro do grupo de pesquisa "Escravismo Atlântico: família, riqueza e cultura" (UFMG/CNPq) e integrante do GT "Emancipações e Pós-abolição" (ANPUH-MG). E-mail: brunomartinsdecastro@gmail.com

[2] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 11, fls. 43 v., 44 f.

[3] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 27, fls. 162 f. v.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

prejudicada. Por essa razão, a alforriante, viúva de Caetano José Pinto, moradora em Carandaí de Cima, termo da vila de São José, solicitou que fosse lavrado nas notas do tabelião, em 11 de maio de 1857, o assento de batismo de Ana:

> Aos vinte dias do mês maio de mil oitocentos e cinquenta e quatro, na Ermida da Cachoeirinha, com licença batizei solenemente e pus os santos óleos a Ana, nascida aos vinte e dois dias do mês de março de mil oitocentos e cinquenta e quatro, filha natural de Jerônima parda, escrava de Paula Joaquina, que declarou que se batizasse por forra a dita Ana. Foram padrinhos Joaquim Damásio e Francisca Antônia dos Santos, mulher de Caetano José Alves. O padre Pedro Ribeiro de Resende[4].

A escassez de registros dessa natureza em cartório atesta que, no mais das vezes, o ato de dar a alforria no batismo tornava dispensável qualquer outra forma de validação legal. Chama nossa atenção, contudo, que tanto no caso exposto quanto no outro, as manumissões foram conferidas em paroquias fora dos limites do termo de São João del-Rei. Isso nos sugere que a revalidação das alforrias batismais em cartório poderia ser necessária em situações em que se desejasse dar maior vigor e notoriedade pública à liberdade em um novo ambiente social, onde a condição de forro ainda fosse anônima.

As manumissões dadas em verbas de testamento, possuindo a mesma legitimidade da escrituração notarial, desobrigavam, do mesmo modo, a uma nova autenticação. Mesmo assim, não foi incomum encontrarmos registros cartoriais de liberdades conferidas por algum herdeiro ou testamenteiro em cumprimento das últimas vontades de um senhor falecido. Localizamos 25 alforrias (7,0 % de nossa amostra) outorgadas nessas circunstâncias. Felisberto Pinto de Almeida e Lara, satisfazendo as determinações do padre Francisco Pinto de Góis e Lara, de quem era afilhado e testamenteiro, passou liberdade, em 2 de agosto de 1835, a Antônio moçambique. Este alcançou o benefício, logo que, pagou, em serviços, o importe em que fora coartado[5]. De maneira semelhante, Mariana Vieira da Fonseca estabeleceu, em seu testamento, que se outorgasse, quatro anos após seu falecimento, liberdade a José congo. Como esse tempo já havia se completado, o testamenteiro Bento José Ferreira, no distrito de Conceição da Barra, em 31 de dezembro de 1832, deu ao escravo sua alforria[6].

Além desses exemplos, não podemos desconsiderar que a morte do senhor, normalmente, provocava certa apreensão entre seus escravos. Esse era um momento de grande insegurança quanto aos destinos de suas vidas e de seus familiares. Nesse contexto, as chances de se obter a liberdade poderiam se concretizar ou desaparecer por completo. Aqueles cativos que tivessem a promessa da alforria ou dispusessem de um pecúlio para adquiri-la sairiam na frente daqueles que não tivessem tido recursos suficientes para negociar benefícios e oportunidades com seus falecidos senhores e seus herdeiros. A atuação destes últimos, algumas vezes, poderia dificultar ou mesmo obliterar o acesso à liberdade. Em outros momentos, sua boa vontade e consideração foram decisivas para garanti-la (LARA, 1988; CHALHOUB, 2011). Em 19 de fevereiro de 1855, Barnabé crioulo ganhou sua liberdade graças à interferência de Caetano José Rodrigues e sua mulher, dona Maria José Alves Pamplona, herdeiros do finado padre José Maria Corria

[4]AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 37, fls. 39 f. v.
[5] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 29, fls. 24 f. v.
[6] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 28, fls. 33 v., 34 f. v.

Pamplona. Segundo o casal, a alforria de Barnabé poderia ter sido esquecida pelo padre, na hora de sua morte, porém manifestaram a intenção em

> [...] cumprir o que sem dúvida involuntariamente deixou ele de fazer, isto é, premiar a virtude por tudo isso e pelos excelentes serviços que prestou à casa lhe damos por esta a liberdade para que a goze como que se [de] ventre livre nascesse [...] e quando por ventura o nosso quinhão hereditário não seja igual ao valor do mesmo escravo descrito no inventário nós por caridade e reconhecimento indenizamos o resto a dinheiro ao monte partível[7].

Não só se lembraram de alforriar o pobre Barnabé, pajem do falecido vigário, como também se dispuseram a inteirar, caso fosse preciso, o valor necessário para sua liberdade.
Entre os forros, o falecimento de seus antigos senhores poderia também provocar, em determinadas situações, insegurança quanto à manutenção de suas liberdades. Herdeiros e legatários ardilosos e avarentos, sequiosos de não se verem prejudicados na partilha do espólio, talvez questionassem, ou mesmo, impugnassem o benefício senhorial concedido, verbalmente, ou por papel particular a um escravo (GRINBERG, 2006). Deve ter sido o receio de que isso pudesse acontecer que levou Bárbara crioula e as mulatas Sabina e Cristina a apresentarem-se, em 5 de junho de 1830, no tabelionato de notas, para dar validade e reconhecimento às suas cartas de alforria. A essa altura, dona Francisca Maria Esperança de Mendonça, ex-senhora das três libertas, já era defunta[8]. Nos registros não constam as datas de concessão das alforrias e, no testamento de dona Francisca, redigido, em 11 de setembro de 1818, não há menção à manumissão de nenhuma das três ou de quaisquer outros escravos[9]. Então, é quase certo que essas liberdades tenham sido passadas depois que as últimas vontades da senhora tivessem sido declaradas. De todo modo, a agilidade com que as alforrias foram passadas em cartório impressiona. O curto espaço de tempo entre a morte da senhora, em 30 de maio de 1830, e o traslado das cartas, cinco dias depois, não parece simples acaso. Era esse o meio mais seguro de que os libertos dispunham para preservar, legalmente, sua condição, afastando qualquer provável ameaça que lhes pudesse ser infligida. As manumissões eram copiadas nos livros de notas sob a designação de "carta de liberdade", "escritura de liberdade" ou, mais comumente, "título de liberdade". Os intervalos, entre a data de sua concessão e a de seu registro efetivo pelo escrivão, poderiam variar bastante, dependendo da conveniência em se validar o documento. No levantamento das alforrias, constatamos que em apenas 2,0% dos casos não é informado o período em que a carta foi outorgada. Assim, temos 348 assentos em que foi possível identificar a diferença temporal a partir das duas datações. Os dados apresentados pela tabela 1 mostram-nos que mais de 2/3 das alforrias foram lançadas no mesmo ano de sua concessão. Para se ter uma ideia, somente aquelas registradas dentro do mês em que foram outorgadas correspondem a quase 40,0% do total. Por outro lado, as alforrias cuja intermitência para sua lavratura foi mais dilatada, ultrapassando três anos, perfazem uma cifra bem menor, de apenas 23,0%. Esse comportamento, portanto, revela que o grosso dessas

[7] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 34, fls. 88 v., 89 f.
[8] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 8. Liv. 25, fls. 82 v., 83 f. Livro de Notas do 2º ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 8, fls. 21 f. v., 22 f.
[9] AHET-II – IPHAN/SJDR. Testamento de dona Francisca Maria Esperança de Mendonça. 1830. Cx. 84.

alforrias foram registrados nos cartórios do 1° e 2° ofício de São João del-Rei, em data relativamente próxima a de quando foram conferidas.

Tabela 1 – Intervalo entre a concessão das alforrias e seus registros nos livros de notas – São João del-Rei (1830-1860).

Intervalo	N° Alforrias	%
Mesmo dia ou 1 dia	44	12,6
De 2 dias a 1 semana	36	10,3
De 1 semana e 1 dia a 1 mês	59	17,0
De 1 mês e 1 dia a 6 meses	56	16,1
De 6 meses e 1 dia a 1 ano	41	11,8
De 1 ano e 1 dia a 3 anos	32	9,2
De 3 anos e 1 dia a 6 anos	23	6,6
Mais de 6 anos e 1 dia	57	16,4
Total	**348**	**100,0**

Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e 2º ofício de São João del-Rei (1830-1860).

Em 2 de julho de 1835, Felício crioulo, de seis anos de idade, filho dos escravos Lourenço benguela e Rita crioula, recebeu sua carta de alforria. A concessão fora feita, gratuitamente, pelo capitão José Alves Garcia, em razão dos bons serviços prestados pelos pais do menino e do "muito amor que lhe tinha". Nesse mesmo dia, sem nenhuma delonga, sua manumissão foi registrada[10]. Já a crioula Eva Joaquina de Magalhães, muito mais tempo levou para ter sua liberdade oficializada. Escrava do tenente Caetano Alves de Magalhães, Eva, então com 5 anos de idade, havia sido doada à dona Francisca Cândida de Magalhães. Porém, como o tenente ainda não a havia entregado, preferiu oferecer um moleque de nome Francisco em seu lugar, pois declarou ter se afeiçoado a ela. Desse modo, em 7 de abril de 1817, passou-lhe alforria gratuita, que somente mais de 38 anos depois, em 20 de agosto de 1855, foi lavrada nos livros notariais[11].

A alforria de um dos membros da família poderia representar um ganho substancial para o exercício da política de domínio senhorial. O capitão José Alves Garcia talvez estivesse ciente de que a liberdade concedida a Felício crioulo pudesse atender, duplamente, a seus interesses. Por um lado, mantendo seus pais na escravidão, reforçaria os laços de proximidade e dependência do liberto. Por outro, alimentaria no casal Lourenço e Rita a expectativa de um dia, como o filho, receberem a liberdade, fazendo deles cativos cada vez mais obedientes e leais[12]. Já no caso de Eva crioula, é razoável imaginar que, mesmo liberta, tenha continuado, por longos anos, na companhia do tenente Caetano Alves de Magalhães, desfrutando de sua

[10] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 28, fls. 88 v., 89 f.
[11] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 34, fls. 94 v., 95 f.
[12] Sobre como as alforrias cindiam algumas famílias escravas entre o cativeiro e a liberdade e o uso político que os senhores faziam disso, cf. MATTOS (1998) e SOARES (2009).

assistência, estima e proteção. Os vínculos tecidos durante essa convivência permitiram-lhe, inclusive, adotar e ostentar, publicamente, o sobrenome senhorial como, aliás, era comum entre alguns alforriados[13]. Decorridos quase quarenta anos de sua liberdade, Eva já devia ter sua condição amplamente reconhecida. Mesmo assim, resolveu registrar sua carta, assegurando a legitimidade de seu direito de forra.

Concessão e tipologia das alforrias cartoriais

No estudo das manumissões, nos deparamos com uma grande variedade de formas pelas quais os escravos adquiriam sua liberdade. Os tipos das alforrias, para além de uma simples variável de análise, são a expressão de um contexto no qual se engendravam as relações e as negociações entre cativos e seus senhores. Considerando isso, buscamos estabelecer uma detalhada tipologia das manumissões praticadas em São João del-Rei, classificando-as como: pagas, gratuitas, condicionais, pagas/condicionais, coartações, coartações/condicionais e substituição. Embora nem sempre haja coincidência entre essas modalidades e as definidas por outros historiadores, o que claramente nos impõe desafios em termos comparativos, acreditamos que, por meio dessa classificação, conseguiremos entender melhor as especificidades e complexidades inerentes aos processos de cada um dos tipos dessas liberdades.

Tabela 2 – Tipologia das alforrias cartoriais – São João del-Rei (1830-1860).

Tipos das Alforrias	Nº Alforrias	%
Gratuita	173	48,7
Paga	57	16,1
Condicional	110	31,0
Coartação	4	1,1
Paga/Condicional	7	2,0
Coartação/Condicional	3	0,8
Substituição	1	0,3
Total	**355**	**100,0**

Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e 2º ofício de São João del-Rei (1830-1860).

[13] De acordo com Perdigão Malheiros (1976, p. 128-129), entre os romanos "o liberto devia considerar-se membro da família do patrono, que a seu respeito era havido por *agnado*; parentesco fictício, donde derivam todos aqueles direitos – *jura patronatus*. – Daqui vinha que os libertos tomavam, ordinariamente, os nomes e prenome os dos patronos; se reputavam ligados à casa ou família destes; e neles deviam achar um protetor, um defensor, um pai, que tinha obrigação de alimentar o liberto e valer-lhe quando necessitado". Márcio Soares (2009) argumenta que, para Perdigão Malheiro, apesar de no Brasil ser habitual alguns libertos adotarem o sobrenome de seus antigos senhores, a alforria não engendrava qualquer espécie de parentesco fictício. Divergindo dessa posição, Soares defende que, em uma sociedade assentada no patriarcalismo, é muito provável que os laços morais que ligavam senhores a seus ex-escravos tenham, sim, alinhavado esse parentesco fictício entre as partes.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

À primeira vista, pelos dados apresentados na tabela 2, evidencia-se a predominância das alforrias gratuitas, seguida pelas condicionais, as pagas e as concedidas sob outras modalidades. Mas, antes de analisarmos mais detidamente essas informações, alguns esclarecimentos fazem-se necessários. São tidas por gratuitas as manumissões em que os escravos não precisavam oferecer nenhuma espécie de pagamento ou cumprir qualquer determinação imposta pelos senhores[14]. Isso nos leva a crer que, nesse tipo de alforria, a emancipação ocorria, em geral, de forma imediata, a não ser no caso das liberdades testamentárias gratuitas, que impeliam o escravo a esperar pelo falecimento do senhor. As alforrias condicionais, por seu turno, caracterizavam-se por determinadas exigências feitas aos cativos, sendo as mais frequentes servir por um tempo estipulado ou até a morte do senhor. Essas condições tornavam ambíguas a própria posição dos alforriados, situando-os na fronteira entre a escravidão e a efetiva liberdade. Já as alforrias pagas ocorriam quando a quantia necessária para a libertação era satisfeita aos senhores. Para isso, os escravos ou tinham, a duras penas, que acumular um pecúlio ou, simplesmente, contar com a solidariedade daqueles que se dispusesse a ajudá-los monetariamente nessa empreitada.

As demais alforrias encontradas, apesar da pequena expressividade, ora podendo ser tomadas como pagas ora como condicionais ou, ainda, uma junção dessas duas, foram classificadas à parte, por constituírem tipos muito particulares. No caso das coartações, o escravo pagava o valor estipulado por sua liberdade em parcelas, amiúde fixadas pelos senhores dentro de um prazo determinado. Poderia ser um caminho possível para aqueles que não tivessem meios de arcar, integralmente, com seu preço e, porventura, mais rápido do que se ficassem sujeitos a obrigações que se prolongassem por muito tempo. Todavia, assim como os manumitidos sob condição, o coartado situava-se numa zona fluída quanto à sua condição, pois, apenas seria considerado, inteiramente, livre, quando satisfizesse o total de seu preço[15]. Foi o que se passou com a escrava Rita parda, cuja senhora, dona Barbara da Conceição, declarou que a "coartei há tempos, em razão de minhas precisões, pela insignificante quantia de 350$000 que aos poucos foi me satisfazendo até preencher a referida quantia"[16]. Talvez esse importe não fosse assim tão insignificante para Rita, mas por ter liquidado o que devia, sabe-se lá mediante a quais esforços e estratégias, seu processo de transição para a liberdade estava terminado.

Não podemos nos esquecer de que sobre as coartações e as alforrias pagas poderiam, ainda, recair, vez por outra, algumas condições específicas. Apenas 2,8% de nossos dados referem-se a situações dessa natureza, como no exemplo de Casemira crioula, que mesmo depois de ter sido coartada por 76$800, ficou presa pelo resto da vida à sua senhora, obrigada a nunca desemparar nem a ela, nem a seus filhos, aos quais ajudou a criar[17]. Por outro lado, as manumissões por substituição foram bem mais raras, existindo apenas uma única ocorrência no universo das alforrias investigadas. Nessa modalidade, o próprio escravo ou terceiros

[14] Peter Eisenberg (1989, p. 297) chama a atenção que, "numa outra perspectiva, entretanto, a alforria nunca foi gratuita. Mesmo sem ter de pagar dinheiro ou prestar serviços para receber a alforria, o indivíduo durante sua vida de escravo já entregava valores para o senhor, sem que tivesse havido uma contrapartida de valores iguais entregues ao escravo".

[15] A respeito de dois importantes trabalhos que tratam da prática da coartação, em Minas Gerais, no século XVIII, cf. PAIVA (2009) e SOUZA (1999).

[16] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 34, fls. 19 v., 20 f.

[17] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 8, fls. 18 f. v.

ofereciam ao senhor, para que a liberdade pudesse ser concedida, outro cativo em troca. No caso encontrado, Domicina Beralda de Jesus alforriou sua escrava Constança parda por ter Vicente Getúlio de Mendonça e sua mulher, entregado, em seu lugar, um crioulinho de nome Jerônimo[18].

Para facilitar a comparação e tornar nossa análise mais ágil, optamos por reunir todas as alforrias que tiveram algum tipo de ressarcimento em valores, seja por meio do pagamento integral ou da coartação, seja por troca de escravo, em uma mesma categoria. Assim, de acordo com nossos dados, constatamos que as alforrias estritamente gratuitas perfizeram 48,7% dos 355 registros compilados, as conferidas apenas condicionalmente 31,0% e as que tiveram alguma forma de pagamento 20,3%. A maior parte dos trabalhos que abordam o tema, entretanto, tem considerado a gratuidade como uma forma pouco frequente entre as manumissões. Kátia Mattoso (2004) verificou essa tendência analisando 13.127 cartas de liberdade lançadas nos livros dos tabelionatos da Bahia, no período de 1819 a 1888. Por meio desse levantamento, a autora contabilizou que 45% das alforrias foram pagas em dinheiro, 8% passadas a escravos idosos ou enfermos sem valor, 21% impuseram condição aos escravos e os outros 26% restantes outorgadas gratuitamente. Dessa forma, considerando apenas as manumissões outorgadas a título oneroso, em que houve pagamento e/ou alguma condição, chegamos a uma proporção de quase 2/3 de todos os registros baianos.

Uma situação bastante semelhante foi percebida por Mary Karasch (2000) para o Rio de Janeiro. Em um levantamento de 904 cartas de alforrias concedidas, entre 1807 e 1831, a autora identificou a presença de 39,4% de liberdades compradas e 21,6% conferidas sob condição. Já para a região de Campos dos Goitacazes, Márcio Soares (2009) encontrou um quadro inverso. Dos 389 escravos manumitidos nos livros de notas, no período de 1735 a 1831, 42,8% receberam suas manumissões condicionalmente e 27,6% pagaram por elas. Mas ainda assim, agrupando essas duas modalidades, temos uma cifra de mais de 70% de liberdades em que a gratuidade não esteve presente. Se procedermos também dessa maneira, veremos, em contrapartida, que nossos dados apresentam uma distribuição muito mais equilibrada. As alforrias que tiveram algum tipo de compensação pecuniária e/ou estabeleceram cláusulas condicionais sobrepujaram as gratuitas em ínfimos 1,3%.

Peter Eisenberg (1989) também encontrou uma distribuição, praticamente, igual entre os tipos das alforrias cartoriais de Campinas, registradas de 1798 a 1888. Entre as 2.277 liberdades pesquisadas, 1.135 foram classificadas como gratuitas e 1.142 como onerosas. No entanto, como o autor fez bem questão de advertir, esse perfil, quando analisado, apressadamente, pode encobrir diferenças importantes. Até, pelo menos, meados da década de 1870, as manumissões onerosas predominaram sobre as gratuitas numa razão de 2:1. A partir desse momento, porém, as formas gratuitas começaram, paulatinamente, a apresentar um desempenho ascendente. Tanto que, nos dois últimos anos que antecederam ao da abolição da escravidão, momento em que se verificou uma grande explosão no número das alforrias, as gratuitas atingiram 61,9 % dos casos, enquanto as onerosas apenas 38,1%. Temendo a reação dos segmentos hostis à sobrevivência da escravidão, os senhores viram na gratuidade das alforrias uma importante saída política em meio à crise social da abolição.

Além da alta incidência das alforrias pagas e condicionais, a historiografia também vem chamando a atenção para determinados grupos sociais que, mais do que outros, conseguiram

[18] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 32, fls. 21 f. v.

romper as barreiras do cativeiro. Conforme Jacob Gorender (2010) sinalizou, em uma síntese clássica acerca dos padrões das alforrias no Brasil, as mulheres e os escravos nascidos no Brasil foram, frequentemente, os mais beneficiados com a alforria. No intuito de avaliar com mais propriedade essa generalização, faz-se necessário conhecermos, detalhadamente, as características das manumissões em São João del-Rei por meio do cruzamento de suas modalidades com o gênero e a naturalidade dos libertos. Dessa maneira, esperamos poder traçar o perfil típico dos alforriados diante das formas, a partir das quais suas liberdades eram adquiridas.

Para a leitura da tabela 3, é importante ressaltar que classificamos como africanos todos aqueles alforriados que foram designados como tal; os que tinham seus nomes vinculados aos seus grupos de procedência (mina, cabinda, angola, nagô, moçambique etc.); e aqueles, genericamente, denominados como "de nação", "da costa" ou "preto". Ainda que este último termo pudesse servir para caracterizar qualquer escravo, seu emprego era muito mais frequente em relação aos africanos. Quanto aos brasileiros, consideramos os que foram descritos como crioulos, pardos, mulatos e cabras. A designação "crioulo" era, genericamente, utilizada para se referir aos escravos nascidos no Brasil, entretanto, muito ocasionalmente, poderia também ser empregada para se referir aos escravos que tivessem nascido em colônias portuguesas na África[19]. Os alforriados incluídos na categoria de indefinidos não possuíam qualquer termo ou referência que pudessem ser tomados para identificar sua origem.

Tabela 3 – Tipologia das alforrias cartoriais por naturalidade e gênero – São João del-Rei (1830-1860)

	Africanos		Brasileiros		Indefinidos		Total Gênero			
Tipos das Alforrias	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**%**	**F**	**%**
Gratuita	13	16	44	77	11	12	68	43,9	105	52,5
Paga	12	3	17	22	1	2	30	19,4	27	13,5
Condicional	16	14	34	41	1	4	51	32,9	59	29,5
Coartação		1		3				0,0	4	2,0
Paga/Condicional	2	2	2	1			4	2,6	3	1,5
Coartação/Condicional	1		1	1			2	1,3	1	0,5
Substituição				1				0,0	1	0,5
Total Alforrias	**44**	**36**	**98**	**146**	**13**	**18**	**155**	**100,0**	**200**	**100,0**
Total Geral	**80**		**244**		**31**		**355**			

Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e 2º ofício de São João del-Rei (1830-1860).

As informações reveladas pela referida tabela 3 são inequívocas quanto à preponderância dos cativos brasileiros no conjunto dos manumitidos, correspondendo a 244 registros ou 68,7%

[19] Sobre os usos das designações "preto" e "crioulo" no âmbito da sociedade escravista brasileira, cf. KARASH (2000); SOARES (2000). A palavra "crioulo" aparece no dicionário de Raphael Bluteau, do século XVIII como: "escravo, que nasceu na casa de seu senhor". Por ser o termo "crioulo" bastante abrangente, podendo se referir tanto aos pardos, mulatos e cabras quanto aos próprios crioulos, optamos por empregar em seu lugar, ao longo do texto, as expressões "nascidos no Brasil", "brasileiros" ou "nativos".

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

de nossa amostragem. Para a comarca de Ouro Preto, entre os anos de 1808 e 1870, Andréa Gonçalves (2011) encontrou uma situação muito semelhante. Os escravos nascidos no Brasil, englobados pela autora na categoria de "crioulos", corresponderam a 70,8% dos 1.894 alforriados no período. Porém, esse nem sempre foi o padrão verificado para outras regiões brasileiras. Kátia Mattoso (2003), por exemplo, constatou que, em Salvador, na primeira metade do século XIX, o índice dos africanos alforriados chegou perto dos 80%. Nesse mesmo período, no Rio de Janeiro, Sheila Faria (2004) observou um predomínio, embora não tão expressivo, dos nascidos na África entre os manumitidos. Da mesma forma, os dados de Manolo Florentino (2005) indicam que, entre as décadas de 1840 e 1850, a presença dos africanos representava de 49,8% a 52,0% das manumissões cariocas. O recrudescimento do tráfico, nas primeiras décadas do oitocentos e o decorrente impacto demográfico causado pela entrada maciça de novos cativos, nessas cidades portuárias, foram, seguramente, os principais fatores a incidir no maior número de alforrias passadas aos africanos.

Como largamente demostrado pela historiografia, as áreas mais dinâmicas da província de Minas Gerais também foram grandes importadoras de escravos provenientes do tráfico atlântico negreiro, principalmente nos últimos anos que antecederam ao de sua proibição legal, em 1831. Então, como explicar o elevado número de nascidos no Brasil, entre os alforriados de São João del-Rei? Não obstante tenha a introdução de africanos sido contínua e crescente na região, acreditamos que os dados das manumissões podem ser tomados como razoáveis indicadores da expressiva proporção de brasileiros entre os escravos sanjoanenses. Além disso, não podemos nos esquecer de que os nativos possuíam certas vantagens que concorriam para que saíssem na frente dos africanos, no processo de busca pela liberdade. Falar português; estar já ambientado em sua comunidade; desfrutar de maior proximidade com o senhor e sua família; e ter ligações familiares que pudessem lhe facultar alguma ajuda: eis alguns dos principais atributos para o seu sucesso.

Em relação ao gênero dos cativos alforriados, tem sido unânime entre os historiadores a constatação de que as mulheres, tanto no período colonial quanto no Império, foram as mais privilegiadas, apesar de terem sido menos numerosas entre os escravos. Kátia Mattoso (2004) estimou que, para Salvador, entre 1819 e 1888, as mulheres representaram quase o dobro dos homens alforriados. Para Campinas, de 1798 a 1888, essa proporção foi mais modesta, cabendo ao gênero feminino 51,9% das manumissões (EISENBERG, 1989). Tendência muito semelhante foi encontrada também por Gabriel Aladrén (2009), entre 1800 e 1835, para a província do Rio Grande de São Pedro, no sul do país. O autor verificou que, dos 771 escravos alforriados, 445 eram mulheres, o que representa, aproximadamente, 58% dos manumitidos.

Nossos dados mostram que São João del-Rei não fugiu à regra. Entre os alforriados, as mulheres foram responsáveis por 200 registros, o que corresponde a 56,3% das manumissões. Mas, essa proporção variou conforme o grupo de origem. Entre os brasileiros, 146 alforrias (59,8%) pertenciam ao gênero feminino. Essa predominância se repete também no pequeno segmento dos alforriados cuja origem não pudemos precisar. Nele, as mulheres foram responsáveis por 18 manumissões (58,1%). Já, entre os africanos, a situação foi outra. A distribuição apresentou-se desfavorável para as mulheres, visto que 36 (45,0%) delas alcançaram suas liberdades. Mesmo que tenha sido esse o caso, os homens apenas as suplantaram em 5,0%, o que nos sugere que essa desproporcionalidade, praticamente, não afeta o padrão geral encontrado. Andréa Gonçalves (2011) identificou um comportamento

muito parecido entre os africanos alforriados em Mariana e Ouro Preto, onde 52,8% eram homens e 47,2% mulheres. Concordamos com ela na assertiva de que essa proporção não é representativa do perfil da população cativa introduzida pelo tráfico, já que, em média, chegavam aos portos brasileiros três africanos para cada uma africana. Portanto, como os mecanismos que conduziam à liberdade não se definiam apenas em função do tráfico, não restam dúvidas quanto ao predomínio feminino no conjunto dos alforriados.

Muitas têm sido as hipóteses aventadas pela historiografia para justificar o alto número de alforrias concedidas às mulheres. Uma primeira explicação para isso, é o fato de as escravas terem conseguido, por meio de inúmeras atividades – atuação no pequeno comércio, realização de trabalhos artesanais, prostituição, amas de leite etc. –, o pecúlio necessário para pagar por sua liberdade. Além disso, por terem um valor inferior ao dos homens, seriam capazes de mais facilmente arcar com seu custo. Em segundo lugar, as cativas gozavam de uma maior proximidade afetiva com seus senhores, muitas vezes convivendo, diretamente, com eles e suas famílias. Ao contrário dos escravos, preferencialmente designados para tarefas que exigiam maior força física, como as lides agropecuárias, as mulheres, mesmo após serem libertas, tenderiam a permanecer perto de seus antigos proprietários, talvez realizando ainda alguns pequenos serviços domésticos. Por fim, outro motivo se refere à intenção, frequentemente, de familiares escravos, de se investir na alforria feminina para se libertar também o ventre, já que, legalmente, o filho seguia a condição jurídica da mãe. Essa seria a forma de se romper com a perpetuação de descendentes que nascessem sob o julgo do cativeiro (EISENBERG, 1989; FARIA, 2004; GONÇALVES, 2011; MATTOSO, 2004).

No que concerne à tipologia das manumissões, observamos que 52,5% das mulheres adquiriram sua liberdade gratuitamente, 29,5% estritamente de forma condicional e 18,0% realizando algum tipo de pagamento. No tocante aos homens, as alforrias gratuitas responderam por 43,9%, as concedidas apenas condicionalmente por 32,9% e as pagas por 23,3%. De modo geral, as modalidades das manumissões apresentaram, mais ou menos, a mesma distribuição nos dois gêneros. Contudo, quando analisamos também a naturalidade dos manumitidos, algumas desproporcionalidades podem ser mais perceptíveis, o que pode ser importante para nos ajudar a avaliar em que medida as variáveis de gênero e origem poderiam ter influenciado nas formas das alforrias sanjoanenses.

Tomemos por referencial as alforrias gratuitas. Vemos que elas constituíram a maioria absoluta dos tipos de liberdade passadas ao conjunto das mulheres. Esse padrão também foi verificado no caso específico das brasileiras, pois de suas 146 manumissões, 77 (52,7%) foram conferidas sem nenhuma contrapartida indenizatória. Em relação às 36 africanas alforriadas, os títulos gratuitos, apesar de proporcionalmente representativos, não compuseram a maior parte das liberdades, correspondendo a 16 registros (44,4%). Os brasileiros, por seu turno, ombrearam as africanas em termos percentuais, uma vez que, das 98 alforrias obtidas por eles, 44 (44,9%) não tiveram ônus algum. Por outo lado, o grupo dos africanos alforriados, entre todos os demais, foi o que apresentou a menor incidência do tipo gratuito. Apenas 13 (29,5%) de suas 44 manumissões se enquadraram nessa modalidade. Talvez por serem mais necessários no desempenho de certas atividades e disporem de meios mais eficientes para acumular pecúlio, os homens nascidos na África lograram pouco êxito em conseguir de seus senhores liberdades gratuitas.

Mais uma vez, os dados sobre as alforrias da comarca de Ouro Preto nos servem de contraponto. Ao contrastar, da mesma maneira, o gênero e a origem dos alforriados com a

modalidade das manumissões, Andréa Gonçalves (2011) verificou que, entre os homens, os brasileiros foram responsáveis por 25,7% das alforrias incondicionais – isentas de qualquer forma de pagamento ou obrigações impostas aos escravos –, e os africanos por 30,9% dessas liberdades. Já, no caso das mulheres, alcançaram também alforrias de modo incondicional 30,7% das brasileiras e 34,9% das africanas. Em vista disso, a autora conclui que a pequena diferença entre os grupos não era significativa, mostrando que a naturalidade e o gênero não eram determinantes na definição do tipo das alforrias conferidas.

Quanto aos nossos dados, observamos que as mulheres nascidas no Brasil foram as mais bem-sucedidas em alcançar a alforria gratuita. Na esteira delas, vinham os homens brasileiros e, logo em seguida, as mulheres africanas. Os homens nascidos na África, ao que tudo indica, frequentemente tinham de comprar sua liberdade ou cumprir alguma condição determinada por seus senhores, como a de servi-los enquanto fossem vivos. Dessa maneira, é possível acreditar que o gênero e a origem, principalmente levando-se em conta os atributos concernentes a cada grupo, possam ter tido alguma influência sobre a forma das manumissões. Todavia, não podemos desconsiderar que o que contava mesmo eram os recursos, as relações, o empenho, a astúcia e a persuasão de cada escravo em negociar com seu senhor esse ou aquele tipo de alforria.

Para ficarmos em apenas um exemplo, vamos rapidamente à história de Teresa mina e seus três filhos menores, Matias, Lúcia e Clementino, todos, escravos de Maria Francisca de Jesus. Em 21 de outubro de 1842, Matias, de cinco anos de idade, e Lúcia, de três, foram gratuitamente libertados, em razão dos bons serviços de sua mãe e também pelo amor de sua senhora por tê-los "criado em minha cama e mesa, com o mesmo desvelo com que criei meus próprios filhos"[20]. Em 23 de janeiro de 1844, quando contava com cinco anos de idade, chegou a vez de Clementino receber sua liberdade. Contudo, não teve a mesma sorte de seus outros dois irmãos. Sua mãe teve de desembolsar 200$000 para pagar o preço de sua alforria, tendo o menino, logo depois, falecido[21]. Finalmente, em 25 de fevereiro de 1844, Teresa mina adquiriu sua liberdade, com a condição de servir sua senhora enquanto esta vivesse[22].

Como se pode ver, estamos diante de um caso em que os quatro membros de uma mesma família receberam alforrias de diferentes tipos. Teresa mina, por meio dos recursos de que dispunha e das estratégias que mobilizou, foi bastante competente em ajustar com sua senhora a liberdade para os três filhos e para si própria. O reconhecimento de seus bons serviços somado à intimidade e ao afeto que sua senhora tinha por Matias e Lúcia, renderam-lhes a liberdade gratuita. Clementino, quem sabe por não ter tido uma convivência tão estreita com sua senhora, acabou por não receber o mesmo benefício dos irmãos, tendo sua mãe que pagar por sua alforria. Com os filhos já libertos, Teresa, ao que parece, deve ter se dado por satisfeita em receber sua liberdade condicional. Mas não nos esqueçamos de que isso foi também bastante proveitoso para a senhora: se por um lado ela manteria a africana atada ao cativeiro por meio da condição imposta, por outro garantiria que os filhos desta, mesmo alforriados, estivessem sempre por perto. Portanto, por meio desse exemplo, como parece ter ficado suficientemente claro, o que determinava, realmente, a forma da alforria não era o

[20] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 33, fls. 92 f. v.
[21] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 33, fls. 92 v., 93 f.
[22] AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 33, fls. 93 f. v.

gênero ou a origem dos escravos, mas as relações e as negociações que eles foram capazes de estabelecer com seus senhores.

Considerações finais

Ao perscrutarmos o conjunto serial das manumissões cartoriais, pudemos constatar que um número expressivo de libertos recorria às notas públicas para registrar sua carta de alforria, como forma de se dar notoriedade, legitimidade e segurança a seu novo status jurídico. A importância atribuída ao lançamento das cartas e títulos de liberdade em cartório pode ser mensurada por meio do lapso temporal entre a outorga e o registro desses documentos, visto que mais de 2/3 deles eram lavrados no mesmo ano de sua concessão.
O levantamento das alforrias cartoriais nos possibilitou identificar uma multiplicidade de formas pelas quais os escravos obtinham sua liberdade. Observou-se que, em números absolutos, as liberdades gratuitas foram as mais preponderantes, mas foram, em conjunto, as outras tipologias aquelas que apresentaram uma ligeira vantagem. Pudemos verificar ainda, ao cruzar as informações das modalidades das manumissões com o gênero e a naturalidade dos alforriados, que foram as mulheres brasileiras as que mais se libertaram, sendo seguidas pelos homens brasileiros, pelas mulheres africanas e pelos homens africanos. A diferença entre os grupos, contudo, não foi muito significativa, mostrando que naturalidade e gênero não eram assim tão determinantes na definição do tipo das alforrias. O nível das relações e os tipos de negociações que os escravos foram capazes de manter com seus senhores, esses sim, foram elementos decisivos para estabelecer a forma da liberdade que alcançariam.

Fontes

Arquivo Histórico e Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – São João del-Rei, MG:

Livros dos 1° e 2º Ofício do Tabelionato de Notas Públicas de São João del-Rei (1830-1860).

Testamento de dona Francisca Maria Esperança de Mendonça. 1830. Cx. 84.

Referências

ALADÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul*: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatômico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. v. 8. Disponível em: http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. 2. ed. (Edição de Bolso). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

EISENBERG, Peter. "Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX". *In*: EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos*: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras*: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). 2004. Tese (Titular) – Departamento de História da UFF, 2004.

FLORENTINO, Manolo. "Sobre minas, crioulos e liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871". *In*: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativeiro e liberdade*: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade*: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direito e justiça no Brasil do século XIX. *In*: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Nunes (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil*: ensaios de história social. Campinas: Unicamp, 2006.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008.

KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*: ensaio histórico, jurídico e social. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MATTOSO, Kátia de Queirós. "A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão de obra escrava urbana (1819-1888)". *In*: MATTOSO, Kátia de Queirós. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. 3. ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e Souza. *Norma e conflito*: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

AS DINÂMICAS DO TRÁFICO INTERNO SOB A PERSPECTIVA DAS COMPANHIAS MERCADORAS DE ESCRAVIZADOS: O CASO DE JUIZ DE FORA (MG) DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Dayana de Oliveira da Silva[1]

Introdução

Este artigo resultou de um recorte de um projeto mais extenso, especificamente de uma tese de doutorado em andamento, intitulada, de modo provisório, de "Traçando rotas, repensando destinos: o tráfico interno em Juiz de Fora (MG) e suas conexões na segunda metade do século XIX", cujo objetivo principal consiste em compreender o papel assumido e as estratégias usadas pelas companhias mercadoras de escravos que atuaram em Juiz de Fora e suas conexões. Concomitante com esses aspectos, iremos analisar a escravaria alvo das negociações, buscando observar quem eram os indivíduos, bem como sua nacionalidade, idade, sexo, filiação, número de matrícula, entre outros aspectos pertinentes.

A escolha espacial da pesquisa privilegia a cidade de Juiz de Fora e seus distritos[2], fundamentando-se na importância assumida por essa localidade no cenário nacional na segunda metade do oitocentos. Além da sua localização geográfica estratégica e privilegiada, localizada na parte sul da Zona da Mata mineira, durante a segunda metade do século XIX, essa região vai assistir ao processo de desenvolvimento urbano e viário, o que vai gerar impulso para o processo de expansão da cafeicultura, um sistema que o historiador Anderson Pires (1993) classificou como "causa circular". Logo, vai ocorrer necessidade de força de trabalho capaz de assegurar toda essa demanda.

Em termos gerais, é possível afirmar que toda essa conjuntura envolvendo os municípios ao sul da Mata mineira (Juiz de Fora, Além Paraíba, Leopoldina e Mar de Espanha), entre os anos de 1870 e 1880, irão reter aproximadamente, 50,80% da escravaria mineira, ao passo que os municípios mais ao norte da Mata (Muriaé, Carangola, Ponte Nova e Viçosa), onde a expansão viária foi mais tardia, aparecem 14,998% de cativos (PIRES, 1993, p. 105-110).

Em relação à população cativa de Juiz de Fora, de acordo com os registros do Censo de 1872, viviam na região aproximadamente 14.368 indivíduos escravizados. É importante pontuar que a freguesia de São Pedro de Alcântara, uma das mais prósperas produtoras de café da região, não foi recenseada, deixando de ser computados nos cálculos finais, cerca de 5.000 mancípios. Portanto, tendo sido devidamente apresentada essa ressalva, viviam na região cerca de 20.000 indivíduos escravizados, o que corresponde a 26% da população cativa da província de Minas Gerais (GUIMARÃES, 2006, p. 20) – uma das maiores escravarias da

---

[1] Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPG-HIS/UFJF). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Membro do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFJF/UFF) e do GT Emancipações e Pós-Abolição em Minas Gerais - ANPUH/MG. E-mail: dayana.oliveira84@hotmail.com.

[2] Além do município-sede – Juiz de Fora –, seis freguesias respondiam *administrativamente* à sede; são elas: Chapéu D'uvas, Rosário de Minas, Vargem Grande, Santana do Deserto, São Pedro de Alcântara e São José do Rio Preto.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Zona da Mata mineira (ANDRADE, 1995, p. 74), alocadas, majoritariamente, na lavoura cafeeira (MIRANDA, 1993, p. 7).

A par dessas informações, sabendo dessa grande concentração de escravizados no município, algumas questões se colocam, como, por exemplo: Quem eram os agentes responsáveis pelo transporte desses cativos? Como ocorria o processo de compra e venda? Qual modalidade desse comércio foi a predominante – intraprovincial, interprovincial ou local? Qual era o perfil ideal do cativo comercializado? Quantos eram? Qual a nacionalidade? Como ocorria o percurso? Entre outras questões.

Para desenvolver esta pesquisa, analisamos 28 livros de escrituras públicas de compra e venda de escravos de Juiz de Fora, contendo 1.379 escrituras, envolvendo 2.719 escravizados, cobrindo o período compreendido pelos anos de 1862 até o ano de 1888[3], quando temos o último livro de escritura pública.

No que diz respeito às escrituras de compra e venda de escravos, estas constituem-se na principal e mais completa fonte para o exame deste tipo de comércio. A partir da análise dessa documentação, é possível identificarmos o nome dos indivíduos envolvidos nesse comércio; o tipo de tráfico praticado naquele momento: interprovincial (praticado dentro da mesma província), intraprovincial (entre províncias distintas) e local (dentro dos limites do mesmo município) (FLAUSINO, 2006, p. 20); a localização dos traficantes, bem como diversos aspectos referentes aos cativos, como, por exemplo: nome, sexo, filiação, estado conjugal, número de matrícula, "cor/qualidade", idade, estado de saúde, deformidades físicas, entre outros aspectos (PIRES, 2009).

Vale sublinhar que, apesar de apresentar todos os elementos elencados anteriormente, essa fonte apresenta algumas lacunas. É perceptível a ocorrência de subnotificações; em outras palavras, essa documentação não apresenta nenhuma notificação a respeito da entrada ou da saída do cativo na região, conforme nos esclarece Rafael Scheffer (2013). Ainda, elas carecem de informações sobre o percurso e as condições de translado dos escravizados de uma região para outra (PIRES, 2009, p. 22).

Todavia, ainda que apresente tais limitações, essa documentação possibilita adentrarmos em um universo pouco conhecido e silenciado pela historiografia: o tráfico interno, assim como proporciona trazer à tona histórias de vida de homens, mulheres e crianças registrados e negociados nos tabelionatos dos diversos municípios do Império do Brasil, além de tornar conhecido o nome dos agentes responsáveis por trás das comercializações: os traficantes, como veremos a seguir.

Algumas considerações sobre as companhias

Não era nenhuma novidade a transferência de mão de obra cativa entre as diversas regiões do Brasil. O que a historiografia vem apontando é que esse movimento provocado pelas

[3] A última escritura por nós analisa é datada de 20 de fevereiro de 1888, no distrito de Vargem Grande (atual município de Belmiro Braga). Tratava-se de uma negociação envolvendo o senhor Antonio Fernandes Pereira de Brito, como outorgante vendedor, e o Barão de Santa Mafalda, representado nesse ato pelo seu procurador, Eurico Nogueira de Carvalho e Castro. O "objeto" da última negociação registrada nesse município foi a cativa solteira de nome Marcelina, "cor" preta, com 31 anos de idade, cozinheira, matriculada em Juiz de Fora, com o número da ordem; 14:011, avaliada em 500$000 mil réis. (AHJF. Fundo Cartório de Notas. **Livro de Escrituras de compra e venda de escravos**, distrito de Vargem Grande, 1887-1888.fls. 5-v a 7).

migrações forçadas sempre existiu no país, só que em escala reduzida, em fase embrionária, como classificou a pesquisadora Albertina Lima Vasconcelos (2005).

Logo, o tráfico interprovincial representou um dos fenômenos mais traumáticos na vida dos cativos, "que viviam ameaçados de perderem familiares e de terem que enfrentar condições de vida mais duras nas fazendas de café do Sul", conforme exposto por Maria Odila Leite da Silva Dias, no prefácio do livro *Fios da vida*, de Maria de Fátima Pires. Por outro lado, nesse jogo desigual de forças, estavam aqueles indivíduos que movimentaram o comércio interno em busca de lucros, de modo que "o confronto dos preços médios anuais indica, com razoável aproximação, o fantástico lucro bruto proporcionado pelo negócio" (NEVES, 2000, p. 110).

Além dos "negociantes eventuais", assim nomeados por João Fragoso (1998), como indivíduos que iam ao mercado de negros em busca de aferir receita rápida, praticando este comércio em pequena escala, depois da implementação da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, popularmente conhecida com Eusébio de Queiroz, verificou-se um aumento significativo de indivíduos que se comportavam nesse mercado de uma maneira distinta dos traficantes eventuais, ao passo que:

> O tráfico interno criou novas companhias de negociação de escravos e uma nova profissão: a de comprador de escravos viajante, que percorria as províncias, convencendo os fazendeiros mais pobres ou os residentes das cidades a venderem um ou dois escravos por metal sonante. (CONRAD, 1978, p. 68).

Ainda sobre essa questão, Robert Conrad acrescenta que:

> Os compradores de escravos iam de sítio em sítio, de porta em porta, disse o membro baiano da Câmara dos Deputados em 1854, oferecendo aos proprietários mais pobres setecentos ou oitocentos mil-réis por um escravo que talvez estivesse produzindo para o seu dono uma renda anual de trinta a quarenta mil-réis. (CONRAD, 1978, p. 68).

Ou seja, todo esse cenário, o ato de ir e vir, seja conduzindo pequenas escravarias, ou mesmo grandes comboios de escravos, fez parte e esteve presente no contexto brasileiro oitocentista. Como já sinalizamos, os traficantes à frente das companhias/firmas se comportavam de uma determinada forma. Aventamos a hipótese de que esses homens, depois de percorrer as cidades e as províncias, buscavam negociar um determinado "produto". Certamente, existiu, em muitos casos, um pré-acordo estabelecido entre essas figuras e o receptor final.

Concomitantemente a essas afirmações, Ana Paula Cruz Hora, em sua pesquisa de mestrado denominada *Negócios entre senhores: o comércio de escravos em Feira de Santa (1850-1888),* demonstra, por meio da análise dos Livros de Procurações, que, dos escravizados comercializados nessa região, cerca de 80% foram negociados por indivíduos à frente das companhias comerciais. Esse grande percentual identificado pela pesquisadora demonstra um quadro diferente do exposto por João Fragoso (1998), ou seja, esses homens buscavam comercializar mão de obra cativa onde fosse possível obtê-las para depois repassá-las em um momento oportuno (HORA, 2014, p. 83).

Outra pesquisa que corrobora essas afirmações foi defendida recentemente por Joice Oliveira (2019). Buscando mapear as redes do comércio interno, tendo a Bahia como ponto de

partida, Oliveira investigou 30 Livros de Notas de compra e venda de escravos da Freguesia de Santa Anna, cobrindo o período de 1852 a 1887. Como seu objetivo primordial foi o de entender as rotas de comércio interno, a partir das transações interprovinciais e intraprovinciais, a pesquisadora priorizou as ocorrências onde havia a atuação de procuradores. Esse tipo de abordagem metodológica não é novidade na historiografia brasileira. Com extrema perspicácia e uma genuína sensibilidade, Sidney Chalhoub analisou, em *Visões da liberdade* (2011), a atuação desses agentes. Tendo como pano de fundo a Corte do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, Chalhoub nos brinda com a história do traficante Veludo e os negócios da escravidão e traz à tona explicações sobre qual a razão daqueles homens utilizarem as procurações nos negócios do tráfico interno, elucidando diversas questões sobre esse comércio. Certamente é uma das pesquisas que melhor proporcionou a visualização daquela conjuntura do tráfico no Brasil.

No que diz respeito à utilização dessa documentação para analisar o tráfico interno, o pesquisador esclarece que: "o subterfúgio da procuração permite a realização do negócio sem que o imposto de transferência de propriedade seja pago" (CHALHOUB, 2011, p. 51). Isto é, a partir do momento em que se passasse a procuração, não ocorria o lavramento da escritura de compra e venda no tabelionato. Portanto, ainda que se tivesse pagado o valor do cativo, não ocorria a transferência de propriedade. Melhor dizendo, o que ocorria, na prática, era que os procuradores – e não os senhores que delegaram a procuração – os verdadeiros donos dos escravizados (HORA, 2014, p. 68).

A historiadora Hebe Mattos (1995), referência nos estudos sobre escravidão e pós-abolição no Brasil, também apresenta indícios dessa prática de comércio em seus estudos. A autora relata um episódio ocorrido em 1855, quando uma junta de 43 cativos estava sendo conduzida para o interior da Corte no Rio de Janeiro, para uma propriedade de nome Monte Cavalo. Esses escravizados estavam sendo conduzidos por um comerciante carioca e três caixeiros. Tais dados nos demonstram que esses indivíduos – assim como tantos outros no período – formaram uma rede de traficantes que substituía a antiga empresa negreira. As Companhias de mercadores intermediavam as tramitações, através de procurações e subprocurações, e davam condições de mobilidade aos cativos nas regiões distantes do Império. Essas dimensões do tráfico interno demostram as articulações de senhores escravistas que, por sua vez, tiveram expressão de cunho "nacional" (MATTOS, 1995, p. 115-120).

Em Juiz de Fora, objeto de nossas inquietações sobre esse assunto, contabilizamos o expressivo número de 32 firmas mercadoras de escravizados (quadro 1), que aturam no distrito sede – Juiz de Fora e suas seis freguesias. Esse número permite vislumbrarmos diversos aspectos sobre a escravidão na região e confirma a hipótese de que Juiz de Fora teria sido um importante entreposto comercial da mercadoria escrava (MACHADO, 1998).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Quadro 1: Companhias mercadoras de escravos que atuaram em Juiz de Fora (1862- 1887)

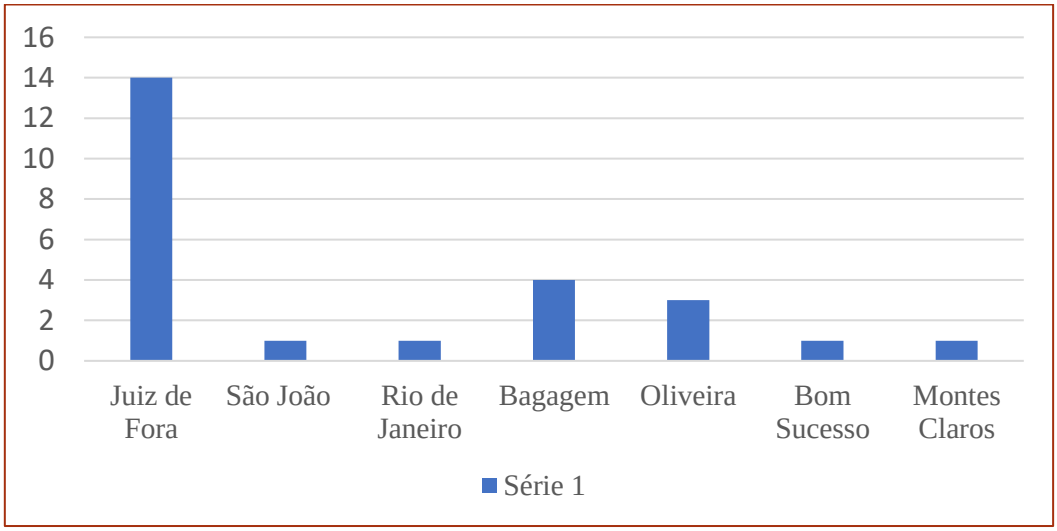
Nome da firma	Outorgante vendedor	Outorgado comprado	Local de origem	Incidência no mercado	Quantidade de cativos traficados
Freitas e Felismino	x		Paraibuna	1	1
Brisac e Cia	x	x	Paraibuna	7	8
Brandi e Cia	x	x	Juiz de Fora	2	3
Breach e Companhia	x		Juiz de Fora	3	6
Baeta Neves e Companhia	x		Bonfim	9	13
Gomes de Almeida e Companhia	x	x	São João del-Rei	7	18
Natan e Cia	x		Paraibuna	1	1
Leopoldo e Cia	x		Juiz de Fora	1	1
Milheiros Martins e cia	x		Juiz de Fora	1	2
Oliveira, Segando[sic]	x		Rio de Janeiro	1	1
Justiniano das Chagas e Cia	x		Juiz de Fora/ Rio de Janeiro	6	71
Chagas, Duprat e Cia	x		Rio de Janeiro	1	4
Araújo e Barbosa	x		Chapéu d'Uvas	1	2
Laranja e Meneses	x		São José do Rio Preto	1	1
Aquino e Ribeiro		x	Juiz de Fora	2	2
Gabriel José de Barros e Irmão	x		Juiz de Fora	1	3
Alvarenga e Silva	x		Rosário de Minas	7	4*
Almeida Gomes de Pedroza e Cia	x		?	1	1
Caldeira e Trindade	x		Bagagem/Santana do deserto	8	20
João José Pinheiro e Cia	x		?	3	5
Baptista Irmão e Cia	x		Bagagem	1	1
Andrade Ribeiro e Cia	x		Oliveira/Bonfim	4	10
Magalhães e Ribeiro	x		Oliveira	1	1
Manoel Alves Caldeira e Cia	x		Bagagem	28	64
Soltão e Cia	x		Bagagem	3	5
Chagas e Cia	x		?	1	1
Cordeiro e Irmão	x		?	1	1
Manoel de Mello Cabral e Cia	x		?	8	19
José Lopes de Pontes Junior e Cia	x		Santana do Deserto	2	2
Barros e Filho		x	Vargem Grande	3	3
Teixeira e Monteiro	x		Bom Sucesso	2	2
Antonio Narciso Soares e Sobrinho	x	x	Montes Claros	7	9

*Em três ocasiões, a firma Alvarenga e Silva aparecem como procuradores, portanto, 4 cativos foram comercializados no total.
Fonte: Elaborado pela autora. Livros Notoriais de Compra e Venda de escravos de Juiz de Fora do 1º e 2º Ofício de Notas.

Destas, como podemos perceber, a maioria declarou ser procedente do município de Juiz de Fora, conforme o gráfico 1 a seguir:

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Gráfico 1: Local de residências das principais firmas mercadoras de escravos que atuaram em Juiz de Fora (1862-1887)



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações extraídas dos Livros de Notas e Escrituras Públicas de compra e venda de escravos de Juiz de Fora, entre os anos de 1862 a 1888.

Ao todo, 14 agentes declararam ser responsáveis pelas firmas originárias de Juiz de Fora, ou seja, a maior parte, conforme exposto anteriormente. O gráfico 1 ainda nos permite vislumbrar informações sobre a atuação de traficantes oriundos de outras partes da província de Minas Gerais, bem como fora dela. Ou seja, ele nos apresenta dados sobre o tráfico local, intraprovincial e interprovincial. Em relação ao tráfico intraprovincial, os municípios de Bagagem[4] e Oliveira aparecem logo em seguida de Juiz de Fora, com traficantes oriundos dessas regiões como sendo os que mais movimentaram o comércio interno em Juiz de Fora. Nesses termos, temos indícios substancias que possibilitam entendermos um pouco mais sobre essa prática de comércio interno na região. Tal qual a firma *Laranja e Meneses* que declarou ser originária da freguesia de São José do Rio Preto, local que respondia administrativamente a Juiz de Fora. Segundo os registros extraídos das fontes, era o ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, aos vinte oito dias de agosto de 1867. Naquela ocasião, diante do tabelião responsável pelo distrito de São José do Rio Preto, Silvestre Diniz Pacheco, a firma *Laranja e Meneses* efetivou a comercialização de um cativo que tinha por nome João, com os outorgantes compradores Joaquim Candido Guimarães, Antonio Tertuliano Ribeiro e Domingos Nery Ribeiro, pela quantia de 1:600$000 (um conto e seiscentos mil réis).

Esta, por sinal, não foi a única escritura registrada em nome dessa firma. Encontramos outros documentos da mesma natureza referentes a compra e venda de escravizados. Ainda sobre a essa transação, de acordo com Thomas Candido Laranja, sócio da dita firma, o escravizado

[4] Município de Bagagem, atual Estrela do Sul, com alusão ao diamante deste nome, [...] encontrado no rio Bagagem, que banha o município. Distrito de Diamantino da Bagagem, mun. De Patrocínio, por lei nº 667 de 27-IV-1854. Mun. e vila, com nome de Bagagem também denominado Cachoeira, por lei nº 777 de 30-V-1856. Para saber mais, consultar: COSTA, 1997, p. 200.

João havia sido vendido a finada dona Emília Benedicta Ribeiro, cerca de um ano antes da data apresentada neste documento.

> [...] porém tendo logo o dito escravo fugido e não lhes sendo pudida [*sic*] não passarão escritura o que fazem hoje (26 de agosto de 1867) aos herdeiros da mesma acima declarados.

Esse pequeno fragmento traz alguns detalhes importantes sobre a presente negociação. O primeiro ponto elucida aspectos sobre a firma mercadora de escravos, já o segundo refere-se à data da efetivação da escritura, isto é, tendo o episódio ocorrido um ano após os traficantes da firma *Laranja e Meneses* terem fechado o contrato com os compradores. Nesse segundo ponto, a escritura de compra e venda sinaliza para outro importante aspecto da escravidão: a resistência escrava, praticada através da fuga. Portanto, é importante apontarmos, tal qual argumenta Sidney Chalhoub (2011), que é muito difícil "imaginar escravos que não produzam valores próprios, ou que pensem e ajam segundo significados que lhes são inteiramente impostos".

O escravizado João, segundo consta na fonte, era natural da província da Bahia, com idade de 25 anos, solteiro a serviço da roça. João, portanto, se encaixa perfeitamente no perfil descrito pela historiografia, como o cativo ideal para comercializar, ou seja, jovem, do sexo masculino em idade produtiva, saudáveis e sem problemas físicos (MOTTA, 2006; FLAUSINO, 2005; SCHEFFER, 2006; SILVA, 2019). Infelizmente, não podemos afirmar se o cativo João já havia passado anteriormente pela experiência do tráfico interno; no entanto, é presumível que tenha sido a primeira vivência no tráfico interprovincial, pois Thomas José Candido Laranja nem ao menos era seu senhor original de João.

Seja como for, o baiano João, agora forasteiro em terras mineiras, não se submeteu ao novo cativeiro, tendo logo evadido da nova fazenda ao qual fora encaminhado. A esse respeito, José Hilário Ferreira Sobrinho sublinha que:

> A fuga dos escravos, no período de intensificação do tráfico interprovincial, fora motivada pela quebra de laços afetivos e de parentesco – talvez a principal causa, não a única. Alguns exemplos revelam que, em tal circunstâncias, o escravo tentava retorna ao perdido. O escravo mesmo capturado, não desistia de seu objetivo. (SOBRINHO, 2005, p. 128).

Negando veementemente o novo cativeiro, por onde teria andado João nesse intervalo de um ano em que esteve livre do novo cativeiro? Teria sido acoitado em uma fazenda próxima com outros forasteiros vindos do Norte? Ou, ainda, teria tentado retornar ao seu local de origem, conforme sugere algumas pesquisas? Seja como for, o seu desejo de liberdade não se concretizou – pelo menos – não na década de 1860, pois ele foi recapturado e devolvido aos herdeiros de dona Emília, sendo finalmente possível lavrar a escritura definitiva de sua compra conforme detalhamos nas linhas anteriores.

Decerto, o escravizado João faz parte de um significativo percentual de cativos traficados na segunda metade do oitocentos. Ele também se encaixa nas estimativas computadas Robert Slenes, em que cerca de 222.500 indivíduos foram comercializados através do tráfico interno no Brasil entre os anos de 1850 e 1881, cerca de 10.000 ao ano. Números que seriam

assustadoramente maiores se considerarmos as movimentações provocadas pelo tráfico intraprovincial, que teria atingido a cifra de 400.000 pessoas traficadas (SLENES, 2004).
Richard Graham (2000) destaca que, depois do fim do tráfico de africanos escravizados, muitos cativos foram enviados das províncias do Norte para regiões da grande lavoura cafeeira no Sudeste. Diversos autores chamam a atenção para esse movimento maciço de deslocamentos interno relacionados com as graves secas que atingiram o Norte do Brasil no período. Por isso, devemos considerar que muitos cativos procedentes das longínquas províncias do Norte não estavam habituados ao ritmo extenuante de trabalho nas lavouras do Sudeste. Devemos ratificar que, nessas regiões, os cativos não se limitavam apenas à tarefa de plantar e colher o café, mas também eram submetidos à incessante e árdua função de limpeza do solo, feita com as enxadas, embaixo de ameaças e, às vezes, como último recurso, dos chicotes de feitores (DEAN, 1977, p. 75). Além desses fatores, ainda temos que considerar que esses escravizados não eram habituados a temperatura nessas regiões da grande lavoura do Sudeste (HORA, 2014, p. 69).
Assim como a firma *Laranja e Trindade*, temos o exemplo emblemático da companhia *Manoel Alves Caldeira e Cia*, que aparece em nossos registros, atuando no comércio interno em 28 ocorrências, negociando o significativo número de 64 indivíduos escravizados, em um período que compreende os anos de 1874 até 1879. Esse senhor, sócio da empresa *Caldeira e Trindade,* efetuou apenas uma compra e atuou como procurador e duas ocasiões. Em 18 de maio de 1878, Manoel Alves Caldeira por si e como procurador de dona Carlota Luscera [*sic*] da Silva, residente na mesma localidade de Caldeira, o município de Bagagem; de Balbino Dias Soares e dona Joaquina Maria do Espírito Santo, residentes em Monte Alegre; de José Antonio Dantas Barbosa residente da cidade de Paracatu e, por fim, do senhor Paulino Gonçalves e Silva, residente em Sacramento. A descrição desse registro evidencia as estratégias por trás das negociações e aponta evidências contundentes sobre uma rede de indivíduos interconectada através do tráfico interno, tendo Manoel Caldeira como elo nas transações com a "mercadoria" escrava.
Destas, como veremos na próxima seção deste trabalho, a firma *Justiniano das Chagas & Cia* sobressaiu em número e destaque na região, sendo a principal companhia mercadora de negros escravizados na Zona da Mata mineira.

A sociedade Chagas e os negócios da escravidão

O primeiro registro por nós encontrado sobre a firma *Justiniano das Chagas & Cia* é datado de primeiro de junho de 1880. Nesta escritura consta a venda de 26 escravizados, todos do sexo masculino, em idade produtiva. Diante desse elevado número de almas comercializadas, começamos a nos questionar sobre quem eram os agentes por trás daquela firma?
Conseguimos as primeiras informações, que apesar de esparsas e fragmentadas, serviram como fio condutor de uma investigação maior. Como dito anteriormente, este material, analisado ainda na pesquisa de mestrado (SILVA, 2019), proporcionou levantarmos os primeiros questionamentos a respeito do que seria essa empresa.
Portanto, tendo o nome como fio condutor, buscamos inicialmente levantar informações sobre José Justiniano das Chagas. Assim, conforme consta no livro *Salvo erro ou omissão*, de Procópio Filho, José Justiniano das Chagas, era natural do município de Oliveira (MG). Foi casado em primeiras núpcias com Maria José Resende Chagas, com quem teve uma filha que

herdou o mesmo nome da mãe. Com o falecimento precoce de dona Maria José, sendo José Justiniano ainda muito moço, logo em seguida, casou-se novamente com dona Mariana de Castro Chagas, com quem teve mais quatro filho. Desses, o mais velho, Carlos Chagas futuramente seguiria os passos dos tios na medicina, e se tornaria mundialmente conhecido por suas descobertas no campo científico (PROCÓPIO FILHO, 1979, p. 193-194).

Em relação à instalação de José e Carlos em Juiz de Fora, infelizmente, não sabemos precisar quando e por qual motivo eles se mudaram para essa região; sabemos, no entanto, que foi na Zona da Mata mineira que constituiu família e que viria, futuramente, a se tornar um abastardo senhor de terras e homens. Dono das importantes fazendas da *Liberdade* e *Bela Vista*, foi cafeicultor e, posteriormente, inclinou-se aos negócios do tráfico, atuando em diversas regiões da Zona da Mata mineira, bem como com a Corte do Rio de Janeiro, local de residência de seu sobrinho e sócio, Dr. Augusto Cesar das Chagas com quem mantinha um comércio bilateral.

A propósito, é importante pontuar que o envolvimento dos Chagas no tráfico de cativos vem de longa data. Assim descreve Paulo Pinheiro Chagas (1977) sobre o assunto em seu livro sobre as memórias familiares em Oliveira: "o tráfico teve ali um movimento inusitado. E um dos maiores comboieiros da região foi muito precisamente meu trisavô". Ademais, temos notícias do envolvimento da família Chagas em processos envolvendo escravos. Segundo a documentação, era uma manhã qualquer do verão de 1868, quando a cidade de Oliveira amanheceu sob os burburinhos de que um cativo que tinha por nome André havia passado a noite aos gritos, debaixo de relho. Os boatos que se seguiram ao acontecido possuíam duas versões: a primeira corrente afirmava que André havia sido espancado pelo seu senhor Pedro Justiniano das Chagas e, por sua esposa, Joana Martinha Moura Chagas, e, como consequência, teria morrido; outra corrente reiterava que André sofria há anos de uma moléstia no fígado (COSTA, 2016, p. 142). Seja como for, esse acontecimento mexeu com os alicerces da importante família Chagas, mas, no final, uma série de peripécias demonstrou como a junção da elite poderia influenciar nos rumos da sentença.

José e Carlos Justiniano vieram de uma importante família da elite mineira, uma das linhagens que primeiro se assentaram na região "que nasceu à beira de um caminho que demandava Goiás. O local era passagem obrigatória de quantos em sua marcha para Oeste [...] corriam atrás do ouro de Goiás e do Paracatu" (CHAGAS, 1977, p. 3). Como já destacamos, como membros na medicina e na política.

Segundo os dados computados através da análise das escrituras de compra e venda, José Justiniano das Chagas, em data anterior a primeiro de junho de 1880, não tinha ligação oficializada com a firma *Justiniano das Chagas*. Certamente, a par da lucratividade nos negócios com escravos dessa firma, tenha sido impulsionado a entrar na sociedade que ocorre alguns dias depois, precisamente, em oito de junho de 1880, quando encontramos uma nova escritura onde esse senhor aparece vendendo um lote com 33 escravizados. Importante pontuar que a negociação foi concretizada; o comprador em questão era o Dr. Augusto Cesar das Chagas, sócio da dita firma *Justiniano das Chagas & Cia*, junto com Carlos Justiniano das Chagas. O valor negociado com a venda dos cativos foi de 58:000$000 (cinquenta e oito contos de réis), do qual o vendedor só recebeu metade, sendo a outra parte usada para entrar na sociedade.

José Justiniano das Chagas e Carlos Justiniano eram irmãos. Já o Dr. Augusto Cesar das Chagas, sobrinho dos referidos traficantes, era filho do casal Manoel das Chagas Andrade e de Francisca Justiniana das Chagas, irmã de dona Romualda das Chagas Andrade, mãe de José e Carlos. Não sabemos precisar, infelizmente, quando José e Carlos se mudam para o

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

município juiz-forano; certo é que, no correr da década de 1870, já estavam instalados na região e produzindo café e, na década de 1880, fizeram de Juiz de Fora, sede da companhia Chagas que mantinha um comércio bilateral entre Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro, local de residência do terceiro sócio, o Dr. Augusto.

Alguns estudos vêm demonstrando que nessas sociedades era comum a presença de indivíduos ligados por laços consanguíneos. O motivo para essa situação é razoavelmente simples: priorizava-se inserir nas sociedades pessoas da mesma família, primeiramente pela confiança, afinal, comercializar escravizados era uma atividade muito lucrativa; segundo, buscava-se inserir essas pessoas, a fim de dividir os lucros e minimizar os possíveis prejuízos decorrentes de maus negócios ou eventuais imprevistos (PASSOS, 2015, p. 68).

Além das referidas transações mencionadas anteriormente, José Justiniano e Augusto Cesar aparecem atuando no comércio interno em outras regiões da Zona da Mata mineira, precisamente nas freguesias de Piau, Chácara e no município de Leopoldina. Mas, assim como descrevemos no início dessa seção, em relação ao lote de cativos comprados em junho de 1880, em que metade dos escravizados foi matriculado na província do Rio de Janeiro, precisamente em Niterói, e a outra porção na freguesia de São José do Rio Preto (MG), um novo registro aponta para os negócios com o tráfico interprovincial praticado por essa companhia. De acordo com a documentação, em uma escritura feita por despacho no dia 27 de julho de 1880, na freguesia de Santa Antonio, na província do Rio de Janeiro, teve por procurador o major Thimoteo de Souza Spinola que processou a venda de quatro cativos pela quantia de 4:000$000 (quatro contos de réis). Os proprietários dos mancípios eram dona Maria da Cunha Araujo, senhora de Francisco, Alexandre Carlos de Vasconcellos, senhor do pardo Venancio; Jeronimo José da Nobrega, senhor de Joaquim; e Manoel Vicente Correia de Sá, dono do pardo Agostinho de 15 anos.

Destes, dona Maria e Alexandre eram naturais da província do Ceará, ela residente na freguesia de São Francisco e ele de Aracajú. Já o senhor Jeronimo e Manoel Vicente, ambos residentes na Parahyba do Norte, município de Patos e Pau de ferros, respectivamente, região onde matricularam os escravizados.

Logo, esta escritura demonstra que os referidos cativos fizeram uma longa viagem até chegar a terras mineiras. Antes de percorrerem todo trajeto a pé, eram transferidos das regiões do Norte através do transporte de cabotagem[5]. Segundo Valnei de Lima Filho, "o trânsito de escravos por via de cabotagem, entre os portos do Império, se intensificou no século XIX e foi um dos meios de transporte utilizados no tráfico interno" (DE LIMA FILHO, 2020, p. 23). Todo esse cenário demonstra, mais uma vez, as atrocidades em torno dessa prática de tráfico interno. Erivaldo Fagundes Neves, ao analisar a atuação de traficantes de Caetité – Alto Sertão da Serra Geral, Bahia –, que mantinham um constante intercâmbio com o oeste cafeeiro paulista, também traz esclarecimentos sobre os agentes por trás desses negócios; ele os denominou como sampauleiros traficantes que conduziam:

> Pelo interior os comboios de cativos dos dois gêneros e diversas idades marchavam pelos tórridos caminhos dos sertões baianos e mineiros, acorrentados, com gargalheiras ao pescoço para evitar fugas e sob ameaça de chicotes para manter a disciplina. (NEVES, 2000, p. 110).

[5] Cabotagem é a navegação entre portos do mesmo país que utiliza as vias marítimas.

As informações sobre o percurso comprovavam, mais vez, como esses traficantes agiam. Os procuradores, por sua vez, não mediam esforços, em sua incessante sede de lucros, para concretizar as vendas. Buscavam remeter escravos para as mais diversas regiões do Império brasileiro. Como exposto no quadro 1, a firma *Justiniano das Chagas & Cia* foi a mercadora de escravos na Zona da Mata mineira. Os negócios tratados entre membros da mesma família, decerto, facilitou a sociedade. Outro ponto importante refere-se ao comércio bilateral, praticado entre os dois sócios traficantes. Como expomos neste texto, através do procurador o major Thimoteo, a firma adquiriu cativos do Norte, todos do sexo masculino, em idade produtiva, solteiros e a serviço da roça. Escravos, estes – mas não só eles –, que passaram pela experiência brutal do tráfico interprovincial, indo em direção ao ambiente novo e hostil nas fazendas de café no Sudeste.

Considerações finais

Ao manusear os Livros de Notas e Escrituras públicas de compra e venda de escravos de Juiz de Fora, deparamo-nos com milhares de histórias de vida de homens, mulheres e crianças e parte de suas vivências na escravidão. Aqueles papéis antigos, amarelados carregam não só as páginas do tempo, como também uma imensidão de relatos de vida de pessoas que foram negociadas e escravizadas durante a segunda metade do século XIX. A cada livro aberto, a cada página virada, personagens como Antonios, Andrés, Josés, Edalinas, Bárbaras e tantos outros que foram deixados para trás em passado que teimava em esquecê-los, atualmente vêm ganhando os ares da história, ajudando-nos, assim, a entender diversos aspectos daquela sociedade, seu modo de vida, estratégias comerciais, de resistência que até então não conhecíamos.

O que as novas pesquisas sobre o tráfico interno têm demonstrado é que nesse mercado havia espaço para pessoas de diferentes níveis hierárquicos atuarem no tráfico interno. Esses estudos apontam que bastava ter capital de giro para se investir na mão de obra cativa. Apesar da gama variada de esforços para entender os meandros desse comércio interno, as novas pesquisas vêm constando a atuação de firmas especializadas que atuavam nesse comércio de forma especializada, em uma ampla e complexa rede comercial, diferentemente, portanto, dos traficantes eventuais.

Referências

ANDRADE, Rômulo G. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco**: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Esse velho vento da aventura**: memórias. Editora Itatiaia Limitada: Belo Horizonte, 1977.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo histórico de Divisão Territorial e Administrativa. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997.

COSTA, Wesley Souza. **"Relho não matava negro"**: crimes contra escravos na comarca do Rio das Mortes (1840-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2016.

DEAN, Warren. **Rio Claro**. Um sistema de Grande Lavoura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DE LIMA FILHO, Valney Mascarenhas. Comércio de cabotagem e tráfico interno de escravos em Salvador (1830-1880). **Revista Cantareira**, n. 32, 2020.

FLAUSINO, Camila. **Negócios da escravidão**: tráfico interno de escravos em Mariana 1850-1886. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**. Acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil**. Revista** Afro-Ásia, Salvador: CEAO/UFBA, nº 27. 2000. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/27_8_tumbeiros.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828 – 1928). São Paulo: Annablume, 2006.

GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. **Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.

HORA, Ana Paula Cruz Carvalho da. **Negócios entre senhores**: o comércio de escravos em Feira de Sant'Anna. (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2014.

MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais***:* Juiz de Fora, na Zona da Mata (segunda metade do século XIX). Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista- Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MIRANDA, Sonia Regina (coord.). Entre o Rio e Colônia Tudo Começa. **Cadernos para o professor**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 7, maio 1993.

MOTTA, José Flávio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. **Revista Brasileira de História** (Online), v. 26, p. 15-47, 2006.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. **Afro-Ásia**, n. 24, 2000.

OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. **Atando e desatando nós:** negociantes e cativos no comércio interno de escravizados, 1850-1888. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

PASSOS, André Fernandes. **Rotas internas do comércio de escravos**: Laguna, primeiras décadas do século XIX. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina, 2015.

PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora** – 1870/1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1993.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida:** tráfico internacional e alforrias nos Sertoins de Sima – BA (1860 – 1920). São Paulo: Annablume, 2009.

PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo Erro ou Omissão** – Gente Juiz-forana. Juiz de Fora: Esdeva, 1979.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 27, 2013, Natal. **Anais** [...], Natal: ANPUH, 2013.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888.** Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

SILVA, Dayana de Oliveira. **Destinos incertos**: negociantes, cativos e o tráfico interno em Juiz de Fora (1870-1880). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.

SLENES, Robert. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: "Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market". **The Chattel Principle: Internal Slave Trade in the Americas**. New Haven: Yale University Press, p. 325-70, 2004.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirâ"**: O Ceará no tráfico interprovincial – 1850-1881. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

VASCONCELOS, Albertina Lima. Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850. **Anais** do II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre, 2005.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A POPULAÇÃO NEGRA NA HISTÓRIA JURÍDICA: UMA COMPILAÇÃO DAS ORDENS LEGAIS - ORDENAÇÕES, LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E AS CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO

Luzia Fernanda dos Santos Moraes[1]

Introdução

Primeiramente cabe apontar a influência que a Republica de Palmares teve sobre a legislação brasileira descrito por Chignoli, como segue.
Dos dispositivos das Ordenações Filipinas que tratavam do escravismo, é possível constatar semelhanças e diferenças em relação aos escravizados no território metropolitano de Portugal e no Brasil.
Em ambos os casos, o escravizado era um objeto de direito sem a faculdade de testar ou de, a princípio, ser testemunha de processo, bem como sua compra e venda representar o negócio jurídico de mercantilização de força de trabalho corporificada.
Da mesma forma, em ambas as regiões havia a necessidade de se batizar os escravos sempre que possível, bem como o receio de que essas pessoas formassem grupos, quilombos ou colônias, ou se organizassem para celebrar sua cultura ou para fugir.
Todas essas manifestações eram severamente punidas, assim como eram os cúmplices dessas condutas, mesmo que fossem livres e cristãos.
Em contrapartida, como diferença, havia a presença de escravos judeus, mouros e da Índia, além dos escravos da Guiné, no Reino de Portugal, e era feita diferença entre eles, com os escravos originários da Guiné valendo menos.
De qualquer forma, o escravismo era uma característica importante na sociedade portuguesa seja no território europeu, seja na América, a ponto de ser regulada em diferentes livros e títulos das Ordenações Filipinas.
A situação começou a mudar com o desenvolvimento da América portuguesa, que vai tornando a sociedade do Brasil mais complexa, e aditamentos específicos sobre a situação naquela colônia são constituídos para as Ordenações Filipinas.
É o caso do Alvará de 10 de março e 1682, que regulou a liberdade e cativeiro dos negros apreendidos na rebelião de Palmares, na Capitania de Pernambuco, bem como a regulação do escravismo, que foi feita como um aditamento ao Livro IV das Ordenações Filipinas.

[1] Luzia Fernanda dos Santos Moraes, Bacharela em Direito pela Faculdade Zumbi dos Palmares no período de 2012 à 2016. Curso de especialização em Bioética/ Biodireito e Direitos Humanos pela Universidade Portal da Educação. Iniciação Científica: tema "Bioética/ Biodireito – Uma análise jurídica da saúde da população negra no Brasil. Curso de especialização em Contratos, Direito Empresarial, Mediação, Conciliação e Arbitragem – Escola de Cursos Jurídicos. Jus Postulandi. Aluna ouvinte do curso de Mestrado em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA. Disciplina Educação, Cultura e Pensamento Negro. E-mail: draluzfm7@yahoo.com.br.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Segundo Grimberg :

> a legislação sobre ações de escravidão e manutenção de liberdade no Brasil está fundada no alvará de 10 de março de 1682, que institui medidas de repressão aos quilombolas de Palmares.
> O alvará estabelece que todos aqueles que eram escravos antes de irem para o quilombo deveriam voltar a sê-lo se seus senhores os reclamassem no prazo de cinco anos:
> Estando de fato livre o que por direito deve ser escravo, poderá ser demandado pelo senhor por tempo de cinco anos somente, contados do dia em que foi tornado à minha obediência (isto é, contados da data em que a posse da liberdade houvesse se tornado pacífica); no fim do qual tempo se entenderá prescrita a dita ação. (NEQUETE, apud Grinberg, p.2)

Ainda nas palavras do autor, este documento buscava proporcionar estabilidade às relações de propriedade que existiam na Capitania de Pernambuco, após a destruição do Quilombo dos Palmares.
Nesse sentido, determinou-se que todos os negros ou mulatos que, antes de haverem ido por qualquer causa para os "Palmares", eram livres, permaneceriam livres após o fim do quilombo, bem como aqueles que nasceram no quilombo filhos de moradores livres. Do mesmo modo, aqueles que eram cativos antes do quilombo ou que nasceram de cativos no quilombo seguirão escravos (Ord. Filipinas, Adit. ao Livro IV, Alvará de 10 de março de 1682).
Igualmente, os que eram livres e foram cativos no Quilombo seguiriam livres por ofício de juiz, bem como aqueles que não pudessem provar por fato notório, teriam advogado custeado pela Fazenda do Reino, se ficasse provado que não possuíam meios para pagar por sua defesa, para provarem que eram livres antes de irem ao Quilombo.
Em contrapartida, estando de fato livre aquele que era escravo, o seu senhor tinha o prazo de cinco anos para reivindicá-lo; após esse prazo, perdendo o direito à ação por "não ser conveniente ao Governo político do dito meu Estado do Brazil que por mais do dito tempo seja incerta a liberdade nos que possuem, não devendo o descuido ou negligência, fora dele, aproveitar aos Senhores".
Regulou-se, também, aqueles que, antes de irem para Palmares, eram réus. Se voltassem voluntariamente e ninguém os acusasse de nada, estariam perdoados, se voltassem à força, seriam castigados de acordo com suas culpas, agravada pela fuga para Palmares.
Não obstante isso, a pena mais grave recaiu sobre todos.
Tanto os cativos quando os que fossem livres não poderiam mais ficar no Brasil, bem como os filhos maiores de 7 anos, por temor que a fuga viesse a se repetir, pois "aos menores é jurídico o temor da imitação aos pais, herdada por sangue e derivada por natureza".
Desse modo, os que eram livres seriam notificados para que saíssem do Brasil em determinado prazo, com pena de açoites e galés[2], bem como os donos dos cativos também

2 Segundo dicionário jurídico - **PENA DE GALÉS.** Espécie de antiga sanção criminal. O Código Criminal de 1830 adotou-a, determinando, no artigo 44, os réus a andarem com calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província onde ocorrera o delito, à disposição do governo.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

seriam notificados para que procedessem da mesma forma com seus escravos, sob o risco de perderem-nos para a Fazenda Real, se esses escravos permanecessem no Brasil.
Além disso, o referido alvará determinava que fosse instituída uma devassa sobre os ditos "Negros de Palmares", onde quer que estivessem, a respeito do crime de traição.
Em consequência, a revolta do Quilombo dos Palmares teve influência significativa sobre o direito português.
Isso é tão patente que até mesmo um alvará foi feito como aditamento ao Livro IV das Ordenações Filipinas, a fim de regular as relações após o fim do Quilombo.
No que se refere às relações de propriedade, o intuito desse alvará foi manter o status quo, de maneira a manter a liberdade de quem era livre e manter o cativeiro daquele que era cativo; havendo, entretanto, uma inovação no direito português: a estipulação de um prazo para a prescrição do escravismo, de cinco anos, caso não houvesse nenhuma reclamação.
No contexto da manutenção da ordem pública, o Estado Português demonstrou que a revolta dos Palmares não foi algo de menor importância. A disposição de mandar todos os envolvidos moradores do quilombo, livres ou não, para fora do Brasil foi um exemplo do temor da Coroa de que essa situação se repetisse.
Além disso, o Alvará deu indícios de como o Quilombo dos Palmares era um ajuntamento complexo, em que conviviam negros que eram escravos e tornaram-se livres no quilombo, negros que eram livres e assim permaneceram, negros que eram escravos e voltaram a ser cativos em Palmares, negros que eram livres e foram cativos em Palmares, assim como brancos que também habitavam o quilombo.
Embora a lei não descrevesse em detalhes quais eram as proporções dessas populações, todos foram punidos com o exílio da terra brasileira.

Finalmente, havia, uma vez mais, a confirmação de que, para o direito penal português, o escravo era sempre sujeito de direito, na medida em que todos os Negros de Palmares enfrentariam não somente as penas, mas também o processo penal, uma devassa a respeito do crime de traição, constituído em regime de exceção para a questão do quilombo da Serra da Barriga.
Na historiografia brasileira dos últimos anos, os documentos produzidos pela justiça têm se constituído, cada vez mais, em fontes importantes para a investigação histórica.
Desde os anos 1960-70, seguindo um movimento historiográfico, os inventários e a parte notarial da documentação dos cartórios já eram utilizados por estudiosos brasileiros interessados em análises de caráter demográfico e/ou econômico.
Desde o início dos anos 80, no entanto, os textos legais e o exercício das normas jurídicas passaram a interessar não somente aos juristas, mas também aos historiadores.
Assim, seja pela perspectiva da história política ou da história social, o tema da justiça e do direito "entrou" para a história e para a historiografia brasileira, deixando de ser exclusividade de advogados, juristas ou da sociologia do direito.
Com relação ao período colonial, o movimento foi menos intenso mas não deixou de ser significativo, com os estudiosos voltando-se particularmente para os processos cíveis e criminais.
Evidentemente, a busca por estas fontes judiciais esteve associada a novas perspectivas teóricas e metodológicas e levou a novas interpretações sobre temas clássicos da historiografia brasileira.

Com estudos incidindo geralmente sobre o período imperial no Brasil, a lei vem deixando de ser compreendida pelos historiadores apenas a partir do ponto de vista parlamentar para ser flagrada como resultado de projetos e perspectivas que, no confronto, constroem um texto minimamente consensual, cuja ambiguidade permite que todos nele se reconheçam.

Desenvolvimento

Historicidade da tradição legislativa do escravismo negro

Nossa pretensão não realizar aqui um exame da legislação coletada e publicada a seguir. Destarte, necessário destacar alguns elementos importantes que a reunião destes textos permitiu verificar.

Conforme afirmam alguns autores, apesar de nunca ter havido para a América portuguesa um código negro ou mesmo uma recolha de leis sobre o escravismo que funcionasse de modo similar a uma codificação, é possível detectar nas várias disposições régias a existência de uma tradição quanto à escravização dos africanos e seus descendentes.

Um exame das menções aos mouros cativos e escravizados africanos nas três Ordenações mostra uma descontinuidade legislativa entre estas duas formas de dominação e exploração do trabalho.

Enquanto os principais textos legais referentes aos mouros cativos pertenciam ao livro II (sobre pessoas e bens eclesiásticos) das Ordenações Afonsinas e Manuelinas, aqueles sobre os escravizados de origem africana encontram-se especialmente nos livros IV (sobre o direito civil substantivo, direito das pessoas e coisas sob o ponto de vista civil e comercial) e V (que trata do processo penal) das Ordenações Filipinas.

Passa-se assim de uma questão submetida ao domínio do religioso, para um escravismo compreendido como pertencente ao campo do comércio e do controle punitivo.

Por outro lado, é preciso notar que há várias passagens nas Ordenações que são retomadas de uma a outra, com pequenas mas significativas modificações.

É o caso do título referente à alforria, em que se observa, além das naturais alterações linguísticas, a "substituição" de *servo* (presente nas *Ordenações Afonsinas* e *Filipinas*) por *escravo* (nas Filipinas).

Ainda que um certo número de escravizados africanos já tivessem sido levados a Portugal quando da promulgação das *Ordenações Afonsinas*, seu caráter compilatório praticamente a impedia de levar em conta esta nova realidade.

Não é o caso das Manuelinas, que inclui o Brasil entre os lugares de degredo e o tráfico de escravizados florescia no Atlântico, mas ainda mantém a palavra *servo* em muitos de seus parágrafos - que só seriam "traduzidos" para a *escravidão* africana na América a partir das Ordenações Filipinas.

Com as Ordenações Manuelinas e sobretudo com as Filipinas acham-se fixados alguns princípios básicos que fundamentaram juridicamente as relações entre senhores e escravos.

Nenhum título trata especificamente da posse e domínio sobre os escravizados, mas o respeito a estes princípios acha-se de certo modo regulamentado nos textos sobre a devolução dos fugitivos e a nulidade da venda de escravizados com doenças ou manqueiras, complementados pelos que penalizam os que ajudavam os fugitivos.

O domínio encontra-se explicitado não através de seu próprio exercício, mas de sua manutenção depois da doação da alforria.
A estes elementos juntam-se tanto a necessidade do batismo quanto o controle sobre o comércio com a África.
É evidente que a lei não instituía nem moldava a relação senhor-escravizado, mas estas passagens nas *Ordenações Manuelinas* e *Filipinas*, assim como as leis posteriores, indicam claramente os fundamentos que legitimavam o escravismo e o cativeiro dos africanos e seus descendentes.
Aí estão perfeitamente entrelaçados os aspectos que hoje nos parecem contraditórios, mas são inerentes ao escravismo: homens e mulheres que precisavam ser batizados, que podiam receber doações de seus senhores como os filhos de seus pais, mas que também eram comprados e vendidos como gado, devolvidos a seus donos como coisas.
A legislação extravagante se desdobra sobre essa base legal, incidindo majoritariamente sobre o controle do fluxo de mercadorias tão especiais e a coleta de impostos gerado pelo tráfico atlântico e entre as regiões coloniais.
Uma análise da legislação portuguesa seiscentista referente ao ultramar empreendida por Francisco da Silva aponta que mais de 57% dos diplomas legais entre 1640 e 1699 diziam respeito ao Brasil (incluídos aí os referentes ao Estado do Maranhão, ou a alguma capitanias em particular), enquanto a Ásia ocupava pouco mais de 24% e a África quase 18%.
A análise das matérias sobre as quais versavam este textos indica que as instituições e administração do Brasil ocupavam 27,9% dos textos, enquanto apenas 3,3% referia-se ao escravismo de origem africana (considerando-se os índios em item separado, com um índice de 3,9%).
Este último dado precisa ser completado com os índices relativos à África, já que 13,6% da legislação dirigida a este continente trata do escravismo, mais precisamente do embarque, comércio e transporte de escravizados.
Embora restritos ao século XVII, estes dados revelam a importância das regiões americanas no império português e das relações escravistas entre os dois continentes que ladeiam o Atlântico.
Paralelamente a esta preocupação administrativa com as colônias e o tráfico, a legislação sobre os escravizados africanos e seus descendentes mostra-se sobretudo cuidadosa em não interferir no poder senhorial e no direito de propriedade do senhor sobre seu escravizado.
Um traço marcante que muitas vezes se reequilibra diante da emergência da face paternal do soberano preocupado com o mais ínfimo de seus súditos - e que interfere para corrigir abusos, afastar a crueldade dos castigos, o excesso no luxo das escravas, cuidar para a execução de um enterro cristão, etc.
A intenção é clara: cortar o excesso, sem entretanto afetar o poder dos senhores nem dar margem à soltura dos escravizados.
As chamadas leis humanitárias sobre o tráfego, por exemplo, precisam ser entendidas em contextos políticos precisos, que envolvem os interesses da Coroa, da burocracia metropolitana e colonial e, principalmente, dos negociantes de escravizados nos dois lados do Atlântico.
Pierre Verger e Luís Felipe Alencastro já indicaram vários elementos neste sentido, mas neste caso também é preciso encontrar respostas capazes de explicar o modo como estes poderes se equilibravam, chegando a cálculos que estipulam em 2,65 litros diários a quantidade de

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

água necessária a uma pessoa transportada no porão de um navio que atravessa o Atlântico numa viagem cuja média era de 40 dias.
Bem longe do que hoje possamos entender por espírito humanitário, a maior parte da legislação apenas deixa entrever o jogo de tensões e confrontos que permeou a experiência do escravismo.
Podemos, no entanto, falar em uma tradição legislativa portuguesa sobre o escravismo negro. Segundo Lara, 2000, o termo já foi empregado por outros autores, em sentido bem diferente.

> Tannenbaum, por exemplo, enfatizou a maleabilidade integradora do escravo e do manumitido na península ibérica, enquanto Watson buscou rastrear as origens de uma cultura legal excluindo de sua análise a história social, ambos concordando com a maior generosidade da lei no Brasil. (LARA, p.).

Aqui, entretanto, a expressão não pretende obliterar o caráter inequivocamente escravista da legislação. Mesmo as disposições referentes à abolição da presença de escravizados em Portugal não pode ser tomada com uma medida abolicionista, já que o cativeiro dos africanos na Conquistas ficava inteiramente assegurado, reafirmado e preservado até por esta medida. Constituindo um pano de fundo para as relações entre senhores e escravizados, esta tradição foi mantida no caso brasileiro ao longo do século XIX, já sob o período imperial, embora tenha sido lida, progressivamente com outros olhos e noutro sentido.

Ordenação Manuelina

Livro IV, título XVI

Como se podem enjeitar os escravos e bestas, por os acharem doentes ou mancos.
Qualquer pessoa que comprar ou, por qualquer outro modo, houver escravo de Guiné , da mão daquele que o trouxe de Guiné ou do tratador que o dito trato de Guiné tiver, ou de mercador que os ditos escravos ou parte deles compra para revender, e quiser provar como ao tempo que lhe foi entregue era doente ou manco da doença ou manqueira que, ao tempo que o enjeita, tiver, poderá enjeitar o dito escravo de Guiné e demandar o que lho assim entregou, que tome o dito escravo e que lhe torne o que por ele deu, contanto que o cite e demande dentro de um mês do dia que lhe foi entregue. E isso, mesmo se o dito escravo morrer da dita enfermidade, que lhe torne o que lhe por ele deu, porque, não o citando dentro do dito mês, não o poderá jamais por isso citar nem demandar para o poder enjeitar e desfazer o contrato, nem para pedir que lhe torne o que mais deu, pelo dito escravo, do que valia por razão das ditas enfermidades ou defeitos ao tempo do contrato. E isto haverá lugar quando a parte de que assim o houve estiver no lugar onde está o mesmo que lho vendeu ou, por outro qualquer modo, trespassou; porque não estando no dito lugar, se o dito comprador protestar ao juiz do dito lugar e mostrar o dito escravo a dois físicos, que digam que é manco ou doente da enfermidade ou manqueira que tinha ao tempo que lhe foi entregue, em tal caso poderá citar a parte dentro de outro mês e, assim, dentro de dois meses contados do dia da entrega. E isto estando a dita parte que assim vendeu ou trespassou no reino; porque, sendo fora do reino, terá lugar (tendo feito a dita protestação e diligência como dito é) para o citar do dia que chegar ao reino, a um mês.

1 - E o que dito é nos escravos de Guiné haja lugar nas compras e vendas e trocas, escambos de todas as bestas que, por quaisquer pessoas forem compradas, vendidas, trocadas e escambadas, que se quiserem enjeitar por manqueira ou doença.
2 - E quanto a outros escravos assim de Guiné que outras pessoas venderem, como quaisquer outros escravos e assim outros vícios que nas bestas e nos escravos, por quem quer que forem vendidos, trocados ou escambados, se acharem, que não seja doença ou maqueira, não haverá lugar a disposição desta lei, mas guardar-se-á o que por direito for achado.

Livro IV, título XXV

Que cada um possa vender seu herdamento e coisas que tiver e não seja constrangido de as vender contra sua vontade, salvo nos casos abaixo declarados.
Cada um pode vender a sua coisa a quem quiser e pelo melhor preço que puder e não será obrigado de a vender a seu irmão, nem a outro parente, nem poderão dizer que a querem tanto por tanto, nem poderão os filhos nem outros descendentes desfazer a venda e haver a coisa tanto por tanto, por dizerem que foi de sua avoenga. (...)
3. E mais porque em favor da liberdade são muitas coisas outorgadas contra as regras gerais, mandamos que se alguma pessoa de nossos reinos tiver algum mouro ou moura cativo , o qual seja pedido para na verdade se haver de dar e resgatar algum cristão cativo em terra de mouros, que por tal cativo se puder e se haver de remir, que qualquer pessoa que tal mouro ou moura tiver, seja teúdo e obrigado de o vender, e seja para isso pela Justiça constrangido. E se o comprador e senhor do mouro ou moura se não concertarem no preço que se tenha esta maneira na avaliação dele, convém saber que, no lugar onde houver dois juízes, eles ambos com um dos vereadores mais antigos, não sendo suspeitos; e onde não houver mais de um juiz, ele com dois vereadores sem suspeita; e sendo algum suspeito, se meterá outro em seu lugar, em maneira que sejam sempre três, avaliem o dito mouro ou moura, informando-se compridamente do que justamente pode segundo comum valia e estimação valer e não segundo afeição particular, havendo respeito a sua idade, saúde, saber, fidelidade, costumes, serviços e disposição, arte e ofício ou qualquer outra qualidade por bem da qual mais ou menos valer deva; e bem assim se é de resgate e se tem já tratado seu resgate e certificado seu senhor dele por alfaqueque, em tal maneira que pareça que aquilo poderá haver de seu resgate; e naquilo que acharem que na verdade poderá em salvo haver, tirados os custos todos de tal resgate, assim de despesas como de dízima, fretes e quaisquer outros, avaliem tal mouro ou moura. E o que não for de resgate por-lhe-ão sua valia como tudo dito é, ouvindo sempre primeiro as partes sobre as ditas qualidades para sua informação, e aquilo em que avaliado for, com mais a quinta parte da dita avaliação que é a razão de vinte por cento, façam dar e pagar ao senhor do dito mouro ou moura, dando apelação e agravo às partes. E não seja o senhor do dito mouro ou moura desapossado dele sem seu prazer, até ser primeiro compridamente pago de todo o que houver de haver. E em Lisboa terão o dito conhecimento dois juízes do Cível (se não forem suspeitos) com o corregedor da dita cidade, ou quem seu cargo tiver. E seguindo-se caso que tal resgate se não faça, pelo cristão cativo morrer ou se tornar elche, que fique então a escolha ao senhor que foi do dito mouro ou moura, o tornar a haver, tornando o que por ele houve se quiser ou ter, [di]ante [d]o dito preço que já tiver recebido.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Ordenação Filipina

Quando os que compram escravos ou bestas, os poderão enjeitar, por doenças ou manqueiras.
Qualquer pessoa que comprar algum escravo doente, de tal enfermidade que lhe tolha servir-se dele, o poderá enjeitar a quem lho vendeu, provando que já era doente em seu poder da tal enfermidade, contanto que cite ao vendedor dentro de seis meses do dia, que o escravo lhe for entregue.
1 - E sendo a doença de qualidade, ou em parte, que facilmente se deixe conhecer, ou se o vendedor a manifestar ao tempo da venda, e o comprador comprar o escravo sem embargo disso: em tais casos não o poderá enjeitar nem pedir o que menos valia do preço que por ele deu, por causa da tal doença. Porém, se a doença que o escravo tiver for tão leve que lhe não impeça o serviço, e o vendedor a calar ao tempo da venda, não poderá o comprador enjeitar o escravo, nem pedir o que menos vale por causa da tal doença.
2 - Se o escravo tiver algum vício do ânimo, não o poderá por isso o comprador enjeitar, salvo se for fugitivo ou se o vendedor ao tempo da venda afirmasse que o escravo não tinha vício algum certo, assim como se dissesse que não era bêbado nem ladrão, nem jogador; porque achando-se que ele tinha tal vício ao tempo da venda, o poderá enjeitar o comprador. Porém, ainda que por o escravo ter qualquer vício do ânimo (que não seja de fugitivo) e o vendedor o calar, não possa o comprador enjeitá-lo; poderá todavia pedir o que menos vale por causa do tal vício, pedindo-o dentro de um ano, contado no modo acima dito.
3 - Se o escravo tiver cometido algum delito, pelo qual, sendo-lhe provado, mereça pena de morte e ainda não for livre por sentença, e o vendedor ao tempo da venda o não declarar, poderá o comprador enjeitá-lo dentro de seis meses, contados da maneira que acima dissemos. E o mesmo será, se o escravo tivesse tentado matar-se por si mesmo com aborrecimento da vida e, sabendo-o o vendedor, o não declarasse.
4 - Se o vendedor afirmar que o escravo que vende sabe alguma arte ou tem alguma habilidade boa, assim como pintar, esgrimir ou que é cozinheiro, e isto não somente pelo louvar mas pelo vender por tal, e depois se achar que não sabia a tal arte ou não tinha a tal habilidade, poderá o comprador enjeitá-lo; porém, para que o não possa enjeitar, bastará que o escravo saiba da dita arte ou tenha a tal habilidade meiamente. E não se requer ser consumado nela.
5 - Se o escravo, que se pode enjeitar por doente, falecer em poder do comprador, e ele provar que faleceu da doença que tinha em poder do vendedor, poderá pedir que lhe torne o preço que por ele deu. E quando se o escravo enjeitar por fugitivo (como acima dissemos) poderá o comprador pedir o preço que por ele deu, posto que ande fugitivo, contanto que possa provar que, em poder do vendedor, tinha o vício de fugitivo. E dará fiança a o buscar, pondo nisso toda a diligência de sua parte, e a o entregar ao vendedor, vindo a seu poder.
6 - Enjeitando o comprador o escravo ao vendedor, tornar-lho-á, e o vendedor tornará o preço e a sisa que o comprador pagou, e assim o que tiver dado ao corretor, não sendo mais que o que por direito ou regimento lhe for devido. E assim mais pagará o vendedor ao comprador as despesas que tiver feitas na cura do escravo, quando por causa da doença o enjeitar.
7 - Se o escravo que o comprador quiser enjeitar for de Guiné, que ele houvesse comprado a pessoa que de lá o trouxesse ou ao tratador do dito trato, ou ao mercador que compra os tais escravos para revender201, não poderá ser enjeitado senão dentro de um mês, que lhe

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

correrá do dia que lhe for entregue, para dentro dele citar e demandar ao vendedor que lhe torne o que por ele lhe deu, provando que, ao tempo da entrega, já era doente da doença ou manqueira porque lho enjeita. O que haverá lugar quando ambos estivessem em um mesmo lugar; porque não estando ambos nele, protestando o comprador ao juiz do lugar onde está e mostrando o escravo a dois físicos, se os houver, ou ao menos a um examinado, que digam que é manco ou doente da doença ou manqueira que tinha ao tempo que lhe foi entregue, poderá citar e demandar ao vendedor dentro de outro mês: e assim dentro de dois meses contados do dia da entrega.
E isto estando o vendedor no reino porque, estando fora dele, poderá o comprador protestando e, fazendo a diligência acima dita, citá-lo dentro de um mês do dia que chegar ao reino.
8 - E que o dito é nos escravos de Guiné haverá lugar nas compras e vendas de todas as bestas que por quaisquer pessoas forem compradas, que se quiserem enjeitar por manqueira ou doença. E ainda que os escravos se não podem enjeitar por qualquer vício e falta do ânimo, como atrás é declarado, as bestas se podem enjeitar pelos tais vícios ou faltas do ânimo, assim como se, sem causa e não lhe sendo feito mal algum, se espantarem ou empinarem, ou rebelarem.
9 - E todas as coisas acima ditas se poderão enjeitar não somente quando são havidas por título de compra, mas ainda se forem havidas por troca ou escambo, ou dadas em pagamento ou por qualquer outro título em que se traspasse o senhorio: mas não se poderão enjeitar quando forem havidas por título de doação.
10 - E as coisas que não são animadas, quer sejam móveis, quer de raiz, se poderão enjeitar por vícios ou faltas que tenham, assim como um livro comprado no qual falta um caderno ou folha em parte notável, ou que está de maneira que se não possa ler, ou um pomar ou horta que, naturalmente, sem indústria dos homens, produzem plantas ou ervas peçonhentas.

Alvarás, Cartas de Lei, Leis e Decretos

Alvará de 29 de março de 1549, que autorizou os senhores de engenho a importarem até 120 escravos de Guiné e da Ilha de São Tomé, para cada engenho que estivesse funcionando.
Carta Régia de 29 de março de 1559, concedendo aos senhores de engenho pagarem apenas um terço dos direitos sobre os escravos que mandassem buscar no Congo, até o número de 120.
Alvará de 18 de março de 1684, relativo ao embarque em Angola de negros para o Brasil.
Alvará de 10 de março de 1682, determina que fossem dominados com gente armada os negros fugidos para o sertão.
Carta Régia de 17 de março de 1693, ordenando ao governador do Maranhão que desse providências afim de que os escravos não morressem sem os últimos sacramentos.
Alvará de 20 de fevereiro de 1696, declarando que, "sendo presente o demasiado luxo das escravas no Brasil e devendo evitar-se esse excesso e o mau exemplo que dele podia seguir-se, o rei era servido resolver que as escravas de todo o Brasil em nenhuma capitania pudessem usar vestidos de seda, de cambraia ou holandas, com rendas ou sem elas, nem também de guarnição de ouro ou prata nos vestidos".
Carta Régia de 10 de junho de 1699, elevando os direitos sobre a entrada de escravos africanos no Brasil.

Carta Régia de 31 de janeiro de 1701, mandando dar sábado livre aos escravos.
Alvará de 15 de agôsto de 1736, criando o serviço da capitação dos escravos.
Alvará de 3 de março de 1741, mandando marcar com um F nas espáduas os negros fugitivos.
Alvará de 14 de outubro de 1751, dispõe sobre a exportação de pretos.
Alvará de 3 de julho de 1751 aprovando o contrato de 3$500 por escravo na alfândega de Bahia.
Lei de 24 de janeiro de 1756, punindo os escravos que andassem com faca.
Alvará de 14 de dezembro de 1757, sobre direitos pagos por entrada de escravos em Pernambuco.
Alvará de 16 de dezembro de 1757, sobre a matéria do anterior.
Alvará de 24 de setembro de 1761, sobre direitos pagos por entrada de escravos na Bahia.
Decreto de 19 de outubro de 1798, isentando de direitos a exportação de escravos de Angola para o Pará.
Alvará de 3 de junho de 1809, criando impostos nas alienações onerosas de escravos ladinos, para atender às despesas do Estado com a vinda da Família Real.
Código Criminal de 1830, artigo 28, § 19, estabelece que "serão obrigados à satisfação, posto que não sejam delinquentes, os senhores pelo escravo até o valor deste".
Código Criminal de 1830, artigo 179, impunha pena de 3 a 9 anos e multa a quem reduzisse à escravidão a pessoa livre que se achasse na posse de sua liberdade.
Portaria de 31 de maio de 1831, manda processar, com aplicação do inciso supra citado, quem introduzisse africanos como escravos, no Brasil.
Lei de 7 de novembro de 1831, estabelece que todos os escravos que l entrassem no território brasileiro ou portos do Brasil, vindos de fora ficavam livres, excetuando-se os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão era permitida, enquanto empregados no serviços das mesmas embarcações e os que fugissem do território, ou embarcação estrangeira, os quais seriam entregues aos senhores que os reclamassem, e exportados para fora do Brasil.
Lei de 10 de julho de 1835, marca penas aos escravos que matarem seus senhores, estabelecendo novas regras para pronta punição. Lei n9 581, de 4 de setembro de 1850, estabelece medidas para a repressão do tráfico negreiro no Império do Brasil e impõe penas aos contrabandistas.
Lei de 5 de julho de 1854 autoriza uma perseguição mais decisiva aos traficantes de escravos.
Aviso de 27 de abril de 1853 esclarece que o escravo não é pessoa miserável para que o promotor público dê queixa a seu favor, cabendo este direito ao seu senhor.
Decreto nº 1.303, de 28 de dezembro de 1853 declara que os africanos livres, cujos serviços foram arrendados por particulares, ficam emancipados depois de quatorze anos, quando o requeriam, e providencia sobre o destino dos mesmos africanos.
Lei 9 731 de 5 de junho de 1854 declara desde quando deve ter lugar a competência dos auditores de Marinha para processar e julgar os réus mencionados no artigo 3 9 da Iei n.° 581, de 4 de setembro de 1850, e os casos em que devem ser impostas pelos mesmos auditores as penas de tentativa de importação de escravos.
Avisos de 21 de setembro de 1863, estabelece que os escravos libertados em testamento além das forças da terça estão sujeitos à restituição do excesso por meio de arrematação dos serviços.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Lei n' 1.237, de 24 de setembro de 1864, reforma a Legislação Hipotecária. O § 1.° do artigo 2 9 desta lei inclui entre as "coisas" que podem ser objeto de hipoteca, os escravos e os animais pertencentes às propriedades agrícolas, que forem especificados no contrato, sendo com as mesmas propriedades.
Decreto nº3.310, de 24 de setembro de 1864, concede emancipação a todos os africanos livres existentes no Império do Brasil. Lei n9 2 040, de 28 de setembro de 1871, declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data da lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores, e sobre a libertação anual dos escravos.
Decreto nº 4.835, de v.° de dezembro de 1871, aprova o Regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos de mulher escrava, conforme o disposto no artigo 89 da Lei n.°2.040, de 28 de setembro de 1871.
Artigo 807 da Consolidação das Leis Civis, de Augusto Teixeira de Freitas, onde estatui que será obrigado à satisfação, posto que não seja delinquente, o que gratuitamente tiver participado dos produtos de crime até a concurrente quantia .
Decreto nº 4960, de 8 de maio de 1872 altera o regulamento aprovado pelo Decreto n° 4.835, de 1º de dezembro de 1871, na parte relativa à matricula dos filhos livres de mulher escrava.
Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, aprova o regulamento geral para a execução da Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871.
Lei 3.270, de 28 de setembro de 1885, regula a extinção gradual do elemento servil e declara livres os escravos maiores de 60 anos.
Decreto nº 9.517, de 14 de novembro de 1885, aprova o regulamento para a execução da Lei 3.270, de 28 de setembro de 1885.
Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, também denominada Lei Aurea, declara extinta a escravidão no Brasil.
Na análise dos Alvarás de 1761 e de 1773 houve, evidentemente, a escolha política do Estado português pelo afastamento do Direito Romano para regular a escravidão na metrópole, por ser contrário à "boa razão".
Nesse contexto, a dicotomia inicial entre escravizado e livre, entre objeto e sujeito, também aparece como a dicotomia entre Reino e Colônia, entre legislação iluminista e legislação escravocrata. A escravidão no território do Reino de Portugal e Algarve era um acinte.

Levantamento e sistematização relativa aos escravos no Império do Brasil

ALVARÁ DE 24 DE NOVEMBRO DE 1813. "Regula a arqueação dos navios empregados na condução dos negros que dos portos da África se exportam para os do Brasil". 1813.
CARTA DE LEI DE 8 DE JUNHO DE 1815. "Ratifica o Tratado entre o Príncipe Regente de Portugal e o Rei da Grã-Bretanha, assinado em Viena a 22 de janeiro deste ano para a abolição do tráfico de escravos em todos os lugares da Costa da África ao Norte do Equador". 1815.
CARTA DE LEI - DE 8 DE JUNHO DE 1815. "Ratifica a convenção entre o Príncipe Regente de Portugal e o Rei da Grã-Bretanha, assinado em Viena a 21 de janeiro deste ano para terminar as questões e indenizar as perdas dos súditos portugueses tráfico de escravos da África". 1815.

DECRETO DE 5 DE NOVEMBRO DE 1817. "Sobre reexportação ou baldeação das fazendas do comércio de escravos". 1817
CARTA DE LEI DE 8 DE NOVEMBRO DE 1817. "Ratifica a convenção adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815 entre este Reino e o Grã-Bretanha assinada em Londres em 28 de julho deste ano, sobre o comércio ilícito de escravatura". 1817.
ALVARÁ DE 26 DE JANEIRO DE 1818. "Estabelece penas para os que fizerem comércio proibido de escravos". 1818
Comércio de escravos em todos os portos da Costa d'África ao norte do Equador. Tratado de 22 de janeiro de 1815. Convenção Adicional de 28 de julho de 1817.
DECRETO DE 18 DE AGOSTO DE 1818. "Designa a cidade do Rio de Janeiro para residência da Comissão mista sobre o comércio ilícito de escravos". 1818.
DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1819. "Dá instruções à Comissão Mista estabelecida na cidade do Rio da Janeiro para julgar as embarcações detidas pelo comércio ilícito de escravos". 1819.
DECRETO DE 4 DE JUNHO DE 1821. "Dispensa os navios que se empregam no tráfico da escravatura da visita da Botica e reduz a metade a importância dos emolumentos devidos na saída dos portos". 1821.
CARTA DE LEI DE 23 DE NOVEMBRO DE 1826. "Ratifica a Convenção entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha para abolição do tráfico de escravos". Atos do Executivo - 1826.
DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 1832. "Dá regulamento para a execução da Lei de 7 de novembro de 1831 sobre o tráfico de escravos". 1832.
LEI N.° 581 - DE 4 DE SETEMBRO DE 1850. "Estabelece medidas para a repressão ao tráfico africano neste Império". 1850.
DECRETO N.° 708 - DE 14 DE OUTUBRO DE 1850. "Regula a execução da Lei que estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império". 1850.
DECRETO N.° 731 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 1850. "Regula a execução da LEI n.° 581, que estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império". 1850.
DECRETO N.° 1.115 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 1853. "Autoriza o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça a despender no exercício de 1852-l853, além do crédito votado, mais a quantia de cinquenta contos de réis, com a repressão do tráfico de africanos". 1853.
DECRETO LEGISLATIVO N.° 731 - DE 3 DE JUNHO DE 1854. "Declara desde quando deve ter lugar a competência dos auditores de Marinha para processar e julgar os réus mencionados no artigo 3.°, da Lei n.° 581 de 4 de Setembro de 1850, e os casos em que devem ser impostas pelos mesmos auditores as penas de tentativas de importação de escravos".
DECRETO N.° 1506 - DE DEZEMBRO DE 1854. "Autoriza o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios a despender com a repressão do tráfico de africanos, e por conta do exercício 1853-1854, mais a quantia de 25:000$000, 1854.

Decisões Governamentais

N.° 16 - PROVISÃO DA MESA DE DESEMBARGO DO PAÇO DE 26 DE JUNHO DE 1815. "Determina que sejam recebidas, matriculadas e criadas todas as crianças que forem expostas, qualquer que seja a sua cor".
N.° 18 - EM 26 DE FEVEREIRO DE 1844. "Declarando como se deve proceder na matrícula dos escravos, depois de encerrado o processo da mesma matrícula".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 198 - EM 21 DE AGOSTO DE 1852. "Baixa na matrícula de escravos que morrerem". "Explicação sobre a matrícula dos escravos". 1853
N.° 44 - FAZENDA - EM 17 DE MARÇO DE 1859. "Sobre a matrícula de escravos menores de doze anos".
N.° 199 - FAZENDA - EM 8 DE AGOSTO DE 1859. "Sobre multas por falta de matrícula de escravos".
N.° 41 - FAZENDA - EM 13 DE FEVEREIRO DE 1868. "Determina que na cidade de Niterói se proceda à matrícula dos escravos de conformidade com o artigo 18 da Lei n.°1, e à cobrança da taxa nos devidos tempos, por estar ali feita demarcação para a cobrança da décima urbana".
N.° 385 - FAZENDA - EM 21 DE NOVEMBRO DE 1871. "Providência sobre a execução do artigo 6.°, da Lei n° 2040 de 28 de Setembro de 1871".
N.° 458 - JUSTIÇA - EM 10 DE FEVEREIRO DE 1872. "Declara que, onde não residir Promotor Público e não houver Adjunto designado, compete ao Juiz Municipal nomear pessoa idônea, para assistir ao encerramento da matrícula dos escravos".
N.° 210 - FAZENDA - EM 12 DE JULHO DE 1872. Marca a porcentagem que deve ser abonada aos Coletores e seus Escrivães pelo serviço na nova matrícula dos escravos, e dos filhos livres de mulher escrava".
N.° 247 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 1 DE JULHO DE 1873. "Resolve que em falta de Coletores e seus Escrivães devem os Agentes do Correio ser incumbidos do serviço da matrícula dos escravos".
N.° 189 - FAZENDA - EM 29 DE MAIO DE 1873. "Nega aprovação à deliberação da Tesouraria do Amazonas de multar os donos ou administradores de escravos que, pela matrícula opcional a que se está procedendo, se verifica não tê-los dados à matrícula geral".
N.° 214 - FAZENDA - EM 30 DE JULHO DE 1873. "O serviço de matrícula especial dos escravos nos municípios, cujas Coletorias se acham vagas, deve ser incumbido aos Agentes do Correio e não aos Promotores Públicos atenta a obrigação que a este cabe pelo artigo 15 do Regulamento n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871".
N.° 297 - FAZENDA - EM 19 DE AGOSTO DE 1873. "Declara aprovada a deliberação que tomou a Tesouraria de Pernambuco, de mandar cobrar a taxa de 500réis pela matrícula dos escravos existentes no município de Vila Bela, não obstante ter-se efetuado a mesma matrícula fora do prazo marcado".
N.° 334 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE SETEMBRO DE 1813. "Decide que os credores hipotecários devem ser admitidos a promover a matrícula de escravos quando os respectivos senhores se recusem a fazê-lo".
N.° 431 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE NOVEMBRO DE 1873. "Determina que as pessoas que desistirem da indenização ou prestação dos serviços de filhos livres de suas escravas, são obrigados a dá-los a matrícula".
N.° 56 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 1.° DE FEVEREIRO DE 1874. "Declarando que, segundo o artigo 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.° 4835 de 1 de dezembro de 1872 a matrícula dos escravos deve ser feita no município em que eles residem".
N.° 132 - FAZENDA - EM 14 DE ABRIL DE 1874. "Confirma o despacho pelo qual o Coletor do Município de Santo Antônio de Sá, negou-se a incluir em uma nova matrícula

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

como escravos, indivíduos que já se achavam ali matriculados com a nota de libertos condicionalmente".

N.° 245 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - 23 DE JUNHO DE 1875. "Declara que são válidas as matrículas dos escravos de um termo onde não havia Estação fiscal, feitas em outro até 30 de setembro de 1873; que são nulas as realizadas depois daquela data; que o benefício da lei deve aproveitar aos escravos que deixarem de ser matriculados, salvo dos respectivos senhores o recurso do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871 e que em relação ao fato de não ter havido matrícula por falta de livros ou pessoal, o Governo oportunamente deliberará".

N.° 462 - FAZENDA - EM 26 DE OUTUBRO DE 1875. "Para a eliminação da matrícula de escravos a lei não exige o prévio registro da carta de alforria em notas de Tabelião".

N.° 516 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE NOVEMBRO DE 1875. "Manda proceder a matrícula de 3 escravos cujas relações foram apresentadas em tempo à Coletoria das Rendas Gerais de Niterói, mas que deixaram de ser escrituradas no livro competente por esquecimento ou descuido do respectivo empregado".

N.° 555 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE NOVEMBRO DE 1875. "Declara que somente depois de passada em julgado uma sentença favorável a um senhor que deixou de matricular em tempo uma sua escrava, pode ser esta matriculada".

N.° 557 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE NOVEMBRO DE 1875. "Autorizando a retificação do nome de um escravo, matriculado com nome indevido, depois de produzida uma procedente justificação".

N.° 579 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE DEZEMBRO DE 1875. "Manda fazer a retificação pedida por Francisco José Teixeira de Mesquita: na matrícula de 4 escravos que por engano foram dados em seu nome à Coletoria Rendas Gerais do Piraí mas que pertencem a sua irmã D. Rosália da Conceição".

N.° 580 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE DEZEMBRO DE 1875. "Mandando averbar a transferência de dois escravos matriculados em nome de Antônio Francisco da Silva e vendidos por seus legítimos herdeiros quando ainda o espólio estava pro indiviso não constando que os mesmos escravos pertencessem a outros herdeiros que não fossem os próprios vendedores".

N.° 581 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE DEZEMBRO DE 1875. "Pede esclarecimentos a respeito dos municípios nos quais deixou de verificar-se a matrícula de escravos, até o dia 30-09-1873 por falta de agentes oficiais ou dos respectivos livros".

N.° 16 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE JANEIRO DE 1876. "Manda matricular um escravo, cuja escritura de compra lavrada no decurso do segundo prazo marcado no artigo 16 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871 não contém as declarações exigidas no artigo 45 do mesmo Regulamento, devendo entender-se a disposição deste artigo em relação a outros prazos da matrícula".

N.° 71 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 14 DE FEVEREIRO DE 1876. "Declara que não incorre em multa o condomínio de um escravo que no ato de matrícula deixou de declarar a circunstância do condomínio nem o marido que requerer, fora do prazo de três meses a averbação em seu nome, de escravos matriculados pela mulher anteriormente ao casamento".

N.° 175 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE ABRIL DE 1876. "Declara caber a matrícula, ainda depois de encerrados os prazos legais, nos casos em que o senhor é vencedor na 594a e 2a instância em ação intentada na forma do artigo 15 do Regulamento n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871".
N.° 195 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE ABRIL DE 1876. "Resolve várias dúvidas relativas a um caso de não matrícula de escravos".
N.° 310 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 2 DE JUNHO DE 1876. "Declara que no caso de desmembramento de uma freguesia deve o Coletor da que houver sido desmembrada remeter ao da nova freguesia uma relação dos escravos na estação competente, com as necessárias observações, a fim de facilitar a escrituração e averbações que tenham de seguir-se-lhe".
N.° 370 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 27 DE JUNHO DE 1876. "Não cabe multa aos senhores de escravos residentes e matriculados em localidade desmembrada de um município e anexado a outro, quando deixam de declarar esta alteração à coletoria do novo município".
N.° 283 - FAZENDA - EM 26 DE MAIO DE 1876. "Nega provimento a um recurso, sobre imposição de multa, por não haverem sido dados à matrícula diversos escravos no devido tempo".
N.° 338 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE JUNHO DE 1876. "O fato de ter sido relevada uma multa imposta pela omissão da matrícula de uma menor livre, não firma regra geral".
N.° 374 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM - 6 DE JULHO DE 1876. "Os encarregados da matrícula devem aceitar para os fins de averbação as notas e escrituras e alienação de escravos, transmissões e outras, ainda quando estas não mencionem a província a que pertence o município em que os escravos foram matriculados".
N.° 460 - FAZENDA - EM 3 DE AGOSTO DE 1876. "Declara que a multa do artigo 35 combinado com o artigo 33 do Regulamento n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871, deve ser repetida tantas vezes quantos forem os escravos emitidos na declaração de mudança de residência, de domínio ou falecimento".
N.° 514 - FAZENDA - EM 30 DE AGOSTO DE 1876. "Declara que tendo sido aprovado o ato da presidência do Pará negando a inclusão na matrícula especial de quatro filhos de uma escrava, que nasceram em um quilombo, cumpre aguardar o resultado da ação ordinária que os interessados intentarem, para então se resolver, como for de direito quanto à matrícula geral dos mesmos escravos".
N.° 528 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 9 DE SETEMBRO DE 1876. "Regula o modo de proceder quando não houver exibição imediata da matrícula de escravos, nos processos do inventário ou partilhas entre herdeiros ou sócios".
N.° 575 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 28 DE SETEMBRO DE 1876. "Providência sobre a abertura de novo prazo a matrícula (escravos) nos municípios em que por causa de força maior, forem inutilizados os respectivos livros".
N.° 576 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 28 DE OUTUBRO DE 1876. "Providência sobre a execução da matrícula nos municípios em que por causa de força maior, foram inutilizados os livros respectivos".
N.° 585 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE SETEMBRO DE 1876. "É aplicável às causas de que trata o artigo 19 do Regulamento n.°

4835 de 1 de dezembro de 1871 a regra do artigo 7, § 2.° da Lei n° 2040 de 28 de setembro de 1871".
N.° 724 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE DEZEMBRO DE 1876. "Manda abrir a matrícula de escravos, durante o prazo de um ano, naqueles municípios da Província de Pernambuco, onde tal serviço se não realizou por falta de agentes oficiais ou de livros próprios".
N.° 728 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 23 DE DEZEMBRO DE 1876. "Sobre a matrícula de escravos dentro do prazo legal".
N.° 729 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 23 DE DEZEMBRO DE 1876. "Manda abrir a matrícula dos filhos livres de mulher escrava naqueles municípios da Província de Pernambuco, onde por falta de agentes oficiais ou por deficiência de livros próprios, não tenra sido realizado esse serviço".
N.° 31 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE JANEIRO DE 1877. "Declara que a disposição do artigo 41 do Regulamento n.° 5135 de 13 de novembro de 1872 ficou implicitamente revogada pela do artigo 2.° do Decreto n.° 6341 de 20 de setembro de 1876".
N.° 56 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 14 DE FEVEREIRO DE 1877. "Manda retificar a matrícula de 61 escravos".
N.° 108 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE MARÇO DE 1877. "Resolve a criação de um livro apêndice ao de matrícula especial de escravos, modelo A, anexo ao Regulamento de 1 de dezembro de 1871".
N.° 125 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE ABRIL DE 1877. "A doutrina do artigo 47 do Regulamento n.° 5135 de 13 de novembro de 1872 é extensiva aos escravos residentes nas freguesias desanexadas de um município para formarem outro".
N.° 157 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE ABRIL DE 1877. "O fato de haver confessado no ato do batismo a condição livre de um filho de mulher escrava, não isenta o senhor desta da multa em que incorre por não havê-lo dado a matrícula em tempo oportuno".
N.° 197 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE MAIO DE 1877. "Cria um livro apêndice ao da matrícula de ingênuos".
N.° 224 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE JUNHO DE 1877. "Recomenda a observância do artigo 23 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871.
N.° 287 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE JULHO DE 1877. "Manda matricular um ingênuo no município em que a mãe estiver residindo".
N.° 342 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE AGOSTO DE 1877. "Nos municípios em que, por força maior, foi aberto novo prazo para a matrícula, devem ser admitidos a esta, ainda findo o novo prazo, aqueles escravos a respeito dos quais foram exibidas sentenças confirmadas em 2a. instância, quer na hipótese de perda da relação, quer na do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871".
N.° 367 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 6 DE SETEMBRO DE 1877. "Manda fazer no próprio livro de matrícula as averbações relativas aos ingênuos entrados de um em outro município".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 411 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE OUTUBRO DE 1877. "Manda fazer uma averbação de matrícula".
N.° 431 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE OUTUBRO DE 1877. "Manda retificar o nome de uma escrava na matrícula e na classificação".
N.° 483 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE NOVEMBRO DE 1877. "Manda averbar em nome de seu senhor, 23 escravos matriculados no de um credor hipotecário".
N.° 571 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 28 DE DEZEMBRO DE 1877. "Manda o modo de completar o número da relação e o da matrícula dos ingênuos, quando entrados de um em outro município". 1877 - p. 484.
N.° 576 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 28 DE DEZEMBRO DE 1877. "Manda retificar o nome da mãe de um escravo".
N.° 167 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 20 DE MARÇO DE 1878. "Declara que não prejudica os fins essenciais da Circular de 6 de setembro de 1877, que trata da averbação concernente a entrada dos filhos livres de mulher escrava de um outro município, o fato de se escriturar o nome do município em que o ingênuo foi matriculado, a data da averbação, o número e a data da matrícula no lugar para tal fim destinado, conforme o modelo C - apenso ao Regulamento de 1 de dezembro de 1871".
N.° 320 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE MAIO DE 1878. "Manda abrir de novo, pelo prazo de um ano, matrícula especial de escravos no município de Vila-Bela, visto ter ali começado aqueles serviços três meses antes de findar o segundo prazo marcado no Regulamento que baixou com o Decreto n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871".

N.° 321 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE MAIO DE 1878. "Recomenda o exame da escrituração referente à matrícula especial de escravos e estabelece regras para serem observadas nesse serviço".
N.° 714 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 17 DE OUTUBRO DE 1878. "A elevação de seis meses do prazo de três, primitivamente fixado para a matrícula dos filhos livres de mulher escrava, e para as declarações constantes dos artes. 21 e 31 do Decreto 4835 de 1 de dezembro de 1871, não pode ser extensiva a fatos praticados anteriormente à promulgação dos Decretos n°s 6966 e 6967 de 8 de julho do corrente ano".
N.° 845 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE NOVEMBRO DE 1878. "Declara que pelos Decretos n°s 7089 e 7090 foram alterados os artigos 25, 29 e 32 do Regulamento que baixou com o Decreto n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871".
N.° 50 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 20 DE JANEIRO DE 1879. "Declara que os livros destinados à matrícula dos filhos livres de mulher escrava e respectivos índices na Província do Rio de Janeiro devem ser abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo Diretor Geral das Rendas Públicas".
N.° 214 - FAZENDA - EM 16 DE ABRIL DE 1879. "Manda classificar na renda geral os emolumentos das certidões da antiga e nova matrícula de escravos".
- (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 6 DE MARÇO DE 1880. "Declara que a matrícula de escravos, feita a requerimento de pessoa

ilegítima, só pode ser retificada mediante o processo do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871.
N.° 168 - FAZENDA - EM 18 DE MARÇO DE 1880. "A autoridade judicial não é competente para julgar da validade da matrícula de escravos".
N.°11(ADIAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE MARÇO DE 1880. "Declara que a doutrina da Circular de 25 de janeiro de 1877 não é extensiva ao caso especial do artigo 33 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871".
N.° 219 - FAZENDA - EM 8 DE JUNHO DE 1880. "Solve dúvidas relativas a matrícula de escravos".
N.° 290 - FAZENDA - EM 12 DE JUNHO DE 1880. "É competente o Administrador da Recebedoria para mandar eliminar da matrícula não só o escravo falecido ou vencido, mas também o que não foi dado à matrícula especial de 1872".
N.° 28 - (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 22 DE JUNHO DE 1880. "Declara falecer competência ao Poder Executivo para ordenar a matrícula de escravos, cabendo a seu presumido senhor a ação do artigo 19 do Regulamento 1 de dezembro de 1871, nos termos ali expressos".
N.° 21(ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE JUNHO DE 1880. "Declara aproveitar a escravos dados a matrícula, em data posterior ao encerramento desta, a disposição do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871, ficando salvo aos interessados o recurso concedido pela segunda parte do mesmo artigo".
N.° 29 - (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE JUNHO DE 1880. "Consulta o Ministério dos Negócios da Fazenda acerca da inteligência do artigo 27 do Regulamento n.° 7536 de 15 de novembro de 1879".
N.° 30 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 26 DE JUNHO DE 1880. "Autoriza a matrícula de vários escravos a vista de decisão do Poder Judicial, recomendando a observância das formalidades regulamentares".
N.° 32 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 16 DE JULHO DE 1880. "Declara aplicável a disposição da primeira parte do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871 ao caso em que o senhor, obtida as sentença de que trata o mesmo artigo, deixa de matricular o escravo. em prazo igual ao da matrícula, e inaplicável a esta omissão o recurso facultado pela segunda parte do precitado artigo".
N.° 33 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 26 DE' JULHO DE 1880. "Manda observar as formalidades prescritas pelo artigo 14 do Regulamento que baixou com o Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1812, explicando o Aviso Circular de 17 de maio último".
N.° 430 - FAZENDA - EM 9 DE NOVEMBRO DE 1880. "Sobre a matrícula de escravos".
N.° 43 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE SETEMBRO DE 1880. "Resolve dúvida sobre a averbação da mudança de residência de escravos, que foram matriculados depois do prazo legal".
N.° 61 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE SETEMBRO DE 1880. "Manda executar a disposição do n.°2, § 2.°, do artigo 27 do Regulamento de. 13 de novembro de 1872".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 43 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE ABRIL DE 1881. "Solicita providências no sentido de ser intentado o recurso de que trata o artigo 8, § 2.°, do Regulamento de 13 novembro de 1872".
N.° 48 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 9 DE ABRIL DE 1881. "Fixa a inteligência do artigo 42 do Regulamento de n.° 5135 de 13 de novembro de 1872".
N.° 92 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE JULHO DE 1881. "Manda intentar recurso em favor de 4 escravos não matriculados"
N.° 96 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE JULHO DE 1881. "Manda cancelar a matrícula de três presumidos libertos".
N.°109 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE SETEMBRO DE 1881. "Denega a matrícula de uma escrava".
N.°117 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE OUTUBRO DE 1881. "Estabelece regras acerca de omissões na matrícula especial de escravos".
N.°1 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 16 DE JANEIRO DE 1882. "Dá explicações relativas a execução do Regulamento de 1 de dezembro de 1871".
N.° 14 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE SETEMBRO DE 1882. "Manda manifestar revista contra um acórdão da Relação de São Luiz acerca de matrícula de escravos".
N.° 15 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 26 DE SETEMBRO DE 1882. "Sobre os recursos do artigo 43, membro 1.°, do Regulamento de 1 de dezembro de 1871".
N.° 81 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 11 DE JULHO DE 1883. "Recomenda a estrita execução do artigo 46, § 2.° do Regulamento de 13 de novembro de 1872".
N.° 49 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS. PÚBLICAS - EM 29 DE FEVEREIRO DE 1884. "Declara que a penalidade cominada no Regulamento n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871 rege-se pelo Decreto n.°7536 de 15 de novembro de 1879".
N.° 3 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE JULHO DE 1884.. "Interpretação. do artigo 27, § 1.°, n.°1 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1872".
N.° 109 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE OUTUBRO DE 1885. "Declara que a disposição do § 7.° do artigo 3.° da Lei n.° 3270 de 28 de setembro de 1885 só terá execução quanto à limitação do valor dos escravos, depois que começar a correr o prazo para nova matrícula".
N.° 127 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE DEZEMBRO DE 1885. "Dá instruções para execução da Lei n.° 3270 de 28 de Setembro de 1885 e do respectivo Regulamento".
N.° 29 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE MARÇO DE 1886. "Resolve dúvidas sobre idade de matriculandos e arrolandos e sobre o valor dos escravos".
N.° 32 - JUSTIÇA - EM 24 DE MAIO DE 1886. "Providência sobre a nova matrícula de que trata a Lei n.° 3270 de 28 de setembro de 1885".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 89 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1886. "Resolve dúvidas sobre matrícula de escravos e arrolamento de sexagenários".
N.° 102 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM 5 DE OUTUBRO DE 1886. "Resolve dúvida sobre a nova matrícula de escravos que na antiga tinham a nota de libertos".
N.° l05 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE OUTUBRO DE 1886 "Resolve dúvidas sobre matrículas de escravos".
N.° 114 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE NOVEMBRO DE 1886. "Resolve dúvidas sobre matrícula de escravos".
N.° 2 (ADITAMENTO)- AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JANEIRO DE 1887. "Resolve consulta sobre a obrigação dos Coletores remeterem aos Juizes de órfãos a relação dos escravos africanos matriculados".
N.° 9 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM l7 DE MARÇO DE 1887. "Marca o prazo de 30 dias para a escrituração das relações de matrícula que não forem inscritas até 30 de março".
N.° 30 - FAZENDA - EM 18 DE MARÇO DE 1887. "Providência sobre o recebimento de relações de escravos para a nova matrícula".
N.° 12 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 27 DE ABRIL DE 1887. "Declara que o desconto da porcentagem do preço dos escravos não pode ser admitido antes de encerrada a nova matrícula".
N.° 14 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE JULHO DE 1887. "Sobre matrícula de escravos de condôminos".
N.° 73 - FAZENDA - EM 8 DE JULHO DE 1887. "Declara qual a disposição de lei que aproveita aos senhores que houverem deixado de dar à matrícula seus escravos, ou desistirem dos serviços dos que tocarem a idade de 60 anos"
N.°17 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE SETEMBRO DE 1887. "A falta de pagamento de emolumentos não invalida a matrícula de escravos".
N.° 62 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE OUTUBRO DE 1887. "Manda que seja cancelada a matrícula dos indivíduos incluídos no rol dos escravos depois de alforriados condicionalmente".
N.° 21 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE OUTUBRO DE 1887. "Manda cancelar a matrícula de escravos alforriados condicionalmente".
N.° 22 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS ° EM 22 DE OUTUBRO DE 1887. "Declara que, encerrada a matrícula, não é aceita nova relação de matriculandos ou arrolandos senão nos casos expressos no artigo 13 do Regulamento 14 de novembro de 1885".
N.° 24 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 29 DE OUTUBRO DE 1887. "Sobre irregularidades havidas na matrícula de escravos".
N.° 25 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – 9 DE NOVEMBRO DE 1881. "Deve ser feito o abatimento de 25% no valor das escravas, embora o processo se tenha realizado antes da nova matrícula".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 31 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE NOVEMBRO DE 1887. "Sobre matrícula de escravos libertos condicionalmente e causa mortis.
N.° 34 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE NOVEMBRO DE 1887. "Sobre matrícula de escravos libertos em testamento aberto".
N.° 43 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE DEZEMBRO DE 1887. "Nas participações de mudança de domicílio de escravos deve ser mencionado o valor da nova matrícula"
N.° 45 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE DEZEMBRO DE 1887. Cancelamento de matrícula de escravos libertos condicionalmente".
N.° 414 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE NOVEMBRO DE 1873. "Decide que a classificação dos escravos deve ser feita no município, onde se procedeu a matrícula cumprindo à Junta classificadora compreender todos os escravos matriculados sem atender para as forças do fundo de emancipação e dedicar-se a este serviço em dias consecutivos".
N.° 138 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM 18 DE ABRIL DE 1814. "Declara ser gratuito o serviço de classificação de escravos e manda arbitrar quantia para as despesas do expediente".
N.° 190 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE MAIO DE 1875. "Declara ser gratuito o serviço de classificação de cravos de que trata o Regulamento de 13 de novembro de 1872".
N.° 205 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 31 DE MAIO DE 1875. "Declara que a classificação deve compreender todos os escravos matriculados, procedendo-se a verificação do valor dos mesmos fundos que sejam os respectivos trabalhos, e a libertação dos classificados pelo fundo de emancipação, guardadas as disposições do artigo 23 e seguintes do Regulamento de 13 de novembro de 1872".
N.° 241 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JUNHO DE 1875. "Esclarece vários pontos relativos a classificação de escravos, sob os dois títulos - FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS".
N.° 242 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JUNHO DE 1875. "Declara que as Juntas classificadoras de escravos devem trabalhar em dias consecutivos e horas em que possa comparecer o Coletor; que a classificação deve. ter por base a matrícula, podendo a Junta exigir dos senhores, possuidores ou quaisquer funcionários os esclarecimentos de que carece, impondo multas a quem negar tais esclarecimentos; - e que a pena de prisão, imposta pela autoridade judiciária, só é aplicável aos que de má fé derem seus escravos à classificação".
N.° 243 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JUNHO DE 1875. "Declara que, não só os cônjuges pertencentes a um senhor e os filhos menores a outro, como as mães com filhos menores nas mesmas condições e também o cônjuge que permanece no cativeiro sendo livre o seu consorte, devem ser classificados sob o título - FAMÍLIAS; e que os escravos menores de 12 anos cujos pais houverem falecido ou ignore a Junta a quem pertençam - devem ser classificados sob o título - INDIVÍDUOS".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 289 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 17 DE JULHO DE 1815. "Resolve diversas dúvidas sobre o processo de classificação de escravos".
N.° 413 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE OUTUBRO DE 1875. "Declara ser gratuito o serviço da classificação de escravos".
N.° 501 - GUERRA - EM 10 DE NOVEMBRO DE 1875. "Manda chamar o Promotor Público para fazer parte da Junta de revisão cabendo ao Adjunto do dito Promotor substituir a este na Junta de classificação de escravos visto ser o serviço de revisão mais importante do que o de classificação de escravos".
N.° 508 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE NOVEMBRO DE 1875. "Resolve diversas dúvidas sobre a classificação de escravos".
N.° 556 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE NOVEMBRO DE 1875. "Aprova a autorização dada a uma Tesouraria de Fazenda para o fornecimento de livros requisitados por algumas Juntas de classificação de escravos". N.° 194 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE ABRIL DE 1876. "Resolve dúvidas sobre a classificação de escravos".
N.° 219 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 2 DE MAIO DE 1876. "Declara que devem ser classificados todos os escravos matriculados, e que os escravos menores de 12 anos, que não tiverem pai vivo e sim mãe liberta, devem ser compreendidos no n.° II, do artigo 27 do Regulamento de 13 de novembro de 1872".
N.° 220 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 2 DE MAIO DE 1876. "O Escrivão do Juiz de Paz não se pode eximir do serviços das Juntas classificadoras de escravos, sendo suprida sua falta ou impedimento pelo cidadão que o respectivo Presidente nomear".
N.° 229 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 4 DE MAIO DE 1876. "Declara que deve ser feita em primeiro lugar a classificação de - FAMÍLIAS - e em segundo a de - INDIVÍDUO - preferindo em uma e outra classe, os escravos que já houverem entrado com certa quota para sua libertação, e observando-se o que dispõe o cap. 3.° do Regulamento de 13 de novembro em relação ao pecúlio".
N.° 245 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE MAIO DE 1876. "Declara que a classificação de uma família escrava, embora os membros de que se compõe residam em diferentes municípios, deve ser feita naquele em que a mesma família tiver sido matriculada".
N.° 302 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 31 DE MAIO DE 1876. "Resolve sobre a classificação, arbitramento do valor e transferência de escravos".
N.° 309 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM 2 DE JUNHO DE 1876. "Declara que os trabalhos anuais das Juntas classificadoras de escravos, uma vez concluídos, subsistem inalteráveis até a futura reunião".
N.° 322 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JUNHO DE 1876. "Declara que, salvo a única exceção prevista no artigo 90 § 3.° do Regulamento de 13 de novembro de 1872, os alforriados com cláusulas de serviço não podem ser contemplados na classificação, e, se classificados, devem ser omitidos".
N.° 346 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 16 DE JUNHO DE 1876. "Releva a multa de 50$000 imposta pelo Presidente da Província ao Promotor Público da Comarca de Serinhaém por não ter feito a classificação de escravos".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 393 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1876. "Estabelece regras sobre a classificação de escravos".
N.° 551 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE SETEMBRO DE 1876. "Sem embargo de não constar das matrículas o número de ordem, devem os escravos ser classificados".
N.° 561 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE SETEMBRO DE 1816. "Ordem em que devem ser classificados os escravos maiores de 50 anos e menores de 12".
N.° 621 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE OUTUBRO DE 1816. "A falta de declaração do valor dos escravos classificados por parte dos respectivos senhores não invalida a classificação".
N.° 101 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1816. "Pode ser admitida a declaração do valor dos escravos classificados independentemente da exibição dos documentos comprobatórios do seu estado de filiação".
N.° 134 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE ABRIL DE 1877. "Menores filhos de escravo casado com pessoa livre são classificados conjuntamente com a mãe ou pai".
N.° 135 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM l0 DE ABRIL DE 1877. "Reitera a decisão do Aviso de 12 de novembro de 1875, relativamente a classificação de escravos menores de 21 anos, filhos de cônjuges".
N.° 145 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE ABRIL DE 1877. "Cria um livro apêndice ao de que trata o artigo 21, § 1.°, do Regulamento de 1 de dezembro de 1877.
N.° 186 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE MAIO DE 1877. "Dá solução a várias dúvidas sobre classificação e libertação de escravos".
N.° 187 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE MAIO DE 1877. "Aprova uma decisão sobre classificação de escravos".
N.° 292 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JULHO DE 1877. "Anula os trabalhos de duas Juntas classificadoras de escravos".
N.° 432 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE OUTUBRO DE 1877. "Aprova uma decisão sobre classificação de escravos".
N.° 22 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE JANEIRO DE 1878. "Aprova o procedimento do Juiz de Órfãos no município de S. Fidélis que não libertou três escravos inscritos no meio das relações dos classificados por não os ter avaliado o Coletor, e bem assim os que na mesma relação se lhes seguiam".
N.° 222 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE ABRIL DE 1878. "Declara que nenhum procedimento cabe ao Juiz de Órfãos em relação ao fato de não terem sido classificados, com todos os indivíduos a elas pertencentes, as famílias escravas inscritas em dois e três lugares, sendo parte no arbitramento o senhor do escravo e o Coletor, não pode este funcionar nos casos em que aquele é seu tio e que sendo diversas a caráter dos atos da administração e dos da ordem judiciária, não há razão para que se aplique a todos indistintamente a mesma regra das suspeições".
N.° 712 - FAZENDA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 1879. "Autoriza a prorrogação do prazo marcado para a entrega da nova relação de escravos".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 1 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE JANEIRO DE 1880. "Declara que nem a oferta de uma quota para a libertação, nem a insuficiência da que haja sido distribuída ao município, autorizam a inversão da ordem da classificação".
N.° 71 - FAZENDA - EM 3 DE FEVEREIRO DE 1880. "Prorroga o prazo para a entrega da nova relação dos escravos existentes dentro dos limites sujeitos a taxa a que; se refere o artigo 2.° do Regulamento n.° 7536 de 1879".
N.° 12 - FAZENDA - EM 4 DE FEVEREIRO DE 1880. "Prorroga por mais trinta dias o prazo para a entrega da nova relação de escravos".
N.° 26 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRASPÚBLICAS - EM 16 DE JUNHO DE 1880. "Ordena a observância de um modelo na organização das relações a que se refere o artigo 42 do Regulamento que baixou com o Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1872".
N.° 41 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 17 DE NOVEMBRO DE 1880. "Regula o modo da substituição dos membros das Juntas classificadoras".
N.° 42 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 23 DE SETEMBRO DE 1880. "Aprova a decisão dada pela Presidência da Província de Pernambuco a dúvidas suscitadas no serviço classificação de escravos".
N.° 48 (ADITAMENTO) - FAZENDA - EM 9 DE OUTUBRO DE 1880. "A relação de escravos exigida pelo Regulamento de 15 de novembro de 1879 é relativa aos existentes nas cidades, vilas e povoações e não aos que se acham em distritos rurais".
N.° 52 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 16 DE OUTUBRO DE 1880. "Autoriza o uso de cadernos nos trabalhos da Junta classificadora de escravos".
N.° 59 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE OUTUBRO DE 1880. "Resolve dúvidas acerca da classificação de escravos".
N.° 55 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 27 DE OUTUBRO DE 1880. "A Junta classificadora deve reunir-se no dia marcado, ainda quando a quota distribuída ao município for insuficiente para a libertação de um escravo".
N.° 58 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE NOVEMBRO DE 1880. "Providência acerca da substituição do Presidente da Câmara Municipal no serviço da Junta classificadora de escravos".
N.° 63 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE DEZEMBRO DE 1880. "Declara não ficar inibido o Presidente da Câmara Municipal de servir na Junta classificadora de escravos por ter de presidir as sessões destinadas a apuração de votos e regula o modo por que deve ser substituído na Junta o mesmo funcionário quando em exercício do cargo de suplente do Juiz municipal".
N.° 68 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE DEZEMBRO DE 1880. "Anula a classificação de escravos a que se procedeu no município de Campanha, Província de Minas Gerais, já por haverem servido na Junta dois cunhados com infração do Aviso de 14 de agosto de 1816, já por ter sido inobservado o artigo 27 do Regulamento de 13 de novembro de 1872".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 6 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE JANEIRO DE 1881. "A classificação de um escravo em um ano não lhe dá direito a ser compreendido na do ano seguinte".
N.° 46 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 7 DE ABRIL DE 1881. "Declara nula a classificação de um escravo fugido".
N.° 56 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE MAIO DE 1881. "Recomenda a exclusão de dois escravos classificados como casados, e reconhecidos viúvos sem filhos".
N.° 61 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE MAIO DE 1881. "Resolve dúvidas sobre classificação de escravos" .
N.° 62 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRASNPÚBLICAS - EM 21 DE MAIO DE 1881. "Resolve dúvidas sobre classificação de escravos".
N.° 64 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – EM 31 DE MAIO DE 1881. "Resolve dúvidas acerca de classificação".
N.° 65 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 3 DE JUNHO DE 1881. "Providência sobre dificuldades trazidas à classificação e libertação de escravos por parte dos senhores destes".
N.° 71 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 11 DE JUNHO DE 1881. "Indica regras para o serviço de classificação e libertação de escravos".
N.° 13 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 14 DE JUNHO DE 1881. "O Governo tem faculdade de manter a classificação dos escravos, se ela não estiver de acordo com as prescrições legais".
N.° 16 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE JUNHO DE 1881. "O Juiz de Órfãos não conhece do merecimento de uma classificação de escravos. A doença de ausência de escravos não é motivo de preterição".
N.° 77 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE JUNHO DE 1881. "Resolve dúvidas sobre classificação de escravos".
N.° 79 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE JUNHO DE 1881. "Exceto viúva com filhos menores escravos, todos os escravos viúvos são classificados na ordem dos indivíduos. Cônjuges separados por venda antes da Lei de 15 de setembro de 1869 não perdem direito a classificação".
N.° 85 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1881. "Escravo classificado num município e transferido para outro não perde o direito a alforria no primeiro".
N.° 86 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1881. "Resolve sobre classificação de escravos mudados de município".
N.° 87 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1881. "Filhos menores havidos antes do casamento de mãe escrava devem ser classificados com esta e seu cônjuge na mesma ordem e número de preferência".
N.° 88 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1881. "Resolve dúvidas sobre classificação de escravos".
N.° 95 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE JULHO DE 1881. "Dá várias indicações relativamente ao serviço de classificação de escravos".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 98 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE AGOSTO DE 1881. "A ilegitimidade da filiação materna não exclui da ordem das famílias os filhos escravos menores".
N.° 99 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE AGOSTO DE 1881. "Não há recurso da decisão do Juiz de Órfãos sobre classificação de escravos, mas o Presidente da Província pode mandar reformar a classificação, para o fim de fazer observar formalidades substanciais desse processo administrativo".
N.° 100 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE AGOSTO DE 1881. "Não subsiste a classificação feita na ordem e indicação de cônjuges com filhos escravos para o efeito de alforriar ao viúvo e filhos, verificando-se que a cônjuge faleceu antes da classificação".
N.° 101 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE AGOSTO DE 1881. "Reitera decisões acerca da classificação de escravos e acrescenta que a maior importância de pecúlio determina prelação de escravos nas mesmas condições".
N.° 102 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE AGOSTO DE 1881. "Resolve dúvida relativa à classificação de escravos e indenização da alforria".
N.° 103 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE AGOSTO DE 1881. "Trata da classificação de escravos viúvos e de escravos casados com pessoas livres e do efeito do pecúlio na classificação".
N.° 105 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE AGOSTO DE 1881. "As circunstâncias do artigo 27 do Regulamento de 13 de novembro de 1872 só determinam preferência na mesma ordem e indicação dos classificados".
N.° 112 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 4 DE OUTUBRO DE 1881. "Livros e papéis concernentes aos trabalhos da Junta classificadora de escravos recolhem-se oportunamente ao arquivo da Câmara Municipal respectiva".
N.° 116 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE OUTUBRO DE 1881. "Dá provimento a uma petição de recurso por inversão da ordem numérica da classificação de escravos".
N.° 120 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 29 DE OUTUBRO DE 1881. "Filhos menores escravos têm a mesma classificação dos cônjuges seus pais ou da mãe solteira ou viúva".
N.° 106 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM 12 DE SETEMBRO DE 1881. "Esperança de alforria por testamento não tira ao escravo o direito à classificação".
N.° 124 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE DEZEMBRO DE 1881. "Providência acerca do serviço de matrícula e classificação de escravos em dois municípios regidos por uma só Coletoria".
N.° 8 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 29 DE MAIO DE 1882. "Resolve dúvidas sobre classificação e libertação de escravos". N.° l0 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE JUNHO DE 1882. "Resolve dúvidas sobre classificação e libertação de escravos". N.° 13 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – EM 23

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

DE AGOSTO DE 1882. "Declara que a Junta classificadora não pode decidir de reclamações sobre classificação terminada".
N.° 17 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 14 DE NOVEMBRO DE 1882. "Trata da classificação de escravos menores".
N.° 18 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE NOVEMBRO DE 1882. "Resolve dúvidas sobre classificação de escravos".
N.° 21 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE DEZEMBRO DE 1882. "Manda manter a classificação de um escravo, cuja mulher, de condição livre, faleceu depois dele classificado".
N.° 24 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 29 DE DEZEMBRO DE 1882. "Resolve dúvidas sobre classificação de escravos".
N.° 6 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – EM 5 DE JANEIRO DE 1883. "Sobre alienação e remoção de escravos, pendente o processo de classificação e arbitramento".
N.° 15 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE JANEIRO DE 1883. "Recomenda às Juntas classificadoras de escravos, Juízo de órfãos e repartições e agentes fiscais a observância de certas regras".
N.° 41 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 28 DE FEVEREIRO DE 1883. "Resolve uma consulta da Junta classificadora de escravos de Cantagalo".
N.° 48 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE MAIO DE 1883. "Resolve uma consulta da Junta classificadora de Goiana".
AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 7 DE JUNHO DE 1883. "Resolve uma consulta acerca de classificação de escravos e confirma o Aviso de 24 de novembro de 1882.
N.° 71 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE JUNHO DE 1883. "Providência acerca do abuso que se dá de casarem escravos durante os trabalhos das Juntas classificadora, a fim de forçar a preferência".
N.° 82 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE JULHO DE 1883. "Sendo irmãos o Promotor Público e o Coletor de rendas, não podem servir na mesma Junta de classificação".
N.° 93 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE AGOSTO DE 1883. "Resolve uma questão de classificação de escravos".
N.° 111 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE NOVEMBRO DE 1883. "Resolve uma dúvida acerca de escravos não adjudicados em partilha e classificados para a alforria por conta do fundo de emancipação".
N.° 114 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE NOVEMBRO DE 1883. "A classificação de um escravo, não libertado por deficiência da quota, não se pode supor subsistente no ano seguinte".
N.° 116 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 11 DE DEZEMBRO DE 1883. "Classificado o escravo, e iniciado o processo de arbitramento, fica o senhor inibido de inovar-lhe a condição".
N.° 71 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE JUNHO DE 1885. "Aprova a solução dada pela Presidência de Santa Catarina à consulta da Junta classificadora de escravos do município de Laguna".

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

N.° 83 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE JULHO DE 1885. "Havendo dúvida sobre a existência de ascendentes ou descendentes de um escravo classificado, a avaliação deste é provisória".
N.° 119 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE DEZEMBRO DE 1886. "Resolve dúvidas sobre classificação de escravos".
N.° 8 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 1 DE MARÇO DE 1881. "Declara que, havendo dúvida sobre o estado de qualquer escravo classificado, o juiz de Órfãos pode exigir a certidão de casamento".
N.° 18 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE SETEMBRO DE 1881. "Resolve dúvidas sobre classificação e avaliação de escravos".

Libertação de Escravizados - Leis, Decretos e Regulamentos

LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831. "Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos".
DECRETO N.° 30 - DE 11 DE AGOSTO DE 1837: "Autorizando o Tutor de Sua Majestade Imperial a conceder alforria graciosa aos quatro escravos que carregaram o Mesmo Augusto Senhor em cadeirinha na sua convalescência".
DECRETO N.° 1303 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 1853. "Declara que os africanos livres cujos serviços foram arrematados por particulares, ficam emancipados depois de quatorze anos, quando o requeiram, e providencia sobre o destino dos mesmos africanos".
DECRETO N.° 3310 - DE SETEMBRO DE 1864. "Concede emancipação a todos os africanos livres existentes no Império".
LEI N.° 2040 - DE 28 DE SETEMBRO DE 1871. "Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos".
DECRETO N.° 5135 - DE 13 DE NOVEMBRO DE 1872. "Aprova o regulamento geral para a execução da Lei n.° 2040 de 28 de setembro de 1871".
DECRETO N.° 6341 - EM 20 DE SETEMBRO DE 1876. "Altera algumas disposições do Regulamento aprovado pelo Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1871".
DECRETO N.° 8020 - AGRICULTURA, - EM 26 DE FEVEREIRO DE 1881. "Revoga a última parte do artigo 39 do Regulamento que baixou com o Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1872".
LEI N° 3270 DE 28 DE SETEMBRO DE 1885. "Regula a extinção gradual do elemento servil".
DECRETO N.° 9602 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JULHO DE 1886. "Aprova o Regulamento para a execução dos artigos 3 e 4 da Lei n.° 3210 de 28 de setembro de 1885".
LEI N.° 3353 - DE 13 DE MAIO DE 1888 (AGRICULTURA). "Declara extinta a escravidão no Brasil".

Conclusão

Por hora concluímos nossa compilação, porém a conclusão deste trabalho não esgota a legislação referente aos escravizados, muito ainda há sobre a questão, mas buscaremos trazer tais conhecimentos em uma segunda parte desta obra.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Desejamos que este trabalho possa contribuir para o conhecimento legal das legislações escravistas à nova geração que nos dias atuais se preocupam em manter viva a chama da história legal escravista do Brasil.

Referências

ALMEIDA, Cândido Mendes de et al. **Codigo Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I, v. 14, p. 638-639, 1870.

BANDECCHI, Brasil. **Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil**. Revista de História. São Paulo, ano XXIII, v. 44, n. 89, p. 206-213, 1972.

CHIGNOLI, Daniel Nogueira. **Legislação sobre escravidão no Reino e na América portuguesa.** Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 114, p. 349-362, 2019.
Re-escravização, Direitos e Justiças no Brasil do ... – ANPUH https://anpuh.org.br › uploads › anais-simposios › pdf . Acesso em 16/03/2022

LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa.** Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000

MENDES, Cândido. **Codigo Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal**. Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino https://ahu.dglab.gov.pt/. Acesso em 23/07/2022
Re-escravização, Direitos e Justiças no Brasil do ... – ANPUH https://anpuh.org.br › uploads › anais-simposios › pdf . Acesso em 16/03/2022

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

OS BRAÇOS NACIONAIS: INSERÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS NO SURTO INDUSTRIAL PAULISTANO (1872 – 1890)

Leonardo de Sá Miranda[1]

A presente comunicação tem como objetivo apresentar a análise realizada na dissertação de mestrado sobre a inserção dos trabalhadores nacionais brasileiros, em especial os nacionais livres, entre os anos de 1872 a 1890, no bojo das transformações econômico-sociais vistas na cidade de São Paulo, resultado do surto industrial paulistano do período, cuja consequência foi a formação do mercado de trabalho no qual a coação do trabalho ao capital em seus variados estágios e o consequente disciplinamento dessa força foi a regra.

No primeiro momento, a disposição era pesquisar em documentação orgânica produzida nas manufaturas e artesanais do período, bem como em empresas concessionárias de serviço público.

Para tanto, era necessário reconstituir séries documentais como folhas de controle de ponto, relatórios de supervisores, multas disciplinares, manuais de protocolo de operações de máquinas, etc.

O que não foi possível para o período em questão, pois, com exceções, as empresas não prezam por dar acesso aos seus arquivos e, ainda mais, de forma proativa, divulgarem a documentação que possuem ou seguirem normas de gestão documental, deixando seus acervos, muitas vezes, em estado calamitoso.

Além disso, nos processos de aquisição, fusão ou falência empresarial, não se dava a devida importância à massa documental das empresas, por aqueles que deveriam ser responsáveis por sua guarda ou custódia.

Outro ponto é o fato de que os estabelecimentos eram de pequeno porte de uma a dez pessoas empregadas ou um a dois oficiais cujo atendimento servia às demandas de uma população em crescimento, porém ainda pequena em comparação ao resto da província. O que, possivelmente, acarretava em uma parca produção documental pela baixa complexidade na organização e divisão do trabalho.

A saída deu-se com a utilização de documentação produzida pelo poder público, como os censos populacionais de 1872, 1886 e 1890 para quantificação da população e as comunicações da Câmara Municipal por ser esta a instituição política decisória mais próxima desta população, além de caber a ela atribuições de ordenamento do espaço público, privado e parte do controle social necessário à organização do mercado de trabalho.

Aqui vale um parênteses, esta documentação está organizada em unidades de arquivamento chamados Papéis Avulsos. Estes são 2.058 volumes encadernados que abarcam o período de 1710 a 1909. Cada volume possui cerca de 200 itens documentais encadernados por ordem de data e, quando possível, por natureza de assuntos.

O primeiro plano proposto para organização dos documentos da Câmara foi apresentado pelo arquivista Francisco Ignacio Xavier de Assis Moura em de 7 de novembro de 1881. Nesse instrumento, que abrange o período que vai do século XVI ao XIX, são estabelecidas

[1] Diretor do Arquivo Público Municipal de São Caetano do Sul. Mestre no Programa de Pós Graduação História Econômica - Universidade de São Paulo. Correio eletrônico para contato: leomiranda03@gmail.com

cinco grandes seções. Em seguida, são identificadas as classes de documentos, dentre as quais aparecem listadas as *atas e mais papeis avulsos.*
Havia também, na seção Histórica, a classe de ofícios, requerimentos, pareceres e expedientes das seções da Câmara. Eram essas, portanto, as origens da rubrica *papeis avulsos*.
Observa-se aqui que, com a complexificação das estruturas e funções do poder público, a produção e o acúmulo de documentos e mais especificamente, da informação, demandava a aplicação de sistemas classificatórios próximos aos usados nas ciências econômicas, nas ciências forenses e até nas ciências biológicas, pois já se entendia a necessidade de organização desta documentação a fim de dar maior racionalidade às decisões político-administrativas.
Expõe--se isto como referencial de como os pesquisadores das ciências humanas em geral e da História em particular devem participar da constituição de teorias e metodologias de tratamento da informação (suas tipologias, fluxos, repositórios, etc.), dada a natureza de sua expertise.
Em complemento, utilizou-se parte dos jornais do movimento operário paulistano no início da 1a República para verificar de forma retrospectiva como o trabalhador nacional era retratado, bem como se havia referência de organização dos trabalhadores nacionais, especificamente em São Paulo, no período imperial.
Para atender aos objetivos propostos, foi analisada a forma como se deu o crescimento do espaço urbano sobre o espaço rural no município de São Paulo com a expansão de oferecimento de serviços públicos característicos da urbe, bem como o aumento de artesanias e manufaturas que produziam mercadorias para o mercado interno, consequência do atendimento à demanda do complexo cafeeiro-ferroviário.
No bojo dessa dinâmica, observou-se a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre por meio de legislações federais, provinciais e municipais sendo estendido, no âmbito econômico, mecanismos de disciplinamento e coação do trabalhador nacional, especificamente, e do trabalhador em geral com a expansão do assalariamento ou pagamento por prestação de serviços e peças produzidas.
Assim como, observou-se o início da transição do trabalho tipicamente rural para o trabalho urbano que motivaram alterações nas relações de trabalho, bem como na forma de identidade e organização dos trabalhadores.
No mundo urbano, os livres e escravizados nacionais viviam majoritariamente do trabalho intermitente, itinerante, informal, bem como da indústria familiar e manufaturas, não totalmente subsumidos ao modo de produção capitalista.
Exceções demonstradas eram as concessões públicas de água e esgoto, ferrocarril e estradas de ferro, limpeza urbana e outros serviços que demandavam a concentração considerável de trabalhadores para a consecução de uma determinada tarefa.
Foram necessárias, portanto, coações extra econômicas para obrigar estes trabalhadores a se submeterem ao mercado de trabalho. Dentre elas estavam os cercamentos de terras públicas utilizadas para a reprodução do trabalho e da vida e a fiscalização do asseio do trabalhador dentro das moradias e no espaço público, justificada por medidas sanitárias então preconizadas pela ciência para o controle de doenças epidêmicas.
A coação realizava-se, portanto, no espaço público e privado por meio de instituições modelares, como a polícia e a própria Câmara Municipal, em constantes mudanças para

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

atender às necessidades de controle das condutas com códigos de leis, o uso da violência ou da persuasão.

Para além do fato da diminuição da quantidade de escravizados disponíveis para uso na produção voltada ao mercado externo, tornando a escravidão não rentável, a mudança do trabalho escravo para o livre estava ligado ao ideário de modernidade alinhado aos preceitos positivistas europeus preconizado por parte da elite paulistana que via a necessidade de se integrar ao mundo moderno em vias de dominação do modo de produção capitalista no qual o trabalho livre era a regra, necessitando, portanto, de realizar a abolição do trabalho escravo, porém submeter os trabalhadores livres a exploração de sua força de trabalho a um preço limite de subsistência para a acumulação de capital.

Nesse sentido, se fazia necessário o preenchimento do mercado de trabalho em formação. Para tanto, optou-se pela importação de mão de obra europeia justificando a escolha pela experiência e disciplina desta a este modo de produção e seu ideário de progresso material e espiritual em contraposição a mão de obra nacional caracterizada como apática, submissa, resignada e não preparada para as novas técnicas decorrentes deste modo de produção.

A partir da análise da documentação, refuta-se a posição de submissão, apatia e resignação do trabalhador nacional como um atributo psicossocial e socio-cultural gerado pela nossa raíz escravocrata frente a sociedade competitiva como era a sociedade paulistana já naquele momento.

Assim como refuta-se que os trabalhadores imigrantes seriam adaptados às necessidades de produção cooperada em larga escala nas fazendas de café do interior paulista e nas manufaturas e grandes empresas de serviços públicos em vias de formação no período.

Excetuando os africanos livres, estes imigrantes majoritariamente europeus eram camponeses ou artesãos expropriados em países que já realizaram a revolução industrial, estavam em vias de ou sem processo de industrialização, sendo, portanto, em parte, já marginalizados em seus países de origem, tornando irreal o ideário de que estes estavam disciplinados à rigidez produtiva da grande indústria (urbana ou agrária).

Parte destes se instalaram na cidade, principalmente em meados da década de 1880, como donos ou chefes de manufaturas, ou na área de comércio e serviços, demonstrando que, para parte deles, o sentido de imigração era a acumulação de pecúlio, o "fazer a América".

É possível afirmar, então, que os trabalhadores nacionais livres foram afastados violentamente de seus meios de vida e, consequentemente, marginalizados a fim de dependerem da venda de força de trabalho para sua reprodução. Necessário, como dito, para o rebaixamento dos salários num mercado de trabalho em formação que sustentasse a acumulação de capital de forma análoga ao que ocorria com o capital escravista.

No contexto do espaço urbano, tal processo ocorreu com conflitos entre o poder público e a população das freguesias e bairros, entre proprietários e trabalhadores, bem como no seio dos trabalhadores, onde a clivagem nacional assumia aspectos de alteridade (diferenciação) para a manutenção de parcos privilégios de ambos os lados.

Exemplo encontra-se no requerimento elaborado em 1873 por Luís Gama para defesa das quitandeiras pretas livres vendedoras de verduras, parte delas possivelmente africanas. A disputa encontrava-se em relação à proibição de comercializarem nos tabuleiros ao longo das

ruas da casinha ou do palácio, em detrimento das portuguesas "que têm alguns bens de fortuna, alugaram corredores de prédios e deixaram-se ficar na mesma rua"[2]
Requereu "hum logar gratuito para todos, e unico, em que seja permittido reunirem-se as quitandeiras, salvo o direito de venderem pelas ruas, em passeyo, ou em suas casas...". A Câmara aceitou o direito de venderem pelas ruas e dentro da praça do mercado.
Observa-se aqui a requisição de igualdade de direito por espaços de comercialização entre as quitandeiras genericamente denominadas pretas e as imigrantes portuguesas, visto que ambos os grupos possuíam a condição de livres. Eram passíveis de competirem igualmente no mercado, o que denota conflitos étnicos nos espaços de trabalho dentro de uma cidade em expansão.
Em categoria relacionada aos transportes que demandava o fim do registro de matrícula, os condutores de bonde, observa-se a aproximação em relação à identidade de classe.
Após o chefe de polícia afirmar ao gerente da Companhia de Carris de Ferro de São Paulo o apoio necessário para a realização da matrícula de seus cocheiros, conforme demonstra o excerto:

> ...O público não ficará sujeito, como tem estado à impericia dos cocheiros, não cessando as reclamações, e justas, contra o modo porque são conduzidos os carros a Companhia encontrará na polícia todo o auxílio que precizar para manter a disciplina no seio pessoal, por quanto a matrícula, uma vez concedida, será cassada até três mezes, quando o cocheiro for negligente, insolente com os passageiros ou dado a embriaguez, quando fizer qualquer offensa por imperícia, quando causar danno em qualquer outro vehículo, sem privar que procurou por todos os meios evital-o (artigo 203 do Código de Posturas)...[3]

Estes realizaram uma paralisação, chamada pelo gerente da companhia de greve, além de reclamarem junto aos jornais da cidade a exclusão do Art 3º do Capítulo II das posturas municipais, pelo qual "Nenhum conductor de Bond será admittido ao serviço respectivo, sem que seja matriculado na repartição da Polícia, e obtenha para isso licença da Camara."[4]
Além disso, apresentaram petição à Câmara com 35 assinaturas, na qual alegavam que

> Esta disposição é por demais severa e não encontram fundamento nos princípios de equidade e justiça que devem caracterisar todos os actos da Administração Pública, porquanto, em primeiro lugar os Conductores de bond são meros recebedores da importância da passagem, nada tem a vêr com a tracção dos carros, serviço este que

[2] Papéis encadernados da Câmara Municipal nº 274. fls.140-141. FCMSP, AHM-SP. O próprio Luís Gama era filho de quitandeira africana livre. Foi escravizado ilegalmente, libertando-se juridicamente. Foi precursor do movimento abolicionista em formação na década de 1870, além de outras grandes contribuições à sociedade brasileira. Sua popularidade era tanta que em seu funeral, conforme relato do administrador do cemitério, houve danos à sepultura por conta da procissão cívica de 26 de agosto de 1883, em homenagem à sua morte. Papéis encadernados da Câmara Municipal nº412. fls. 89-90. FCMSP, AHM-SP.
[3] Papéis encadernados da Câmara Municipal nº362. fls.149-152. FCMSP, AHM-SP. Não realizada até 15 de fevereiro de 1881.
[4] Papéis encadernados da Câmara Municipal nº371. fls. 81-83 FCMSP, AHM-SP e Papéis encadernados da Câmara Municipal nº370. fls. 74-79. FCMSP, AHM-SP.

> está a cargo dos cocheiros; em segundo lugar, as classes dos conductores de bond pelo regulamento da companhia já está muito onerada, sendo que a menor falta commettida é passada com uma multa ou no caso de reencidência com a perda de lugar.[5]

Outro ponto era a suspensão do Artº 6, a saber: "a matrícula poderá ser cassada pelo Chefe de polícia, feito aviso a Camara, quando o conductor de bond fôr negligente, dado a embriaguez, ou insolente com os passageiros.".[6]
Expunham que,

> ...porquanto qualquer dessas faltas ahi apontadas não só é punida severamente pelo citado regulamento da companhia, como ainda, no caso da violência da parte de um conductor para com um passageiro, põe aquelle a mercê de qualquer individuo que possa ser seu enemigo e por vingança queixe-se de uma insolência que de facto não exista. Desse modo ninguem quererá ser conductor de bond, porque alem das disposições severissimas do regulamento que rege essa classe, alem da insufficiencia de ordenado que percebem, ainda ficão suspeitos a perder o emprego, ou quando menos a ficarem suspensos por alguns dias, tudo isso por algum motivo que na maior parte das vezes pode ser futil e consequentemente não merecer uma punição severa.[7]

Além disso, atestavam que

> a classe dos conductores de bond é pobre, tendo grande parte delles de sustentar mulher e filhos somente com o minguado ordenado que ganhão, que na maior parte das vezes não chega para as despezas domésticas, e sobrecarregá-los ainda com as penas impostas pela postura de que se tracta é falta de equidade com visos de perseguição. [...] que são cidadãos como outros quaisquer, que com seu trabalho honrado e muitissimo penoso nenhum mal fazem à Sociedade, pelo contrário, concorrem com as suas forças, se bem que limitadas, para o progresso e engrandecimento da civilisação actual.[8]

Evidencia-se, primeiramente, o fato de que esta era uma profissão disciplinada por leis públicas, como as posturas municipais, assim como por regulamentos elaborados pelas empresas que previam punição pecuniária, multa e demissão.
Portanto, era uma profissão de trabalhadores livres especializados que estavam sujeitos aos parâmetros de coação ao trabalho característico do assalariamento, bem como de coações extraeconômicas (as legislações) características deste período de transição.
Segundo, por serem assalariados, parte da argumentação centrava-se na lei de oferta e procura inerente ao mercado de trabalho, pois identificavam a insuficiência do salário pago

[5] Papéis encadernados da Câmara Municipal nº370. fls. 74-79. FCMSP, AHM-SP A maior parte das assinaturas eram de om nomes e sobrenomes portugueses.
[6] Papéis encadernados da Câmara Municipal nº370. fls. 74-79. FCMSP, AHM-SP.
[7] Papéis encadernados da Câmara Municipal nº370. fls. 74-79. FCMSP, AHM-SP.
[8] Papéis encadernados da Câmara Municipal nº370. fls. 74-79. FCMSP, AHM-SP.

como fator de inviabilidade do aumento de profissionais na área, caso se mantivesse o pagamento da matrícula exigida por lei.
Importante ressaltar que esta era uma categoria restrita na época da representação, expandindo-se posteriormente com o aumento da quantidade de companhias de bondes na cidade, a partir do fim do monopólio da Companhia de Carris de Ferro de São Paulo.
Por estes motivos, a forma de organização era diferente. Havia o recorte de classe na identificação profissional, além de serem constituídos de direitos individuais – cidadania - como argumento para isenção da matrícula requerida.
Em março de 1882, a Câmara expôs que os condutores fariam a reclamação à Assembleia Provincial, porém esta representação, bem como a anterior, não surtiu efeito em ambos os poderes.
No bojo da transição do trabalho escravo ao livre na cidade de São Paulo, uma das profissões objeto de controle e coerção do poder público, especificamente da polícia, que exigia regulamentação de contratos de trabalho na época, eram as amas de leite.
No ofício de solicitação de postura municipal do chefe de polícia Manoel Gomes de Araujo, de 1886, salientava-se

> a necessidade, desde já, serem regulados os contratos entre os patrões e as criadas e amas de leite, e as obrigações d'estes para com aquelles e vice-versa, principalmente antes que, pela transição completa do trabalho escravo para o livre appareçam difficuldades, que talves não possam ser finalmente superadas; por isto, autorisado pelo § 5º do artigo 4º da Lei de 3 de dezembro de 1841, tenho a honra de apresentar e propor a Vossa Senhoria, no documento junto, as medidas que entendo convenientes à respeito, a fim de que Vossa Senhoria se dignem de convertel-as em posturas[9]

Por conta desta requisição, foi feita a resolução nº 62, de 21 de abril de 1886, na Assembleia Provincial, a qual promulgava posturas municipais normatizando os serviços daqueles designados como criados.
No artigo 1º, determinava-se o que eram criados de servir:

> Art. 1.º - Criado de servir, no sentido desta postura, é toda a pessôa de condição livre, que mediante salario convencionado, tiver ou quiser ter occupação de moço de hotel, hospedaria ou casa de pasto, do cosinheiro, engommadeira, copeiro, cocheiro, hortelão, de ama de leite, ama secca ou costureira, e em geral a de qualquer serviço doméstico.[10]

[9] Papéis encadernados da Câmara Municipal nº. 465. fls. 101-102. FCMSP, AHM-SP. A referida lei era a 261, de 3 de dezembro de 1841, que reformava o Código do Processo Criminal. Seu artigo 4º, § 5º permitia ao chefe de polícia "Examinar se as Camaras Municipaes tem providenciado sobre os objectos do Policia, que por Lei se achão a seu cargo, representando-lhes com civilidade as medidas que entenderem convenientes, para que se convertão em Posturas, e usando do recurso do art. 73 da Lei do 1º de Outubro de 1828, quando não forem attendidos.". Não há despacho da Câmara, bem como o documento anexado citado.
[10] Resolução nº 62, de 21 de abril de 1886. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-62-21.04.1886.html> Acesso em 20 de maio de 2021.

O próprio termo utilizado evidencia a continuidade do patriarcalismo escravocrata na regulamentação de atividades exercidas majoritariamente por livres nacionais, libertos e, por que não, escravizados, apesar destes não estarem inclusos na resolução, pois seus contratos de prestação de serviços eram feitos pelos seus senhores.

Nos demais artigos, imputava-se à secretaria de polícia, bem como à Câmara Municipal, o controle destes trabalhadores livres, já que para exercer a profissão era necessário ser registrado em livro naquela repartição, na qual se fazia "a declaração, do nome, sexo, idade, naturalidade, filiação, côr, estado, classe de occupação e mais característicos que possam de futuro servir de base á prova de sua identidade."[11]

O contrato de trabalho era registrado na mesma secretaria, pois a fiscalização de seu cumprimento era responsabilidade desta, assim como o comportamento do criado deveria ser certificado, já que o ateste à disciplina e à boa execução das tarefas dos trabalhadores livres e libertos era imprescindível ao controle estatal no mercado de trabalho em formação.[12]

Especificamente sobre as amas de leite, expressão deste patriarcalismo (a amamentação era delegada às amas de leite pelas mães brancas), uma série de exigências sanitárias ligadas à racionalidade higienista da época eram necessárias para a autorização de seu serviço.

Por exemplo, o exame médico para atestar o estado de saúde[13], a limitação de crianças amamentadas[14], além da ausência de vícios e doenças que prejudicassem a criança[15].

Observa-se que amas de leite, em sua maioria mulheres negras escravizadas, libertas e livres, foram objetos do poder coercitivo do Estado para que adentrassem ao mercado de trabalho em formação de maneira disciplinada e ordenada juridicamente, evitando o desaparecimento de sua profissão e possíveis rebeliões.

[11] Resolução nº 62, de 21 de abril de 1886. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-62-21.04.1886.html> Acesso em 20 de maio de 2021.

[12] Ibidem, "Artº 8. Aquelle qua tomar a seu serviço um criado, deverá escrever ou mandar escrever (não sabendo ou não podendo) na caderneta, o seu contracto, que mandará dentro de 24 horas transcrever no livro dos certificados que haverá na secretaria da policia; e quando sahir o criado deverá o a mandará certificar (não sabendo ou não podendo escrever) na mesma caderneta o motivo da sahida, e o comportamento do criado emquanto o servia. O infractor pagará a multa de vinte mil réis pela infracção de qualquer destas obrigações." e "Artº9 - A mesma multa acima está sujeito aquelle que negar-se a certificar o comportamento do criado, ou o que por dól-o não certificar a verdade".

[13] Ibdem, "Artº 17 – A mulher que quizer empregar-se como ama de leite é obrigada, alem do que está estabelecido nestas posturas a respeito dos criados em geral; a sujeitar-se na secretaria da policia a um exame pelo medico da câmara municipal, o qual declarará na caderneta o estado de saúde com que ella se achar. Será este exame repetido todas as vezes que o patrão o exigir, e sem essa exigência, de 30 em 30 dias, sob pena de lhe ser cassada a caderneta." e "Artº 20 – Não poderá ser empregada como ama de leite a mulher, cujas condições de saúde, à juízo do dito medico, não lha permittirem a amamentação, sem prejuízo reconhecido para si, ou para a criança. A infractora pagará a multa de trinta mil reis, além de oito dias de prisão.".

[14] Ibidem, "Artº 19 – As amas de leite não se poderão encarregar da amamentação de mais de uma criança, sob pena de vinte mil réis de multa e cinco dias de prisão."

[15] Ibidem, "Artº 18 – A ama de leite, além das causas declaradas no artigo 14, poderá abandonar a casa do patrão, quando da amamentação lhe possa provir, ou já tenha provindo alguma enfermidade; por causa de sua constituição physica, ou por moléstia transmissível da criança tudo a juízo do medico da câmara." e "Artº 21 – A ama de leite poderá ser despedida, sem as formalidades do artigo 16, quando tiver vicios que possam prejudicar a criança, ou quando tiver falta de leite, ou for este de má qualidade; ou ainda quando não tratar com zelo e carinho à criança, ou finalmente quando fizer esta ingerir substancias nocivas à saúde."

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Isto porque, na capital de São Paulo, mulheres escravas pertenciam a pequenos planteis e, com algumas exceções, quando estavam na fase lactante eram vendidas ou alugadas, como amas de leite, muitas vezes sendo separadas abruptamente de seus filhos, estes colocados na Roda de Enjeitados. Revoltadas, essas mulheres descarregavam seu ressentimento sobre as crianças, o que lhes conferiu a visão de mulheres vingativas e mercenárias. Tal situação não demorou a despertar antigos preconceitos sobre as escravas negras, reforçado pelo discurso médico sanitarista, que rebaixava as amas de leite à condição de "viciosas", e as recomendações médicas eram de substituir pelo leite de mulheres brancas ou por alimentos lácteos industrializados.[16]

Portanto, os trabalhadores nacionais encontravam-se ora em conflito com imigrantes, com o poder público, com os proprietários e consigo próprios, dependendo da clivagem assumida, ora alinhados em pautas específicas de defesa de direitos e privilégios, como o uso das várzeas dos rios ou a regulação da atividade laboral por parte do poder constituído, no caso a Câmara Municipal, dependendo do locus de produção, circulação e distribuição em que se encontravam.

Se estivessem "calados", tal como se aparenta, era o silenciamento feito à força necessário à realização do ideário de modernidade da sociedade bem como uma possível estratégia de sobrevivência.

Aquele retrato de submissão, apatia e resignação reproduzida em parte do movimento operário para explicar a não participação de trabalhadores nacionais nas lutas alinhadas às perspectivas socialistas, comunistas e anarquistas coadunava com a posição da elite nacional que a utilizava para justificar o preenchimento do mercado de trabalho com a imigração subvencionada de trabalhadores europeus.

Posição esta que parmanecera em parte do movimento operário do século XX. Fato este refutado pelos exemplos de associações dos trabalhadores para defesa de direitos e privilégios frente às coações e repressões características do sistema capitalista e seu mercado de trabalho.

Em relação ao alto número de trabalhadores nacionais domésticos, na área têxtil e de lavradores, bem como de nacionais classificados sem profissão no censo de 1872, a sazonalidade dos postos de trabalho era a regra, sendo o pagamento por peça produzida nas manufaturas e artesanias, bem como na indústria familiar independente prática corrente, como exposto anteriormente.

O assalariamento era específico de setores vinculados aos serviços públicos, à grandes manufaturas ou ligados ao complexo cafeeiro, quando os mercados assim possibilitaram o que ocasionava a dificuldade de especialização da mão de obra.

Outra razão plausível era a omissão da profissão para não pagamento de impostos ou até para evitar a estigmatização social sendo profissionais de áreas contrárias a moral e os bons costumes ou profissões cuja imagem e identidade popular atribuída estava ligada a escravidão.

Nesse sentido, haveria a possibilidade de constituição do mercado de trabalho assalariado com o exército de reserva prévio e elástico existente no campo e na cidade composto por trabalhadores nacionais, naquele momento histórico, mas sem o rebaixamento de salário necessário à acumulação.

[16] SILVA, Robson Roberto. A presença das amas de leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. Revista Antiteses. Londrina. 2016.

Porém, preferiu-se inversões de capitais no comércio e em bens imóveis, num momento de expansão da população no espaço urbano, ao invés de inversões em bens de produção e consumo, numa cidade construída como palco de relações de troca e portanto, valorada como mercadoria, assim como a população que a compõe.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

ESCRAVIDÃO E LITERATURA NO BRASIL, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, SOB O OLHAR DE MACHADO DE ASSIS

Paulo Sérgio de Proença[1]

Introdução

Na segunda metade do século XIX foi extinta a escravidão, pelo menos sob o ponto de vista jurídico, na maior parte dos países em que ela existia, sendo que o Brasil foi o último país a abolir esse hediondo regime, em maio de 1888.
Nesse mesmo período, Machado de Assis produziu sua portentosa obra, escrevendo em diversos gêneros, de crítica literária a romances. Seria possível não ter retratado as relações econômicas, sociais e simbólicas então vigentes no regime servil?
Elemento complicador é a condição étnica de Machado, bisneto de escravos, fato que por muito tempo foi ignorado ou minimizado, na hipótese de que não poderia haver compatibilidade entre genialidade literária e a condição negra. Por isso, o escritor foi visto e interpretado como branco e isso prevaleceu por muito tempo na tradição crítica posterior. O resultado é que muitos ainda defendem a ideia de que Machado teria sido omisso quanto à escravidão e insensível à causa de escravizados – tudo por causa da sua condição étnica!
A pergunta não cala: Machado de Assis foi omisso quanto à escravidão? Foi insensível ao sofrimento que a escravidão impôs a negras e negros, pela violência perversa do sistema? Propõem-se aqui respostas a essas perguntas, na expectativa de que atuação como servidor público e a obra de Machado possam oferecer robusta convicção.

A condição étnica, a recepção crítica e a leitura de sua obra

É curioso que a discussão sobre se o escritor brasileiro era negro ou branco ainda arrebata acaloradas discussões. É que no Brasil, ainda hoje, infelizmente, ser branco ou preto interfere no destino de cada pessoa. A escravidão, que teve duração de quase quatro séculos, criou um legado muito negativo – não só para negros – que está longe de ser superado. Negros, aqui, são animalizados, demonizados, humilhados. E isso vem de longe, dos tempos da escravidão, em que se considerava o negro não civilizado e, portanto, inferior em termos cognitivos.
Biógrafos, ainda que alguns de forma tímida e parcial, fizeram referência à cor da pele de Machado de Assis, O francês Jean-Michel Massa, no começo dos anos 1960 escreveu bojuda biografia sobre a juventude de Machado, republicada em 2008, por ocasião do centenário da morte do escritor carioca; Massa apresenta a ascendência étnica do biografado, na seção intitulada "Machado de Assis, um mulato" (MASSA, 2008, p. 54), traçando, inclusive, sua

[1] Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo, Professor-Adjunto na Unilab-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês-BA, Brasil. E-mail: pproenca@unilab.edu.br.

árvore genealógica ascendente até a quarta geração; pela linhagem paterna, Machado era bisneto de escravizados. O pai de Machado é filho de pardo e parda[2].
Massa registra que Machado tinha traços negroides e, ao enfatizar as características físicas do autor, assume que foi mitigado o tom de melanina de seu corpo:

> Seu branqueamento, que se acentuou ao longo dos anos, foi também consequência de seu progresso social, mas é preciso notar que, desde seu nascimento, ele se pôs em direção ao bom caminho[3]. Parece útil insistir nesta adequação, a fim de conduzir a suas justas proporções o "milagre" que representa Machado de Assis (MASSA, 2008, p. 55-56).

Esse pesquisador reconhece que o espaço social por Machado ocupado não era próprio de um negro; contudo, segundo a lógica vigente, se ele circulava em tal espaço, não era negro, embora tivesse a pele escura (o que deveria ser acidental: um "preto de alma branca").
Massa pergunta se Machado se achava preto ou branco. Não consta que o Bruxo do Cosme Velho tivesse tratado dessa questão, nesses termos (o que se pode inferir deriva de seus escritos). O pesquisador francês acha que isso não tem importância diante da grandeza da obra que nos foi legada. Contudo, estamos diante de questão em aberto e sempre rediscutida. Importa, sim, saber se ele foi branco ou negro, dada a permanência de acentuado preconceito de cor contra os negros no Brasil e à tendência de apagar a grandeza de homens negros e mulheres negras que aqui sempre vingou. Assim ele se manifesta (MASSA, 2008, p. 57):

> Machado de Assis, como muitos brasileiros, não é nem um homem de cor, nem *stricto sensu*, um homem branco. A crítica exagerou a influência deste fator, mas convém não suprimi-lo de uma maneira drástica, O escritor não ignorava que se achava na confluência de duas raças mas no Brasil, mais do que em qualquer outra parte, a condição e o gênero de vida definem a participação efetiva a um grupo social.

No Brasil, deve-se lembrar, a cor da pele, em primeiro lugar, define a condição e o gênero de vida. Não podemos fugir desse ponto, ainda que indigesto. É justamente pelo fato de Machado se achar na confluência de duas etnias que o debate sobre suas origens se assenta, com a tendência de apagamento de sua negritude.

---

[2] Na terminologia da época, escravos eram *pretos* e alforriados eram *pardos*. Essa distinção cromática retrata nuances do tratamento dado à gente de cor preta, com distinção entre diversas posições sociais. *Pardo* nesse contexto é atenuação de *preto*, como é socialmente atenuado o status de *forro* em relação a *escravo*. Ainda hoje é forte a distinção que se faz entre os extremos preto e branco, quanto à cor da pele: pardo, moreno, mulato, marrom etc.; embora sejam termos alternativos para *preto*, não são intercambiáveis, em distribuição linguística socialmente marcada. Essa escala *dégradée* tende a valorizar o afastamento da extremidade desprestigiada: o preto da pele.
[3] O que exatamente Massa quis dizer com "bom caminho"? Pelo menos duas conclusões são possíveis: a primeira se deve à trajetória literária de Machado que, sendo negro, tornou-se a glória literária nacional, contrariamente às expectativas; a segunda se deve ao contexto do texto de Massa, que menciona o processo de embranquecimento do autor carioca. Seria esse o "bom caminho"? Isso explicaria o "milagre" que foi Machado de Assis? O termo *milagre* não deve ser negligenciado, porque pode, também ele, ser portador desdobramentos inadequados.

Machado de Assis é considerado o maior escritor brasileiro. Embora esse tipo de hierarquização possa ser inadequado, como aceitar que ele era negro? Como explicar a genialidade desse brasileiro diante do racismo científico do final do século XIX?

Em certo sentido, o dilema da configuração étnica do escritor marcou a recepção crítica de sua obra, no Brasil. Estudiosos como Augusto Meyer (2008), Lúcia Miguel Pereira (1988) e Alfredo Pujol (2007), dentre outros, ajudaram a cristalizar uma tradição crítica que reforçou a pessoa e a obra de Machado à hegemonia branca. O comunista Astrojildo Pereira (2008) contribuiu muito para associar a obra de Machado a uma forte conotação popular: o autor carioca teria escrito para o povo (a que pertencia por origem) e não para as elites econômicas e sociais; contudo, a dimensão étnica não se torna relevante para essa premissa. Lúcia Pereira aborda a condição étnica de Machado, mas de forma parcial e negativa, pois essa marca teria produzido ressentimentos no escritor.

Só a partir dos anos 1980 começaram a surgir vozes contrárias, que formularam convincentes refutações à opinião predominante. Machado voltaria a ser negro. No Brasil, a efervescência popular clamava pelo fim da ditadura e provocou o movimento Diretas-já; instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte; além disso, a comemoração do primeiro centenário da Abolição mobilizou movimentos negros para o significado desse evento e para a realidade social de negras e negros no Brasil, além inspirar o surgimento de muitos trabalhos acadêmicos, que cresceram a partir de então, inclusive com linhas de pesquisa específicas em algumas universidades, nas quais começavam a proliferar programas de pós-graduação nas mais diversas áreas das ciências humanas.

Os movimentos negros reivindicaram direitos até então negados, que foram assegurados pela "Constituição Cidadã", promulgada em 1988, que criminalizou o racismo e assegurou direitos às camadas mais pobres; movimentos reivindicatórios na sociedade civil conquistariam espaço e reconhecimento com a adoção de políticas públicas inclusivas, como cotas em universidades e em concursos públicos e a criação, em 2003 (primeiro ano do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva), da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepir); a promulgação da a Lei 10.693 de 2003 obrigou o ensino de História e Cultura na escolarização formal. Essas iniciativas foram muito importantes e a tudo isso a direita reagiu, assustada com significativas conquistas para um público excluído, que só recebia violência e humilhação.

Negros e negras dariam novo significado à história a partir de então; houve rejeição à data da "Lei Áurea", como ficou conhecido o decreto que aboliu a escravidão no Brasil, de 13 de maio de 1888, e a escolha de 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, para comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra. O epíteto *A Redentora,* atribuído à Princesa Isabel, signatária da Lei Áurea, resultou de um embuste da história escrita por mãos brancas. Por isso, era preciso resgatar o protagonismo de negras e de negros, intencionalmente apagados da história oficial. Ainda mais: foi preciso recuperar a condição étnica de quem passou à história com camadas de tinta branca em sua pele. Foi o caso de Machado de Assis. Ele voltaria a ser o que sempre foi: negro.

Esse processo contou a inestimável apoio acadêmico-teórico de muitos pesquisadores e pesquisadoras, aqui representados por Chalhoub (2003) e Duarte (2007). Magalhães Júnior na década de 1950 foi pioneiro nessa área, ao tematizar a escravidão em Machado, mas não aprofundou suas observações. Chalhoub e Duarte, a partir de exame crítico da obra machadiana atingiram patamares novos e conclusivos, sem compromisso com o que a

tradição crítica tinha antes estatuído. Hoje, felizmente, cresce cada vez mais o número de pesquisadoras e pesquisadores, negros e brancos, que projetam ênfase a esse aspecto fundamental do homem e da obra magistral que Machado nos legou.
Apesar disso, ainda hoje, o escritor por muitos é considerado insensível à causa de seus irmãos de cor e omisso quanto à escravidão. Sim, ele era mulato, bisneto de escravos. Ocorre que a tradição crítica de sua obra foi marcada por lentes de classe, de gênero – e de etnia: homens brancos, que leram a sua obra de forma parcial.

Machado não foi omisso nem insensível quanto à questão servil

As evidências todas, tiradas de sua obra, indicam que, ao contrário do que muitos disseram e dizem, houve explícita solidariedade a seus irmãos de cor e que Machado não foi omisso quanto à questão servil, tendo sido ostensivo defensor da liberdade, seja como servidor público exemplar, seja como escritor de raro tino literário.
O servidor público teve atuação vigilante em defesa da liberdade. Em 1871 foi promulgada a assim conhecida "Lei do Ventre Livre", que concedia liberdade a filhos nascidos de mulheres escravizadas; a lei aprazou data para os senhores providenciarem o registro devido de seus escravizados e, se isso não fosse cumprido, perderiam o direito à propriedade e escravizados nessas condições automaticamente reaveriam a liberdade. O registro dos cativos propiciava controle sobre nascimentos e ofereceria importantes dados estatísticos sobre a escravidão.
Um caso pode interessar quanto à postura do servidor público Machado de Assis. O presidente da Província do Rio de Janeiro, José Pereira da Silva Porto, tendo ganhado uma ação na Comarca de Resende e, como não houve apelação por parte dos escravizados, queria registrá-los, devido à decisão judicial favorável. Chamado a opinar, Machado se manifesta contrário ao registro, apesar de a decisão do juiz ter sido favorável a isso. Magalhães Jr. (2008, vol. 2, p. 278) transcreve parte do relatório de Machado:

> [...] convém não esquecer o espírito da lei. Cautelosa, equitativa, correta, em relação à propriedade dos senhores, ela é, não obstante, uma lei de liberdade, cujo interesse ampara em todas as suas partes e disposições [...] a lei de 28 de setembro quis, primeiro que tudo, proclamar, promover e resguardar o interesse da liberdade. *Sendo este o espírito da lei [...] o objeto superior e essencial é a liberdade do escravo*, não podia o legislador consentir que esta perecesse, sem aplicar em seu favor a preciosa garantia indicada no artigo 7º da Lei (*grifos* nossos)[4].

O parecer de Machado foi aceito pelo Conselho de Estado. Magalhães Jr. nota que Machado "revelou seu senso jurídico, seu esclarecido senso jurídico, invocando o espírito da lei e seu alto propósito liberal" (2008, vol. 2, p. 279).
Dificuldade para as matrículas era a falta de dados confiáveis sobre a população escrava. O prazo foi desrespeitado por muitos senhores e as informações eram vagas e imprecisas. Em

[4] Depois de intensos debates, em 28 de setembro de 1871 foi aprovada pela Câmara pelo Senado a lei nº 2040. Assim diz o artigo 7º: "Nas causas em favor da liberdade: §1º: O processo será sumário. §2º: Haverá apelações ex-oficio quando as decisões forem contrárias à liberdade" (BRASIL).

caso de ausência ou de irregularidades no processo de matrículas, os pareceres de Machado sempre defendiam o espírito da lei de 1871: a liberdade e não a propriedade.
Já o escritor denunciava a violência física e simbólica da escravidão, em diversos gêneros e tons. Machado de Assis interpretou a sociedade carioca e brasileira de forma crítica; suas produções ficcionais revelam o seu gênio literário e convicções antiescravistas. Isso será verificado em alguns excertos: duas crônicas, dois contos ("O caso da vara" e "pai contra mãe"), trechos de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Machado retrata a violência perversa do regime servil e denuncia, com todas as letras, uma das mais odiosas criações da história.
A primeira menção está registrada na crônica de 25 de julho de 1864; aos 25 anos já antecipava, de forma crítica e irônica, a ansiedade pela benemerência de gazetilha, sustentada na desgraça alheia. A cena reporta-se a um leilão de escravos:

> Na fileira dos infelizes que estavam ali de mistura com os móveis, havia uma pobre criancinha abrindo olhos espantados e ignorantes para todos. Todos foram atraídos pela tenra idade e triste singeleza da pequena. Entre outros, notei um indivíduo que, mais curioso que compadecido, conjeturava a meia voz o preço por que se venderia aquele semovente (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 148).

Os detalhes chamam a atenção: "fileira dos infelizes", "pobre criancinha", "olhos espantados e ignorantes", "triste singeleza". Contrasta com os termos crus que configuram a reificação da criança ("mistura com os móveis", "semovente") a presença de um indivíduo, "mais curioso que compadecido", com quem o narrador trava conhecimento. Esse indivíduo, ao saber que o interlocutor era jornalista, promove um duelo acirrado com os competidores para arrebatar a "pequena desgraçadinha"; por isso, atingiu-se preço fabuloso o valor dela no leilão. O comprador não perdeu tempo e logo disse em alto e bom som: "É para a liberdade!"; ao que outro retruca: "Eu tinha a mesma intenção", com o acréscimo do pedido seguinte, feito pelo vencedor do leilão: "Não vá agora dizer lá na folha que eu pratiquei este ato de caridade". Acrescenta o narrador, encerrando o episódio, em tom filosófico e provocador: "Se queres a caridade às escondidas, dizia-me um dia um filantropo, serás forçado a admitir que a natureza da caridade é a natureza da coruja, que foge à luz para refugiar-se nas trevas: tira as consequências".
A segunda menção vem da crônica de 15 de junho de 1877; evocando Diógenes, o cronista diz que tinha achado um homem, um que tinha feito doação de quantia considerável, sem dar o nome; então, o narrador ironicamente menciona a caridade evangélica, admirado com o *anonimato* do benfeitor, que age em consonância com a "caridade nas gazetilhas". O benfeitor, digno homem do Evangelho, inspirou um amigo do cronista:

> Tinha ele uma escrava de 65 anos, que já lhe havia dado a ganhar sete ou oito vezes o custo. Fez anos e lembrou-se de libertar a escrava... de graça. De graça! Já isto é gentil. Ora, como só a mão direita soube do caso (a esquerda ignorou-o), travou da pena, molhou-a no tinteiro e escreveu uma notícia singela para os jornais indicando o fato, o nome da preta, o seu nome, o motivo do benefício, e este único comentário: "Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas". Coisas da mão direita! (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 367).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A mão direita recupera a lição do Evangelho, que recomenda não fazer publicidade das boas ações[5]. Escancara-se a falsa benemerência de senhores que, a pretexto de favorecerem escravos com a liberdade, tiram proveito da situação, com a devida publicação da generosidade. Com efeito, libertar uma escrava de 65 anos é lançá-la ao desamparo, depois de ter dado ao senhor um ganho de "sete ou oito vezes o custo". O cúmulo é que ainda se fazia publicidade *evangélica* disso.

A violência física da escravidão será observada aqui em dois contos. O primeiro é "O caso da vara" que, com crueza denuncia a brutalidade da organização social fincada no favor e no escravismo. E a vítima é uma mulher: uma criança de onze anos.

O conto é aberto *in medias res*; Damião é fugitivo da vida religiosa; sem ter apoio a que recorrer, busca ajuda junto a Sinhá Rita que, em tortuoso roteiro de veleidades e de influências do sistema de favor, promete ajudá-lo, depois de vislumbrar vantagens de afirmação pessoal.

Ao final do dia, Lucrécia, uma de suas escravizadas, não consegue terminar a tarefa por ter sido entretida por Damião. A escravizada derrama sua dor em súplicas que não logram simpatia; apela aos sentimentos religiosos de Sinhá Rita, sem receber compaixão. Nem Sinhá Rita nem Damião ouviram as súplicas da menina, que "[...] era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação" (ASSIS, 2008, v. 2, p. 536-537).

Lucrécia era uma criança! Apesar disso, já acumulava no corpo cicatriz na testa, queimadura na mão esquerda e tosse; havia, por certo, cicatrizes não visíveis. Lucrécia, que significa, ironicamente "a que lucra", tem existência surda, para dentro, despossuída de si mesmo. Sinhá Rita a pune quando ela tem acesso de tosse.

"O caso da vara" apresenta a vitimização de uma mulher-criança que, ao final, recebe castigo por meio da vara que Damião alcançou para vitimá-la. Tudo acontece em ambiente doméstico, sem vigilância de aparelhos de estado. A casa que abriga escravizados nem sempre possibilita vínculos de humanidade; ao contrário, atinge os mais frágeis.

O outro conto é "Pai contra mãe". O título representa as ênfases literárias do autor carioca; sugere o duplo (como recusa ao pensamento único e sugestão da complexidade) e a relação polêmica entre seus elementos. Basta notar alguns títulos de contos e romances e de personagens para atestar essa relação: *Esaú e Jacó*; "Adão e Eva"; evocação de personagens duplos da tradição literária: Pedro e Paulo, Aquiles e Ulisses, para ficarmos em poucos exemplos. Como indicação da polêmica entre os elementos, em *Esaú e Jacó* Pedro e Paulo são irmãos em perene disputa, lutando por afirmação pessoal, pela anulação do outro, em relação especular, pois essa a força que move as pessoas.

---

[5] A caridade evangélica já tinha sido motivo de polêmica acirrada com o jornal católico *A Cruz*. Quincas Borba, no capítulo das *Memórias Póstumas* intitulado "Teoria do benefício", sob os princípios do Humanitismo, avalia as motivações para ações beneméritas, em tom irônico. Diz o filósofo machadiano que "o prazer do beneficiador é sempre maior que o do beneficiado". As boas ações de que os seres humanos são capazes provocam "uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos meios; e esta é uma das cousas mais legitimamente agradáveis, segundo as melhores opiniões, ao organismo humano". Como uma mulher bonita se olha muitas vezes no espelho para reforço de sua beleza e superioridade sobre as feias, assim também a "consciência é a mesma cousa; remira-se a miúdo, quando se acha bela". É por isso que "o benefício e seus efeitos são fenômenos perfeitamente admiráveis" (ASSIS, 2008, vol. 1. p. 751-752).

Pai e mãe são figuras familiares sacralizadas pela religião; pai se associa a Deus; mãe, a Maria, Nossa Senhora. Pai e mãe estruturam a família e a sociedade; o conto denuncia a decadência da sociedade patriarcal-escravocrata, que vitima mães e crianças inocentes.

Aspecto adicional interessante é a motivação onomástica. Os personagens principais são *Candido Neves*, *Clara* e *Arminda*. Os dois primeiros se articulam no campo da branquitude, conforme o enquadramento etimológico de seus nomes e, para o primeiro há reforço, pois, além de *Candido* (que também significa *inocente*), há o *Neves*; os personagens passam a ter dimensão irônica na sua constituição; esses nomes indicam o lado em que eles estão e antecipam o desfecho; já *Arminda* tem étimo ligado a lutas (a que tem armas) e indica valentia; o nome casa-se bem à personagem, que luta até o fim para defender o filho que trazia no ventre e no fim acaba morrendo.

Candinho é amigo de festas e não gosta de trabalhar; sem emprego fixo, tem dificuldades em sustentar a família e era pai de um filho recém-nascido; nessas circunstâncias, lendo anúncios em jornais, decide capturar escravizados fugidos; um deles apresenta Arminda, com detalhes físicos necessários ao reconhecimento. Encontrou-a no desfecho; ela resistiu como pôde e, por fim, foi capturada.

Arminda finda por abortar, na porta do seu senhor, sequestrada pelo capitão do mato de aluguel. Cândido, sem ser senhor nem escravizado, "é o símbolo do homem branco, pobre, reduzido a um ser insensível, que necessita do sofrimento dos negros para assim sustentar sua família" (BIM, 2010, p. 122).

Quem no conto grita de dor é uma mulher, uma mulher-mãe, cujo filho abortivo representa o genocídio negro que ainda continua produzindo vítimas. Termina o conto com esta avaliação de Cândido Neves (para alívio de consciência): "nem toas as pessoas vingam".

Proença Filho (2004), em estudo sobre a presença do negro na literatura brasileira, alega que "O caso da vara" e "Pai contra mãe" têm por centro o egoísmo humano e não a questão étnica, acrescentando que Machado teria sido "indiferente à problemática do negro":

> De minha parte, entendo que a literatura machadiana é indiferente à problemática do negro e dos descendentes de negro, como ele. Mesmo os dois contos que envolvem escravos, "O caso da vara" e "Pai contra mãe", não se centralizam na questão étnica, mas no problema do egoísmo humano e da tibieza de caráter. Os demais tipos negros ou mestiços participam como figurantes em histórias que, no nível do conteúdo manifesto ou do realismo de detalhe, constituem reflexo da realidade social que pretendem retratar (PROENÇA FILHO, 2004, p. 172).

Lúcia Miguel Pereira já tinha apresentado justificativas semelhantes, alegando que o autor, nesses escritos, isolou o caso de violência contra as escravizadas Arminda e Lucrécia, desvinculando o caso da escravidão em geral (PEREIRA, 1988, p. 226):

> [...] Sem dúvida, muitos são os casos esporádicos, sem repercussão, em que o autor se encerra dentro dos limites do episódio, como nos dois contos em que trata da escravidão, "Pai contra mãe", e o "Caso da Vara". Aí parece ter querido isolar o caso da mulata Arminda ou da negrinha Lucrécia do problema da escravidão.

Essa perspectiva foi hegemônica durante muito tempo; é uma leitura de classe, alinhada à branquitude; felizmente, está sendo desmentida, a partir da leitura dos próprios textos

machadianos, em que é ostensivo o compromisso do autor carioca com o destino de suas irmãs e de seus irmãos negros, que por ele não foram esquecidos nem renegados.

Nos romances, principalmente nos da fase madura, permanece essa ênfase. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* a escravidão está no ar estampando a crueldade do sistema. O capítulo "O menino é o pai do homem", por exemplo, mostra a violência doméstica contra escravizados. Brás Cubas criança aplica a Prudêncio (também criança) violência física e simbólica. O título do capítulo se ajusta bem à índole de Brás menino, que explica as expansões no homem Cubas. Ele mesmo se define (no capítulo mencionado): "Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de 'menino diabo'; e verdadeiramente não era outra cousa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso".

Essas práticas, na pena do narrador adulto, eram consideradas "de um espírito robusto"; o pai o repreendia formalmente em público e o beijava em casa, atitude decisiva para a constituição do adulto: primeiro, por aprovar procedimentos inadequados; depois, por fazer isso na dimensão privada, de forma mais efetiva do que as repreensões públicas, apenas formais. O pai ia formatando o cérebro infantil, afagando o menino na preparação para a consciente execução de maldades, adolescentes e adultas, como neste trecho, sendo mulheres as vítimas: "quebrei a cabeça de uma escrava porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo [...] deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce "por pirraça"; e eu tinha apenas seis anos" (ASSIS, 2008, v. 1, p. 638).

A sequência de maldades é espantosa; a mulher, vítima de violência física, acaba sendo acusada de estragar o doce "por pirraça". Essa inclinação não era filha só de pendor pessoal, mas de estímulos colhidos no ambiente familiar, na conduta do pai, que alimentava as extravagâncias. Escravizados domésticos eram expostos, desprotegidos; poderiam, sob qualquer pretexto, se tornar alvo fácil de sortida violência, como demonstra a sequência da narração, tendo agora por alvo Prudêncio:

> [...] um moleque de casa era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo, - mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um "ai, nhonhô!" - ao que eu retorquia: - "Cala a boca, besta!" (ASSIS, 2008, v. 1, p. 638).

A violência se reveste de maior dramaticidade por envolver crianças. Prudêncio é animalizado – procedimento adotado de forma recorrente na representação literária de negros, ainda hoje presente no imaginário de muitas pessoas. Brás tripudiava sobre o menino escravizado, sob a complacência da família.

O episódio tem importância estrutural e ideológica. A cena se repetiria, no capítulo "O vergalho", em reverberação dramática, mas significativa. Ideologicamente, é mostrada a face violenta da servidão, sendo que o ambiente pedagógico é persuasivo: o espaço doméstico, a casa, torna-se mais efetivo ainda pelo fato de os preceptores terem vínculos afetivos e familiares com as crianças, que veem neles modelo a ser adotado.

Prudêncio protagonizaria cena impressionante. Adulto, já alforriado pelo pai de Brás, é flagrado aplicando em público as mesmas sevícias a outro cativo que comprara[6], reproduzindo a forma de tratamento recebida do menino Brás. Convém transcrever um excerto, talvez um pouco extenso, mas tocante:

> [...] um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: -- "Não, perdão meu senhor; meu senhor, perdão!" [...]
> - Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!
> - Meu senhor! gemia o outro.
> Cala a boca, besta! replicava o vergalho (ASSIS, 2008, v. 1, p. 696).

Impressionado com a cena, Brás para e reconhece o "seu" moleque, agora liberto, que, quando reconheceu o antigo senhor, pediu-lhe a bênção. Brás pergunta a Prudêncio se o preto era propriedade dele:

> - É sim, nhonhô.
> - Fez-te alguma cousa?
> - É um vadio e um bêbado [...]. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.
> - Está bom, perdoa-lhe, disse eu.
> - Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede (ASSIS, 2008, v. 1, p. 696).

Seria anacrônico exigir repúdio à escravidão e demonstração de consciência de classe[7]. Prudêncio reproduz comportamentos e valores vigentes que davam, naquele meio social, o direito de agir daquela forma. De fato, o menino é o pai do homem: a pedagogia da escravidão, aplicada no ambiente doméstico, agora se aloja na dimensão pública, sob aprovação geral, demonstrando a capacidade de condicionamento das mentes pela ideologia da servidão.

Prudêncio estava em posição inferior na escala social, antes e depois da alforria. Aquela sociedade estava em débito com ele, que não tardou em encontrar meios para diminuir o déficit. Conhecendo o funcionamento do bilhar social baseado na hierarquia e na violência, tomou precauções, segundo as regras em vigor. É isto que diz Faoro (1976)[8]: "tal atitude resgatava a cidadania, pela violência, em meio social sustentado pela violência, física e simbólica. Prudêncio estava consagrando, na dimensão pública, sua recente ascensão".

O episódio, de forma enviesada, serve para igualar preto e branco. São eles iguais porque podem aprender e aplicar as regras do convívio social; porque escravizados podem deixar a

[6] Ex-escravos podiam adquirir escravos. Talvez a motivação onomástica do nome do personagem tenha vínculo com o episódio.

[7] A teoria do jogo do bilhar das *Memórias Póstumas* (capítulo 42) pode lançar luz sobre o episódio. Uma bola provida de movimento encontra outra, a que transmite o impulso e pode encontrar uma terceira, que nada tem a ver com a primeira, mas sofre o impacto do movimento. Uma delas pode ser Prudêncio. A isso o narrador chama "solidariedade do aborrecimento humano".

[8] Raymundo Faoro analisa a obra machadiana sob perspectiva sociológica; para ele, o sistema, independentemente dos sentimentos, paira sobre os destinos individuais. O sistema explica tudo, controla revoltas: "A ordem social absorve, para subsistir, o grotesco e o cruel, a piedade e a solidariedade. Cedem a ela todas as considerações humanas, sob o pressuposto não declarado de que ela era necessária diante dela o homem é impotente (FAORO, 1976, p. 362).

condição de objeto e de saco de pancadas para serem cidadãos[9]; porque aspiram aos bens (materiais e imateriais) que a sociedade pode oferecer; enfim, porque têm, assim, na sua constituição psicológica o mesmo barro de que se formam os seres humanos.
Além disso, Brás posa de bom-moço, mandando Prudêncio soltar o escravizado, arrematando a glória pública. O homem Brás parido pelo menino que tinha sido não mudou de disposição; serviu-se apenas da cena pública para ações calculadas, como sempre fazia.
Mesmo alforriado, Prudêncio não goza do mesmo estatuto de Brás; continua acatando ordens do antigo dono, com quem aprendeu a ser violento. Negras e negros nessa condição continuavam a ser tratados de modo servil, conforme enfatiza Mattoso (1988, p. 206):

> [...] O comportamento do liberto continua a ser o mesmo do seu irmão escravo; ele ganha dinheiro, suas atitudes se assemelham, na medida do possível, às dos senhores, especialmente face aos próprios escravos. Mas ele continuará a dever obediência, humildade e fidelidade aos poderosos [...] Como o irmão escravo, o liberto deverá trabalhar e fazê-lo nos ofícios e serviços reservados aos grupos sociais inferiores [...].

Isso mostra a condição de alforriados no Brasil; eram cidadãos de segunda classe, apesar de libertos. Eis o que também diz Faoro, a propósito da condição de alforriados:

> A liberdade [...] não emancipa o escravo. Mas há grande diferença entre o escravo e o liberto. O liberto adquire a condição, embora mínima e limitada, de transferir os agravos recebidos, as pancadas sofridas, a outrem. A alforria significa uma ascensão social: galgado o primeiro degrau, o homem sai da condição de saco de afrontas, para o qual não há a possibilidade de reação. A liberdade se identifica com o status na sociedade, acrescido do arbítrio de castigar, repreender e punir. O liberto adquire a faculdade de ser mau – faculdade que a escravidão lhe negava (FAORO, 1976, p. 337).

A capacidade e a possibilidade de ser violento e mau – é isso que iguala pretos e brancos. É esse o cimento da humanidade de ambos. O preto pode, ele também, reagir e se proteger. E, portanto, não é inferior. Essa característica conduz a outra possibilidade, a de que são capazes de fazer o bem, sem que nisso resida avaliação moral.
Do mesmo romance, o capítulo "Esse Cotrim" merece menção, ainda que ligeira. Cotrim era traficante de escravos e cunhado de Brás Cubas; o capítulo se adensa pelas características da própria narrativa, cria ambiguidade e se estica em terreno movediço; a verdade desliza para a relatividade e depende da apreensão do leitor, de seu esforço de interpretação e participação nesse jogo de construção de efeitos intencionais nem sempre revelado. Neste trecho, o narrador apresenta o cunhado (ASSIS, 2008, v. 1, p. 737):

> Como era muito seco de maneiras tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria [...].

[9] Essa ascensão se processa pelo exercício da violência, que, no caso, é a principal regra do jogo social. É a teoria em que se fundamenta o Humanitismo de Quincas Borba, também. Sem essa faculdade, o escravizado não é plenamente histórico, permanecendo na dimensão da natureza.

Trata-se de mais uma menção, uma denúncia velada, que reforça a violência da máquina perversa do sistema servil.

Conclusão

A partir de alguns excertos – muitos outros há – dos escritos machadianos, pretendeu-se demonstrar que o escritor não se omitiu quando à escravidão e não foi insensível a seus irmãos de pele negra.
Eventual conclusão contrária pode ser creditada a leituras e interpretação de classe, em absoluta falta de conformidade com a portentosa obra de Machado que, com tino literário incomparável temperado com sutil ironia, percebe e denuncia a lógica perversa da violência do sistema servil.
No Brasil, a permanência da hierarquia racial escravagista continuou aplicando a descendentes de escravizados todas as distinções desfavoráveis disso decorrentes, incompatíveis com a genialidade literária de Machado de Assis. A dissociação de sua condição étnica desse lugar de prestígio pode suficientemente explicar a disputa sobre a pertença étnica de Machado.
Machado foi - ou melhor: é negro – e o sentido de sua obra não pode ser interpretado sem a consideração dessa condição. Ela é inspiração para o povo negro no Brasil e motivação para as lutas de afirmação da dignidade do povo negro.

Referências

ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

BIM, Leda Maria. Amor e morte: uma comparação dos contos "Pai contra mãe" e "Mariana". In: BERNARDO, Gustavo et al. Machado de Assis e a escravidão. Conferências do Colóquio de Hamburgo. São Paulo, Annablume, 2010.

BRASIL. Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 31 jul. 2022.

CHALHOUB, Sydnei. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

FAORO, Raimundo. **Machado de Assis**: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

MAGALHÃES JR., Raimundo. **Machado de Assis desconhecido**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

MAGALHÃES JR. **Vida e obra de Machado de Assis**. 4 volumes. Rio de Janeiro, Record, 2008.

MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis, 1839-1870**: ensaio de biografia intelectual. São Paulo: Editora Unesp, 2ª. Edição, 2009.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MEYER, José Augusto. **Machado de Assis (1935-1958).** Rio de Janeiro: José Olympio/ABL, 2008.

MEYER, José Augusto. **Machado de Assis (1935-1958)**. Rio de Janeiro: José Olympio/ABL, 2008.

PEREIRA, Astrojildo. **Machado de Assis, ensaios e apontamentos avulsos**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis**. 6ª. Edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. In: **Estudos Avançados**, 18 (50), 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a17v1850 .pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

PROENÇA, Paulo S. **Sob o signo de Caim**: Machado de Assis e a Bíblia. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. 247f.

PUJOL, Alfredo. **Machado de Assis**. Curso literário em sete conferências na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo. Rio de Janeiro; São Paulo: Academia Brasileira de Letras; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Ed. Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

O DISCURSO DO NEOLIBERAL NO JOGO *GRAND THEFT AUTO*

Giuseppe Rafael Caron[1]

As origens do neoliberalismo

Para compreendermos a origem do que chamamos hoje de neoliberalismo, devemos retomar a crise do sistema liberal clássico, que ocorreu durante o período entreguerras. O primeiro sinal de perda de força se deu em virtude da Primeira Guerra Mundial e de suas consequências, como a ascensão de nações e sistemas políticos e econômicos que se opunham ao liberalismo. A esse respeito, pode-se citar a Rússia, com a vitória dos bolcheviques na Revolução, levando ao Socialismo, bem como a Itália e Alemanha, que viram os fascistas e os nazistas chegarem aos cargos mais altos, com duras críticas ao liberalismo.
O segundo momento foi a Quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, que levou muitos governos da Europa ocidental e o próprio Estados Unidos a adotar o Keynesianismo, teoria econômica que se caracterizava pela implementação do Estado de bem-estar social. Após a Segunda Guerra Mundial, boa parte do mundo ocidental havia adotado esse ideal tanto para a economia quanto para a política.
Parecia ser o fim do liberalismo como ideologia dominante das grandes potências do mundo. No entanto, um grupo de intelectuais defensores dessa doutrina econômica se reuniu para pensar em alternativas para recuperar o prestígio dela — esse encontro ficou conhecido como Colóquio de Lippmann:

> A criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, é citada com frequência, e erroneamente, como o registro de nascimento do neoliberalismo. Na realidade, o momento fundador do neoliberalismo situa-se antes, no Colóquio Walter Lippmann, realizado durante cinco dias em Paris, a partir de 26 de agosto de 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (antecessor da Unesco), na rue Montpensier, no centro de Paris (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69)

Nele se encontraram figuras que se tornariam bastante conhecidas no campo do neoliberalismo. Entre elas, estavam Friedrich Hayek, Wihelm Röpke e Raymond Aron. Tais pensadores pretendiam criar uma espécie de "internacional liberal" (DARDOT; LAVAL, 2016), com o intuito de fomentar uma rede de discussão sobre o liberalismo e que caminho tomar após os problemas enfrentados pela doutrina.
Cabe esclarecer que o neoliberalismo não surgiu exatamente naquele momento, mas foi um ponto de partida para um ideal que se desenvolveu durante os anos subsequentes. Na ocasião do Colóquio de Lippmann, aqueles intelectuais não tinham um nome para o que estavam "criando", porém, estavam conscientes de que precisavam "refundar o liberalismo para melhor combater a grande ascensão dos totalitarismos" (DARDOR; LAVAL, 2016, p. 72).

---

[1] Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. Mestre em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no ano de 2015. Com a tese: Discursos de Benito Mussolini - 1919 à 1922. Orientado pelo professor Antônio Pedro Tota. Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica, tendo início no ano de 2019, com a tese O discurso Neoliberal sobre a telas dos Games -1980, 1990 e 2000. Sobre orientação da professora doutora Carla Reis Longhi. E-mail para contato: giucaron.22@gmail.com.

A ideia de refundar significava rever certos conceitos do liberalismo clássico, por exemplo, o *laissez-faire*.

Laissez-faire (deixe fazer) é uma expressão que comporta a ideia da liberdade do mercado e a não intervenção estatal na economia — conceito com o qual os presentes naquela reunião concordavam. No entanto, eles discordavam da naturalidade com a qual o livre mercado se apresentava no liberalismo clássico, isto é, para boa parte deles, aquela ideia não cabia mais naquele momento, uma vez que o aparato jurídico do Estado, que garantia as liberdades econômicas, eram as leis, assim como títulos de posse, contratos, patentes entre outros. Nesse sentido, o Estado criaria o ambiente para que a economia pudesse fluir, conferindo a falsa impressão de que ela estaria agindo de forma natural.

Contudo, essa ideia não era compartilhada por todos os presentes na reunião. Alguns dos que se mostraram contrários, por exemplo, foram os futuros representantes da escola austríaca liberal: Fridrich Hayek e Ludwing Von Misses. Tais teóricos apresentavam uma visão mais "conservadora" sobre o liberalismo, defendendo poucas modificações — ou quase nenhuma.

O fato de termos visões distintas no Colóquio sobre como a crise no liberalismo deveria ser abordada demonstra que não existe apenas um tipo de neoliberalismo. Nesse momento, é possível observar pelo menos duas correntes: a escola alemã, de Alexander Rüstow, que propôs mudanças para o liberalismo, como uma intervenção do Estado, e a escola austríaca. Esse fato pode levar a um questionamento: no que os "intervencionistas liberais" (como eles próprios se chamavam) se diferenciavam dos keynesianos ou de outros que defendiam uma economia planejada? A diferença está no que o Estado poderia usar para intervir que, nesse caso, deveriam ser os aparatos jurídicos: "Esse intervencionismo *jurídico* do Estado contrapõe-se a um intervencionismo *administrativo*, que estorva ou impede a liberdade de ação das empresas. O quadro legal, ao contrário da gestão autoritária da economia, deve deixar o consumidor arbitre no mercado entre os produtores concorrentes" (DARDOR; LAVAL, 2016, p. 77). No entendimento dos intervencionistas liberais, as leis e o próprio jurídico teriam uma função de indicar, mas nunca de controlar.

Também é importante entendermos a visão que esse grupo dá ao indivíduo — nesse momento, como consumidor — e em como a sociedade iria se adaptar a esse novo tipo de liberalismo. No decorrer do tempo, ficou claro que as ideias liberais precisavam ser introduzidas no indivíduo por meio da razão empresarial, isto é, o individuo deveria basear suas relações sociais através de uma lógica de empresa, buscando a competitividade como forma de melhorar não somente o seu status, como também, na visão deles, a própria sociedade. Nasce, assim, a ideia do *homem empresarial*:

> O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodiciplinador, pelo qual o individuo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é *autoconstrutivo*. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 139)

Além dos ideais de competitividade, outros vão sendo incluídos, a fim de afirmar esse novo sujeito. Dessa forma, o individualismo internaliza, a competitividade. Sendo assim, é mais compreensível que os indivíduos prefiram ficar sozinhos. Além disso, tanto os bens como as conquistas materiais passam a ser consideradas como sinônimo de sucesso pessoal, logo, o sujeito com mais posses é mais bem-sucedido tanto no ambiente de trabalho como na sociedade.

E é esse homem empresarial que buscamos apresentar com mais detalhes neste artigo, a fim de compreendermos quais mazelas esse discurso ocasiona nos trabalhadores, principalmente no campo psicológico. Além disso, neste artigo também demonstraremos como certos jogos de videogame acabam funcionando como mecanismos que ensinam os indivíduos a se tornarem *homens empresariais*.

Videogames e retórica procedural

A origem dos videogames remonta à década de 1950[2], contudo, sua mercantilização alcançou auge na década de 1970, quando surgiram companhias que estão ativas até hoje como a Atari, Nintendo, SEGA, entre outras. Contudo, não temos como não relacionar o surgimento dos games com a evolução computacional que a humanidade vem vivenciando desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Os primeiros computadores eram gigantescos, sendo necessárias salas especificas para que funcionassem. No entanto, no decorrer dos anos, eles começaram a diminuir de tamanho, sem perder suas capacidades de processamento, permitindo, assim, que surgissem os computadores de uso doméstico.

O computador pessoal, em inglês *personal computer* — ou PC —, foi a primeira linha de computadores criadas pela gigantesca IBM, que visava introduzir essas maquinas para um público maior. Os computadores auxiliaram na popularização dos games, tanto por ser um instrumento por meio do qual as pessoas podiam jogar quanto por facilitar o trabalho dos desenvolvedores de jogos.

Mas, afinal, o que são os videogames? Como o próprio nome já indica, eles são jogos. No entanto, são mais que isso: eles são jogos com recursos visuais e cinematográficos, que os aproxima bastante dos filmes.

Para poder jogar, existem duas formas, a primeira é através dos computadores. A segunda, por consoles, equipamentos feitos por algumas companhias[3], que são plugados na televisão, com o intuito de transmitir as imagens. Além disso, é necessário que se tenha um mouse e um teclado (no caso dos computadores pessoais) ou um controle (no caso dos consoles). Por meio desses equipamentos, são feitas as ações no jogo, com o intuito de atingir os objetivos dados por ele. Logo, o videogame permite que sejamos participantes de um mundo e não somente espectadores, como em um filme. Essa mecânica é chamada de jogabilidade.

A jogabilidade acaba transformando o videogame em um objeto de entretenimento moderno único e, ao mesmo tempo, em um objeto de estudo bastante complexo. Isso porque não é possível utilizar em sua análise os métodos historiográficos do cinema ou da literatura, com o risco de perdermos a característica única que o faz ser quem é. Pensando sobre isso, o *game designer* e professor, Ian Bogost, propõe um caminho chamado de *Retórica procedural.*

---

[2] O primeiro jogo de videogame foi feito por William Higinbotham enquanto trabalhava no Laboratório Nacional de Brookhanven. Ele modificou um computador analógico (Donner) para criar um jogo que simulava uma partida de tênis, o jogo recebeu o nome de *Tennis for Two.*

[3] Nem todas as companhias de jogos de videogame produzem consoles. Para algumas, é mais vantajoso produzir apenas jogos e vendê-los para consoles de outras companhias. Atualmente, existem três companhias que dominam o mercado de consoles, são elas: Nintendo (Japão), SONY (Japão) e Microsoft (Estados Unidos).

> *Retórica procedura* é a prática de usar processos persuasivos, assim como a retórica verbal é a pratica de usar a oratória persuasivamente e a retórica visual é a pratica de usar imagens persuasivamente. Retórica procedural é como chamamos a prática de argumento de autoria através do processo. Seguindo o modelo clássico, a retorica procedural implica em persuasão – para mudar opinião ou ações. Seguindo o modelo contemporâneo, a retorica procedural implica em expressões – para transmitir ideias efetivamente. Retórica procedural é um subdomínio da autoria procedural; esse argumento é feito não através da construção de palavras ou imagens, más através da autoria das regras e comportamento, a construção de modelos dinâmicos. Em computação, essas regras são de autoria em código, através da pratica da programação. (BOGOST, 2010, p.29)

E como ele mesmo irá apontar em sua obra *Persuasive games: the expressive power of videogames*, esses jogos teriam dois fatores que permitiriam a utilização da retórica procedural, o primeiro é que eles utilizariam, mais do que quaisquer outros programas, o poder de processamento dos computadores. Por mais que essa seja uma questão técnica, é importante apresentá-la, visto que a ideia proposta por Bogost está vinculada ao poder retórico dos computadores e estes funcionam através de processamentos de dados.

Bogost também aponta para o valor expressivo do videogame: "vídeo games são geralmente um subgênero mais expressivo da mídia computacional que outros tipos, por exemplo, software de produtividade" (BOGOST, 2010, p.45) e, por causa disso, podemos colocá-los no mesmo patamar que a literatura e o cinema como mídias de força cultural.

O ato de jogar é procedural. Para aprender a jogar, é necessário: repetição, para saber como os controles funcionam (quais botões são usados para realizar ações); para entender os limites do jogo (os jogos não podem se estender infinitamente, logo, os desenvolvedores criam limites, como itens de jogo ou até paredes invisíveis); e, por fim, para compreender como se joga.

No "como se joga" está aquilo que o desenvolvedor planejou para que o jogo seja jogado. E isso vai além do controle, já que estamos falando de características como o gênero de jogo; como as fases foram projetadas; os objetivos traçados para o jogador, entre outras. É através desse último ponto que o *game designer* (ou a empresa desenvolvedora) coloca seus ideais para o indivíduo que está aprendendo a jogar através da retórica procedural. Em outras palavras, quando o jogador realiza os processos do jogo, essas mensagens vão sendo transmitidas para ele.

Grand Thelf Auto e a nova realidade do trabalho

Grand Thelf Auto (ROCKSTAR, 1996) é um jogo sandbox[4] (caixa de areia), no qual o jogador se torna um bandido que busca subir dentro de organizações criminosas.

Neste artigo, focaremos em três jogos que foram lançados para os consoles de sexta geração (Playstation 2, Xbox e Game Cube), são eles: *Grand Thelf Auto III* (ROCKSTAR, 2001), *Grand Thelf Auto: Vice City* (ROCKSTAR, 2002) e *Grand Thelf Auto: San Andreas* (ROCKSTAR, 2003), mais conhecidos como *GTA*. Tal escolha se justifica pela representação desses jogos

[4] Muitos acreditam que o *Grand Thelf Auto* foi o primeiro jogo sandbox. Contudo, o primeiro foi *Elite* (ACORNSOFT, 1984) para Comodor.

na popularização da franquia e pelo fato de a mecânica deles ser igual, isto é, a forma como as missões são iniciadas são iguais.

Cabe ressaltar que, por ser estilo sandbox, a apresentação dos objetivos no *Grand Thelf Auto* ocorre de diferentes maneiras. Em outros estilos de jogos, somos apresentados ao objetivo assim que os iniciamos, como no Super Mario Bros. (NINTENDO, 1983), para a Nintendo Entertainment System, em que o jogador precisa chegar ao fim de cada fase, derrotando os inimigos para resgatar a princesa. No *GTA*, por sua vez, o jogador é deixado livre em uma cidade específica — por exemplo, no *GTA III* há uma releitura da cidade de Nova York chamada Liberty City; no *GTA: Vice City* há uma releitura da Miami dos anos 1980; e, por fim no *GTA: San Andreas* há três releituras de cidades dos anos 1990: San Andreas (Los Angeles), San Fierro (São Francisco) e Las Venturas (Las Vegas) — e essa liberdade é exercida realmente sem quaisquer limites: não há objetivos para serem cumpridos. Por exemplo, o jogador pode pegar 0um carro e percorrer a cidade; andar pelas calçadas sem rumo; roubar um carro que chamou sua atenção ou atropelar os pedestres. Esse mundo é sua caixa de areia.

Para conseguir realizar os objetivos, o jogador deve se dirigir a pontos específicos da cidade que são destacados no minimapa — que funciona como fosse um GPS — por meio de letras ou símbolos.

Ao chegar no local, ele é apresentado ao contexto da missão através de uma *cutscene*, que é uma espécie de parte assistida do jogo, pois não existem controles de ação, que servem para explicar algo ou avançar com o enredo.

Em seguida, ele é enviado para realizar a missão. Nesse momento, a liberdade apresentada ao jogador é retirada momentaneamente e suas ações são limitadas até que a missão seja completa. Para muitos jogadores, realizar missões pode parecer enfadonho, já que toda a liberdade proposta não existe mais. Contudo, os desenvolvedores colocaram alguns pontos para incentivá-los a realizar as missões.

Em primeiro lugar, só se pode avançar na história do jogo caso todas as missões sejam feitas. Cada uma delas cria peças para que o quebra-cabeça final da narrativa seja concluído. Outro ponto são as recompensas que, em todos os jogos, são em forma de dinheiro[5]. Esse dinheiro ajuda o jogador em compra de armas, coletes à prova de bala, fugir da polícia etc. Além disso, concluir missões pode liberar todo o mapa da cidade para que o jogador possa explorá-lo, pois, no início, ele não tem acesso a tudo, ao contrário: é impedido de ir a certas localizações por barreiras policiais ou por portões, como no caso do *GTA: Vice City*, em que as pontes que ligam as duas partes da cidade estão fechadas por portões de ferro. Todos esses aspectos são importantes de serem observados porque essa mecânica trazida pelo jogo, de permitir que o jogador faça sua missão quando quiser, se assemelha ao ideal neoliberal com relação às novas lógicas de trabalho.

O *homem empresarial* defendido pelos neoliberais tem uma forma ideal de empreendedor. Não existe uma definição clara sobre a ideia de empreendedor, contudo, Dardot e Laval

[5] Somente no *GTA: San Andreas* encontramos uma nova mecânica dada em algumas missões: o respeito. Como o jogo se passa durante brigas de gangues da Los Angeles dos anos 1990, a mecânica ajudava o jogador a ganhar mais respeito dentro de suas gangues (*Grove Street*), a fim de recrutar membros para fazer missões. Eles eram controlados pelo computador e atiravam em quaisquer membros de gangues rivais (*Ballas*) ou NPC (*non player character*: são personagens não jogáveis controlados pelo computador) que por acaso agredisse o nosso personagem ou membro de nossa gangue.

conseguem fazer uma síntese do que é apresentado: "é um combatente, um competidor, que gosta de lutar e vencer, e cujo sucesso financeiro é apenas um símbolo de seu sucesso como criador" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 183). A lógica do empreendedor é aquela de um indivíduo que faz de tudo para garantir suas conquistas pessoais, mesmo que, para isso, deva passar por cima dos outros. Contudo, além disso, é importante notarmos que essa ideia de sujeito reinventa a questão de tempo e liberdade.

O tempo, cabe dizer, é o tempo de trabalho. Nos últimos dois séculos do sistema capitalista o tempo é utilizado pela burguesia como forma de controle da classe operária: a imposição de hora de entrada e de saída e o próprio pagamento ser recebido pelas horas trabalhadas são alguns exemplos — além disso, não à toa, houve muita luta da classe trabalhadora para impor limites ao tempo de trabalho exigido pelas classes dominantes. Nesse sentido, o tempo de trabalho é, muitas vezes, visto pelo trabalhador como uma prisão.

Assim, o empreendedorismo surge como uma saída, como uma quebra desses grilhões, uma vez que o empreendedor é livre, buscando ser produtivo apenas quando lhe parece necessário. E por que ele consegue? Porque ele se emancipa da figura do "patrão", que é transformado em contratante de seus serviços.

Contudo, é importante esclarecer que uma coisa é o trabalhador que tem o seu tempo limitado pela empresa, mas seus direitos garantidos; outra é o empreendedor que é livre para fazer seu horário, mas não tem direitos para recorrer. Em nosso tempo é possível ver a existência desses dois tipos de trabalho, contudo o neoliberalismo vem tentando mudar isso: "O neoliberalismo, como mutação do capitalismo, torna o trabalhador um *empreendedor*. Não é a revolução comunista, e sim o neoliberalismo que elimina a exploração alheia da classe trabalhadora" (HAN, 2018, p.14).

Não é de hoje que começamos ver um crescimento de discursos contra os direitos trabalhistas, como se eles fossem um empecilho para o crescimento pessoal e para a busca de emprego, bem como uma reinvindicação para flexibilização das normas e a conferência de mais poder às empresas para criarem suas regras para os trabalhadores.

Byung-Chul Han demonstra em suas obras a busca das empresas pela criação de formas de trabalho mais "liberais", algo que já vemos em algumas empresas de tecnologia do Vale do Silício, que permitem que os funcionários façam yoga, joguem videogame, entre outras coisas, para que "rendam" melhor no trabalho. Além disso, com as modificações das leis trabalhistas, já se começa a pensar em horários flexíveis.

A mecânica de missão da franquia de jogos GTA acaba se assemelhando com essa nova forma de trabalho defendida pelos neoliberais. Começando pelo fato de o jogador não ser obrigado a fazer as missões assim que inicia o jogo, deixando-o escolher um horário mais apropriado para ele. Além disso, há alguns momentos no jogo em que são liberadas mais de uma missão e isso pode contribuir para que o jogador faça os seguintes questionamentos: com qual devo começar? Se eu fizer uma antes da outra, a seguinte será mais fácil e liberará parte da história que pode não ser liberada caso eu escolha a ordem errada? E a resposta é que não há ordem certa, uma vez que a decisão está totalmente nas mãos do jogador.

Da mesma forma, as recompensas conquistadas nessas missões podem ser utilizadas mesmo quando você está no modo livre (sem missão), tanto que no *GTA: San Andreas* há a possibilidade de customizar o personagem — Carl Johnson ou, como é chamado no jogo, CJ —, conferindo-lhe um estilo de cabelo, roupas e físico próprios. Também há alguns momentos em que a vida do personagem irá decair, mostrando que ele está com fome, o que

pode ser solucionado com uma ida a uma rede de *fast food*. Por fim, há também a possibilidade de customização do carro — como pintura, troca de motor e rodas — e até mesmo a compra de casas, por exemplo, quando se chega em Las Venturas, é possível "comprar" um quarto nas famosas réplicas dos hotéis de Las Vegas.

Podemos entender, então, que através desses processos e das missões, o jogo está passando uma mensagem, que é o reforço do estilo de vida empreendedor. Em outras palavras, o reforço da ideia da realização de serviços sem ter um emprego fixo — até porque não é possível mudar essa mecânica.

Sendo assim, os desenvolvedores deixaram claro que é possível jogar o jogo apenas a partir dessa regra. O jogador deve aceitá-la e assim vai fazendo essas missões repetidas vezes — no mesmo jogo ou nos próximos da franquia —, até que consiga fazê-las de forma automática. Mesmo porque ninguém espera uma mecânica diferente quando é lançado um novo GTA no mercado. E é assim que o jogo, utilizando a retórica procedural, naturaliza e importa essas ações e ideais para o mundo material.

Essas novas formas de trabalho acabam criando um ambiente mais hostil para os trabalhadores. De acordo com o professor Byung-Chul Han: "Hoje, cada um é um *trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa*. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma *luta interior consigo mesmo*" (HAN, 2018, p. 14). Isso ocorre pelo fato de termos a transformação da figura do patrão, que é visto não mais como um interventor e controlador, mas como um "cliente" que espera os resultados.

Outro ponto importante que vem com esse discurso é o falso sentimento de que o trabalhador de hoje é munido de todos os meios para fazer seu trabalho. Nesse sentido, recai para cima dele todas as responsabilidades e este não encontra escape para os problemas encontrados no ambiente de trabalho. Então o que lhe resta se não culpar a si mesmo por não conseguir fazer o trabalho do jeito que foi exigido.

Além de Han, o professor Vladimir Safatler também ressalta seus receios a respeito dos danos psicológicos que o sistema neoliberal determina aos indivíduos. Ao impor as lógicas empresariais nas relações sociais, o neoliberalismo destrói os pilares comunitários humanos:

> A empresa não é apenas a figura de uma forma de racionalidade econômica. Ela é a expressão de uma forma de violência. A competição empresarial não é um jogo de críquete, mas um processo de relação fundado na ausência de solidariedade (vista como entrave para o funcionamento da capacidade seletiva do progresso), no cinismo da competição que não é competição alguma (pois baseada na flexibilização contínua de normas, nos usos de toda forma de suborno, corrupção e cartel), na exploração colonial dos desfavorecidos, na destruição ambiental e no objetivo monopolista final. Essa violência pede uma justificação política, ela precisa se consolidar em uma vida social na qual toda figura da solidariedade genérica seja destruída, na qual o medo do outro como invasor potencial seja elevado a afeto central, na qual a exploração colonial seja a regra (SAFLATER; JUNIOR; DUNKER ORG, 2020).

A impossibilidade de os trabalhadores verem os outros como iguais não só acaba com a união e a organização, como aponta Han, mas leva ao fim da própria política em si, visto que o projeto competitivo do neoliberalismo não só impede a criação de relações sociais, como também se torna um perigo para a própria democracia burguesa ao levar os indivíduos a verem uns aos outros como inimigos, impedindo, assim, uma relação de diálogo.

Por fim, outro ponto demonstrado pelo professor Richard Sennet, em sua obra *Corrosão do Caráter*, é como essas novas formas de trabalho têm afetado as relações sociais. Em seu livro, ele acompanha a caminhada profissional de um pai e de seu filho: o primeiro vivendo o período do Estado de bem-estar social e o segundo o início do neoliberal. Com isso, ele demonstra as mudanças que vêm ocorrendo na forma de trabalho e como isso se relaciona com questões externas ao emprego, como casamento, criação dos filhos e afinidade com os vizinhos.
Quando lemos as preocupações do filho sobre o rumo que sua vida tem tomado, percebermos o receio de perder o controle: "Fiquei sabendo que seu receio de perder o controle ia muito mais fundo que a preocupação com a perda de poder no trabalho. Ele temia que as medidas que precisava tomar e a maneira como tinha de viver para sobreviver na economia moderna houvessem posto sua vida emocional, interior, à deriva" (SENNET, 2005).
O seu receio ocorre pelo fato de o trabalho, assim como suas ações como empregado, carecer de moralidade. Assim, ele se questiona como poderá dar exemplos de vida para seus filhos. Outro ponto seria novamente a questão do tempo, Rico — o nome fictício dado por Sennet para determinar o filho — se mostra temeroso novamente por dois aspectos: o primeiro é a falta de compromisso, já que ele vive mudando de emprego sem criar raízes. O segundo é algo é a preocupação com a criação dos filhos, dada a impossibilidade de os pais estarem mais presentes em casa, pois estão cada vez mais gastando o seu tempo com o trabalho.
É importante destacar aqui que Sennet não está fazendo uma apologia a um passado bom, em detrimento de um futuro péssimo. Até porque o pai de Rico, por mais que tivesse uma seguridade em seu emprego, bem como a garantia de que conseguiria manter certo conforto para sua família, não conseguiu ascender socialmente, algo que ele só poderia planejar para seu filho.
No entanto, é interessante a demonstração de como o trabalho se tornou o centro da nossa sociedade e como ela media todas as outras relações (família, amizade, entre outras). Com base nisso, Sennet demonstra as transformações que essa lógica de trabalho traz e como isso afeta ao todo, mas, principalmente, a mentalidade do trabalhador.

Conclusão

Os videogames, através da retórica procedural, se tornaram uma nova ferramenta para propagar ideias, assim como as escolas, telejornais, filmes e outros meios de informação e entretenimento, de modo que ignorar isso é um erro.
As empresas de games estão entre as que mais lucram[6] no mundo. Além disso, elas criam uma cultura própria que envolve diversas pessoas ao redor do globo[7]. Não há como negar o poder que essa indústria vem adquirindo e, agora, com o surgimento de novos trabalhos sobre esse assunto, é visível que a academia deve se debruçar e analisar essa nova mídia.
Este trabalho tentou contribuir e demonstrar como o jogo *GTA*, através de sua mecânica, reforça a ideia neoliberal de trabalho no que tange à "libertação" das amarras patronais e do

[6] Mais informações: https://www.folhape.com.br/colunistas/tecnologia-e-games/mercado-mundial-de-videogames-supera-os-us-300-bilhoes/24515/
[7] Uma vez por ano ocorre na California a *Electronic Entertainment Expo* (E3), onde as principais desenvolvedoras apresentam seus novos jogos. Por mais que seja um evento para empresários e jornalistas, ele é aberto ao público e isso permite que haja uma interação entre fãs e desenvolvedores. Um exemplo disso é a presença de *cosplayers*, pessoas que se caracterizam e interpretam personagens ficcionais, nesse caso, personagens de jogos de videogame.

tempo, fazendo, assim, na sua lógica, que o trabalhador atinja o máximo de suas capacidades. Contudo, buscou também mostrar os contrapontos desse pensamento, a fim de entender como o capitalismo evoluiu para uma nova forma de controle e é nesse conceito que devemos manter nossa atenção, como Han demonstra:

> Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emerja qualquer resistência ao sistema. No regime de exploração imposta por outros, ao contrário, é possível que os explorados se solidarizem e juntos se ergam contra o explorador. Essa é a lógica que fundamenta a ideia marxista da "ditadura do proletariado", que pressupõe, porém, relações repressivas de dominação. Já no regime neoliberal de auto exploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos (HAN, 2018, p.16)

Ou seja, ao se combater essas formas de exploração, podemos acabar esbarrando no indivíduo que não se vê como explorado e, por isso, a crítica seria vista não como uma crítica ao sistema, a si mesmo, já que, como Han apresenta, o trabalhador interiorizou o sistema e acredita que é parte dele.

Referências

BOGOST, Ian. *Videogames and Ideological Frames*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, 2006. Disponível em: http://bogost.com/downloads/I.%20Bogost%20PopComm%204-3.pdf. Acesso de: 05 de Julho de 2018.

_____. *Persuasive Games: The Expressive Power of Videogame*. Londres: The MIT Press. 2007

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo. 2016.

HAN, Byung-Chul. *Pscicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Trad: Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné. 2018.

_____. *Sociedade do Cansaço*. Trad: Enio Paulo Giachini. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2017.

ROCKSTAR GAMES. *Grand Theft Auto III*. Nova York. 2001.

_____. *Grand Theft Auto: Vice City*. 2002.

_____. *Grand Theft Auto: San Andreas*. 2004.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record. 1999.

SFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.* Belo Horizonte: autêntica. 2021.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

O MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

Raqueline Pereira das Neves[1]

Introdução

O tema desta pesquisa concentrou-se na implementação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na política de assistência social do Distrito Federal (DF). Para isso, diferentes áreas foram abordadas, a saber, o direito constitucional, o direito administrativo, o direito previdenciário e a política de assistência social.

A referida lei federal, amplamente reconhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), foi promulgada para estabelecer o regime jurídico das parcerias entre as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e a administração pública. Houve um contexto histórico precedido de lutas e forte pressão dos movimentos sociais para a sua promulgação.

Para fins de estudo, a problemática da pesquisa destinou-se a responder como tem ocorrido a sua implementação na política de assistência social do DF. Para isso, estabeleceu-se como objetivo geral analisar especificamente a implementação da lei federal nesta política. Desse modo, pretendeu-se conceituar as OSC, identificar as inovações proporcionadas com o advento do marco na relação jurídica entre a administração pública e as organizações mencionadas e, por fim, levantar as medidas de regulamentação e de implementação do MROSC no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES).

Para tanto, foi utilizado como método de pesquisa o qualitativo, como método de abordagem o dedutivo e como métodos de procedimento o histórico, o comparativo e o estruturalista. E adotou-se, como técnicas de pesquisa, a bibliográfica e documental.

A política de assistência social possui natureza peculiar, pois seu atendimento é destinado necessariamente às minorias e considerável parcela da população distrital utiliza esta política. O presente cenário caracteriza a motivação do estudo, pois a temática contribui não somente para demonstrar a força normativa assegurada na aplicabilidade de uma lei, mas também o acesso dos mais desfavorecidos socialmente a uma política pública.

Por outro lado, é importante verificar a materialidade da lei além das positivações legislativas. O direito se origina quando uma norma é promulgada. Nesse sentido, a Constituição brasileira possui caráter garantista, uma vez que assegura muitos deles em seus dispositivos. Contudo, o fato do direito enquanto norma se encontrar positivado não necessariamente materializa a sua concretude. Vale antecipar que, com a realização desta pesquisa foi possível observar um dos preceitos constitucionais se desenvolvendo no exercício democrático.

---

[1] Licenciada em Pedagogia. Especialista em Trabalho com Famílias e Comunidades. Concluinte do curso de Direito pela Universidade e Faculdades Projeção. Especialista em Assistência Social, na Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, do Governo do Distrito Federal – GDF, onde desenvolve atualmente atividades na Diretoria de Atenção Integral a Famílias e Indivíduos - DISEFI com a pauta de violência de gênero. E-mail: raquelineneves@gmail.com.

A organização do trabalho ocorreu da seguinte forma: primeiramente, foi realizado um breve contexto sobre OSC, no qual identificou-se a sua relação com as políticas públicas. Posteriormente, abordou-se o MROSC, apresentando as inovações legislativas proporcionadas com o seu advento. Em seguida, relacionou-se a aplicação do MROSC na política de assistência social do DF, de modo a demonstrar quais inovações a SEDES adotou quanto à regulamentação e à implementação da lei federal.

Um breve contexto sobre as organizações da sociedade civil

Pode-se afirmar que as entidades que compõem o terceiro setor, apesar de não integrarem a estrutura pública administrativa, são entes "particulares em colaboração, sem fins lucrativos, que atuam ao lado do Estado na prestação de serviços públicos não exclusivos, mas de cunho social" (CARVALHO, 2017, p. 722). Nesse sentido, as OSC acessam nichos sociais com maestria.

Historicamente, elas obtiveram reconhecimento na execução de serviços de forma voluntária, muitas vezes, quando estes nem mesmo eram considerados como política pública. Em razão da importância adquirida socialmente, o trabalho desenvolvido ganhou força e notoriedade, ao passo que o Estado, além de não atender à lacuna de serviços, seja pela inviabilidade estatal, seja pela ausência de interesse político, não oferecia segurança jurídica adequada para as relações estabelecidas entre a sociedade civil e a máquina pública.

Conforme Anderson Andrade de Araújo e Naiana Luiza Lourenço de Souza e Lira (2021, p. 886), a visibilidade do terceiro setor deu-se no momento histórico de crescimento econômico brasileiro, conjuntamente com o processo de globalização iniciado ainda no século XX. Diante disso, as áreas sociais foram diretamente impactadas, pois a desigualdade e seus desdobramentos também evoluíram. Problemas sociais como a pobreza se agravaram e as medidas estatais, quando adotadas, demonstraram-se insuficientes para a resolução da problemática. A notoriedade do terceiro setor ficou evidenciada frente à sociedade, sobretudo, em relação aos organismos internacionais, que aplicaram recursos externos nestas organizações.

A prestação de serviços foi regulamentada com o estabelecimento de parcerias entre a Administração Pública e as OSC por meio de convênios, termos de parceria e outros instrumentos. Desse modo, algumas leis foram construídas com este propósito, contudo, ainda insuficientes para garantir uma relação jurídica que atendesse ao interesse público, proporcionasse segurança às organizações sociais e oferecesse parâmetros qualitativos para as entregas disponibilizadas.

As regulamentações, até então promulgadas, instituíram as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), também conhecidas como Organizações Sociais (OS), as quais então passaram a obter titulação que permitia formalizarem contratos de gestão com a Administração Pública para a execução de serviços de interesse público. Portanto, as OSC que não possuíam esta titulação ficavam desassistidas quanto à claridade de regras e de instrumentos específicos para a realização do feito.

Maria da Glória Gohn (2014, p. 57) destaca que a criação das OS, das Oscip e das Parcerias Público-Privadas (PPP) foi permitida com a promulgação de legislações federais. Com isso, o Estado passou a executar serviços públicos por meio da sociedade civil. A perspectiva de responsabilização quanto às parcerias modificou-se, visto que as relações saíram do enfoque

absoluto dos direitos plenos e enveredaram-se também para o cumprimento dos deveres pelos atores envolvidos.
Corroborando com este entendimento, José Murilo de Carvalho (2014, p. 227) menciona o surgimento das organizações não governamentais, especificação utilizada à época, como uma experiência otimista na relação entre o Estado e a sociedade em razão daquelas desenvolverem atividades de interesse público mesmo sem serem unidades estatais.
Por outro lado, Maria Sylvia Zanella di Pietro (2021, p. 682) doutrina que

> As relações jurídicas entre a Administração Pública e as entidades do terceiro setor têm sido campo fértil para os desvios dos objetivos que justificam a celebração de parcerias entre os setores público e privado para fomento de atividades sociais de interesse público; como também têm propiciado o desrespeito das finalidades institucionais das entidades parceiras; e, principalmente, têm provocado o desvio de vultuosos recursos públicos para finalidades outras que não são de interesse público.

A relação estatal com as OSC para a execução dos serviços públicos ocorria, até a promulgação da Lei n° 13.109, pela celebração dos convênios. Tal instrumento utilizava como regramento a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual instituía normas para licitações e contratos da Administração Pública e adotava outras providências. A aplicação desta lei causava grande confusão entre as partes, dada a especificidade de sua destinação (a regulamentação da relação estatal com entidades privadas que visam lucro) e o objeto executado pelas OSC (entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvem, em sua maioria, atividades de cunho social).
Portanto, não havia uma legislação específica para as organizações que recebiam a nomenclatura de Organizações Não Governamentais (ONG). Na execução dos convênios, utilizava-se como fundamento Lei n° 8.666 no que coubesse a sua aplicação. Por sua vez, as OS e das Oscip possuem legislação específica e não abrangem o interesse deste estudo, pois abarcam instrumento e finalidades distintas.

O marco regulatório das organizações da sociedade civil

Para atender aos anseios das OSC, foi iniciado em 2010, com a "Plataforma OSC", movimento que se traduziu na instituição do grupo de trabalho interministerial, o qual propôs os aperfeiçoamentos legislativos na relação jurídica estatal com a sociedade civil (BRASÍLIA, 2018, p. 10).
Em 31 de julho de 2014, foi promulgada a Lei Federal nº 13.019, com o objetivo de atender às reivindicações dos movimentos sociais. Com isso, foram previstos instrumentos específicos que constituem a base legal para a formalização de parcerias entre o poder público e as OSC.
É importante ressaltar o conceito de parceria aduzido no art. 2°, inciso III, desta legislação, que a define como

> [...] conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação (BRASIL, 2014).

Os mencionados instrumentos têm por finalidade: i) o termo de colaboração destina-se às parcerias que envolvam transferência de recursos públicos propostas pela administração pública; ii) o termo de fomento refere-se às parcerias que envolvam transferência de recursos públicos, contudo, propostos pelas organizações da sociedade civil; e iii) o acordo de cooperação aplica-se às parcerias que não envolvam a transferência de recursos financeiros.
Com o advento legislativo, estabeleceu-se a nomenclatura OSC para as entidades sem fins lucrativos que não distribuam dividendos entre os seus membros, para as sociedades cooperativas especificadas em lei e para as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social.
Como diretrizes do regime jurídico destaca-se a priorização do controle dos resultados:

> Em termos mais objetivos, a nova lógica não significa descontrole, e sim uma nova sistemática de gestão, que enfatiza a necessidade de monitoramento e avaliação constantes, preventivos e saneadores, para que sejam alcançadas as metas estabelecidas pela parceria e, finalmente, para que se apresente uma adequada prestação de contas dos resultados (BRASÍLIA, 2018, p. 17).

O controle com foco nos resultados pressupõe uma relação de confiança entre as partes. Desse modo, a administração pública passa a participar mais efetivamente durante a execução do objeto pactuado. Isso acontece por meio do processo contínuo de avaliação e de monitoramento, nas figuras do gestor, o qual, nos termos do art. 2°, inciso VI, da Lei n° 13.019/2014, é o "agente público responsável pela gestão da parceria", e da comissão, órgão colegiado instituído para a finalidade de monitorar e avaliar as parcerias, conforme dispõe o art. 2°, inciso XI, da mesma lei. É importante ressaltar que, nesta perspectiva, o Estado não mais atuará especificamente com o caráter fiscalizatório, que se movimenta predominantemente no momento da prestação de contas, mas caminhará concomitantemente com a OSC, numa abordagem mais fidedigna ao sentido literal da palavra parceiro.

Di Pietro (2021, p. 682) considera de forma sintética as medidas mais relevantes na criação da lei, sendo elas a imposição de medidas de transparência das informações que abranjam os dois polos envolvidos; a exigência de chamamento público para seleção; a comprovação de, no mínimo, um ano de existência da entidade parceira; a obrigatoriedade do plano de trabalho relacionado ao instrumento de pactuação da parceria; as restrições para liberação dos recursos públicos; a instituição do monitoramento e avaliação por parte do Estado; a criação do gestor da parceria; a possibilidade da Administração Pública retomar os bens públicos e assumir a execução do objeto; a obrigatoriedade da prestação de contas; a previsão das penalidades; e a alteração da lei de improbidade administrativa com a inclusão de novas modalidades de atos.
As medidas de transparência das informações permitem também maior controle pela sociedade acerca do local onde o dinheiro público é aplicado. Tanto a administração pública deve publicar a relação de parcerias celebradas, quanto às OSC devem também divulgar dados específicos na internet e em suas bases físicas. Conforme dispõe o art. 11, da Lei nº 13.019, é necessária a disponibilização de dados que demonstrem a execução do plano de trabalho apresentado durante o desenvolvimento do termo pactuado.

No plano de trabalho deverá constar a descrição do objeto da parceria, as metas a serem alcançadas, o custo implicado para a execução do objeto, a metodologia de execução e os parâmetros para verificação do alcance das metas pactuadas. Embora seja prevista a dispensa em casos especificados na norma, o chamamento público é a regra geral para o estabelecimento de parcerias, viabilizando mais lisura ao processo, dada a taxatividade elencada. É possível a atuação em rede, ou seja, conforme os critérios necessários, uma organização pode celebrar e coordenar a execução do termo por outra entidade. Para a aplicação dos recursos, há um rol exemplificativo para a previsão dos gastos. Além disso, foi predita a implementação de um sistema eletrônico para as parcerias.

Sérgio Henriques Zandona Freitas, Giovanni Galvão Vilaça Gregório e Flávia Baracho Lotti Campos de Souza (2020, p. 78) consideram que as inovações proporcionadas com a criação do marco se destacam, sobretudo, em relação à atuação preventiva das instâncias de controle interno e externo. A administração pública monitora e avalia a parceria, no que se refere ao objeto pactuado, e o Ministério Público exerce papel fiscalizatório atuando, inclusive, frente ao Estado na defesa do melhor interesse público. Além disso, por meio do presente instituto são propiciadas ferramentas necessárias para materializar os preceitos preconizados na Constituição Federal de 1988 (CF).

Luiz Alberto Blanchet e Fernanda Alves Andrade Guarido contextualizam que a elaboração da lei se deu "em resposta aos escândalos de desvios de recursos repassados a organizações não governamentais" (2021, p. 101). Se, por um lado, as OSC desenvolveram um serviço relevante, visto que muitas vezes o Estado não o alcançava, por outro, a ausência de legislação específica também pode ter sido um fator que corroborou com o acontecimento dos fatos mencionados, o que revela a importância da inovação legislativa.

Di Pietro menciona, ainda, que a lei federal instituiu medidas de grande pertinência para os órgãos de controle, as quais "podem contribuir para moralizar as parcerias com entidades do terceiro setor e corrigir os abusos que atualmente se verificam" (2021, p. 682). Além disso, atribui como medida para maior efetividade da lei federal a atuação eficiente dos órgãos de controle.

De acordo com os ensinamentos de Freitas *et al* (2020, p. 70), embora o MROSC tenha sido uma aquisição significativa para o fim ao qual se destina, a regulamentação das parcerias entre o poder público e a sociedade civil, é salutar que os entes federados regulamentem os procedimentos em conformidade com a legislação federal.

A partir dessas abordagens, é possível inferir que o Marco apresentou aparato normativo pertinente para as parcerias estabelecidas entre as OSC e a administração pública. Cada perspectiva teórica apresentada demonstra a adoção de medidas salutares na construção da regulamentação jurídica que viabilizou maior segurança jurídica nesta relação, fundamento que impulsionou e respalda a origem da construção legislativa.

Aplicação do marco regulatório das organizações da socidade civil na política de assistência social do distrito federal

A atual Constituição, em seu art. 6°, assegura serem direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Mendes e Branco (2021, p. 343) doutrinam que os direitos sociais foram acolhidos como direitos fundamentais na Carta Magna. É importante ressaltar que os direitos fundamentais são dispostos como cláusulas pétreas da Constituição brasileira, ou seja, não podem ser retirados do seu texto. Portanto, representam elementos basilares e inquestionáveis da base jurídica nacional, restando ao aparato estatal a incumbência de dar-lhes pleno efeito.

A previsão legal que consolida o sistema da seguridade social encontra-se disposta no art. 194, da CF. Neste dispositivo é assegurado o direito universal à saúde, não vinculado a qualquer contribuição ou contraprestação direta do usuário para sua utilização. Já a previdência social é destinada diretamente para os seus contribuintes que, quando necessário, possuem disponível um rol de benefícios acessíveis dotado de regras específicas para sua utilização. E a assistência social oferta serviços e benefícios mediante o cumprimento de requisitos legais para o seu acesso.

Carvalho (2014, p. 219) aborda a trajetória histórica para se desenvolver a cidadania brasileira. O autor indica que, embora tenha havido avanços significativos neste percurso, estes ainda não foram suficientes para superar todos os problemas ocasionados pelo processo de colonização pelos quais se constituiu o povo brasileiro. Eles se traduzem na pobreza, no desemprego, no índice de analfabetismo e de iletrados, bem como nas diversas violências apresentadas cotidianamente nos âmbitos privado e público.

Dessa forma, dispõe o art. 203, da CF, serem objetivos da assistência social a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que não disponham de meios para prover a sua subsistência.

Para Santos (2020, p. 280), o intuito do legislador ao criar tais objetivos para a política de assistência social foi priorizar a transformação social. De modo que, por meio das prestações assistenciais, da integração e da inclusão, houvesse a diminuição da desigualdade imposta originalmente ao usuário da assistência social, assegurando-lhe, assim, meios de sobrevivência.

Como visto, encontra-se constitucionalmente prevista a execução da política de assistência social de forma descentralizada, nos termos do art. 204, inciso I, da CF. É assegurada a descentralização político-administrativa como uma das diretrizes no desenvolvimento das ações governamentais da assistência social. Para isto, a Constituição determina como competência da esfera federal a coordenação e a elaboração das normas gerais e responsabiliza as esferas estadual, municipal, distrital e as entidades beneficentes pela execução dos programas.

Di Pietro (2021, p. 554) leciona ser descentralização a repartição de competências. Mais especificamente, a descentralização política está relacionada ao desenvolvimento das funções dos entes, que se encontram dispostas na própria Constituição, sem implicar na realização de funções por delegação de competência. Por outro lado, a descentralização administrativa não é oriunda da Constituição, mas decorre por delegação do poder central. A combinação das duas modalidades se desdobra na execução de funções, mediante delegação, contudo, com a capacidade de autoadministração.

Em conformidade com a previsão constitucional, a assistência social é regulamentada complementarmente por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742,

de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. O seu financiamento é viabilizado com os recursos do orçamento da seguridade social. Para isso, foi criado o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no qual é feito o repasse aos executores. O recurso do FNAS é proveniente dos aportes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já a operacionalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é realizada por meio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).
Para Maria Fernanda Aguilar Lara (2020, p. 23),

> No caso da assistência social, as OSC ocupam um lugar relevante na política, tendo participado ativamente do seu processo de institucionalização. Tal participação possibilitou o desenvolvimento e aprimoramento das capacidades de regulação do Estado nesta política pública. Como vimos, estas capacidades foram (co)produzidas nos processos interativos entre os movimentos sociais, as OSC e os atores do Estado. Neste sentido, o MROSC tem um importante efeito nesta política, já que afeta uma parte significativa dos serviços socioassistenciais implementados por meio da provisão indireta.

Portanto, a política de assistência social se desenvolve a partir do direito legalmente previsto constitucionalmente. Diante de uma sociedade desigual, em que o aparelho estatal não comporta executar diretamente todos os serviços previstos, a descentralização político administrativa se insurge para tornar possível a materialidade do direito.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal

A competência para a execução da PNAS no DF é da SEDES. Os serviços e benefícios destinados ao público em situação de vulnerabilidade social são disponibilizados à população em unidades públicas que os ofertam de forma direta e, também, pelas OSC parceiras de forma indireta. Além da política de assistência social, esta pasta é responsável pelo desenvolvimento das políticas de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, pelos Programas Bolsa Família e DF Sem Miséria.
Na PNAS, o atendimento ao público é estruturado de acordo com as complexidades. De modo a consolidar os objetivos propostos para esta política pública, o atendimento ao público em situação de risco pessoal e vulnerabilidade é realizado em níveis de proteção distintos. Compõem as proteções da assistência social a básica e a especial, sendo esta última desdobrada em média e alta complexidade.
Suas ações são fundamentadas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Via de regra, os serviços implementados por ela se encontram dispostos nesta normativa, tanto na execução direta quanto na execução indireta. Desse modo, os termos de colaboração celebrados entre a SEDES e as OSC são parametrizados pela tipificação.
Constituem a execução direta a coordenação de vinte e nove Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), dezesseis Centros de Convivência (CCFV), doze Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), quatorze Restaurantes Comunitários, dois Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centros POP), um Centro de Referência de Diversidade, uma Central de vagas de Acolhimento e Atendimento Emergencial, três Serviços de Acolhimento Institucional de adultos e famílias (SAIF), de crianças e adolescentes (SAICA), de mulheres (SAIM) e idosos (SAIP).

Em 2021, a execução indireta dos serviços esteve composta por cinquenta e dois termos de colaboração e quatro termos de fomento. Os termos de colaboração vigentes concentraram-se na execução dos seguintes serviços: vinte e seis termos desenvolveram o serviço de acolhimento institucional (três para adultos e famílias, um de famílias acolhedoras, doze para crianças e adolescentes, cinco para jovens e adultos com deficiência, cinco para idosos, um para pessoas LGBTQI+), dezessete termos ofereceram o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (treze para crianças e adolescentes e quatro para idosos), um termo realizou o serviço de abordagem de rua, um termo propiciou o programa de primeira infância (Programa Criança Feliz), seis termos realizaram o serviço de proteção especial para pessoas com deficiência e serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.
Os termos de fomento, inclusive pela sua natureza, por serem de iniciativa das OSC, possuem objetos de execução distintos. Eles se destinaram à instrução e capacitação de pessoas em situação de rua e alta vulnerabilidade social, ao serviço de acolhimento em república para pessoas LGBTQI+ em situação de vulnerabilidade social e rompimento de vínculos e para famílias migrantes internacionais e refugiados da Etnia Warao, com vivência de rua ou desabrigo, em fase de reinserção social.

O Marco Regulatório e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

O Decreto nº 37.843, de 13 de dezembro 2016, e suas alterações, regulamenta a aplicação da lei federal entre as parcerias celebradas com a administração pública distrital e as OSC do DF. O documento, em consonância com a lei federal, prevê o procedimento de manifestação de interesse social; o processo de chamamento público e seleção; a submissão do plano de trabalho; descreve a celebração da parceria e os critérios para a sua execução; aborda a respeito do monitoramento e avaliação realizados pelo gestor e pela comissão; prediz os critérios para a atuação em rede; descreve como será a prestação de contas anual e final; afirma as sanções; e apresenta os itens necessários à transparência e participação social. Este decreto apresenta em seus anexos, ainda, modelos dos instrumentos a serem utilizados na celebração das parcerias, proporcionando maior uniformidade pelos órgãos subordinados ao regime.
No âmbito da SEDES, a Portaria nº 91, de 30 de dezembro de 2020, estabelece normas e parâmetros complementares ao decreto distrital. Nela se encontra descrito como ocorrerá o planejamento, seleção e habilitação das instituições; aspectos quanto à celebração do pacto; a dispensa, inexigibilidade e não aplicação de chamamento público, de acordo com hipóteses de utilização; a execução, a prestação de contas e as sanções previstas no descumprimento do desenvolvimento das parcerias. Apresenta também em seus anexos os valores de referência para os serviços socioassistenciais, os profissionais que deverão compor minimamente o quadro de recursos humanos das OSC parceiras, a documentação para habilitação e os resultados esperados, metas, indicadores, parâmetros/índices mínimos de qualidade e meios de verificação para os serviços.
Os anexos contidos na aludida portaria apresentam-se como instrumentos de extrema relevância, sobretudo, no que alude ao estabelecimento de metas, indicadores, parâmetros de qualidade. A adoção destes quesitos no ato, embora careçam de aperfeiçoamentos, norteia

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

as ações de monitoramento e avaliação, além de oferecer às OSC maior direcionamento quanto à execução do objeto pactuado e ao alcance dos resultados esperados.

Em relação à construção instrumental, normativa, é possível inferir que a implementação do MROSC na SEDES ocorreu no lapso temporal de seis anos e ainda se movimenta em busca de melhorias. Isto se deve, pois, entre a publicação da lei federal (2014) e do ato setorial (2020) transcorreu o interstício citado. Todavia, há termos de colaboração pactuados no ano de 2016, com vigência para sessenta meses, podendo ser prorrogados por mais doze meses de acordo com o interesse da administração pública. De forma que o ato normativo setorial foi publicado posteriormente à celebração dos termos, ainda hoje há termos vigentes sem serem alcançados totalmente pela norma distrital.

A SEDES dispõe de setor responsável pela formulação e coordenação das parcerias, denominado Unidade de Parcerias do Sistema Único de Assistência Social (UNIPAR), composto por servidores de carreira pública da assistência social. A própria estrutura formal desta unidade foi instituída apenas em meados de 2020, também posterior, inclusive, à publicação da Portaria nº 91.

O chamamento público é medida adotada pela SEDES, divulgada por meio do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), onde consta instituída para cada objeto a comissão de seleção. Conforme as informações disponíveis no sítio eletrônico[2], em 2021, foram publicados três editais de chamamento para os serviços de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência, na modalidade residência inclusiva (n° 01/2021, n° 04/2021 e n° 06/2021). Em 2022, constam seis editais em execução para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos (n° 23/2022), Ações Socioassistenciais Complementares de Promoção da Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade e risco social (n° 14/2022), Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência, na modalidade Residência Inclusiva (n° 13/2022), Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes nas modalidades Abrigo Institucional ou Casa lar (n° 09/2022), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos (n° 08/2022) e Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, na modalidade Abrigo Institucional (n° 06/2022).

Quanto ao monitoramento e à avaliação das parecerias, duas figuras atuam neste processo em consonância com o aparato legal. São os gestores e a Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMAP). A Portaria nº 91, dentre outras especificações, delimita aos gestores suas atribuições, bem como dispõe sobre o quantitativo de parcerias permitidas para cada servidor. Isto se deve, pois, o gestor é o elo entre a administração pública e a OSC na execução do objeto pactuado.

A Portaria n° 82, de 26 de novembro de 2020, institui a CMAP, inovação propiciada com o advento da lei federal. Este ato define as atribuições da comissão na celebração das parcerias e designa seus membros. Os membros, que também são servidores da carreira pública da assistência social, detinham em 2021, em sua maioria, dedicação exclusiva para estes trabalhos. Fato que não se aplica no ano de 2022, dada a recomposição dos participantes. De maneira mais ampliada, a CMAP atua na observância da execução do objeto, com vistas ao alcance dos resultados.

[2] https://www.sedes.df.gov.br/editais-de-chamamento-publico-2.

As parcerias estabelecidas possuem plano de trabalho alinhado com a definição específica do objeto a ser desenvolvido. É o instrumento pelo qual o gestor se orienta para realizar o monitoramento e os demais procedimentos pertinentes para a execução do objeto. Além disso, as OSC, em sua maioria, disponibilizam informações nos sítios eletrônicos quanto à transparência, de acordo com o preconizado no dispositivo legal. A SEDES também mantém a relação das OSC com as quais têm celebrado os termos de colaboração e de fomento.
Como mecanismo para aprimoramento da gestão da transparência, a lei federal previu o sistema unificado de dados. Contudo, não há elementos que indiquem horizonte para sua construção e implementação.

Conclusão

A problemática que subsidiou este estudo se pautou em responder como a Lei federal nº 13.019 tem sido implementada na política distrital de assistência social. Para isso, foi delimitado como objetivo geral analisar esta implementação, de modo a conceituar as OSC, identificar as inovações proporcionadas com o advento legislativo e levantar as medidas de regulamentação e implementação do marco na SEDES.
No que se refere ao conceito, tanto a norma quanto a doutrina se apresentam em consonância com a definição. Resumidamente, estas organizações são instituições privadas, que não almejam lucro e desenvolvem serviços de cunho, sobretudo, social. Elas, muitas vezes, realizam ações de caráter complementar aos serviços públicos. Ter clareza dos elementos essenciais do conceito de OSC é imprescindível para que se tenha também clareza do que se pode ou não esperar de parcerias com esses agentes, sendo possível compreender, em paralelo, como se aproximam do Estado e como se distinguem dele.
Sobre as inovações advindas do Marco, são fatores de destaque a criação dos instrumentos de pactuação dos termos (colaboração, fomento e acordo de cooperação) e todos os desdobramentos que afetam esta construção. A perspectiva de controle estatal, que ocorria prioritariamente durante a prestação de contas, com o Marco, desdobra-se no acompanhamento da execução do objeto pactuado. Tal mudança colabora para a oferta de serviços mais efetivos e proporciona melhor aplicabilidade dos recursos, uma vez que a atuação da administração pública ocorre concomitantemente ao desenvolvimento do objeto.
Dado o lapso temporal de seis anos entre a publicação da lei federal e do ato setorial normativo, ainda há termos de colaboração que foram pactuados sem as orientações advindas da Portaria nº 91. As parcerias estabelecidas pela SEDES por meio dos termos de colaboração desenvolvem como objeto, na maioria das vezes, serviços da política da assistência social que pressupõem continuidade, motivo que justifica a vigência destes termos. Com a abertura dos editais de chamamento de 2022, pressupõe-se que todas as parcerias passarão a vigorar fundamentadas no ato setorial.
Apesar do lapso temporal mencionado, quanto às medidas de regulamentação, o DF se destaca por ter emitido decreto para a aplicação da lei federal. Por sua vez, a SEDES também possui ato setorial estabelecendo normas e parâmetros para as parcerias. É importante ressaltar que, embora haja a publicação de ato setorial, isso não assegura que os atores envolvidos estejam devidamente apropriados quanto aos novos procedimentos, quiçá da mudança de abordagem oriunda da norma.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Já a implementação do MROSC nessa política tem ocorrido de forma paulatina. Foi possível perceber por meio da análise documental dos instrumentos adotados que, a SEDES tem inserido as principais inovações legislativas na formalização de suas parcerias. O conteúdo disposto no teor da Portaria nº 91, assim como nos seus anexos, em especial, o que positiva os parâmetros e indicadores de qualidade, demonstra uma tentativa de mudança de paradigma. Revela, ainda, maior segurança para o estabelecimento desta relação, visto que, tanto as OSC possuem clareza em relação ao que devem executar, quanto os servidores que monitoram e avaliam os termos encontram respaldo técnico e fundamentado para desempenhar a sua função.

Dentre as principais inovações adotadas pela SEDES, foi possível identificar, em especial, além do processo do edital de chamamento público, os termos de colaboração e de fomento, planos de trabalho em consonância com o objeto a ser executado, a instituição das figuras do gestor e da comissão de monitoramento e informações acerca da transparência dos dados. Contudo, não foram observados indícios da existência de um sistema eletrônico para parcerias a nível distrital.

É importante ressaltar que, identificar vetores de mudança entre os atores desta relação que superem a perspectiva meramente controlatória para de fato priorizar o alcance dos resultados é objeto para a realização de pesquisa mais aprofundada, uma vez que ultrapassa os limites deste estudo.

Referências

ARAÚJO, A. A. de.; LIRA, N. L. L. de S. e. O marco regulatório das organizações da sociedade civil: terceiro setor e as organizações de pequeno e grande portes. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.]*, v. 7, n. 7, p. 884–896, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i7.1729. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1729. Acesso em 22 mar. 2022.

BLANCHET, Luiz Alberto; GUARIDO, Fernanda Alves Andrade. As Organizações da Sociedade Civil no Brasil: possíveis caminhos de sustentabilidade econômica. Civil Society Organizations in Brazil: possible paths of economic sustainability. *Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas* (Brazilian Journal of Law Research), v. 2, n. 1, p. 87-114, 2021. Disponível em: < https://ojs.eduvaleavare.com.br/index.php/rbpj/article/view/23>. Acesso em novembro de 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federal do Brasil de 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em setembro de 2021.

_____. *Lei n°13.019, de 31 de julho de 2014*. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/L13019compilado.htm >. Acesso em setembro de 2021.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

BRASÍLIA. *Decreto n° 37.843, de 13 de dezembro de 2016*. Regulamenta a aplicação da Lei Nacional n° 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública distrital e as organizações da sociedade civil. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/dafaadb15ff3452f82afc4390b5ee432/Decreto_37843_13_12_2016.html >. Acesso em setembro de 2021.

_____. Governo do Distrito Federal. *Manual MROSC-DF: gestão de parcerias do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil*. Brasília, 2018. Disponível em <https://www.casacivil.df.gov.br/conheca-o-manual-mrosc/>. Acesso em: setembro de 2021.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. *Parcerias MROSC-Termos de Colaboração*. Brasília, 2022. Disponível em <https://www.sedes.df.gov.br/parcerias-mrosc-termos-de-colaboracao/>. Acesso em março de 2022.

_____. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004*. Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em março de 2022.

_____. *Portaria n° 82, de 26 de novembro de 2020*. Institui a comissão de monitoramento e avaliação das parcerias no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5647650534bf4d1fb3017390d25bc387/sedes_prt_82_2020.html>. Acesso em março de 2022.

_____. *Portaria n° 91, de 30 de dezembro de 2020*. Estabelece normas e parâmetros complementares ao Decreto Distrital n°37.843, de 13 de dezembro de 2016. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/da9aba0ca4364bfcb95bcefa7b0e5cb1/Portaria_91_30_12_2020.html>. Acesso em setembro de 2021.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARVALHO, Matheus. *Manual de Direito Administrativo*. 4ª ed. Salvador: JusPodium, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 34 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

FREITAS, Sérgio Henriques Zandona; GREGÓRIO, Giovanni Galvão Vilaça; DE SOUZA, Flávia Baracho Lotti Campos. *O marco regulatório das organizações da socidade civil: principais instrumentos criados pela lei nº 13.019/2014 e desafios para sua implementação*. Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública, v. 6, n. 2, p. 60-81, 2020. GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Série pesquisa. Brasília: Liber Livro Editora, 2012. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdagp/article/view/6962>. Acesso em novembro de 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2021.

LAMY, Marcelo. *Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

LARA, Maria Fernanda Aguilar. *A implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil na assistência social do município de São Paulo*. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo São Paulo. Disponível em <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:7XySRsLikfsJ:scholar.google.com/+marco+regulat%C3%B3rio+da+sociedade+civil&hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0,5&as_ylo=2020>. Acesso em setembro de 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 16 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. *Direito previdenciário*. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA: REFLEXÕES CRÍTICAS

Flavia Maia Cerqueira Rodrigues[1]

Este trabalho foi escrito em um momento turbulento para a classe trabalhadora, que sofre com diversos ataques sociais e trabalhistas, oriundos do contexto de avanço do neoliberalismo. Diversos debates ocorrem sobre como o mundo do trabalho vem se transformando e junto a ele como a precarização se acentua significativamente.

Pretendemos trazer algumas reflexões críticas em relação à precarização do trabalho docente, porém não temos a intenção de delimitar as esferas da atuação docente em nossa análise. Portanto, trataremos do tema de uma forma mais ampla, apontando algumas especificidades do trabalho docente formal, informal nas redes públicas e privadas de ensino, abarcando da educação básica ao ensino superior.

Vivenciando a prática docente, assim como o processo de precarização da mesma, há 25 anos em sala de aula na Educação Básica, atuando no primeiro e segundo segmentos, e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (SME-RJ), fui impulsionada a escrever sobre a temática. Atuando com duas matrículas na mesma rede de ensino, observo e sofro com um processo contínuo de transformações na profissão, impostas pelos poderes executivo municipal e federal, que acabam por alterar o fluxo da escola e da prática docente em si.

Concomitantemente ao processo de precarização docente ou de proletarização docente, como afirmam (PICCININI; MAGALHÃES; MOREIRA, 2021), este problema pode ser descrito também pelas situações que ocorrem frequentemente no cotidiano escolar, que acabam interferindo na minha prática docente. Uma dessas situações é a dificuldade que venho encontrando para conciliar a extensa carga horária de 45 horas de trabalho dentro das unidades, excluindo as horas de deslocamento, com o Mestrado em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ. Isso se dá pela não garantida de licença para formação acadêmica, que se dá no âmbito da SME-RJ.

Além da conjuntura recorrente do trabalho docente, como inadequada estrutura física da escola, salas de aula apertadas e quentes, elevado número de estudantes por turma, ausência de bibliotecas adequadas, que não oferecem condições mínimas de estudo e pesquisa e laboratórios de informática (SOARES, 2015), dentre outras, ainda tivemos que lidar com a mercantilização generalizada da atuação e formação docente, não estando acessível à classe trabalhadora, dadas as devidas exceções (KUENZER, 2021).

Como explicitado anteriormente, a docência não ficou de fora de todo o processo de transformação do mundo do trabalho, o período de retorno presencial nas escolas acompanhou o avanço perdas de direitos, incertezas e precarização do trabalho docente. Vale ressaltar que o período mais crítico da pandemia da Covid-19 se constituiu com o

[1] Professora da Educação Básica na Rede Municipal do Rio de Janeiro (Atuando em EJA); Mestranda no Programa de Educação Profissional em Saúde- EPSJV-Fiocruz; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa EJA-TRAB- UFF, Membro do Colegiado do Fórum EJA-Rio; Participante do Projeto Universidade e Escola - projeto de extensão-UFRJ; Participante do Grupo de estudos em Educação Ambiental Crítica e Pedagogia Histórico-crítica-Projeto de extensão EDU/UERJ; E-mail: flaviaginho@gmail.com

acirramento da crise do capitalismo. Apesar de não considerarmos todas as consequências do período pandêmico para o trabalho docente neste estudo, focaremos no processo de precarização dele durante a pandemia e no momento atual.

Assim, realizou-se como metodologia uma análise da literatura acadêmica acerca da precarização do trabalho docente, na forma de uma revisão narrativa, visando levantar seus desafios e possibilidades. De acordo com ROTHER (2007, editorial): "os artigos de revisão narrativa são publicações amplas apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o 'estado da arte' de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual". Tal revisão pode contribuir no debate de determinadas temáticas, levantando questões e colaborando na aquisição e atualização do conhecimento em curto espaço de tempo.

O processo de coleta do material foi realizado de forma não sistemática no período de março de 2022 a maio de 2022. Foram pesquisadas nas bases de dados científicas: "Scientific Electronic Library Online (SCIELO)" e "*Youtube*".

O critério de escola das fontes foi o método materialista histórico-dialético, pois pretendemos abordar a realidade, identificando seu caráter histórico, que apresenta dinamismo, provisoriedade e poder de transformação. Alguns princípios básicos do método serão analisados na pesquisa, como a totalidade, especificidade histórica, relação entre objetividade e subjetividade e suas contradições (MINAYO, 2013). Além desse critério, a proximidade da autora com a temática também foi levada em consideração.

Os descritores pesquisados foram: [precarização do trabalho docente] e [trabalho docente na pandemia]. Foram analisadas oito publicações de 2015, 2020, 2021 e 2022. Dentre elas dois artigos acadêmicos publicados em revistas, quatro capítulos de livros, um capítulo de dissertação e uma "*live*".

As fontes selecionadas foram organizadas em um quadro sinóptico, contendo: tipo de publicação, autores, ano, objetivos e principais resultados. Dessa análise temática, emergiram três partes do trabalho: Precarização do trabalho docente, intensificação dele durante o período da pandemia de Covid-19 e lutas e resistências docentes.

Após a leitura das fontes inserimos a nossa interpretação e análise de forma contextualizada. Ainda que nossas reflexões sejam breves, pretendemos sinalizar a riqueza descritiva, analítica e histórica dos materiais selecionados, de acordo com as partes citadas.

Materiais selecionados para a análise da literatura

TIPO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTORIA	ANO	FONTE
ARTIGO ACADÊMICO	Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo.	Fernanda Rodrigues Pontes1, Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas	2020	Revista Thema.v.18 Especial 2020 https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923
ARTIGO ACADÊMICO	O ensino remoto e o trabalho docente em tempos De pandemia: uma análise crítica	Elis Regina da Silva e Thiffanne Pereira dos Santos	2021	https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/27632#:~:text=Desse%20modo%2C%20o%20objetivo%20%C3%A9,a%20quest%C3%A3o%20central%20desse%20estudo.
CAPÍTULO 1	A precarização do trabalho docente: o ajuste normativo	Acacia Zeneida Kuenzer	2021	CAPÍTULO 1 DA PARTE II DO LIVRO:

				MAGALHÃES, Jonas, *et al.* Trabalho docente sob fogo cruzado II. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021
CAPÍTULO 2	O precariado professoral em tempos de pandemia da covid-19: a perda dos postos de trabalho e a eliminação de direitos	Amanda Moreira da Silva	2021	CAPÍTULO 2 DA PARTE I DO LIVRO: MAGALHÃES, Jonas, *et al.* Trabalho docente sob fogo cruzado II. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021
CAPÍTULO 3	Trabalho remoto, saúde docente e resistências coletivas em contexto pandêmico: a experiência de docentes da rede particular de educação	Kátia Reis de Souza, *et al*	2021	CAPÍTULO 5 DA PARTE I DO LIVRO: MAGALHÃES, Jonas, *et al.* Trabalho docente sob fogo cruzado II. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021
CAPÍTULO 4	Implementação do "ensino remoto" nas redes públicas de educação básica na pandemia	FRENTE CONTRA O ENSINO REMOTO/EAD NA EDUCAÇÃO BÁSICA	2021	CAPÍTULO 4 DA PARTE I DO LIVRO: MAGALHÃES, Jonas, *et al.* Trabalho docente sob fogo cruzado II. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021
CAPÍTULO DA DISSERTAÇÃO	Capítulo 2.5: Contextualização do estudo	Marcelo Henrique Pereira Soares	2015	DISSERTAÇÃO: Precarização e degradação do trabalho na educação pública da cidade do Rio de Janeiro no período de 2009 a 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 2015. Rio de Janeiro, 2015.109 f.
LIVE	Precarização docente: a quantas anda?	Amanda Moreira da Silva	2022	Representação Autônoma Docente UFRGS (RAD), 2022 https://www.youtube.com/watch?v=AB3Xc7yezdA

Tabela 1: Resultados da seleção de materiais a serem analisados, feita pela autora, 2022.

Precarização do trabalho docente: uma revisão narrativa da literatura

Desde o avanço neoliberal da década de 90, os organismos internacionais atribuíram ao trabalhador e à trabalhadora docente a responsabilização pelo sucesso ou fracasso escolar. Dessa forma, quando analisamos aqui a precarização do trabalho docente no período pandêmico, não podemos desconsiderar todo esse histórico que arruína continuamente tal categoria. Portanto, o cenário de precarização do trabalho docente se delineou de forma contraditória e não descolado do conjunto da classe trabalhadora, cabendo a nós destacarmos os aspectos objetivos e subjetivos desse processo.

A substituição da acumulação rígida pela acumulação flexível, explicitada por David Harvey (1998) e citada por Kuenzer (2021) só ocorreu devido à chegada da revolução digital, e como consequência, o sistema de produção, circulação e financiamento. A oferta foi suprida pela demanda, as encomendas passaram a dominar a produção, corroborando assim com o consumo flexível de competências diversas, que vão se engendrando nas cadeias produtivas (KUENZER, 2021).

A categoria docente é plural e heterogênea, apresenta diversos horários de trabalho, formas de remuneração, vínculos empregatícios, portanto precisamos nos atentar à totalidade para que então possamos refletir sobre as particularidades, pois o processo de precarização seguirá os passos da heterogeneidade. A análise marxiana que parte da totalidade para a particularidade docente nos atrai, pois considera a relação capital e trabalho como a premissa para as determinações expostas à categoria docente (SILVA, 2022)

> Considerando que a categoria docente não é homogênea – e que há distintas formas, tendências e graus de exploração do trabalho docente no Brasil – a precarização perpassa o setor estável (concursado) do professorado sob as mais diferentes nuances, no entanto, ela é ainda mais intensa em alguns estratos específicos de trabalhadores. É preciso observar que há uma precarização de novo tipo do trabalho docente nas redes públicas de educação básica, em meio às metamorfoses do campo educacional, que vêm constituindo o que denominamos de "precariado professoral": um novo contingente do professorado, cujas relações laborais estão mais próximas do trabalho por tempo indeterminado e intermitente, modalidades que não param de se expandir (SILVA, 2020, p. 589).

Ampliando esta reflexão para o campo docente, destacam-se ações realizadas para compor aulas síncronas e assíncronas, com o uso das plataformas. Sem ter formação específica, docentes se viram obrigados(as) à complexidade das ações de gravação, edição de vídeos-aulas, juntamente com o controle das suas chefias, que vinham com muita cobrança e exigência, principalmente nas escolas privadas (SOUZA, *et al*, 2021).
Apesar disso, as escolas públicas da Educação Básica e o Ensino Superior não ficaram de fora desse processo, em que ficou nítida a entrada de aparelhos privados de hegemonia, como por exemplo, o oligopólio GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft) no processo de plataformização, que afetaram a lógica de produção do conhecimento e das pesquisas (SILVA, 2022).
Mesmo tendo suas características próprias, o trabalho docente não está apartado das relações sociais capitalistas e o avanço das transformações do mundo do trabalho, que ocasionaram precarização, flexibilização, trabalho temporário e formas atípicas de trabalho (SILVA, 2021)

> O processo de reestruturação produtiva, em curso a partir da década de 1970 nos países centrais e desde o final da década de 1980 no Brasil, tem causado alterações significativas na organização do trabalho, segundo estudos que apontam as mudanças contemporâneas no mundo laboral. Nesse contexto há o predomínio da flexibilização dos contratos trabalhistas que, na maior parte dos casos, tem gerado precarização das condições de trabalho. Tal situação afeta os trabalhadores como um todo, situados em setores privados ou públicos, incluindo os professores, centralidade desta análise. (SILVA, 2020, p. 115)

O sistema capitalista hoje só se reproduz devido ao seu caráter destrutivo da força humana de trabalho, da natureza, de forma irreversível, e da humanidade. Além de ser destrutivo, o capitalismo apresenta um metabolismo antissocial, e nessa face pandêmica, vem sendo denominado capitalismo virótico, que tem como limite a letalidade. As regiões mais empobrecidas do mundo, a classe trabalhadora negra e imigrante são as mais atingidas por essa configuração (ANTUNES, 2021).
É preciso considerar o nosso tempo histórico e a nossa realidade concreta da complexidade das múltiplas determinações da sociedade capitalista, priorizando as especificidades do capitalismo dependente, na qual o Brasil está inserido de forma subalternizada e que vive uma crise capitalista em curso.
Essa crise vem se decompondo em seu processo civilizatório desde as décadas 70 e 80, ocasionando na implementação do projeto neoliberal em 1990, que apresenta inúmeras contradições. Uma delas é a ilusão neodesenvolvimentista, como se estivesse surgindo um novo

projeto de desenvolvimento, quando de fato acontecem profundas ofensivas contra a classe trabalhadora, incluindo a coalisão entre governos "progressistas" e neoliberal (ALVES, 2020).
Esta expropriação de direitos se acentuou com a aprovação das reformas: Trabalhista (Lei nº 13.429/2017) e da Previdência Social (Emenda Constitucional nº 103/2019). Tal retrocesso acabou permitindo o avanço de novas formas de trabalho, como a flexibilização, *uberização, pejotização*, além da falta de aposentadoria. Já a Lei nº 13.467/2017, que reformou a CLT, permitiu a flexibilização dos contratos de trabalho, formalizando-se assim os "biscates".
As periferias sofrem de forma mais latente essa intensa agressividade do capital, porém, o setor público não foi excluído dos ataques, causando perda de direitos sociais e trabalhistas (SILVA, 2020, p. 2).
Estas (contra) reformas em curso, trouxeram resultados catastróficos para a classe trabalhadora, institucionalizaram uma das extensões do capitalismo, que é a precarização do trabalho. Esta se dá através do processo de exploração do trabalho e tem como objetivo principal a acumulação flexível do capital.
As transformações do trabalho instituíram as bases microeletrônicas, que alteraram o processo das comunicações, assim como o sistema de produção de força de trabalho, circulação e financiamento das mercadorias, trazendo à tona a flexibilização, enfraquecimento da Justiça do Trabalho, a quebra do sindicalismo, deixando trabalhadores e trabalhadoras, inclusive docentes do setor privado sem amparo (KUENZER, 2021).
Podemos perceber esse fenômeno, observando a taxa de desocupação, que caiu para 12,1% no trimestre de 2021, chegando a 12,9 milhões. Já o contingente de pessoas ocupadas aumentou 3,6%, o que representa 3,3 milhões de pessoas a mais no mercado de trabalho em relação ao trimestre encerrado em julho. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, houve aumento de 8,7 milhões de trabalhadores[2]. Podemos compreender essa queda, considerando o aumento da informalidade, como informa:

> Também no setor privado, o contingente de empregados sem carteira subiu 9,5% (ou 1,0 milhão de pessoas). Essa categoria, no trimestre encerrado em outubro, somava 12 milhões de trabalhadores. No mesmo período, o número de trabalhadores domésticos sem carteira cresceu 8,0%, e o de empregadores sem CNPJ, 7,4%. Com isso, a taxa de informalidade chegou a 40,7%, o que corresponde a 38,2 milhões de trabalhadores informais no país (BRASIL, 2021).

O caráter flexível da força de trabalho, se contrapõe ao que ocorria no taylorismo/fordismo, quando o foco se dava nas ocupações definidas e estáveis. As combinações produtivas flexibilizadas não seguem modelos estabelecidos e podem ser alteradas para atender à produção exigida pelo mercado (KUENZER, 2021).
Ainda que o trabalho estável seja oriundo da fase taylorista-fordista, devido à contratação e regulamentação, ele vem sendo trocado pelos mais diversos modos de informalidade, tais como o trabalho empreendedor, voluntário, colaborativo, *pejotizado* e *uberizado* (ANTUNES, 2018).
Trataremos a precarização docente ou proletarização docente a partir desse ponto da flexibilização dos contratos trabalhistas, quando na esfera de reprodução do capital, fatores comprovam a desvalorização da carreira docente, avanço do esvaziamento da formação

[2] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32622-desemprego-cai-para-12-1-no-trimestre-encerrado-em-outubro

docente inicial e continuada, com a substituição do(a) professor(a) por trabalhadores(as) sem formação, por exemplo.

Como o trabalho está diretamente ligado ao processo de ensino e aprendizagem dos(as) estudantes, percebemos as consequências para a classe trabalhadora: disseminação de conteúdos escolares, ampliação da certificação, maior contingente de egressos da educação básica, currículo voltado para o exercício e reprodução do trabalho e valorização do capital, escola e universidade atuam de forma socialmente organizada para a qualificação da "mercadoria" humana, dentre outras (PICCININI; MAGALHÃES; MOREIRA, 2021).

Em pleno acordo quando os autores e autoras utilizam a fundamentação marxiana que afirma que a força de trabalho precisa se perpetuar para que o dinheiro continue se transformando em capital. Dessa forma, justifica-se o aumento da jornada de trabalho docente, maior produtividade (seja na educação básica ou no ensino superior), custeio dos recursos de trabalho (equipamentos, pacotes de internet), avanço da plataformização, com consequente aumento do gerencialismo e controle, sobrecarga de trabalho, inclusive nos feriados e finais de semana, aumento das demandas do ensino presencial e remoto concomitantemente. (SILVA, 2022[3]).

As novas determinações para o trabalho docente, que acompanha as atividades do mundo do trabalho, tais como trabalho temporário e forma atípicas de trabalho, diante da abordagem neoliberal, abarcou um conjunto de (contra) reformas no campo da educação nos países da América Latina, que trouxe mudanças na educação escolar, para atender às demandas da acumulação flexível do capital. Essas reformas produziram um assisado alcance da categoria docente pública, ratificando ainda mais a precarização do trabalho docente. É necessário, então, que haja diminuição do custo da força de trabalho e aumento do produtivismo (SILVA, 2021a, 2022b).

Um aspecto, em especial, surge quando pensamos no trabalho docente: afinal, ele é considerado trabalho produtivo ou improdutivo?

Como o trabalho pode ser compreendido, de acordo com a filosofia materialista, como a força de trabalho realizada numa relação direta com a natureza, assim como se relaciona diretamente com a sua própria existência, e que está destinada a criar valor de uso a partir desta apropriação da natureza. O trabalho docente, seja ele produtivo ou improdutivo, está diretamente ligado à interação do processo de ensino e aprendizagem (BOIM, 2020). Está diretamente ligado ao Estado, e, portanto, o sistema capitalista se apropria dele, de forma dialética e contraditória, visando a acumulação do capital.

Portanto, refletindo sobre o trabalho docente nas redes privadas de ensino, ele está relacionado à produção de mais-valia, sendo considerado então trabalho produtivo. Já nas redes públicas de ensino, em escolas da educação básica ou ensino superior, a atividade docente é entendida como improdutiva, pois não mantém relação direta com a natureza, assim como não gera produção de mais-valia.

Como a proposta do capital é formar trabalhadores e trabalhadoras alinhados(as) ao padrão de produção hegemônico, portanto precisamos compreender como essa morfologia social adentra a educação e como traz consequências para a força de trabalho docente (SILVA, 2020).

---

3 https://asduerj.org/na-pandemia-docentes-da-uerj-trabalham-mais-do-que-carga-horaria-contratual-determina-aponta-pesquisa/

Vale ressaltar as consequências objetivas e subjetivas desse processo de precarização do trabalho docente. As objetivas são materiais, já expostas no corpo do texto, já as subjetivas são as que estão diretamente ligadas às situações psicossociais, que acarretam danos para a saúde do(a) trabalhador(a) docente (SILVA, 2022).

Para tanto, os organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas e suas agências vão consolidando este novo sujeito adaptado e flexível às novas determinações do trabalho docente. Tais organismos estabelecem diretrizes que buscam o desenvolvimento do espírito de engajamento social dos indivíduos, deixando-os menos dependentes do Estado e de seus aparelhos e introduzindo políticas voltadas para os incentivos às práticas solidárias e comunitárias. Estas ações acontecem no cotidiano do trabalho docente, fazendo com que se forme uma geração de colaboradores, responsáveis pelo próprio sucesso ou fracasso, e pelo desenvolvimento do país (SOARES, 2015).

A lógica gerencial empresarial adentra o dia a dia das escolas e universidades, com programas de privatização, tanto na administração escolar como nos processos pedagógicos. Dessa forma a destituição de direitos trabalhistas se amplia, assim como a flexibilidade, polivalência, meritocracia, programas de bonificação e política de parcerias público-privadas (SOARES, 2015).

É notório que a precarização do trabalho docente é um processo que vem se aprimorando ao longo de décadas para a retirada de direitos e impedimento das organizações coletivas. Quando a história é negada, em relação ao avanço do capitalismo, a categoria totalidade também é negada, trazendo muita fragmentação, individualismo, falta de solidariedade e falta de perspectiva futura. É preciso analisar a prática docente de forma coletiva, para que continuemos na caminhada (KUENZER, 2021).

Intensificação do trabalho docente durante o período da pandemia de covid-19: uma revisão narrativa da literatura

Partindo do cenário exposto a princípio, levantamos a questão para ser pensada: "Considerando o avanço da precarização do trabalho docente já em curso há décadas, ela se intensificou no período da pandemia?"

Inicialmente é preciso ressaltar que não foi a pandemia que trouxe o trabalho precarizado, flexibilizado, *uberizado* e tampouco a crise estrutural do trabalho. Todo esse processo já estava em curso juntamente com a destituição das legislações protetoras do trabalho e a pandemia só acirrou essas relações destrutivas. Na última década percebemos o acirramento dessas situações, quando observamos a chegada e ascensão das empresas *Uber e Amazon*, que combinam alta tecnologia com a exploração da força de trabalho, onde trabalhadores e trabalhadoras chegam a caminhar cerca de 24, 25 quilômetros por dia e que só recebem (de acordo com a determinação das empresas) quando trabalham. Dessa forma as empresas seguem extraindo a mais-valia (ANTUNES, 2021).

Para atravessar o período pandêmico a categoria docente precisou acompanhar as modificações de interação que interferiram no seu trabalho cotidiano. O(a) docente adquiriu diversas atribuições, além das que já compunham o seu cotidiano laboral, necessitou dominar as tecnologias de informação em tempo curto e utilizar novas estratégias pedagógicas (PONTES; ROSTAS, 2020).

Mesmo com as incertezas no âmbito das questões sanitárias, foi dado a ele(a) responsabilidades, como garantir interesses dos(as) estudantes, desconsiderando as suas

condições de vida e as relações sociais, que muitas vezes os(as) impediam de acessar às aulas. Precisou estar disponível para atender de forma síncrona e assíncrona, tanto o seu alunado, quanto à chefia, sendo obrigado(a) a ajustar o tempo de trabalho em casa (SILVA, 2022).

Com o período de isolamento social, o consequente fechamento das escolas e a adoção de medidas emergências de ensino, a educação pública e seus trabalhadores(as) ficaram expostos(as) aos ataques que se evidenciaram, tais como: a falta de universalização da educação, a precarização do trabalho docente, o avanço do gerencialismo e privatização, a ampliação das desigualdades econômicas e sociais. Os blocos hegemônicos capitalistas se fortaleceram diante dessa situação, ditando as políticas educacionais. Portanto, este período tem significado o avanço do desmonte da escola pública e o crescimento do financiamento da educação brasileira, impactando o trabalho de educadores e educadores.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico precisa ser interpretado como uma atividade social que recebe as determinações políticas e ideológicas dominantes em uma sociedade capitalista. Dessa forma, durante a pandemia, a imposição do ensino remoto (seja ele emergencial ou não) trouxe uma aceleração do tecnicismo sobre as bases da tecnologia (SILVA; SANTOS, 2021).

É fundamental destacar a exposição feita pela Amanda Moreira da Silva sobre as ações do poder público durante a pandemia, que foram insuficientes para minimizar as perdas educacionais durante a pandemia de COVI-19. De acordo com relatos sindicais, diversos(as) professores e professoras passaram necessidades nesse período, precisaram de apoio do sindicato e de outros coletivos, para manter a própria subsistência, aumentaram as licenças médicas por conta da insegurança e da sobrecarga de trabalho, muitas incertezas, demonstrando um total descompromisso das três esferas com a educação (SILVA, 2021).

Diante de toda a situação exposta anteriormente, a precarização do trabalho docente, acentuada com trabalho remoto do período pandêmico, trouxe agravamento do sofrimento psíquico para trabalhadores e trabalhadoras da educação. Sintomas como mal-estar, estresse, ansiedade, irritabilidade, medo, depressão, insônia, dentre outros, foram comuns nesse contexto. Muitos destes sintomas vieram por conta do processo de gravação de videoaulas, "fobia de câmera", não-desligamento do(a) trabalhador(a), que necessitou ficar mais horas disponíveis do que seu contrato de trabalho sugere. Trata-se de uma exaustão mental e física, principalmente pelo uso do aplicativo (usado como ferramenta de interação pedagógica) do *WhatsApp (*REIS*, et al, 2021).*

Todo esse processo trouxe uma desvalorização do trabalho docente, assim como o enfraquecimento do magistério, pois o mesmo ficou dependente do uso das plataformas digitais, deixando de lado o caráter humano da profissão. O que ficou mais em vidência foram os planos de gestão de resultados e a flexibilização da força de trabalho no contexto educacional (SILVA; SANTOS, 2021). Dessa forma, o controle sob o(a) docente ficou exacerbado.

O avanço de recursos tecnológicos na educação pública (tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior) apresenta contradições visíveis em relação ao seu alcance e aos interesses implícitos. Estimulado pelo modelo de Ensino Remoto Emergencial na pandemia, tem sido concretizado com o uso de plataformas e/ou diferentes serviços privados, de domínio de grandes empresas, principalmente a Google e Microsoft, além da exposição dos dados pessoais de milhões de pessoas no Brasil (Lamosa, 2020).Todo esse processo se caracteriza como uma nova forma de poder e dominação a partir do controle de dados, onde a essência da exploração aqui é a entrega de nossas vidas enquanto dados comportamentais para usufruto alheio e em prol de uma melhoria do controle de nós mesmos (ZUBOFF,

2019, apud FRENTE CONTRA O ENSINO REMOTO, p.50). Esse processo tem sido denominado Capitalismo de Vigilância[4].
As exigências do ensino remoto adoeceram os corpos docentes, pois, além de não terem uma formação apropriada para tal fim, tiveram que custear o acesso à internet de qualidade, equipamentos de qualidade e mobiliários de escritório. Precisaram dominar de forma precária as ferramentas tecnológicas necessárias para a eficácia do trabalho pedagógico à distância e lidar com a insegurança de sua própria família, assim como com a ausência de estudantes e/ou situações sociais graves que os mesmos(as) relatavam (SILVA; SANTOS, 2021).

> O excesso de trabalho leva o trabalhador a diminuir suas horas de descanso, sono e atividades de lazer para concluir as demandas profissionais que se ampliam gradativamente e diariamente. O docente, confinado em sua casa e obrigado a manter padrões de produtividade, pode vir a desenvolver quadro de adoecimento (PONTES; ROSTAS, 2020).

Na realidade, o(a) professor(a), à revelia e com os escassos recursos que obteve, buscou diversas formas de alcançar o(a) estudante da melhor forma. E isso acaba por provocar uma extenuante jornada de trabalho em virtude do tempo em que esse profissional fica conectado para dar conta das demandas. Era assim que se encontrava a maioria dos docentes: "submersos(as) em condições que lhes expõem à precarização, à fragmentação, à intensificação e, não raro, à desistência de trabalhar como professores(as)" (SILVA; SANTOS, 2021).
E mesmo com o retorno presencial às escolas e universidades, docentes vivenciam a precarização quando assumem tarefas do remoto e presencial simultaneamente: reuniões, remotas, grupos de trabalho que demandam maior disponibilidade do que a sua jornada de trabalho (SILVA, 2022).

Lutas e resistências docentes: uma revisão narrativa da literatura

Ainda que se tenha um cenário desastroso e uma desorganização pessimista sindical, refletindo o nos espera em relação à precarização do trabalho docente, a classe trabalhadora, especificamente a categoria docente, encontrou meios de se organizar e resistir coletivamente aos ataques do mundo do trabalho.
Kuenzer (2021) nos alerta sobre a retomada teórica da categoria práxis e seu caráter revolucionário, mesmo que o senso comum se apresente conservador, o conhecimento desinstala e altera as estruturas. Dessa forma, a teoria segue orientando a prática e vice-versa. Uma das formas foi a construção revolucionária coletiva da *FRENTE CONTRA O ENSINO REMOTO/EAD NA EDUCAÇÃO BÁSICA*, onde profissionais da educação básica do estado do Rio de Janeiro se reuniram, contra a implementação de um modelo de ensino, que se apresentou gerencialista, privatista e excludente. A Frente tinha o intuito de debater a situação política e pedagógica em que a educação pública se inseria no momento e, mais fundamental, realizar encaminhamentos para a luta, organização e resistência no âmbito das escolas.

[4]https://educacaovigiada.org.br

Dentre tantas atividades da Frente, como panfletagens, atos nas secretarias de educação e sindicatos, plenárias, decisões coletivas, *lives* de debate e orientação jurídica sobre a precarização do trabalho docente[5], também foi organizado um Seminário de Estudos docentes e organização para a resistência nas escolas. A construção desse instrumento de luta foi fundamental para enfrentar o "tsunami" da educação no período pandêmico (isolamento) para que docentes pudessem se defender dos ataques à categoria, à educação, ao direito à educação pública, saúde e segurança alimentar (FRENTE CONTRA O ENSINO REMOTO/EAD NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2021).

Diante da necessidade de garantir as condições favoráveis para o trabalho docente, que se escancararam na pandemia, mesmo sendo recorrentes há anos, é preciso que sindicatos atuem de forma mais contundente, de modo que haja um enfrentamento aos ataques dos governos estaduais, municipais e estaduais (SILVA, 2021).

Um exemplo de luta sindical foi a que se deu no município de Macaé, localizado o Estado do Rio de Janeiro, onde o Sinpro (Sindicato dos Professores e Região) organizou uma greve virtual contra a não-regularização dos salários dos professores e professoras de escolas privadas da região. Além disso, o patronato vinha reduzindo a carga horária docente, devido ao isolamento social (sem negociação coletiva), demissões justificadas pela crise da Pandemia de Covid-19, inclusive das lideranças docentes do movimento de greve (SOUZA, *et al*, 2021).

Ainda que não concordemos que as ferramentas digitais permitam uma organização efetiva da classe trabalhadora, houve uma necessidade urgente de manutenção de contato nos grupos de trabalho, através de aplicativos de redes sociais, mesmo tendo que conciliar ambiente trabalho e ambiente doméstico), segundo SOUZA, *et al*, 2021.

Considerações finais

Em tempos de uma guerra intelectual instaurada, a docência está em disputa continuamente, visto a aprovação do projeto de lei que aprovou o *homescholling*[6]. É *um projeto que a* Câmara dos Deputados aprovou em 19 de maio de 2022, que regulamenta a educação domiciliar no ensino básico, da pré-escola ao ensino médio. A proposta é defendida pelo governo de Jair Bolsonaro e seus apoiadores, que veem na prática a possibilidade de pais protegerem os filhos de conteúdo do qual discordam. Os responsáveis deverão ter formação superior ou profissional tecnológica. A criança também deverá ser acompanhada por uma instituição de ensino à qual estará matriculada, e precisará fazer avaliações anuais de aprendizagem. A defesa do modelo, demonstra mais um ataque brutal à categoria docente e todo o processo formativo que envolve.

Assim como o excesso de trabalho, aumento de produtividade leva o (a) trabalhador(a) a diminuir suas horas de descanso, sono e lazer, trazendo o adoecimento, a ausência da profissão pode levar à sua extinção. Todos os textos analisados apontam para a mesma percepção:

[5] Live disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_JFCrvEuYj4
[6]https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/05/19/C%C3%A2mara-aprova-texto-base-de-projeto-de-lei-do-homeschooling

> A COVID-19 fez emergir novas conexões de eventos macro e microssociais produtores de adoecimentos psicológico, exclusões sociais e supremacia da sociedade capitalista. O medo pela perda do emprego, a necessidade de ressignificar os próprios conhecimentos, a intensificação de tarefas, são apenas alguns exemplos deste novo cenário mundial, pelo qual inúmeros trabalhadores passam. É um tempo de exceção. Coragem, resistência, cuidado, compaixão, solidariedade, conexão com os valores da vida e autocuidado, elementos imprescindíveis e, em muitos momentos, inexistentes (PONTES; ROSTAS, 2020).

As questões são coletivas, e assim podemos destacar que as constantes transformações ocorridas nas esferas educacionais, para atender as demandas governamentais ou patronais acarretam cobranças aos profissionais da educação que envolvem inúmeros fatores. E como resistir a todos esses ataques, sem utilizar a categoria da práxis apontada nos textos analisados?
Não há outro caminho que não seja a luta da classe trabalhadora, é preciso resistência, organização coletiva e enfrentamento aos ataques. Por fim, para seguir em frente, apoiamo-nos no aforismo de Antônio Gramsci: o velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros.

Referências

ANTUNES, Ricardo. O **privilégio da servidão**: **o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. 328p.

ALVES, Giovani (org). **Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI.** 1ª ed. Marília, SP: Projeto Editorial Práxis, 2021.

BOIM, Thiago**. A nova morfologia do trabalho(im)produtivo na era digital e a invenção do professor não-professor: infoprecarização e atividade magisterial no Ensino Superior a distância.** In: Trabalho docente sob fogo cruzado: volume II, Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. P. 388-414

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso II do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¸ para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>Acesso em 20 de maio de 2022.

_____.Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009**. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, §1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, 2009. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECEBN212009.pdf> Acesso em 20 de maio de 2022.

_____.**Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispões sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispões sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. 2017. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. >Acesso em 20 de maio de 2022.

_____.**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitória, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm . Acesso em 20 de maio de 2022.

_____.**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2021**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio de 2022.

_____. **Lei nº 13.467/2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm Acesso em 02 de maio de 2022.

KUENZER, Acacia Zeneida. **A precarização do trabalho docente: o ajuste normativo**. In: Trabalho docente sob fogo cruzado: volume II, Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. P. 235-250

LAMOSA, Rodrigo. **O trabalho docente no período da pandemia: ataques, lutas e resistências.** In: Trabalho docente sob fogo cruzado: volume II, Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. P. 104-117

MAGALHÃES, Jonas. Et al. **Trabalho docente sob fogo cruzado: volume II**. Rio de Janeiro, UERJ, LPP, 2021.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

NEPOMUCENO, Vera Lúcia; ALGEBAILE, Eveline. **Educação básica no Brasil, trabalho docente e pandemia: o que esperar do futuro?** Revista Trabalho, Política e Sociedade, vol. 6, nº 10, p. 193-212, jan-jun/2021. Disponível em: http://costalima.ufrrj.br/index.php/RTPS/article/view/821 Acesso em 02 de maio e 2022.

PONTES, F. R., & ROSTAS, M. H. S. G. (2020). **Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo.** Revista Thema, 18(ESPECIAL), 278–300. https://doi.org/10.15536/thema.V18.Especial.2020.278-300.1923

ROTHER et al. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta paul. Enferm 2007; 20(2):v-vi.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILE, Eveline; VENTURA, Jacqueline. **Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado**. Rev. Bras.de Educ., Rio de Janeiro: ANPEd, v.18, n.54, jul.-set. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000300011 &lng=en&nrm=isso

SILVA, Amanda Moreira da; LAMOSA, Rodrigo, NEPOMUCENO, Vera. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente**. Histedbr, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9C4Nxqg8WwI&list=PL8DdXCzer-XEvfGzigQ-U4PJGMn7MAGe7&index=15&t=3815s. Acesso em 16/05/2022.

_____**Formas e tendências de precarização do trabalho docente.** Curitiba: CRV, 2020.

_____**DA UBERIZAÇÃO À YOUTUBERIZAÇÃO: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia.** RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade, Vol. 5, no 09, p. 587-610, jul.-dez./2020

_____**O precariado professoral em tempos de pandemia da covid-19: a perda dos postos de trabalho e a eliminação de direitos.** In: Trabalho docente sob fogo cruzado: volume II, Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. P. 84-103

_____**A precarização do trabalho docente em tempos de pandemia.** Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (Adufal). 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=amUDLObTyIY. Acesso em 12 de maio de 2022.

SILVA, E. R. da; SANTOS, T. P. dos. **O ensino remoto e o trabalho docente em tempos de pandemia:: uma análise crítica.** Travessias, Cascavel, v. 15, n. 3, p. 71–82, 2021. Disponível em: https://revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/27632. Acesso em: 05 maio. 2022.

SOARES, Marcelo Henrique Pereira. Precarização e degradação do trabalho na educação pública da cidade do Rio de Janeiro no período de 2009 a 2013. Capítulo 2.3: **Da reestruturação produtiva ao avanço da precarização e da degradação do trabalho em educação.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, E. R. da; SANTOS, T. P. dos. **O ensino remoto e o trabalho docente em tempos de pandemia:: uma análise crítica.** Travessias, Cascavel, v. 15, n. 3, p. 71–82, 2021. DOI: 10.48075/rt.v15i3.27632. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/27632. Acesso em: 26 jun. 2022.

A SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO HUMANO PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A NECESSIDADE DE REGULAÇÃO

Patrícia Adriani Hoch[1]

Introdução

A inteligência artificial (IA) consiste em um ramo da ciência da computação que se propõe a elaborar dispositivos que simulem a capacidade humana de raciocinar, perceber, tomar decisões e resolver problemas, enfim, a capacidade de ser inteligente. A IA envolve um processo de aprendizagem de máquina em que um algoritmo é executado várias vezes com grandes quantidades de dados para que o sistema se ajuste e se aprimore continuamente.

Diante de suas inúmeras potencialidades, a IA é uma realidade no contexto do Século XXI e tem sido utilizada nas mais diversas áreas do conhecimento e setores, tanto na seara pública como na privada. Exemplo disso é a utilização de IA na saúde, intensificada pelo contexto da pandemia da COVID-19, a qual é realizada de inúmeras formas, avançadas como o uso de robótica em cirurgias, ou para processos de diagnóstico, atendimento clínico, fortalecimento da pesquisa na área médica e também para a triagem de pacientes.

Utiliza-se, exemplificativamente, a IA para a realização da comparação de uma infinidade de imagens e da construção de bancos de dados para dar suporte ao diagnóstico dos pacientes. Essa utilização prática no cotidiano de hospitais, clínicas e consultórios está associada a uma das vantagens da inteligência artificial, qual seja a sua grande capacidade de armazenamento e processamento de grande quantidade de dados (*Big Data*). Nesse sentido, a telemedicina[2] utiliza ferramentas de IA para facilitar o atendimento remoto, emitir laudos à distância e qualificar o diagnóstico[3].

Entretanto, apesar de suas vantagens, a inteligência artificial também traz riscos para a população e diversos impactos sociais, como a substituição do trabalho humano pela

---

[1] Doutora em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre e Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Núcleo de Direito Informacional (NUDI/UFSM). Advogada e professora. E-mail: prof.patriciahoch@gmail.com

[2] A telemedicina faz parte da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil (digiSUS), do Ministério da Saúde A telemedicina consiste em uma área da telessaúde que oferece atendimento médico de forma remota com a utilização das tecnologias de informação e de comunicação (TIC), com ênfase para a Internet, sendo reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no contexto da saúde digital (e-Saúde). A Telemedicina faz parte da prestação de serviços de saúde, pois usa a Internet, *softwares* e plataformas específicas para ofertar laudos à distância. Segundo estabeleceu o Conselho Federal de Medicina essa especialidade representa o exercício da medicina através de metodologias interativas de comunicação audiovisual e dados, com o objetivo de assistência, educação e pesquisa em saúde (BRASIL, 2002).

[3] Segundo consta no portal eletrônico governamental, "o digiSUS é a estratégia do Ministério da Saúde (MS) de incorporação da saúde digital (e-Saúde) como uma dimensão fundamental para o Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio da disponibilização e uso de informação abrangente, de forma precisa e segura, a ação visa à melhoria constante da qualidade dos serviços, dos processos e da atenção à saúde" (BRASIL, 2022).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

inteligência artificial. Assim sendo, a substituição de empregos formais diante do uso da IA revela-se como uma realidade no contexto da Quarta Revolução Industrial, sobretudo considerando as potencialidades dos algoritmos e suas capacidades de processamento de grandes quantidades de dados *(Big Data)*.
Nesse sentido, robôs e programas de computador poderão substituir empregos formais, de modo que milhões de trabalhadores podem perder seus trabalhos para a automatização, de modo que a IA e a robotização ocasionam a descartabilidade humana, com a redução de empregos. Na Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, de 2021, consta a estimativa de que 12% dos postos de trabalho sejam substituídos por automação nos próximos 5 anos.
Deste modo, a demissão de milhares de pessoas em todo o mundo, em face da ampla utilização das chamadas máquinas inteligentes, está trazendo snificativos impactos para o mundo do trabalho com efeitos sociais e econômicos.
Assim, o presente estudo visa refletir a respeito da substituição do trabalho humano pelas máquinas pensantes, o que tem se revelado como uma consequência cruel decorrente da utilização da IA no âmbito da Quarta Revolução Industrial e a necessidade de que haja regulação da temática.

A Inteligência Artificial e a substituição do trabalho humano no contexto da Quarta Revolução Industrial

A Quarta Revolução Industrial, também conhecida como revolução 4.0, cuja nomenclatura foi proposta por Klaus Schwab (2016), se distingue da anterior pela velocidade, alcance e impacto nos sistemas. Ademais, é marcada pela convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas, com ênfase para a inteligência artificial e seus algoritmos (SCWHAB, 2016).
O conceito de inteligência artificial (IA) ainda não foi definido de forma universal, existindo diversas definições em âmbito normativo e doutrinário. A conceituação da IA perpassa "[...] a capacidade de ensinar computadores a aprender, argumentar, se comunicar e, por fim, tomar decisões como se fossem humanos" (TACCA; ROCHA, 2018, p. 59).
A partir dessas capacidades, "[...] os sistemas são programas treinados e planificados para aprenderem a completar tarefas tradicionalmente realizadas por humanos" (TACCA; ROCHA, 2018, p. 59). Para os autores, o foco, portanto, desses sistemas computacionais consiste em "[...] procurar padrões em dados disponíveis no ambiente, testá-los e encontrar, ou mesmo, prover resultados ou tomar decisões" (TACCA; ROCHA, 2018, p. 59).
Para que se obtenha uma análise jurídica eficiente e baseada em padrões de previsibilidade, a inteligência artificial - tema que se encontra em ebulição no contexto atual-, se apresenta como ferramenta útil na medida em que auxilia na redução de tempo, na otimização de funções e na melhor identificação de termos para consulta, automatizando pesquisas e reduzindo o esforço sobre demandas que poderiam ser programáveis (PERROTA; COSTA FELIPE, COSTA FELIPE, 2018, p. 1-16).
Fato é que as áreas de IA geram inúmeros estudos, produtos e serviços, consumindo bilhões de dólares em projetos e pesquisas e envolvendo pesquisadores de instituições governamentais, militares, industriais e universitárias de todo o mundo (LIMA; PINHEIRO; SANTOS, 2014, p. 2).
Por certo, há inúmeros benefícios em seu uso, já que a IA melhora a qualidade de vida, ajuda na organização do trabalho, facilita a difusão de informação e, principalmente, auxilia na realização de atividade pelo aumento de rendimento e eficácia (ÁLVARES, 2013, p. 16).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Existem mais de 75 milhões de processos em tramitação no Judiciário brasileiro, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL, 2021). Isso implica, dentre outros fatores, no problema da morosidade judicial que, aliado às novas potencialidades do contexto tecnológico, abre espaço para a utilização de algoritmos e da inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário, com base, sobretudo, no paradigma da produtividade e na busca pela uniformização das decisões

Contudo, há impactos negativos que merecem atenção.

Éric Sadin (2020, p. 70) sustenta que "[...] há um modelo de economia ultraliberal, baseado na identificação em tempo real de tudo que ocorre e seja virtualmente aproveitável para gerar incessantemente ciclos crescentes de rotação de capital". Dito isso, o autor afirma que a IA representa uma "tecno-ideologia" (SADIN, 2020):

> De acordo com essa condição, a inteligência artificial não representa apenas uma tecnologia, mas encarna com mais precisão uma tecno-ideologia, que permite confundir processos cerebrais com lógicas econômicas e sociais que têm como base comum seu impulso vitalista e sua estrutura conexionista altamente dinâmica.

Nesse âmbito, destacam-se as técnicas de "machine learning" e os algoritmos:

> [...] há sistemas dotados de um poder perturbador - são auto-empreendedores, que são fruto de técnicas de 'machine learning'. O que torna esses dispositivos específicos é que eles são capazes de 'melhorar' graças aos algoritmos que regem e que se destinam a fazê-los 'assimilar' novos elementos no decorrer das operações que realizam e dos efeitos que produzem, a fim de enriquecer constantemente sua qualidade de especialização (SADIN, 2020, p. 73).

Ao agir dessa forma a inteligência artificial possui uma relação com a vida do ser humano, pois "não se reduzem a um estado inicial constante, mas se modificam de acordo com as "experiências vividas" e os novos conhecimentos que adquirem" (SADIN, 2020, p. 73). Isso "lhes permite extrair "ensinamentos" e aperfeiçoar suas competências" (SADIN, 2020, p. 73).

Nesse sentido, vale considerar que a IA e a robotização ocasionam – e ocasionarão cada vez mais-, a descartabilidade humana, sobretudo com a redução de empregos formais. Por isso, "[...] é preciso estarmos atentos aos seus impactos na economia e no mercado de trabalho" (MACHADO; GALVÃO JÚNIOR, 2018). Conforme pesquisa realizada pelo Laboratório de Aprendizado de Máquina em Finanças e Organizações da Universidade de Brasília (UnB), até 2026, 54% dos empregos formais do país poderão ser ocupados por robôs e programas de computador. A porcentagem representa cerca de 30 milhões de vagas (CARVALHO, 2019).

Na mesma senda, relatório realizado pela *Mckinsey GlobalLink* afirma que, até 2030, 800 milhões de trabalhadores poderiam perder seus trabalhos, considerando que inúmeras atividades atualmente desenvolvidas pelos humanos são potencialmente automatizáveis (MCKINSEY GLOBALLINK, 2017). E isso não significa que apenas atividades realizadas por pessoas com pouca qualificação, eis que a inteligência artificial pode substituir trabalhadores qualificados, o que se verifica a partir da jurimetria e seus impactos para as carreiras jurídicas, por exemplo.

Quanto à perda massiva de postos de trabalho, na área do Direito, estima-se que 94% dos assistentes estão com os empregos ameaçados e, no caso dos motoristas de ônibus, a estimativa

é de que 89% possam ser substituídos por algoritmos (HARARI, 2016, p. 329). É fato que a indústria 4.0 traz riqueza para alguns, porém causa a demissão de milhões de pessoas em todo o mundo, em face das máquinas inteligentes, havendo significativos impactos, cujos efeitos repercutirão tanto nos aspectos sociais como econômicos. Canclini (2020, p. 89) reforça essa ideia alertando que

> A ameaça, segundo este historiador, deriva principalmente de milhões de robôs e computadores substituir milhões de trabalhadores, mas que nós, como indivíduos, substituído por uma rede integrada, e é claro que as capacidades dessa rede são maiores do que os de grupos de indivíduos. Por exemplo, carros autônomos, articulados por algoritmos, têm menos riscos de bater.

Consta na Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial esses impactos da IA para o mercado de trabalho:

> Em outra ponta, cabe dar destaque também aos impactos da IA sobre o mercado de trabalho. Em âmbito global, pelo menos um terço dos trabalhadores precisarão se reinventar para manter seus empregos. Pesquisadores da Universidade de Oxford, nos Estados Unidos, analisaram as profissões dos trabalhadores da América e chegaram à conclusão de que 47% dessas pessoas têm grandes chances de perderem seus empregos para robôs nos próximos 20 anos. Ademais, um estudo conduzido em 2019 pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL revelou que, em média, 16% dos postos de trabalho na região possuem alto risco de substituição por automação nos próximos 5 anos. A estimativa no Brasil é de 12% (BRASIL, 2021, p. 15).

Em face desse cenário, a Estratégia compreende o "[...] grande desafio aos governos de todos os países, na criação e execução de políticas públicas capazes de capacitar e preparar sua força de trabalho para a nova realidade que já chegou" (BRASIL, 2021, p. 15).
Sadin (2020, p. 113) alerta para esse vetor de insegurança e riscos permanentes no campo das atividades profissionais salientando que dentre os riscos da inteligência artificial, se encontra a destruição de empregos (SADIN, 2020, p. 166). O autor chama a atenção para questões atinentes à própria sociabilidade entre as pessoas:

> [...] há uma forma de apagar a essência de nós mesmos na erradicação de certas dimensões inerentes à sociabilidade. Existem operações automatizadas que substituem o contato, a ação realizada em comum, e tudo isso implica a abolição progressiva da troca, da relação entre os seres humanos e consequentemente a abolição do acordo, desacordo, conflito, negociação e sim da amizade. Em suma: de sociabilidade baseada na soma de todas as subjetividades que nos obriga a dar testemunho de comunidade e apelar à nossa inteligência compartilhada (SADIN, 2020, p. 177).

Corre-se o risco de negar-se a pluralidade existente na sociedade, construindo-se "[...] um mundo onde tudo tem um valor utilitário e isso acaba fazendo com que cada um de nós se adapte a essa equação" (SADIN, 2020, p. 177), considerando que "a inteligência artificial é a tecnologia dominante de nosso tempo" (SADIN, 2020, p.181).
Azoulay (2018, p. 36-39) alerta que o auxílio na aceleração de determinadas atividades representa uma ameaça, considerando que a automação e a digitalização criam situações de

desigualdade, provocando a diminuição da diversidade cultural, interferindo no mercado de trabalho, criando inseguranças empregatícias, aumentando disparidades entre aqueles que possuem acesso às tecnologias e aqueles que são delas privados.

Por outro lado, fazendo-se um contraponto, vale ressaltar que, além de alterar ou reduzir empregos, o uso da inteligência artificial cria ou faz crescer outros, com destaque para as "[...] áreas de alta tecnologia (como o da informação), finanças e seguros, indústria e suporte à gestão de recursos". Cabe salientar, então, que surgirão inúmeros empregos, em contraposição aos perdidos, e também que trabalhos que exigem atividades essencialmente humanas serão mantidos.

Ganascia trata dos riscos éticos oferecidos pelos sistemas da IA e sua relação com a escassez de trabalho, sustentando que o trabalho feito por humanos não está em vias de desaparecer:

> [...] as máquinas estão excedendo nossas capacidades cognitivas na maioria das áreas, e gera temores com relação a riscos éticos. Esses riscos recaem em três categorias – a escassez de trabalho, porque este poderá ser feito por máquinas no lugar de humanos; as consequências para a autonomia individual, particularmente em termos de liberdade e segurança; e a dominação da humanidade, que seria substituída por máquinas mais 'inteligentes'. No entanto, se examinarmos a realidade, veremos que o trabalho (feito por humanos) não está desaparecendo, muito pelo contrário, está mudando e demandando novas habilidades. Da mesma forma, a autonomia e a liberdade individuais não são inevitavelmente enfraquecidas pelo desenvolvimento da IA, desde que continuemos vigilantes em face das interferências tecnológicas em nossas vidas privadas.

Segundo o cientista da computação, a autonomia das máquinas é puramente tecnológica – e não moral, de maneira que não representa uma ameaça existencial para humanidade. Esses impactos decorrem do próprio funcionamento das ferramentas de IA. Como salientam Nunes e Marques (2018, p. 426), a inteligência artificial utiliza sistemas de dados programados para fornecer respostas em face da base de dados disponível, de modo que esses sistemas recebem o nome de algoritmos, como já visto anteriormente.

Em face dessas potencialidades do uso dos algoritmos inteligentes, que operam computadores ou sistemas computacionais, segundo Susskind (2019) essa revolução silenciosa já está em curso, e a maior parte do universo jurídico ainda não observou a velocidade dos acontecimentos e os reflexos da inteligência artificial no ambiente legal. Segundo consta em um recente relatório francês:

> Definir inteligência artificial não é fácil. O campo é tão vasto que não pode ficar restrito a uma área específica de pesquisa; é um programa multidisciplinar. Se sua ambição era imitar os processos cognitivos do ser humano, seus objetivos atuais são desenvolver autômatos que resolvam alguns problemas muito melhor que os humanos, por todos os meios disponíveis. Assim, a IA chega à encruzilhada de várias disciplinas: ciência da computação, matemática (lógica, otimização, análise, probabilidades, álgebra linear), ciência cognitiva sem mencionar o conhecimento especializado dos campos aos quais queremos aplicá-la. E os algoritmos que o sustentam baseiam-se em abordagens igualmente variadas: análise semântica, representação simbólica, aprendizagem estatística ou exploratória, redes neurais e assim por diante. O recente boom da inteligência artificial se deve a avanços significativos no aprendizado de máquinas. As técnicas de aprendizado são uma revolução das abordagens históricas da IA: em vez de programar as regras (geralmente

> mito mais complexas do que se podia imaginar) que governam uma tarefa, agora é possível deixar a máquina descobrir eles mesmos (VILLANI, 2018).

A IA pressupõe, então, dados limitados para generalizações apropriadas em sua essência. A inteligência artificial, exemplificativamente, hoje está sendo utilizada na advocacia privada, que se utiliza de ferramentas para a compreensão de atualizações de jurisprudência, "[...] na medida em que analisa e identifica grandes volumes de casos para serviços de pesquisa de citações e captura de decisões administrativas de conselhos e tribunais" (ANDRADE; ROSA; PINTO, 2020, p. 15). Soma-se a isso a possibilidade de identificação das teses jurídicas mais incidentes e seu resultado por turma ou por tribunal.
Cueva (2021, p. 89) também salienta as possibilidades da aplicação da IA no Judiciário:

> Dentre as principais promessas dos modelos de justiça preditiva hoje discutidos, que consistem em padrões estatísticos de decisões pretéritas, estão a previsibilidade e a uniformidade das decisões, o fim da loteria jurídica, a possibilidade de detectar e propor alternativas para a solução dos conflitos, bem como de sugerir modelos de decisões, com fundamento na jurisprudência e na doutrina.

Para o Comitê Gestor da Internet no Brasil, "[...] destacam-se, nesse sentido, os progressos no campo da inteligência artificial, potencializados pela disponibilidade de grandes bases de dados e pela evolução de sistemas de "aprendizado" de máquinas" (BRASIL, 2020, p. 17). Segundo esclarece o Comitê,

> Dentre os exemplos notáveis da aplicação de IA hoje, temos desde assistentes virtuais, mecanismos de busca e algoritmos de recomendação de conteúdos, presentes em grandes plataformas on-line, até ferramentas de reconhecimento facial, geolocalização e monitoramento epidemiológico. Se desenvolver IA não é um desafio novo, seu rápido incremento tem suscitado reflexões e levantado inúmeros debates no contexto da sociedade do conhecimento" (BRASIL, 2020, p. 17).

Revela-se pertinente o posicionamento do Comitê Gestor da Internet do Brasil, sobretudo o alerta quanto às reflexões e debates sobre a IA, que vai ao encontro das considerações teóricas e críticas dos autores supracitados. Com efeito, essa preocupação também existe no Poder Legislativo, especialmente diante da importância de regulação deste emergente fenômeno da inteligência artificial, consoante se verá no próximo subtópico.

A necessidade de que haja regulação da Inteligência Artificial

O tema da regulação do uso da inteligência artificial possui extrema relevância e está na pauta mundial, especialmente no que tange à sua aplicação no Poder Judiciário. O assunto divide especialistas quanto à urgência nessa regulação (FREITAS, J.; FREITAS, T., 2020, p. 18; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2021)[4], a fim de que, sobretudo, as normas vindouras não sejam insuficientes ou inefetivas, dado o contexto altamente tecnológico e voraz da atualidade.

[4] Por outro lado, autores apontam que a discussão do tema, dada a sua importância, deve abranger a participação da sociedade e de especialistas no processo legislativo (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2021).

Preocupa-se, em verdade, que a legislação – necessária diante da aceitação da capacidade evolutiva da IA e de sua realidade – deve ser pensada e adotada de forma cautelosa, a fim de evitar que ocorra a paralisação tecnológica (MAIA, 2021, p. 139). A regulação, assim, deve tratar com eficiência as práticas tecnológicas, sem obstaculizar demasiadamente o desenvolvimento econômico e tecnológico em andamento (MAGRANI, 2018, p. 167).

Considerando esse cenário social que traz consequências para o jurídico, cabe reconhecer a importância de que haja uma regulação. Isso, pois, a legislação possui o condão de esclarecer como, porque e para que utilizar-se a inteligência artificial, estabelecendo diretrizes e princípios fundamentais para que a IA seja uma aliada e não uma vilã. É necessário que haja efetiva proteção a direitos humanos e respeito a questões éticas[5]. Aliás, há uma "[...] crescente inquietação com as condições de uso das tecnologias em conformidade com padrões éticos e limites impostos pela legalidade" (MIRANDA, 2022, p. 4).

Para além da urgência, ou não, soma-se a isso a complexidade da regulação, eis que existe um descompasso entre o "tempo da regulação" e o "tempo da tecnologia" (ENGELMANN, 2021, p. 166). Isso, pois, a burocracia tradicional de um, contrasta com a rápida evolução do outro. O processo legislativo brasileiro, com toda a sua burocracia, está fora da temporalidade do desenvolvimento científico-tecnológico (ENGELMANN, 2021, p. 166-167).

Ademais, especialistas posicionam-se no sentido de que a regulação deva colocar os seres humanos como protagonistas centrais (e não os robôs), com a estipulação de um protocolo de diretrizes ético-jurídicas (FREITAS, J.; FREITAS, T., 2020, p. 13).

Propugna-se, assim, em grande medida, pela sistematização de diretrizes éticas sobre a confiabilidade da inteligência artificial, a fim de agregar esforços na tentativa de controle social do desenvolvimento tecnológico, para que a automação das máquinas não ameace os direitos fundamentais e todas as garantias consolidadas no Estado Democrático de Direito (SILVA; EHRHARDT JÚNIOR, 2020, p. 25).

Cabe ressaltar que potências mundiais estão direcionando esforços no sentido de legislar sobre IA. Em agosto de 2021, a China criou a primeira regulação sobre algoritmos, conforme documento publicado pelo *Cyberspace Administration of China* (CAC), o órgão estatal responsável pela gestão da Internet no país (CHINA, 2021; LEMES, 2021). Trata-se de um rascunho, com trinta artigos, sujeito a comentários, sendo, portanto, diretrizes preliminares. Conforme esse documento, as normas se aplicam ao uso de tecnologias de recomendação feitas por algoritmos incluindo personalização, rankings, seleção, busca, filtragem, despachos, tomadas de decisão e outras modalidades de oferta de informação para os usuários. Ademais, fixou-se a regulamentação de que, em termos gerais, os algoritmos devem seguir princípios como ética, equidade, justiça, abertura e transparência. Tais normas também vedam práticas de discriminação e trazem a possibilidade de inspecionar o funcionamento dos algoritmos, determinando a abertura dos seus parâmetros de funcionamento em casos específicos (LEMES, 2021).

Os Estados Unidos da América também possuem iniciativas nesse sentido. Em 2022, foi apresentado um projeto de lei, chamado de Lei de Responsabilidade Algorítmica de 2022

[5] Sabe-se que os contornos regulatórios da utilização de sistemas de inteligência artificial perpassam a proteção de dados pessoais e o direito à privacidade, sobretudo considerando a existência de legislação nacional e internacional acerca do assunto. Porém, o enfrentamento dessa questão, em específico, não é objeto do presente estudo, que visa trazer uma visão mais geral acerca da regulação da IA.

(*Algorithmic Accountability Act of 2022*), mais abrangente que o anterior (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2022). Essa nova proposta legislativa visa exigir nova transparência e responsabilidade para sistemas de decisão automatizados, reconhecendo a existência de riscos, falhas, vieses e discriminação relacionados aos algoritmos.

Essas iniciativas de regulação envolvendo algoritmos deixa mais evidente, ainda, a necessidade de que outros países também o façam. A União Europeia se destaca no contexto mundial quanto à regulação de temas importantes que envolvem aspectos tecnológicos nesta década digital, liderando o desenvolvimento de novas normas que garantam uma inteligência artificial de confiança. Assim, a Proposta de Regulamento do Parlamento europeu e do Conselho, de 2021, chamada de *Intelligence Act* (Lei de Inteligência Artificial), que aguarda aprovação (UNIÃO EUROPEIA, 2021), traz aspectos de extrema relevância para a regulação da utilização da IA e é considerada fundamental para construir um ecossistema de excelência em IA e fortalecer a capacidade da UE de competir globalmente.

Percebe-se que a União Europeia se preocupa não só com o desenvolvimento tecnológico, mas também com questões éticas e de segurança, tendo o ser humano como epicentro:

> As regras aplicáveis às tecnologias de inteligência artificial disponibilizadas no mercado da União ou que afetam as pessoas da União devem, por isso, centrar-se no ser humano, de modo que as pessoas possam confiar que a tecnologia é utilizada de uma forma segura e em cumprimento da lei, incluindo em matéria de respeito dos direitos fundamentais (UNIÃO EUROPEIA, 2021, p. 1).

A proposta, nesse sentido, afastou a ideia de "coisificação do ser humano", assumindo que a abordagem deva ser antropocêntrica, ou seja, baseada na defesa dos direitos fundamentais e na segurança dos seus utilizadores, razão pela qual foram categorizados sistemas de acordo com o risco que podem propiciar (MAIA, 2021, p. 140). "O cidadão encontra-se no cerne desta proposta", frisou o relator e eurodeputado espanhol Ibán García del Blanco durante uma conferência de imprensa (UNIÃO EUROPEIA, 2021). A corrida da UE, portanto, para regular a IA está atrelada a desenvolver os sistemas da forma correta, e assente na segurança dos seus utilizadores (MAIA, 2021, p. 141).

Indo ao encontro dessa ideia, Magrani (2018, p. 161) aduz que essa perspectiva deve compreender também a capacidade de influência dos não-humanos:

> [...] o avanço tecnológico deve ser guiado através de uma perspectiva centrada no ser humano, mas que consiga compreender a capacidade de influência dos agentes não-humanos, visando atingir uma melhor regulação, principalmente para as tecnologias mais autônomas, pensando na preservação dos direitos fundamentais dos indivíduos e na preservação da espécie humana.

Sánchez Bravo (2020, p. 73), por sua vez, consigna que o marco europeu para a inteligência artificial está centrado nas pessoas e fixa sete requisitos essenciais que devem ser atendidos e respeitados por qualquer aplicação de IA para ser confiável. Dentre eles, destaca-se a intervenção e supervisão humana, de modo que a IA não mine a autonomia humana (SÁNCHEZ BRAVO, 2020, p. 73).

Assim, "[...] o desafio, portanto, é observar e analisar estas práticas e mensurar sua importância e riscos, buscando guiar a tecnologia através de uma regulação jurídica mais eficiente, para que seja preservada a autonomia, privacidade e segurança do usuário"

(MAGRANI, 2018, p. 164). Dessa forma, no contexto da Quarta Revolução Industrial, a regulação jurídica da inteligência artificial deve guiar a tecnologia, e não contrário, tendo-se o ser humano como epicentro.

Considerações finais

O presente estudo abordou a substituição do trabalho humano pela inteligência artificial, especialmente no contexto da Quarta Revolução Industrial. Não há dúvidas de que as máquinas possuem uma grande capacidade de reconhecimento de padrões e de categorização em grandes quantidades de dados (*Big Data*), de modo que esse potencial deve ser aproveitado e não desperdiçado pela sociedade.

Ocorre que, a inteligência artificial traz diversos impactos para a sociedade, bem como novos desafios regulatórios ao arcabouço normativo atualmente existente. Nesse ponto, percebe-se grandes discussões globais voltadas à necessidade de definição de boas práticas para desenvolvimento e uso da inteligência artificial, com a elaboração de regras globais relativas à ética e a legalidade da utilização da IA.

Quanto à regulação da temática, verificou-se que a União Europeia se destaca em nível global e está construindo um importante marco regulatório a partir da Proposta de Regulamento de Inteligência Artificial, de 2021. Tal documento normativo ainda aguarda aprovação do Parlamento Europeu, mas já apresenta normas importantes atinentes, sobretudo, a questões éticas e de segurança a serem observadas pelos sistemas de IA. Tal proposta vai ao encontro do objetivo da UE de *alcançar uma posição de liderança no processo de regulação de IA* ocupando, assim, o centro das narrativas hoje difundidas em maior escala sobre o tema.

Defende-se, assim, que as tarefas desempenhadas por algoritmos sejam supervisionadas pelo ser humano, responsável por garantir a fundamentação e a transparência, respeitar padrões éticos e por observar direitos fundamentais. Essa linha de raciocínio revela-se importante na atualidade, pois, apesar de haver a substituição de milhares de empregos formais pela inteligência artificial, como demonstrado no estudo, se as legislações que estão em construção, de fato, consolidarem a necessidade de supervisão humana não ocorrerá uma substituição completa do trabalho humano.

Conclui-se, por fim, sem a pretensão de esgotamento do objeto deste estudo, diante de uma temática atual, relevante e veloz, que existe a necessidade de reflexão sobre os limites que merecem ser associados à utilização da inteligência artificial. Tais limites são essenciais no contexto da Quarta Revolução Industrial, especialmente diante da substituição de empregos formais por robôs e da importância de que haja supervisão humana dos algoritmos.

Referências

ÁLVARES, Juan J. Álvarez. **Aproximación crítica a la inteligencia artificial**: claves filosóficas y prospectivas del futuro. Madrid: Universidad Francisco de Vitoria, 2013.

ANDRADE, Mariana Dionísio de; ROSA, Beatriz de Castro; PINTO, Eduardo Régis Girão de Castro. Legal tech: analytics, inteligência artificial e as novas perspectivas para a prática da advocacia privada. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 15, jan./abr. 2020.

AZOULAY, Audrey. Aproveitando o melhor da IA. Entrevistadora: Jasmina Sopova. **O Correio da UNESCO**, Paris, n. 3, p. 36-39, jul./set. 2018. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/ 48223/pf0000265211_por. Acesso em: 07 ago. 2022.

BRASIL. Comitê Gestor da Internet No Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC Domicílios 2019. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). **Estratégia brasileira de inteligência artificial**. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/ arquivosinteligenciaartificial/ia_estrategia_diagramacao_4-979_2021.pdf. Acesso em: 07 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Digital.** Disponível em: https://datasus.saude.gov.br/saude-digital/. Acesso em: 07 ago. 2022.

CARVALHO, Letícia. Pesquisa da UnB mostra que 30 milhões de empregos serão substituídos por robôs até 2026. **G1**, Brasília, DF, 03 fev. 2019 Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/02/03/pesquisa-da-unb-mostra-que-30-milhoes-de-empregos-serao-substituidos-por-robos-ate-2026.ghtml. Acesso em: 07 ago. 2022.

CANCLINI, Néstor García. **Ciudadanos reemplezados por algoritmos.** Alemania: Calas, 2020.

CHINA. Administração do Ciberespaço da China. **Aviso do escritório estadual de informações da internet sobre as "Normas de gerenciamento de recomendações de algoritmos de serviços de informações da Internet (versão preliminar para solicitação de comentários)**. [*S. l.*], 2021. Disponível em: http://www.cac.gov.cn/2021-08/27/c_1631652502874117.htm. Acesso em: 07 ago. 2022.

CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Inteligência artificial no judiciário. *In*: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erick Navarro (coord.). **Inteligência artificial e direito processual**: os impactos da virada tecnológica no direito processual. Salvador: Juspodivm, 2021.

ENGELMANN, Wilson. Regulação e inteligência artificial: conectando desafios e oportunidades. *In:* **Propriedade intelectual, gestão da inovação e desenvolvimento**: propriedade intelectual, e desafios (bio) tecnológicos, propriedade intelectual e inteligência artificial. Organizadoras: Salete Oro Boff, Daniela Lippstein. Santo Ângelo: Metrics, 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Comissão Federal de Comércio. **Lei de responsabilidade algorítmica de 2022**. [*S. l.*], 2022. Disponível em: wyden.senate.gov/imo/media/doc/Algorithmic %20Accountability%20Act%20of%202022%20Bill%20Text.pdf. Acesso em: 07 ago. 2022.

FREITAS, Juarez; FREITAS, Thomas Bellini. **Direito e inteligência artificial**: em defesa do humano. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Marco legal da inteligência artificial**. Nota técnica sobre o projeto de lei 21/2020. São Paulo: FGV, 2021. Disponível em: https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/ ciapj_fgv_notatecnica_ ia.pdf. Acesso em: 07 ago. 2022.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**: uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEMES, Ronaldo. China cria a primeira regulação sobre algoritmos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2021/ 09/china-cria-a-primeira-regulacao-para-algoritmos.shtml?origin=folha. Acesso em: 07 ago. 2022.

LIMA, Isaías; PINHEIRO, Carlos A. M.; SANTOS, Flávia A. Oliveira. **Inteligência artificial**. Rio de Janeiro: Elsevierm, 2014.

MACHADO, Luiz Alberto; GALVÃO JÚNIOR, Paulo. **A Quarta Revolução Industrial em pleno século XXI**. [*S. l.*], 12 set. 2018. Disponível em: http://www.souzaaranhamachado.com.br/2018/09/ a-quarta-revolucao-industrial-em-pleno-seculo-xxi/. Acesso em: 07 ago. 2022.

MAGRANI, Eduardo. **Entre dados e robôs**: ética e privacidade na era da hiperconectividade. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2018.

MAIA, Ana Rita. Será a Europa o centro mundial da confiança na utilização da inteligência artificial? Ou apenas na regulação? *In*: CARVALHO, Marta Miguel de (ed.). **E.Tec yearbook governance & technology**. Braga: School of Law: University of Minho, 2021.

MCKINSEY GLOBALLINK. **Jobs lost, jobs gained**: workforce transitions in a time of automation. New York, 2017. Disponível em: https://www.mckinsey.com/~/media/mckinsey/industries/public% 20and%20social%20sector/our%20insights/what%20the%20future%20of%20work%20will%20mean%20for%20jobs%20skills%20and%20wages/mgi-jobs-lost-jobs-gained-executive-summary-december-6-2017.pdf. Acesso em: 07 ago. 2022.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; SOUZA, Liziane Menezes de. Legislação global sobre inteligência artificial: uma análise crítica sobre o papel da Unesco. **Pensar**, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 4, jan./mar. 2022.

NUNES, Dierle; MARQUES, Ana Luiza Pinto Coelho. Inteligência artificial e direito processual: vieses algorítmicos e os riscos de atribuição de função decisória às máquinas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 285, p. 426, nov. 2018.

PERROTA, Raquel P. Coelho; COSTA FELIPE, Bruno Farage da. Inteligência artificial no Direito: uma realidade a ser desbravada. **Revista de Direito, Governança e Novas tecnologias**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2018.

SÁNCHEZ BRAVO, Álvaro Avelino. Marco Europeo para una inteligência artificial basada en las personas. **International Journal of Digital Law**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 73, jan./abr. 2020.

SADIN, Éric. **La inteligência artificial o el desafio del siglo**. Anatomía de um antihumanismo radical. Buenos Aires: Caja Negra, 2020.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial.** Traduzido por Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

SILVA, Gabriela Buarque Pereira; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos. Diretrizes éticas para a Inteligência Artificial confiável na União Europeia e a regulação jurídica no Brasil. **Revista IBERC**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 25, set./dez. 2020.

SUSSKIND, Richard. **Online courts and the future of justice**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

TACCA, Adriano; ROCHA, Leonel Severo. Inteligência artificial: reflexos no sistema do direito. **Nomos**, Fortaleza, v. 38, n. 2, p. 59, dez. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Proposta para um futuro regulamento sobre Inteligência Artificial.** Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:e0649735-a372-11eb-9585-01aa75ed71a1.0004.02/DOC_1&format=PDF. Acesso em: 07 ago. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Regular a inteligência artificial na UE**: as propostas do Parlamento. Estrasburgo, 21 out. 2021. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20201015STO89417/regular-a-inteligencia-artificial-na-ue-as-propostas-do-parlamento. Acesso em: 07 ago. 2022.

VILLANI, Cédric. **Donner um sens à l´intelligence artificielle**: pour une stratégie nationale et européenne. [*S. l.*], 2018. Disponível em: https://www.aiforhumanity.fr./. Acesso em: 07 ago. 2022.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A RECOMPOSIÇÃO DA HIERARQUIA RACIAL BRASILEIRA DO TRABALHO (2002-2015)

Rafael da Silva Costa[1]

Um tema que tem recebido especial atenção das Ciências Sociais no Brasil é a pesquisa acerca das características específicas e sentidos a serem depreendidos a partir das experiências em políticas públicas formuladas durante os governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em nível federal (2003-2016). Uma das interpretações mais influentes nessa discussão considera que houve, no período, adoção de políticas orientadas à redução da pobreza, especialmente voltadas ao combate à miséria, combinadas a ativação do mercado interno (SINGER, 2012, p. 12). A aplicação bem-sucedida da fórmula anteriormente descrita seria um dos fatores determinantes para o realinhamento eleitoral em 2006, de modo a proporcionar nas urnas "o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado", conformando o *lulismo* (ibid., pp. 12-14).

"Sobrepopulação superempobrecida permanente", o subproletariado caracteriza-se por estar excluído do mercado formal de trabalho e concentrar-se regionalmente no Norte e Nordeste do país, esta seria a *questão setentrional* brasileira (ibid., pp. 20-21). "Reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara", especialmente por passar à condição proletária ao adentrar o mercado formal de emprego, o subproletariado converter-se-ia no principal suporte eleitoral deste projeto de *reforma gradual* imbricado a um *pacto conservador*, na medida em que ele arrefece a exclusão de trabalhadores dos mecanismos próprios a uma economia capitalista, ao mesmo tempo em que não objetiva confrontar tal ordem (ibid., pp. 40-46). No fundo, trata-se de projeto inclusivo adstrito a um dos marcos basilares da modernidade ocidental (GIDDENS, 2002, p. 189): a formalização da subsunção do trabalho ao capital por meio de um contrato[2].

Por mais que consideremos a caracterização do lulismo descrita acima congruente em seus termos gerais, a compreensão do conjunto de transformações sócio-políticas engendradas durante o período do PT à frente do governo federal "depende de uma análise política capaz de vincular esse movimento à própria lógica da democracia brasileira, com os potenciais e os obstáculos ao seu aprofundamento" (NOBRE, 2010). Assim, o ponto de partida deste texto reside no entendimento de que a existência do subproletariado seria a recomposição de um padrão característico da *colonialidade do poder*, segundo a qual "a inferioridade racial dos colonizados", produzida por um construto ideológico característico do etnocentrismo

[1] Historiador e mestrando (bolsista Capes) no Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (rafael2.costa@usp.br).

[2] "Sociedades capitalistas institucionalizam o trabalho livre com base na suposição de que os trabalhadores são livres e iguais [...] a força de trabalho de 'trabalhadores livres' é tratada como um bem que uma das partes do contrato legal (o trabalhador) tem e vende à outra (o empregador-capitalista). Historicamente, essa é uma enorme mudança, que altera a vida cotidiana e a estrutura econômica das sociedades envolvidas [...] além disso, como o mercado de trabalho livre é constitutivo para o capitalismo, os ideais normativos de liberdade e igualdade encontram lugar numa instituição real. Esses ideais não são apenas uma decoração de fachada; até certo ponto são objetificados e presentes. O mercado capitalista de trabalho não funcionaria sem contratantes juridicamente livres e independentes [...]" (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 30).

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

branco próprio da mentalidade moderna ocidental, "implicava que [estes] não eram dignos de pagamento de salário" (QUIJANO, 2005, p. 109–110).

Desse modo, a inferioridade racial fomentada enquanto justificativa da escravização da mão-de-obra negra africana no período colonial persistiria de modo recomposto, legitimando a exclusão de um amplo contingente populacional não-branco do acesso a um contrato de trabalho contemporaneamente. Ao evidenciarmos essa persistência buscamos uma abordagem "composicional" que propõe um deslocamento do pensamento temporal ao ler o passado como constitutivo "daquilo que está acontecendo aqui e agora e aquilo que está para acontecer" (SILVA, 2018, pp. 408–410). Investigaremos neste texto um *evento racial*, "padrão que se repete em diferentes escalas" (ibid.) a partir da reiteração em novas formas da colonialidade do poder. Especificamente, discutiremos a recomposição de uma *hierarquia racial brasileira do trabalho*, na medida em que "qualquer episódio" derivado da racialização constitui não só "matéria-prima para o pensamento", mas o próprio real enquanto uma "figura fractal" (ibid.).

A partir dessas considerações cotejaremos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Uma das hipóteses verificadas empiricamente é de que a questão setentrional se trata de uma configuração geoespacial da hierarquia racial brasileira do trabalho. Outra hipótese soma-se a essa: de que o projeto de conversão de subproletários em proletários diante do contexto brasileiro conjuga a partir de si um duplo movimento. Primeiramente, ao permitir a ascensão de uma massa trabalhadora à formalidade, o lulismo tornou não-brancos prevalentes entre os trabalhadores formais, reduzindo a distância de status de fatia não-branca relevante em relação aos brancos. Em segundo lugar, repôs na faixa informal contingente não-branco, no mínimo, proporcional ao que ascendeu à informalidade, mantendo parcela significativa desta população nos trabalhos de remuneração mais baixa e mais precarizados.

O primeiro movimento produz uma *consequência imprevista* pelo projeto de inclusão adstrita do lulismo, já que o aumento da formalização de não-brancos no mercado de trabalho vai em sentido contrário à colonialidade do poder, pois o núcleo duro da legitimação da existência do subproletariado reside na acepção de que não-brancos não seriam dignos de um contrato de trabalho. Ao alçar parcela significativa dessa população ao status de trabalhador formal por mecanismos institucionais cria-se uma base material que contribui para o aumento da autodeclaração étnica não-branca. Esse tipo de mudança cultural, por seu turno, repercutiria na capacidade de disputa de candidaturas não-brancas ao parlamento, em especial de mulheres.

O texto contará com quatro seções, além desta introdução haverá mais três. Na seguinte, realizaremos uma discussão panorâmica sobre a hierarquia racial do trabalho, mais especificamente sobre a posição da população não-branca a partir da abolição da escravização. Na terceira seção, a partir da análise de microdados da PNAD coletados anualmente entre 2002 e 2015[3], discutiremos a recomposição da hierarquia racial do trabalho durante o período. Por fim, sugerimos questões para pesquisas futuras a partir de reflexão sobre o possível efeito da consequência imprevista do lulismo sobre o cenário político-eleitoral brasileiro.

[3] Não foi realizada PNAD no ano de 2010, devido à realização do Censo. Portanto, todas as séries temporais produzidas a partir da pesquisa excluem 2010.

A partir da abolição: um deslocamento temporal

No momento de decreto do fim da escravidão no Brasil (1888) já existia uma relevante população pobre livre que, economicamente, gravitava em torno de núcleos produtivos agrários. A inserção desses indivíduos no mundo do trabalho estava condicionada a uma hierarquia racial atrelada a características "fenotípicas": quanto mais elementos brancos presentes maior seria a aptidão para realização de tarefas complexas e, por consequência, mais bem remuneradas (SKIDMORE, 1974, p. 40). Trata-se de recomposição da estrutura patriarcal da colônia, dado que os senhores brancos, ao estuprarem sistematicamente mulheres negras escravizadas[4], produziram uma camada social diferenciada em relação à massa negra em condição escrava, admitindo certa mobilidade social aos seus descendentes especialmente no caso de serem "culturalmente brancos" (MUNANGA, 2007).
Além disso, o Estado brasileiro promoveu, a partir de 1890, uma política de atração de imigrantes "saudáveis e aptos ao trabalho", excluindo-se "os nativos da Ásia e África", através da exposição constante do país no continente europeu na tentativa de atrair indivíduos "fenotipicamente" brancos, algo que resultou em fluxos migratórios relevantes em direção ao Sudeste brasileiro de modo a alimentar a mão-de-obra para as produções cafeeira e industrial entre o fim do século XIX e primeiras décadas do século XX (SKIDMORE, 1974, p. 137). Tal estratagema institucional de embranquecimento constituiu não só uma reiteração da colonialidade do poder, mas também um genocídio das populações preta e parda brasileiras (NASCIMENTO, 2016), consubstanciado pela redução da participação demográfica destes segmentos populacionais entre 1890 e 1950[5].
A constatação de que o imigrante branco tinha maior êxito na integração à ordem será um combustível importante para o protesto negro das décadas de 1920, 1930 e 1940, insurgindo-se contra o paternalismo, o clientelismo e a expectativa de conformismo dos brancos das classes dominantes (FERNANDES, 1988). Esse modo específico de luta pela integração dos não-brancos à ordem possuía influência de uma nova forma de encarar a questão étnico-racial disseminada por uma nova tendência intelectual, cuja expressão maior reside no livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (2005 [1933]). Na obra é formulada uma nova perspectiva de encarar a participação do "elemento africano" na formação histórica do Brasil, apresentando a noção de que a miscigenação à brasileira teria propiciado um ambiente de integração étnico-racial (FREYRE, 2005). Se, por um lado, essa formulação diferencia-se da perspectiva meramente eugênica da política de branqueamento do primeiro período republicano, por outro, reforça um ideal etnocentrista branco de maneira sofisticada ao

[4] Estudo recente de mapeamento genômico da população brasileira detectou que enquanto a herança mitocondrial materna de 36% da população é africana e de 34% ameríndia, a mesma herança paterna de 75% da população é branca europeia. Essa seria uma marca genética do estupro sistemático das mulheres não-brancas no Brasil (ALVES, 2020).
[5] Skidmore (1974) argumenta que os números dos censos do período devem ser observados com cautela, afinal "as definições das categorias raciais podem ter variado conforme a época" das coletas de dados, bem como as respostas "podem ter sido influenciadas pelas atitudes sociais dos censitários devido a grandes discrepâncias entre as instruções que lhes eram legadas pelas diferentes administrações". No entanto, o autor afirma que "mesmo considerando todos os fatores não se pode escapar à conclusão de que houve um embranquecimento da população nos últimos 100 anos [1870-1970]" [tradução nossa] (pp. 44-46).

considerar a miscigenação forçada através do estupro de mulheres negras enquanto um fator relevante para a integração dos não-brancos à ordem de forma pacífica.
O impacto dessas proposições será tão forte que no imediato pós-segunda guerra mundial a Unesco irá encomendar pesquisa sobre as relações étnico-raciais no Brasil como forma de demonstrar à comunidade internacional possibilidade de constituir de forma democrática uma sociedade multiétnica, como forma de contraposição aos horrores do Holocausto (SCHWARCZ, 2015). Os resultados das pesquisas realizadas, entretanto, seguiram caminho diverso. Florestan Fernandes (2015) irá identificar que reflexões anteriores tomaram a "miscigenação como índice de integração social e como sintoma, ao mesmo tempo, de fusão e de igualdade raciais" formando, assim, o núcleo do "mito da democracia racial" (pp. 38-40). No caso brasileiro, segundo o autor, confundir-se-iam "padrões de tolerância estritamente imperativos na esfera do decoro social com igualdade social propriamente dita" criando uma espécie de "preconceito de não ter preconceito" no qual valores próprios do patriarcalismo colonial são repelidos no plano das ideias ao mesmo tempo em que se mantém "os antigos ajustamentos discriminatórios e preconceituosos" (pp. 41-43).
Diante do exposto, a reiteração da hierarquia racial do trabalho brasileira pode ser esquematizada até o século XX como segue. Primeiramente, a estrutura patriarcal da colônia desenvolveu-se no que viria a ser o Nordeste em torno da cultura da cana-de-açúcar, fazendo com que não somente uma larga população não-branca escravizada fosse mantida naquela região, mas também um grande contingente de trabalhadores pobres livres (FERLINI, 2010), em parte produto de uma miscigenação forçada (MUNANGA, 2007). Em segundo lugar, após a estagnação do "ciclo" açucareiro, o eixo dinâmico da economia deslocou-se ao que viria a ser o Sudeste ("ciclos" do ouro e do café), espraiando a escravização negra, que constituiria a única instituição efetivamente nacionalizada a partir da independência (SKIDMORE, 1974). Após a abolição, quando a população não-branca poderia ter sido absorvida em larga escala pelo mercado formal de trabalho, o Estado promoveu uma política de imigração branca europeia, recompondo um padrão de hierarquia racial do trabalho fundada no etnocentrismo branco, excluindo parcela relevante da massa não-branca da possibilidade de integração ao mercado (ibid.). Conforme observaremos na próxima seção, esse padrão de evento racial chegou ao século XXI, passando por uma recomposição no período lulista, expressa através da redução do grau de prevalência da modalidade informal de trabalho em relação a formal devido à inclusão de contingente não-branco ao universo de pessoas ocupadas.

Recomposição da hierarquia racial brasileira do trabalho

Antes de passar propriamente a análise dos microdados compilados da PNAD no período compreendido entre 2002 e 2015 são necessárias algumas considerações metodológicas. Primeiramente, escolheu-se a PNAD para verificar o movimento da população em relação ao mercado formal de trabalho e seu possível impacto sobre a desigualdade por sua metodologia de coleta de dados em domicílios captar de forma mais sensível o movimento de ocupação/desocupação de postos de trabalho (BASTOS, 2012). Não há consenso na literatura especializada sobre o tema se essa metodologia levaria a uma sobre ou subestimação da renda do trabalho captada, mas não há dissenso sobre sua capacidade de mensurar flutuações na desigualdade entre estratos sociais distintos (ibid.), o que valida seu uso para os fins aqui pretendidos.

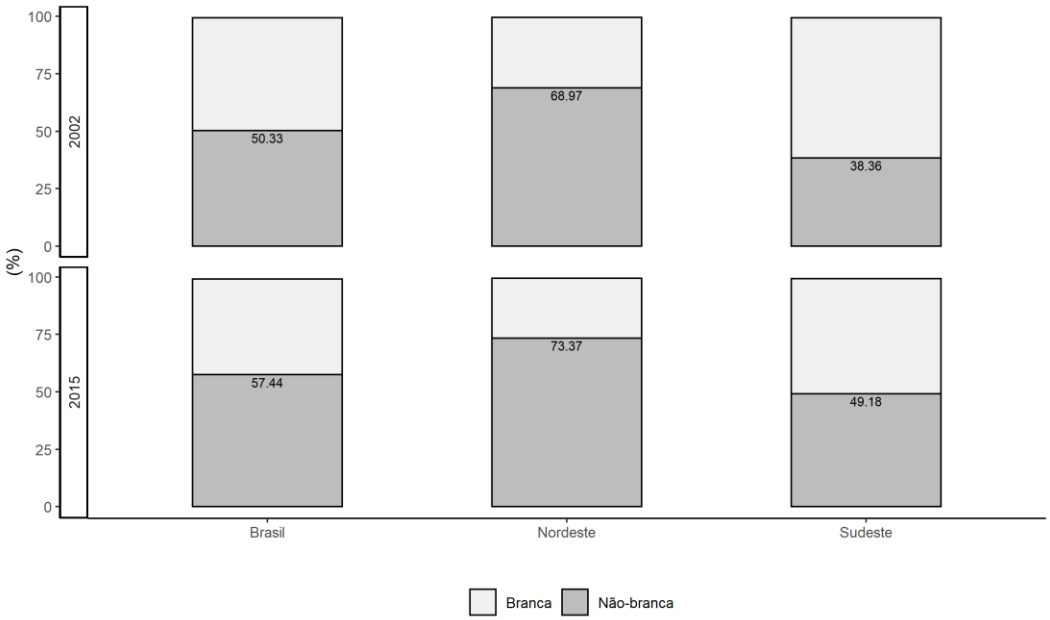
Em segundo lugar, é importante definir o uso da categoria "não-brancos" nesta seção. Não resta dúvidas de que a colonialidade do poder no contexto brasileiro possui reverberações na vida da população indígena, no entanto, para fins da compilação dos microdados consideramos aqui somente as pessoas que se autodeclararam "pretas" ou "pardas" enquanto "não-brancas". Tal procedimento foi adotado pois, conforme já apresentado neste texto, nosso recorte epistemológico lida com a problemática do evento racial tal qual ela se apresenta para as populações preta e parda.

Em terceiro lugar, consideramos as variáveis "condição de ocupação no ano" e "posição na ocupação no trabalho principal do ano"[6] a fim de determinar se o indivíduo, durante o período analisado, pertencia ao universo de "trabalhadores formais" ou de "trabalhadores informais". Já para o cálculo do rendimento médio do trabalhador acessamos a variável "valor do rendimento mensal de todos os trabalhos". Por fim, com a finalidade de testar nossa hipótese sobre a questão setentrional, agregamos resultados com base nas duas regiões mais populosas da divisão regional trabalhada pela teoria, Nordeste e Sudeste. Estabelecidos os critérios metodológicos, passamos a análise dos resultados obtidos.

Nosso ponto de partida é a observação da autodeclaração étnica na PNAD e, conforme a previsão teórica da questão setentrional, há uma concentração da população não-branca no Nordeste, com uma inversão da polaridade no Sudeste (Figura 1). Cabe ressaltar que há um avanço na proporção de pessoas que se autodeclaram não-brancas no período pesquisado em taxa que não pode ser atribuída a simples crescimento vegetativo da fração não-branca da população ou a evento de redução demográfica da etnia branca (7,11% em treze anos). Trata-se de movimento diametralmente oposto ao verificado por Skidmore entre as décadas de 1890 e 1950 (SKIDMORE, 1974, pp. 44–46). Assim, é possível afirmar que no período analisado houve algum tipo de transformação cultural implicando em maior autorreconhecimento não-branco ou, na terminologia trabalhada neste texto, menor propensão de pretos e pardos identificarem-se "culturalmente brancos". Antes de passar à análise dos recortes étnicos segundo formalidade do trabalho, sublinhamos que a taxa de variação da população não-branca entre formais é superior à variação geral, enquanto entre informais essa taxa é inferior a geral.

[6] Foram considerados "trabalhadores formais" aqueles que na variável "posição na ocupação no trabalho principal do ano" responderam ou "empregado com carteira" ou "trabalhador doméstico com carteira". Foram considerados "trabalhadores informais" aqueles que na mesma variável preencheram uma das seguintes respostas: "outros empregados sem carteira", "empregados sem declaração de carteira", "trabalhador doméstico sem carteira", "trabalhador doméstico sem declaração e carteira", "conta própria", "trabalhador na produção para o próprio consumo", "trabalhador na construção para o próprio uso".

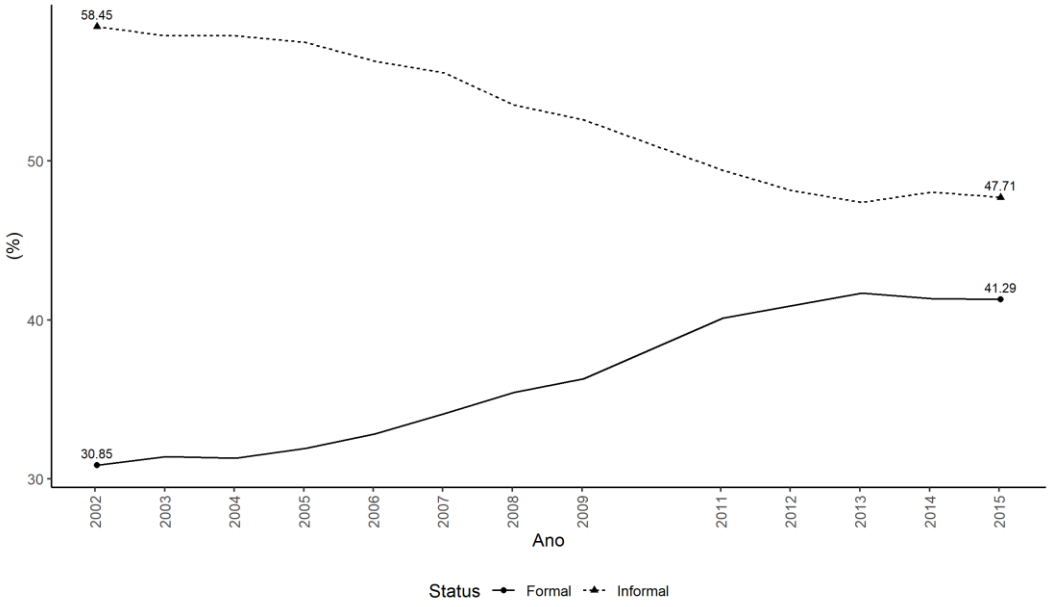
Figura 1 - Autodeclaração étnica na PNAD*



Fonte: IBGE, PNAD, 2002-2015. *Apresentadas numericamente porcentagens de não-brancos.

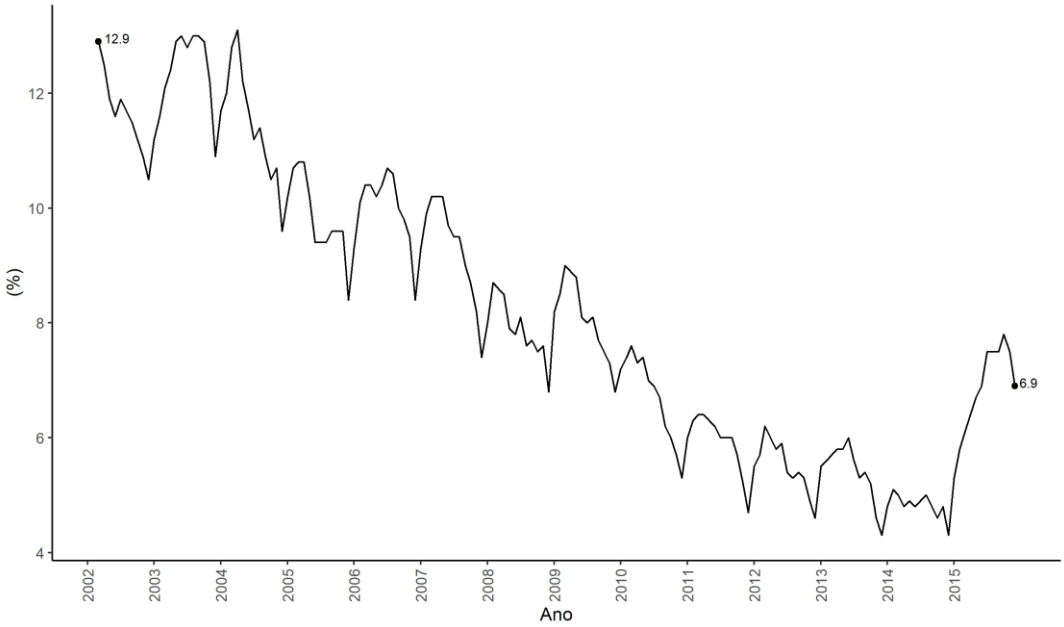
Seguindo os critérios de formalidade e informalidade estabelecidos, no período há um aumento substantivo da proporção de trabalhadores formais em relação ao universo de pessoas ocupadas que espelha a queda de participação dos trabalhadores informais (Figura 2). Essa mudança ocorreu de modo concomitante a uma redução relevante do contingente de desempregados (Figura 3). Vistos em conjunto, esses dados denotam que ao aumento do universo de pessoas ocupadas correspondeu um aumento do grau de formalidade. Não é possível, entretanto, determinar somente com esses dados se *em termos absolutos* o contingente populacional inserido na informalidade foi reduzido no período, já que para fins do cômputo da taxa de desemprego consideram-se "empregados" tanto trabalhadores formais quanto informais. Podemos concluir apenas que a evolução de empregos formais superou a de informais segundo os dados coletados.

Figura 2 - Distribuição de pessoas ocupadas conforme tipo da relação de trabalho



Fonte: IBGE, PNAD, 2002-2015.

Figura 3 - Evolução da taxa de desemprego mensal no Brasil (mar/2002-dez/2015)



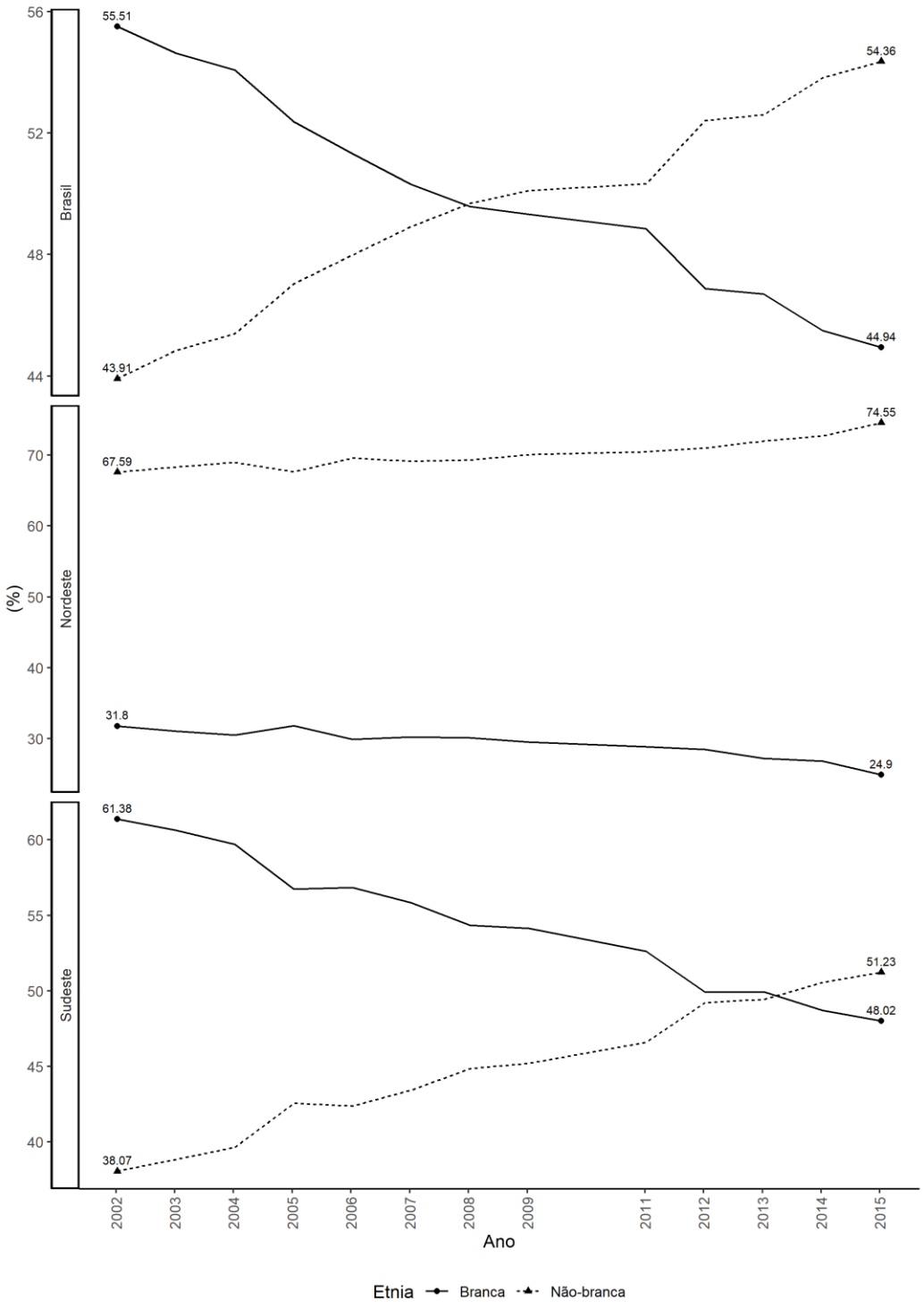
Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2015.

Nesse sentido, o aumento da formalidade decorrente da orientação geral do período lulista não foi suficiente para tornar o número de trabalhadores formais superior ao de informais, sendo notável uma estagnação desse movimento a partir de 2013. Ao desagregar a série de dados regionalmente, mais uma vez confirma-se uma previsão teórica da questão setentrional, já que no início da série histórica para o Nordeste sua proporção de trabalhadores informais, tanto em relação ao universo ocupado (69,26%), quanto em relação à população total (33,3%), é superior à do Sudeste (respectivamente, taxas de 49,64% e 24,95%). Entretanto, somente no Sudeste a proporção de trabalhadores formais em relação ao universo de ocupados supera a de informais no final da série histórica (respectivamente, taxas de 49,96% e 39,32%), enquanto no Nordeste mantém-se a preponderância do trabalho informal (58,48% do universo de ocupados em 2015). No final da série aqui trabalhada manteve-se a prevalência da informalidade entre os ocupados no Nordeste em relação à população total (27,77%), enquanto no Sudeste, neste recorte, a formalidade ultrapassou a informalidade (respectivamente, 26,04% e 20,49%).

Ao cruzar a formalidade com a autodeclaração étnica do pesquisado, os dados da PNAD revelam que ao olhar para o Brasil como um todo, a quantidade de não-brancos formalizados ultrapassou sua contraparte branca a partir de 2008, apesar de apresentar taxa um pouco abaixo de sua participação no universo populacional como um todo (Figura 4). O mesmo ocorreu no Sudeste a partir de 2014, no entanto, no Nordeste sempre houve grande prevalência dos não-brancos entre os formalizados, algo imprevisto por nossa hipótese sobre a questão setentrional. Isso provavelmente deve-se à larga preponderância étnica dessa população no Nordeste, mesmo assim convém assinalar que a distância entre os segmentos aumentou no período analisado. Por outro lado, a participação de não-brancos entre os trabalhadores informais também cresceu no período em todos os recortes regionais, mantendo-se em taxa superior à sua proporção na população em geral (Figura 5).

Com a finalidade de tornar facilmente comparável ao longo do tempo o rendimento médio auferido pelas pessoas ocupadas através da PNAD, procedemos ao cálculo de sua razão em função do salário-mínimo vigente no ano de coleta dos dados. Nota-se que a razão do rendimento médio em relação ao salário-mínimo caiu em todas as intersecções entre etnia e característica de formalidade do trabalho, sendo mais acentuada a do segmento de "brancos formais" (Figura 6). Dessa forma, houve uma redução da distância entre o rendimento médio de brancos e não-brancos inseridos na formalidade, ao mesmo tempo em que os brancos informais ultrapassaram os não-brancos formais. Importante ressaltar que os não-brancos informais tiveram a menor queda proporcional entre os rendimentos médios. Investigações mais profundas sobre as causas da redução geral do rendimento médio em relação ao salário-mínimo são necessárias, mas à primeira vista é possível atribuir tal efeito a uma possível inserção, seja no mercado formal ou informal, em posições precárias e mal remuneradas de trabalho, conforme já suscitado em outras pesquisas (BRAGA, 2015), somadas ao movimento da política de valorização do salário-mínimo colocada em marcha pelos governos petistas (SINGER, 2012).

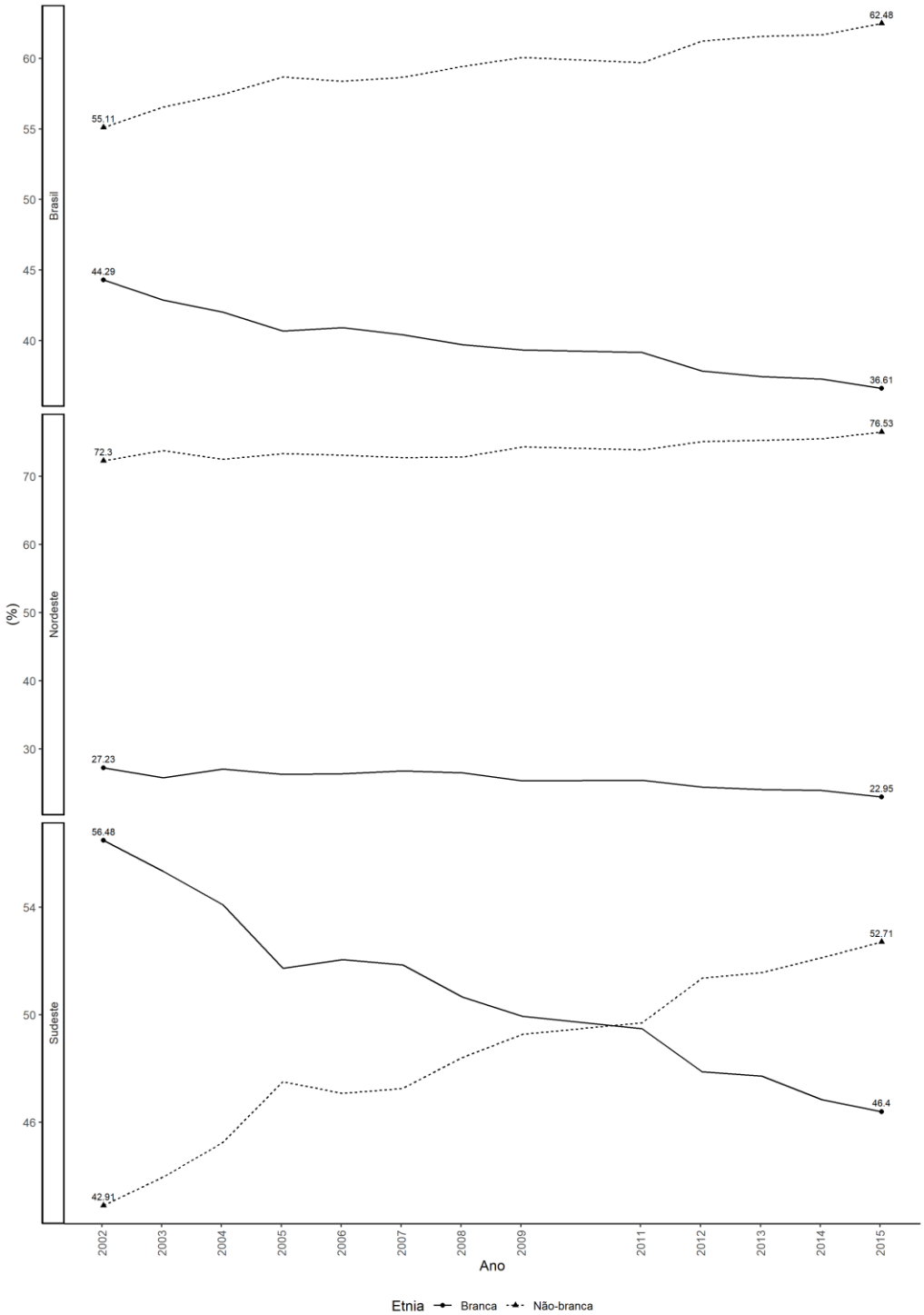
Figura 4 - Distribuição de trabalhadores formais conforme etnia autodeclarada



Fonte: IBGE, PNAD, 2002-2015.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

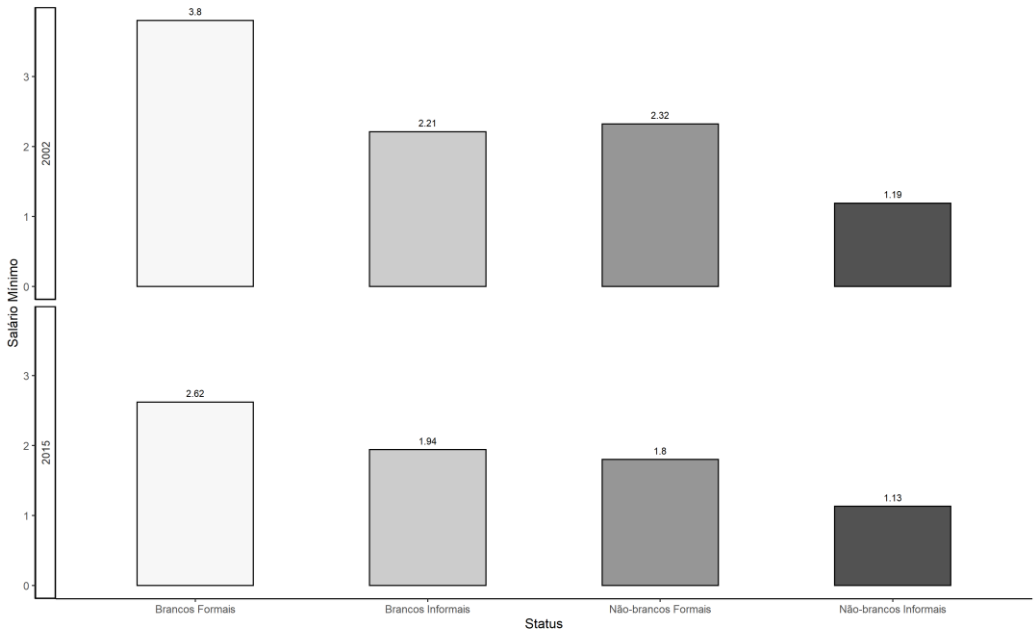
Figura 5 - Distribuição de trabalhadores informais conforme etnia autodeclarada



Fonte: IBGE, PNAD, 2002-2015.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Figura 6 - Razão do rendimento médio das pessoas ocupadas em função do salário mínimo no período selecionado*



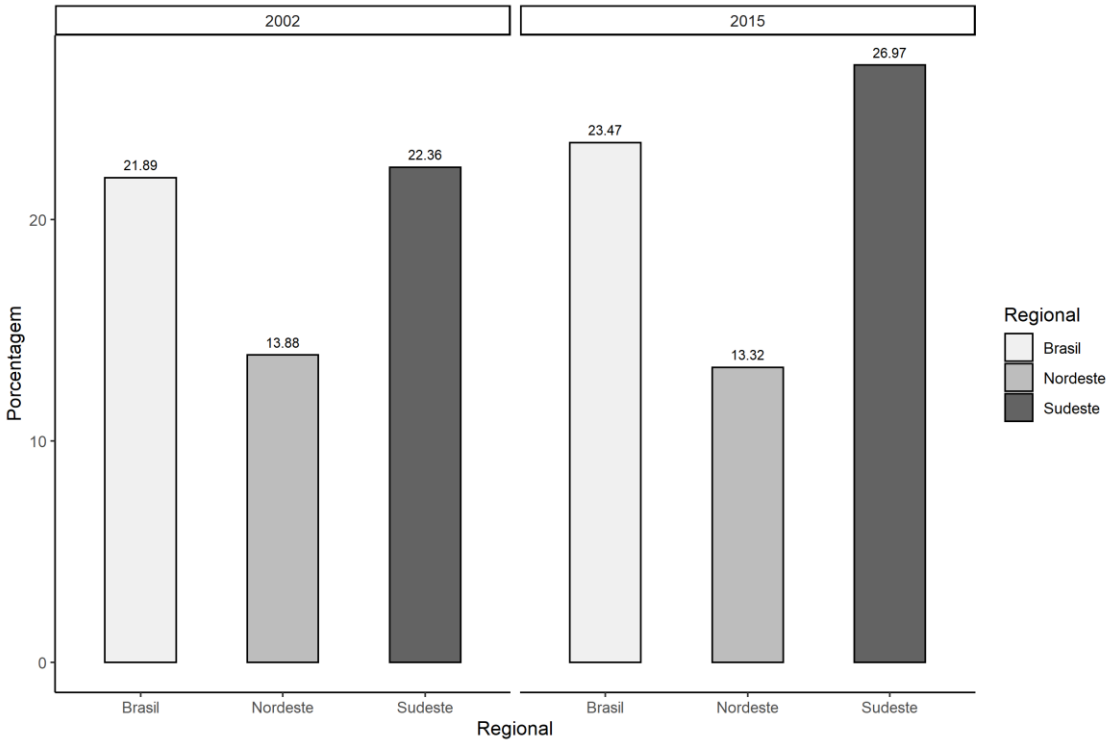
Fonte: IBGE, PNAD, 2002-2015. *Salário mínimo no período selecionado = 1

No que concerne à proporção daqueles trabalhadores formais que ganham igual ou acima do rendimento médio dos trabalhadores em geral, há no país uma evolução muito discreta, expressa em comportamentos bastante diversos nas regiões em análise (Figura 7). A leve regressão desse universo no Nordeste foi acompanhada de uma superação da proporção de não-brancos em relação a de brancos, enquanto a expansão do Sudeste foi acompanhada de redução substantiva da distância entre os segmentos étnicos (Figura 8). A leve regressão do contingente formal ganhando igual ou acima do rendimento médio das pessoas ocupadas no Nordeste sugere que sua inserção na formalidade se deu através dos postos de mais baixa remuneração ao mesmo tempo em que houve uma redução da distância de não-brancos em relação à população branca formalizada. As disparidades regionais apontam uma reconfiguração da questão setentrional a partir do lulismo, na medida em que, mesmo após implementar uma inclusão nos marcos da modernidade ocidental, a parte mais pobre e menos formalizada da população permanece concentrada na porção mais ao norte do país.

Por fim, também é possível inferir que houve um processo relevante de conversão de subproletários em proletários, apesar de insuficiente para fazer com que a formalidade superasse a informalidade no universo geral de pessoas ocupadas. No entanto, essa mudança foi substantiva ao tornar não-brancos prevalentes entre os formais, ao mesmo tempo em que, proporcionalmente, não-brancos também aumentaram sua participação na informalidade diante de um contexto de queda no desemprego. Assim, podemos sugerir que dada a desigualdade produzida pelo evento racial, a saída de um não-branco da informalidade correspondia a entrada de outro, antes desocupado, na informalidade. Enquanto isso, ao branco que saía da informalidade não correspondia outro para ocupar seu lugar. Em que pese

a distância entre rendimentos médios cair e a participação de não-brancos melhorar entre aqueles que ganham acima do rendimento médio no período analisado, a fração não-branca da população trabalhadora brasileira manteve-se em posição de inserção subalterna no mundo do trabalho. Destarte, o projeto lulista de inclusão dentro dos marcos da modernidade ocidental recompôs a hierarquia racial do trabalho de modo que, apesar da população não-branca encontrar-se em 2015 numa situação de maior inserção formal no mercado de trabalho e, em consequência, menos distante da população branca, ainda era prevalente nos estratos informal e de mais baixo rendimento médio.

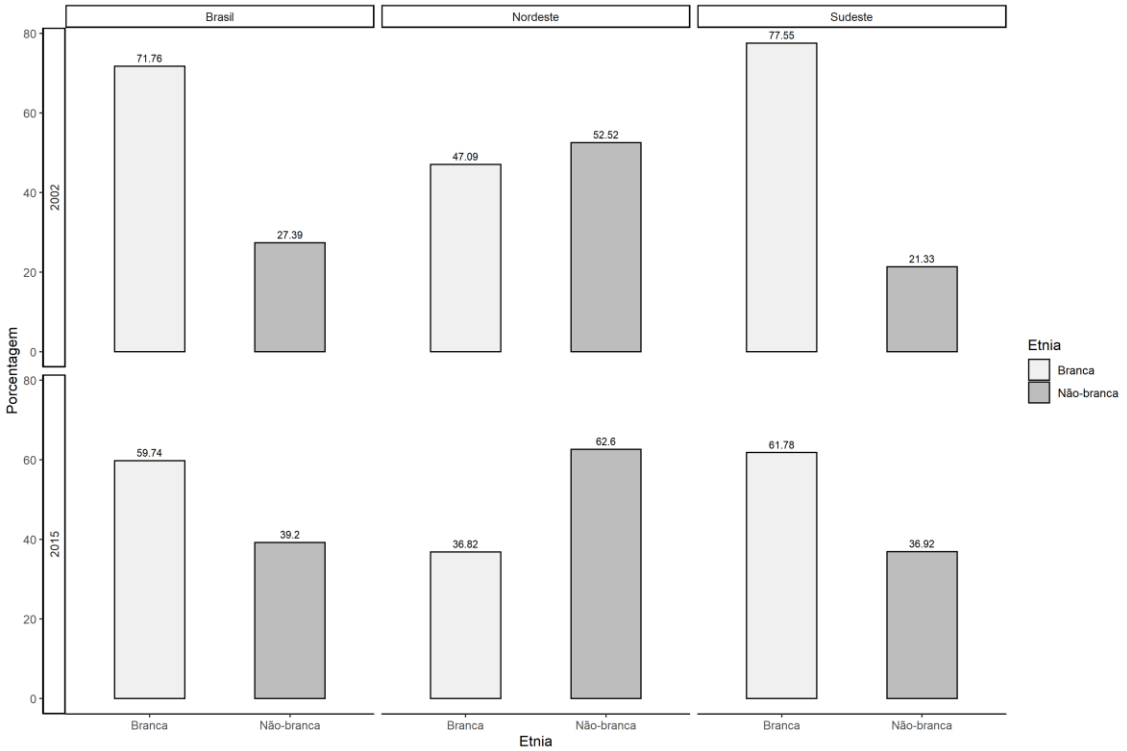
Figura 7 - Percentual de trabalhadores formais ganhando igual ou acima do Rendimento Médio das pessoas ocupadas



Fonte: IBGE, PNAD, 2002-2015.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Figura 8 - Distribuição étnica entre trabalhadores formais ganhando igual ou acima do Rendimento Médio das pessoas ocupadas



Fonte: IBGE, PNAD, 2002-2015.

Consequência imprevista: efeito, ação e reação

Concebemos aqui a redução de distância entre brancos e não-brancos decorrente da recomposição da hierarquia racial do trabalho, expressa tanto pelo aumento da participação não-branca no mercado formal quanto pela redução da distância dos rendimentos médios entre estes segmentos populacionais, uma consequência imprevista do lulismo. A denominação "imprevista" torna-se instrumental pois, ao colocar em marcha uma ampliação do mercado interno por meio da criação de empregos formais (SINGER, 2012, p. 18–22), não se supunha confrontar os parâmetros da ordem brasileira. Afinal, formalizar a subsunção do trabalho ao capital fora um dos passos fundamentais à consolidação do regime capitalista no Ocidente (FRASER; JAEGGI, 2020) e, dentro de tal lógica, alçar indivíduos a um status que deveria ser trivial não seria um confronto à ordem. Ocorre que a redução de distância entre brancos e não-brancos neste âmbito representa contrariedade à ordem, já que o núcleo duro da legitimação da existência do subproletariado reside na acepção de que os não-brancos seriam indignos de pagamento de salário (QUIJANO, 2005, p. 110), ou, em termos recompostos na contemporaneidade, indignos de um contrato de trabalho.

Um desdobramento visível dessa consequência imprevista é o aumento significativo da autodeclaração étnica não-branca captada pela PNAD (7,11% em treze anos). Não é possível somente com os dados levantados neste trabalho afirmar que a recomposição da hierarquia racial do trabalho foi condição suficiente para acarretar esse aumento na autodeclaração não-

branca, inclusive porque houve outras políticas públicas voltadas especificamente à população não-branca e uma continuidade da luta pela igualdade racial dos movimentos sociais negros no período (LIMA, 2010), fatos que certamente concorreram para a mudança. No entanto, esboçaremos porque identificamos a recomposição da hierarquia racial do trabalho apontada neste texto enquanto uma entre várias condições necessárias ao aumento da autodeclaração étnica não-branca.

Ao alçar parcela significativa da população não-branca ao status de trabalhador formal por mecanismos institucionais, cria-se uma base material de mitigação da hierarquia racial do trabalho através da diminuição de distância entre brancos e não-brancos, seja por ocuparem os mesmos postos de trabalho, seja por seus rendimentos médios, e por consequência condições de vida, se aproximarem. Assim, abre-se caminho ao rompimento com uma tentativa de afirmar-se branco como forma de integrar-se a ordem, em outros termos, uma tentativa de obrigar o branco a reconhecer a sua humanidade[7]. Opera-se uma mudança cultural por meio de uma nova forma de afirmação da humanidade, expressa pelo aumento da autodeclaração não-branca, correlacionada a uma alteração de base material, a recomposição da hierarquia racial do trabalho. Além disso, a autoafirmação de não-brancos também é passível de produzir alteração na forma que os brancos lhes percebem, tanto em *sentido benéfico*, tornando alguns mais aderentes à discursos e práticas antirracistas, quanto em *sentido espúrio*, levando outros à violência racial a partir de uma espécie de ressentimento[8] pela aproximação de status.

Assim, torna-se possível considerar que se a conversão de subproletários em proletários foi um dos determinantes do realinhamento eleitoral de 2006 (SINGER, 2012, pp. 14–15), de modo análogo, o aumento do autorreconhecimento da população não-branca e seus eventuais desdobramentos também refletir-se-ão na arena político-eleitoral. No entanto, a análise quantitativa desse eventual movimento será limitada, já que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tornou público o registro da autodeclaração étnico-racial de candidatos a eleições proporcionais e majoritárias apenas a partir de 2014[9]. Cumpre registrar que a própria mudança no trato dos dados pelo TSE apresenta-se como mais um vestígio da mudança cultural anteriormente assinalada, uma vez que uma nova forma de afirmação não-branca levou a novos interesses dos investigadores sociais, acarretando a disponibilização de dados congruentes às novas atenções[10].

[7] "[...] começo a sofrer por não ser um branco na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, extorque de mim todo valor [...] então tentarei basicamente me tornar branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer a minha humanidade [...] se ele [o colonizado] se encontra a tal ponto imerso no desejo de ser branco, é porque vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, uma sociedade que extrai sua consistência da preservação desse complexo, uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça [...]" (FANON, 2020, p. 112–114).

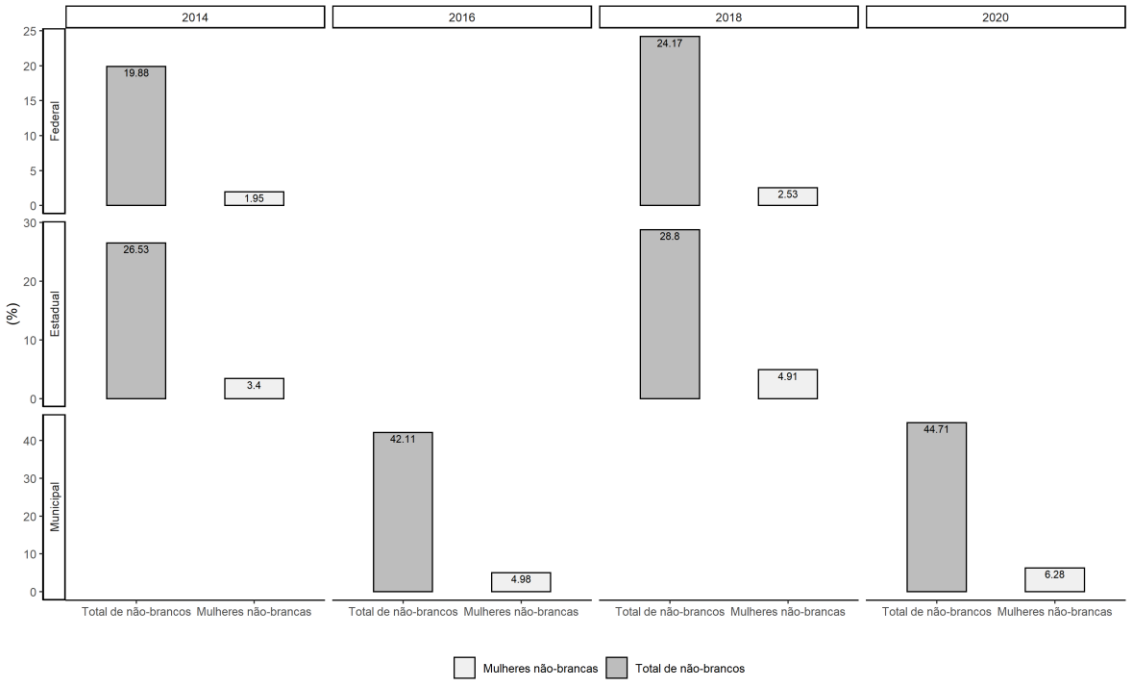
[8] "[...] de fato, uma lista de valores emerge do ressentimento daqueles sofrendo perda de privilégios historicamente concedidos pelo poder [...] se [...] o ressentimento do fraco extrai sua qualidade denominando 'mal' aquilo que considera responsável por sua dor e 'bem' a si mesmo, decorre que quem perde privilégios estaria propenso a denunciar a igualdade e até mesmo o mérito a fim de afirmar sua supremacia com base em nada mais do que o direito conferido pela tradição" [tradução nossa] (BROWN, 2019, p. 179).

[9] Informação disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/, acesso em 07 abr. 2022.

[10] As categorias pelas quais se apresentam os dados do TSE são discutidas com a Associação Brasileira de Ciência Política, a disponibilização dos dados referentes à autodeclaração étnica de candidatos reflete, em grande medida, às novas necessidades captadas pela entidade.

A análise dos dados disponíveis permite afirmar que houve pouca mudança quantitativa no que concerne a parlamentares não-brancos eleitos nos quatro pleitos em que há dados étnico-raciais de candidatos disponíveis, mantendo-se a sub-representação deste segmento populacional no Legislativo (Figura 9). O número de parlamentares estaduais e federais eleitos aumentou, respectivamente, 8,56% e 21,58% em 2018, enquanto o de municipais aumentou 6,17% em 2020. Pode-se argumentar que são taxas de crescimento razoáveis para o intervalo de apenas uma eleição, no entanto são altas principalmente por sua base comparativa ser muito baixa. A partir das eleições de 2018, os não-brancos ocupavam somente 19,88% das cadeiras na Câmara dos Deputados, 26,53% das cadeiras disponíveis em todas as Assembleias Legislativas (inclusive Distrito Federal) e, a partir de 2020, 44,71% das cadeiras legislativas municipais. Em se tratando das mulheres não-brancas a situação de sub-representação é extrema: a partir de 2018 elas ocupavam 2,5% das cadeiras na Câmara dos Deputados, 4,9% das cadeiras estaduais e, a partir de 2020, 6,28% das cadeiras municipais.

Figura 9 - Proporção de candidatos não-brancos eleitos ao Legislativo no Brasil em relação ao número de cadeiras disponíveis (2014-2020)



Fonte: TSE, 2014-2020.

Apesar disso, houve uma mudança de qualidade da competição eleitoral justamente das mulheres não-brancas[11], que conseguiram atingir votações expressivas em alguns dos

[11] Seria necessário para compreensão total desse fenômeno uma análise combinada com o desenvolvimento das questões de gênero no país ao longo do período aqui pesquisado, um panorama geral do tema encontra-se em Biroli (2018).

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

colégios eleitorais mais importantes do Sudeste a partir de 2016. São exemplos emblemáticos: Marielle Franco (PSOL), eleita quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro - RJ e segunda mulher mais votada ao cargo de vereadora em 2016 com 46.502 votos; Áurea Carolina (PSOL), eleita quinta deputada federal mais votada de Minas Gerais em 2018 com 162.740 votos; e Erika Hilton (PSOL), eleita vereadora mais votada da cidade de São Paulo - SP e no país em 2020 com 50.508 votos. A grande expressão eleitoral dessas vitórias pode sinalizar um ponto de encontro político dessa nova forma de afirmação de humanidade não-branca e sua reverberação em sentido benéfico, cuja expressão cultural possivelmente encheta-se no aumento do autorreconhecimento não-branco, consequência imprevista do lulismo. Pesquisas de escopo mais amplo e que conjuguem as dialéticas entre trabalho, evento racial, gênero e política podem seguir essa pista.

Toda ação, entretanto, pode encontrar sua reação. Em março de 2018, Marielle Franco foi brutalmente executada. Não só a investigação de sua execução continua sem resolução até o término da escrita deste texto como outras mulheres não-brancas eleitas nos últimos pleitos sofrem constantes ameaças de cunho racista. Entre uma miríade de exemplos podemos citar os casos da primeira vereadora negra da história de Curitiba - PR, Carol Dartora (PT), constantemente ameaçada de morte (SANTIAGO, 2020); da deputada federal Talíria Petrone (PSOL), atualmente vivendo sob proteção da Polícia Federal (GONZALEZ, 2020); ou da ameaça de morte recebida pela atual prefeita de Bauru - SP, Suéllen Rossim (Patriota) (APÓS, 2020). Trata-se de comportamento frente a novas formas de afirmação política não-branca em sentido espúrio, de forma a tentar extinguir expressões do segmento menos representado politicamente de forma direta da arena legislativa. Nesse âmbito também se abre importante campo de investigação que pode ajudar a desvendar a porosidade do regime democrático brasileiro a representação de atores políticos não-tradicionais, bem como sobre a interação específica entre representação política, violência, gênero e raça.

Neste texto apresentamos um mapa rudimentar da hierarquia racial brasileira do trabalho a fim de apontar caminhos possíveis para pesquisa a partir do diagnóstico de incompletude da inclusão adstrita aos marcos da modernidade ocidental diante de uma formação social moldada pela colonialidade do poder. Estudos de escopo mais amplo, combinando outros aspectos além de classe e evento racial, podem fornecer um quadro interpretativo mais rico e complexo do cenário aqui esboçado.

Referências

ALVES, Gabriel. Estudo com 1.200 genomas mapeia diversidade da população brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/09/estudo-com-1200-genomas-mapeia-diversidade-da-populacao-brasileira.shtml. Acesso em: 8 ago. 2022.

APÓS OFENSAS RACISTAS, PREFEITA NEGRA ELEITA EM BAURU É AMEAÇADA DE MORTE. **Portal de notícias G1**, Bauru e Marília, 1 dez. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/12/01/apos-ofensas-racistas-prefeita-negra-eleita-em-bauru-e-ameacada-de-morte.ghtml. Acesso em: 8 ago. 2022.

BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier Bastos. **Distribuição funcional da renda no Brasil**: estimativas anuais e construção de uma série trimestral. Texto para discussão n. 1702, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1268/1/TD_1702.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: Limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2015.

BROWN, Wendy. **In the ruins of Neoliberalism**: the rise of antidemocratic politics in the West. New York: Columbia University Press, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2015.

FERNANDES, Florestan. O protesto negro, **São Paulo em perspectiva**, v. 2, n. 2, p. 15–17, São Paulo, 1988.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GONZALEZ, Mariana. Deputada Talíria Petrone recebe ameaça e volta a ter escolta policial no RJ. **Universo Online - UOL**, São Paulo, 21 ago. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/deputada-taliria-petrone-volta-a-ter-escolta-apos-novas-ameacas.htm. Acesso em: 8 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Trabalhadores por conta própria: perfis e destaques, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Brasília, 2008. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Trabalhadores_por_Conta_Propria_parte1.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos**, n. 87, p. 77–95, jul. 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOBRE, Marcos. O fim da polarização. **Revista Piauí**, São Paulo, 2010. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fim-da-polarizacao/. Acesso em: 8 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html. Acesso em: 8 ago. 2022.

SANTIAGO, Abinoan. Primeira vereadora negra eleita de Curitiba sofre ameaças: "vou te matar". **Universo Online - UOL**, Florianópolis, 6 dez. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/12/06/ameaca-morte-carol-dartora-curitiba.htm. Acesso em: 8 ago. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan**. O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2015. p. 11–24.

SILVA, Denise Ferreira da. O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André; SANTORO, Artur; MENEZES, Hélio; SCHWARCZ, Lilia Moritz; TOLEDO, Tomás (orgs.). **Histórias Afro-atlânticas**: vol. 2, Antologia. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 2018. p. 407–411.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Black into White**: Race and Nationality in Brazilian Thought. Durham: Duke University Press Books, 1974.

"DESDE MARÇO EU MORO NO COMPUTADOR[1]": PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Franciele Brito Barbosa[2]
Elis Cristina Fiamengue[3]

Introdução

- Já fiz de tudo. É só falar, que eu fiz [...]

- Então, por que desistiu?

- Bom, sempre tem alguém enchendo o saco, não é? [...] Sabe, é que sou trabalhador. Pena que o pessoal com quem eu trabalhava não era. Imbecis preguiçosos. Então... prefiro agora trabalhar sozinho e ser meu próprio chefe.

- Recebeu seguro-desemprego?

- Não. Não, não. Tenho meu orgulho. Prefiro passar fome.

- Música para meus ouvidos, Ricky. Henry tinha razão. Você é trabalhador. Só vamos esclarecer umas coisas desde o começo, sim? Você não é contratado aqui. Você vem "a bordo". Dizemos que você "embarca". Você não trabalha para nós. Trabalha "conosco". Você não dirige para nós. Você "realiza serviços". Não há contratos de emprego. Não há metas. Você "atende aos padrões". Não há salários, e sim honorários. Está claro? [...] Você não bate ponto, "fica disponível". Você assina conosco e se torna um motorista franqueado. Mestre do seu próprio destino, Ricky. Para separar os perdedores de merda dos guerreiros. Está disposto a isso?

- Sim. Estava esperando por uma oportunidade como essa há... muito tempo.

- Só mais uma coisa antes de prosseguirmos com a franquia. Você trará sua própria van ou vai contratar uma nossa? [...]

Diálogo do filme "Você não estava aqui".

As falas retiradas do filme "Você não estava aqui", do diretor Ken Loach, estão longe de ser apenas ficção. Elas ilustram as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, relacionadas à perda de direitos, à flexibilização e à precarização do trabalho.

Com a pandemia da Covid-19, essa precarização se intensificou, e dentre as diversas categorias expostas à pandemia, a dos profissionais da educação vem passando por diversas modificações. Estes profissionais foram forçados a se adequar às novas formas de trabalho, com a entrada de novas tecnologias, o que alterou a forma de exploração dessa classe

[1] Trecho da música "Samba do ensino remoto". Letra da professora Stella Maris Nicolau e música de Felipe Bemol.

[2] Mestranda, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, franbrbarbosa@gmail.com
[3] Doutora, Docente na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, eliscf@gmail.com

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

trabalhadora. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) em 2020, cerca de 40% dos trabalhadores do "grupo de profissionais das ciências e intelectuais", estavam atuando em atividade remota[4].

Com as atividades remotas, os profissionais da educação mudaram totalmente a dinâmica doméstica, com uma sobrecarga das atividades profissionais e pessoais. "[...] Você não bate ponto, 'fica disponível'". As aulas começaram a ser realizadas dentro da própria casa. O contato com os estudantes, família e direção da escola se deu pelas redes sociais e com o uso dos recursos próprios para dar aula como internet, computador, câmera e microfone. Essas são algumas das mudanças que ficaram mais evidentes na vida do professor e que precarizaram, ainda mais, a educação nesse contexto que está longe de se resolver.

Diante do apresentado, este trabalho se propõe a discutir a precarização da educação e a uberização do trabalho docente, a partir do contexto da pandemia de Covid-19, através das medidas adotadas pelo Estado da Bahia na regulamentação do trabalho remoto da rede pública de ensino médio.

A escolha da rede pública da Bahia se deu por atuar nesta rede, como professora de sociologia, pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) desde março de 2020 e vivenciar essas medidas adotadas. Sobre este regime de contratação é importante ressaltar, que em 2019, 40% dos docentes da rede estadual no Brasil não eram efetivos, possuindo algum tipo de flexibilização na sua contratação. (VENCO; SOUSA, 2020, p.78).

Para atingir este objetivo foi realizada uma revisão bibliográfica com base nos textos da disciplina Políticas Públicas em Educação, do Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz – PPGE/UESC, e das normativas disponíveis no Diário Oficial da Bahia, desde o início da pandemia.

Para uma melhor análise da discussão, este trabalho foi organizado em três seções: a primeira, intitulada "Trabalho docente e pandemia", faz uma análise dos documentos que regulamentaram o ensino remoto, híbrido e presencial no ensino médio da educação pública do Estado da Bahia em 2021, com foco na intensificação da influência privada sobre a educação e sobre o trabalho docente durante este período. Em seguida, em "A uberização do trabalho docente", acrescentamos aos resultados uma discussão sobre o aumento da exploração do trabalho a partir do uso das plataformas digitais. Por fim, a seção "Relação do Estado com a educação" reflete sobre as ações neoliberais e conservadoras voltadas para a educação pública.

Trabalho docente na pandemia

As aulas estaduais na Bahia foram suspensas no dia 16 de março de 2020, com a incerteza de quando e como retornariam. O que ninguém imaginaria é que a partir desta data a precarização do trabalho, que já vinha se mostrando por meio das políticas estatais, se tornaria muito mais evidente. O objetivo desta seção é discutir, por meio das normativas publicadas no Diário Oficial, como o Estado da Bahia lidou com a regulamentação das aulas no ensino médio da rede pública.

[4] O trabalho remoto nos setores formal e informal na pandemia. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200921_cc48_nt_teletrabalho_nt.pdf. Acesso em 08 dez. 2021.

Quadro 1 – Diretrizes de regulamentação do ensino durante a pandemia na Bahia.

N° da normativa	Do que se trata
Decreto nº 19.529 de 16 de março de 2020	Suspensão das aulas no âmbito do Estado da Bahia.
Deliberação nº 02/2021 do CEE-BA.	Recomendações sobre o retorno das aulas de maneira remota.
Decreto nº 20585 de 08 de julho de 2021.	Realização das atividades letivas de maneira semipresencial.
Resolução CEE/BA, nº 44, de 24 de agosto de 2021.	Retorno às aulas presenciais do sistema estadual de ensino.
Portaria N° 1900/2021.	Diretrizes e procedimentos para a finalização do ano letivo 2020/2021, com vistas à transição para o ano letivo 2022.

Fonte: dados da pesquisa

Ainda no ano de 2020, após a suspensão das aulas em toda a rede estadual da Bahia, a escola onde atuo continuou com as atividades, desta vez de forma remota: grupos no *whatsapp* com estudantes e professores, redes sociais da escola (*facebook* e *instagram*), canal no *youtube* para divulgação de lives, uso do *google meet* para reuniões, blog da escola para divulgação de atividades semanais para os estudantes. Estas atividades docentes realizadas no ano de 2020, através das redes sociais da escola, não foram computadas como carga horária.

Em março de 2021, com o retorno das aulas de maneira remota, diversas atividades como a jornada pedagógica e reuniões de professores, começaram a ser realizadas pela plataforma *google meet*, por meio do e-mail institucional, pago pela secretaria de educação, com os seguintes recursos educacionais: cadernos de apoio à aprendizagem (materiais didáticos padronizados, disponíveis por área do conhecimento, para ser utilizados online pelos estudantes); salas virtuais via google sala de aula; canal de televisão TVE Educabahia, entre outros.

Houve a recomendação do uso de vários recursos como gravação das aulas ministradas, utilização de *podcast*, aulas síncronas ou assíncronas, e outros. O horário das aulas ficou igual ao presencial, com aulas alternadas de 50 minutos cada entre uma disciplina e outra. As aulas assíncronas poderiam ser gravadas, via *whatsapp* ou pelo google sala de aula. As aulas síncronas foram realizadas principalmente via *google meet*. As aulas para os estudantes que não tinham acesso a internet foram realizadas através de material impresso, roteiros, livro didático, cadernos de apoio à aprendizagem, tirar dúvidas por telefone. Além de atividades específicas para os estudantes com deficiência.

Ainda neste período, foram oferecidos vários cursos para os docentes, entre eles: "Curso ensino híbrido na prática" oferecido pela Sincroniza Educação[5] e o curso "Projeto de Vida: Inova Escola" oferecido pela Fundação Telefônica Vivo[6]. Segundo o mapeamento do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREEPE), entre 2005 e 2018, entre as empresas que atuam junto à educação pública na Bahia, 42% delas são instituições privadas.

[5] Disponível em: https://sincronizaeducacao.com.br/. Acesso em 08 dez. 2021.
[6] Disponível em: https://www.escolasconectadas.org.br/projeto-de-vida. Acesso em 08 dez. 2021.

Dentre essas empresas, 69% delas se dedicam a atuar na etapa de escolaridade do ensino médio. (MONTEIRO, 2021, p.97-8).
Diante destes dados, podemos considerar que o interesse das empresas privadas na rede de ensino público, principalmente no ensino médio, se dá por um discurso de uma profissionalização precoce desses estudantes. Cada vez mais o discurso do empreendedorismo se faz presente nesse contexto e as aulas remotas se tornaram um momento propício para essa formação do trabalhador.
Em julho, com o retorno híbrido, as aulas pela manhã eram presenciais com dois planejamentos: o planejamento presencial para o grupo que estava na escola e o planejamento com atividades impressas para o grupo que estava em casa. Na escola onde atuo, por ser de tempo integral, no turno da tarde as aulas aconteciam de forma remota e deveriam ser realizadas no espaço escolar. De maneira geral, nesse período, a precarização se intensificou um pouco mais por incluir planejamento presencial, em casa e aulas remotas às vezes ofertadas todas em um único dia.
Em outubro de 2021, as aulas totalmente presenciais voltam a funcionar. Ainda sobre a realidade onde eu atuo, não houve conversa com a direção da escola sobre a possibilidade de esperar a decisão do sindicato, que debatia com os trabalhadores uma melhor data onde todos os professores tivessem sido vacinados por completo. Esse retorno se deu de forma abrupta e por meio de uma decisão unilateral.
Ainda sobre a minha realidade, dos 14 docentes atuantes na escola, apenas 4 são profissionais efetivos, os demais são por contrato temporário. Quando uma mesma categoria profissional possui diferentes formas de contratação, o que se pode observar é uma dificuldade de unir essa classe trabalhadora para luta de direitos, porque cada tipo de contratação possui diferentes pautas a serem discutidas. Nesse caso específico, fica difícil os profissionais efetivos lutarem pela causa dos profissionais do REDA e vice-versa.

A uberização do trabalho docente

As relações de trabalho passam por constantes ondas de flexibilização, perdas de direitos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pelo discurso empresarial de que estamos em uma crise permanente. A ideia da uberização não é nenhuma novidade, o que se tem de novo é o acesso às plataformas digitais. (ANTUNES, 1999, p. 111). A pandemia é utilizada como justificativa para que essas relações se tornem mais frágeis e precárias para os trabalhadores.
O trabalho docente já vinha sendo atacado há muito tempo. Com a implantação das aulas remotas foi gerada uma desigualdade no acesso ao conhecimento. A qualidade do acesso à internet, com a mescla de trabalho pessoal e profissional se tornou um fator que gerou muito desgaste por parte dos estudantes e dos professores.
O ensino remoto funcionou como uma desculpa perfeita para que o setor privado tomasse fôlego e oferecesse o uso de plataformas, das mais variadas, aparentemente sendo a solução mais plausível, porém com o efeito colateral de substituir ou retirar toda a autonomia docente dentro da sala de aula. (SILVA, 2020, p. 588).
O conjunto destas problemáticas apresentadas é conhecido como "uberização", em referência à conhecida plataforma digital. A uberização do trabalho é um fenômeno atual em que as relações de trabalho assumem características de uma prestação de serviço, mediada

pela tecnologia, via aplicativos, aumentando ainda mais a informalidade. Esse tipo de relação de trabalho já pode ser percebido também no campo educacional. (SILVA, 2020, p.589).
Um bom exemplo é o aplicativo criado na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo, que ficou conhecido como "Uber do Professor[7]". A ideia é pagar aos professores apenas as aulas dadas, sempre que algum professor da rede faltar. Dessa forma o docente vem sendo deixado de ser chamado de "professor" e passou a ser "entregador", ou ainda "professor *delivery*". Ou seja, deixa de existir a necessidade de um profissional devidamente qualificado na área, pois se for pra "entregar" pode ser qualquer um, não necessariamente precisa ser um professor.
Outros exemplos que podemos citar são o da cidade de Angelina, em Santa Catarina, onde em 2017 a prefeitura abriu um edital de leilão para contratação de professor por menor preço[8], ou ainda uma propaganda de TV com o apresentador Luciano Huck, que dizia "Torne-se professor e aumente sua renda[9]".
Podemos afirmar que a discussão do ensino remoto não irá se encerrar com o fim da pandemia, mas sim abrir grandes possibilidades de mercado, de uma lógica da oferta de formação em todos os níveis. Estratégias de aumento da precarização estão por vir, com mais aulas gravadas, ou acesso à educação exclusivamente através de ferramentas como celular, computadores e internet.

A relação do Estado com a educação

Após a discussão da precarização da educação e a uberização do trabalho docente, em específico na realidade da Bahia, se faz necessário refletir sobre as ações neoliberais e conservadoras voltadas para a educação pública no contexto atual. Para podermos fazer uma reflexão sobre a relação do Estado com a educação, as discussões de Nakatani e Oliveira (2007) e Silva (2014) nos ajudam a fazer um breve panorama apresentando como essa discussão vem se desenhando e os rumos dessa precarização da educação.
Nesse sentido, sabemos que a sociedade brasileira passou por um regime de ditadura militar, que foi extremamente difícil para o campo educacional, porém, ao mesmo tempo, foi uma época de muita resistência dos trabalhadores nas ruas e de surgimento de diversas forças que lutaram pela redemocratização. (NAKATANI; OLIVEIRA, 2007, p.21).
É ainda nesse período, que se fortalece uma movimentação e organização de vários setores da população que culminaram na busca por firmar na Constituição Federal de 1988 o direito à educação no seu sentido pleno. Ainda mais tarde, houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que estabeleceu as normas da educação. A política educacional começa a se materializar dentro do aparelho do Estado e também invade as disputas e os sentidos de que tipo de sociedade se quer conseguir. (NAKATANI; OLIVEIRA, 2007, p.21).

[7] Disponível em: https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-de-ribeirao-preto-planeja-criar-uber-do-professor,70001899946. Acesso em 08 dez. 2021.
[8] Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/04/prefeitura-de-angelina-abre-leilao-para-contratar-professor-de-educacao-fisica-por-menor-preco-9780413.html. Acesso em 12 dez. 2021.
[9] Disponível em: http://vidadiaria.com.br/vidadiaria/index.php/educacao/1045-unopar-torne-se-professor-e-aumente-a-sua-renda-saiba-mais. Acesso em 12 dez. 2021.

Nos anos 90 começamos a ter influência de organismos internacionais na maneira como o capitalismo vai se desenhando no Brasil. Uma reforma do Estado feita no governo de Fernando Henrique Cardoso, numa perspectiva neoliberal, trazendo a ideia do Estado mínimo. (SILVA, 2014, p. 62). Neste momento, a educação deixa de ser vista como prioridade e como algo de responsabilidade do Estado.

Atualmente, o neoliberalismo se mostra como uma a resposta de todos os males, principalmente colocando em posição as etapas do capitalismo liberal e das tentativas de resposta pós-Segunda Guerra Mundial. Junto do conservadorismo que começa a atacar as políticas de bem-estar social, que no Brasil foram mal implementadas, substituindo a ideia de um estado social para um estado que criminaliza os pobres. (SILVA, 2014, p. 59; FRIGOTTO, 2021, p.80).

Nesse sentido neoliberal e conservador veio como solução de uma forma de posição favorável do corporativismo, de uma iniciativa privada, da classe dominante, uma desconfiança em relação à democracia e às instituições democráticas. (FRIGOTTO, 2021, p.80).

Diante desta afirmação, podemos entender que existe um ataque permanente a tudo que é público. Precisa-se pensar que o funcionalismo público tem um diferencial porque trabalha para a comunidade, não atendendo aos interesses do capital, as pessoas estão garantindo o direito do cidadão, no caso dos professores o direito à educação.

O estado passa a trazer a ideia que quem sabe fazer as coisas é as empresas, quem sabe fazer é o setor privado, o público não faz nada, é engessado, mesmo na pandemia com todo o trabalho redobrado e toda sobrecarga. Importante redobrar a atenção para o processo de naturalização que vem ocorrendo quanto a esta questão, com a ideia que a educação pode ser feita à distância.

Essas pautas vêm sendo implementadas no Brasil por meio de algumas estratégias, a pauta conservadora tem por um lado o movimento da escola sem partido, que vem tentando atuar nas questões relacionadas ao currículo e na educação domiciliar, por outro lado, tentando implementar a partir de uma forma de privatização as escolas cívico-militares.

Essa formação neoliberal cumpre um papel que cumpre uma formação de liberdade individual em um contexto de desemprego estrutural provocado pela crise do capitalismo mais recente. Nesse sentido, essa ideologia vai trabalhar com a ideia de empreendedorismo e livre iniciativa. Trazem esses dois pontos para a formação, principalmente no nível médio, sendo a área onde eu atuo e onde esse trabalho se propõe a estudar.

Nesse caso, é preciso toda uma ação de despolitização da sociedade, de impedir uma rebelião dos trabalhadores em torno dessa questão do desemprego estrutural, para isso todo um investimento em uma formação e ideologia que internaliza no sujeito a sua responsabilidade pelo seu sucesso e pelo seu fracasso. (FRIGOTTO, 2021, p.85).

De uma forma geral, os organismos internacionais atuaram de uma forma para ampliar essa ofensiva do setor privado para o setor público, justificada pela crise fiscal, como uma reforma do aparelho do estado, como privatização, terceirização dos serviços públicos e parcerias público e privado, a tentativa de implantar a educação domiciliar, os voucher e parcerias público e privado e currículo com todo tipo de pacote. (SILVA, 2014, p. 62).

Na pandemia essa estratégia se facilita com o ensino remoto e a distância, onde aparece um nicho de oportunidade para essas empresas, inclusive a partir da reforma do ensino médio que se intensifica. A reforma do ensino médio faz parte de um pacote de privatização que aconteceu em 2016 e 2017, a reforma trabalhista que traz flexibilização nas relações de

trabalho e de direitos com benefícios grandes do patronato em detrimento do trabalhador. (FRIGOTTO, 2021, p.85).
Outra ação nesse sentido é a emenda constitucional 95/2016 conhecida popularmente como a PEC dos gastos, que estabelece um congelamento por 20 anos investimento de recursos nas áreas de saúde e educação. A reforma da previdência, com mudanças que fortalecem os interesses do capital às custas da garantia dos direitos à aposentadoria dos trabalhadores. (FRIGOTTO, 2021). É nesse contexto que encontra-se a reforma do ensino médio, e onde a discussão da intermitência da disciplina de sociologia no ensino médio está inserida.
O ensino médio discute a ideia da profissionalização precoce, essa questão. O ensino médio diz respeito a formação do trabalhador de nível médio. Iniciou com o ensino médio, mas deixou a ideia que teria no ensino superior principalmente na formação de professores, como na ideia de perspectiva de áreas de conhecimento. (FRIGOTTO, 2021).
A BNCC com as características com exame de larga escala e apostilamento do material de modo a favorecer os interesses privatizantes, sonegando conhecimento científico (como a disciplina Projeto de Vida e Humanidade Sociedade e Cidadania - HSC), elevando a precarização do trabalho docente.
Sobre o novo ensino médio podemos destacar: uma formação flexível, alinhada a uma dinâmica da flexibilidade do capitalismo, ênfase na formação para o mercado, empreendedorismo e empregabilidade, fragmentação do currículo em caráter obrigatório e opcional. Carga horária grande que pode ser realizada pela empresa privada, você tem um modelo que desresponsabiliza o Estado. (FRIGOTTO, 2021)
Outro fator importante de se pontuar é sobre o adoecimento do professor. Um dado que precisa ser levado em conta é sobre a saúde mental deste profissional. Neste contexto, as questões subjetivas já estavam presentes, mas percebe-se uma concentração entre os professores que vem se agravando pela pandemia.
Segundo Han (2017, p.7), "Cada época possui suas enfermidades fundamentais." Saímos da "sociedade disciplinar" como defendida por Foucault para a "sociedade do desempenho", o indivíduo não é mais vigiado, sujeito a normas e punições, ele se torna empresário de si mesmo, no lugar da lei entra a iniciativa e a motivação. (HAN, 2017). É uma tensão muito grande. É uma categoria que já vinha adoecida, mas que com a pandemia se gravou muito.

> Instruí-vos porque teremos necessidade de toda a vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo o vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda a vossa força. Certamente, o potencial de uma formação na perspectiva do materialismo é de permitir ao professor entender a direção da luta e que a mesma só tem força quando é coletiva e organizada. Assim, quer dentro do microespaço escolar, quer no âmbito mais amplo do sistema educacional e do sistema social, só podemos construir trincheiras de resistência e de busca por alterar a correlação de forças se pertencermos a algum coletivo que se vincule à luta por direitos sequestrados. Luta que tem em seu horizonte a superação das relações sociais capitalistas. (FRIGOTTO, 2021, p. 81).

Conforme cita Gaudêncio Frigotto, "a função da escola e do trabalho docente é de ensinar e educar para superação das relações de classe". (FRIGOTTO, 2021, p. 71). Ainda segundo ele, o professor precisa de suas formações docentes: a científica e a política e o professor

precisa ser politizado para defender um ensino com base nessas relações de superação. (FRIGOTTO, 2021, p. 72).

Considerações finais

Podemos concluir que na pandemia encontramos profundos desafios educacionais. Os professores estão vivendo uma modificação do espaço e do tempo com a imposição do trabalho remoto. A lógica empresarial no setor público educacional reforça a ideia do individualismo e com isso, nos trabalhos conhecidos como *home office,* fica difícil incentivar ações coletivas com a participação desses profissionais.
Fica cada vez mais evidente que é preciso fomentar a luta anticapitalista, por meio da dimensão da resistência, da valorização do serviço público, do entendimento do que é o coletivo e da subversão do financiamento privado na educação básica.

Referências

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser do trabalhador hoje. In: _____ (org.). **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Entrevista com Gaudêncio Frigotto (Outubro De 2020). In: MAGALHÃES, Jonas, et al. (Org,). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ -LPP, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MONTEIRO, Santiago Castigio e. Estratégias da privatização da educação básica na rede estadual da Bahia (2005-2018). In: VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane Helena; GARCIA, Teise. **Currículo, Gestão e Oferta da Educação Básica Brasileira**: Incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões nordeste e sudeste (2005-2018), 2021.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana (Org.). **O Brasil sob a nova ordem**: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010. p.21-50.

SILVA, Amanda Moreira da. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **RTPS. Revista Trabalho, Política e Sociedade,** vol. 5, n. 09, p. 587-610, jul. dez./2020.

VENCO, Selma; SOUSA, Flávio Bezerra. Os professores da educação básica no Brasil: brancos e precários? **Políticas Educativas**, Paraná, v. 14, n. 1, p. 76-85, 2020.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ODS 16: UM PANORAMA DO CASO BRASILEIRO

Guilherme Atanazildo Leme[1]
Denis dos Santos Alves[2]
Milena Pavan Serafim[3]
Thais Aparecida Dibbern[4]

Introdução

O presente trabalho encontra-se em um grupo recente que observa os Laboratórios de Inovação no Setor Público (LISPs) que são nichos de incentivo à inovação no serviço público (SANO, 2020). Em breve descrição, os LISPs não são mecanismos novos em termos internacionais. Mas, no Brasil, são estruturas recentes que datam seu surgimento na última década. Momento concomitante ao surgimento da Agenda 2030 da ONU, na qual determina para as Nações que ratificaram tal Agenda, buscarem alcançar 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre eles, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) que fomenta a construção e fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Dessa forma, observa-se uma certa semelhança entre esses elementos em termos de emergência de progresso e mudança nas instituições públicas, em suas relações de trabalho e processos.

Portanto, com o presente estudo buscou-se mapear os LISPs em terras brasileiras e, através da aplicação de um *survey*, identificar as ações desenvolvidas no âmbito do ODS 16. Destarte, os LISP são potenciais núcleos de solução para a melhora dos serviços públicos, da qualificação do servidor público, bem como dos processos de trabalho estatal, bem como possível meio de fomento a construção e fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas. De forma indireta, o estudo em tela procurou responder: (i) O que são os Laboratórios de Inovação no setor público?, (ii) Qual o perfil dos laboratórios de inovação no setor público no contexto brasileiro? e (iii) De que forma estes laboratórios convergem suas ações com a agenda 2030, em específico ao ODS 16?.

Dada essa introdução, a presente exposição é segmentada em quatro seções, além da presente introdução e referências bibliográficas, sendo a primeira com intuito de descrever os procedimentos metodológicos adotados, a segunda destinada a apresentação de uma revisão bibliográfica breve, possibilitando insumos para descrição do aspecto empírico do presente estudo, isto é, descrição dos dados coletados com a aplicação de um *survey* com Laboratórios de Inovação do Brasil e a análise de tais dados.

[1] Graduando em Administração Pública pela Unicamp (Brasil) - guilherme.at.leme@gmail.com;
[2] Graduando em Administração Pública pela Unicamp e Ciência Política pela Unicsul (Brasil) - alvesd@unicamp.br;
[3] Livre-docente da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp - milenaps@unicamp.br;
[4] Doutoranda em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp - t148018@dac.unicamp.br;

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se pauta em um estudo exploratório, realizada por meio de análise quali-quantitativa, na qual se usou a abordagem qualitativa para identificação dos contextos em que se inserem os LISPs e quantitativos para caracterização e geração do perfil geral dos mesmos (MICHEL, 2015).
Logo, realizou-se uma revisão bibliográfica (CERVO, 2007, p.80), com base em um levantamento bibliográfico de documentos, isto é, em plataformas acadêmicas, sites e periódicos acadêmicos com objetivo de compreender o que são os laboratórios de inovação no setor público. Desta forma, para o levantamento bibliográfico, foi utilizado portais de divulgação científica como o Scielo, Scopus, Google Acadêmico, repositórios de instituições como ENAP e CAPES, com o uso de palavras chaves "Inovação" + "Setor Público"; "Laboratório públicos de Inovação" e "Inovação em Governo", "ODS" + "Inovação" + "Setor Público", selecionando cerca de 60 produções científicas, sendo estes artigos, relatórios e livros que abordam em diferentes aspectos desses mecanismos.
Para se realizar a coleta de dados acerca dos LISPs mapeados, com intuito de se identificar o perfil dos laboratórios de inovação no setor público brasileiro e acerca da incorporação dos ODS em seus projetos, estruturou-se um questionário para sua aplicação online, via google formulários, sendo esta uma técnica de observação direta extensiva, para geração de dados primários (MICHEL, 2015; MARCONI: LAKATOS, 2010), utilizando de questões abertas para coleta de experiências, projetos desenvolvidos e percepções dos laboratórios frente ao contexto brasileiro, assim como questões com escalas de medida, para mensuração de (i) Concordância e (ii) Avaliação.
O questionário foi enviado para 70 laboratórios públicos de inovação mapeados ao decorrer do presente estudo, alcançando 29 laboratórios-respondentes. Esse questionário buscou coletar informações para 1) Caracterização do Laboratório; 2) Mapear as atividades desenvolvidas no Laboratório; 3) Identificar a percepção frente aos ODS. Ademais, foram incluídas outras questões, mas que pertencem ao estudo macro que a pesquisa em tela se insere.

Os Laboratórios de Inovação: conceito e seu formato no cenário brasileiro

Os LISP são um novo modelo de geração de inovação no interior das instituições públicas, estas estruturas podem ser vistas como "ilhas de experimentação" e com presença visível no contexto internacional, como é possível observar em países da União Europeia, no qual foi identificado por volta de 60 laboratórios, assim como no contexto brasileiro que apresenta mais de 40 laboratórios, conforme descreveremos adiante (SANO, 2020; FULLER, LOCHARD, 2016; TÕNURIST *et al.*, 2017).
A caracterização desses espaços se dá de diferentes formas quando descritas em relação a sua atuação no interior das instituições públicas, considerando a diversidade de contextos, braços do Estado, organizações, cultura organizacional e o próprio exercício do poder pelo Estado demandando percepções e ações heterogêneas, com intuito de resolver os problemas e gerar inovações no interior do setor público. Em vista disso, é possível perceber que é uma temática de alta complexidade, refletindo em sua própria

definição, portanto, Sano (2020) procurou apreender os conceitos centrais de "Laboratório de Inovação", conforme Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 - Definições de Laboratórios de Inovação

Definição	**Organização**
"Os laboratórios de inovação do governo são lugares dinâmicos que estimulam a criatividade para o design de soluções para políticas públicas. Esses laboratórios geralmente possuem equipes multissetoriais e abordam as questões de forma colaborativa." (Acevedo, Dassen, 2016, p. 19)	BID
"pode-se esperar que ocorra experimentação em um espaço seguro a uma distância da realidade cotidiana, com o objetivo de gerar ideias úteis que atendam às necessidades sociais e demonstrem sua eficácia." (Mulgan, 2014, p. 2, itálicos no original)	Nesta
"Um laboratório é um espaço e um conjunto de protocolos para envolver jovens, tecnólogos, setor privado e sociedade civil na solução de problemas." (Unicef, 2012, p. 13)	Unicef
"Os laboratórios de inovação do governo são espaços de parceria onde o governo e outras organizações experimentam novas formas de resolver problemas antigos." (UNDP, p. 6)	UNDP

Fonte: Sano (2020)

Em vista desse cenário de discussão conceitual, o presente estudo compreende que os LISPs são meio para fomento da geração de inovação nas instituições, assim como um mecanismo para absorver as inovações geradas em outras experiências na sociedade (TÕNURIST et al., 2017). Os laboratórios aqui em estudo alocam-se em um ambiente interno das organizações e governos, mas como um espaço livre para tratar os problemas possibilitando com menores riscos a tentativa e erro até a chegada de uma solução viável ou a observância de uma série de caminhos não viáveis (SHUURMAN & TÕNURIST, 2017). Extrai-se dessa descrição, o caráter catalisador de práticas inovativas desses espaços (CARSTENSEN, BASON, 2012). Além disso, não basta catalisar práticas inovativas, esses espaços ainda possuem o papel de resolver problemas, em uma equipe técnica interdisciplinar e não hierarquizada, construindo abordagens dinâmicas (TÕNURIST et al., 2017).

De forma mais específica, os objetivos dessas organizações envolvem otimização de projetos em andamento para ampliação dos impactos de suas ações, adaptação de uma ideia já testada em um novo contexto, desenvolvimento e aplicação de inovações no setor público para atingir e/ou superar as metas organizacionais. Com o exposto até o momento, perceba que é enfático o foco dos LISPs de inovar e apoiar soluções criativas, que se embasam em improvisação, experimentação, tentativa-erro e assunção de riscos dentro das organizações públicas (CAVALCANTE;CUNHA, 2017; ACEVEDO; DASSEN, 2016).

Esses espaços podem ser classificados também pela sua atuação em sua estrutura em (i) desenvolvedores de inovações nas organizações, (ii) facilitadores na comunicação junto ao cidadão, (ii) dentro da administração para geração de ideias e novas soluções ou (iii) como educadores para promoção do ambiente inovador dentro da organização (ACEVEDO; DASSEN, 2016 *apud* SANO, 2020, p. 17).

Em termos de desafios enfrentados pelos LIPs, considerando que sua constituição se dá pelo desejo dos servidores da instituição e da alta administração dessas instituições, sem a devida formalização destas estruturas, os LISPs podem enfrentar barreiras. Sendo essas principalmente originárias da alternância dos dirigentes das instituições da administração pública, que por vezes acaba possuindo como resultado a descontinuidade das ações das antigas gestões e, consequentemente, os laboratórios que não dispõem da devida formalização e clareza de seus objetivos acabam sendo refém nesses processos transitórios (WERNECK *et al.*, 2020).

Consequentemente, perante esses grandes desafios de manutenção e aceitação, Acevedo e Dassen (2016) apontam que com a finalidade de incorporar a inovação nas instituições públicas é necessário incorporações de visões externas aos órgãos governamentais, redes internas e externas, isto é, apoiadores da inovação externos e apoio interno das lideranças, bem como flexibilidade financeira-orçamentária, colaboradores e abertura ao gerenciamento de riscos, conforme expomos acima, são necessários.

Em território brasileiro, a relação da criação e continuidade dessas estruturas estão fortemente ligadas ao interesse tanto dos dirigentes das organizações e dos servidores, sendo esses principais contribuintes das ações dos LISPs, configura-se ainda a formalização como fator de segurança nas alternâncias políticas, como aponta Werneck *et al* (2020). Esses autores ainda destacam que independente da formalidade o processo de alcance da maturidade dos laboratórios é marcado pelo autorreconhecimento das finalidades, motivo de existência do laboratório no interior da instituição de vinculação, seus processos, formas de monitoramento e avaliação de suas atividades e resultados, esses aspectos atingidos, os LISPs compreendem seu papel e impacto em suas, respectivas, instituições, servidores e parceiros envolvidos de forma geral. Ainda se tratando de formalização desses espaços, recentemente, com a Lei 14.129 de Março de 2021 se definiu e reconheceu juridicamente, a nível nacional, os laboratórios de inovação como possibilidade para novas ideias no setor público, conforme o seguinte texto:

> Os entes públicos poderão instituir laboratórios de inovação, espaço aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento de ideias, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos e a participação do cidadão para o exercício do controle sobre a administração pública (BRASIL, 2021).

Ademais, tal lei dispõe sobre os princípios, regras e instrumentos desse processo para incorporação do espírito inovador no setor público, no qual se aplica para os órgãos da administração pública direta e indireta, do governo federal e entes federados. No artigo 45 se coloca quais são as diretrizes para o funcionamento dos LISPs - a saber (a) cooperação "interinstitucional e com a sociedade"; (b) estímulo e investigação "de tecnologias abertas e livres"; (c) o emprego de atividades "de desenvolvimento e prototipação de softwares e de métodos ágeis para formulação e implementação de políticas públicas"; (d) direcionamento pleno "na sociedade e no cidadão"; (e) promoção "à participação social e à transparência

pública"; (f) fomento "à inovação"; (g) suporte ao empreender de forma inovadora e fomento ao ecossistema de inovação tecnológica com vistas ao setor público; (h) ser pilar às políticas públicas direcionadas "por dados e com base em evidências, a fim de subsidiar a tomada de decisão e de melhorar a gestão pública"; (i) incentivo à contribuição de "servidores, estagiários e de colaboradores em suas atividades"; (j) Disseminação "de conhecimento no âmbito da administração pública" (*idem, ibidem*).

Esse aspecto recente apresentado pela literatura e pelo recém reconhecimento da legislação reflete a tendência de ampliação de espaços de inovação no e para o serviço público e, por consequência, na vida do servidor público. Todavia, há pouco ainda na literatura que capte a percepção desta legislação para execução de suas atividades, assim como o presente estudo não conseguiu abranger este aspecto nos instrumentos de coleta de dados. Sendo, portanto, uma oportunidade para desdobramento de trabalhos futuros no campo da análise da agenda de inovação no serviço público brasileiro.

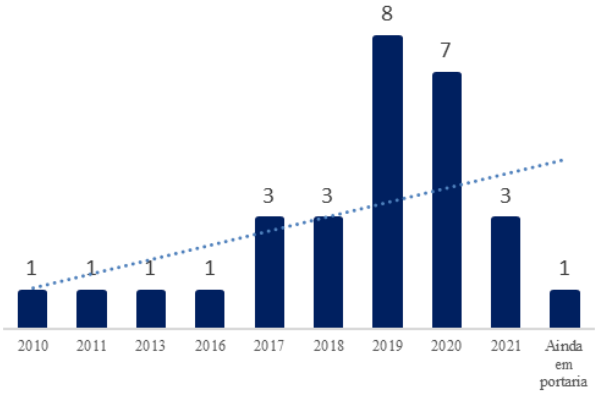
Esses esforços de inovação são altamente necessários para busca de soluções dos *wicked problems* existentes tanto no Brasil como no globo, em especial na melhoria dos serviços e instituições públicas, conforme apontamos acima, portanto o presente busca compreender como esse movimento vem contribuindo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes) da Agenda 2030 e suas 169 metas universais, para mensuração e acompanhamento dos avanços nos países signatários (ONU, 2015).

Aplicação de *survey* junto aos Laboratórios de Inovação do Setor Público

Caracterização dos Laboratórios

Para caracterização das estruturas dos laboratórios de inovação, buscou-se identificar o ano de criação, tendo dentre os 29 laboratórios-respondentes, uma crescente na criação dos laboratórios, na qual 18 laboratórios (62,07%) foram criados nos últimos 3 anos, destacando o período de 2019 a 2021, tendo um avanço e consolidação destas estruturas como agentes de inovação. Além disso, é possível observar que já haviam estas estruturas a partir do ano de 2010, conforme distribuição apresentada a seguir.

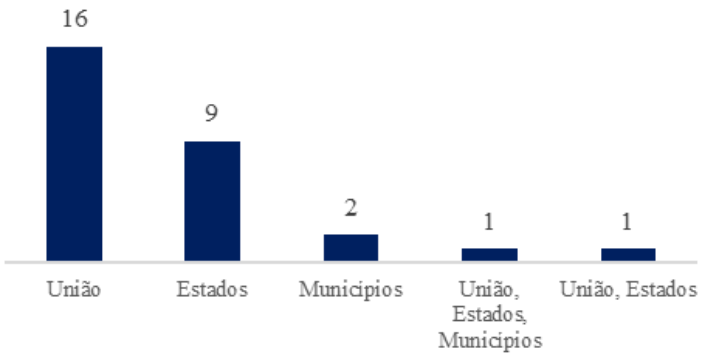
Figura 1 - Distribuição por ano de criação



Fonte: Elaboração própria.

Os primeiros LISPs, criados entre 2010-2016, tem uma característica específica, na qual os mesmos foram criados vinculados a instituições federais, demonstrando o papel da esfera federal em propor estas estruturas de inovação no setor público, para caracter de conhecimento, estes laboratórios de inovação em questão são: Laboratório de tecnologias de apoio a redes de inovação - LabTAR da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (2010), os Laboratórios de Inovação em Saúde por meio do Portal da Inovação na Gestão do SUS/OPAS (2011), o Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados (2013) e o laboratório GNova vinculado a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) criado em 2016.
Em vista desse processo de criação, quando olhamos a distribuição destes 29 laboratórios frente às esferas governamentais federal, estadual e municipal, revela-se a predominância da atuação no nível da união (federal), tendo 16 laboratórios (55,17%) com atuação específica neste nível, conforme Figura 2 abaixo.

Figura 2 - Distribuição frente esfera federativa em que atua

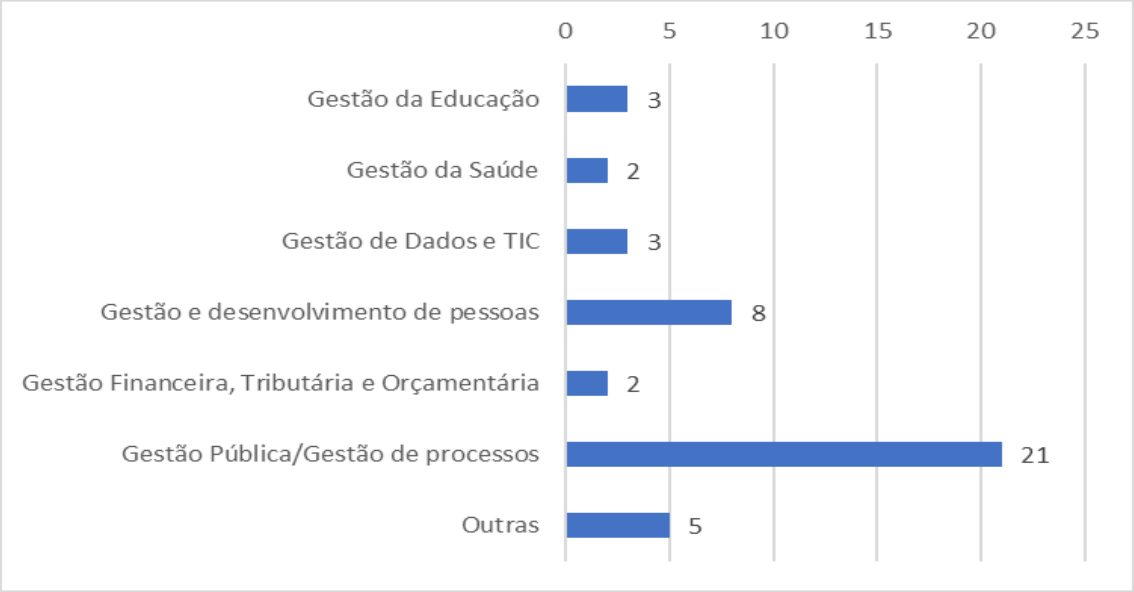


Fonte: Elaboração própria.

Além da esfera governamental de atuação, ao debruçarmos o olhar para qual tipo de instituição pública estes laboratórios atuam, temos que 21 (72,41%) laboratórios atuam na Administração Direta, 2 (6,89%) na Administração Indireta, 4 (13,79%) em ambos e 2 (6,89%) em outras instituições. Em relação ao processo de criação que os LISPs apresentam, apreendeu-se que 41,37% se deu por meio de um processo informal, isto é, por meio de movimentos interno das instituições e/ou iniciativas dos próprios servidores (SANO, 2020). Identificou-se também processos de institucionalização formal, ou seja, criação via portaria (37,93%), decreto (6,89%) e resolução (6,89%), totalizando cerca de 55,15% Vale destacar, que alguns laboratórios que afirmaram terem sido criado de forma informal, obtiveram formalização posteriormente, demonstrando o movimento de maturidade descrita na seção anterior.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

Figura 3 - Distribuição por área de atuação



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 3 apresenta as áreas de atuação destes laboratórios, onde é possível identificar que a principal área de atuação é referente à Gestão Pública/Gestão de Processos, evidenciando o enfoque dos laboratórios em melhorar de forma interna os modelos de gestão das organizações, assim como o desenvolvimento das pessoas dentro das instituições vinculadas.

Por fim, quando questionado aos laboratórios sobre qual era o público alvo de suas soluções propostas e implementadas, temos que 18 laboratórios apontaram o cidadão e as próprias instituições como um dos públicos-alvo, além desse dado coletou-se que 68.96% direciona esforços para o público interno como também o externo das instituições em que estão alocados. Sendo assim, o presente estudo evidencia que mais de 60% dos laboratórios-respondentes entendem que seu público alvo são desde os cidadãos até os servidores públicos.

Contribuições para o alcance dos ODS

Para compreender a relação dos laboratórios frente à agenda 2030 da ONU, mas especificamente, em relação ao ODS 16, foi formuladas 5 afirmações relacionadas às metas do ODS 16: participação na tomada de decisões (Meta 16.7), acesso à justiça (Meta 16.3); proteção das liberdades fundamentais (Meta 16.10), combate à corrupção (Meta 16.5), não discriminação (Meta 16.b), acesso à informação (Meta 16.10) e eficácia, responsabilização e transparência das administrações públicas (Meta 16.6) (ONU, 2015). As afirmações apresentadas estão dispostas no Quadro 1 a seguir.

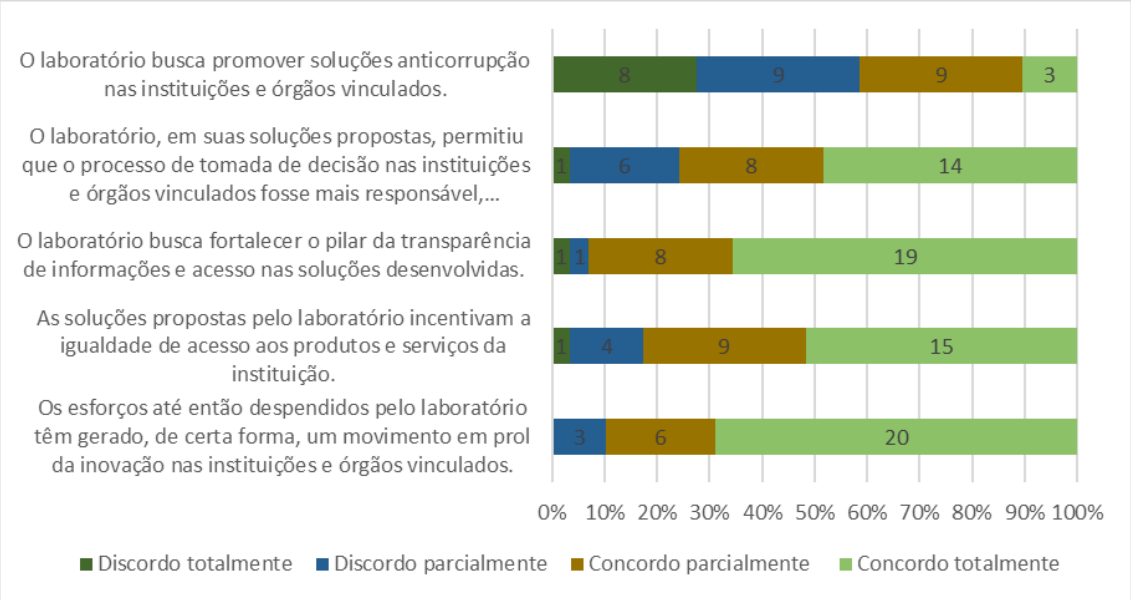
Quadro 1 - Afirmações apresentadas sobre relação com os ODS

Afirmações apresentadas
1. Os esforços até então despendidos pelo laboratório têm gerado, de certa forma, um movimento em prol da inovação nas instituições e órgãos vinculados. (16.7; 16.10).
2. As soluções propostas pelo laboratório incentivam a igualdade de acesso aos produtos e serviços da instituição. (16.b; 16.3; 16.10;).
3. O laboratório busca fortalecer o pilar da transparência de informações e acesso às soluções desenvolvidas. (16.10; 16.6).
4. O laboratório, em suas soluções propostas, permitiu que o processo de tomada de decisão nas instituições e órgãos vinculados fosse mais responsável, inclusiva, participativa e representativa. (16.b; 16.6; 16.7).
5. O laboratório busca promover soluções anticorrupção nas instituições e órgãos vinculados. (16.5).

Fonte: Elaboração própria.

As afirmações foram apresentadas para captação de concordância em uma escala de 4 níveis. A seguir, apresenta-se a distribuição das afirmações em relação ao grau de concordância, na Figura 4.

Figura 4 - Afirmações relacionadas aos ODS

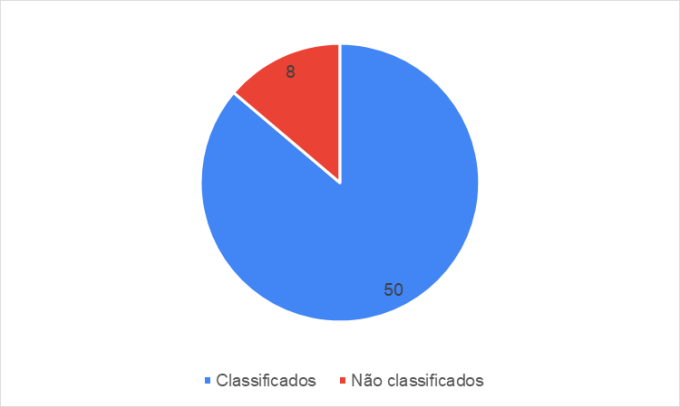


Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, podemos compreender que há uma tendência de concordância acerca dos aspectos de fomento à inovação, igualdade de acesso, transparência nos serviços e processos das instituições, assim como esforços em tornar as instituições mais responsáveis, inclusivas,

participativas e representativas, que demonstram um alto grau de convergência com o ODS 16, em específico nas metas 16.6 e 16.7, a respeito do fortalecimento das instituições públicas (ONU,2015). Por outro lado, no que diz respeito à promoção de soluções anticorrupção, pode-se observar uma divergência em relação à afirmação 5 (do Quadro 1).

Figura 5 - Afirmações relacionadas aos ODS



Fonte: Elaboração própria.

Com intuito de captar a relação dos Laboratórios frente aos ODS, além das afirmações para captação do grau de concordância, foi disponibilizado espaços para que os laboratórios pudessem inserir projetos e ações desenvolvidos por eles que considerassem relevantes ou que se relacionassem com a Agenda 2030, a partir deste espaço, obteve-se cerca de 58 projeto e ações, no qual realizamos uma validação classificatória em relação ao alinhamento destes projetos com o ODS 16, obtendo a seguinte distribuição.

Conclusão

Com base no mapeamento realizado e caracterização dos 29 laboratórios participantes deste estudo, pode se compreender que a temática de inovação no setor público, fomentada pelos laboratórios de inovação é crescente no contexto brasileiro, assim como está alinhado com os movimentos em prol de inovação presente em outros países.
Evidenciou-se que há uma concentração destas estruturas na Administração Central, permitindo espaço para maior capilaridade destas estruturas nos níveis subnacionais (estadual e municipal) e que ainda estas estruturas não estão internalizadas nos diferentes contextos do setor público brasileiro.
Já em relação ao marco normativo e legal, compreende-se que o reconhecimento formal destas estruturas propiciam para a consolidação e legitimação da atuação dos laboratórios nas instituições, o qual por meio da Lei 14.129 de 29 de março de 2021 que pode contribuir para a expansão destas estruturas no setor público brasileiro, tendo espaço para maior desenvolvimento e fomento da agenda de inovação no Brasil.
Ao que tange o perfil dos laboratórios mapeados, pode se afirmar que os mesmos estão principalmente dedicados às temáticas de atuação na gestão pública e de pessoas, assim como no desenvolvimento de pessoas. tendo como principais públicos alvo os cidadãos e servidores públicos, compreendendo que suas ações impactam diretamente o público interno

e externo às instituições dos quais estão vinculados. Para além disso, é evidente que a partir do ano de 2019, houve uma expansão significativa na criação dos laboratórios, tendo atuação principalmente na Administração Direta.

Acerca da Agenda 2030 da ONU, compreende-se que os laboratórios entendem que seus esforços estão alinhados com os ODS e que captam os princípios e metas do ODS 16. Entretanto, em relação às afirmações apresentadas, apenas a afirmação frente a meta de ações voltadas para anticorrupção teve uma distribuição com diferença de concordância dos laboratórios, demonstrando que a agenda anticorrupção não é incorporada pela maioria dos laboratórios participantes neste estudo. Assim como, classificou-se cerca de 50 projetos com foco no servidor público e, consequentemente, a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Após o mapeamento desses projetos e concordância frente às afirmações apresentadas, foi possível identificar uma rede de laboratórios cujo vínculo aos ODS é realizado de maneira formalizada em sua estrutura, sendo os Laboratórios de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS) instituído inicialmente pela Portaria nº 119/2019 no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando a institucionalização do uso da inovação e da inteligência em projetos estratégicos no âmbito do judiciário, aliado aos ODS da Agenda 2030. Esta institucionalização do CNJ demonstra um mecanismo de vinculação dos ODS aos laboratórios, vinculação até então pouco percebida em outras áreas do setor público brasileiro (BRASIL, 2022). Desta forma, os LISPs podem ser relacionados aos ODS, pois, como aponta o relatório de Inovações de Políticas para Mudança Transformativa (UNRISD, 2016), políticas inovadoras são necessárias para uma mudança efetivamente transformadora - sem elas, a Agenda 2030 permanecerá apenas na dimensão dos acordos simbólicos e não na prática. Essa última consideração é um convite para novos estudos acerca da temática, considerando a relevância e emergência.

Referências

BRASIL. LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021. Disponível: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.129-de-29-de-marco-de-2021-311282132. Acesso em: 15 mai. 2021.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria de Articulação Social. Relatório dos Indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em Acessado em 31/08/2021

CARSTENSEN, H. V.; BASON, C. Powering collaborative policy innovation. Can innovation labs help? The Public Sector Innovation Journal, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 1-26, 2012.

CAVALCANTE, P., CAMÕES, M., CUNHA, B., & SEVERO, W. (Orgs.). Inovação no setor público: Teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: Ipea, 266p, 2017.

CAVALCANTE, P., MENDONÇA, L., BRANDALISE, I. Capítulo 1 – políticas públicas e design thinking: interações para enfrentar desafios contemporâneos. INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUPERANDO O MITO DA IDEIA. Brasília: (Ipea) 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9383/1/Pol%c3% adticas% 20p%c3%bablicas%20e%20design.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

CAVALCANTE, P., & CARVALHO, P. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. Revista de Administração Pública, 51(1), 1-26., 2017.

CAVALCANTE, P. L. C; SILVA, M. S. Reformas do Estado no Brasil: Trajetórias, Inovações e Desafios – Brasília, DF: CEPAL : Rio de Janeiro : Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37248

CERVO, A. L et al. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. RESOLUÇÃO No 395, DE 7 DE JUNHO DE 2021. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/original1259312021060960c0bb3333a4f.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

De VRIES, H.; BEKKERS, V.; TUMMERS, L. Innovation in the public sector: a systematic review and future research agenda. Public Administration, v. 94, n. 1, 2016.

FULLER, M, AND A LOCHARD. 'Public Policy Labs in European Union Member States'. Luxembourg: European Union. 2016. Disponível em: https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC102665. Acesso em: 30 mai. 2021.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fudamentos de metodologia científica. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

ONU, Organização das Nações Unidas. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015.

SANO, H. Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. ENAP, Brasília - DF, 2020. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5112/1/69_Laboratorios_inovacao_governo_completo_final_23062020.pdf.

SCHUURMAN, D., & TÕNURIST, P. Innovation in the public sector: Exploring the characteristics and potential of living labs and innovation labs. In OpenLivingLab Days 2016 (pp. 78-90), 2016.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública (RAP) – Rio de Janeiro, 43 (2): 347-69, MAR/ABR, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/ptr6WM63xtBVpfvK9SxJ4DM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30. Jun. 2022.

TONURIST, P.; KATTEL, R.; LEMBER, V. Discovering Innovation Labs in the Public Sector. Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics, n. 61, 2015.

TÕNURIST, P., KATTEL, R., & LEMBER, V. Innovation labs in the public sector: what they are and what they do?. Public Management Review, 19(10), 1455-1479, 2017

UNRISD. Policy Innovations for Transformative Change: implementing the 2030 Agenda for Sustainable Development. Geneva: United Nations, 2016. 236 p.

WERNECK, C. et al. CICLOS DE VIDA DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO PÚBLICA. ENAP, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/ 1/5000/66/ciclos-labs_PT_digital.pdf. Acesso: 30. Jun. 2022.

NAS ENCRUZILHADAS TRANSATLÂNTICAS ENTRE ÁFRICA E BRASIL: O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS E SUAS HISTÓRIAS MARCADAS PELO BANZO NOS ESTUDOS DE ANA ODA

Larissa Beserra dos Santos[1]

Introdução

Esse estudo sobre uma história do banzo se manifesta a partir do entrecruzamento de uma trajetória de pesquisa atravessada pelo campo da história da loucura com a história da escravidão marcada pelas torturantes travessias transatlânticas de escravizados africanos traficados ao Brasil nos oitocentos. O artigo emerge de um ensaio elaborado a partir das discussões tecidas na disciplina de História da África I, durante o período de minha formação no curso de licenciatura em História, que é revisado e ampliado para esta publicação. Nesta análise, me proponho a investigar o "banzo" enquanto um sentimento de nostalgia que caracteriza experiências de sofrimento dos escravizados, sendo associado ao fenômeno do suicídio[2] – narrativa encontrada em documentos do século XIX. Através do banzo considero possível analisar as subjetividades e as afetividades dos escravizados.

O apagamento de uma história do sofrimento dos escravizados

A história do banzo é um campo de pesquisa marcado pelas ausências na historiografia. O silenciamento sobressalta aos olhos quando ao me debruçar sobre os estudos relativos à historiografia brasileira da escravidão encontro uma incipiente produção dos estudos que versam sobre as experiências de sofrimento de escravizados, que chegaram às terras brasileiras, após serem retirados dos seus territórios de origem.

Entretanto, apesar das lacunas da escrita dessa história, considero possível e urgente tecer algumas reflexões sobre o banzo a partir do cruzamento com discussões realizadas por demais pesquisadores nas áreas: da Medicina, das Letras, da Psicologia e do Direito, a partir de uma perspectiva historiográfica.

Para operacionalizar essa análise, tenho como ponto de partida os estudos realizados por Ana Maria Galdini Raimundo Oda (2007; 2008), visto aqui como uma abertura de caminhos que oportuniza o debate sobre o banzo, me possibilitando apresentar experiências de sofrimento de escravizados em diálogo com uma perspectiva da história das emoções a partir dos estudos propostos por Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello (2020). Essa discussão elencada busca trazer à tona as sensibilidades de grupos marginalizados que,

---

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membra do Grupo La Folie de Pesquisa em História da Loucura (La Folie/CNPq/PUC Goiás) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Cultura (GEPHC/CNPq/UFCG). E-mail: larissa.s.beserra@gmail.com. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5909077091978621.

[2] Ana Maria Oda (2008) utiliza também a expressão "morte voluntária" descrita nos relatos dos viajantes europeus do século XIX como uma forma passiva de suicídio – o deixar-se morrer – e também através de métodos universais.

Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

em grande medida, são encontradas somente nas "memórias subterrâneas" de uma memória dita "oficial", como nos aponta Michael Pollak (1989).

O banzo e seus conceitos

Segundo Ana Maria Oda (2008, p. 736), o termo banzo no sentido de uma "mortal nostalgia dos escravos africanos transportados ao Brasil" foi registrado em língua portuguesa pelo ilustrado luso-brasileiro Luis Antonio de Oliveira Mendes, a partir de um ensaio escrito em 1793 e publicado em 1812. Oda (2007) teceu análises sobre uma história do banzo a partir da "Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil", de Oliveira Mendes, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa. No entanto, o olhar sob a vida dos escravizados e as experiências de sofrimento descritas por banzo nos relatos de Oliveira Mendes requerem uma problematização, pois:

> [...] a posição do narrador com respeito à escravidão terá influenciado a maneira como escolheu descrever a vida dos negros em liberdade, nos seus "pagos ou aldeias", bem como seus infinitos padecimentos e os "contratempos, inclemências, e infortúnios" que sofriam no estado de cativeiro aqueles a quem chamou de "homens de pedra, ou de ferro". (ODA, 2007, p. 350).

Assim, no artigo "O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes" Oda (2007) analisou os discursos de Oliveira Mendes e a finalidade na feitura da "Memória", a fim de problematizar o olhar do intelectual frente à sociedade brasileira escravagista do século XIX.

Nas palavras de Oliveira Mendes (2007, p. 370 [1812]), o banzo era uma "paixão da alma" a que se entregavam: "um ressentimento entranhado por qualquer princípio, como por exemplo: a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; à ingratidão, e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda da liberdade".

Essa descrição do banzo ressoou no decorrer do século XIX, sendo considerada a "principal fonte para as descrições do banzo no século XIX". (ODA, 2008, p. 746). O termo, portanto, é mencionado em obras científicas pelo naturalista e médico Carl von Martius, em alemão, e pelo médico Joseph François Sigaud, em francês. Ambos estiveram no Brasil e desenvolveram estudos sobre o país.

Ademais, a ideia da "nostalgia mortal dos escravos" também aparece nas crônicas de viajantes europeus, seja fazendo uso ou não do termo banzo. Nesse mesmo período, é possível identificar que no âmbito dos quadros classificatórios e das nosografias, elaboradas por alguns médicos europeus, a nostalgia estava alocada na classe das enfermidades mentais e próxima da melancolia.

Já na contemporaneidade, o dicionário escolar Aurélio (2001, p. 87) apresenta a palavra banzo da seguinte forma: "sm. Nostalgia mortal dos negros que eram escravizados e exilados de suas terras". O significado de banzo estabelecido no imaginário nacional vinculou-se, portanto, ao sofrimento pela retirada dos africanos dos seus territórios de origem.

Além disso, também é possível encontrar o uso da palavra banzo na literatura da escritora brasileira Conceição Evaristo (2017, p. 20), em passagem por "Becos da memória", escrito na década de 1980, mas publicado somente em 2006. No trecho a seguir, o pai do personagem Antônio João da Silva – conhecido por [tio] Totó – que foi escravizado,

nomeava de banzo a tristeza do filho que se manisfestava no corpo enquanto uma "punhalada no peito. Uma dor aguda, fria, que sem querer fazia com que ele soltasse fundos suspiros [...] como um espinho rasgando o peito". Na obra literária, o banzo faz parte de um "continente de afetos"[3] que se reverbera nas dinâmicas sociais e psíquicas, sendo provocado pelo "trauma social" da escravidão que atravessa às vidas negras durante gerações, porque:

> Vai ser o racismo o alicerce desse sistema hierárquico que reparte a humanidade entre inferiores e superiores através de algumas marcas e, no caso brasileiro, essa marca está estabelecida pela cor da pele. Portanto, reconhecemos que a sociabilidade brasileira tem o racismo como base estruturante e estrutural, expresso através das políticas públicas e sociais, das instituições e das relações sociais. (PASSOS, 2020, p. 117).

Na pesquisa intitulada "Entre a melancolia e o banzo: impactos psicossociais do racismo" a psicóloga Joyce Juliana Dias de Avelar (2019, p. 53) narra que o sofrimento do banzado "representa a recusa em encaixar-se na posição de escravizado. Para tanto, o sujeito se cala, não se alimenta, se aprisiona em si mesmo e sua única ação é direcionada à própria morte". Ou seja, o banzo é marcado pela recusa da perda da liberdade, da família, da comunidade, da cultura, da língua e pela autodestruição.

Um olhar sob a vida escrava e as experiências de sofrimento

No território brasileiro, último país da América a abolir a escravidão, as "encruzilhadas da liberdade"[4] são muitas. Na pesquisa intitulada "Cenas fatídicas: experiências suicidas dos escravizados no Maranhão (1834-1888)", realizada pela historiadora Pollyanna Muniz e pelo historiador Carlos Ferreira (2020) essa questão é problematizada:

> A condenação à embriaguez, à capoeira, aos batuques, saídas fora de horários determinados, vendas em locais inapropriados, fugas e o suicídio são demonstrações de enfrentamento e forjamento de liberdade dos escravizados. Liberdade não no sentido de ser livre juridicamente com o uso da alforria, mas a construída e percebida pelos escravizados como uma luta por melhoria de vida seja usando qualquer tipo de contestação e negociação em busca de autonomia. (p. 27)

Considerando esses aspectos de enfrentamento, compreendo o banzo como um sofrimento que se dava não somente pela distância da África[5], mas também como uma resistência pelo

[3] Expressão utilizada por Corbin, Courtine e Vigarello (2020, p. 11) fazendo uma referência às emoções, termo que "cobre amplamente o continente dos afetos, dos sentimentos e das culturas sensíveis".
[4] A expressão faz referência à obra "Encruzilhadas da liberdade", do historiador Walter Fraga (2014). A análise histórica problematiza as experiências de liberdade dentro de um recorte temporal de 1870 a 1910 no território do Recôncavo baiano. Segundo Fraga (2014), a abolição da escravidão significou um momento carregado de significados e vivências. Entretanto, a liberdade, ainda incipiente, apresentava-se vinculada a desafios que seriam enfrentados não só pelos ex-escravos libertos em 1888, mas também pelos seus descendentes, atravessando gerações no século XX.
[5] Essa problematização aparece de forma mais evidente na pesquisa do historiador Ezequiel Canario (2011) nomeada "'É mais uma scena da escravidão': suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850 – 1888".

rompimento cotidiano da liberdade das vidas negras que foram invadidas pelo processo de escravização como mencionado acima.
Na "Memória" de Oliveira Mendes, Oda (2007) identifica o relato do caso de uma mulher que, junto com a filha do casal, foi vendida como escrava pelo próprio marido. Essa traição fez com que o banzo a consumisse e ela deixa-se morrer de banzo. As particularidades desse relato de memória são marcadas por uma experiência, conceito entendido neste estudo como algo coletivo, pois a mulher somente foi vendida pelo marido pela existência de uma sociedade escravagista que sustentou o episódio. A venda foi considerada pela mulher como uma "traição" do marido. Então, o caso sinaliza que:

> [...] o banzo faz parte de um processo mais complexo ao qual estavam submetidos esses cativos, tendo os aspectos de um cotidiano violento grande relevância na enfermidade chamada de banzo e nas práticas suicidas dos escravos no Brasil. (Canario, 2011, p. 51-52).

Destaco, portanto, que não somente à distância da África, mas o cotidiano violento das relações escravistas provocava o banzo nos escravizados que sofreram com os silenciamentos, quando não os apagamentos, dos seus valores culturais, sociais, éticos, estéticos e afetivos.

Conclusões

Longe de uma conclusão, apesar da finalização da escrita, esse breve artigo buscou visualizar o panorama de possibilidades para se avistar uma história do banzo. Faz-se imprescindível redimensionar o tema da escravidão a partir de uma perspectiva tanto da história da saúde e das doenças quanto da história das sensibilidades – ainda que isso seja uma problematização realizada tendo como base documentos produzidos pelos grupos ditos "dominantes", como são os relatos de Luis Antonio Oliveira Mendes.
Em "Sobre o Conceito da história", Walter Benjamin (1987) sinaliza aos historiadores a tarefa de interpelar o passado e suas fontes a partir de uma leitura a contrapelo para uma escrita da história sob a perspectiva dos oprimidos. Segundo Maria Rita Kehl (2015, p. 86), fundamentada nas teses de Benjamin, "não há emancipação que se sustente à custa do esquecimento (ou do recalque) das lutas e derrotas de nossos antepassados".
Acrescento, portanto, que ultrapassar uma história dos "vencedores" é tecer insurgências, encontrando escapatórias das violências dessa perspectiva, possibilitando outras escritas da História. Por fim, considero que pensar nas experiências desses sujeitos históricos, atravessados pelo banzo, faz ecoar histórias, imagens, corpos, memórias, afetos e subjetividades.

Referências

AVELAR, Joyce Juliana Dias de. **Entre a melancolia e o banzo**: impactos psicossociais do racismo. Monografia (Psicologia) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. **"É mais uma scena da escravidão"**: suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850 – 1888. Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2011.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História das emoções**: 3. Do final do século XIX até hoje. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2020.

DAVID, Emiliano de Camargo *et al.* **Racismo, subjetividade e saúde mental**: O pioneirismo negro. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 87.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços da cura. 3. ed. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2017.

ODA, Ana Maria Galdino Raimundo. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 11, n. 4, p. 735 – 761, dez. 2008.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 983 – 1010, set./dez. 2005.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 10, n. 2, p. 346 – 361, jun. 2007.

OLIVEIRA MENDES, Luis Antonio de. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil (1812). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 362-76, jun. 2007.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 371 – 388, abr./jun. 2008.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 116 – 129, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3 – 15, 1989.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça; FERREIRA, Carlos Victor de Sousa. **Cenas fatídicas**: experiências suicidas dos escravizados no Maranhão (1834-1888). Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 33, n. 53, p. 23 – 35, dez. 2020.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. Boitempo Editorial, 2015.

VIANA, Iamara da Silva. Corpos escravizados: que histórias contam? **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, vol. 05, n. 5, p. 107 – 123, dez. 2015.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

A CAPILARIZAÇÃO DO FALSO DILEMA ECONOMIA X SAÚDE NO MUNDO DO TRABALHO

Ricardo Meneses Miguel[1]

Introdução

No dia 24 de março de 2020, ainda no início da pandemia da Covid-19, o então presidente do Brasil, Jair Messias, em discurso amplamente divulgado em pronunciamento oficial do Governo, em rádio e televisão, defendeu em sua narrativa retórica, o que foi apontado posteriormente, como o falso dilema entre economia x saúde. Enquanto, a população mundial estava insegura quanto aos aspectos relacionados à saúde pública como o contágio de uma doença nova, pouco conhecida, e os riscos que ela trazia, o então mandatário do país defendeu o retorno à "normalidade".

A "normalidade" a que se referia tinha intrínseca relação com a manutenção da ordem econômica, o que necessariamente indicava que os trabalhadores continuassem em seus postos de trabalho presencial normalmente e a população continuasse a circular para adquirir os seus bens de consumo. Para isso, a defesa do presidente era pela não adoção da medida sanitária de isolamento social.

Naquele momento, as medidas orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) às nações incluíam o isolamento social para salvar vidas, brecar a propagação desenfreada da doença, o que impediria um colapso nos serviços de assistência à saude da população. Tal medida foi adotada e seguida por boa parte dos estados e municípios brasileiros. Porém, o grupo político que ocupa o governo federal, até o momento em que esse artigo é escrito, elevou a economia a fator mais importante que o alerta à saúde e vida das pessoas, feito pelos estudiosos e pesquisadores sobre a dinâmica do vírus.

Para defender tal discurso, alinhou-se a argumentos anti-científicos e negacionistas contra o isolamento social para salvar vidas, minimizando os impactos do vírus e exaltando a continuidade da "normalidade" da produção econômica, pois isso iria evitar o "desemprego em massa" (BRITO, 2020). No mesmo pronunciamento, o então presidente do Brasil, utilizou o termo "gripezinha" ao se referir à Covid-19.

Para ilustrar a falsa questão, podemos citar pesquisa realizada ainda em 2020, a partir de estudos de economistas dinamarqueses da Universidade de Copenhague, que realizaram a comparação da economia da Dinamarca e da Suécia. A Dinamarca adotou medidas de restrição social e o consumo foi reduzido em 29%, enquanto na Suécia se manteve os estabelecimentos comerciais em funcionamento, houve queda de 25%, índices muito similares (MATTOS, 2020).

O argumento de evitar o desemprego tem sua complexidade reduzida na fala do presidente, visto que a realidade de países como a Suécia foi também de aumento de desemprego, mesmo mantendo a economia "em funcionamento". Inclusive com taxas de desemprego maior e redução do PIB maior que países vizinhos como a Dinamarca e a Noruega (CEBRÍAN, 2020).

[1] Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007); Mestre em Psicologia Institucional pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (2014); Atualmente é Analista Judiciário - AE: Psicologia do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo; E-mail: rmmiguel@tjes.jus.br

Essa tônica alinhada ao extremismo de direita do atual governo brasileiro, promoveu durante a continuidade da pandemia, a sabotagem discursiva dos alertas de saúde como a importância do isolamento social e do uso da máscara, bem como a defesa de medicamentos que não possuíam eficácia contra a Covid-19 em detrimento da aquisição rápida das vacinas que tinham resultado comprovado. Tais fatos foram inclusive defendidos por alguns profissionais de saúde de índole duvidosa, visto que testavam a vida das pessoas com teorias mirabolantes como "imunização de rebanho", receita de cloroquina e hidroxicloroquina, crítica às vacinas, e com a omissão do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Todos esses aspectos produziram um cenário muito complicado para a população brasileira, onde parte acabou não aderindo às medidas preventivas, quando necessárias, como o isolamento social, uso das máscaras e vacinação. Hoje, o que iniciou com a defesa de um falso dilema economia x saúde, se desdobra em mais de 669 mil mortes. Esse número poderia ser menor, diante de uma não sabotagem do governo federal das medidas indicadas, bem como com a aquisição de vacinas logo quando estas foram disponibilizadas ao Governo.

Veyne (1998) afirma que os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, são nossas prática que produzem os objetos. Isto é, as práticas sociais, e aí se incluem os discursos (FOUCAULT, 2008), produzem efeitos. E nesse sentido, as práticas, seja ao nível do governo, como descrito, como nas relações do dia a dia, produzem um efeito na realidade da pandemia do país, como a descrita, em que a produção econômica é eleita prioridade em relação à saúde e a vida das pessoas.

Ocorre que, tal falso dilema não é exclusivo do momento pandêmico. Ele se apresentou mais evidente, à medida que um governo de extrema-direita o escancarou, ao construir argumentos para que a sociedade brasileira se expusesse ao vírus. Esse falso dilema também é notório nas relações que se estabelecem no mundo do trabalho.

O dilema economia x saúde no mundo do trabalho

Grandes empresários no Brasil, alinhados à política de extrema-direita do governo federal, diante das iniciais medidas de contenção do vírus da Covid-19, que incluíam o isolamento social, fizeram declarações acerca da questão:

> Eu sei que tínhamos que chorar, e vamos chorar a cada uma das pessoas que morrerem com coronavírus. Vamos cuidar. Vamos isolar os idosos, vamos isolar as pessoas que têm algum problema de saúde, como diabetes. Vamos. É nossa obrigação fazer isso. Mas nós não podemos, por conta de 5.000 pessoas ou 7.000 pessoas que vão morrer... eu sei que é muito grave, eu sei que é um problema, mas muito mais grave é o que já acontece no Brasil. Junior Durski da Rede Madero (UOL, 2020)

> No Brasil, nós temos aqui poucos casos ainda e temos, infelizmente, 25 mortos, mas 25 mortos para 210 milhões de habitantes, de novo, é um número muito baixo. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que nós estamos dando um tiro de canhão para matar um pássaro. Nós estamos exagerando na dose. Roberto Justus, empresário e apresentador de TV (UOL, 220)

A narrativa defendida nesses exemplos, por alguns empresários, revela o extremo da questão, evidenciando mais claramente o funcionamento do modo de produção econômica em que

vivemos. Há uma tenebrosa minimização dos indicadores de mortalidade e de saúde, com o intuito de defender a continuidade da produtividade das empresas.

Dialogamos com Deleuze e Guattari (1996), que afirma que em toda sociedade há linhas de segmentaridade dura, flexível e de fuga, que se manifestam de forma diferente de acordo com o momento histórico. Ou seja, de acordo com a tessitura dessas linhas, uma sociedade se apresenta com predominância de tendência à dureza, à flexibilidade ou à indeterminação das linhas de fuga.

As linhas duras se referem ao que é contável, previsto, bem delimitado. São linhas de controle, normatização e enquadramento e através dos seus atravessamentos buscam manter a ordem e evitar o que é considerado inadequado a determinada ordem social. As linhas flexíveis, por sua vez, ligam-se à maior fluidez, de forma rizomática, apontando para a multiplicidade heterogênea de elementos e relações em qualquer realidade, traçando novas linhas (DELEUZE e GUATTARI, 1996). As linhas de fuga são linhas de ruptura, promovem mudanças bruscas e imprevisíveis, não sendo sobrecodificadas pelas linhas duras e flexíveis.

Dito isto, as políticas que incidem sobre nossas vidas, são tecidas por essas linhas diversas, e quando apontamos um momento em que se revela o extremo da eleição da prioridade para o funcionamento da economia, em detrimento da saúde das pessoas, falamos de predominância de segmentaridades duras na atual sociedade brasileira.

A dicotomia entre produtividade das empresas x saúde do trabalhador é também um falso dilema que ilustra como as práticas no modo de produção capitalista repetem a eleição da prioridade da economia em relação aos aspectos de saúde das pessoas, independente do momento pandêmico. Porém, como sinalizado, a tessitura das linhas tendem, ao longo dos momentos históricos, traçar realidades diferentes com relação a este processo de subjetivação, mesmo que a tendência capitalista seja de eleger a produtividade.

De acordo com a OPAS (2020): "A saúde ocupacional é uma importante estratégia não somente para garantir a saúde dos trabalhadores, mas também para contribuir positivamente para a produtividade, qualidade dos produtos, motivação e satisfação do trabalho e, portanto, para a melhoria geral na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo".

A definição da Organização Pan-Americana de Saúde apresenta a importância da saúde dos trabalhadores como uma estratégia que concilia a qualidade de vida dos trabalhadores, bem como da sociedade toda, e a produtividade. Ou seja, preservar e promover ambientes de trabalho mais saudáveis para a manutenção da saúde dos seus trabalhadores, teria como efeito aspectos ético-políticos em defesa da qualidade de vida, também resultando em aspectos de melhor produção econômica.

Ocorre, que contrário a este pilar defendido pela saúde do trabalhador, o mundo do trabalho vem precarizando cada vez mais as condições do ambiente organizacional que resultam cada vez mais em índices de adoecimentos decorrentes das condições e da organização do trabalho crescentes, demonstrando que o investimento na saúde dos trabalhadores não tem sido prioridade.

Ao lançar-se na história da interface saúde-trabalho, verificamos que os aspectos referentes à salubridade apareceram diante das condições extremas e desumanas de produção impostas pela Revolução Industrial, no século XIX. Trabalhos em condições insalubres, carga horária extenuante, baixíssimos salários.

O consumo da força de trabalho estava em um regime de exaustão e precariedade, o qual o próprio processo de trabalho corria o risco de se tornar inviável. Nesse contexto é que

surge a medicina do trabalho (MENDES e DIAS, 1991). Porém, seu objetivo não era centrado no trabalhador.

Depreende-se de tal acontecimento, que a medicina do trabalho é conclamada como a salvadora da produção das fábricas. Visto que conseguiria aliar a sobrevivência dos trabalhadores, antes submetidos a processos de esgotamento de seus corpos, risco de incapacidade e morte, para que conseguissem continuar trabalhando.

Henry Ford, famoso pela criação do fordismo, teria dito 'o corpo médico é a seção de minha fábrica que me dá mais lucro' (MENDES e DIAS, 1991). Nesse ponto, poderíamos ter uma leitura apressada e contrapor que o dilema entre produtividade x saúde, nesse ponto estava superado.

Porém, os efeitos do fordismo na saúde dos trabalhador são conhecidos, na medida que esse sistema de produção baseia-se na separação das funções, de modo que o trabalhador é responsável por apenas uma parte do processo, distanciando-se assim do produto de seu trabalho. Tal fato, produz a alienação no trabalho, que possui seus efeitos na saúde mental e física do trabalhador. Outro ponto é a repetição de gestos durante a jornada de trabalho, que também causa lesões corporais e desgaste mental. Nesse sentido, a medicina do trabalho foi utilizada como Ford disse, como instrumento de lucro para as empresas, na medida que fazia uma gestão dos adoecimentos, com sentido para produtividade e não para condições que promoviam saúde dos trabalhadores.

No contexto pós-guerra é gestado uma nova estratégia chamada Saúde Ocupacional:

> Num contexto econômico e político como o da guerra e o do pós-guerra, o custo provocado pela perda de vidas - abruptamente por acidentes do trabalho, ou mais insidiosamente por doenças do trabalho - começou a ser também sentido tanto pelos empregadores (ávidos de mão-de-obra produtiva), quanto pelas companhias de seguro, às voltas com o pagamento de pesadas indenizações por incapacidade provocada pelo trabalho (MENDES e DIAS, 1991, p. 343).

Revela-se, neste período, que a estratégia da Medicina do Trabalho era impotente quanto a intervir nos processos de adoecimento decorrentes dos processos de produção. É um momento de crescimento de questionamento dos trabalhadores quanto às condições de trabalho e também dos empregadores, que viam aumentado os seus custos diretos e indiretos com os agravos à saúde dos trabalhadores (MENDES e DIAS, 1991). Nesse sentido, a resposta científica foi criar meios de intervir no ambiente de trabalho por meio de estratégias multidisciplinares para reduzir o risco de adoecimento pelo trabalho.

Percebe-se aí que no período da Medicina do Trabalho não se sanou os riscos do trabalho. Ou seja, não era assegurado ao trabalhador condições mínimas de redução de risco aos agravos ou a acidentes. Novamente, reforça o seu papel como instrumento para manutenção da produção econômica em detrimento do foco real na saúde e vida dos empregados. A Saúde Ocupacional também nasce, com esse mesmo foco, apesar da mudança de atuação que garantiria ambientes de trabalho com minimização de riscos. Essa estratégia se origina, quando o cenário de acidentes e incapacidade para o trabalho eram fatores que estavam afetando a produção, na medida que impactava na mão de obra produtiva.

Já na segunda metade dos anos 60, percebe-se o surgimento de movimentos que questionam a organização do trabalho e seus impactos, resultando na maior participação social dos trabalhadores nas questões de saúde e segurança, questionando o sofrimento, a doença e a morte decorrente do trabalho. É gestado no cenário social, o que hoje conhecemos como saúde do trabalhador, que questiona diretamente a estratégia anterior de Saúde Ocupacional.

> Nessa trajetória, a saúde do trabalhador rompe com a concepção hegemônica que estabelece um vínculo causal entre a doença e um agente específico, ou a um grupo de fatores de risco presentes no ambiente de trabalho e tenta superar o enfoque que situa sua determinação no social, reduzido ao processo produtivo, desconsiderando a subjetividade (MENDES e DIAS, 1991, p. 347).

Esse importante movimento referente à saúde do trabalhador, em uma mudança de perspectiva histórica, na relação trabalho-saúde no mundo do trabalho vive hoje, uma questão quanto ao avanço das melhorias das condições e da organização do trabalho.
De acordo com a OMS e Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), lesões e doenças relacionadas ao trabalho provocaram a morte de 1,9 milhão de pessoas em 2016. O diretor-geral da OMS demonstrou sua preocupação declarando que "É chocante ver tantas pessoas literalmente sendo mortas por causa de seus trabalhos".
Essas mortes são evitáveis (OIT, 2021), na medida que:

> As normas internacionais do trabalho e as ferramentas e diretrizes da OMS e da OIT fornecem uma base sólida para a implantação de sistemas de saúde e segurança ocupacional sólidos, eficazes e sustentáveis em diferentes níveis. Sua aplicação deve ajudar a reduzir significativamente essas mortes e incapacidades", disse Vera Paquete-Perdigao, diretora do Departamento de Governança e Tripartismo da OIT.

O relatório alerta que as lesões e as doenças relacionadas ao trabalho sobrecarregam os sistemas de saúde, diminuem a produtividade e tem um impacto na renda das famílias (OIT, 2021). Essa afirmação, explicita que a eleição da produtividade/economia em detrimento da saúde é um falso dilema, na medida, que os agravos à saúde e vida dos trabalhadores vão ter impacto claro nas finanças da população.

Considerações

Depreende-se, assim, que não é por falta de normas internacionais e avanços nos estudos científicos com relação à redução de adoecimento e morte pelo trabalho, e sim como no modo de produção vem elegendo a produtividade das empresas em detrimento de investimento na saúde dos trabalhadores.
Por outro lado, justamente a pressão por produtividade, é a tônica em muitas empresas e o que se apresenta é a continuidade do trabalho mesmo em contextos adoecedores. Os trabalhadores, necessitados de sua renda, acabam por continuar a trabalhar, expondo-se a condições e organização do trabalho precários, com potencial de risco à saúde.

Demonstra-se assim que o falso dilema economia x saúde, se encontra capilarizado nas práticas do mundo do trabalho, resultando em dados alarmantes, como na pandemia, de adoecimento e morte.

Referências

BRITO, Ricardo. Bolsonaro volta a se referir ao coronavírus como gripezinha, critica governadores e gera reação. **UOL**, 24 mar. 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/24/bolsonaro-volta-a-se-referir-ao-coronavirus-como-gripezinha-e-criticar-governadores-por-restricoes.htm>. Acesso em: 07 jul. 2022.

CEBRÍAN, Belén Domínguez. Suécia admite erros em sua estratégia contra a pandemia. **El País**, Madri, 03. jun. 2020. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-03/suecia-admite-erros-em-sua-estrategia-contra-a-pandemia.html>. Acesso em: 07 jul. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs** - capitalismo c esquizofrenia, vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MATTOS, Rodrigo. Citada por Bolsonaro como exemplo, Suécia encara recessão e mortes em alta. **UOL**, Rio de Janeiro, 16 mai. 2020. Coronavírus. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/16/citada-por-bolsonaro-como-exemplo-suecia-encara-recessao-e-mortes-em-alta.htm>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev Saúde públ.**, S.Paulo, 25: 341-9, 1991.

OIT. OMS/OIT: **Quase 2 milhões de pessoas morrem a cada ano de causas relacionadas ao trabalho**. 17. set. 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_820318/lang--pt/index.htm> Acesso em: 07 jul. 2022.

OPAS. **Organização Pan-Americana da Saúde**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil> Acesso em: 07 jul. 2022.

UOL. Madero, Havan, Giraffas: empresários criticam medidas de combate à pandemia. UOL, São Paulo, 24 mar. 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/24/empresarios-coronavirus-o-que-dizem-criticas.htm>. Acesso em: 07 jul. 2022.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1998.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

ADOECIMENTO MENTAL E TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DE "SOBREVIVÊNCIA" NA CONTEMPORANEIDADE

Thais Aparecida Santos[1]

Introdução

Na contemporaneidade o trabalho assume uma nomenclatura árdua pautada pela produtividade, agilidade e rapidez no processo de execução de tarefas, consequentemente gerações de lucros organizacionais, no que tange o humano como "máquinas" produtivas e aceleradas, no excesso de trabalho e no número reduzido de trabalhadores, na condução de demandas que precarizam a funcionalidade física e psíquica que comprometem a capacidade de desenvolvimento das atividades laborativas, rompendo os limites do corpo e mente, levando á somatizações e adoecimentos físicos e mentais.

A saúde mental é crucial na saúde e bem estar do indivíduo pautada como direito fundamental do trabalhador, que, segundo Organização Mundial da Saúde (OMS), ressalta que a saúde é um estado de "[...] completo bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade" (OMS, 1978, p. 1). Articulando-se prevenção, promoção, recuperação e reabilitação.

A saúde mental pautada pela a dualidade da força, angústia e prazer, pressupõe a dualidade cotidiana, da cultura e social, permeadas pela voz calada, pelo suor derramado e o não reconhecimento.

Os adoecimentos mentais demarcam ás causas psicossomáticas não visualizadas no ambiente de trabalho, assim entrando em contrapartida entre o corpo, a mente e o emocional, trabalhando nas defesas mentais do sujeito, como equivalência da "sobrevivência" física, financeira e social.

Se pensarmos que o campo da saúde está em constante mudanças, percebemos que atuar nessa área é um vir-a-ser que possibilita direcionar-se a um caminho novo, inovador, em construção e expansão, que por si só, exibe a complexidade de sua proposta de ser tecida a várias mãos, de modo a falar uma só língua apesar das diferenças, em função promoção da saúde e prevenção de doenças junto ao coletivo.

Porém, não pretendemos esgotar o assunto, afirmamos somente que é fundamental a articulação de um conhecimento que inspire, provoque e convoque um aprendizado crítico, mas que, estabeleça interlocuções com diversas esferas do saber, só assim poderemos estabelecer uma proximidade trabalhador e trabalho.

Frente à relevância da temática, objetiva-se analisar a percepção e adoecimento mental dos trabalhadores e a atividade laboral exercida.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada por meio de consultas através dos portais em buscas nos principais portais de periódicos como CAPES, Scielo e Google Acadêmico, no período de 2012 a 2022 utilizando-se os descritores: saúde mental, transtornos mentais, trabalho, trabalhador. Inicialmente realizou-se a leitura de resumos a fim de identificar a

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7

pertinência ao objeto estudo, posteriormente, fez-se a busca de artigos com esses descritores para contribuições acerca de identificações do trabalho na vida do sujeito, para construções de evidências oriundas de artigos e sugestões para futuras pesquisas.

Resultados e discussões

Falar sobre promoção de saúde nos remetem grandes desafios acerca do trabalho exercidos pelos trabalhadores. Os campos de atuação perpassam por grandes desafios em todos os âmbitos, sejam eles: forma de atuação, dificuldades de manutenção dos serviços, enfretamentos da equipe multidisciplinar e da saúde mental.

> [...] o trabalho assalariado livre é a falsa aparência de que o trabalhador tem o domínio sobre si mesmo e sobre o que produz, quando em realidade está ainda mais condicionado às amarras que o tornam escravo do capital e do modo de produção de vida na sua fase mais desenvolvida: o trabalho assalariado. (Marx 1818-1883, p.11)

Os trabalhadores passam por questões multifacetadas por meios de produção, permeadas por projeções que visualizam os trabalhadores como "máquinas" de trabalho, não visualizando a integração subjetiva dos indivíduos, simbolizando o trabalho exaustivo em troca pelo salário do trabalho executado.
O adoecimento mental dos trabalhadores é complexo e multidimensional, que passam por fatores fisiológicos, psicológicos, econômicos e direcionados as questões do trabalho, podendo gerar transtornos mentais decorrentes a rotina do trabalho. (Nascimento,2018).
Ao longo dos anos veem se articulando no campo da psicologia, as contribuições de melhores condições mentais do trabalhador no seu campo de isenção no trabalho. O mundo do trabalho, não se articula-se somente na execução de tarefas e seus conflitos, mas também crescimento, conhecimento e desenvolvimento psicossocial, articulando-se nas diversidades, complexidades e interações sociais.

> Para que o trabalho não se torne uma fonte geradora de sofrimento mental, o mesmo deve representar para o sujeito possibilidades de realização profissional e pessoal. A partir do momento em que o trabalho perde essas significações, quando o trabalhador não visualiza um sentido para o trabalho, o mesmo compromete a integridade da sua saúde física e mental (DEJOURS,1992).

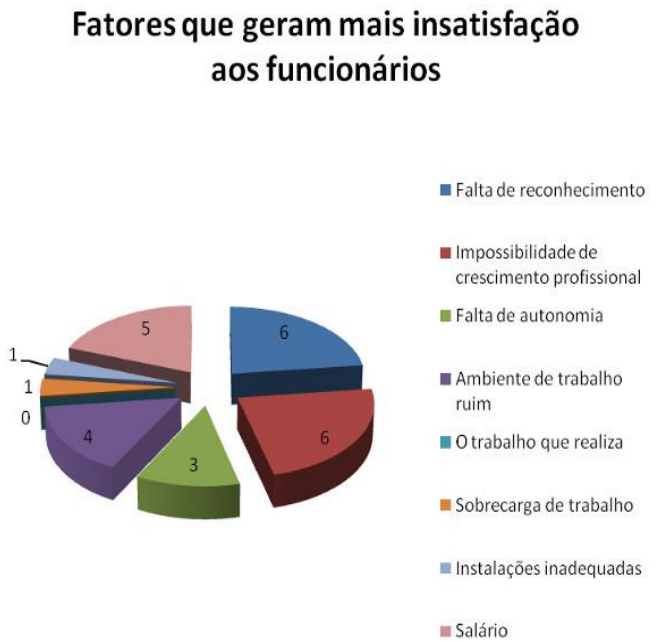
O trabalho como forma de aperfeiçoamento pessoal e profissional, articula-se nas possibilidades de construções de sentidos e integração na sociedade. O adoecimento mental, perpassar ao sofrimento, desconstrução do vínculo do trabalhador com o trabalho, como algo que desmorona, escapa na condição individual e social do sujeito.
As relações e adoecimento mental não são percebidas no ambiente do trabalho, mas nas relações cotidianas e transformando em doenças físicas e psíquicas que podem serem inofensivas para a saúde do trabalhador.
O trabalho passa não somente adoecimentos fisiológicos e mentais, mas por questões financeiras, sociais, culturais e simbolicamente norteadoras de múltiplos adoecimentos, sendo dominantes nas discussões sobre integridade sociais fragilizadas. (Castel, 1998).

O trabalho favorece uma ambivalência entre a singularidade do indivíduo e a organização, nas ações individuais e coletivas nas necessidades da convivência grupal no trabalho, estabelecendo normas implícitas ou explicitas demarcadas pelo o outro, gerando alienação, marcadas por demarcações de obediência, ou seja a vontade do trabalhador é anulada dentro da organização, aprisionando o corpo e mente.

O ambiente de trabalho passa a ser ameaçador! Por isso, há a necessidade de melhores interlocuções entre trabalho- sujeito para estabelecer melhores condições psíquicas, pois existe uma sobrecarga corporal e emocional, que entram em contraposição com o trabalho. Algo que será, escasso e conflituosos no campo de inserção desses trabalhadores como forma de resistência e convivência. (Razzouk, 2015)

Às condições subjetivas e de desempenho ao trabalhador entre o mundo interno e externo, entre regras, desafios e valorizações no mundo intrínseco do trabalho, no desenvolvimento, crescimento de buscas de alterativas para seu autoconhecimento e pertencimento (Paim e Almeida, 1998).

O sofrimento está presente nas atividades laborais, pois trabalhar inclui enfrentar o real, regras e as incidências que ocorrem diante das previsões. Contudo, o ato de trabalhar presume a superação dos obstáculos e a busca por soluções. Deduz-se que o trabalho apresenta possibilidades de transformar este sofrimento e depende, portanto, da subjetividade do sujeito: quando vence a resistência do real, transforma-se a si mesmo, ou seja, de algum modo torna-se mais confiante e inteligente para enfrentar novas dificuldades, porém, quando não há o enfrentamento ou superação deste sofrimento, eventualmente pode desencadear uma doença psicopatológica (DEJOURS, 2008).



Fonte: Brasil Escola[1]

[1] Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/administracao-financas/a-influencia-insatisfacao-servidor-no-clima-organizacional.htm. Acesso em: 03 ago.2022

A saúde pública demostra novas formas de examinar as configurações críticas de saúde em sua totalidade, nomeadas como crises que perpassam ás responsabilidades operativas de trabalho e trabalhador, como sendo um segmento fragmentado do indivíduo "objeto" de trabalho e adoecimentos constantes. (Bianchessi e Tittoni, 2009).
O sofrimento pode ser compreendido como um sentido de forçar ás capacidades do trabalhador, através da execução de trabalho, das lutas e capacidades de transformação de bem- estar físico e mental nas possibilidades de exercer de forma participativa, positiva, com facilidades para enfrentar as adversidades na execução das tarefas estabelecidas de maneira a contribuir para a capacidade integral do trabalhador, isto é, criar novas possibilidades de trabalho (Canguilhem, 1982). Aspectos teóricos, políticos e institucionais que contribuem para dimensões da saúde mental nos processos da saúde do trabalhador, esbouçando no sofrimento e agravos na organização e gestão do trabalho como tentativa de incluir e identificar componentes saúde- doença. (Leão e Gomez, 2014). A relação saúde, trabalho e doença vêm refletido, estudando, buscando relevância do sujeito como ser social, pois os transtornos mentais, não são discutidos nos ambientes do trabalho, pois o trabalhador é ser agente na execução das tarefas e este, faz parte de variados grupos sociais e nas mais diversificadas dimensões de particularidades, angústias, sofrimentos e desejos (Fernandes et al, 2018). Os agravos na saúde do trabalhador apresentam diversos tipos de riscos. Os trabalhadores diante dos agravos subjetivos, biológicos e sociais passam a atribuir variadas formas na construção do trabalho. O trabalho deve ser visualizado como integração e não na soma de tarefas executadas, contemplando com novos olhares e na dignidade humana.

> [...] a insatisfação com o trabalho não corresponde só ao conteúdo significativo do trabalho nem ao seu conteúdo simbólico, mas que existe, paralelamente na profissão, uma satisfação em relação com o exercício do corpo, no sentido físico e nervoso. O ponto de impacto do sofrimento proveniente da inadequação do conteúdo ergonômico da tarefa às aptidões e às necessidades do trabalhador é, primeiro, o corpo e não o aparelho mental. (Dejours ,1992 p. 60-61)

A desvalorização no trabalho pontua significações negativas na vida do indivíduo, nas representações nas insatisfações, angústias e sofrimentos que interferem no comportamento gerando impactos avassaladores seja no físico ou mental direcionados a indiferenciação indivíduo- trabalho e o não reconhecimento pelas demandas e tarefas realizadas, potencializando para o surgimento de adoecimento mental.

Conclusão

Para elencar aos conhecimentos na temática saúde do trabalhador concluímos que, por direcionar reflexões na perspectiva saúde- doença, esbouçamos como integridade da saúde mental sobre a falta de visualização da integridade de todo o contexto acerca do indivíduo, resultando na impossibilidade de ofertar uma real compreensão de fatores ambientais, socioculturais, biológicos e psicológicos.
A saúde do trabalhador deve ser envolvida á partir das relações estabelecidas entre trabalho, elencando saúde e bem-estar em contrapartida com a segregação de doença, colaborando pela equidade do indivíduo.

Portanto, a saúde do trabalhador tem que ser compreendida na coesão, necessitando de reflexões nas organizações e execuções de tarefas na sociedade e no trabalho, que contemple os diferentes condicionantes e determinantes do processo de saúde, compreendendo a realidade de cada um e enquanto sujeitos coletivos, para que possa significar e ressignificar as nomeações do trabalho de forma positiva.

Referências

BIANCHESSI, D.L.C, TITTONI J. Trabalho, saúde e subjetividade sob o olhar dos trabalhadores administrativo-operacionais de um hospital geral, público e universitário. *Physis - Revista de Saúde Coletiva, 19*(4),969-988. ISSN: 0103-7331, 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400838225004. Acesso em: 03 ago.2022.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. 270p.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez - Oboré, 1992.

DEJOURS, C. (2008). Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: Lancman, S., Sznelwar, L. I. (Orgs.). Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. Brasília: Paralelo 15.

FERNANDES, M. A., SILVA; D. R. A., SOUSA, A.R. I; SILVA, J. S. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. Rev Bras Med Trab, 16(3):277-86, 2018.

LEÃO, L. H. C, GOMEZ, M. C. A questão da saúde mental na vigilância em saúde do trabalhador. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, 19 (12):4649-4658, 2014.

MARX, Karl Heinrich. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 144 p.11.

NASCIMENTO, Débora D. G. O cotidiano de trabalho no NASF: percepções de sofrimento e prazer na perspectiva da Psicodinâmica do trabalho. 2015. 239f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Escola de Enfermagem da Universidade de Ribeirão Preto, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-19062015-141247/publico/Debora_Dupas_Goncalves_do_Nascimento_versao_final_corrigida.pdf . Acesso em: 11 jun. 2022.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Declaração de Alma-Ata: primeira conferência internacional sobre cuidados primários de saúde. Genebra, 1978.

PAIM, J.S, ALMEIDA, Filho N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? Rev Saude Publica 1998; 32(4):299-316.

RAZZOUK, D. Promoção de saúde mental e trabalho. In: RAZZOUK. D.; LIMA.M. G.A. CORDEIRO; QUIRINO (0rgs.) Saúde mental e trabalho. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Cremesp 2015. Disponível em: https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Publicacoes&acao=detalhes&cod_publicacao=79 Acesso em: 13 jun.2022.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Actas Completas da 5ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Sociedade, Mundos do Trabalho e Escravidão
Maria Ferreira & Thiago S. Reis (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-42-7